BOLETIM N.º 283
CADEIRA DE GEOGRAFIA N.º 14
SÃO PAULO
BRASIL
1966

SBD/FFLCH

SBD/FFLCH

DUPLICATA

SETOR DE PERIÓDICOS
Biblioteca do Departamento de Geografia

PASQUALE PETRONE

A BAIXADA DO RIBEIRA

Estudo de Geografia Humana

27214

BIBLIOTECA
DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
Fac. Fil. Cien. Letras — U. S. P.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: — Prof. Dr. Luís Antônio da Gama e Silva
Vice-Reitor: — Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Diretor: — Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri
Vice-Diretor: — Prof. Dr. Rui Ribeiro Franco
Secretário-Substituto: — Lic. Eduardo Marques da Silva Ayrosa

Secção Gráfica imprimiu — 1966

EXPLICAÇÃO

Já se passaram cêrca de dez anos desde a primeira vez que tivémos oportunidade de percorrer algumas partes da Baixada do Ribeira. Na ocasião participamos de uma excursão organizada e orientada pelo prof. João Dias da Silveira, profundo conhecedor da área visitada. Desde então tivémos oportunidade de voltar na Baijala por várias vêzes, repetindo percursos já efetuados e sempre acrescentando conhecimentos sôbre novas porções dessa parte do território paulista. Em quasi tôdas essas excursões tivémos a companhia e orientação do prof. João Dias da Silveira, responsável pela iniciativa da maior parte delas. A êle devemos, conseqüentemente, a possibilidade de conhecer a área do Ribeira; às suas observações, sempre apropriadas, devemos muitíssimo do interêsse despertado em nós pelo melhor conhecimento e interpretação de seus múltlipos problemas.

Alguns aspectos peculiares à região foram se fixando à medida que melhor a conhecíamos. Antes de mais nada, chamou-nos a atenção, de resto como a todos que entram em contacto com a área em questão, o fato de ser um território pràticamente à margem do espaço econômico paulista, isolado em relação à maioria dos processos de valorização interessando territórios do Estado de São Paulo .A Baixada do Ribeira contribuia para a paradoxal situação de uma órla litorânea pouco povoada, econômicamente sub-desenvolvida, em face de um interior cuja expressão econômica era indiscutível. Impressionou-nos, mais que qualquer outro, o fato de no Sul do Estado de São Paulo, junto à costa, a distância relativamente pequena da capital, existir um verdadeiro "sertão do litoral.. Em fim, como sugestivamente percebeu Papy, uma área à margem do império do café, e como lembraram Silveira e Araujo Filho, êste a propósito da Baixada do Itanhaém, uma área litorânea

em sua maior parte a aproveitar, dentro de uma unidade político administrativa em que, através de processos de pioneirismo, a posse e valorização das terras se verificava em direção oeste, transbordando de seus limites e atingindo o Norte do Paraná e Sul de Mato Grosso, a listâncias enormes do litoral.

Julgamos do maior interêsse perceber as razões desse paradóxo, já que para o caso da Baixada do Ribeira êle não poderia ser justificado ,como para pequenas baixadas ao longo do litoral Norte do Estado, por uma decadência decorrente da perda, pelos seus portos ,de retro-terras captadas por um sistema ferroviário convergente para o binômio São Paulo-Santos. Isso porque a Baixada do Ribeira, pela sua maior expressão territorial poderia, por si só, independentemente de articulações com as terras planaltinas, constituir retro-terra que alimentasse as funções portuárias de suas cidades litorâneas. Intrigou-nos, justamente ,o fato de que a presença desse "sertão de litoral" relacionava-se não sòmente com uma situação de isolamento em face do planalto mas, também, em face do próprio mar.

Outro fato que nos chamou a atenção foi o caráter tropical, quente e úmido, que marca as condições climáticas da Baixada. Consideramos significativo que a experiência representada pela organização econômica do espaço paulista tenha sido encarada sob a luz da conquista de áreas tropicais, se bem que com peculiaridade próprias, quando nessa organização pràticamente ficou descartada a região do Ribeira. A tropicalidade indiscutìvelmente mais nítida da Baixada teria sido um fatôr de seu isolamento dentro dos processos que levaram à formação, em São Paulo, de uma "civilização circunscrita ao planalto"? Por outro lado, considerada a importância da tropicalidade como uma das inconfundíveis marcas da realidade geográfica brasileira, julgamos nem sempre justificado o desinterêsse geralmente demonstrado para com a Baixada, unidade geográfica nítida ,verdadeiro laboratório, justamente, para a consideração dos problemas peculiares ao mundo tropical.

Ao lado dos fatos acima, e possível le ser encarado em conjunto, dádas as correlações inevitáveis, é o fenômeno verdadeiramente merecedor de maior atenção, relativo à Baixada

como palco de numerosas iniciativas no sentido de criar núcleos coloniais. A Baixada tropical quente e úmida, mais uma vez paradoxalmente, foi objeto de sugestivas experiências de colonização com elementos estrangeiros da mais variada procedência, dentro de um Estado onde o enorme afluxo de imigrantes poucas vêzes criou processos de colonização nas mesmas bases que nos estados do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul especialmente. Inevitàvelmente ocorre perguntar o porque dessa atenção pela Baixada, demonstrada por iniciativas que se sucederam, irregularmente, desde há um século. Principalmente, ocorre perguntar o porque de novas iniciativas quando as precedentes não obtiveram resultados satisfatórios. O insucesso comum à maior parte das experiências de colonização nessa parte do Estado, velhas de um século e interessando colonos de várias procedências, leva inevitàvelmente a pensar no vale do Itajaí, onde a antiguidade do processo de colonização é a mesma, mas onde houve maior homogeneidade por parte de elementos colonizadores e, geralmente, considerado exemplo de colonização com resultados satisfatórios. Pensamos que sería interessante verificar quais as razões do insucesso da colonização na Baixada, verificação que reputamos tão importante, ou mais, que as razões do sucesso no vale do Itajaí ou em outras partes.

Os contactos relativamente freqüentes com a região, a relativa domesticidade com seus problemas, as interrogações suscitadas, permitiram que fosse escolhida como área de pesquisa; portanto, o tema do trabalho que se vai lêr não foi determinado a priori, mas, sim, fruto da experiência adquirida anteriormente.

*
* *

Tendo sido o presente estudo conseqüência de uma escolha ditada pelo interêsse científico pela área, e não pelas facilidades de trabalho que ela pudesse proporcionar, compreende-se que as condições de pesquisa nem sempre foram muito favorveis. As distâncias que separam as áreas objetos de pesquisa, de São Paulo, embora não sejam realmente muito grandes,

constituem uma das dificuldades a superar, principalmente considerados os meios atuais de acesso à região (*). Dentro da própria Baixada foram inúmeros os problemas a enfrentar e, em certos casos, tivemos de desistir de visitar algumas áreas, a exemplo das banhadas pelo rio Una de Prelado. Conforme lembramos mais adiante, não incluimos essas áreas nas nossas considerações. Dentro do possível percorremos, pelo menos uma vez, tôdas as demais partes da região, tomando contacto direto com suas paisagens culturais, tentando interpretá-las e promovendo entrevistas diretas com o homem do campo ou obtendo informações indiretas com o mais variado tipo de informantes. Nossa maior preocupação foi a de penetrar na vida regional, tentando sentí-la ,se isso fosse possível, quase como um seu morador, ao mesmo tempo polendo interpretá-la no seu todo, em conseqüência da visão propiciada a quem a vê de fora. Nêsse sentido fizémos o possível, reconhecendo que a assiduidade dos contactos com os problemas regionais poderia ter sido maior. Convém reconhecer, entretanto, que a pesquisa científica em geral, e a de certos ramos da ciência, inclusive a Geografia, em particular, não recebe amparo sequer medianamente satisfatório. A experiência que tivemos, se não existissem outras, valeu como demonstração das dificuldades de tôda natureza que deve enfrentar quem se aventura a um trabalho geográfico que não seja sòmente de gabinete .Estamos convencidos que, se o Estado fornece algumas possibilidades para quem o desejar, de obter uma formação profissional de nível superior, o mesmo não acontece como seria de esperar, entretanto, para os que queiram se dedicar à pesquisa científica. Esta, inevitàvelmente, torna-se fruto de interêsse daquêles que foram selecionados pela própria condição econômica e não, necessàriamente, bàsicamente pela vocação e capacidade científica. Tais considerações não são feitas com o objetivo de justificar as falhas que, com certeza, serão encontradas, e numerosas, na leitura do presente trabalho. Pretendem, sòmente, contribuir, com mais uma referência, na soma de vêzes que se

---

(*) Na ocasião não estava concluida a BR 2.

têm manifestado sôbre as condições em que se realizam os trabalhos científicos no país.

*
* *

Além das observações diretas nas diferentes partes da região, naturalmente recorremos à bibliografia, a que de forma nenhuma poderíamos nos furtar .Em alguns casos porque se tratava de obter elementos estatísticos, necessários para melhor situar os problemas estudados; em outros casos, porque não seria honesto desconhecer as observações que já foram feitas sôbre a região, principalmente porque os elementos apresentados poderiam nos servir, como nos serviram, para melhor compreensão dos fenômenos estudados.

Pela bibliografia elencada no fim dêste trabalho, e que se limita ao que foi consultado e na maioria esmagadora dos casos, citados, percebe-se que não tem sido poucos os escritos que interessam aspectos da região em estudo. Todavia, pouquíssimos são os trabalhos de natureza geográfica e, entre êles, nada há relativo a estudos de Geografia Humana que abarque tôda a área. Êste foi, de resto, mais um dos motivos que nos levaram a escrever um estudo de Geografia Humana sôbre a Baixada do Ribeira, dado que o trabalho não pecaria por falta de originalidade.

O melhor trabalho geográfico sôbre a Baixada do Ribeira, embora visando-a sob o ponto de vista da Geografia Física, mas com excelentes observações e sugestões relativas ao homem, é o de João Dias da Silveira (I). E' indiscutìvelmente ponto de partida para todos que desejarem entrar em contacto com a região. Foi principalmente nas observações do autor citado que nos baseamos para apresentar a parte do trabalho relativa a uma síntese do quadro natural. Com interêsse exclusivamente para os problemas morfo e geomorfológicos te-

---

(I) SILVEIRA, João Dias da — **Baixadas Litorâneas Quentes e Úmidas,** Tese de Concurso à Cadeira de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciênicas e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1950.

mos, também, o trabalho de Ab'Sáber, relativo ao conjunto do litoral paulista (II).

No conjunto das obras sôbre aspectos da Geografia Humana destaca-se a de Nice L. Muller (III) que, entre as áreas de amostragem tomadas para sua excelente tese de concurso, escolheu as de Iguape e Registro. A parte as de Silveira, feitas mais em função das paisagens naturais, as observações da autora de "Sitios e Sitiantes" são as únicas, interessando a geografia humana regional, apresentadas como resultado de pesquisa de campo dentro dos modernos métodos geográficos. A êsse trabalho devemos parte de nossa orientação no estudo da geografia agrária regional.

De resto, a não ser a obra de síntese de Papy (IV), alguns trabalhos sôbre áreas ou aspectos la região (V), nem sempre geográficos, a maior parte da bibliografia é histórica e informativa, nem por isso menos útil. Nêste último caso encontram-se os trabalhos de Antônio Paulino de Almeida: fontes realmente interessantes de informações sôbre aspectos históricos

---

(II) AB'SÁBER, Aziz Nacib — **Contribuição à Geomorfologia do Litoral Paulista,** separata da "Revista Brasileira de Geografia", Ano XVII, n.º 1, Rio de Janeiro, 1955.

(III) MULLER, N. L. — **Sitios e Sitiantes no Estado de São Paulo,** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Boletim 132, Geografia n.º 7, São Paulo, 1951.

(IV) PAPY, L. — **En marge de l'Empire du Café, la façade atlantique de São Paulo,** in "Les Cahiers d'Outre-Mer", n.º 20, 5.º année, Bordeaux, octobre-décembre 1952, págs. 357 a 398.

(V) BRUNO, Ernani da Silva — **A Marinha do Sul e o Vale do Ribeira,** in jornal "Folha da Manhã" São Paulo, 9, 16, 23 e 30-VI-1957 e 14-VII-1957; KRUG, Edmundo — **A Ribeira de Iguape,** separata do "Boletim de Agricultura", Série 39.º, 1938, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1939; MEDEIROS, Narciso de, CUNHA, João Ferreira da e AZZI, Reinaldo — **O Vale do Ribeira de Iguape,** in "Boletim de Agricultura", Série 49.º, Ano de 1948, n.º único, Secretaria da Agricultura. Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1949; SCHMIDT,Carlos Borges — **Paisagens Rurais,** separata do "Boletim de Agricultura", n.º único, 1942, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1944.

da região (VI). Uma especial menção deve ser feita aos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, com inestimável valôr pioneiro (VII).

São Paulo, 1960

(VI) Vêr relação de trabalhos na Bibliografia final.

(VII) COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO — **Exploração do Ribeira do Iguape,** 2a. edição. São Paulo, 1914, Exploração do Litoral: 2a. Secção — **Cidade de Santos à fronteira do Estado do Paraná,** São Paulo, 1920.

A BAIXADA DO RIBEIRA

A Região do Ribeira

Somos de parecer que a definição de uma região geográfica, conseqüentemente de uma região em que sejam levadas em consideração não apenas as condições naturais, como também as paisagens culturais e os aspectos especìficamente econômicos, sã se torna possível com pleno conhecimento dos referidos elementos, assim como de sua interpretação, além da comparação com as áreas contíguas àquela que se pretende caracterizar. Sob êsse aspecto a consideração do problema da existência de uma Região da Ribeira caberia normalmente como uma das últimas partes, em um trabalho como êste, e não, como estamos fazendo, constituindo uma das primeiras. Optamos, entretanto, pela segunda solução tendo em vista que a delimitação da região, mesmo que aproximada, torna-se necessária, dado que define automàticamente o campo de trabalho. Em última análise, as considerações que iremos apresentar no decorrer das diferentets partes dêste trabalho, a extensão dos fenômenos que serão objeto de interpretação, a limitação das considerações acima e das interpretações em uma área determinada, dependerão da prévia definição do espaço a estudar e, portanto, da região. E' evidente que, optando pela segunda solução, utilizamos aquí todos os elementos que, em seguila, surgirão aqui e ali no decorrer do trabalho. Êstes, de certa forma, irão justificar, a posteriori, as considerações apresentadas agora. Preferimos, portanto, em primeiro lugar definir a área em que se distribuem os fenômenos que iremos estudar para, no fim, vêr confirmada tal definição.

Acreditamos que na escolha da área objeto de presente estudo fomos bastante favorecidos pelo fato de ser relativamente fácil discerni-la, como o comprovam as tentativas que se têm sucedido sôbre a Divisão Regional do Estado de São Paulo.

Pierre Deffontaines, responsável pela primeira séria tentativa no sentido de distinguir as regiões geográficas paulistas, chamou a atenção para o fato de que "a paisagem mais fácil de se distinguir é a orla litorânea. Poucos são os Estados em que o litoral se separa tão nìtidamente do interior. Trata-se aqui de uma simples franja litorânea que se estende ao pé do alto rebordo do planalto, o desnivelamento é em média de um milhar de metros, quasi sem chanfradura ou abaixamento. Contudo, é mais ainda pelo clima que pelo relêvo que se marca a separação..." (1). Incluindo o litoral no conjunto das áreas que denominou **velhas regiões,** situadas a leste e sul do aglomerado de Campinas, distinguiu, nessa parte, a Costa Leste e a Costa Oeste, esta última abrangendo a área que nos interessa, e tomando como zona limítrofe a de Santos. Tratando-se de uma primeira tentativa, ela já satisfaz pelo fato de enquadrar o problema em suas grandes linhas. Realmente, os responsáveis por tentativas que se seguiram, nunca escaparam completamente do quadro esboçado por Deffontaines.

O Conselho Nacional de Geografia, que distinguiu as divisões regionais ignorando, dentro do possível, os limites estaduais ,considerou, dentro do Estado de São Paulo, uma **zona do Litoral,** abrangendo o **Litoral de São Sebastião,** pertencente à **Grande Região Leste** do Brasil e o que denominou de **Litoral e a Serra,** compreendendo a **zona do Litoral de Iguape,** aproximadamente a que nos interessa, e a **zona do Litoral de Santos,** ambas dentro da **Grande Região Sul** do país (2). A principal diferença entre a Divisão Regional proposta pelo C.N G. e a apresentada por Deffontaines está no fato de que o primeiro distinguiu ao longo do litoral paulista as três porções que se tornaram clássicas, com os denominados litorais de São Sebastião, Santos e Iguape.

---

(1) DEFFONTAINES, Pierre — **Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo,** Primeiro esboço de divisão regional, in "Geografia", Ano I, n.º 2, São Paulo, 1935, pág. 120.

(2) Vide mapa in MONBEIG, Pierre — **A Divisão Regional do Estado de São Paulo**. Relatório apresentado à Assembléia Geral da A.G.B., reunida em Lorena, em nome da Secção Regional de São Paulo, in "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", Vol. I (1945-46), São Paulo, 1949, págs. 19 a 36.

A Secção Regional de São Paulo, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, com as vantagens de poder partir de uma apreciação crítica das tentativas anteriores, e de ter organizado seu quadro das divisões regionais do Estado após inúmeras reuniões em que o tema foi exaustivamente debatido, distinguiu uma **Região do Litoral,** subdividida em três sub-regiões: a **Baixada do Ribeira,** o **Litoral de Santos** e o **Litoral de São Sebastião** (3). A justificação foi apresentada por Pierre Monbeig, em Relatório à Assembléia Geral da A.G.B., reunida em Lorena: "A região do "Litoral" é um vasto conjunto (no Brasil) que apresenta, sem nenhuma dúvida, variações locais, mas cuja unidade é patente, através de diversos Estados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Estado do Rio, Distrito Federal). O mapa do C.N.G. indica um limite entre duas grandes regiões do Litoral, além de Santos; uma separação tão radical não nos parece aceitável .Sería preferível reconhecer, como o fizemos, uma só Região do Litoral, embora mais extensa" (4). Realmente, dois fatos novos despertam nossa atenção na divisão proposta pela A.G.B.. O primeiro é justamente o referente à consideração de tôda a orla litorânea como pertencente a uma só região, que por sinal, estreita e longa, prolonga-se para os Estados vizinhos. O segundo, que nos interessa mais de perto, é que pela primeira vez, dentro da tripartição clássica da fachada atlântica paulista, distinguiu-se uma **Baixada do Ribeira,** ao invés de continuar a se falar de um **Litoral de Iguape**. Julgamos tal fato da máxima importância, pois que está implícito o reconhecimento de que, embora incluida no Litoral, a área em aprêço possui características que não são inteiramente litorâneas, na mesma medida em que são as de São Sebastião e Santos.

Conviría, nesta altura, lembrar quais os critérios utilizados pela A.G.B. no emprêgo da nomenclatura aplicada à divisão regional. "As regiões correspondem a vastas unidades fisiográficas; as sub-regiões são delimitadas levando-se em conta, essencialmente, a paisagem geográfica; por isso mesmo sua

---

(3) Vide mapa no trabalho citado acima.
(4) MONBEIG, Pierre — Obra citada, pág. 21.

nomenclatura deverá, tanto quanto possível fazer ressaltar o traço dominante dessa paisagem; as zonas são encaradas sobretudo tendo-se em vista os fatos econômicos e, particularmente, as relações regionais que se organizam em função de um centro urbano" (5). A consideração das zonas, com o sentido que lhes deu a A.G.B., no momento não nos interessa, pois que implica na distinção de porções lentro da área em estudo.

Divisões como as organizadas por Milliet (6) e por Camargo (7), embora possam ser justificadas para as finalidades a que se prestaram, não podem nos interessar ,dados os critérios utilizados, sobretudo baseados no processo de irradiação ferroviária no Estado, aliado à marcha do povoamento e à sucessão das áreas cafeicultoras. De interêsse maior parecem ser as considerações de Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho, segundo as quais a área em aprêço está em parte incluida dentro do que os autores consideram **Zonas Velhas** e em parte dentro das **Zonas Novas** (8). De qualquer forma, são também considerações que interessam, principalmente, o problema da subdivisão da Baixada, dado que seus autores pràticamente levaram em consideração apenas os aspectos relativos ao povoamento, deixando à margem especialmente os fatos da geografia física.

João Dias da Silveira, cujos estudos foram específicamente voltados para a Baixada, chamou a atenção para o fato de

---

(5) Idem, pág. 20.

(6) MILLIET, Sérgio — **Roteiro do Café e outros ensaios,** Coleção Departamento de Cultura, Volume XXV, São Paulo, 1941, 3a. edição.

(7) CAMARGO, José Francisco de — **Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos,** (Ensaio sôbre as relações entre a Demografia e a Economia), 3 Volumes, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Boletim n.º 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas n.º 1, São Paulo, 1952.

(8) ALMEIDA, Vicente Unzer de (e) MENDES SOBRINHO, Ostávio Teixeira — **Migração Rural-Urbana.** Aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a Capital do Estado de São Paulo (com um estudo sôbre Zonas de Colonização do Estado de São Paulo), Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1951, pág. 43.

que "essa planicie a sudeste de São Paulo, drenada pelo baixo Ribeira e seus afluentes dêsse trecho, forma unidade geográfica ,de tal modo definida que mesmo o nosso conhecimento popular, tão pobre em têrmos designadores de paisagens regionais, já a distinguiu e a individualizou: é a "Ribeira de Iguape", expressão usada desde muito e perfeitamente conservada" (9). Os demais geografos que ainda trataram direta ou indiretamente do problema, a exemplo de Papy (10) e o próprio autor (11), assim como Monbeig, que voltou mais uma vêz sua atenção para a Divisão Regional lo Estado de São Paulo (12), pràticamente nada de novo trouxeram em seguida aos estudos de Silveira. Observações interessando o litoral paulista, mas não necessàriamente do problema da Baixada, tivemos com Maria Conceição Vicente de Carvalho (13), Araujo Filho (14) e Ab'Sáber (15), êste último particularmente voltado para os problemas morfológicos e geomorfológicos.

Em função dos elementos apresentados até agora, cremos ser necessário, inicialmente, chamar a atenção para o fato da Baixada do Ribeira se incluir dentro da vertente atlântica paulista, e, de um modo geral, dentro do conjunto das terras baixas do Estado. Não temos dúvidas em aceitar o ponto de vista da A.G.B., segundo o qual ela pertence a uma grande uni-

---

(9) SILVEIRA, João Dias da — **Baixadas Litorâneas Quentes e Úmidas,** Tese de Concurso à cadeira de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950, pág. 109.

(10) PAPY, L. — **En marge de l'Empire du Café, la façade atlantique de São Paulo,** in "Les Cahiers d'Outre-Mer", n.º 20, 5.ª année, Bordeaux, Octobre-décembre 1952, págs. 357-360.

(11) PETRONE, Pasquale — **O Homem Paulista,** in "Boletim Paulista de Geografia" n.º 23, São Paulo, juho de 1956, pág. 47.

(12) MONBEIG, Pierre — **Os Problemas da Divisão Regional de São Paulo,** in "Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante", C.N.G., 1954, págs. 183-184.

(13) CARVALHO, M. C. Vicente de — **Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista,** inédito, Bibliot. Fac. Fil. U.S.P., 1944.

(14) ARAUJO FILHO, J. R. de — **A Baixada do rio Itanhaém,** Boletim 116 da Fac. Fil. da U.S.P., (Geografia n.º 5), s.d.

(15) AB'SÁBER, Aziz Nacib — **A Terra Paulista,** in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 23, São Paulo, Julho de 1956, págs. 5 a 38.

dade que se estende ao longo da fachada atlântica de vários Estados. Entretanto, cremos que ela se distingue, mesmo dentro do trecho paulista dessa grande unidade, como aliás a própria A.G.B. apontou, separando a Baixada do Ribeira dos litorais de Santos e São Sebastião.

Como área da vertente atlântica paulista, a Baixada implica na consideração da **bacia do Ribeira** que abrange 68% da citada vertente. A bacia do Ribeira, para a melhor individualização da área que nos interessa, pode servir como um dos pontos de partida. E' evidente ,entretanto, que no caso da bacia do Ribeira, muito mais que nos das demais bacias da vertente atlântica paulista, as terras abrangidas interessam não apenas zonas de baixalas litorâneas como, também, relativabente extensas porções de escarpas (Paranapiacaba) e de planaltos, fato que qualquer carta hipsométrica do Estado pode evidenciar. Daí decorre que melhor individualização da área tão sugestivamente denominada de **Baixada** será feita com a distinção, dentro da bacia do Ribeira, das terras que podem ser consideradas baixas. Um primeiro critério seria o de considerar as terras baixas de 0 a 25 m. de altitude. Dêsse modo teriamos, para a bacia do Ribeira, um total de 2.130, 2 km² (16), representando 0,86% da superfície do Estado de São Paulo, já que tôdas as referidas terras até 25 m. encontram-se nessa circunscrição (não interessando a parte da bacia no Estado do Paraná), 9,89% da área total da vertente atlântica paulista e, 10,68% da própria bacia do Ribeira. Considerando, entretanto, que dentro do conjunto de terras até 25 m. de altitude, na bacia do Ribeira ,temos a presença de "ilhas" com altitudes maiores, assim como elas se tornam relativamente freqüentes para o norte e noroeste, em parte interessando a própria escarpa de Paranapiacaba, e considerando principalmente que essas partes com altitudes superiores a 25 m., especialmente quando isoladas, integram-se no conjunto paisagístico da área que nos interessa ,participando intimamente da vida desse conjunto, pelas atividades de seus habitantes, acreditamos ser mais pru-

---

(16) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 115.

dente, como aliás o fêz Silveira (17), tomar em linha de conta o conjunto de terras com a 0 a 100 m. de altitude. Naturalmente êsse critério torna bem mais extensa a área em consideração, que seriam as pertencentes à bacia do Ribeira, com menos de 100 m. de altitude.

Convém lembrar, todavia, com Silveira (18), que com a expressão popular "Ribeira de Iguape", designadora de um conjunto paisagístico regional, "não se designa tão sòmente as terras baixas que se desenvolvem ao longo dos cursos da bacia do Ribeira, mas incluem-se também, como geogràficamente deve ser feito, outras porções não drenadas por êles, as quais, porém, por suas características no quadro natural, por seu comportamento geral diante do homem, e pelas relações que mantém entre si, são com acerto reunidas para a formação de uma região". O autor citado refere-se especialmente às baixadas de Cananéia, às planícies da bacia do rio Una do Prelado e à Ilha Comprida.

Dêsse modo, a Baixada do Ribeira, por Silveira sempre designada por Ribeira de Iguape, com as terras entre 0 e 100 m. de altitude totalizaria 6.764 km², dos quais cêrca da metade, 3.133,5 km² teria de 0 a 25 m. de altitude (19). A superfície considerada, embora representando apenas 2,73% da superfície do Estado, abrange, e êste fato é mais expressivo, 96,29% das terras estaduais entre 0 a 100 m. e 31% da vertente atlântica paulista.

Ligadas às referidas baixadas com 0 a 100 m. de altitude, em grande parte drenadas pelo Ribeira e seus afluentes, encontramos uma série sugestiva de elementos físicos, especialmente climáticos, assim como fatos ligalos ao povoamento, à organização do espaço agrícola, à formação do habitat rural e à organização da rêde urbana, por exemplo, que conferem ao conjunto uma indiscutível unidade, que mais ressalta quando comparados, tais elementos, com as formas como aparecem em outras áreas contíguas, do Estado de São Paulo ou do Paraná.

---

(17) Idem, pág. 115.
(18) Ibidem, págs. 109-110.
(19) SIVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 115.

E' evidente que a cóta de 100 m. não foi por nós utilizada como elemento de caracterização regional, mas simplesmente como elemento de delimitação, já que a caracterização é decorrente de um conjunto de fenômenos, alguns citados acima, e que serão tratados no presente estudo. De resto, é também evidente que a altitude de 100 m. não constituiu e não poderia constituir um limite rígido da área em estudo.

Em face do que tivemos oportunidade de verificar nas excursões que realizamos na área que é objeto do presente estudo, não temos dúvida em caracterizá-la como uma região cultural bem definida, de unidade extraordinàriamente marcante, embora pertencente a um quadro natural mais extenso, que corresponderia à região do Litoral segundo a divisão regional da A.G.B.. Não julgamos mais acertado, apesar do fato nos parecer secundário, pois envolve mais uma questão de nomenclatura, considerá-la uma sub-região. Poder-se-ia lembrar, entretanto, que a identificação com as demais partes do litoral seria suficiente para que se a considerasse parte de uma região, portanto uma sub-região. Acreditamos, contudo, e o trabalho de Silveira aí está para comprová-lo (20), que, mesmo considerados os aspectos do quadro natural, a Baixada do Ribeira possui peculiaridades suficientes para distinguí-la. Bastaria lembrar que contràriamente às áreas do chamado litoral de São Sebastião, ou do litoral de Santos, a Baixada do Ribeira, embora litorânea pela posição e por várias de suas mais marcantes características físicas, não o é nas mesmas proporções, conforme já foi lembrado. Particularmente os fenômenos relativos à geografia humana, contribuem para acentuar nìtidamente êsse caráter não exclusivamente litorâneo da Baixada. Não é de admirar que enquanto as primeiras tentativas de divisão regional do Estado incluiam sempre um Litoral de Iguape (21), as últimas referem-se à Baixada do Ribeira ou, na pior das hipóteses, a um "pays d'Iguape" (22), evitando-se, para êsse

---

(20) Idem —
(21) Por exemplo a de DEFFONTAINES, Pierre, em trabalho já citado.
(22) PAPY, L. — Obra citada.

caso, o têrmo mais restritivo de Litoral. Ficamos, portanto, com preferência para considerá-la uma regão pura e simplesmente.

Subsiste, apesar da utilização do critério da curva de 100 m. de altitude ,o problema de sua delimitação. Considerada a referida curva, a área objeto do presente estudo seria delimitada por um grosseiro semi-círculo de elevações que a contornariam a Oeste, Norte e Nordeste, já que a Sul e Sudeste seria delimitada pelo mar. A Oeste as referidas elevações seriam representadas pelo alinhamento das encostas orientais das serras do Taquary, Caleado, Descanço e Samambaia, as duas primeiras e mgrande parte na zona limítrofe com o Estado do Paraná. Ao Norte os limites seriam dados pelas partes mais baixas da escarpa da serra de Paranapiacaba, em uma linha esquemàticamente digitada, afastando-se mais ao longo dos vales dos baixos cursos d'água que vertem pela referida escarpa em direção ao Ribeira ou ao Juquiá. Para Leste os principais limites seriam dados pelas serras do Bananal e dos Itatins. No interior da área abrangida por êsse perimetro subsistem algumas áreas serranas (Guaraú, Arataca, Quilombo, Votupoca), com altitudes superiores a 100m. Pelas posições que ocupam, assim como pela sua relativamente pequena expressão territorial, não as dissociaremos do conjunto estudado.

Como é natural, e conforme já o dissemos, tais limites devem ser tomados pelo valor que podem ter, ou seja, muito relativo. Como sucede para a maioria dos casos, é dificìlimo, se não pràticamente impossível ,estabelecer liimtes bem definidos para um aregião e a Baixada do Ribeira encontra-se no ról dêsses casos. Ao envez de uma linha limítrofe, é preferível, porque mais acertado, falar em uma faixa limítrofe, de espessura irregular e na qual interpenetram-se condições peculiares à Baixada com as das regiões contíguas. E' bem verdade, entretanto, que para a Baixada do Ribeira, a consideração de uma faixa limítrofe não oferece maiores dificuldades, resultando em uma satisfatória limitação, especialmente para quem se interessa pela região geográfica, visando antes de mais nada os fatos da geografia humana, e não pròpriamente pela região na-

tural. E' que o conjunto semi-circular a que nos referimos, além de ser formado por vertentes, serras e encostas que sobressaem, particularmente pelo contraste com a relativa platitude la Baixada, corresponde a áreas quase totalmente revestidas por denso manto florestal e, o que para o nosso caso tem um significado especial, corresponde, também, a uma faixa de espessura irregular, dominada por paisagens em que os elementos de humanização são relativamente poucos. Realmente, a Baixada do Ribeira não só se vê limitada por maiores altitudes e por faixas de transição climática, mas, principalmente, por uma faixa que a contorna, de povoamento muitíssimo ralo, quando não inexistente. O fato pode ser bem percebido até mesmo ao longo das estradas de Sete Barras a São Miguel Arcanjo e de Juquiá a Piedade, que as atravessam. Em qualquer carta de distribuição da população do Estado de São Paulo percebe-se a presença dêsse anel de "vazios "e "semi-vazios" demográficos, que chegam quase a caracterizar a Baixada como uma verdadeira "ilha" demográfica dentro do conjunto do Estado. As únicas partes onde essa forma de delimitação não é tão nítida, correspondem aos vales do Juquiá e do São Lourenço, a Nordeste, e ao próprio vale do Ribeira, a montante da barra do Batatal, em direção a Iporanga. Mas mesmo nêsses casos a delimitação pode ser feita com aproximação, fechando a faixa semi-circular a que estamos nos referindo.

A delimitação da região que será objeto de estudo, mésmo quando bastante aproximada de uma realidade que possa satisfazer o geógrafo, não resolve, todavia, o problema da pesquisa pròpriamente dita. Se de um lado as excursões, propiciando interpretações paisagísticas e entrevistas dentro dos quadros regionais delimitados, permitem não escapar aos objetivos definidos pela limitação de área, o mesmo não sucede, infelizmente, com os elementos estatísticos a que é imprescindível recorrer. E' fato bem conhecido de todos os geógrafos que uma das maiores dificuldades enfrentadas para aplicar os elementos estatísticos a uma realidade geográfica está em que os citados elementos referem-se, sempre, a unidades administrativas e os limites destas, na maioria dos casos, estão muito longe de coin-

cidir com os das unidades geográficas. Mas os elementos estatísticos, repetimos, são imprescindíveis, de molo que inevitávelmente somos obrigados a êles recorrer, e conseqüentemente somos obrigados a levar em consideração as circunscrições político-administrativas.

Para as finalidades referidas acima, consideramos o conjunto dos seguintes municípios: Iguape, Cananéia, Jacupiranga, Pariquéra-Açú, Eldorado, Registro, Sete Barras e Juquiá. Convém frizar que os municípios de Pariquéra-Açú e Sete Barras são recentes, tendo sido desmembrados de Jacupiranga e Registro, de modo que sempre que os dados se referirem a recenseamentos, o último dos quais, com elementos disponíveis, foi o de 1950, aparecerão sòmente seis, e não oito municípios.

Inteiramente na região da Baixada ,ou quase, encontram-se os municípios de Iguape, Cananéia, Jacupiranga e Pariquéra-Açu, de modo que os elementos estatísticos a êles referentes normalmente não suscitam dúvidas sôbre sua validade para a unidade geogrfica em estudo. Com a maior parte de sua superfícia dentro da região, mas possuindo faixas periféricas importantes estranhas a ela ,são os municípios de Eldorado e Registro. Acreditamos, contudo, que também no caso dêstes dois municípios os problemas relativos à superposição das áreas administrativas às geográficas não ofereçam maiores dificuldades. Pela analise das cartas de distribuição da população, assim como pela experiência sôbre a região ,sabemos que as porções periféricas dos citados municípios ,extranhas à Baixada ,estão compreendidas dentro do "vazio" semi-circular perimetral a que já nos referimos. Daí decorre que a maior parte dos dados estatísticos relativos aos dois municípios é válida para os terrenos pertencentes à região da Baixada. Finalmente, reconhecemos que pode suscitar dúvidas a inclusão do município de Juquiá, por dois motivos. Em primeiro lugar porque suas terras só em parte interessam a Baixada, e referimo-nos especialmente à faixa Sul do município, ao longo do curso do rio Juquiá. Em segundo lugar, tendo em vista que a cidade de Juquiá é ponta de trilhos, e encontra-se muito próxima de Miracatú, mantém uma intensa vida de relações com as áreas ao

longo da via férrea. Para o primeiro motivo, embora não nas bases inteiramente satisfatórias dos dois outros casos, jugamos que a consideração do município pode ser feita nas mesmas condições que Registro e Eldorado .As áreas indiscutìvelmente mais povoadas do município, assim como as mais importantes e contínuas áreas de colheita, e a própria cidade de Juquiá, encontram-se no Sul, junto ao rio Juquiá. A parte central, e particularmente a setentrional, apesar de cortadas pela estrada que sobe para Tapiraí, condensadora de alguns efetivo demográfico e de algumas atividades econômicas (bananais, lenha e carvão), no conjunto contrastam com a meridional pela parcimônia do povoamento. Portanto, ao tratarmos de fenômenos expressos numèricamente, interessando a circunscrição de Juquiá, só em pequenina parte êles se referirão a áreas estranhas à Baixada, no caso a escarpa da serra ao Norte de Juquiá. De resto, julgamos que, particularmente para os fatos humanos e econômicos, não é possível dissociar inteiramente a Baixada das áreas mais próximas, especialmente em se tratando de áreas voltadas para ela, senão pelas condições naturais, o que já seria verdadeiro, pelo menos pelas culturais. Para o segundo motivo, é preciso lembrar que para o caso existiriam três soluções: a primeira seria incluir na área em consideração não só as baixadas de Juquiá, mas também as de Miracatú, ao longo do baixo vale do São Lourenço; a segunda seria, como decidimos, incluir sòmente Juquiá; a terceira, finalmente, seria excluir também Juquiá. A primeira não nos pareceu razoável porque dessa forma iriamos considerar uma extensão demasiadamente prolongada da Baixada dentro da faixa da linha Santos-Juquiá que possui peculiaridades muito próprias. Por outro lado, iriam se tornar bem mais extensas as áreas não pertencentes à região da Baixada, que seriam tratadas com a utilização de elementos estatísticos em função dos municípios. A terceira solução pareceu-nos, das três, a menos viável, dado que a não consideração de Juquiá não só seria excluir uma importante área da Baixada, a do baixo vale do Juquiá, mas, também, amputá-la de um nódulo com o qual mantém uma intensa vida de relações, dada a ferrovia para Santos e a estra-

da de rodagem para Piedade e São Paulo. Conviria acrescentar, a estas considerações sôbre os limites da região estudada que, embora reconheçamos que a bacia do Una do Prelado, a Leste do município de Iguape, faz palte da região da Baixada do Ribeira, a ela não demos maior atenção. É uma falha que honestamente reconhecemos, embora a justifiquemos, de um lado, pela impossibilidade de visitar a área em questão e, de outro lado, pelo fato de muitas observações relativas ao Ribeira litorâneo e seus afluentes da margem esquerda dêsse trecho poderem ser extensivas a ela.

Nos trabalhos de campo procuramos, na medida do possível, percorrer tôdas as partes da região, uma ou mais vêzes, de modo que as observações pudessem corrigir ou comprovar os elementos obtidos em função das circunscrições municipais.

aspectos do quadro natural

Um dos aspectos mais característicos da morfologia do Estado de São Paulo, e que desperta a atenção quando se manuseia qualquer mapa hipsométrico do Estado, é o fato de possuir uma superfície que se destacam, pela sua amplitude, os planaltos. Se fôssem necessário classificar o Estado pelo domínio destas ou daquelas formas de relêvo, seria, sem dúvida, considerado um Estado planaetino. Sòmente os rebordos dessas terras elevadas, o cnstituindo as escarpas da Serra lo Mar ou da Serra de Paranapiacaba, os esporões e formações isoladas das referidas zonas serranas e, uma longa, estreita e fragmentada faixa de planícies litorâneas, fogem àquela classificação. Estas partes, no conjunto, constituem exceções, dado que os planaltos abrangem 93% do território do Estado (23). Considerando que, de um modo esquemático, as escarpas do Mar e de Paranapiacaba na verdade constituem zonas limítrofes das áreas planaltinas, o território paulista pràticamente pode ser dividido em duas partes muito desiguais: os planaltos de um lado e, de outro, as planícies litorâneas. Estas, normalmente muito acanha-

(23) AB'SÁBER, Aziz Nacib — Obra citada, pág. 16.

das, "baixadas isoladas entre esporões" (24), assumem, entretanto, maiores amplitudes na parte sul do Estado, onde o afastamento em relação à linha de costa, das escarpas le Paranapiacaba, permite a presença de uma baixada que se aprofunda no continente mais que o comum para a fachada atlântica paulista: trata-se da denominada **Baixada do Ribeira**, de grande importância, dentro do conjunto das terras baixas do litoral paulista, já que seu território até 100 m. de altitude corresponde a 31% da vertente atlântica do Estado.

Morfològicamente a Baixada do Ribeira é uma grande extensão de terras baixas, quase 6.800 km² de superfície abaixo de 100 m., abertas para o oceano e emolduradas pela Serra de Pranapiacaba e seus contrafortes. Aprofundando-se aproximadamente 80 km. para o interior e, com uma largura que é quase equivalente, constitui uma área geològicamente complexa, dentro da qual encontramos desde as formações cristalinas mais antigas, até grandes extensões de sedimentos muito recentes. Entretanto, o fato mais importante é que a maioria da superfície da Baixada é formada por áreas sedimentares, antigas e recentes, de origem marítima ,terrígena ou de ambas as origens.

Segundo o que parece mais provável, ainda no pleistoceno a maior parte da área em consideração constituia como que um gigantesco golfão com linha de costa emoldurada pela vizinhança de Paranapiacaba e com suas águas pontilhadas, aqui e ali, por ilhas maiores e menores, tôdas montanhosas. Com o tempo o referido golfão foi sendo entulhado graças ao trabalho do mar, com a formação de restingas, e ao trabalho das águas continentais — e do próprio mar — colmatando as zonas lagunares que se formavam. As ilhas, soldadas ao continente pelas restingas e cordões litorâneos, inicialmente originando tômbolos, logo tornaram-se morros "ilhados" na baixada em formação. Ao mesmo tempo definiu-se, na zona sedimentar que se formava, o curso do Ribeira do Iguape, por cuja calha encontrou vazão boa parte das aluviões que contribuiram para

---

(24) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 107.

o progressivo entulhamento da baixada. Daí a presença, na área em questão, de uma das mais amplas zonas litorâneas brasileiras de sedimentação quaternária. Uma complexa sucessão de movimentos eustáticos, ainda não inteiramente definida, apesar dos excelentes trabalhos de Silveira e Ab'Sáber (25), com as naturais decorrências no comportamento da drenagem, teria sido responsável pelos aspectos morfológicos dominantes, em que terraços e níveis de erosão constituem elementos marcantes.

A principal área sedimentar é uma faixa com largura irregular, em tôrno dos 10 km., que se dispõe ao longo da linha de costa. Trata-se de área formada por sedimentos marinhos, predominantemente arenosos, antigos e modernos, com modesta participação de materiais terrígenos. Corresponde a zonas situadas pouco acima do nível do mar, normalmente com altitudes que não superam os 10 m. Caracterizada pela presença de uma verdadeira família de restingas dispostas longitudinalmente, com dunas, nela podemos distinguir, grosseiramente, uma faixa junto ao mar, mais recente, em grande parte responsável pelo caráter de "zona ilhada" da fachada litorânea da Baixada, especialmente responsável pela presença la ilha Comprida; uma segunda faixa, disposta, para o interior, logo a seguir, mais antiga, com restingas e dunas consolidadas, responsável por uma topografia suavemente ondulada em que lombadas e depressões sucedem-se da costa para o interior. No conjunto trata-se de uma faixa de terras baixas, ligeiramente onduladas, com presença de baixos terraços e de zonas de manguezais, especialmente em tôrno de Cananéia, numa ou noutra parte interrompidas por morrotes cristalinos, a exemplo do que se verifica na ilha de Cananéia e especialmente na ilha do Cardoso (26).

---

(25) Leia-se SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, e AB'SABER, Aziz Nacib — **Contribuição à Geomorfologia do Litoral Paulista**, separata da "Revista Brasileira de Geografia", n.º 1, Ano XVII, Rio de Janeiro, 1955.

(26) A propósito da gênese, especialmente dos terraços, leia-se as obras citadas na nota de rodapé anterior.

Um outro conjunto de áreas sedimentares, de distribuição e disposição mais irregular, é o que se pode encontrar ao longo do rio Ribeira de Iguape, desde pouco a montante do Valo Grande até aproximadamente a barra do Batatal, a montante de Eldorado, e ao longo de seus dois mais importantes afluentes: o Juquiá, com faixa selimentar que se estende além da confluência com o São Lourenço; o Jacupiranga, ao longo do qual as aluviões se dispõem em faixa estreita especialmente até a barra do Guaraú. As aluviões que se dispõem ao longo dos cursos citados são recentes, embora, em alguns casos, sejam ladeadas, a exemplo do Jacupiranga e Ribeira eldoradense, por faixas irregulares de aluvionamento antigo. De um modo geral essas áreas correspondem a várzeas e zonas alagadiças, abrangendo, também, trechos terraceados, especialmente nas porções a montante da barra do Jacupiranga, no Ribeira. As várzeas, conforme se verá, têm enorme importância para as lavouras de arroz, um dos produtos que contribuem para manter as paisagens agrícolas regionais, enquanto os terraços, em sua maioria em tôrno de 25 m. (27), têm sido utilizados como sítios para as aglomerações urbanas e semi-urbanas. Conforme teremos ocasião de verificar, os citados terraços têm, também, um papel relevante na própria organização do espaço econômico, dado que não é raro a preferência a êles dada por uma série de culturas, em uma área que se estende de Registro a Eldorado especialmente.

Quando nos afastamos dos eixos representados pelos maiores cursos d'água, depois de atravessadas as zonas de aluviões, baixas e planas, ou terraceadas, penetramos em áreas normalmente formadas por terrenos arqueanos, quase sempre gnáissicos, ou por terrenos algonquianos (série Assunguy), regra geral com xistos e filitos. O primeiro caso verifica-se especialmente a leste do curso do Ribeira, a jusante da barra do Juquiá e ao sul do baixo curso dêste último. O segundo caso verifica-se normalmente em quase todo o restante do território considerado. A essas formações corresponde uma morfologia mais

---

(27) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 132.

acidentada que as das áreas precedentes, com a presença dominante de colinas de dorsos suaves, relativamente pouco elevadas, pois que normalmente não superam de muito os 50 m. de altitude, freqüentemente sendo mais baixas. Para a periferia do conjunto regional consilerado, essas terras se elevam em um conjunto de alinhamentos de escarpas e serras, grosseiramente semicircular, com os Itatins a leste, Paranapiacaba ao norte e noroeste, Samambaia, Descanso, Cadeado, Taquary a oeste e sudoeste, dando margem ao grande anfiteatro em que se enquadra a Baixada. Em certos casos os referidos terrenos dão margem a alinhamentos (serras de Jaguarí, Hilário, Bananal Pequeno, Votupoca), ou áreas mais ou menos isoladas, (Guaraú, Quilombo), de terras mais elevadas, dentro do próprio quadro la Baixada.

Esquemàticamente, conforme as conclusões de Silveira em seu trabalho sôbre a Baixada (28), e de acôrdo com observações efetuadas pelo mesmo Silveira, em excursão com o qual o autor teve oportunidade de realizar no Guaraú, em 1954, em tôda a Baixada do Ribeira é possível distinguir os seguintes níveis: 1. um nível mais baixo, em tôrno de 6-7 m. junto ao litoral, correspondendo à maior parte das várzeas da região, assim como a terraços marinhos de pequena amplitude altimétrica, ou a terraços de piçarras; 2. um nível de aproximadamente 25 m. sôbre o das várzeas, normalmente correspondendo à presença de terraços fluviais e de terraços marinhos de abrasão; 3. um nível, muito freqüente, aproximadamente a 50-60 m. sôbre as várzeas, compreendendo a presença isolada de antigos terraços fluviais e tôpos de colinas bizeladas pelo trabalho escultural das águas correntes; 4. dois outros níveis, interessando porções mais restritas, sendo um em tôrno de 200-300 m. e o outro relativo às elevações correspondentes às serras isoladas, ambos resultantes de trabalho de erosão e, em alguns casos, provàvelmente de erosão diferencial. Os níveis

---

(28) Veja-se SILVEIRA, João Dias da — Obra citada.

inferiores, quando resultantes de sedimentação, freqüentemente encontram-se embutidos nos superiores (29).

Qualquer que seja a parte da Baixada considerada, em área de restingas ou de colinas, sedimentares ou não, percebe-se a presença de uma hidrografia rica, em grande parte decorrente da pluviosidade relativamente elevada e, em muitos casos, da presença de terrenos pouco permeáveis e de escoamento difícil.

Na faixa costeira, onde predominam os terrenos de antigas restingas, a hidrografia superficial, mais rica no recôncavo de Cananéia, caracteriza-se pelos cursos extremamente irregulares, sinuosos, com uma extraordinária abundância de meandros, divagando em busca de uma possibilidade de escoamento dificultado pelo material depositado pelo mar, dentro de vales amplos onde se processa intensa acumulação. Freqüentemente comunicando-se entre si pelos "furados", canais naturais ou abertos pelo homem, sujeitos às influências das marés em porções notáveis de seus cursos, são responsáveis por cheias prolongadas que justificam a existência de extensos banhados e brejos, de amplitude explicável pelos interflúvios pouco acentuados, na costa freqüentemente confundindo-se com as áreas de manguezais.

Algumas das características acima citadas podem ser encontradas ao longo dos principais eixos fluviais, quando remontamos para o interior. As várzeas relativamente extensas, muitas vêzes ocupadas por brejos, dentro das quais meandram os rios, são encontradas, por exemplo, ao longo do Ribeira, pràticamente até a barra do Juquiá, assim como nos baixos cursos dêste rio e do Jacupiranga e Pariquéra-Açú. Nêstes casos, entretanto, os limites das várzeas são mais definidos, as cheias

---

(29) Fugindo ao objetivo do presente trabalho, não há aqui nenhuma preocupação no sentido de entrar em pormenores, particularmente quanto à gênese dos referidos níveis. Para isso convém lêr: SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, págs. 135 a 142; AB'SÁBER, Aziz Nacib — Obra citada, pág. 15 em diante; AB'SÁBER, Aziz Nacib (e) BESNARD, W. — **Sambaquís da região lagunar de Cananéia**. I — Observações geográficas. II — Especulações pré-históricas, in "Boletim do Instituto Oceanográfico", Tomo IV, Fasc. 1 e 2, São Paulo, 1953, págs. 216 a 220.

são menos prolongadas e, no conjunto, a hidrografia é melhor organizada.

Na zona sublitorânea em que dominam as colinas e terraços, a superfície é mais enxuta que nas áreas precedentes. Os cursos d'água são sempre abundantes, porém possuem percursos melhor definidos, de modo que o conjunto da hidrografia superficial revela-se mais estável. Na maioria los casos os rios encontram-se em fase de encaixamento, ou então já encaixados, dentro de vales que ainda se apresentam com bastante amplitude. Daí a presença de barrancas entalhadas pelos rios nos próprios sedimentos depositados anteriormente. Nos cursos maiores verifica-se, ainda, a presença de meandros, freqüentemente encaixando-se, ocasionando a mutabilidade típica das várzeas que ora se limitam por barrancas, ora confundem-se com a presença de zonas marginais de suaves declividades. Os brejos, embora bem menos numerosos, principalmente menos extensos, não estão inteiramente ausentes, caracterizando-se pelas superfícies mais acanhadas e pelo fato de estarem mais ìntimamente na dependência das cheias dos rios. Pràticamente a maioria dêles desaparece nas épocas de estiagem. A presença de lagoas em crescente, assim como de meandros abandonados torna-se bem menos significativa que nas áreas lembradas anteriormente.

No conjunto a hidrografia regional é um dos elementos mais significativos para a vida do homem. Graças à sua riqueza e ao fato de raramente não se apresentar com rios de perfís longitudinais regulares, tìpicamente de planície, tem sido aproveitada pela navegação, tendo sido o meio de penetração e de fixação dos povoadores. Via de comunicação, elemento justificador de determinadas culturas, fònte de pesca, ou elemento perturbador como decorrência das cheias, os rios contribuem para definir grande parte das características das paisagens regionais.

As condições climáticas, por intermédio da pluviosidade, explicam, como foi dito, muito da riqueza hidrográfica regional. Conforme, com propriedade, acentuou Silveira em seu

trabalho já tantas vêzes citado (30), a Baixada do Ribeira não dispõe de uma rêde satisfatória de postos meteorológicos, de modo que quaisquer considerações a propósito de suas condições climáticas não corresponderão, necessàriamente, a uma realidade. Todavia, com os elementos que o próprio autor citado conseguiu coletar e interpretar (31), assim como os resultados do trabalho de Setzer (32), ou de observações parciais (33), somadas às observações decorrentes das informações dos habitantes da região, sempre de certo interêsse, embora fragmentárias, torna-se possível formar uma idéia geral das condições climáticas regionais.

De um modo geral as temperaturas são relativamente elevadas em tôda a Baixada. As médis térmicas anuais normalmente se incluem entre 20° e 22° C., fato que pràticamente a define como Baixada quente. As amplitudes térmicas anuais são relativamente baixas, em granle parte devido à presença da vizinhança oceânica, embora tôda a região fique ligeiramente ao sul do trópico de Capricórnio. Os meses menos quentes, junho, julho e agôsto, normalmente apresentam-se com médias térmicas superiores a 18° C., enquanto que os mais quentes. dezembro, janeiro e fevereiro, superam de pouco médias de 25° C. No conjunto percebe-se a inexistência, pelo menos com pronunciamento nítido, de estções decorrentes do regime térmico. O inverno astronômico não chega a ser frio, fato que se verifica em tôdas as partes da área considerada. Uma pequenina diferenciação existe, entretanto, entre a zona costeira e a retro-terra, perceptível especialmente no comportamento das máximas e mínimas, menos pronunciadas nas áreas costeiras. Pode-se falar, portanto, para a Baixada, em uma relativa uniformidade térmica. Segundo parece o comportamento da tem-

---

(30) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 142.
(31) Idem, págs. 142 a 157.
(32) SETZER, José — **Contribuição para o estudo do clima do Estado de São Paulo,** separata do Boletim "D.E.R.", Vols. IX a XI, outubro de 1943 a outubro de 1945, São Paulo, 1946.
(33) CAMARGO, Angelo Paes de — **A seringueira em São Paulo e o mal das folhas** in Suplemento Agrícola do Jornal "O Estado de São Paulo", São Paulo, 30 de março de 1960.

peratura não sofre modificações muito importantes decorrentes das formas e orientação do relêvo. O domínio da horizontabilidade da morfologia regional não só permite que permaneçam as condições decorrentes da posição em latitude ou em relação ao mar mas, também, poucas vêzes dá margem a que se estabeleçam diferenciações térmicas em função da orientação de vertentes. Vertentes mais ou menos ensolaradas, "soalheiras" e "noruegas", só se esboçam nas áreas mais movimentadas, justamente aquelas menos utilizadas pelo homem e que menor interêsse têm para êste trabalho. Maior importância, segundo tudo parece indicar, tem a orientação das vertentes em face dos ventos e da distribuição das chuvas. Entretanto, não de modo a definir nìtidamente áreas diferenciadas quanto à utilização do solo.

A pluviosidade, embora não revele índices tão elevados quanto os da Baixada santista ou das baixadas do litoral entre Santos e Ubatuba, é relativamente elevada. As médias pluviométricas anuais são normalmente superiores a 1.500 mm., poucas vêzes inferiores e raramente superando 2.000 mm. Trata-se, portanto, considerado o regime térmico, de uma Baixada quente e úmida. Tais médias possuem um significado relativo, dado que de ano para ano, sem que existam elementos para verificar possíveis periodicidades e suas causas, verificam-se oscilações, às vêzes muito acentuadas. E' quanto Silveira observou para Iguape (34), e é quanto foi possível observar pelas informações de moradores e pelas relativas ao pluviômetro da Serrana de Mineração, em Cajatí, no município de Jacupiranga. De qualquer forma, as mais elevadas precipitações registram-se na orla litorânea, em importância, de Cananéia para Iguape, decrescendo para o interior. O regime pluviométrico caracteriza-se pela presença de um máximo de verão, estação chuvosa, e um mínimo de inverno, estação menos chuvosa mas não necessàriamente sêca. Mais nìtidamente sêco parece tornar-se o inverno no interior da Baixada, especialmente nos anos de pluviosidade mais baixa. Em tolo caso, conforme in-

(34) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 153.

formações do agrônomo de Eldorado, no interior da Baixada a deficiência de pluviosidade pode ser parcialmente compensada pelo sereno da noite.

A unidade do ar é relativamente elevada em tôda a região. Silveira, que só pôde interpretar elementos sôbre Iguape e Cananéia, encontrou valôres nunca abaixo de 70% de umidade relativa. Pelas informações obtidas em várias partes, as condições no interior da Baixada diferem um pouco, de um modo geral com umidade menos elevada. Entretanto, é preciso não exagerar, pois segundo informações relativas a Registro (35), a freqüência dos períodos no decorrer do ano com umidade relativa de 100% e superior a 95% durante mais de 10 horas consecutivas é respectivamente de 103 e 269.

No conjunto, dezembro, janeiro e fevereiro são meses quentes, relativamente úmidos, com freqüentes chuvas e trovoadas. A pluviosidade continúa, com menor número de dias, em março, ainda bastante quente. Com tempo relativamente instável em abril, chegamos a maio com temperaturas ainda em ligeiro declínio, dias ensolarados, pluviosidade já relativamente baixa, porém com ar úmido. De junho a setembro os dias são claros, limpos e sêcos; as chuvas são esporádicas e a umidade do ar, que aumentou, justifica as noites de sereno. Já em setembro, mas especialmente em outubro, os dias tornam-se mais quentes, a luminosidade maior, aumentando as precipitações, com trovoadas. Em novembro pràticamente vigoram as condições do verão.

As condições climáticas da Baixada não só são grandemente responsáveis pelas características de boa parte das atividades agrícolas, como, e principalmente, devem ser responsabilizadas pelas dificuldades em definir um calendário agrícola para a região. A inexistência le um rítmo sazonário bem marcado, assim como as irregulriddes e desvios que se verificam, anualmente, no regime térmico e especialmente no pluviométrico, em grande parte explicam a existência, especialmente para as lavouras temporárias, de calendários bem defi-

---

(35) CAMARGO, Angelo Paes de — Trabalho citado, vide tabela.

nidos e, para as grandes lavouras permanentes, problemas inesperados, tais como a ausência prolongada de chuvas ou a presença de períodos excepcionalmente úmidos. Um aspecto interessante e que vale a pena destacar tendo em vista as repercussões sôbre a utilização do solo é o relativo às possibilidades de geadas. Embora elas possam aparecer na Baixada, só o fazem esporàdicamente, de modo que sua influência é pràticamente nula, não constituindo fator limitador da variedade de plantas cultivadas na região. Tal fato tem interêsse especial para o cultivo cafeeiro.

Tendo em vista o carater quente e úmido da região aí as condições climáticas geralmente superam o fatôr edáfico na definição das formações vegetais (36), de forma que preferimos dar uma idéia da vegetação, em seqüência ao clima, deixando os solos para serem tratados posteriormente.

Uma idéia satisfatória sôbre as paisagens vegetais da Baixada do Ribeira pode ser obtida no trabalho le Silveira (37), que nos oferece o quadro mais completo a respeito. As observações abaixo serão limitadas, portanto, aos grandes traços do revestimento vegetal da região.

A formação vegetal que dominou a região considerada, aparecendo ainda nas zonas periféricas (encostas serranas) ou em porções dos morros isolados, foi a mata tropical úmida, ou floresta pluvial. Trata-se, em conseqüência, de floresta heterogênea, relativamente intrincada. A maior parte foi destruida pelo homem, ou para dar lugar a espaços agrícolas, ou para a extração de madeira e lenha, ou ainda para a obtenção de carvão ou palmito. O fogo foi o principal instrumento no processo de destruição. Inicialmente recobrindo as mais diferentes partes da região, em altitudes e sôbre solos diferentes, sofreu o processo comum de destruição que levou à sua substituição por capoeiras de todos os tipos e, na melhor das hipóteses, por matas secundárias. As zonas florestais foram, na Baixada como na maior parte do país, preferidas para as atividades agrícolas, quer se trate da agricultura itinerante de subsistência,

(36) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 168.
(37) Idem, pág. 169 e seguintes.

marcada pela utilização de técnicas primitivas, quer da policultura que, na região, foi introduzida e praticada por colonos eslavos ou italianos de Pariquéra-Açú, ou ainda da monocultura de chá, comum às reas de colonização japonêsa dos arredores de Registro.

A floresta, constituindo um estado evolutivo para o "climax" representado pela anterior, embora menos rica, aparece, ou aparecia, recobrindo a maior parte da faixa formada pelas restingas e dunas consolidadas. Com características difíceis de diferenciar fisionômicamente, pode surgir também nas zonas menos enxutas, correlacionadas com a presença de diques marginais, em "pestana", ou ainda em trechos de restingas e dunas recentes, como tivemos oportunidade de observar em uma ou em outra parte da ilha Comprida (*). Nesta área, entretanto, como em tôlas onde dominam dunas e restingas recentes, regra geral a vegetação é sub-arbórea ou arborescente, com arbustos e pequenas árvores, formando manchas muito densas.

Nas zonas de várzea, "varjões", banhados, predominam formações herbáceas, com lírio do brejo, perí, taboa, caxeta, e, mais raramente, formações arbustivas e arbóreas ralas. Finalmente, temos as zonas litorâneas com presença de mangues e, ainda menos importante para nós, a vegetação halófila e psamófila das partes arenosas junto ao mar.

Embora tôda a flora regional tenha sido de uma ou de outra forma aproveitada pelo homem, é com a floresta, convém repetir, que se estabeleceram relações mais íntimas e intensas.

Consideradas as diferentes formações geológicas da região, Silveira reconheceu quatro grandes grupos de solos (38): 1.

(*) O "jundú", conforme a denominação popular é formação arbórea ou sub-arbórea, fase precoce no processo para o "climax" florestal.

(38) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, págs. 159 a 166; vêr também, a respeito: REGO, Luiz Flores de Morais: **Considerações preliminares sôbre a genesis e a distruibuição dos solos do Estado de São Paulo,** in "Geografia", Ano I, n.º 1, São Paulo, 1935, págs. 10 a 48 — transcrito in "Boletim Geogfáfico", Ano III, n.º 27, Rio de Janeiro, junho de 1945, págs. 351 a 369;

solos eluviais; 2. solos sôbre aluviões antigas; 3. solos sôbre aluviões modernas e 4. solos sôbre depósitos marinhos. Geralmente os solos da Baixada do Ribeira não são considerados muito férteis. No conjunto predominam solos frágeis, pouco profundos, quase sempre com predominância de materiais silicosos. Entre os mais favoráveis encontram-se os massapés e salmourão, particularmente o primeiro, solos eluviais das formações algonquianas e arqueanas. Quando menos ácidos, argilosos tendendo par arenosos, são satisfatórios, especialmente se contiverem elementos minerais em proporções razoáveis. São encontrados na zona sub-litorânea, em áreas de colinas. Os melhores pertencem a uma faixa que, grosseira e irregularmente, dispõe-se aproximadamente de Registro a Eldorado, passando por Jacupiranga, em tôrno da qual existe, segundo opinião corrente entre os agricultores da região, uma área de solos excepcionalmente férteis. Os solos das várzeas ribeirinhas, inundáveis, solos sôbre aluviões recentes, a par de freqüentemente profundos, com lençol freático bastante superficial, constituem o produto das periódicas inundações ocasionadas pelo transbordamento dos rios. Pelo quanto se pode saber, incluem-se entre os que na região oferecem melhores possibilidades, o que em parte vê-se comprovado pela permanência de certas culturas sedentárias, a exemplo do arroz, apesar das técnicas rudimentares empregadas. Os solos das aluviões antigas em parte se confundem com os eluviais na formação da faixa considerada mais fértil, entre Registro e Eldorado. Na parte litorânea, em áreas com sedimentação marinha, os solos são rasos, excessivamente arenosos e muito frágeis, embora favorecidos, em alguns casos, pela superficialidade do lençol freático.

A não ser no caso dos solos das áreas inundáveis, pràticamente conservados pela cheias, periódicas ou não, todos os de-

---

SETZER, José — **Os solos do Grupo 21**, do "Boletim de Agricultura", n.º único, 1947, São Paulo, 1949; Idem — **Os solos dos Grupos 19 a 22**, do "Boletim de Agricultura", n.º único, 1945, São Paulo, 1949; CUNHA, João Ferreira da (e) AZZI, Reinaldo — **Relatório sôbre o vale do Ribeira de Iguape**, in "Diário Oficial do Estado de São Paulo", 16 de junho de 1949.

mais, com poucas exceções, não suportam atividades agrícolas muito intensas. Normalmente, destruido o revestimento vegetal natural, especialmente no caso da floresta pluvial, os solos se refazem com demasiada lentidão. Embora em muitos casos, em especial nos solos das colinas e terraços antigos, as primeiras colheitas possam surpreender pela abundância, após alguns anos, às vêzes apenas 3 ou 4, os solos se esgotam, os rendimentos deixam de ser compensadores e, em conseqüência, devem ser abandonados, dando lugar a capoeiras ralas. Nas áreas de sedimentação marinha, especialmente nas mais recentes, o problema é mais grave, dada a maior fragilidade dos solos. Nos casos dos depósitos marinhos antigos a presença de uma dura camada de areia consolilada, a poucos centímetros de profundidade, torna seu aproveitamento mais difícil (39).

E' evidente que o aproveitamento dos solos, em geral com resultados insatisfatórios, decorre não sòmente de sua profundidade, riqueza em elementos orgânicos ou minerais, mas, em grande parte, da presença de sistemas de agricultura marcadamente predatórios. O agricultor pràticamente destrói o manto vegetal de modo a obter espaço para aproveitar uma delgada película superficial relativamente rica em humus. Esta esgotada, em grande parte esgotamento acelerado pelas queimadas, a solução de rotina é buscar outra área, para o que se destrói outra parte do revestimento vegetal. Por outro lado, desprovidos do revestimento vegetal, os solos, particularmente das colinas e morros, tornam-se prêsa fácil da erosão. Técnicas adequadas de conservação, com racional emprêgo de adubos e medidas de defesa em relação à atividade das águas superficiais, podem tornar mais otimista a situação da Baixada quanto aos solos.

a baixada do ribeira, região paisagìsticamente diferenciada

Depois de tratar do problema da delimitação da Baixada do Ribeira, e de sua caracterização física, nêste último caso em

---

(39) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, págs. 164-165

suas grandes linhas, queremos tentar, nesta parte que talvez pudesse servir de fecho ao presente trabalho, uma divisão da legião, aproveitando tudo quanto se terá oportunidade de ver a seguir.

Considerando apenas os elementos do quadro natural parece não haver dúvida, a não ser, talvez, em pormenores sem maiores significações, sôbre os quatro aspectos distinguidos por Silveira dentro da região em aprêço: região litorânea do Ribeira, região sub-litorânea do Ribeira, região do Juquiá e baixada ou recôncavo de Cananéia (40). Êles correspondem, conforme demonstrou o autor, a paisagens peculiares, embora não necessàriamente demais diferenciadas umas das outras. A presença do homem, entretanto, criando formas de organização da ocupação do espaço econômico que, muitas vêzes, não se ajustam inteiramente a êste ou aquêle quadro natural, expressas em paisagens culturais que contribuem para atenuar as diferenciações dos referidos quadros, ou para mais nìtidamente diferenciá-los, justifica uma divisão que sòmente nos grandes traços confunde-se com a citada acima.

Assim é que, consideradas as paisagens culturais, torna-se possível, de certa forma aceitando a sub-divisão proposta pela Secção paulista da A.G.B., distinguir duas sub-regiões: a sub-região litorânea, que grosso modo corresponderia à zona de Iguape da A.G.B. e a sub-região da retro-terra da Ribeira, correspondendo, sempre nas grandes linhas, à zona de Registro da A.G.B. (41).

A sub-região litorânea abrangeria, sem que os limites devam ser considerados rígidos, o conjunto das pequeninas bacias hidrográficas drenadas para o lagamar de Cananéia, tôda a ilha Comprida e as terras drenadas pelo Ribeira litorâneo e seus afluentes nêsse trecho, além da bacia do Una do Prelado, não incluida ao presente estudo. Suas características principais seriam as seguintes: 1. A presenba constante do mar, com as extensas linhas de praias da ilha Comprida ou da Juréia, o número relativamente grande de ilhas embutidas no continente

(40) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 191.
(41) MONBEIG, Pierre — Relatório citado, págs. 23-24.

(Cardoso, Cananéia, Comprida), os numerosos canais, "mares" e baías (Pequeno, de Cananéia, do Cubatão, Ararapira, Trapandé), a influência das marés que, particularmente em tôrno de Iguape, se faz sentir de modo pronuncialo nos rios. Em última análise, a "zona ilhada", segundo a expressão de Werneck Sodré (42), com interessante interpenetração de mar e terra. 2. A platitude das terras, com altitudes normalmente pouco acima do nível médio do mar, e caracterizadas, na melhor das hipóteses, por ligeiras ondulações conseqüentes da presença de feixes de restingas consolidadas. 3. A drenagem superficial riquíssima, serpenteante e freqüentemente indecisa, com presença de manguezais, na faixa costeira, e que, muitas vêzes, são contíguos a zonas de banhados e brejos. Paisagens misto de água e terra, como Silveira se expressou a propósito da área de Iguape (43). 4. Revestimento vegetal muito variado, em que às florestas de mangues se avizinham as associações de perí ou lírio do brejo, em áreas mais encharcadas de água dôce, ou o "jundú" e até mesmo a floresta tropical das pestanas e diques marginais, das manchas de sambaquís, ou das encostas dos morrotes isolados. 5. Umidade elevada e abundante pluviosidade, embora mais acentuadamente na zona de Cananéia (44), ausência de verdadeira estação sêca e presença de temperaturas elevadas e uniformes. 6. Área de povoamento antigo, conforme teremos oportunidade de ver, um dos mais precoces de todo o país, característica que justificou sua inclusão entre as zonas velhas do Estado, por Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho (45). 7. População rala, dado que as densidades normalmente giram em tôrno de 5 hab. por km², sendo na verdade mais baixas se se excluem os aglomerados de Iguape e Cananéia. Presença de áreas quase vazias, como a ilha Comprida ou a do Cardoso. 8. Presença de uma população relati-

---

(42) SODRÉ, Nelson Werneck — **Geografia das Comunicações paulistas, III** — O Litoral, in "Digesto Econômico", Ano III, n.º 35, São Paulo, outubro de 1947, págs. 88 a 92.

(43) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, págs. 191-193.

(44) Idem, obra citada, págs. 193-194.

(45) ALMEIDA, Vicente Unzer de (e) MENDES SOBRINHO, Octávio Teixeira — Obra citada, pág. 80.

vamente homogênea, bàsicamente luso-brasileira, apesar das iniciativas de colonização com elementos especialmente germânicos na área de Cananéia ou japonêses na área de Iguape. 9. Área de decadência econômica, com as velhas cidades de Iguape e Cananéia que, no dizer de Silveira, "fazem presente o passado da região" (46). 10. Os gêneros de vida são sobretudo baseados na pesca e nas "roças" itinerantes de subsistência, a não ser ao longo do Ribeira litorâneo, ou nas margens do Una da Aldeia, onde a rizicultura e a bananicultura condicionam diferentes modos de vida.

Dentro da referida sub-região litorânea é possível distinguir duas zonas, a do litoral de Iguape e a lagunar de Cananéia, correspondentes, respectivamente, à região litorânea da Ribeira e Baixada ou Recôncavo de Cananéia de Silveira. Estas duas zonas, já passíveis de diferenciação quando consideradas as particularidades de seus quadros naturais — bastaria lembrar que a de Cananéia foge completamente à bacia do Ribeira — foram diversamente marcadas pela presença do homem. De um modo geral a zona lagunar de Cananéia revela índices paisagísticos mais baixos de humanização. Conserva melhor seus quadros naturais, embora aí, como em Iguape, as marcas de humanização paisagísticas se apresentem desproporcionais ao escasso efetivo humano por elas responsáveis. Por outro lado, o recôncavo lagunar de Cananéia permanece relativamente isolado da retro-terra, enquanto que o litoral de Iguape, graças à articulação representada pelo Riveira, poude manter, especialmente no passado, intensa vida de relações com a referida retro-terra. Há, por outro lado, uma sensível diferenciação econômica entre as duas zonas, sem dúvida favorecendo a de Iguape. Dentro do critério para a distinção de "zonas", adotado pela Secção paulista da A.G.B., "encaradas sobretudo tendo-se em vista os fatos econômicos e, particularmente, as relações regionais que se organizam em função de um centro urbano" (47), a zona lagunar de Cananéia e a zona

(46) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 117.
(47) MONBEIG, Pierre — Relatório citado, pág. 20.

do litoral de Iguape definem-se, respectivamente, em tôrno das cidades-portos de Cananéia e Iguape.

A sub-região da retro-terra do Ribeira corresponderia ao que Silveira denominou de região sub-litorânea do Ribeira, já que, conforme se verá em seguida, convém dela distinguir a área de Juquiá. Abrangeria, conseqüentemente, todo o vale do Ribeira aproximadamente a partir da área entre a barra do Jacupiranga e do Carapiranga, até o trecho mais próximo a montante da barra do Batatal. Além disso, compreenderia práticamente todo o conjunto das bacias lo Jacupiranga, Pariquéra-Açú e Pariquéra-Mirim, por intermédio dos baixos vales dêstes últimos confundindo-se com a sub-região ltorânea. Seus principais elementos identificadores seriam os seguintes: 1. Área topogràficamente caracterizada pela presença de colinas de formas suaves, pouco pronunciadas, geralmente com altitudes inferiores a 50 m. e, freqüentemente escalonada em diferentes níveis de terraços, correspondentes respectivamente a formações geológicas antigas e mantos sedimentares menos recentes que os da orla litorânea, sílico-argilosos com presença de leitos de cascalheiros. 2. Drenagem mais estabilizada, ou mais definida que na sub-região litorânea, com os rios freqüentemente encaixando seus leitos ou seus vales, nas partes mais baixas ainda com cursos meandrados e divagantes, originando, em conseqüencia, pequenas planícies de várzeas e mesmo com brejos. De um modo geral, área sensìvelmente mais enxuta que a anterior. 3. Umidade e precipitações menos elevadas que na sub-região litorânea, com a característica mais significativa, todavía, de apresentar pelo menos um esbôço de estação sêca no inverno, de qualquer forma com diferenciação sazonária mais pronunciada. 4. Paisagìsticamente, a presença de um revestimento florestal constituia, especialmente sôbre as colinas e terraços, antes de sua parcial destruição pelo homem, um dos mais importantes traços identificadores comuns à área em questão. 5. A referida sub-região contrasta com a litorânea por ser mais densamente povoada, pràticamente com densidades que representam o dôbro das daquela sub-região. Segundo tudo palece indicar, tal contraste tende a se

acentuar nos próximos anos. 6. Apesar de mais povoada que a litorânea, a sub-região da retro-terra é de povoamento relativamente recente. Ressalvados casos como o das vizinhanças de Eldorado, pràticamente data do século passado, ainda estando em processo. 7. A população dessa área é sensìvelmente mais heterogênea que a litorânea, não só devido à presença mais significativa de elementos de côr, mas, o que parece mais importante, devido ao efetivo relativamente elevado de japonêses e descendentes, assim como de oriundos italianos, polonêses e germânicos. 8. A maior heterogeneidade da população, assim como a menor nitidez, conseqüente, de seu caráter luso-brasileiro, está no fato dessa sub-região ter conhecido as mais importantes experiências de colonização da Baixada, com elementos estrangeiros, a exemplo dos núcleos coloniais de Pariquéra-Açú, Registro e Sete Barras. 9. Embora não muito mais extensa que a anterior, e de povoamento mais recente, a sub-região da retro-terra sobressai por abrigar uma vida urbana mais significativa, com os aglomerados de Registro, Pariquéra-Açú, Jacupiranga, Eldorado e Sete Barras. Principalmente, é área onde se estão esboçando condições que provàvelmente permitirão não só o desenvolvimento maior dos atuais aglomerados mas, também, o surgimento de outros. 10. Econômicamente a sub-região em questão é mais diversificada e de importância indiscutìvelmente superior à anterior. E' nela que encontramos as principais culturas comerciais, da mesma forma como é nela que a criação aparece, embora com importpncia ainda relativamente reduzida. 11. Suas paisagens são, como se poderia prever, bem mais humanizadas que as da sub-região litorânea, embora tal humanização freqüentemente resulte da presença de atividades econômicas de caráter predatório. 12. Finalmente, é nessa parte da Baixada que atualmente se percebem os mais significativos indícios de um processo de revalorização em andamento, com a introdução de novas plantas cultivadas, um esbôço de renovação e substituição de técnicas e sistemas de utilização do solo, uma reorganização do espaço agrícola, ainda parcial, escudada em um

rearranjamento do habitat rural, uma melhoria sensível no sistema viário e maior desenvolvimento das funções urbanas.

Não é muito difícil perceber, no conjunto da sub-região da retro-terra do Ribeira, a existência de três zonas: a zona dos altos vales do Jacupiranga e Pariquéra-Açú, que teve na cidade de Jacupiranga o seu centro regional e que, segunlo tudo parece indicar, irá se definir melhor em tôrno do crescente núcleo de Pariquéra-Açú; a zona de Eldorado, abrangendo especialmente uma faixa irregular de terras ao longo do Ribeira, principalmente a montante da cidade que lhe empresta o nome e que lhe faz de centro regional; a zona de Registro, compreendendo a secção do vale do Ribeira desde o trecho entre as barras do Jacupiranga e Carapiranga até alguns kms. a montante de Sete Barras, mais a maior parte das bacias dos pequenos afluentes do referido trecho e pequena porção do baixo Juquiá a montante de sua barra; tem como centro a cidade de Registro. Segundo o critério de Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho, a área de Registro se incluiría entre as zonas novas desbravadas, enquanto que as outras duas seriam ainda zonas novas em desbravamento (48). O fato é que a forma com que o homem se instalou nas três zonas, deu-lhes certas peculiaridades que contribuem, mais que os elementos físicos, para diferenciá-las. Jacupiranga, por exemplo, e principalmente Pariquéra-Açú, é área de pequenas propriedades, policultora, com presença significativa de elementos de origem italiana, polonêsa e germânica. A presença de jazidas de apatita, exploradas pela Serrana de Mineração, fornece à área de Cajatí (em Jacupiranga) uma marca especial. Registro é a área onde mais notável se fez sentir a nfluência da colonização japonêsa, convindo frizar, de passagem, com Monbeig, que "em São Paulo, mais do que em qualquer outro lugar", refere-se ao Brasil, "o setor estudado pode ser definido pela presença de eficácia de determinado contingente étnico" (49). E' a área de maior vitalidade econômica de tôda a Baixada, paisagìsticamente despertando a atenção pela continuidade das culturas de chá, que

(48) Obra citada, págs. 86-87.
(49) MONBEIG, Pierre — Obra citada, pág. 205.

lhe fornece originalidade, ou pelos pananais ou área de criação de Sete Barras. E' principalmente uma zona que contribue para o maior contraste entre o desenvolvimento da sub-região da retro-terra e, no dizer de Werneck Sodré, a "atonia do litoral, desaparelhado para servir ao escoamento de uma produção que vai assumindo níveis acentuados" (50). A zona de Eldorado, por sua vez, a par de ter conhecido, no século XVIII, uma fase econômica de certo interêsse, ligada ao aproveitamento do ouro de lavagem e, em seguida, permanecido em situação de modôrra, caracteriza-se por uma recente revitalização que, em certos casos, pode ser incluida dentro dos fenômenos com características de pionerismo. Naturalmente não cabe definir limites precisos entre as três zonas, contudo êles se esboçam em função das áreas com as quais mais intensas são as relações mantidas pelos aglomerados de Registro, Eldorado e Pariquéra-Açú.

Finalmente, completando o quadro das divisões que se está esboçando, teríamos a zona de Juquiá que, na verdade, não podendo ser incluida na sub-região anterior, viria a constituir, por si só, uma pequenina sub-região. Sob muitos aspectos físicos assemelhando-se à anterior, individualiza-se, porém, pelos fatos da geografia humana. Seu principal traço é o caráter periférico em relação à Baixada, e particularmente seu papel de elo entre a referida Baixada e a faixa territorial percorrida pela ferrovia Santos-Juquiá. Relativamente bem povoada ao longo do Juquiá e do São Lourenço, tem uma população com influência relativamente forte do elemento japonês, e paisagens rurais em que os bananais expressam uma economia baseada na monocultura comercial em propriedades que, para a Baixada, podem ser consideradas grandes.

Em síntese, a divisão sugerida é a seguinte:

1. Sub-região litorânea:
   a) Zona de Iguape
   b) Zona lagunar de Cananéia

---

(50) SODRÉ, Nelson Werneck — Obra citada, VIII, Centros Urbanos, in "Digesto Econômico", Ano IV, n.º 38, São Paulo, janeiro de 1948, pág. 114.

2. Sub-região da retro-terra do Ribeira (ou das colinas)
   a) Zona de Jacupiranga-Pariquéra-Açú
   b) Zona de Eldorado
   c) Zona de Registro
3. Zona de Juquiá (área de transição)

POPULAÇÃO — O POVOAMENTO E A EVOLUÇÃO DAS PAISAGENS

a população da baixada do ribeira

distribuição e composição

A verificação, mesmo superficial, de um mapa da distribuição da população no Estado de São Paulo (51), é suficiente para mostrar que, exceptuando-se pouquíssimas partes ao longo do rio Paraná, especialmente no pontal do Paranapanema, assim como áreas do litoral norte, e poucas mais, a Baixada do Ribeira revela-se como a menos povoada de todo o Estado. A rarefação demográfica é um dos traços originais da Baixada, contribuindo para destacá-la dentro do Estado de São Paulo.

No ano de 1950, por ocasião do recenseamento então realizado, a população presente na área que nos interessa era a seguinte:

População dos Municípios da Região do Ribeira (1950)

Municípios	População total
Cananéia	5 802
Eldorado	10 785
Iguape	15 093
Jacupiranga	14 760
Juquiá	6 770
Registro	19 550

(51) **Atlas do Brasil**, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1959, pág. 79.

Na mesma ocasião a população presente em todo o Estado somou 9.134.427 habitantes (52). O total relativo a tôda a Região do Ribeira era, portanto, de 72.860 habitantes apenas. Tal efetivo, embora representando um incremento relativamente grande em confronto com a população da região em fins do século passado, ou no início dêste (53), quando era de 51.997 indivíduos, teve um desenvolvimento medíocre quando comparado com o da população do Estado, e caracterizado por uma evolução recente muito irregular. Tais fatos podem ser verificados pelos quadros que se seguem, organizados com elementos extraidos de um estudo de Elza Keller (54).

Municípios da Região do Ribeira

Comparação entre as populações de 1920 e 1940

Município	População		Variação da População	
	1920	1940	Absoluta	Relativa (%)
Cananéia	8 371	5 530	— 2 841	— 33,9
Iguape	19 892	20 889	997	5,0
Jacupiranga	10 843	15 496	4 653	42,9
Xiririca (*)	13 097	14 946	1 849	14,1
Estado	4 589 590	7 180 316	2 590 726	56,4

(*) Atual Eldorado

O desdobramento de municípios naturalmente acarretou algumas diferenças nos quadros das populações de cada um dêles, mas não para o conjunto. Embora aumentando seu rítmo de crescimento na década 1940-1950, permaneceu sempre abaixo do aumento médio relativo válido para todo o Estado. Por

---

(52) I.B.G.E., Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento — **VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950**, Série Regional, Volume XXV, Tomo 1, **Estado de São Paulo**, Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 1954, pág. 66.

(53) FREITAS, Affonso A. de — **Geografia do Estado de São Paulo**, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1906, págs. 117, 118 e 119.

(54) KELLER, Elza Coelho de Souza — **Notas sôbre a evolução da população do Estado de São Paulo de 1920 a 1950** in "Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante", Simpósio organizado pelo Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1954, págs. 223 a 228 e 229 a 236.

Municípios da Região do Ribeira

Comparação entre as populações de 1940 e 1950

Municípios	População em 1950	Variação da População %
Cananéia	5 802	5,0
Iguape	15 903	16,0
Jacupiranga	14 760	— 5,0
Juquiá	6 770	27,0
Registro	19 550	29,0
Eldorado	10 785	14,0
Estado	9 134 423	21,0

outro lado, em alguns casos a variação foi negativa, como a que se verificou em Registro depois de 1940, com a saida de colonos japonêses, fato que os quadros mostram dada a rápida recuperação posterior a 1945 (55). Depois de 1950 o rítmo de crescimento da população se tornou bem maior, e é possível que o Censo de 1960 nos venha a revelar, para o conjunto, um aumento relativo próximo de 20%.

Considerando os distritos tais como se apresentavam em 1950, sua população distribuia-se da forma apresentada no quadro adiante (56).

De um modo geral, a distribuição da população pelo território conservou as linhas mestras já definidas no passado. As áreas mais povoadas são, atualmente, as sub-litorpneas, particularmente em tôrno de Registro, Jacupiranga e Pariquéra-Açú. Os eixos representados pelos rios continuam comandando, como no passado, a distribuição da população, embora um pouco modificada pela presença de estradas recentes que tiveram o papel de influir no afastamento da população do tradicional apêgo aos rios. As zonas de morros, que sobressaem na platitude da Baixada, continuam despovoadas ou pouco

(55) ALMEIDA, Vicente Unzer de —**Condições de vida do pequeno agricultor no Município de Registro** (Registro Shokuminshi), in "Boletim de Agricultura", Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, série 54.º, n.º único, ano de 1953, pág. 37.

(56) Recenseamento de 1950, Volume XXV, Tomo 1, pág. 168.

População dos Distritos da Região do Ribeira — 1950 (*)

Municípios	Distritos	População
Cananéia	Cananéia	5 050
	Ariri	752
Eldorado	Eldorado	5 314
	Braço	2 178
	Itapeúna	3 293
Iguape	Iguape	15 093
Jacupiranga	Jacupiranga	7 611
	Cajatí	4 372
	Pariquéra Açú	2 777
Juquiá	Juquiá	6 770
Registro	Registro	12 668
	Sete Barras	6 882

(*) — Preferimos fornecer sòmente os elementos relativos à população absoluta, dado que na prática se torna impossível obter cifras corretas sôbre a superfície dos distritos, fato que permitiria organizar quadro com a população relativa de cada unidade.

ocupadas, assim como a faixa junto aos limites com o Estado do Paraná, desde o alto Ribeira em direção ao mar, no ocidente da região. A não ser em tôrno de Iguape e Cananéia, o litoral é, também, uma das áreas menos densamente povoada de tôda a Baixada, tendo sido, conforme teremos oportunidade de ver, bem mais ocupada. No conjunto a maior parte da população da Baixada adensa-se ao longo de uma faixa entre Eldorado e Juquiá, com uma cunha em direção a Pariquéra e Jacupiranga, e tendo Registro como centro. Essa área de maiores densidades vê-se limitada por uma faixa de baixas densidades no litoral e na área da bacia do Una da Aldeia, em direção aos divisores com o Una do Prelado. Uma faixa relativamente larga, em semi-círculo, pràticamente despovoada e isolando a Baixada, especialmente do planalto, a circunda ao norte, noroeste e oeste, sòmente sendo tenuamente interrompida pela própria presença do Ribeira em direção a Iporanga. Trata-se, e o fato poderá ser verificado no mapa que acompanha estas considerações, de uma verdadeira "ilha"

de povoamento, ainda não satisfatòriamente articulada com o restante do Estado.

Para que se tenha uma visão melhor da distribuição da população, entretanto, convém, em suas grandes linhas, vêr qual a sua distribuição segundo os quadros urbanos e rurais, embora sempre aproximadamente, dado o velho problema do que considerar urbano e do que considerar rural. As cidades (séde de municípios), em 1950 totalizavam 10.341 habitantes, sendo 1.037 em Cananéia ,1.168 em Eldorado, 3.780 em Iguape, 1.391 em Jacupiranga , 892 em Juquiá e 2.073 em Registro. As vilas (Ariri, Braço, Itapeúna, Pariquéra Açú e Sete Barras), somadas, possuiam 1.746 habitantes (57). Portanto, em tôda a região a população rural era de 60.773 pessoas, ou seja, 83% do total. Na verdade tal percentagem deveria ser considerada um pouco mais elevada, dado que a maior parte da população das vilas dedica-se a atividades rurais, o mesmo acontecendo com pequena parte da população das cidades. Para o ano de 1940 (58), tinhamos 84% da população residindo em zonas rurais. Percebe-se que a Região do Ribeira manteve-se com seu caráter de quadro de populações eminentemente rurais, o que, apesar do desenvolvimento recente de certas cidades, a exemplo de Pariquéra Açú, não mudou nos anos que se seguiram a 1950. Por outro lado, tais dados podem nos fazer compreender melhor o fato das atividades agrícolas terem absoluta predominância em tôda a área considerada.

De conformidade com o sexo, em 1940 e em 1950 a população das unidades administrativas da Região apresentava-se da seguinte forma (59):

---

(57) Recenseamento de 1950, Volume XXV, Tomo 1, págs. 198-199.

(58) I.B.G.E. — **Recenseamento Geral do Brasil** (1.º de setembro de 1940), Série Regional, Parte XVII, São Paulo, Tomo 2 Censo Demográfico, População, Rio de Janeiro, -950, págs. 545 a 560.

(59) Recenseamento de 1940, Parte XVII, Tomo 2, págs. 106-107, 192-193, 238-239, 540-541; Recenseamento de 1950, Volume XXV, Tomo 1, pág. 66.

Municípios da Região do Ribeira — População quanto ao sexo

Municípios	Ano de 1940			Ano de 1950		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Cananéia	5 530	2 672	2 768	5 802	2 994	2 808
Iguape	20 889	10 684	10 205	15 093	7 739	7 354
Jacupiranga	15 496	7 873	7 623	14 760	7 641	7 119
Xiririca	14 496	7 448	7 498	10 785	5 471	5 314
Juquiá				6 770	3 674	3 096
Registro				19 550	10 112	9 438
Totais	56 411	28 767	28 094	72 760	37 631	35 129

Os números acima são bastante significativos, pois que revelam uma tendência que está tomando corpo no conjunto da área em estudo. Apesar da diminuta diferença existente entre o número de homens e de mulheres em 1940, as cifras indicam a estabilidade demográfica da região, na qual a entrada de imigrantes não foi muito grande, não tendo sido elevada, também, a emigração. As maiores diferenças relativas a 1950 já denotam o fato da Baixada estar despertando de sua semi-letargia ,exercendo atração sôbre um maior número de advénas, fato êsse que se acentuou nos últimos dois lustros .E' provável que pelo Censo de 1960 a diferença se demonstre ainda maior. Interessante verificar que as maiores diferenças numéricas, a favor dos homens, encontram-se em Registro e em Juquiá, onde, especialmente no primeiro caso, temos a presença de japonêses, de imigração relativamente recente; para 1940 o fato repercute nas pequenas diferenças registradas no município de Iguape ,ao qual pertenciam as terras de maior concentração de japonêses. Sem pretendermos ter certeza, tais fatos parecem revelar um certo rejuvenescimento da região, com maior participação de sangue novo, dado que se está tornando área de convergência de migrantes, embora em escala ainda reduzida. Veja-se, por exemplo, o caso de Cananéia, que com maior número de mulheres em 1940, representava bem a "zona velha" em que o litoral se havia transformado. Aliás, conforme já foi dito, em trabalho de 1951 Unzer de

Almeida e Mendes Sobrinho assim classificaram os litorais de Cananéia e Iguape (60).

Conviria verificar até que ponto a distribuição da população segundo a idade pode confirmar as considerações acima. Entretanto, lamentàvelmente nos vemos na impossibilidade de tecer qualquer ordem de considerações a êsse propósito, dado que não nos foi possível obter os elementos estatísticos relativos ao ano de 1950. As publicações referentes ao Recenseamento efetuado nêsse ano fornecem sòmente os dados, segundo a idade dos habitantes, para o conjunto do Estado e não por municípios. Acreditamos, entretanto, que as pirâmides de idade referentes à população da região em grande parte confirmariam a quanto foi dito acima.

De certo interêsse são as condições em que a Região do Ribeira se apresenta quanto à côr de seus habitantes. Na tabela que se segue, temos os efetivos absolutos, segundo a côr, para os anos de 1940 e 1950.

Região do Ribeira — População segundo a côr (1940 e 1950) (61)

			1940	
Côr	**Total**	**%**	**Homens**	**Mulheres**
Brancos	39 673	69,7	20 089	19 584
Pretos	5 581	9,8	2 819	2 762
Pardos	8 295	14,5	4 144	4 151
Amarelos	3 280	5,7	1 703	1 577
Sem declaração	32	—	12	20

			1950	
Côr	**Total**	**%**	**Homens**	**Mulheres**
Brancos	58 631	80,0	30 266	28 365
Pretos	6 939	9,5	3 614	3 325
Pardos	2 706	3,7	1 420	1 286
Amarelos	4 253	5,8	2 221	2 033
Sem declaração	—	—	—	—

(60) ALMEIDA, Vicente Unzer de (e) MENDES SOBRINHO, Octávio Teixeira — Obra citada, pág. 43 (mapa).

(61) Recenseamento de 1940, Parte XVII, Tomo 2, págs. 106-107, 192, 238 e 540; Recenseamento de 1950, Volume XXV, Tomo 1, pág. 74.

O contingente de brancos, o mais numeroso, segundo os dados dos Censos, tende a se tornar sempre mais preponderante. Assim é que, enquanto em 1940 representava 69,7% de tôda a população, em 1950 já havia atingido o valôr relativo de 80%. Verificar-se-ia, dêsse modo, uma clarificação da côr da pele ,para o conjunto dos habitantes. E' interessante lembrar, de passagem, que há mais de um século, em 1836, os brancos representariam apenas 44,9% da população da área em estudo (62). O aparente branqueamento da população, indicado pelas cifras, deve ser considerado com alguma cautela. Êle não parece corresponder, pelo menos com a intensidade indicada, ao que a experiência de quem tem percorrido muitas vêzes a região, sempre com o objetivo de ver e interpretar, tem mostrado. A classificação muito esquemática adotada pelo serviço de recenseamento torna inevitável a inclusão, dentro da rubríca "brancos", de elementos não caucasóides, utilizando uma denominação genérica, freqüentemente com ascendência ameríndia e inclusive negra. A miscegenação de que foi palco a área em estudo, verificando-se na maior parte das vêzes dentro de quadros limitados, dada a pràticamente irrizória renovação, até fins do século passado, por migração, teria contribuido para que se formassem tipos com traços difíceis de classificar, e que genèricamente são considerados brancos em vista de terem a pele clara. Mesmo assim, o contingente da Região considerado branco é relativamente inferior ao do conjunto do Estado, que, em 1950, era de 85,65% (63).

Sempre pelo que parecem indicar as cifras, o aumento relativo da população branca ter-se-ia verificado particularmente em prejuizo do contingente de elementos pardos. Êstes, que em 1940 representavam 14,5% do total, teriam baixado, em 1950, para apenas 3,7% esta última cifra ainda superior à relativa ao Estado todo, 3,2% (64). Em 1836 os pardos constituiam

---

(62) MULLER, D. P. — **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**, São Paulo, 1838, Reedição literal, São Paulo, 1923, págs. 166-167.

(63) PETRONE, Pasquale — **O Homem Paulista**, in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 23, São Paulo, julho de 1956, pág. 49.

(64) Idem, pág. 49.

33,4% da população total da Região; hoje, conforme vemos na tabela apresentada, são superados pelos negros e, inclusive, pelos amarelos. Considerando que sob a rubríca "pardos "se incluem indivíduos que não encontram sistemação nas demais, e considerado que pràticamente abrangem todos os tipos de mestiços entre contingentes caucasóides, negróides e mongolóides ,o número relativamente baixo intriga, se não pudesse ser explicado pelo que acima lembramos a propósito do branqueamento da população e do critério utilizado para classificá-la. Nas viagens que temos feito às várias partes da Ribeira ficamos com a impressão de que a população mestiça, com ascendência quase sempre indefinível, em outras palavras, parda, é mais numerosa do que os elementos do Censo fazem acreditar. Tais mestiços têm na Baixada um dos mais importantes, se não o mais importante ângulo de permanência dentro do Estado, tendo a Baixada escapado, apesar dos exemplos de colonização que sofreu, do processo de radical substituição de populações conhecido na maior parte do Estado.

Completam o quadro que nos está interessando, os dados relativos aos contingentes de negros e de amarelos. Nos dois casos, nota-se uma certa estabilidade entre 1940 e 1950. Os negros, que em 1836 constituiam 21,7% da população total (65), e que em 1874 ainda deviam beirar os 15% (66), no ano de 1940 representavam apenas 9,8% da população total, sofrendo, até 1950, um ligeiro decrescimo que os levou a 9,5%. Sem entrarmos em outras considerações, cremos que os cruzamentos podem, em granle parte, explicar o decrescimo em questão. O interessante está que enquanto em 1836 o contingente negro era relativamente inferior ao do conjunto válido para a então Província, pois era de 21,7% frente a 24,1%, em 1950 a Região do Ribeira apresentou, em sua população, um contingente negro relativamente mais importante que o existente no conjunto do Estado. Nêsse ano os negros representavam 7,97% do corres-

---

(65) MULLER, D. P. — Obra citada, págs. 166-167.

(66) MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo — **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo**, Dois Tomos, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1952, pág. 181 a 185.

pondente a todo o Estado (67). Tal fato pode ser atribuido, como o fizemos para o caso dos pardos, à influência reduzida da grande onda de imigração de brancos sofrida pelo Estado, na região em aprêço. Não podemos aventar qualquer outra possibilidade, inclusive relativa ao papel das condições físicas do planalto como limitadoras do efetivo do negro, pelo simples fato de julgarmos inteiramente insatisfatórios os dados a respeito. Cremos, isto sim, e apenas como hipótese, que o caráter eminentemente rural dos quadros populacionais da Região do Ribeira, tenha influido na maior permanência do negro como grupo homogêneo.

O contingente amarelo, que só começou a tomar corco na década de 1920, representa uma importante parcela da população regional. Em 1950 era de 5,8 a percentagem dos amarelos na Ribeira ,enquanto que, para a população de todo o Estado atingia apenas a cifra de 3,03% (68). Êsse fato revela que na Baixada do Ribeira encontramos, como de resto é amplamente sabido, uma das importantes concentrações de populações amarelas do Estado. Tal concentração ,entretanto, como já lembramos, caracterizou-se, entre 1940 e 1950 por uma certa instabilidade, donde o acrescimo ter sido de apenas 0,1%. Talvez não seja muito difícil encontrar as razões para o fenômeno, segundo o qual a população amarela cresce, pràticamente, nas mesmas proporções que o conjunto da população regional. E' que, embora a taxa de crescimento vegetativo entre os amarelos da região tenha se mantido elevada, muitos indivíduos a tem deixado, ou porque foram pràticamente obrigados a isso em conseqüência da guerra de 1939-1945, dado que se trata de japonêses, ou ainda como decorrência da mobilidade que os caracteriza, dado que são muitos os amarelos descendentes de japonêses, ou mesmo japonêses, que se deslocam para o planalto (69).

Os quadros seguintes, relativos a 1940 e 1950, nos fornecem uma idéia sôbre a distribuição dos diferentes contingentes por cada unidade administrativa.

---

(67) PETRONE, Pasquale — **O Homem Paulista,** pág. 49.
(68) PETRONE, Pasquale, **O Homem Paulista,** pág. 49.
(69) ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada, págs. 37 e 39.

População relativa, segundo a côr, nos municípios da Região do Ribeira e percentagem de participação de cada município na população total — Ano de 1940 (70)

Municípios	Brancos	Pretos	Pardos	Amarelos	População do Município	
					Total	%
Cananéia	11,0	7,3	8,8	—	5 530	9,7
Iguape	35,5	26,5	35,2	72,2	20 889	36,7
Jacupiranga	31,4	31,8	13,8	3,2	15 496	27,2
Xiririca	22,0	34,1	42,0	24,4	14 496	25.4

População relativa, segundo a côr, nos municípios da Região do Ribeira e percentagem de participação de cada município na população total — Ano 1950 (71)

Municípios	Brancos	Pretos	Pardos	Amarelos	População do Município	
					Total	%
Cananéia	6,3	3,1	63,2	—	5 802	7,8
Iguape	23,2	16,4	—	5,3	15 093	20,7
Jacupiranga	23,2	13,8	—	1,9	14 760	20,2
Eldorado	13,4	28,8	30,9	—	10 785	14,8
Juquiá	9,6	5,7	—	16,2	6 770	9,6
Registro	23,8	32,0	1,1	76,0	19 550	26,8

Cada grupo de côr está represestado pelas percentagens que atingem em cada município, sendo que o gráu de concentração pode ser verificado atentando-se para a participação percentual de cada um dos municípios no conjunto da área em estudo.

Em 1950, as maiores concentrações relativas de brancos encontravam-se em Registro, Iguape e Jacupiranga. Em Registro, embora tivessemos 23,8% da população branca regional,

---

(70) Recenseamento de 1940, Parte XVII, tomo 2, págs. 106-107, 192, 238 e 540; Recenseamento de 1950. Volume XXV, Tomo 1, pág. 74.

(71) Recenseamento de 1940, Parte XVII, Tomo 2, págs, 106-107, 192, 238 e 540; Recenseamento de 1950, Volume XXV, Tomo 1, pág. 74.

ela não formava, entretanto o grupo predominante, dado que a população total do município representava 26,8% de tôda a população da Região. Em Iguape e Jacupiranga os brancos constituiam os mais importantes contingentes, embora, especialmente para o primeiro caso, êles devam compreender muitos mestiços com pela branca .A importância do elemento branco nos dois municípios, especialmente no segundo, em parte se deve atribuir à presença de colonos de Pariquéra Açp e seus descendentes, polonêses ,alemães, italianos e outros.

As maiores concentrações relativas de pretos encontravam-se em Registro e Eldorado, secundàriamente em Iguape. O caso de Registro se explica, provàvelmente, pelo fato de ser o município de maior população em tôda a área estudada, e pela atração exercida por suas condições econômicas mais florescentes. De um modo geral o elemento negro encontra-se, em maior número, nas zonas marginais ao Ribeira, de Iguape até Eldorado. Nesta última área, o contingente negro é tradicionalmente elevado, dada a concentração, elevada para o caso da Baixada, que aí se verificou no século XVIII com a mineração.

O município de Cananéia, que possuia em 1950 apenas 7,8% da população total regional, abrigava, entretanto, 63,2% do contingente de pardos. O restante pràticamente concentrava-se em Eldorado. O isolamento de Cananéia que, a diferença de Iguape, não contou siquér com a presença do Ribeira para articula-se com o interior, talvez tenha sido responsável pela permanência de uma zona maior de populações caiçaras, pouco atingidas pela penetração de outros elementos. Em Eldorado os mulatos, em todos os graus, devem cnstituir a maior parte do grupo.

Mais nìtidamente caracterizável, entretanto, é a distribuição do grupo amarelo. Registro, com 26,8% da população total, compreende 76% de todo o grupo amarelo, graças às antigas Colônias japonêsas de Registro e Sete Barras. Jnquiá, com 9,6% da população total da Região, possue 16,2% dos amarelos, dada a presença de importante núcleos de japonêses que, a partir dessa área, localizaram-se ao longo da ferrovia Santos-Juquiá. A presença do antigo núcleo colonial de Jiporuva é

que justifica o fato de Iguape compreender 5,3% dos amarelos da Região, embora êles representem pouco no conjunto da população do município.

De um modo geral na orla litorânea predomina uma população de pardos e mestiços em geral, caiçaras, mulatos, com forte presença de indivíduos com pele mais ou menos clara, mas de ascendência mestiça. Ao longo do Ribeira, ou porque no passado tivemos atividades que justificaram o emprêgo da mão de obra escrava (Eldorado), ou porque no presente encontramos condições econômicas e quadros urbanos mais florescentes, constituindo-se em elementos de atração (Registro), temos uma importante faixa com forte presença de elementos negros. A zona sub-litorânea, com Jacupiranga, Pariquéra Açu e parte de Iguape, definiu-se como área de maior concentração de brancos, com forte presença amarela em Registro, presença essa que se estende pelo vale baixo do Juquiá.

Apesar da Baixada do Ribeira ter sido palco de várias tentativas de colonização, em grande parte com elementos alienígenas, ela se nos apresenta como uma das áreas do Estado com menor presença de estrangeiros. Realmente, enquanto que em 1950 a população total dos municípios considerados representava 0,79% da população total lo Estado, os estrangeiros, inclusive os naturalizados, conforme se poderá verificar na tabela que segue, representavam apenas 0,25% do correspondente ao Estado todo. Por outro lado, enquanto no Estado de São Paulo os estrangeiros e brasileiros naturalizados constituiam (1950) 7,59% da população total (72), na área em aprêço a per-

Região do Ribeira — População segundo a nacionalidade — Anos de 1940 e 1950 (73)

Nacionalidades	Ano de 1940			
	Total	%	Homens	Mulheres
Brasileiros Natos	54 764	96,3	27 617	27 147
Bras. Naturalizados	63		44	19
Estrangeiros	2 027	3,6	1 101	926
Não declarada	7	—	5	2

(72) PETRONE, Pasquale — **O Homem Paulista**, pág. 52.
(73) Organizado com os dados obtidos em: Recenseamento de 1940, Parte XVII, Tomo 2, págs. 106-107; 192, 238 e 540; Recenseamento de 1950, Volume XXV, Tomo 1, pág. 90.

	Ano de 1950			
	Total	**%**	**Homens**	**Mulheres**
Brasileiros Natos	71 015	97,6	36 357	34 358
Bras. Naturalizados	100	2,4	64	36
Estrangeiros	1 645	2,4	910	735
Não declarada	—	—	—	—

centagem correspondente era de apenas 2,4. Entre 1940 e 1950, entretanto, o declínio percentual da população estrangeira na Região do Ribeira foi ligeiramente menor que o verificado para o conjunto do Estado. Tal se deve ao fato de boa parte, a maior, da imigração estrangeira na Baixada se ter efetuado nos últimos trinta a quarenta anos (74).

Estrangeiros e Brasileiros naturalizados na Região do Ribera — Ano de 1940 (75)

Naturalidade	**Estrangeiros**	**Naturalizados**	**Total**
Japão	1 569	24	1 593
Alemanha	166	9	175
Itália	66	10	76
Portugal	39	3	42
Polônia	81	2	83
Espanha	—	4	4
Húngria	—	2	2
Lituania	5	—	5
Rússia	4	—	4
Áustria	—	4	4
Estados Unidos	—	5	5
Síria	6	—	6

---

(74) Em 1920 a Região possuia um total de 4 308 estrangeiros, assim distribuidos: 33 em Cananéia, 3 820 em Iguape (com Registro) e 455 em Xiririca (com Sete Barras), Em Iguape e Xiririca o número elevado era decorrência da recente penetração de colonos japonêses. Os estrangeiros de Cananéia, quase todos com mais de 20 anos, constituiam um contingente residual de colonização antiga. (Dados obtidos em **Recenseamento Geral do Brasil**, realizado em 1 de setembro de 1920, Volume IV (2a. parte), Tomo II, Rio de Janeiro, 1928, págs. 663, 692 e 824.

(75) Vide nota n.º 23.

Principalmente: em Cananéia — 49 alemães, 5 lituanos, 4 russos e 2 húngaros; em Iguape — 1 081 japonêses, 31 alemães, 15 italianos; em Jacupiranga — 81 polonêses, 70 japonêses, 63 alemães e 56 italianos; em Xiririca — 41 japonêses

Conforme é possível verificar pela tabela acima, relativa a 1940, mas em suas grandes linhas válida ainda, com um descarte numérico, o contingente estrangeiro da Região caracteriza-se pelo número relativamente elevado dos grupos nacionais, e por um número pequeno de indivíduos em cada um dêles. O maior número é o dos japonêses, 77,4% do total de estrangeiros, o que seria de esperar em face da colonização japonesa ser a mais recente, interessar áreas relativamente grandes e ter se caracterizado por um relativo sucesso. Alemães, polonêses e italianos constituem, dentre os demais grupos, os que têm um certo significado, não tanto pelos efetivos absolutos que representam, sempre pequenos, mas pelo fato de constituirem grupos residuais oriundos das iniciativas de colonização que a região sofreu especialmente a partir de fins do século passado. A própria distribuição dos estrangeiros demonstra sua origem ligada aos núcleos coloniais. Registro, por exemplo, concentra a maior parte dos japonêses, o que pràticamente já foi visto ao se tratar da distribuição dos amarelos. As áreas de Jacupiranga e de seu antigo distrito, Pariquéra Açú, concentram quase todos os polonêses e italianos, assim como mais de um terço dos alemães, fato ligado ao núcleo colonial de Pariquéra Açú. Em Cananéia, os alemães, lituanos, russos e húngaros, em maior parte se justificam pela antiga Colônia de Cananéia e pela recente Colônia de Santa Maria. A distribuição dos descendentes de estrangeiros, normalmente de primeira ou de segunda geração, espelha-se no quadro descrito, sendo maior, entretanto, em Registro e Pariquéra Açú.

Não temos elementos para verificar até que ponto é verdadeiro mas, segundo nos parece, a esmagadora maioria da população nacional da área estudada aí se encontra há muitas gerações, sem que migrantes recentes oriundos de outras partes do Estado ou mesmo do restante do país, tenham tido qualquer expressão. Mesmo em Registro, onde as possibilidades

econômicas são maiores, os imigrantes nacionais são pouquíssimos. Recentemente nêsse município foram contadas apenas 42 famílias de nordestinos (76). Tivemos conhecimento da presença de nordestinos, sempre pouco numerosos, em Eldorado e Jacupiranga. Brasileiros de outras áreas são raros e numèricamente descuráveis. Só mais recentemente, último lustro, com as modificações econômicas que se estão esboçando na Baixada, começou a definir-se um certo interêsse por ela. E' possível que ela ainda venha a se tornar, brevemente, uma área relativamente importante de imigração de elementos nacionais.

A par das características lembradas, a população da Região do Ribeira oferece aspectos bastante sugestivos no que se refere à religião.

Região do Ribeira — População segundo a religião
Anos de 1940 e 1950 (77)

Religiões	Ano de 1940			
	Total	%	Homens	Mulheres
Católicos Romanos	49 827	87,6	25 180	24 647
Protestantes	3 323	5,8	1 669	1 654
Espíritas	1 741	3,0	878	863
Outras religiões	368	—	195	172
Sem religião	224	—	138	86
Não declarada	146	—	82	64
Budistas	1 232	2,1	624	608
	Ano de 1950			
	Total	%	Homens	Mulheres
Católicos Romanos	54 857	75,0	28 262	26 495
Protestantes	6 962	9,5	3 678	3 284
Espíritas	8 695	11,9	4 456	4 239
Outras religiões	616	—	315	301
Sem religião	408	—	249	159
Não declarada	173	—	—	—
Budistas	1 432	1,9	739	693

(76) ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada, pág. 39.
(77) Tabela elaborada com elementos obtidos em: Recenseamento de 1940, Parte XVII, Tomo 2, págs. 106, 192, 238 e 540; Recenseamento de 1950, Volume XXV, Tomo 1 págs. 116-117.

Pelo quadro da página anterior ,verifica-se que, da mesma forma que no restante do Estado, as três crenças principais são o catolicismo romano, o protestantismo e o espiritismo. Todavia, a semelhança fica aí, pois que há diferenças relativamente grandes no que se refere à importância numérica de cada uma delas.

Em primeiro lugar, desperta a atenção o fato de que apenas 75% da população, em 1950, professava o Catolicismo, enquanto que no mesmo ano, no Estado, os Católicos representavam 90,7% do total, conforme se vê pelo Quadro abaixo. A Região do Ribeira alinha-se, certamente, entre as áreas do Es-

Religiões Principais no Estado de São Paulo em 1950 (78)

Católicos	90,70%
Protestantes	3,48%
Espíritas	2,66%

Os Budistas estão incluidos em "outras", 1,83%

tado com mais baixas percentagens de Católicos. A segunda diferença, que completa a primeira, está na grande importância do Protestantismo e do Espiritismo. Em 1950 representavam respectivamente 9,5 e 11,9% da população regional, enquanto que, no mesmo ano, os números correspondentes para todo o Estado foram de 3,48% e 2,66%.

A origem do protestantismo na área que nos interessa é problemática. Parece ser relativamente antiga, fins do século passado e mesmo antes, tendo assumido vulto maior nas últimas décadas. O fato é que em 1900 já existia um templo presbiteriano em Juquiá (79). Uma certa influência pode ter havido por parte dos confederados norte-americanos que aí se instalaram na década de 1860 (80). Mas êles devem apenas ter sido uma influência pioneira, lançando as primeiras sementes, pois que contràriamente a outras partes do Estado, onde aca-

(78) PETRONE, Pasquale — **O Homem Paulista,** pág. 53.
(79) LÉONARD, Émile-G. — **O Protestantismo Brasileiro,** Estudo de Eclesiologia e de História Social, in "Revista de História", Ano II, n.º 6, São Paulo 1951, pág. 349.
(80) LÉONARD, Émile-G. — Obra citada, VIII, pág. 417.

baram por se fixar em maior número, a exemplo de Vila Americana, ou onde influiram na criação de escolas que foram elementos de difusão do protestantismo, na Baixada permaneceram pouco tempo, provàvelmente não tendo criado condições para uma influência maior. Poderia ter havido uma certa influência por parte dos inglêses que trabalharam na construção da ferrovia Santos-Juquiá (81), o que, entretanto, é pouco provável. Possìvelmente, e por último, houve influência por parte de alguns colonos de Pariquéra Açú, Cananéia e, em escala muito reduzida Santa Maria, especialmente colonos germânicos e particularmente alemães, se bem que tais Colônias tenham recebido principalmente elementos católicos. Mais simples e mais lógico pensar que tenha sido o conjunto dos fatôres citados a criar na Região condições favoráveis ao protestantismo, além do fato da Igreja Católica não dispôr, na área em questão, de uma rêde de templos com sacerdotes em número suficientemente elevado. De resto, mais recentemente, poderosas organizações protestantes, normalmente ligadas a igrejas norte-americanas, têm trabalhado de modo ativíssimo em área tão propícia. O fato é que os protestantes da Região representavam, em 1940 ,apenas 5,8% da população, tendo superado os 10% nos nossos dias. O fato chama a atenção de quem viaja pela região; em tôdas as partes mesmo nas de mais difícil acesso, encontramos templos das mais diferentes seitas protestantes, revelando não só uma intensa atividade de seus difundidores ,como as possibilidades econômicas com que contam.

O crescimento do contingente espírita é maior do que o do protestante. Enquanto em 1940 representava 3% da população, em 1950 já havia atingido 11,9%, provàvelmente tendo se incrementado ainda mais nos últimos dez anos. Como no caso dos templos protestantes, os espíritas multiplicaram-se na Região, pràticamente não havendo área onde não se exerça sua influência.

Um terceiro fato a diferenciar a Região do Ribeira do restante do Estado, quanto à religião, é a presença e importância que naquela tem o Budismo. Compreendendo 1,9% da popula-

(81) ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada, pág. 46.

ção, constitue na Baixada um dos mais densos grupos budistas de todo o Estado. Sua presença, assim como a de algumas dezenas de shintoistas, compreendidos na rubrica "outras religiões", se deve ao grupo de japonêses e seus descendentes. Conforme se percebe pelos dados de 1940 e 1950, o bulismo está perdendo importância no conjunto da população. Em 1940 eram budistas 2,1% dos habitantes da Região, em 1950 apenas 1,9% representava o grupo religioso. Tal decrescimo relativo se deve ao fato de que uma considerável parte dos descendentes de japonêses serem batizados na Igreja Católica ou convertidos, ao catolicismo ou outras religiões. De resto, o colono japonês dessa área parece não dedicar muita da sua atenção à religião e, conforme observou Unzer de Almeida e em estudo sôbre a comunidade em Registro, aí não havia nenhum templo budista, apenas em alguns lares sendo encontrado o "butsudan" (altar budista) e o "tokonoma" (santuária shinto) (82). De resto, a notar, existe apenas o fato de pouquíssimos habitantes da Baixada terem declarado professarem outros crédos além dos citados, ou de não professarem nenhum credo religioso.

A distribuição da população segundo as religiões, mesmo que em linhas muito gerais, pode nos auxiliar a compreender melhor alguns dos aspectos já citados. Dos 6.962 protestantes, 1.934 viviam no município de Jacupiranga, representando 13,1% da população dessa unidade administrativa. Talvez aí se tenha feito sentir, inicialmente, a influência de colonos protestantes .Outro município de forte e tradicional concentração de protestantes é Juquiá, onde a marca norte-americana e a influência dos inglêses da Santos-Juquiá parecem ter sido maiores. Aí os protestantes compreendem a significativa percentagem de 21,8%, com um total de 1.478 indivíduos. A maior concentração de espíritas encontra-se, também, no município de Jacupiranga, e conforme pudemos observar em nossas excursões, especialmente no distrito do mesmo nome e no de Cajatí, excluindo-se o atual município de Pariquéra- Açú. Em Jacupiranga, em 1950 os espíritas eram 2.884, representando a

(82) ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada, pág. 45.

não descurável parcela de 18,7%, de tôda a população. Importante área de espíritas, também, é a de Registro. Como seria de esperar, a maior concentração de budistas verifica-se em Registro, onde, com um total de 1.294 ,abrangem 6,5% da população municipal. Percebe-se, em conseqüência, que as áreas onde o catolicismo ainda conserva quase intáctas suas posições anteriores são as litorâneas, nas quais Iguape, aliás é grande centro de romarias.

Finalmente, e com o objetivo de fornecer um quadro da população que, com o das atividades que apresentaremos em outra parte, estará, dentro de nossas possibilidades completo, vamos tecer algumas considerações sôbre o estado da população quanto à instrução.

Região do Ribeira — População segundo a instrução (83)
Ano de 1950

Municípios	Não sabem lêr e escrever					
	TOTAIS					
	total	Homens	Mulhe-	Total	Homens	Mulhe-
Cananéia	4892	2513	2379	3053	1390	1663
Eldorado	9008	4516	4492	6913	3267	3646
Iguape	12758	6597	6161	7809	3549	4260
Jacupiranga	12510	6500	6010	9254	4513	4741
Juquiá	5502	3015	2487	3032	1438	1594
Registro	16201	8396	7805	8423	3884	4539

Região do Ribeira — População segundo a instrução (84)
Ano de 1950

Municípios	Sabem lêr e escrever		
	Total	Homens	Mulheres
Cananéia	1834	1121	713
Eldorado	2094	1248	846
Iguape	4938	3044	1894
Jacupiranga	3254	1987	1267
Juquiá	2466	1576	890
Registro	7774	4511	3263

Os dados referem-se à população com 5 anos e mais

(83) Tabela elaborada com dados obtidos em Recenseamento de 1950, Volume XXV, Tomo 1, pág. 98.
(84) Tabela elaborada com dados obtidos em Recenseamento de 1950. Volume XXV, Tomo 1, pág. 98.

Na tabela acima temos os números absolutos de alfabetizados e não, com 5 anos e mais de idade, em 1950, nos municípios da Região do Ribeira. Na tabela abaixo ,temos as percentuais correspondentes aos analfabetos, e elas nos serão de maior utilidade.

Municípios da Região do Ribeira

Ano de 1950 — Percentuais de analfabetismo (5 anos e mais) (84)

Municípios	**% de Analfabetos**		
	Total	**Homens**	**Mulheres**
Cananéia	62,4	55,3	69,9
Eldorado	76,7	72,3	81,1
Iguape	61,2	53,7	69,1
Jacupiranga	73,9	69,4	78,8
Juquiá	55,1	47,6	64,0
Registro	51,9	46,2	58,1
Região do Ribeira	63,2	57,2	69,7
Estado	40,4	35,2	45,8

Em primeiro lugar, convém destacar a situação pouco lisongeira da área estudada em relação ao conjunto do Estado, 63,2% de analfabetos. Em segundo lugar, cabe notar as diferenças entre os municípios da Região, onde temos de um mínimo de 51,9% de analfabetos em Registro, a um máximo de 76,7% em Eldorado. Em terceiro lugar, é interessante verificar a grande diferença existente entre homens e mulheres, estas com índices de analfabetismo sempre bem mais elevados. Um quadro, como vemos, que não é dos mais animadores. Êle parece ser atribuido, antes de mais nada, à tradicional carência de uma satisfatória rêde escolar. Embora esta tenha uma amplitude razoável e uma organização melhor nos nossos dias, uma parte grande dos analfabetos é formada por pessoas de idade mais avançada, que não tiveram possibilidade de cursar uma escola quando jovens. Por outro lado, o isolamento em que vive grande porção da população, dificulta a criação de

escolas, da mesma forma que dificulta a sua freqüência, dadas as distâncias e os tipos de caminhos a percorrer. O caráter eminentemente rural da população ,e a presença de número relativamente pequeno de povoados, com uma predominância, conforme veremos, de habitat disperso, torna difícil localizar escolas que sirvam a uma população em idade escolar numèricamente satisfatória. Acresce que, como sempre acontece nas áreas rurais, especialmente naquelas onde é mais comum o cultivador direto, a escola pode significar a subtração de braços para a lavoura, não sendo, por isso ,sempre bem acolhida. O próprio modo de vêr de uma parte da população tem sua influência. Assim é que a maior taxa de analfabetismo entre as mulheres deve ser atribuida ao fato de muitos julgarem desnecessário a mulher frequentar escola.

Em síntese, a população da Região do Ribeira é numèricamente reduzida, dando margem a uma das áreas menos povoadas do Estado de São Paulo. Tendo revelado até hoje uma certa estabilidade, apenas rompida pelo afluxo de colonos japonêses, atualmente ela parece tender a um crescimento mais rápido. E' população mais eterogênea que a do conjunto do Estado, pela côr de seus habitantes, pela religião, conservando-se mais imune, entretanto, às influências da grande imigração estrangeira conhecida pelo Estado de São Paulo. Os aspectos relativos aos quadros demográficos regionais, que poderão ser melhor compreendidos por intermédio dos fatos concernentes à dinâmica do povoamento, objeto das considerações que virão a seguir, constituem importantíssimos elementos condicionadores dos fatos referentes à organização do espaço da Ribeira.

A presença européia e o caráter periférico dos primeiros processos de povoamento

Tendo em vista que na seqüência que sevai ler, o nosso objetivo é o de reconstituir, dentro do possível e nas suas linhas mais significativas, a marcha do povoamento e as transformações paisagísticas, não seria justo deixar, sem pelo menos uma referência geral o problema do povoamento pré-colombia-

no .Tal fato se justifica tendo em vista que a presença de um povoador pré-colombiano, numeroso ou não, significa que o processo de transformação das paisagens naturais teve seu início anteriormente à penetração dos primeiros povoadores europeus; por outro lado, a população pré-colombiana, normalmente cruzando-se com o europeu, ou sendo substituida por êle, deixou traços culturais e marcas no tipo étnico que se tornou dominante com o tempo. Embora sejam fatos dificílimos de aquilatar quanto à sua amplitude, é evidente que, mesmo assim, devem merecer algumas referências.

Primeiramente convém frizar que a orla litorânea da região em consideração conheceu um povoamento que se supõe bastante antigo, talvez algumas dezenas de séculos (85). "Não é necessário muito esforço de intuição para se chegar à conclusão de que, os homens dos sambaquís constituiram na região um grupo humano adaptado às condições de vida impostas pelas características geográficas da planície costeira marinha e pelo sistema lagunar. Suas canoas devem ter singrado as águas das lagunas e os "rios" regionais, por todos os recantos, vasculhando aquela pequenina e homogênea região geográfica. Os homens dos sambaquís constituiram ,alí assim como que uma civilização de canoeiros e um grupo humano conchófago e ictiófago, por excelência" (86). Os sambaquís, que testemunham a presença dêsses habitantes, são muito numerosos em tôda a faixa litorânea, especialmente em tôrno de Cananéia e na Ilha Comprida. De qualquer forma, com um rítmo de vida muito preso ao litoral e às águas do mar — segundo parece, pouquíssimo também se dedicando à caça — êsse "homem dos sambaquís" não teria trazido nenhuma modificação apreciável na paisagem, a não ser os próprios testemunhos ou monumentos de sua presença. Espera-se que com as atividades do Instituto de Préhistória, recentemente criado em São Paulo, venham a ser melhor conhecidos êsses primitivos habitantes da região, como os de outra parte do país.

---

(85) Leia-se: AB'SÁBER, Aziz Nacib (e) BESNARD, W. — Obra citada, pág. 215 e seguintes.
(86) Idem, pág. 220.

Em vésperas da chegada à região, dos primeiros europeus, o litoral da Baixada, da mesma forma como o que ia até Ubatuba e a área do planalto paulistano, era povoado, segundo parece, pelos Guaianá. Ao sul de Cananéia viviam os Carijó (87). Krone julgou muito reduizdo o número de ameríndios que viveram na região (88). Deffontaines, referindo-se a tôda a denominada "costa sul" do Estado, concluiu, também, pela pequenez do número de ameríndios no litoral, dado que "a costa retilínea e sem abrigo não favorece a pesca" (89). Silveira nos chama a atenção para o "abundante material deixado pelos ameríndios, particularmente no vale do rio Ribeira" (90), em contraposição aos cálculos de Krone que, segundo afirma, julga discutíveis. O que parece mais aceitável, sendo opinião dominante (91), e com a qual concorda Silveira, é que a Baixada do Ribeira deve ter sido, antes de mais nada, uma zona de passagem para os meríndios que no inverno desciam do planalto para o litoral em busca de áreas onde pudessem praticar a pesca.

No conjunto, a região devia ser ralamente povoada e, segundo é mais admissível, os poucos agrupamentos deviam localizar-se de preferência no litoral e nas margens do rio Ribeira. Como área de passagem, ou habitada permanentemente por contingentes pouco numerosos, a região da Ribeira deve ter conservado suas paisagens naturais, até a chegada dos europeus, apenas com leves ranhuras devidas ao ameríndio. Marca maior do indigena ficou, segundo parece, na população caipuava sublitorânea e, especialmente, nos caiçaras do litoral; ficou na forma de encarar a natureza, com permanência de uma atitude de economia predatória.

---

(87) MORAES, Rubens Borba de — **Contribuição para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII** in "Geografia", Ano I, n.º 1, São Paulo, 1935, pág. 70; lêr especialmente: SCHADEN, Egon — **Os primitivos habitantes do território paulista**, in "Revista de História", Ano V, n.º 18, abril-junho, São Paulo, 1954, págs. 385 a 406.

(88) in **Exploração do Ribeira de Iguape**, da Comissão Geográfica e Geológica.

(89) DEFFONTAINES, Pierre — Obra citada, pág. 128.

(90) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 168.

(91) PAPY, L. Obra citada, págs. 361-362.

Achegada dos europeus nessa parte do país se fez muito cedo. Segundo Azevedo Marques, "foi a ilha de Cananéia o primeiro ponto da Capitania de São Vicente, que a esquadra de Martim Afonso de Souza fundou a 12 de agôsto de 1531 em sua derrota para o rio de Santa Maria (rio da Prata), demorando-se nela 44 dias, onde colocou dois marcos de pedra com as quinas de Portugal,... Foi ainda aqui que Martim Afonso de Souza encontrou o castelhano Francisco de Chaves, o bacharel, e mais 5 ou 6 companheiros, sob cujas informações mandou a Pedro Lobo, com 80 homens .... a descobrir ouro e prata pela terra a dentro, sendo que desta desgraçada expedição não voltou um só homem, perecendo todos às mãos dos ferozes Carijós, nas cabeceiras do rio Iguaçú, campos de Curitiba" (92). Depois disso, e no decorrer de todo o século XVI, o litoral da Baixada, como o de São Vicente, recebeu um número dificilmente aquilatável de pessoas, náufragos e todo tipo de aventureiros, portuguêses e espanhois, que aí se instalaram (93).

A "zona ilhada", como denominou Werneck Sodré a porção do litoral paulista que interessa à Baixada (94), com suas barras e suas ilhas, com seus canais e "mares", foi acolhedora, oferecendo bons abrigos e, para a época, condições muito favoráveis à navegação, particularmente dentro de seus próprios domínios. Cremos que sob êste último aspecto o litoral da Baixada foi mais favorável que o litoral norte do Estado, com suas baías côncavas e abrigadas ,servindo a pequeninas planícies compartimentadas, mas oferecendo algumas dificuldades no que se refere à sua interligação, por mar, utilizando-se meios modestos.

Duas das barras que contribuem para caracterizar a área, a de Icapara e a de Cananéia, constituiram-se, segundo parece muito precocemente, em polos de cristalização do incipiente povoamento. Aí formaram-se nódulos embrionários de povoamento que, em seguida, iriam originar as atuais cidades de

---

(92) MARQUES, M. E. de Azevedo — Obra citada, Tomo 1, pág. 161.
(93) MORAES, Rubens Borba de — Obra citada, pág. 71.
(94) SODRÉ, Nelson Werneck — Obra citada, III, pág. 88.

Iguape e de Cananéia. Iguape, que teria surgido "quase em frente à barra do Icapara" (95), depois deslocando-se para o sítio atual, mais para o interior do mar Pequeno, embora com data de fundação desconhecida, já devia existir como povoado na segunda metade do século XVI, e já em 1635 foi concluida sua primeira matriz e três anos depois elevada a vila (96).

Cananéia, que segundo Azevedo Marques, foi criada em 1600 (97) e segundo outros em 1587 (98), também o deve ter sido como decorrência da presença, bem anterior, de um povoado. Também Cananéia inicialmente parece ter se localizado em outro sítio. Com o nome de Maratayama, devia surgir na ilha Comprida (no atual sítio Boa Vista), em seguida transferindo-se para a ilha de Cananéia, do lado oposto do mar Pequeno, junto ao morro de São João (99). Dessa forma, o povoamento ralo da época se anodoava pràticamente junto às duas extremidades da ilha Comprida, definindo-se, em conseqüência, aquelas que se tornariam as duas portas de entrada para a retro-terra, consideração válida especialmente para Iguape.

Os primeiros tempos de vida do incipiente povoamento caracterizaram-se pelo isolamento, especialmente em relação ao interior. A presença de ameríndios relativamente pacíficos, em contraste com o que se verificou no litoral ao norte de Santos, favoreceu a fixação de moradores que, em pontos isolados, viviam provàvelmente de alguma pesca e lavouras de subsistência, eventualmente também de atividades de coleta. A distância relativamente grande que separa a "zona ilhada" do planalto fez com que, diferentemente do exemplo São Vicente-Santos, a vida de relações com o referido planalto não se manifestasse nos primeiros tempos senão esporàdicamente.

---

(95) MOREIRA, Albertino G. — **Iguape e outras cidades mortas** ..., in "Revista do Arquivo Municipal", Ano IX, Volume XCIII, São Paulo, outubro-novembro-dezembro 1948, pág. 61.
(96) MARQUES, M. E. de Azevedo — Obra citada, Tomo I, pág. 321.
(97) Idem, pág. 161.
(98) MULLER, D. P. — Obra citada, pág. 80.
(99) ALMEIDA, Antônio Paulino de — **A Ilha Comprida**, in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XVII, Volume CXXXVII, São Paulo, outubro, novembro e dezembro de 1950, pág. 59.

A estabilização do povoamento no litoral e as incursões ribeirinhas

No decorrer dos primeiros tempos do século XVII o povoamento permaneceu ligado ao mar, definindo-se melhor e estabilizando-se. Apegados a uma lavoura de subsistência, praticando a pesca, os habitantes deveriam parcialmente repetir, séculos depois, muito do modo de vida dos homens canoeiros dos sambaquís. O quadro em que se processava a tentativa de fixação de europeus limitava-se, pràticamente, às ilhas, o continente interessando um pouco mais na área de Iguape. A ilha Comprida, por exemplo, apesar dos problemas relativos à pràticamente inexistência de água potável, e embora não oferecesse, como ainda se verifica atualmente, condições favoráveis para a atividade agrícola, terminou por ser dividida ou por sesmarias requeridas — e sua fragmentação por herança — ou pela presença de posseiros, provàvelmente, segundo nosso informante, porque o mar Pequeno poderia alimentar a pesca (100). O mesmo se verificaria na ilha de Cananéia, e em seguida na ilha do Cardoso.

O isolamento dos habitantes, em relação ao exterior apenas interrompido, esporàdicamente, pela passagem de embarcações na rota do Prata, permanecia inalterado, ainda nas primeiras décadas do século XVII, em relação ao interior. Embora algumas bandeiras de apresamento tenham atravessado, segundo parece, a retro-terra da "zona ilhada", a referida retro-terra deveria ser sertão bruto, pràticamente desconhecido pelo europeu e apenas habitado por poucos indígenas, a exemplo do aldeamento que deveria existir onde em seguida surgiría o núcleo de Xiririca, atual Eldorado (101).

Entretanto, a fóz do Ribeira do Iguape, pouco ao norte da barra do Icapara e, portanto, não muito distante do núcleo de Iguape, constituindo a porta de entrada para a retro-terra, pois

---

(100) ALMEIDA, Antônio Paulino de — Obra citada, págs. 54-55.
(101) BRUNO, Ernani da Silva — **A Marinha do Sul e o Vale do Ribeira, publicado** no jornal "Folha da Manhã", São Paulo, 9 de junho de 1957.

que serve a um interessante sistema fluvial navegável, não tardou a indicar o caminho do interior aos primeiros povoadores. Tanto mais que, pelas características de seu curso, o Ribeira, bem antes de encontrar o caminho do mar, passa muito próximo da cidade de Iguape. Êsse rio iria se tornar o caminho normal para o interior, do qual Iguape seria ponto de partida, o que não impediu que algumas das primeiras incursões, e não nos referimos apenas a verdadeiras bandeiras, se fizessem a partir de Cananéia. Assim é que, segundo trecho manuscrito-cópia do livro tombo dessa cidade, transcrito por Paulino de Almeida, "depois de 50 anos mais ou menos de criação desta vila, que já se contava o ano de 1637, se descobriu no sertão de sua terra firme minas de ouro em aqueles dois ribeirões que hoje vulgarmente se apelidam Cadiado e Cintra... Das quais minas não usaram naquele tempo aqueles habitadores ou por falta de cobiça ou de inteligência, ou porque as suas lavouras lhes eram de maior conveniência, que o próprio ouro, o qual não tinha o estimado preço que hoje tem, porque então se vendia cada oitava por preço de oito tostões" (102). As considerações são de 1787.

A partir de meados do século XVII, e agora principalmente por Iguape, as incursões para o interior se tornaram mais freqüentes, tendo em vista, sempre, a possibilidade de encontrar jazimentos de ouro. A exploração dessas jazidas, conforme Silva Bruno, teria criado para essas áreas as primeiras "condições para algum desenvolvimento e prosperidade comercial" (103).

Realmente, o ouro começou a tornar-se, na ocasião, o motivo do primeiro empreendimento econômico em escala comercial em tôda a região, conforme pode comprovar, por exemplo, o "exame das contas da quantidade ouro, que passou pelas oficinas, as quais demonstram que os Quintos reais, recebidos do dia 17 de fevereiro até o dia 31 de dezembro de 1678, ou duran-

---

(102) ALMEIDA, A. Paulino de — **Memórias Memoráveis**, in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XV, Vol. CXX, São Paulo, outubro a dezembro de 1948, pág. 9.

(103) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 9 de junho de 1957.

te o espaço de 317 dias, foram mil, seiscentos e oitenta e uma oitavas (104), provando assim que a quantidade apresentada para ser quintada era de 8.405 oitavas", de côrdo com Ernesto Guilherme Young, transcrito por Krug (105).

A procura de jazimentos auríferos levou os intrantes Ribeira acima, penetrando a montante de muitos de seus afluentes e sub-afluentes. Atingiram, dêsse modo, a região de Xiririca, onde o metal parece ter sido encontrado em quantidade relativamente apreciável. Aí disseminaram-se os mineradores, criando, pouco a pouco, condições para que se definisse o povoado de Xiririca, o primeiro nódulo de cristalização do povoamento da retro-terra, possìvelmente com base na presença do primitivo aldeiamento indígena (106).

Mas, embora a população chegasse a utilizar-se do ouro em pó para as suas transações comerciais (107) ,a mineração, pelo menos no século XVII, não modificou sensìvelmente o rítimo da vida dos habitantes, sempre menos ralos na "zona ilhada". E embora Silva Bruno acentúe que a pobreza e ausência de muitas comodidades era grande, particularmente entre os que viviam fora dos "núcleos urbanos" (108), a realidade é que os povoadores pareciam preferir habitar isolados uns dos outros, a congregar-se nos embriões de cidades de então. Assim é que, referindo-se a Iguape, e o fato não deveria ser muito diferente para Cananéia, Albertino Moreira lembra que "a povoação não se desenvolveu e era tão sensível o desinterêsse na fixação e desenvolvimento do aglomerado humano que em 1679, o seu capitão-mór, por um édito, sob pena de multa de

---

(104) O oitava pesava quatro gramas.
(105) KRUG, Edmundo — **A Ribeira de Iguape**, separata do "Boletim de Agricultura", Série 39.º, 1938, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1939, pg. 28.
(106) MARQUES, M. E. de Azevedo — Obra citada, Tomo II, pág. 314 e ALMEIDA, A. Paulino de — **Erecção da Capela de N. S. da Guia de Xiririca**, in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XIV, Volume CXVI, São Paulo, outubro-novembro-dezembro de 1947, pág. 49.
(107) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 9 de junho de 1957.
(108) Idem.

10 cruzados, obrigou os donos de sitios e fazendas de redor a construir cada um uma casa na cidade, visto como eram poucos os moradores que haviam nela" (109). Tendo na agricultura, e na pesca muitas vêzes, a base de sua subsistência, naturalmente os moradores preferiam instalar-se junto às suas culturas, ao invéz de construir casa em Iguape. Por outro lado. a atração do ouro, que é lícito julgar que fosse já relativamente grande, deve ter sido responsável pela saida de uma parcela não descurável da população. Acresce que, tanto Iguape quanto Cananéia, não possuiam, ainda, funções que justificassem uma concentração maior de habitantes.

A penetração do povoamento para o interior, justificada apenas pelo ouro de lavagem, se fez sòmente ao longo do Ribeira, e sempre de forma muito rala e descontínua. Caracterizou-se, como sempre nêsses casos, pela instabilidade de fixação, com a mobilidade do povoador. A atividade de bateação foi ancilarmente acompanhada pela presença de roças fugáces para subsistência, sempre marginalmente ao rio.

Compreendem-se que, em conseqüência, a não sêr na "zona ilhada", apenas ranhuras da presença dos povoadores, como anteriormente com os indígenas, deviam ter sido feitas nas paisagens naturais do interior.

A Mineração, a Agricultura e as Primeiras Ilhas de Povoamento na Retro-Terra

Conforme tivemos ocasião de vêr, desde que se encontraram os primeiros jazimentos auríferos compensadores, as atividades dos habitantes, até então limitadas à "zona ilhada", estenderam-se para o interior, por intermédio do Ribeira do Iguape. Tal fato tornou-se mais nítido no decorrêr do século XVIII. As descobertas, para o interior, haviam atingido Apiaí, cuja elevação à vila data de 1770. Moradores de Iguape para aí se deslocaram, permanecendo especialmente nas margens do rio Jaguarí, próximo ao rio Xiririca (110).

---

(109) MOREIRA, Albertino G. — Obra citada, pág. 61.
(110) ALMEIDA, A. Paulino de — Erecção da Capela ..., pág. 49.

A mineração era a atividade que prendia tôdas as atenções dos moradores das margens do grande rio, já que fôra o motivo de sua presença aí. Suas conseqüências foram de grande alcançe. Em primeiro lugar, como já acentuamos, deu uma certa vitalidade econômica à região. Segundo Young, citado por Krug, "é pena que não seja possível organizar uma estatística de quantidade de ouro extraida das minas dêsse distrito (Iguape); porém, por um grande número de têrmos de Vereança e de entrega dos Quintos Reais, que existem nos livros da Câmara de 1731 a 1752, juntamente com os livros de assentos da oficina, que remontam ao ano 1668, creio que será aquém da verdade, calculando a extração em quinze mil oitávas por ano" (111). Em segundo lugar, permitiu que em Iguape começasse a se definir sua posição de "cabeça" regional, definição que só sería possível com a valorização econômica da retro-terra servida pelo Ribeira. É em Iguape que se instalou uma casa de fundição, para onde convergia o ouro bateado Ribeira acima (112). Em terceiro lugar, foi fator determinante na formação dos primeiros embriões de cidades da retro-terra. Antes de mais nada de Xiririca, em cujos arredóres, em 1766, "existiam vinte e um moradores que com seus escravos e mumbavas somavam duzentas e oitenta e sete pessoas trabalhando só na exploração do ouro" (113). Inicialmente localizada frente à barra do ribeirão Xiririca, de onde, em seguida a uma catastrófica enchente (1807), foi removida para o sítio atual, a povoação de Xiririca já possuia capela em 1757, em conseqüência de doação de patrimônio, e quando se tornou paróquia (114). Além disso, também ligado ao ouro, criava-se, junto ao Ribeira, a jusante da conflência com o Juquiá, o pôrto de Registro, que conforme o próprio nome indica, era local destinado ao controle da produção de rio acima, para efeito do pagamento dos

---

(111) KRUG, Edmundo — Obra citada, pág. 29.
(112) Idem, pág. 27.
(113) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 16 de junho de 1957.
(114) ALMEIDA, A. Paulino de — Erecção da Capela ..., págs. 51, 52 e 54; BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 16 de junho de 1957.

Quintos reais. Em quarto lugar, embora inicialmente não contribuisse, em bases estáveis, para a criação de uma atividade agrícola que justificasse enraizamento mais significativo da população, permitiu, todavia, que as terras ribeirinhas ficassem mais conhecidas, e com as relações com as jazidas de Iporanga e Apiaí, permitiu que se esboçassem os primeiros contáctos de relativa freqüência em direção ao planalto. Tais contactos se fizeram principalmente por Apiaí, a partir de Iguape, articulando-se com o caminho que de São Paulo buscava o Rio Grande do Sul. A própria mineração, entretanto, fez com que a administração não visse com bons olhos a abertura de caminho que poderia dificultar a cobrança dos direitos às mercadorias a isso sujeitas (115). O controle pela passagem do Ribeira era mais comodo.

As atividades agrícolas, em quasi todo o período de dois séculos de povoamento, na prática limitavam-se a culturas de subsistência, dentro de um sistema de roças. A mineração roubou um contingente relativamente grande de braços da lavoura, fato que, como não podia deixar de ser, repercutiu na produção, originando fases de verdadeira carestia. Por outro lado, a saida de gente para a retro-terra limitava mesmo as possibilidades locais de mercado. Entretanto, a partir do segundo quartel do século XVIII, e particularmente em seguida ao meado do século, a lavoura sofreu incremento relativamente grande. dado que encontrará condições inclusive para exportar o possível excedente da produção. Assim é que Cananéia, em 1734, já era "habitada de mais opulentos lavradores, de cujas fábricas, com a soma de muitos mil alqueires de farinha de mandioca ,repartida ou vendida por repetidas embarcações, que para êste porto vinham carregar do dito gênero, se ajudava a sustentar a cidade do Rio de Janeiro e as praças de Santos, Santa Catarina, do Rio Grande e da Colonia" (116). Mandioca e arroz eram as culturas mais importantes, que possuiam

---

(115) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 16 de junho de 1957 e 30 de junho de 1957.

(116) ALMEIDA, A. Paulino de — Memórias Memoráveis, págs. 13-14.

caráter comercial, cultivadas, freqüentemente ,sob incentivo do govêrno da Capitanía. O fato é que rústicos raladores, e prensas de tipití, forneciam abundante quantidade de farinha de mandioca, enquanto os vargedos do baixo Ribeira, na área de Iguape, assim como em Cananéia e um pouco na área de Xiririca, possibilitavam importante lavoura de arroz que, em seguida, iria justificar a montagem de várias máquinas de beneficiamento, especialmente em Iguape (117). A decadência da exploração do ouro de lavagem, no último quartél do século, concorreu para que se ampliassem as áreas cultivadas embora os fatôres mais importantes dêsse incremento tenham sido a possibilidade de beneficiar o produto e a de escoar a produção graças às embarcações que chegavam a Iguape e Cananéia.

No último quartél do século incrementou-se uma atividade que já existira antes esporàdicamente: a da construção de barcos, especialmente em Cananéia. Multiplicaram-se os estaleiros e parte dos habitantes dedicou-se à extração da madeira necessária, inclusive com o abandono das atividades agrícolas (118). Tal abandono, entretanto, em parte deve ser atribuido à superprodução que não encontrou mercados. Assim é que, segundo expressões de testemunho da época, o ano de 1780, em Cananéia, foi aquele "em que se aumentou tanto neste povo a fartura do nosso pão, e com tal excesso do costumado, que assim continuando em cada um dos seguintes anos, até o ano de 1785, começou a ser quase de todos desprezado, por inestimável preço, que pela abundância chegou a merecer. Ofereciam os lavradores o seu pão (farinha) e não havia quem o quizesse. Seu preço não era ensaiado pelo lavrador, mas sim tachado pelo comprador; por cada um alqueire não se prometia mais do que oito vinténs e dois tostões" (119). À superprodução sobreveio um período de sub-produção, agravado pelo

---

(117) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 23 de junho de 1957. As "máquinas" naturalmente eram representadas por engenhos d'água, de pilar arroz.

(118) ALMEIDA, A. Paulino de — Memórias Memoráveis, pág. 18 e BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 23 de junho de 1957 e 16 de junho de 1957.

(119) ALMEIDA, A. Paulino de — Memórias Memoráveis, pág. 18.

fato de muitos se terem voltado para o trabalho de extração de madeira para os estaleiros. Não é de admirar que em 1787 "... as embarcações que procuravam negócio, já não achando a costumada carga da farinha, carregavam de cal das derretidas cascas de ostras" (120).

Ao findar o século XVIII, o povoamento podia assim ser esquematizado: Dois núcleos, provàvelmente com poucas centenas de habitantes cada, no litoral, Cananéia e Iguape; um povoado, Xiririca, no Ribeira. No litoral, os dois núcleos constituiam os centros de áreas onde a população se adensava, rarefazendo-se ao longo do mar Pequeno, especialmente na ilha Comprida e, embora muito esparsa, avançando para o sul pela franja litorânea da ilha do Cardoso, onde haviam sido requeridas sesmarias e se instalado alguns moradores (121). No interior, o papel de condensador era representado por Xiririca. Entre a secção do rio em que se encontravam Xiririca e as terras dos moradores vizinhos, e a franja litorânea, permanecia o vazio demográfico, provàvelmente com poucos indígenas e moradores muito isolados. O élo entre as duas áreas continuava sendo apenas o Ribeira. De Xiririca para o planalto as relações eram muito tênues. O habitat era de uma dispersão primária absoluta, de certa forma ordenado pelas linhas de costas na área da "zona ilhada" e pelas margens do Ribeira e afluentes na zona de Xiririca. Os moradores, poucas vêzes com direitos de datas de sesmarias, a maioria das vêzes instalando-se por simples posse, cultivavam o solo utilizando-se do sistema de culturas itinerantes. Para isso dispunham de terras à vontade. Durante muito tempo os limites para suas atividades foram os morros, os brejos ou os mangues da área litorânea. Especialmente nas ilhas Comprida, Cananéia e Cardoso, e secundàriamente ao longo do Ribeira, próximo a Xiririca, abriram clareiras mais ou menos amplas para suas roças, no jundú ou na mata tropical, condicionando, já então, os variegados

---

(129) Idem, pág. 20.

(121) ALMEIDA, A. Paulino de — **Memória Histórica da Ilha do Cardoso**, in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XIII, Volume LXXV, São Paulo, abril de 1941, págs. 28-29.

retalhos irregulares das capoeiras. A atividade extrativa, não só aquela com objetivos industriais (estaleiros), mas também as de subsistência, completavam, em menor escala, o quadro de uma lenta humanização de paisagens com base na agricultura predatória.

O caráter disperso da maior parte do povoamento nos leva à consideração de um problema que teve importância na região, assim como em outras partes do país. Trata-se da tendência ou propensão dos moradores a se isolarem, raramente criando condições para a formação de povoados, embriões de cidades. Aroldo de Azevedo estudou o problema (122) e o próprio autor teve ocasião de abordá-lo, embora superficialmente (123). Entretanto, cremos que a Baixada do Ribeira nos oferece, para o século XVIII, um excelente exemplo dêsse anti-urbanismo colonial.

Já tivemos ocasião de ver que para incrementar a população de Iguape foram tomadas medidas pela própria administração, provàvelmente sem grandes resultados .Em meados do século XVIII, setindo a precariedade de um povoamento tão esparso, com população pouco numerosa ,o então Capitão General D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Matheus, incentivou a criação, na "zona ilhada", de dois novos núcleos, de conformidade aliás, com uma política que aplicará em outras partes da Capitania (124). Uma dessas vilas devia ser criada junto ao mar Pequeno, a meio caminho entre Iguape e Cananéia, junto à área em que hoje se encontra o pequenino ancoradouro de Subaúma. Providenciada a fundação em 1776 ,no ano seguinte o diretor do núcleo afirmava que os moradores "não podiam existir naqueles sitios cheios

---

(122) AZEVEDO, Aroldo de — **Vilas e Cidades do Brasil Colonial,** Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n.º 208, Geografia n.º 11, São Paulo, 1956, págs. 5-6.

(123) PETRONE, Pasquale — **Notas sôbre o fenômeno urbano no Brasil,** trabalho apresentado ao Simpósio sôbre o Problema das Metrópoles, realizado na XIV Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros em Viçosa Minas Gerais, julho de 1959, inédito, págs. 3-4.

(124) Vêr PETRONE, Pasquale — São Luiz do Paraitinga.

de matos e de bichos" (125). Só alguns anos depois ,com gente de Cananéia e de Iguape, foi criada a vila de Nossa Senhora da Marinha que, em 1779, deslocou-se para a ilha Comprida com o nome de Vila Nova da Lage (126). Entretanto, também alí a duração da vila foi efêmera, pois seus habitantes dispersaram-se ou então, pouco a pouco, voltaram a se instalar novamente em Subaúma. Hoje, da antiga vila só resta um modesto cemitério e um topônimo na ilha Comprida, enquanto que Subaúma é um minúsculo povoado sem maior expressão.

A outra vila, criada por volta de 1767 (127), foi Ararapira, no extremo sul do litoral paulista. Criada com gente de Cananéia, "por causa da pobreza (dos habitantes) e nenhuma conveniência de lugar, e por isso incapazes de sustentar pároco" (128), não durou muito. Abandonada pela maioria de seus habitantes, teve vida precária de modestíssima povoação de pescadores, só em 1907 sendo elevada a sede de distrito de paz. Em 1920, quando as terras em que se situa passaram para o Estado do Paraná, em virtude de solução dada ao problema de limites entre êsse Estado e o de São Paulo, a maioria dos habitantes deslocou-se para a vila de Ariry, que então foi criada pelo govêrno paulista em território do Estado (129).

Cremos que, em linhas gerais, não é difícil explicar o insucesso das duas iniciativas na região, assim como a pobreza geral em embriões de cidades, enfim, o anti-urbanismo na Baixada durante o período colonial . Em primeiro lugar, julgamos que o número pequeno de habitantes foi um dos fatôres determinantes, em áreas relativamente extensas. Em segundo lugar, acreditamos que mesmo o nucleamento da população em aldeias, cujos habitantes se dedicassem a atividades agrícolas nos

---

(125) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 30 de junho de 1957.

(126) ALMEIDA, A. Paulino de — **A Ilha Comprida**, pág. 62 e BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 30 de junho de 1957.

(127) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Memoráveis, pág. 16 e BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 30 de junho de 1957.

(128) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Memoráveis, pág. 16.

(129) Vide ALMEIDA, Antônio Paulino de — **Ariry**, histórico de sua fundação, São Paulo, 1929.

arredores, não teria sido possível dados os sistemas adotados para a utilização do solo. A agricultura itinerante não poderia justificar a presença de aldeias, dado o deslocamento dos moradores, e principalmente as vastas áreas objeto do primitivo sistema. Por outro lado, não existiam funções que pudessem justificar a concentração de habitantes com outras atividades que não a agrícola. A função administrativa, com a comercial, explicavam Cananéia e Iguape, enquanto que só a capela, pois que na época nem a venda, nem a escola tiveram importância, poderia se tornar ponto de referência dentro de uma área povoada; poucas vêzes ,entretanto ,com capacidade de arregimentar moradores em número apreciável em seu redor. A criação de um embrião de cidade tinha que ser o resultado de condições sociais, econômicas, religiosas e político-administrativas, expressando uma certa convergência, quando não comunhão de interêsses, por parte de seus eventuais habitantes. Para isso a região do Ribeira não se encontrava amadurecida.

A Humanização das Paisagens Ribeirinhas

No ano de 1805 Martim Francisco Ribeiro de Andrada realizou uma excursão pelo sul do atual Estado de São Paulo, tendo percorrido grande parte da Baixada do Ribeira. Suas observações são interessantes para que se perceba em que condições se encontrava a região. De Iguape, por exemplo, diz que em seu "termo contêm 5.322 habitantes, entrando a freguezia de Xiririca; uma só igreja, que é a matriz... tem Câmara; um Juiz ordinário conhece da polícia e crimes..." (129a). Refere-se à imagem do Senhor Bom Jesus, "muito milagrosa no geral entender da plebe, para cuja festa concorre imensidade de povo da Capitania e de fora..." (129b), dando uma idéia da já importante função religiosa da então vila. Sôbre

---

(129 a) ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de — **Diário de uma viagem mineralógica pela Provincia de São Paulo no ano de 1805**, in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 18, São Paulo, outubro de 1954, pág. 36.

(129 b) ANDRADA, M. F. R. de — Obra citada, pág. 36.

Cananéia, cuja "povoação anda por 1.600 habitantes" (129c), adverte que a "indolência é tão geral nêste povo, que êle, para sustentar-se, tira todo o preciso de Iguape e Paranaguá" e que, "seguramente, esta vila tende à sua extinção total, se acaso se não fomentar de novo o amor do trabalho, introduzindo nos povos a agricultura, que mal e sem razão desprezam..." (129d). Aliás, essa é a impressão que o autor teve ,segundo se vê pelas suas observações, de toda a população da área. No concernente às atividades econômicas, refere-se à importância do arroz e mandioca na área de Iguape, na qual "já há muito engenho d'água de pilar arrôz", assim como á pequena importância do café, cana e algodão (129e). Em tôrno de Xiririca elas eram mais variadas, pois, além do arroz, compreendiam "cana de açúcar, mandioca, algum feijão, pouco café, fumo e milho, e muitos pomares de larangeiras" (129f). Já na zona de Cananéia o quadro era diferente: seus habitantes "dão-se à pesca e à construção de barcos; o forte de sua cultura é a mandioca e arroz, e pouco algodão" (129g). A construção de barcos teria sido, segundo o autor, um dos fatôres mais importantes a justificar a indolência da população, fazendo, por exemplo, com que a afluência das embarcações para Cananéia se reduzisse sempre mais, "porque a preguiça do país não tem gênero algum de cultura que exportar" (129 h).

Entretanto, durante a primeira metade do século XIX a expansão do povoamento na retro-terra da Ribeira prosseguiu lentamente e com duas características básicas que continuaram a marcá-la. Em primeiro lugar, verificou-se, ainda, exclusivamente com o aproveitamento da via fluvial; em segundo lugar, fez-se, como anteriormente, pelo deslocamento de posseiros e na base da agricultura itinerante predatória. Ao longo das margens do Ribeira, os moradores preencheram a maior parte dos vazios existentes entre Iguape e Xiririca. Por intermédio do Ribeira, atingiram o Juquiá, em cujas margens localizaram-se

---

(129 c) Idem, pág. 43
(129 d) Ibidem, pág. 43.
(129 e) (129 f), (129 g) e (129 h), ANDRADA, M. F. R. de — Obra citada, respectivamente págs. 36, 39, 43 e 43.

aproximadamente até a barra do rio São Lourenço. Finalmente, e sempre a partir do Ribeira ,subiram o rio Jacupiranga, ocupando suas margens até aproximadamente o ponto onde atualmente se encontra a cidade do mesmo nome. Ao longo do Ribeira, nenhum outro núcleo se formou e, mesmo o antigo ancoradouro de Registro apresentava-se sem nenhuma expressão .Ao longo do Juquiá em 1829 fundava-se a povoação de Santo Antônio do Juquiá, capela curada já em 1831 (130), e que se tornaria a atual cidade de Juquiá. Ao longo do rio Jacupiranga, junto à barra do Canha ,em sitio que se presume tenha sido ocupado, como o de Xiririca, por um aldeiamento de indígenas, surgiu o povoado de Botujurú, em tôrno de capela e em terras devolutas, que em seguida se tornaria a atual cidade de Jacupiranga (131). A penetração dos moradores pelo Jacupiranga foi estudada por Paulino de Almeida e, tendo em vista que representa bem o processo válido para outros vales da Baixada, resolvemos aproveitar as relações de moradores fornecidas pelo autor citado para organizar a carta anexa.

No conjunto, o povoamento de tôda a Baixada continuava dispondo-se em faixas, sempre orientadas ao longo dos rios principais, e tendo nêstes a única possibilidade de comunicação. Compreende-se que em face dessa situação, o pôrto de Iguape avantajava-se em relação ao de Cananéia, porquanto aquêle, pela sua posição, articulava-se través do Ribeira com tôda a vizinha retro-terra povoada, enquanto o segundo ficava isolado dêssa retro-terra por larga faixa de terras não habitadas e sem nenhuma comunicação.

A população, como efetivo, permaneceu relativamente pouco numerósa, embora se caracterizasse por um rítmo de aumento superior aos dos períodos precedentes. Na área relativa ao território encabeçado pela então vila de Iguape, no primeiro quartél do século, tinhamos os seguintes efetivos (132):

(130) MULLER, D. P. — Obra citada, pág. 81 e BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 7 de julho de 1957.

(131) ALMEIDA, A. Paulino de — **Memória Histórica de Jacupiranga**, in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XVI, Volume CXXVII, São Paulo, setembro de 1949, págs. 25 a 30.

(132) YOUNG, Ernesto Guilherme — **História de Iguape**, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", Volume

em	1814	822	fogos e	3 258	pessoas
	1815	882	»	3 376	»
	1817	918	»	3 562	»
	1824	910	»	5 573	»
	1826	961	»	4 071	»

enquanto isso, na área de freguezia de Xiririca tínhamos o seguinte (133):

em	1815	206	fogos e	973	pessoas
	1817	251	»	1 213	»
	1818	261	»	1 211	»

No conjunto dos territórios de Iguape e Xiririca, em 1836, distrito de Iguape, 9 396 habitantes, em 1 391 fogos (134).

Quanto ao território dependente da então vila de Cananéia, a evolução da população foi a seguinte (135):

em	1815			1 506	pessoas
	1816			1 496	»
	1817	296	fogos e	1 471	pessoas
	1818	287	»	1 415	»
	1821		—	1 370	»
	1822	313	»	1 387	»

No ano de 1836, no mesmo distrito, os habitantes eram 1627 em 259 fogos (136). Portanto, em tôda a área que nos interessa, no ano de 1836 viviam apenas 11 023 habitantes, repartidos por 1 550 fogos. Em conseqüência, na Baixada a população relativa não devia superar um habitante por km². Na realidade, exceptuando-se a orla litorânea e as áreas ribeirinhas citadas acima, todo o restante encontrava-se pràticamente despovoado, pois que nem mesmo indígenas deviam existir mais.

A população, conforme informações de D.P. Muller, compunha-se em cêrca de 45% de brancos, havendo 32% de par-

---

VIII (1903), São Paulo, 1904, págs. 349-350. O autor baseou-se em pedaços de um livro de desobrigas pertencente ao arquivo eclesiástico.

(133) Idem.

(134) MULLER, D. P. — Obra citada, pág. 145.

(135) YOUNG, Ernesto Guilherme — Obra citada, págs. 349-350.

(136) MULLER, D. P. — Obra citada, pág. 145.

dos e o restante de negros (137). A percentagem relativamente elevada de brancos parece justificar-se pela miscegenação reduzida com o indígena, numèricamente pouco importante, e com o negro, cuja introdução na área foi sempre limitada, quer no período da mineração em Xiririca, quer mais recentemente. A prova que a introdução de negros era principalmente recente, está no fato de que os pretos africanos quasi se equiparavam, numèricamente, aos pretos criolos, naturalmente descendentes de todos os anteriormente introduzidos. O número relativamente pequeno do elemento negro refletia, como seria de esperar, uma economia que dêles não tinha ncessidade. Pardos, provàvelmente compreendendo mulatos e mamelucos, tenderíam, com o tempo, a constituir uma parcela limitada à orla litorânea e aos morros especialmente.

O quadro da economia regional modificou-se bastante na primeira metade do século passado. A mineração pràticamente deixou de ter qualquer significado, verificando-se, em conseqüência, a volta dos mineradores para a agricultura, com uma maiór fixação do povoador. Da mesma forma, decaiu a atividade litorânea ligada aos estaleiros (138). Em compensação, adquiriu um pouco mais de estabilidade a atividade agrícola. Arroz, mandioca e cana constituiam os principais recursos. O arroz era a principal cultura do baixo Ribeira, justificando a existência de 82 engenhos de beneficiamento em Iguape e 12 em Cananéia, no ano de 1836 (139). A cana tinha sua área principal de cultivoem tôrno de Cananéia, onde, no mesmo ano, existiam 3 distilarias de aguardente (140). A cultura da mandioca encontrava-se decadente, e caracterizava o litoral. Não é de excluir a possibilidade de tal fato decorrer de uma exaustão das terras litorâneas em conseqüência de sua utilização na base de uma agricultura predatória. Outras culturas não tinham muita importância, embora, e mais a título de curiosidade, em 1801 já saissem por Cananéia 30 arrôbas de

---

(137) Idem, págs. 166-167.
(138) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 9 de junho de 1957; ANDRADA, M. F. R. de — Obra citada.
(139) MULLER, D. P. — Obra citada, pág. 132.
(140) Idem, pág. 132.

café, enquanto 253 saíam de Santos e 152 de Ubatuba (141). De resto praticava-se a pesca e uma pequena atividade extrativa ligada à mata e aos sambaquís. A maiór parte da produção, de qualquer forma, era para o próprio consumo regional.

Uma certa vida de relações, entretanto, já se havia estabelecido com o planalto, em bases mais estáveis que aquela iniciada com a mineração. Comprova o fato a presença, no povoamento do vale do Jacupiranga, de alguns moradores oriundos do planalto (142), assim como a existência, entre os produtos exportados por Cananéia e Iguape, em 1836, da herva mate (143). O principal mercado de importação para a região era o Rio de Janeiro, enquanto que êsse mesmo pôrto, e secundàriamente Santos e Paranaguá, eram os de exportação. No conjunto a região voltava-se mais para o exterior, permanecendo ainda muito isolada do planalto. Para êste, as comunicações continuavam insatisfatórias. Por volta de 1830 iniciou-se a abertura de um caminho que deveria unir a Baixada a Itapetininga, mas que ficou interrompido tendo em vista as dificuldades para tranpôr a serra Queimada (144). Em conseqüência, a viagem continuava sendo feita, em tôda a Baixada, por rio, havendo necessidade de cinco dias de viagem fluvial e quatro por terra para unir Iguape a Itapetininga (145). Uma modificação importante, de qualquer forma, viria a se verificar em meados do século, ou seja o início da navegação a vapôr do Ribeira, entre Iguape e Xiririca, aquela já se aproveitando dos benefícios, precários, da abertura do Valo Grande a partir do Pôrto Velho. No conjunto as comunicações eram parcos e insuficientes.

---

(141) TAUNAY, Afonso de E. — **O comércio terrestre e fluvial da Capitânia de São Paulo, em 1801**, Documentos inéditos do Arquivo Nacional, in "Digesto Econômico", Ano V, n.º 56, São Paulo, julho de 1949, pág. 127.

(142) Vêr relações in ALMEIDA, A. Paulino de — **Memória Histórica de Jacupiranga**.

(143) MULLER, D. P. — Obra citada, págs. 228 e 230.

(144) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 14 de julho de 1957.

(145) MULLER, D. P. — Obra citada, pág. 81.

O fato mais importante que, segundo nos parece, introduziu-se na dinâmica paisagística da região, na segunda metade do século passado, foi a criação de Colônias por parte do Govêrno Imperial, em seguida ficando sob administração provincial. Criadas com os nomes de Pariquéra Açú e de Cananéia, e delas, pelo seu significado, trataremos a parte, localizaram-se em zona sub-litorânea, em áreas até então — década de 1860 — inteiramente, ou quase, desocupadas. A criação das referidas Colônias, e o interêsse que demonstraram pela região alguns dos confederados norteamericanos vindos para o Brasil na mesma década, contribuiram para modificar, parcialmente, os quadros demográficos, assim como os econômicos.

Contudo, nos seus grandes traços ,a evolução se fez dentro do rítmo anterior, especialmente em virtude da precariedade das vias de comunicação. Estas modificaram-se, mas pouco. Em primeiro lugar, a região permaneceu completamente à margem do sistema ferroviário que na ocasião começou a se definir pela então Província, em terras do planalto, em conseqüência, de certa forma, ficando acentuado seu isolamento, pelo menos perante os novos quadros econômicos que então se definiram na Província. As esperanças da região continuaram a se apoiar no sistema fluvial do Ribeira, que um dia haveria de "facilitar as comunicações entre diversos pontos do litoral e serra acima ,desenvolvendo assim os recursos naturais de tão fértil território" (146). Entretanto, o serviço de navegação era precário, não podendo servir a tôda a área povoada, especialmente às Colônias que se haviam criado, e chegando mesmo a se interromper (147). Dentro da própria região, os caminhos por terra reduziam-se a picadas ou picadões de interêsse puramente local, a exemplo do que foi aberto entre a

---

(146) MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo — Obra citada, Tomo I, pág. 322.

(147) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 7 de julho de 1957.

então freguezia de Jacupiranga e a barra do ribeirão Capinzal, até onde podia chegar a navegação com lanchas a vapôr (148). As Colônias continuaram pràticamente isoladas até o fim do século. Para o planalto definiu-se melhor o caminho que, de Santo Antônio de Juquiá, buscava Sorocaba; além disso definiu-se também o que, a partir de Xiririca, onde findava a navegação a vapôr, atingia Capão Bonito e, o de Iporanga e Itapéva, também de interêsse para a região .Entretanto, o segundo já se encontrava completamente obstruido em 1872 ,e o terceiro não permitia passagem de animais carregados (149).

Em face das condições acima apontadas, inevitàvelmente teria que se ressentir a economia. Com poucas modificações, o quadro dos produtos cultivados conservou-se o mesmo :arroz, cana, feijão ,milho, fumo, mandioca, batata doce e pouco mais. Tentativas frustradas de cultivo de algodão na Colônia de Cananéia e de plantas como a videira em Pariquéra Açú. O arroz constituia pràticamente o único produto importante de exportação (150), representando para a região ,guardadas as proporções, o que o café foi para outras partes da Província (151). E' o produto que ainda justificava a existência, em Iguape, em 1887, de 35 engenhos de beneficiamento movidos por água, e de três movidos a vapôr (152), enquanto em Cananéia e Xiririca, todos movidos por água, eram respectivamente 22 e 2. Parte considerável da produção de arroz, assim como a maior parte da produção tôda, agrícola, satisfazia o consumo regional. A criação não tinha nenhuma expressão, se exceptuármos os porcos, em Jacupiranga e nas Colônias, e um pouco de gado vacum e cavalar. O café foi produzido em pequena escala, principalmente nos últimos lustros do século, porém não permitiu que a região se associasse àquelas onde tudo girou em tôrno

---

(148) ALMEIDA, A. Paulino de — **Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 73.**
(149) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 14 de julho de 1957.
(150) Relatório da Província de São Paulo, 1888, pág. 384.
(151) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 7 de julho de 1957.
(152) Idem, 14 de julho de 1957.

do "ouro verde", dêle tudo emanando e a êle tudo se destinando: homens, animais, máquinas (153).

De qualquer forma, a população cresceu, pela primeira vez em rítimo bem maior que o que havia caracterizado seu crescimento anteriormente. Para o ano de 1874, o quadro do efetivo demográfico era o seguinte (154):

Região do Ribeira — População no ano de 1874

Municípios	Paróquias	População		
		Livres	**Escravos**	**Total**
Iguape	Senhor Bom Jesus de Iguape	8.829	1.184	10.013
	Senhora da Conceição de Jacupiranga	2.639	232	2.871
	Santo Antônio de Juquiá	1.476	35	1.511
	Senhora das Dôres de Prainha	1.477	133	1.610
Cananéia	São João Batista de Cananéia	3.477	498	3.945
Xiririca	Senhora da Guia de Xiririca	4.730	734	5.464
Total da Região		22.598	2.816	25.414
Província de São Paulo		680.742	156.612	837.354

Em 1886 a população dos três municípios era a seguinte (155):

Cananéia — 5.355 habitantes

Iguape — 17.638 habitantes, dos quais 9.845 em Bom Jesús, 1.284 em Prainha, 4.198 em Jacupiranga e 2.311 em Juquiá.

Xiririca — 6.823 habitantes.

No conjunto percebe-se um incremento populacional relativamente grande, mas que ficava muito aquém do rítmo a

---

(153) MILLIET, Sérgio — **Roteiro do Café**, São Paulo, 1941, pág. 7.
(154) MARQUES, M. E. de Azevedo — Obra citada, Tomo II, pág. 181 a 185.
(155) Relatório da Província de 1888, pág. 329.

que obedecia tôda a Província (156). De então para cá o atrazo da região da Ribeira, em relação ao Estado, tornou-se sempre maior. Por outro lado, não é difícil, também, perceber a relativa decadência do contingente de escravos, o que foi decorrência da não implantação, na região, de uma lavoura comercial absorvedora de mão de obra numerosa e, em parte, da própria decadência econômica regional, sem se falar que, tanto as antigas lavouras de arroz, quanto as iniciativas dos moradores dos núcleos coloniais, se escudavam no cultivo direto, trabalho livre, portanto. O fato é que, enquanto em 1836 os escravos representavam cêrca de 31% da população total, cinquenta anos depois mal superavam 10% do total.

O aumento da população se fez principalmente em benefício das áreas já povoadas anteriormente, embora não exclusivamente. Com o auxílio do mapa de Bauer, que reproduzimos ao lado, e com as indicações bibliográficas disponíveis, torna-se possível reconstituir, nas suas grandes linhas, a situação do povoamento em fins do século passado. Ao longo do Ribeira o povoamento adensou-se, subindo a montante de Registro. Sur-

(156) Interessante comprar os fatos da evolução demográfica dos municípios da região da Ribeira, para a época em consideração, com os de áreas do planalto. Tal comparação reflete bem como foi a partir dessa época que maior se tornou o desequilíbrio entre a área em estudo e as planaltinas, estas sendo favorecidas pelos efeitos da expansão da lavoura cafeeira. A título de exemplo, veja-se o quadro abaixo:

Municípios	Total				População		
					Indices de crescimento %		
	1836	1854	1874	1886	1836-54	1854-74	1874-86
Iguage	9 396	15 211	16 005	17 638	61,9	5,2	10,2
Cananéia	1 627	2 664	3 945	5 355	63,7	48,1	35,7
Rio Claro		6 564	15 035	20 133	—	129,1	33,9
Araraquara	2 764	4 965	9 767	9 559	79,6	96,7	— 2,1
Jaboticabal		2 885	5 259	26 224	—	82,3	398,6
Amparo		3 840	11 756	17 325	—	206,0	47,4
S. J. dos Campos	3 909	6 935	15 154	17 906	77,4	118,5	18,2

giram alguns novos povoados, a exemplo de Sete Barras e de Barra do Batatal, definindo-se melhor o povoado de Registro. Pelo Juquiá ,o povoamento estendeu-se para montante da confluência com o São Lourenço, embora de modo muito ralo. Em 1896, por exemplo, só existiam três famílias de moradores no Braço Grande (157). Nessa faixa, entretanto, desenvolvia-se Santo Antônio de Juquiá e Prainha, a atual Miracatú, já pouco interessando à nossa área de estudo. As margens do Jacupiranga continuaram a ser ocupadas a montante, em direção ao Jacupiranguinha. Na região de Xiririca o povoamento começou a distanciar-se do Ribeira, penetrando por alguns de seus afluêntes, particularmente o próprio Xiririca, o Jaguarí, o Batatal e o Pedro Cubas. De resto, em conseqüência da criação da Colônia de Pariquéra Açú, no fim do século intensificou-se o povoamento de todo o alto vale do rio do mesmo nome, enquanto que a Colônia de Cananéia justificou um povoamento ralo do alto Pindauvinha e do alto Itapitanguí. Em compensação, na "zona ilhada" o povoamento estabilizara-se e, mesmo, regredira. As ilhas Compridas e do Cardoso, por exemplo, despovoavam-se; a "zona ilhada" já se tornara área velha, decadente, como resultado dos processos de utilização que sofrera.

Em síntese, os aspectos principais do povoamento foram os seguintes :os rios continuaram a constituir os principais meios de penetração, em suas margens vivendo o maior contingente de moradores. Pela primeira vez, e graças à criação das duas Colônias já citadas, o povoamento se expandiu por áreas, embora muito restritas, relativamente afastadas da linha do litoral e do eixo representado pelo Ribeira .Esboçava-se apenas, um rompimento no caráter digitalizado do povoamento.

A zona da Baixada, entretanto, no seu conjunto, continuava a ser o domínio das terras devolutas, raramente devassadas e mais raramente objeto da presença estável de algum morador. O mapa de Bauer, que reproduzimos exclusivamente na parte

---

(157) Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, São Paulo — **Relatório de 1896**, São Paulo, 1897, pág. 213.

que nos interessa mais de perto, mostra bem o fato. Por outro lado, mesmo em zonas já mais povoadas, sobravam manchas extensas de terras devolutas, como se pode depreender pela planta da Colônia de Pariquéra Açú, em outra parte dêste trabalho. A região estava, ainda em sua maior parte, em condições de conquistar. Já se tinha intensificado ,entretanto, uma prática que, se para alguns se verificava nas mesmas condições em que se processara no passado, para outros já tinha objetivos especulativos. Referimo-nos à tomada de terras, às vêzes enormes glebas, por posseiros .O fato já despertara a atenção dos podêres públicos, conforme se depreende do trecho seguinte, de 1896: "A prática, que infelizmente já está iniciada por interêsse na valiosa propriedade do Estado, com tendência a desenvolver-se amplamente, consiste na destruição do mato virgem, salteadamente, nos pontos de melhor terreno, para formação de capoeiras, que constituem título à posse ou a preferência na posse como pretensas benfeitorias. Muitos terrenos, assim despidos de belas árvores seculares, que poderiam ter valôr brevemente, nunca chegaram a ser plantados" (158).

Os que ocuparam terras dentro do tradicional sistema em uso em tôda a Baixada, sem outro objetivo senão o de erguer um abrigo e o de abrir uma clareira para dar espaço para uma lavoura de subsistência, foram responsáveis, pouco a pouco, pela penetração através dos altos cursos dos rios secundários, de forma rala e espaçada, com um início de ocupação das zonas de encostas dos morros. Pouco a pouco definiram um tipo humano característico ,o "capuava", habitante dos morros e grotões, das áreas mais afastadas dos eixos de circulação, em contraposição ao "ribeirinho", o tradicional habitante das margens dos principais rios, cultivador de arroz.

Aquêles que começaram a ocupar terras em grande escala, com objetivos especulativos, foram os principais responsáveis pelos problemas que, no século atual, iriam caracterizar os aspectos relativos à legalidade da propriedade das terras. O "gri-

---

(158) Relatório de 1896 da Secretaria da Agricultura, pág. 215.

lo "tornou-se fato comum em tôda a Baixada e, como em outras partes do Estado, o "grileiro" é que muitas vêzes acabou por determinar o destino de áreas imensas, freqüentemente em desfavor do povoador anônimo. desbravador e morador de zonas distantes.

A Baixada do Ribeira no Alvorecer do Século XX

A partir de elementos obtidos principalmente no trabalho de Pio Corrêa (159), no da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (160), em observações de Krug (161), de Kundt (162), fatos isolados obtidos em outras fontes, foi possível organizar a carta do povoamento e da utilização do solo na Baixada do Ribeira no início do século atual. Tal carta, na prática válida para todo o primeiro quartél, evidentemente não pode e não deve ser considerada exata, mas tem o mérito, em suas grandes linhas, de propiciar uma idéia de conjunto sôbre o estado da organização do espaço agrícola naquela época.

Antes de mais nada é possível perceber que a Baixada, como palco de uma dinâmica de povoamento, permanecia "ilhada" do restante do território paulista e paranaense por faixas periféricas correspondentes a zonas acidentadas e revestidas pela floresta em grande parte pouco modificada pelo homem. A presença de manchas florestais isoladas dentro da região, das quais só foram representadas as mais extensas ,correspondentes por sua vez às zonas serranas isoladas, mostra que o povoamento da região foi um fato das terras baixas e, só mais

---

(159) CORRÊA, M. Pio — **Município de Iguape,** in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", Volume XI (1906), São Paulo, 1907.

(160) Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — **Exploração do Ribeira do Iguape,** 2a. edição, São Paulo, 1914.

(161) KRUG, Edmundo — Obra citada.

(162) KUNDT, Ernst — **Das Ribeiratal und die Kolonie Pariquéra-Açú im Staate São Paulo,** in "Sued-u. Mittel-Amerika", 5.º ano, n.º 6, Berlim, 1912.

recentemente, à penetração horizontal para o interior iria se unir uma penetração vertical em altitude.

Em segundo lugar, percebe-se que os cursos d'água, em modo particular o Ribeira, Juquiá e Jacupiranga, continuavam se constituindo nos instrumentos de penetração e fixação do povoamento .A distribuição da população foi determinada pela própria distribuição dos cursos d'água, fato que, apesar das decorrências da presença mais recente das rodovias, ainda pode ser verificado atualmente, embora não mais de forma tão sistemática. Os caminhos por terra eram poucos. Os que ligavam Sete Barras e Juquiá ao planalto, o primeiro em condições mais satisfatórias, e os que, divergindo de Jacupiranga, buscavam Eldorado (Xiririca) e Itaúna no Ribeira, e Cananéia e Subaúma no litoral. Dêstes últimos, o de Cananéia encontrava-se em péssimo estado, sendo o de Subaúma o melhor conservado, transitado inclusive por carros a tração animal.

Em terceiro lugar, percebe-se que a orla litorânea, frente de interêsse do povoamento pretérito, surgia, como de resto evidencia-se na atualidade, como área de densidades baixas quando comparadas às de beira-rio.

A cultura do arroz, na carta estando representadas as áreas onde sua freqüência era maior, constituia o meio mais comum de utilização do solo. Participando tanto das lavouras de subsistência, quanto das comerciais, constituia o traço característico da agricultura regional, secundada pelas culturas da mandioca e da cana. Em tôrno de Juquiá, de Eldorado, Jacupiranga e Pariquéra-Açú definiam-se as principais áreas policultoras. As duas últimas mais importantes, em grande parte justificavam-se pelas influências da colonização de Pariquéra-Açú.

Nas zonas afastadas dos eixos fluviais maiores, assim como na periferia da região, ou nas encostas dos morros isolados e ao longo da orla litorânea ,dominava uma agricultura de subsistência, itinerante, com rarefação da população.

Definiram-se ,e cristalizaram-se, dessa forma, os quadros que, em estado letárgico, esperariam, durante tôda a primeira metade do século atual, a oportunidade de fornecer os primeiros frutos, com a valorização da Baixada. Enquanto isso, a Bai-

SETOR E PERIÓDICOS
Bibliot ... Departamento de Geografia

xada do Ribeira iria permanecer, por algumas décadas, como o paradoxal "sertão litoral" (163).

EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO EM UMA BAIXADA TROPICAL

A Colonização da Baixada do Ribeira

Desde a primeira vez que tivemos oportunidade de viajar por terras da Baixada do Ribeira, ficamos surpreendidos com um aspecto da referida área, até então para nós pràticamente desconhecido: a importância que ela tivera do ponto de vista das tentativas de colonização no Estado de São Paulo. Sabíamos do papel dos japonêses na organização de Colônias suas junto ao Ribeira ,mesmo porque foram muitos os trabalhos, relatórios e mesmo livros, publicados a respeito. Entretanto, a não ser referências particulares, freqüentemente incompletas, muitas vêzes apenas dedicadas a esta ou aquela iniciativa, não conhecíamos nada publicado, onde se encarasse a Baixada do Ribeira como verdadeira área-laboratório, na qual se fizeram numerosas e diferenciadas experiências de colonização, uma das quais foi a dos japonêses. Êsse fato foi, entre outros, responsável pelo interêsse que resolvemos dispensar à área que agora é objeto de estudo de nossa parte.

A amplitude das iniciativas de colonização na Baixada do Ribeira, para muitos insuspeitada, foi realmente grande e significativa. O interêsse pela criação de zonas de colonização data, na área em questão, de um século e, no conjunto das iniciativas, abrangeu área considerável, distribuida, em parcelas diversificadas, por todos os tipos de zonas aí existentes. E' portanto uma amplitude que se revela no tempo e no espaço.

Realmente, considerado o fenômeno no tempo, êle se manifestou pela primeira vez em meados do século passado. A Colônia de Pariquéra-Açú, por exemplo, teria sido tentada pela

---

(163) ALMEIDA, Vicente Unzer — Obra citada, pág. 21.

primeira vez em 1855 segundo Paulino de Almeida (164), 1861 segundo a maioria dos que têm se referido a ela, provàvelmente repetindo-se uns aos outros (165). De qualquer forma, e deixando-se à margem a diferença de datas, já que ela não é grande e realmente não tem muita importância, tal tentativa é contemporânea, pràticamente, da criação dos primeiros núcleos coloniais do Espírito Santo (166), assim como do início da colonização do vale do Itajaí em Santa Catarina (Blumenau é de 1850) (167) e, anterior à criação dos importantes núcleos italianos do Ro Grande do Sul. Fazendo-se abstração das Colônias criadas no Estado do Rio de Janeiro (Petrópolis, Terezópolis, Nova Friburgo), dos primeiros núcleos alemães do Rio Grande do Sul (São Leopoldo, Novo Hamburgo) e poucos outros ,a criação de Pariquéra-Açú pode ser considerada pioneira na importante fase que a segunda metade do século passado representou para a colonização no Brasil. Acresce que vizinho a Pariquéra-Açú, no ano de 1862, foi criado outro núcleo colonial, o de Cananéia (168), fato êsse que demonstra um certo interêsse pela área da Baixada.

De então para cá as iniciativas se sucederam na região, óra com sucesso, mais freqüentemente não. Entre os anos de 1865 e 1867, as áreas drenadas pelo Ribeira, com as de seu afluente Juquiá, enquadraram-se entre aquelas onde se verificou a original tentativa de colonização por parte de confederados norte-americanos (169). A partir de 1912, e particular-

---

(164) ALMEIDA, A. Paulino de — **Memória Histórica de Jacupiranga**, pág. 77.

(165) Serviço de Povoamento em 1911, Ministério da Agricultura, pág. 176; GROSSI, Vincenzo — **Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di San Paolo**, Roma, 1905, pág. 384; CAMARGO, José Francisco de — **Crescimento da população no Estado de São Paulo**, São Paulo, 1952, Vol. I, pág. 159.

(166) Vêr WAGEMANN, Ernst — **A Colonização Alemã no Espírito Santo**, in "Boletim Geográfico", n.º 68, 69 e 70, Rio de Janeiro, 1948-1949; PETRONE, Pasquale — **A Zona Colonial Antiga do Espírito Santo**, inédito.

(167) GROSSI, Vincenzo — Obra citada.

(168) GROSSI, Vincenzo — Obra citada, pág. 384.

(169) GOLDMANN, Frank — **Americanos em São Paulo**, in Jornal "Folha da Manhã", São Paulo, 28-X-1956; 4, 11, 18 e 25-XI-

mente de 1917, começaram a ser cradas colônias japonèsas, principalmente na área de Registro (170). Mais recentemente, por volta de 1925-26, criou-se a Colônia de Santa Maria, próxima de Cananéia .Como vemos, as primeiras iniciativas não ficaram sós, sendo acompanhadas por outras que, pràticamente, vieram até nossos dias.

Já dissemos o que a amplitude das iniciativas de colonização tem significado para tôda a área que nos interessa. O mapa que acompanhava estas considerações pode demonstrar o fato. Pode-se verificar que, pràticamente, tivemos iniciativas de colonização dentro de todos os tipos de áreas da Ribeira. A Colônia Jiporuva, ou Katzura, ocupou áreas do baixo Ribeira (margem esquerda), próximo ao litoral e a cêrca de 15 km. de Iguape, em terras baixas e planas, de brejos ,banhados e drenagem indecisa. A Colônia de Pariquéra-Açú ,assim como a maior parte da de Cananéia ,ocuparam terras sub-litorâneas, ainda predominantemente baixas, cótas de 20 a máximos de 69 m., mas com topografia mais acidentada, revestimento florestal tropical rico e com rítmo sazonário, especialmente quanto à umidade, mais sensível que no litoral. Pariquéra-Açú abrangeu as terras do alto vale e das cabeceiras do rio do mesmo nome e parte da bacia do Pariquéra-Mirim, ambos afluentes da margem direita do Ribeira. A Colônia de Cananéia estabeleceu-se nos altos cursos do rio Pindauvinha e Canha — ambos pertencentes à bacia do Jacupiranga, margem direita — e ainda do Itapitanguí — vertendo para o mar de Cubatão — extendendo-se até o rio Guaraú para oeste. A Colônia de Santa Maria, em parte fugindo às terras baixas da região do Ribeira pròpriamente dita, abrangeu terras desde vizinhanças do recôncavo de Cananéia, até os divisores de águas entre os rios das Minas e Taquarí de um lado, Jacupiranguinha, Turvo e Pardo de outro, e Guarakessaba e Serra Negra do outro, pelas altas bacias

---

1956; 2, 9, 16, 23 e 30-XII-56; 6, 13, 20 e 27-I-1957; e, 3, 10 e 17-II-1957; RIOS, José Artur — **A Imigração de confederados norte-americanos no Brasil**, in "Boletim Geográfico", Ano VII, n.º 81, Rio de Janeiro, dezembro de 1949, págs. 945 a 947.

(170) MELLO, Astrogildo Rodrigues de — **Imigração e Colonização**, in "Geografia", Ano I, n.º 4, São Paulo, 1935, pág. 31.

dêstes espraindo-se para território paranaense. Ocupou terras em grande parte bastante acidentadas, com altitudes, na área de colonização, até de 500 m., com revestimento florestal exuberante e área altamente úmida. As Colônias de Registro e Sete Barras localizaram-se, como as de Cananéia e Pariquéra-Açú, em zona sub-litorânea, a distância, porém, bem maior do mar (de 30 a 60 km. em linha reta), mas junto ao Ribeira. A primeira abrangeu quase totalmente as bacias do Carapiranga e do Registro, ambos afluentes da margem direita do Ribeira; a segunda estendeu-se pela maior parte do baixo vale do Quilombo, afluente da margem direita do Juquiá, e dos divisores desse rio com o Ipiranga, drenado para o Juquiá ,e do Etá, afluente do Ribeira ,dispondo-se pela márgem esquerda do Ribeira. Outros exemplos, menos significativos para nós, são o da Colônia Santa Lúcia, no vale do Cordeiro, próximo ao pôrto de Subaúma, ou o da Colônia Nova Trieste, ao norte de Eldorado ,especialmente no alto vale do Taquarí, afluente da margem esquerda do Ribeira (171).

As referidas Colônias diferenciaram-se, antes de mais nada ,pelas entidades responsáveis pelas iniciativas. A instalação das Colônias de Cananéia e Pariquéra-Açú foi de iniciativa oficial, tendo sido devidas ao govêrno imperial. Depois de instaladas sofreram, particularmente a de Pariquéra-Açú, que teve maior desenvolvimento, mudança de direção, pois que passaram para o govêrno da Província e em seguida ao Estado. A Colônia de Santa Maria foi iniciativa de uma emprêsa particular de colonização, nacional, a "Emprêsa de Terras e Colonização Santa Maria", com sede em São Paulo, passando, em seguida, para a "São Paulo Development Company". emprêsa particular de capitais inglêsas, com sede em Londres. As co-

---

(171) A Colônia Nova Trieste, com uma superfície de 13.000 alqueires (31.460 hectares) foi tentada há cêrca de 30 anos, não tendo tido nenhum resultado em virtude principalmente das dificuldades para ser atingida. Atualmente sua área encontra-se ainda em maior parte revestida por matas, esparsamente penetradas por alguns "posseiros".

lônias de Registro, Sete Barras e Jiporuva, também foram o resultado da iniciativa particular. Inicialmente foi um empreendimento da "Companhia Imperial Japonêsa de Imigração", com sede em Tóquio, tendo-se organizado definitivamente com a criação da "Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha", de capitais japonêses. Finalmente, no caso dos confederados norte-americanos, a iniciativa, na maioria dos casos, foi particular e individual.

Em casos como o de Pariquéra-Açú ou Cananéia, a iniciativa deveria satisfazer uma política de povoamento por parte dos podêres públicos; em Registro ou Sete Barras, as iniciativas ligam-se a um complexo conjunto de elementos, políticos, econômicos e demográficos, enquadrando-se em uma soma de soluções para os problemas de vasão demográfica, eventualmente econômica — com aspectos inevitàvelmente políticos — do Japão. Em Santa Maria, como em outras citadas, a iniciativa tinha caráter eminentemente especulativo, enquanto que em um caso como o de "Lizzieland", no Juquiá, vingava exclusivamente o capricho individual de um emigrado norte-americano. Tal variedade, já por si só, pode nos fazer compreender que cada uma das colônias evoluiu segundo características peculiares.

O elemento humano que participou dos empreendimentos de colonização na região do Ribeira, foi extremamente diversificado, quer pela origem nacional, quer pela etnia, quer pela experiência que possuia ou não do Brasil, ou pela forma com que foi encaminhado para as colônias. Em épocas e zonas diferentes, com caráter definitivo, ou apenas por pouco tempo ,a região do Ribeira recebeu colonos inglêses, irlandeses. alemães e austríacos, polonêses e russos, ucranianos e norte-americanos, italianos, japonêses, suiços e suécos.

Os inglêses e irlandêses, em número reduzido, e sôbre os quais não conseguimos elementos ,localizaram-se na Colônia de Cananéia, onde permaneceram pouco tempo, pois não conseguiram enfrentar, acomodando-se a elas, as condições de privações características da Colônia. Em 1937 ainda viviam na área alguns dos descendentes dos poucos que haviam ficado

BIBLIOTECA

(172). Atualmente encontram-se completamente diluidos e esparsos, só ocasionalmente podendo ser identificados pelos sobrenomes .Pouquíssimos inglêses, também, localizaram-se na Colônia de Pariquéra-Açú, no último quartel do século passado.

Os alemães a austríacos estão entre os elementos mais antigos que povoaram as colônias do Ribeira. Localizaram-se em Cananéia, poucos, na Colônia de Pariquéra-Açú e, especialmente, na de Santa Maria. Caracterizaram-se por extraordinária mobilidade, pois poucos ficaram. Em Pariquéra-Açú, onde chegaram a constituir a mais importante parcela de colonos estrangeiros na passagem do século passado para o atual, ficaram reduzidos a pouquíssimas famílias. Em 1930 o número de alemães aí se elevava a 60 (173). Atualmente só existem poucos descendentes, freqüentemente já frutos de cruzamentos com italianos, polonêses ou nacionais. Na Colônia de Cananéia, onde, desde o início, foram pouco numerosos, em 1937 existiam apenas 6 ou 7 famílias (174). Uma parte ainda lá vive. Santa Maria recebeu numeroso contingente dos dois grupos, particularmente de austríacos, que formaram a base da população da Colônia. Quase todos retiraram-se da Colônia e da região, buscando o planalto. Algumas famílias austríacas, 3 ou 4, ainda lá se encontram. De resto, elementos alemães principalmente, algumas dezenas ao todo, localizaram-se em Eldorado e na zona de Juquiá, entre as duas últimas grandes guerras.

Os polonêses e russos, em maior número os primeiros, vieram na última década do século passado e no início dêste, concentrando-se na Colônia de Pariquéra-Açú. Apesar das defecções, mais numerosas na década de 1930, seus descendentes constituem o contingente mais numeroso na zona rural em tôrno de Pariquéra-Açú, entre os elementos oriundos dos antigos colonos.

---

(172) Jornal "**Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeide zu Santos**", n.º 3-4, Ano 11, setembro-outubro 1937.
(173) Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeide zu Santos, n.º 2, 4.º ano, agôsto de 1930.
(174) Idem, n.º 3-4, Ano 11, setembro-outubro 1937.

Os norte-americanos ,cujo número foi bem pequeno, algumas dezenas, procuraram o vale do Juquiá e, mais a leste, o do São Lourenço ,além de Eldorado e Iguape. Pràticamente nada ficou dêles, pois que se retiraram para o planalto ou voltaram para os Estados Unidos. Os ucranianos, ainda uma vez pouco numerosos, foram colonos de língua alemã que procuraram Santa Maria, da mesma forma como alemães-húngaros e alemães dos Sudetos em Pariquéra-Açú. Todos êles, os que ficaram, disseminaram-se na áreas de Cananéia, Jacupiranga e Pariquéra-Açú e não se distinguem dos elementos alemães. Muitos dos que ficaram ainda vivem, pois a sua chegada é dos últimos 30 anos.

Os italianos constituiram, no período que vai de 1886 a 1890 ,o maior número de colonos estrangeiros entrados na Colônia de Pariquéra-Açú. Justificaram os nomes de duas "linhas" coloniais, Nova Itália e Nova Cremona, e têm, nos seus descendentes, o grupo mais numeroso da cidade de Pariquéra-Açú, além de aparecerem, com certo destaque, em tôda a zona rural circunjacente a essa cidade e a Jacupiranga. E' preciso lembrar, todavia, que também uma parte dos colonos italianos preferiu desertar do vale do Ribeira em favôr do planalto.

O mais numeroso contingente de colonos estrangeiros chegados à Baixada do Ribeira foi representado pelos japonêses, cujo afluxo se verificou particularmente entre 1920 e 1940. As Colônias de Registro, Sete Barras e Jiporuva foram povoadas por êles, como é amplamente sabido. Embora caracterizados por grande mobilidade, nem sempre fixando-se na área por muito tempo, e embora, com a última guerra, tenham sido obrigados a abandonar em massa a região, para o planalto, ainda constituem um elemento marcante das áreas que colonizaram, em especial modo de Registro. Importantes contingentes de japonêses localizaram-se também no Juquiá. Algumas famílias recentemente foram ter a Santa Maria.

Os suiços e suécos não tiveram nenhuma expressão numérica. Os primeiros localizaram-se na Colônia de Cananéia e os segundos na de Pariquéra-Açú. Pràticamente não é mais possível localizar seus descendentes, se os existem.

Os elementos todos citados, devem ser considerados ao lado de colonos nacionais ,oriundos da própria região do Ribeira, que foram particularmente numerosos na Colônia de Pariquéra-Açú, na qual constituiram sempre mais da metade da população.

A maior parte dos elementos citados veio para a região do Ribeira diretamente de seus países de origem. Uma parte dos italianos, alemães e polonêses, já havia estado no planalto, trabalhando em fazendas de café. Em casos como o das colônias japonêsas, ou das oficiais, todo o afluxo de colonos foi orientado.

Pelo que vimos, percebe-se que numèricamente a colonização da Ribeira teve pequena expressão. Porém, ela teve expressã quanto à diversificação dos colonos e quanto ao número de iniciativas.

As Colônias diferiram umas das outras, também, pela composição demográfica. Algumas, como as de Registro, Jiporuva e Sete Barras, foram homogêneas, pois que pràticamente formadas apenas por elementos japonêses. Outra, como Santa Maria, foi de uma relativa homogêneidade, pois que formada bàsicamente por elementos de língua alemã. A mais heterogênea foi a de Pariquéra-Açú, onde, ao lado de brasileiros, tivemos italianos, polonêses, alemães, austríacos, russos e outros. Tais diferenças também contribuiram para os diferentes resultados obtidos.

De um modo geral, a colonização na Baixada do Ribeira não deu resultados muito favoráveis. Conforme vimos, de quase todos os elementos humanos que para aí foram ter, tivemos parcelas muito pequenas que permaneceram. Colônias como Cananéia e Santa Maria foram pràticamente abandonadas pelos colonos. Em Pariquéra-Açú, o atual desenvolvimento reflete-se mais na cidade, não sendo decorrência de sua condição sede de antiga Colônia, enquanto que esta condição pode contribuir para explicar a situação pouco lisongeira em que se encontra a área rural. Poder-se-ia dizer que o mesmo não aconteceu com as Colônias japonêsas, fato que é verdadeiro apenas em parte, dado que Sete Barras e Jiporuva conheceram mais resultados negativos que positivos, enquanto que em Re-

gistro, indiscutìvelmente a de maior desenvolvimento, a cultura de chá, com sua presença positiva no espaço econômico, neutraliza outros aspectos nem sempre satisfatórios.

O saldo foi, em conseqüência, indubitàvelmente negativo. Poucas marcas ficaram da presença de colonos instalados um pouco por tôda a parte. Na área de Registro, a florescente lavoura de chá representa a mais significativa marca da presença japonêsa, o que não foi conseguido com a frustrada tentativa de criação do bicho da seda. Em Pariquéra-Açú, as hortas, e o consumo de verduras em média superior ao do restante da Baixada ,revelam a presença do Italiano, como a de outros colonos .Algumas famílias da ex-Colônia de Cananéia ou de Santa Maria, que revelam visíveis traços de sua ascendência germânica ;a presença, embora pouco numerosa, das carroças de quatro rodas, muito provàvelmente de introdução polonêsa ,embora possam ter atingido a região por difusão, a partir do planalto ;os fornos da área de Pariquéra-Açú e Jacupiranga, denotando a origem quase sempre italiana de seus possuidores; as casas, às vêzes revelando técnicas introduzidas pelo colono, fato ainda mais perceptível na zona de Registro, entre os japonêses; aspectos importantes como a diversificação étnica do vale, assim como a miscegenação que em parte se processa, e menos importantes, como o gosto para o jogo de "boccia", são, aliados aos anteriormente citados, algumas das marcas deixadas pela colonização.

Mais importante, todavia, é que ela contribuiu, como vimos em outra parte dêste trabalho, para o processo de devassamento e povoamento de algumas áreas do Ribeira, tendo forçado, ou pelo menos contribuido no sentido de forçar a criação de condições para que a região do Ribeira deixasse de ser. do ponto de vista econômico, uma área marginal à região geoeconômica paulista.

Por outro lado, entretanto, o índice de fixação do colono foi pequeno, muitos dos que ficaram identificaram-se cultural e tècnicamente aos caboclos da Ribeira, a maioria deixou como herança o que normalmente tem sido deixado na região, solos esgotados e capoeiras.

Cremos que nos fatos acima está a principal originalidade do processo de colonização na região do Ribeira .No conjunto êsse processo, embora não inteiramente, foi um fracasso. Segundo nos parece, por isso mesmo tão digno de atenção, pelo menos, quanto os que, em outras partes, forneceram resultados considerados lisongeiros. Ao considerarmos tal originalidade, acode-nos pensar no vale do Itajaí ,em Santa Catarina, freqüentemente citado como área onde a colonização estrangeira forneceu excelentes resultados.

Não nos cabe discutir até que ponto é verdadeira a afirmação relativa aos bons resultados da colonização no vale do Itajaí. Um fato, entretanto, é incontestável: em área que, fisicamente, sob vários aspectos pode ser comparada à do Ribeira, os frutos da colonização foram indubitàvelmente superiores (175):

Cremos que, da mesma forma como a Bacia do Itajaí tem atraido a atenção de pesquisadores, pelas peculiaridades e originalidade de sua colonização, a região do Ribeira deve merecer maior atenção ,exatamente devido aos maus resultados com iniciativas que, conforme vimos, não foram nem isoladas, nem esporádicas. Cremos, ainda, que tal atenção deveria se cingir em especial modo às razões dos resultados obtidos, do maior interêsse para o conhecimento dos problemas da colonização.

Acreditamos que para explicar o insucesso da colonização na Baixada do Ribeira não podemos, antes de mais nada, deixar de relacioná-lo com o problema da colonização no conjunto do atual Estado de São Paulo. Isso porque no conjunto, todo o problema da colonização no Estado se prende ao paradóxo de ter sido a parte do território brasileiro que recebeu o maior contingente de imigrantes, sem que nela, entretanto ,se crias-

---

(175) Sôbre o vale do Itajaí e sua colonização, aconselhamos a leitura de: WAIBEL, Léo — **Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil**, in "Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil", Rio de Janeiro, 1958, pág. 205 e seguintes; SILVA, Zedar Perfeito da — **O Vale do Itajaí**, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1954; BUCHELE Júnior, Carlos — **A Bacia do Itajaí**, in "Boletim Geográfico", D.E.G.G., Ano 3, n.º 5, Florianópolis, Janeiro de 1949, pág. 41 e seguintes.

sem áreas de colonização do tipo que encontramos na encosta da serra e no planalto, no Rio Grande do Sul, nos vales do Itajaí, Tubarão ou Tijucas, em Santa Catarina ,ou na zona do rio Dôce, no Espírito Santo, sem se falar no Paraná. Tal paradóxo encontra sua explicação bàsicamente no fato da presença ,em São Paulo, de uma monocultura comercial rendosa, a caféeira, elemento fundamental da economia do Estado, para a qual voltavam-se tôdas as atenções, do poder público e de particulares. Assim é que, em São Paulo, o estrangeiro foi introduzido visando-se principalmente — quando não ùnicamente — a lavoura de café. Esta necessitava braços e os contingentes de imigrantes deviam satisfazer tal necessidade. Nice Lecoq Muller já teve oportunidade de referir-se ao fato, para explicar o papel do imigrante na formação do "sitio" em São Paulo: "E' preciso lembrar que no Estado de São Paulo, onde a imigração teve por fim principal servir de mão de obra assalariada às fazendas de café, os núcleos coloniais não tiveram o mesmo caráter importante tido nos Estados do Sul. Em São Paulo a maior contribuição do imigrante para o desenvolvimento do "sitio" foi, talvez por tradição, ou por tendência, constituir um dos principais elementos, senão o principal, da classe dos pequenos proprietários, à medida que se iam libertando da situação de assalariado" (176).

Em consequência, compreende-se que, as numerosissimas "Colônias "que as estatísticas nos fornecem para São Paulo, no século passado, "nada mais são que agrupamentos de europeus trabalhando os cafezais das zonas que surgiam em São Paulo — Mogiana e Paulista" (177). O têrmo Colônia acabou por designar, em São Paulo, o quase sempre esquálido e monótono correr de habitações, pobres e sem conforto, localizadas à guiza de um esboçado povoado-rua, junto aos cafezais, e habitadas

---

(176) MULLER, Nice Lecocq — **Sitios e Sitiantes no Estado de São Paulo,** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim 132, Geografia n.º 7, São Paulo, 1951, rodapé pág. 27.

(177) AZEVEDO, Salvio de Almeida — **Imigração e Colonização no Estado de São Paulo,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano VII, Volume LXXV, São Paulo, abril de 1941, pág. 109.

pelos "colonos", trabalhadores assalariados e não pequenos proprietários como os das Colônias do Sul.

Tais fatos não passaram despercebidos dos poderes públicos, conforme pode se verificar em Relatório do Secretário da Agricultura, para 1895, em trecho transcrito por Almeida Azevedo: "Verificou-se que os núcleos não se desenvolveram, tornando-se necessário a modificação do sistema. Até agora a corrente migratória foi destinada à grande cultura não sendo isso suficiente à colonização, visto que o colono de uma grande propriedade não pode aspirar a ser pequeno proprietário, embora grandes as suas economias e seus esforços. Êle continua com a idéia fixa de voltar para sua pátria onde poderá adquirir um lote de terra com o produto de seu trabalho entre nós" (178).

A criação de alguns núcleos coloniais por parte do govêrno, assim como o incentivo ao desenvolvimento dos já existentes (a exemplo de Pariquéra-Açú), poderia nos fazer pensar em uma verdadeira mudança de orientação, pelo menos com o fito de justapôr, às áreas de grandes propriedades caracterizadas pela grande lavoura comercial e trabalho assalariado, outras de pequenas propriedades, policultoras, baseadas na atividade do cultivador direto. Todavia, mesmo que essa fôsse a intenção, na prática tais colônias vinham, ainda uma vez, satisfazer interêsses e necessidades da grande lavoura. E' o que, com agudeza de observação, percebeu Pierre Denis: "E, entretanto, a vida de São Paulo está muito estreitamente ligada à cultura do café, a qual a nova política de colonização não teria tido ensêjo de tornar popular, se para isso os próprios fazendeiros se não tivessem unido. Estavam efetivamente mais preocupados do que ninguém com a estabilidade da mão de obra rural no Estado; a falta de operários na ocasião da colheita podia levá-las a uma catástrofe. Refletiram que estabelecendo colonos proprietários a pequena distância das plantações de café, teriam à mão operários forçosamente fiéis, a que poderiam recorrer no momento desejado". Continúa, lembrando observações con-

(178) Idem, pág. 115.

tidas em relatórios do Ministro da Agricultura: no ano de 1901. "E' preciso prender o imigrante ao solo, mas é preciso fazer isso de modo a deixá-lo à disposição da grande cultura para quando esta tenha necessidade de seus braços"; e no de 1904, "O fato de ter nas Colônias um auxílio de braços para a colheita, permitirá transformar e industrializar a cultura do café; reduz-lhe as despesas, dispensando-a de conservar durante todo o ano os trabalhadores necessários para a colheita" (179). Tivemos ocasião de verificar o fato em um exemplo, o do Núcleo Colonial Jorge Tibiriça, no atual município de Corumbataí (180). E' evidente que, em face dos elementos acima sumariados, e conforme observação de Denis, "a pequena propriedade, poderiamos generalizar para a colonização, "foi extritamente excluida da cultura do café. Parece dever espalhar-se à roda das zonas caféeiras..." (181).

Dentro dessas condições ,a Baixada do Ribeira parecia revelar-se a mais importante área ,se não verdadeiramente a única, dentro do Estado de São Paulo, em condições de receber colonização semelhante à que se verificou no sul do país. Pràticamente ficou fora do roteiro seguido pela marcha do café (182), possuia terras de baixo preço e grandes extensões de terras devolutas, além de constituir-se em um dos principais vazios demográficos de todo o Estado, dentro das áreas não muito distanciadas do litoral. Entretanto, ela ficava ainda muito próxima das áreas de grande lavoura e, conforme já vimos, tôda a política de imigração no Estado de São Paulo foi ditada pelos fazendeiros de café. Ao govêrno, portanto, não interessava desviar para o Ribeira, ou outra área qualquer, mão de obra que seria necessária nos cafezais. Por outro lado, a riqueza criada por essa lavoura transformava as áreas em que se desenvolvia em zonas de sucção, do ponto de vista econômico,

---

(179) DENIS, Pierre — **O Brasil no Século XX**, Versão Portuguêsa, Lisboa, s.d., pág. 215.
(180) PETRONE, Pasquale — **Aspectos Geográficos e Problemas da Região de Corumbataí**, in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 11, São Paulo, julho de 1952, págs. 3 a 32.
(181) DENIS, Pierre — Obra citada, pág. 226.
(182) MILLIET, Sergio — Obra citada, vide mapa.

atraindo os colonos que nelas viam a possibilidade de enriquecer mais ràpidamente do que enfrentando todos os problemas implícitos na criação da própria propriedade, pràticamente sòmente com os próprios recursos e partindo do nada. Criar uma paisagem humanizada em zonas ainda dominadas por paisagens naturais devia parecer-lhes mais difícil que acomodar-se a um quadro econômico, social e administrativo já definido. E' significativo que na região, as colônias mais importantes só foram criadas mais recentemente, quando o café já não usufruia exatamente a posição anterior, e que tenham sido criadas por japonêses, os quais, só excepcionalmente adaptaram-se ao trabalho de assalariados nas fazendas de café (183). E' também bastante significativo que a maioria das iniciativas de colonização na Baixada do Ribeira tenha sido de particulares. O govêrno estadual — anteriormente o da Província — limitou-se a administrar colônias que já haviam sido tentadas por iniciativa do govêrno imperial. E', ainda, bastante significativo que a maioria dos colonos, de tôdas as etnías, que desertaram a Baixada do Ribeira, tenham procurado o planalto, em área quase sempre econômicamente estruturada pelo café.

E' fácil de compreender, entretanto, que a área de sucção representada pela de grande lavoura comercial, de per sí, não justificaria inteiramente o insucesso da colonização do Ribeira, mesmo porque a região, como vimos, despertou um número relativamente grande de iniciativas. E' que à atração exercida por essa área ,somou-se um conjunto de circunstâncias peculiares à região do Ribeira, que funcionaram como elementos de repulsão. O colono que procurou a região do Ribeira, nãc a abandonou, em seguida, apenas, porque atraido pelas condições econômicas do planalto, mas também ,e principalmente, porque não encontrou condições satisfatórias na Baixada.

Em primeiro lugar, uma referência deve ser feita às condições físicas da região. Área quente e úmida, nìtidamente tropical, perante ela estabeleceu-se sempre uma atitude de

(183) Veja-se, a propósito, AZEVEDO, Salvio de Almeida— Obra citada.

difidência, quando não de hostilidade. Francis Burton, em observação de 1886 ,citada por Krug, referiu-se à Colônia de Cananéia como "uma burla: o país é muito tropical para os europeus, principalmente para os suiços. As crianças sustentam-se de farinha, que faz que tenham os beiços tão amareios como o rosto" (184). Observações dêsse tipo são significativas. Umidade elevada, temperaturas elevadas e relativamente uniformes, a presença de brejos e de águas de drenagem indecisa, os mosquitos e as doenças, foram sempre as principais justificativas aventadas para a dificuldade de instalação de colonos na região. Mesmo atualmente, no decorrer das excursões que tivemos oportunidade de realizar ,ouvimos com freqüência ,por parte de profundos conhecedores da região, alguns, velhos moradores, a mesma opinião. Particularmente, não somos daquêles que acreditam na tropicalidade como fator negativo na instalação, em iniciativas de colonização, de elementos europeus ou de outra procedência extra-tropical. Não excluimos, todavia, a possibilidade do próprio colono que desertou a região, ter atribuido sua decisão em grande parte aos problemas que a tropicalidade lhe teria criado. Cremos que outros fatôres, às vêzes menos sensíveis, tenham exercido papel negativo mais relevante, com resultados que, em seguida, foram freqüentemente atribuídos à tropicalidade do clima.

Um dêsses fatôres foi, sem dúvida ,a desilusão do colono frente à realidade encontrada, depois de ter ouvido referências quase miraculosas à nova terra. Em relatórios oficiais, ou em obras de propaganda de empreendimentos imobiliários, as terras da Baixada do Ribeira foram decantadas pela sua feracidade, suas matas foram constantemente citadas como excelentes índices de fertilidade e frizou-se, com constpncia, sôbre a possibilidade de se obter sempre bons resultados em tôdas as culturas (185). Conversando com velhos colonos de Pariquéra-Açú ou

(184) BURTON, Francis — **Uma Excursão de Santos a Cananéia, Iporanga, Xiririca e Iguape**, in "Revista Comercial de Santos", 1886, citado por KRUG, Edmundo — Obra citada, págs. 13-14.

(185) Veja-se, por exemplo, KUNDT, Ernst — Obra citada, págs. 89-90; Relatório de 1896 da Secretaria dos Negócios da Agricultura do Estado de São Paulo, pág. 39; ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 86.

de Santa Maria, tivemos oportunidade de sentir como deve ter sido grande o desencanto dessa gente logo ao chegar ao que, para muitos, devia se constituir em nova Canaã. Problema, portanto, segundo acreditamos, de natureza psicológica, mas com profundas repercussões no complexo e difícil processo de enquadramento a uma região nova, não impossível de aproveitar, mas não fácil de enfrentar.

Frente a condições novas, já encaradas com prevenção explicável, o colono teve ,como sucedeu no Sul, e com tivemos oportunidade de vêr para o Espírito Santo (186), inicialmente que satisfazer necessidades imediatas, de subsistência, para êsse fim adotando o sistema que lhe pareceu mais simples, ou seja, o da aceitação das técnicas utilizadas pela população cabocla com a qual entrou em contacto, muito embora persistisse uma tendência de conservação das técnicas que trouxera em sua bagagem cultural. Não poderia ser de outra forma. A área não se prestava a culturas de climas temperados, a que estavam afeitos os colonos. Tornou-se inevitável a aceitação das culturas mais próprias a ela, após curtas fases de tentativas e erros. A aplicação, em suas propriedades, de um sistema primitivo de rotação de solos, tornou-se o corolário lógico. Essas condições, que em outras áreas — Sul do país e Espírito Santo — evoluiram para um sistema melhorado de rotação de solos, na região do Ribeira pràticamente permaneceram. Mesmo a introdução de lavouras comerciais como a do café, ou o melhor aproveitamento das já existentes, como a do arroz, não possibilitou efetiva transformação do sistema. A cultura do chá foi realmente uma exceção. E' que nem as lavouras comerciais puderam contribuir para a evolução dos sistemas e técnicas de utilização do espaço agrícola, dado o problema da pobreza de comunicações, conforme veremos. Convém frizar, também, que a fugacidade de duração de certas colônias não poderia permitir que houvesse tempo para que essa melhoria se verificasse, mesmo quando já esboçada, caso, por exemplo, em que os colonos começaram a associar a criação ao cultivo do solo, espe-

(186) PETRONE, Pasquale — A Zona Colonial antiga do Espírito Santo, vêr as conclusões.

cialmente com a aquisição de algumas cabeças de vacas. Mas em alguns casos, como em Pariquéra-Açú, o tempo foi suficiente para que os colonos, despreocupados com a adubação em face da aparente fertilidade dos solos de matas ,ou impossibilitados de praticá-la, continuando com a primitiva rotação de terras em propriedades relativamente pequenas, normalmente inferiores a 30 hectares, esgotassem os solos, favorecessem a erosão e lisciviação, e criassem uma paisagem de capoeiras.

Portanto, um problema antes de mais nada de técnicas, para o qual João Dias da Silveira já chamou a atenção, referindo-se ao povoador europeu em geral, frente às condições da região. "Em conjunto, a Baixada forma ambiente com características desconhecidas dos colonos europeus, e o homem branco ,apossando-se dela, não tem ainda técnicas ajustadas às suas condições materiais. Os estragos e os fracassos, que envolvem a história de estabelecimentos e de explorações ,resultam principalmente dessa falta de conhecimentos e experiências a respeito do quadro e de elementos materiais para o explorar racionalmente" (187). Essas observações, que são válidas para todo o processo de povoamento da Baixada, têm um sentido especial para as tentativas de colonização pròpriamente dita, dado que estas, julgamos conveniente insistir no fato, foram sempre organizadas na base de propriedades em regra demasiadamente pequenas, mesmo para um sistema de rotação de terras melhorada, em zona quente e úmida, de solos normalmente frágeis.

De qualquer forma, o aspecto fundamental ,sôbre o qual insistiremos outras vêzes, foi, segundo nos parece, o da circulação e mercados. Tôdas as colônias da Baixada, mesmo as mais recentes, foram criadas em áreas marginais, isoladas, quase sempre de difícil acesso. A Colônia de Cananéia só conheceu uma estrada para o pôrto, quando já estava decadente e seus colonos em maioria se haviam retirado (início do século atual) (188). Pariquéra-Açú só teve acesso ao pôrto de

(187) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, págs. 200-201.

(188) "O retardamento do completo desenvolvimento da colonização Cananéia na comarca de Iguape é devido a diversas causas, sobressaindo entre estas o abandono dos colonos no inte-

Subaúma no fim do século passado, e só na segunda década dêste século conheceu uma verdadeira rêde de caminhos vicinais. Santa Maria, criada em 1925-26, ainda hoje não conta com vias de acesso satisfatórias. As Colônias de Registro e Sete Barras ficaram em melhor situação graças ao fato da própria emprêsa colonizadora providenciar, desde o início, estradas para Juquiá (estação ferroviária) e para Pariquéra-Açú (em busca do pôrto de Iguape). Assim mesmo, as dificuldades de comunicações foram as principais responsáveis pelo menor desenvolvimento de Sete Barras, em relação a Registro. A navegação dos rios, especialmente do Ribeira, Juquiá e Jacupiranga, não constituia senão um paliativo, sendo muito morosa e, no caso dos rios menores, sujeita às oxilações sazonárias do nível das águas. Além disso, colônias como Santa Maria, Cananéia ou Pariquéra-Açú, pouco podiam usufruir dela. Utilizavam-se as picadas, nem sempre numerosas, sempre em máu estado, onde as tropas em certas épocas do ano passavam com dificuldade. Em vista dessas condições, os produtos comerciais que as colônias pudessem obter atingiriam os mercados de consumo com muita dificuldade. Considerando que os próprios mercados da Baixada não eram satisfatórios, a produção deveria chegar a Iguape e Cananéia, para buscar Santos-São Paulo ou Paranaguá-Curitiba. Daí, conforme veremos particularmente para Pariquéra-Açú ,a presença dos intermediários, as limitações com relação ao cultivo de produtos perecíveis ,e de um modo geral, as dificuldades encontradas pela lavoura comercial, obrigando o colono a permanecer em sistema com base na lavoura de subsistência ,ou de escoamento local. A única importante exceção, no quadro apontado, está em Registro, colônia melhor organizada e mais recente.

A heterogeneidade da maioria das colônias ,assim como a descontinuidade de soluções por parte das entidades responsáveis, também tiveram sua parcela no seu insatisfatório de-

---

rior, onde vivem quasi separados do contacto do homem civilizado, e vendo perder as produções de suas lavouras adquiridas com tanto trabalho, por faltar-lhes quasi absolutamente meios de transporte". (Godoy, Joaquim Floriano de — **A Província de São Paulo**, 1875, pág. 112).

senvolvimento. Em certas colônias tiveram que coexistir, recém-chegados das terras de origem, elementos de língua alemã e polonesa, elementos de língua russa e italiana, protestantes e católicos ,gente ,enfim, com bagagem cultural bastante diversificada. Daí decorreu, em grande parte, a ausência de definição de verdadeiras comunidades, como normalmente deveria se verificar, particularmente nas condições de isolamento em que os grupos de colonos se encontraram. Ressentiu-se, como decorrência, a organização social, dado que freqüentemente faltaram os polos de cristalização de interêsse comuns. Em casos como o de Cananéia ou de Pariquéra-Açú, o único fato que unia os colonos de diferentes origens, era representado pelos laços com a respectiva administração. A não formação de comunidades, constituiu-se em um dos fatôres negativos para a fixação do colono. Por outro lado, em círculo vicioso ,a fugacidade da presença de numerosos colonos constituiu um impecilho para a definição de comunidades. O único caso em que se verificou formação de verdadeira comunidade é o das colônias japonêses, as mais homogêneas e melhor organizadas e orientadas (189).

Aos fatos todos apontados deve-se acrescentar que as iniciativas de colonização nem sempre visaram verdadeira obra de organização econômica racional de um espaço novo, e nem sempre foram completadas por uma administração satisfatória. No caso das oficiais, são as próprias autoridades que reconhecem a inoperância da administração, como vemos por uma observação em relatório de 1897, do então Secretário da Agricultura, referindo-se a Pariquéra-Açú: "E muito mais brilhantes, sem dúvida, seriam os resultados obtidos, se não fôsse a defeituosa organização da administração dos nossos núcleos coloniais, que faz com que, por falta de pessoal dirigente habilitado, fiquem os colonos entregues a si mesmos, sem guia e orientação para lutarem vantajosamente contra os vários contratempos que surgem com freqüência, embaraçan-

---

(189) ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada, pág. 79 e seguintes.

do a marcha regular da produção" (190). As observações são válidas também para a Colônia de Cananéia. Em Santa Maria tivemos uma típica iniciativa em vantagem da especulação, o mesmo acontecendo com outras que citamos, e que nem chegaram a originar verdadeiras colônias. Com os confederados norte-americanos vingou a imaginação e a falta de experiência individual.

Não cremos que as vicissitudes da colonização na Baixada do Ribeira tenham que ser deixadas apenas como fatos a considerar, quando não como méros acidentes, na evolução do povoamento. Acreditamos, e voltaremos a isso, que a área em questão ainda oferece condições favoráveis a iniciativas de organizar racionalmente novos espaços agrícolas realmente integrados na economia paulista, portanto para a criação de colônias, não necessàriamente com estrangeiros, e aproveitando a experiência anterior.

A Tentativa dos Confederados Norte-Americanos

Entre as tentativas de colonização de áreas situadas na Baixada do Ribeira merece uma referência a que foi promovida por confederados norte-americanos. Verificada entre os anos de 1865 e 1870, não correspondeu a um verdadeiro afluxo de colonos, nem à criação de verdadeiros núcleos coloniais estáveis. Contudo, foi um fenômeno realmente marcado pela originalidade e que, de qualquer forma, tem um sentido dentro do conjunto de fatos ligados à colonização da Baixada.

Segundo Artur Rios (191), que se baseou em informações da época, em 1868 havia um total de 2.070 norte-americanos em todo o país, dos quais cêrca de 800 em São Paulo, especialmente na Baixada do Ribeira, em Campinas, Capivarí e outros

---

(190) Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo —**Relatório de 1897**, São Paulo, 1898, pág. 44.

(191) RIOS, José Artur — **A imigração de confederados norte-americanos no Brasil**, in "Boletim Geográfico", Ano VII, n.º 81, Rio de Janeiro, dezembro de 1949, pg. 947.

locais. Êsses imigrantes não formavam um grupo homogêneo, pois que, embora poucos, compreendiam gente que na terra de origem haviam tido grandes propriedades e outros ,a maioria, que nunca haviam sido uroprietários; escravagistas e não escravagistas, ou pelo menos indiferentes ao problema; geralmente cultivadores diretos, nos Estados Unidos e, em seguida, no Brasil, embora incluindo gente que nunca cultivara o solo; "havia negociantes, mecânicos, médicos, dentistas, operários, pessoas de todos os ramos. Alguns eram ricos mas quase todos eram pobres..." (192). Embora alguns nem siquer fossem naturais dos Estados Unidos e, entre os imigrantes, tivessemos gente oriunda do tradicional Norte dêsse país, a maioria era constituida por gente do Sul tradicional. Daí considerar-se êsse movimento migratório como de confederados norte-americanos.

A razão comumente aceita como principal fator de emigração dêsses sulistas é a guerra de Secessão dos Estados Unidos ,principalmente as condições que se criaram, no sul dêsse país, ao findar a guerra, com a denominada Reconstrução (193). Seria interessante, entretanto, ver até que ponto êsse movimento foi fruto da criação de verdadeiras utopias que, no dizer de Goldmann, levaram-nos à procura de uma nova Canaã no sul de São Paulo. "Talvez não mais que os portuguêses que procuraram Canaã lá mesmo, no século XVI, e acharam Cananéia ,ou os Guaraní que procuraram Guanhanhã (a terra de seu deus — a terra sem mal) e acharam a serra dos Itatins, e o morro de Itinga e os rios Peixe, Azeite e Guanhanhã" (194). Convém frizar, entretanto, que quase tôda a emigração dos confederados foi fruto de tentativas de planejamento e que, fato mais significativo para o que interessa a êste trabalho, os que foram ter à Baixada do Ribeira aí se instalaram com pleno conhecimento da região, ou pensando ter pleno conhecimento. Realmente, a instalação de sulistas na Baixada sòmente se verificou em seguida a viagens que alguns dêles efetuaram, pos-

(192) GOLDMAN, Frank — **Americanos em São Paulo**, in "Folha da Manhã", São Paulo, 11 de novembro de 1956.
(193) RIOS, José Artur — Obra citada, pág. 943.
(194) GOLDMAN, Frank — Obra citada, 4 de novembro de 1956.

teriormente divulgando suas impressões, geralmente muito otimistas e, em conseqüência, também, do interêsse existente na própria área pela sua vinda (195). Em última análise, a instalação de norte-americanos na Ribeira foi fruto de escolha e, portanto, revela uma preferência decorrente de seleção de áreas e não de simples acaso.

As áreas onde os imigrantes se instalaram compreendem trechos de tôda a Baixada e de zonas periféricas a ela. Alguns localizaram-se nas vizinhanças de Cananéia, especialmente na vertente ocidental do Guaraú; poucos procuraram o Ribeira litorâneo, próximo a Iguape, enquanto os arredores da então Xiririca atraiam alguns imigrantes isolados. O vale do Juquiá, e já fora da área pròpriamente da Baixada, o do São Lourenço, constituiram outros polos de atração, o primeiro tendo sido palco da criação de "Lizzieland", efêmera tentativa de colonização em uma área de cêrca de 100 milhas quadradas (196). Como se vê, tratava-se de pouca gente distribuida por pontos muito afastados uns dos outros, embora, normalmente, nas vizinhanças de um centro povoado (Juquiá, Cananéia, Xiririca ou Iguape).

A maioria dos imigrantes escolheu terras em áreas devolutas ,adquirindo-as do govêrno. Em alguns casos obtiveram efetivo apôio por parte dêste: venda das terras a longo prazo; barracão para os imigrantes em Juquiá (Casa do Govêrno), onde êstes ficavam às expensas do govêrno (197); facilidades para a entrada, pelo pôrto de Iguape, de implementos agrícolas e da bagagem dos imigrantes. Atendia-se, em pequena parte, às considerações de cronista da época, segundo o qual era conveniente, "por êsses sertões devolutos, e tão próximos ao litoral se estabelecerem colonias americanas ou polacas, cedendo-lhes o Govêrno o terreno necessário ao seu modo de vida" (198).

(195) Leia-se: GOLDMAN, Frank — Obra citada, 4 de novembro de 1956; KRUG, Edmundo — Obra citada, págs. 36 a 38; RIOS, José Artur — Obra citada, págs. 944 a 946.
(196) GOLDMAN, Frank — Obra citada, 4 denovembro de 1956 e RIOS, José Artur — Obra citada, págs. 945-946.
(197) GOLDMAN, Frank — Obra citada, 2 de dezembro de 1956.
(198) citado por KRUG, Edmundo — Obra citada, pág. 38.

As atividades a que se dedicaram os imigrantes foram bastante diversificadas. A maioria limitou-se a cultivar o solo ,organizando lavouras que, no mais das vêzes apenas satisfizeram necessidades de subsistência. Pouquíssimos puderam encontrar mercado para a produção. Em vários casos, entretanto, as atividades tiveram amplitudes maiores. Dois imigrantes localizados nos arredores de Cananéia, por exemplo, além de instalarem uma serraria a vapor e máquinas de beneficiamento de arroz e milho, trabalharam na estrada que se pretendia abrir em direção à Colônia de Cananéia, recentemente instalada e, ainda, planejaram criar uma Colônia sob sua direção (199). Uma família localizada no vale do Azeite, na zona do São Lourenço, plantou uma série de produtos, arroz, milho, feijão cana, tabaco e até café. Formou um pasto, construiu um depósito para arroz, um chiqueiro, reprezou as águas do rio e formou um açude onde instalou uma roda d'água e, finalmente, construiu uma "verdadeira casa americana" (200).

No conjunto, agricultura de subsistência, extração de madeira das matas, um pouco de caça e de pesca foram as principais atividades.

A presença dos imigrantes norte-americanos na Baixada foi de curta duração, alguns anos apenas. O isolamento em que ficaram na maioria dos casos, o desconhecimento real das condições da área, os insucessos das lavouras devido a enchentes ou quaisquer outras razões, a completa ausência de razoáveis vias de escoamento para produtos perecíveis, a consequente ausência de mercados, assim como em alguns casos, a insegurança da posse da terra, foram todos fatôres que contribuiram para o caráter fugaz dessa tentativa de colonização. Alguns imigrantes retornaram para os Estados Unidos, outros deslocaram-se para o planalto, buscando as áreas de Campinas, Americana e Santa Bárbara; pouquíssimos, embora numèricamente difícil de totalizar, permaneceram na região, dissemi-

---

(199) GOLDMAN, Frank — Obra citada, 4 de novembro de 1956 e RIOS, José Artur — Obra citada, pág. 947.
(200) GOLDMAN, Frank — Obra citada, 2 de dezembro de 1956.

nando-se por ela e perdendo-se no seio da população regional, acaboclando-se completamente.

Embora limitada pelo número de imigrantes e pelo tempo que durou, principalmente pelos pequenos resultados que teve, a experiência norte-americana na Baixada do Ribeira é sugestiva quando se encara a sequência de iniciativas de colonização que tiveram por palco a referida região. E' um interessante elemento que se inclui ao lado das velhas tentativas do Morgado de Mateus, das contemporâneas Cananéia e Pariquéra-Açú e das mais recentes Registro, Sete Barras, Jiporuva e Santa Maria (201).

A Colonia de Pariquéra-Açú

Como exemplo de Colonia resultante de iniciativa oficial, e cujos resultados deixaram muito a desejar, temos o Núcleo Colonial de Pariquéra-Açú.

Os primeiros passos para sua criação são muito antigos, datando de meados do século passado, embora não exista concordância quanto ao ano. Segundo alguns, em 1855, segundo outros em 1859, de acôrdo com a maioria em 1861, é que teria sido fundada por determinação do Govêrno Imperial (202). O fato é que, segundo um dos que mais se têm dedicado às coisas e aspectos do Ribeira, "no ano de 1857 haviam sido medidas 52.970 braças correntes no território que ainda se estava demarcando no distrito de Iguape, ... para facilitar o trans-

---

(201) Esboçou-se aqui, tendo em vista os objetivos do trabalho, apenas os grandes traços da experiência dos norte-americanos. Para pormenores o leitor poderá procurar as obras citadas: RIOS, José Artur — Obra citada, págs. 942 a 956; GOLDMAN, Frank — Obra citada, 28-X-1956, 4-XI-1956, 11-XI-1956, 2-XII-1956 e 20-I-1957; GOLDMAN, Frank — **Uma tentativa de colonização no litoral sul de São Paulo por imigrantes oriundos do Sul dos Etados Unidos após a Guerra Civil**, in "Revista de História", Ano VIII, n.º 29, janeiro-março, São Paulo, 1957, págs. 3 a 20; HILL, Lawrence Francis — **The Confederate exodus to Latin America**, Austin, 1936.

(202) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 77; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Serviço de Povoamento em 1911, pág. 191; KUNDT, Ernst — Obra citada, pág. 90.

porte de víveres para as linhas de demarcações, se havia mandado abrir uma picada pelo centro do território, comunicndo com a estrada de Iguape e Xiririca" (203).

A área escolhida para a localização da Colonia foi a correspondente ao alto curso e cabeceiras do rio Pariquéra-Açú, assim como a do alto curso do Pariquéra-Mirim. De terrenos com altitudes modestas, situados imediatamente para o interior da zona de restingas consolidadas, possui topografia em que predomina a suavidade de formas, com a presença de interfluvios pouco pronunciados e vales amplos e abertos. Localizada a noroeste de Iguape e imediatamente a sudeste de Jacupiranga, até onde se estendia, dista aproximadamente 21 km. do ancoradouro de Subaúma, pràticamente em linha reta.

A incumbência da realização foi entregue pelo Govêrno Imperial ao Govêrno da então Província de São Paulo. Entretanto, nos anos que se seguiram nada de objetivo se fêz, apesar de, em agôsto de 1858, se determinar que "... em um dos quartos do dito território se mandasse fazer derrubadas e aí construir arranchamentos provisórios para recepção de colonos" (204). A das providências no sentido de incentivar os trabalhos para o efetivo desenvolvimento da Colonia está pràticamente justificada em Relatório do Diretor das Terras Públicas, referente a 1861: "... mandando fazer as indagações necessárias ,o govêrno da Província a quem havia sido cometida a realização deste projeto, informou que sendo diminuta a população dos municípios Cananéia e Iguape e ocupando-se parte na pesca e parte na plantação de arroz, seria difícil formar-se naquele lugar colonização nacional e até oestabelecimento de estrangeiros que estivessem nas condições mencionadas ,porquanto não existiam nos municípios indicados nem nacionais nem estrangeiros em número suficiente para tal fim e poucos de fora não se resolviam a abandonar suas moradas, para se transferirem a pontos onde nenhuma relações tinham"

---

(203) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 78.

(204) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 79.

(205). Como podemos perceber ,o govêrno pretendia desenvolver o núcleo com elementos da própria região, o que sem dúvida não poderia chegar a nenhum resultado concreto, dadas as razões apontadas na transcrição. Nêsse mesmo ano que, como já dissemos, muitos lembram ser o da fundação da Colonia, ela foi extinta pelo govêrno imperial (206).

Em 1875 o diretor da vizinha Colonia de Cananéia tentou orientar colonos para Pariquéra-Açú, desistindo logo em seguida.

Só no ano de 1887 ,o govêrno da Província retomou interêsse pela Colonia, autorizando despesas para obras diversas e providenciando a construção de um barracão para recepção dos colonos a chegar (207). As primeiras estradas só surgiram em fins da década de 1880, assim como o primeiro afluxo mais importante de colonos (208). No início deste século (1902) a Colonia foi apressadamente emancipada, voltando sob tutela do govêrno do Estado logo depois, em 1906 (209). A emancipação definitiva só se daria em 1923 (210).

Pariquéra-Açú foi uma das mais estensas colonias estaduais surgidas no fim do século passado e início dêste. Com perímetro irregular, compreendia 6.434 alqueires (15.572 hectares) de superfície (211). A divisão das terras se fêz pelo processo clássico das "linhas" coloniais que, quando possível, se orientaram pelos fundos de vales; em certos casos, foram demarcadas no papel, seguindo critérios geométricos e nem sempre satisfazendo requisitos que as adequassem às condições de topografia e drenagem. Conforme é possível verificar

---

(205) transcrito por ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 80.
(206) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 80.
(207) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 82.
(208) KUNDT, Ernst — Obra citada, pág. 90.
(209) Idem, pág. 90.
(210) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 88.
(211) SOMMER, Friedrich — **Die Deutschen in São Paulo,** trabalho manuscrito, Biblioteca do Instituto Hans Staden, São Paulo, 1945, Volume III, pág. 627.

pela planta que acompanha estas considerações, as "linhas" coloniais foram numerosas. As principais foram a "linha" do Braço Preto a nordeste, acompanhando o ribeirão Braço; a do Senador Dantas, ao norte, ao longo do curso do Pariquéra-Açú; Bom Retiro ,a leste, em zona de cabeceiras de afluentes da margem direita do Pariquéra-Açú; Nova Itália, a sudeste, na bacia do Braço Turvo, afluente da margem direita do Pariquéra-Açú; Arataca, cortando longitudinalmente, no extremo sudeste da Colonia, secções dos rios Pariquéra-Mirim e Arataca; Nova Cremona, a sudoeste, também ao longo do Pariquéra-Açú; Senador Prado, a oeste, na bacia do ribeirão Grande; e ainda a oeste, já na bacia do Cunha e avizinhando-ss de Jacupiranga, a "linha" Antunes Júnior .Outras menos importantes foram as "linhas" Pequena, 13 de Maio, Pariquéra-Mirim, Jurubatuba, Braço Grande, Braço Magro e Quinze de Novembro. E' preciso lembrar que o conjunto dessas "linhas" foi se organizando aos poucos, com sucessivas medições e demarcações, só se definindo melhor a partir de fins do século passado. As "linhas" possuiam extensões irregulares, como aliás seria de esperar; variavam de um mínimo de pouco mais de três km., como por exemplo a de Nova Itália, a 7 e 8 km., como a de Arataca e Senador Prado. Na maioria dos casos elas foram servidas por caminhos que acompanharam grosseiramente o eixo longitudinal de cada uma delas, dado que os lotes se dispunham com orientação transversal graças às testadas que possuiam sôbre o referido eixo.

Os lotes demarcados, embora em maioria obedecessem a forma retangular ,tiveram superfícies diversificadas. Os primeiros lotes distribuidos foram maiores. Assim é que em meados da década de 1880 a média da superfície de 27 lotes que então foram medidos, foi de 26 hectares (212). Em seguida foram sendo demarcados lotes com áreas menores, de tal forma que, no início dêste século, possuiam entre 13 e 24 hectares (213).

---

(212) Relatório da Província, de 1888, pág. 248.
(213) Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Serviço de Povoamento em 1911, pág. 192.

Junto à conflência do Braço Turvo no Pariquéra-Açú foi localizada a sede da Colonia, com a demarcação de lotes urbanos.

Os lotes rurais foram vendidos à razão de aproximadamente 10$000 o hectare, ou seja de 126$000 a 722$000, conforme sua extensão (214). O colono pagava 100$000 no ato de receber o título provisório das terras ,completando o pagamento após um ano (215).

A venda de terras na Colonia de Pariquéra-Açú obedecia determinações válidas para tôdas as colonias estaduais. Assim é que o imigrante vindo por conta própria ao Brasil, poderia contar como primeira prestação a soma dispendida na viagem. Nos primeiros quinze dias após a chegada o colono recebia alimentos, instrumentos agrícolas e sementes por parte da administração da Colonia. Além disso podiam ser empregados pela mesma administração, durante três dias da semana, como diaristas, com o que o recém-chegado poderia amealhar o suficiente para os primeiros tempos. Em Pariquéra-Açú, durante muito tempo o colono pôde deixar o pagamento da metade do excedente à primeira prestação para depois da segunda colheita (216).

De uma forma geral, podemos destacar dois fatos que nos parece possuirem maior importância. O primeiro refere-se ao tamanho dos lotes. De um modo geral são menores que as "colonias" das áreas de colonização gaúchas, caterinenses ou capichabas, normalmente entre 2 5e 30 hectares. Particularmente, menores que as primeiras "colonias" distribuidas nessas áreas, que mediam até 50 hectares. O fato adquire importância se nos reportarmos ao papel da pequena extensão da propriedade para efeito da organização da lavoura, em área tropical, por uma unidade familiar. O segundo fato a destacar é o relativo ao preço da terra. Conforme anotou estudioso de problemas de colonização no Estado, em Pariquéra-Açú os preços

---

(214) Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Serviço de Povoamento em 1911, pág. 192.
(215) Idem, pág. 192.
(216) KUNDT, Ernst — Obra citada, pág. 90.

estavam bem abaixo dos válidos para colonias de planalto (217). Este aspecto é digno de registro porque pode contribuir para que compreendamos, em parte, a razão que fêz com que alguns colonos fossem atraídos para Pariquéra-Açú, preferindo-a a colonias do planalto.

Pariquéra-Açú não foi uma colonia homogênea. Para sua formação concorreram grupos ètnicamente diferentes, ora sucedendo-se uns aos outros, ora chegados na mesma época. A predominância foi dos elementos italianos, eslavos e germânicos. Os eslavos foram representados por poloneses e, secundàriamente, por russos; os germânicos foram representados por alemães e austríacos. Ao lado dos citados elementos, tivemos uma grande participação de colonos nacionais.

Com elementos fornecidos por Paulino de Almeida, que estudou a história da Colonia (218) ,podemos formar um quadro nítido dos grupos estrangeiros chegados na Colonia no século passado e, portanto, do tipo que a formou dado que no século atual a entrada de novos colonos estrangeiros ficou muito reduzida. A documentação existente e conhecida indica 1868 como o ano da chegada da primeira família. Daí, até 1886. o afluxo foi muito reduzido, resumindo-se a poucas famílias germânicas e raras italianas (apenas duas). O núcleo era portanto irrisòriamente povoado, tanto que em 1887 a população total compunha-se de 293 habitantes, dos quais 13 eram suecos, 6 alemães, 6 italianos e o restante brasileiros (219). Verifica-se que além de poucos, parte dos estrangeiros entrados logo deixou a Colonia. Os colonos brasileiros de um modo geral eram oriundos da própria região da Baxada. Nesse mesmo ano de 1887 e nos dois anos seguintes tivemos um afluxo grande de colonos, algumas dezenas de famílias ,a esmagadora maioria oriunda da Itália, uma pequena parte de língua alemã. Tal afluxo verificou-se a partir da fins de 1887 (220).

---

(217) SOMMER, Friedrich — Obra citada, Volume III, pág. 626.
(218) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, págs. 84 a 86.
(219) Relatório da Província de São Paulo, 1888, pág. 248.
(220) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 82.

De 1890 a 1896 o afluxo continuou, agora com participação predominantemente eslava, secundada por poucos italianos e alemães. Em consequência, não só aumentou consideràvelmente a população da Colonia, como se tornou bem mais complexa a sua composição, conforme podemos verificar pelo quadro seguinte (221).

Colonia de Pariquéra-Açú — População em 1896 e 1897

Nacionalidades	N.º de Famílias		N.º de Pessoas	
	1896	1897	1896	1897
Brasileira	198	190	1181	1055
Italiana	72	81	229	275
Polonêsa	21	(tb russos 28)	72	(tb russos 89)
Alemã	11	16	27	54
Sueca	8	7	18	16
Portuguêsa	5	1	7	1
Suiça	3	6	4	8
Africana	3	—	3	—
Austriaca	—	20	—	89
Russa	2	—	6	—
Belga	—	2	—	7
Dinamarquesa	1	1	4	4
Inglêsa	1	2	1	2
Totais	325	354	1552	1600

Insistimos ,perante o quadro em questão, em alguns aspectos. Em primeiro lugar o caráter heterogeneo da populaçãc, com uma grande predominância do elemento nacional. Em segundo lugar, o papel destacado de italianos, eslavos e germânicos, entre os estrangeiros. Convém frizar que o número de poloneses é mais elevado do que o indicado pelo quadro, dado que mutos aparecem como russos ou como austríacos. Em terceiro lugar, pode-se verificar que elementos de outras nacionalidades, numèricamente pouco expressivos, geralmente são solteiros.

---

(221) Elementos obtidos em: Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, São Paulo — **Relatório de 1896, pág. 36** e **Relatório de 1897**, pág. 75.

Em 1897, do total de colonos, 872 eram do sexo masculino e 728 do feminino. A predominância dos homens se justificava em face do imigrante solteiro, bastando lembrar que enquanto na população total o número de menores era de 600, os solteiros totalizavam 964 indivíduos. Apenas 471 sabiam ler. Para 71 não católicos, tínhamos 1.568 católicos. A esmagadora maioria dedicava-se à agricultura, pois apenas 28 pessoas dedicavam-se a outras atividades (222).

Depois de 1886 o afluxo de colonos continuou intenso por alguns anos, arrefecendo no início dêste século. Os mesmos grupos continuaram a predominar, com um declínio dos italianos e um aumento dos germânicos, mantendo-se o rítmo de chegada dos poloneses. Tais fatos repercutiram na composição da população da Colonia, conforme é possível verificar pelo quadro que apresentamos a seguir (223).

A diferença entre 1900 e 1901 parece dever atribuir-se a uma série crise decorrente da passagem da administração da Colonia para a esfera municipal (Iguape), com a precipitada emancipação a que já nos referimos.

Colonia de Pariquéra-Açú — População em 1900 e 1901

Nacionalidades	1900	1901
Alemães	63	24
Austríacos	149	99
Dinamarqueses	5	2
Espanhois	3	1
Inglêses	7	4
Italianos	390	226
Polonêses	127	87
Portuguêses	18	3
Suecos	24	16
Suiços	28	19
Totais	816	471

* Sòmente estrangeiros

(222) Secretaria da Agricultura, São Paulo, Relatório de 1897, pág. 75.

(223) Elementos obtidos em: CORRÊA, M. Pio — Obra citada, pág. 142.

Em 1909 o total de habitantes havia subido para 2.285, dos quais 1.213 eram brasileiros, 212 alemães, 271 russos (em grande parte polonêses) e 434 autríacos (em maior parte polonêses) (224). De um modo geral o contingente estrangeiro aumentou em relação ao nacional, acrescendo que êste já havia começado a se engrossar em função dos primeiros descendentes dos colonos ,nascidos na nova terra. Dois anos depois, em 1911, a população continuava a aumentar, tendo atingindo a cifra de 2.452 pessoas. Destacavam-se os nacionais, com 1.279, bais 471 austríacos, 360 russos e polonêses, 184 alemães e 158 italianos (225) .Em pouco tempo a composição sofreu variações relativamente importantes. Maior destaque deve ser dado à diminuição dos alemães, consequente da saída de inúmeros colonos. Mesmo a aparente estabilidade numérica de outros grupos em certos casos é ilusória. Trata-se, frequentemente, de uma estabilidade garantida por uma parcial substituição de elementos que se retiram, por novos colonos. Na realidade a população da Colonia conserva uma das características que apresentou desde os primeiros tempos, ou seja, extrema mutabilidade de seus componentes, por emigração ou por imigração. A população que permaneceu estável nos seus componentes representa uma parcela pequena do conjunto, sem que se possa calculá-la com exatidão.

De 1912 em diante a Colonia conheceu um período de retraimento, com o seu abandono por parte de maior número de colonos, que não foram mais substituidos e, em conseqüência, até mesmo com a diminuição da população. Os colonos que sairam em maior número foram os de língua alemã e secundàriamente os polonêses. Em 1912 ainda viviam na Colonia 143 alemães e 411 austríacos. Em 1916 foram computados sòmente 357 alemães que, segundo a referência consultada, provàvelmente incluia também os austríacos (226). Daí em diante a saida de colonos prosseguiu, mesmo depois da emancipação, em 1923 .Na década de 1930 sofreu um último incremento,

(224) KUNDT, Ernst — Obra citada, pág. 90.
(225) KUNDT, Ernst — Obra citada, pág. 91.
(226) SOMMER, Friedrich — Obra citada, Volume III, pág. 627.

graças à atração exercida pelas terras do Norte do Paraná, em torno de Londrina, então em pleno surto pioneiro. Então foram principalmente os eslavos a sair, acompanhados pelos italianos e por parte dos poucos alemães que ainda restavam. Por outro lado, não tivemos, até a emancipação, senão esporádicas chegadas de novos colonos, sem expressão numérica alguma, enquanto o contingente fixado na Colonia se abrasileirava nas estatísticas, inclusive pela morte dos velhos colonos. Depois da emancipação, ao período de decadência, que se prolongou, sucedeu uma fase relativamente recente de desenvolvimento bastante significativo. ela teve, entretanto, peculiaridades que não se relacionam sempre com o antigo caracter colonial da área, e que se ligam principalmente à evolução mais recente de tôda a Baixada do Ribeira, não nos interessando no momento.

Como resultado do processo a que nos referimos, a área que foi compreendida pelo perímetro da antiga Colonia, assim como as áreas externas contiguas, têm atualmente uma população que, apesar de sua relativa importância numérica, poderíamos chamar de residual, que se destaca do conjunto demográfico da Baixada por sua origem e peculiaridade. Dentro dêsse estoque de origem estrangeira que restou ,sobressaem numèricamente os eslavos poloneses, seguidos pelos italianos e por uma ou outra família de origem germânica. Uma ràpida visita à área em questão comprova o fato. De qualquer forma, bastaria observar a Fôlha Topográfica de Iguape (Escala de 1:100.000), do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, para comprovar a freqüência relativamente elevada com que os nomes eslavos e italianos aparecem em tôrno da atual cidade de Pariquéra-Açú.

Dissemos que os preços relativamente baixos das terras teriam sido um dos principais motivos da atração exercida pela Colonia, e vimos queno período crrespndente à última década do século passado seu número foi relativamente elevado. Entretanto, vimos também que o índice de fixação dos colonos não foi correspondente ao seu afluxo, tendo se verificado períodos com deserções numèricamente significativas.

Partindo do princípio lógico que as referidas deserções significam a conseqüência de um estado de descontentamento ou insatisfação do colono perante as condições encontradas na Colonia, julgamos de tôda conveniência verificar alguns aspectos das referidas condições, pois que só assim poderemos ter noção mais correta do sentido e dos resultados da iniciativa oficial em Pariquéra-Açú. Tanto mais que em certos casos o descontentamento não se expressou pura e simplesmente pela saida do colono, mas por verdadeiras revoltas. E' o que sucedeu, por exemplo, por volta de 1910, quando cêrca de duas dezenas de famílias de colonos russos, rebelaram-se contra as condições em que viviam e particularmente demonstraram sua revolta contra o diretor da Colonia (227).

Entre os principais aspectos a destacar, quanto às condições referidas temos o da posição da Colonia. Teòricamente encntrava-se em uma posição bastante favorável, pois possuia junto a seus limites a então freguezia de Jacupiranga, dela distando sòmente 14 km.; estava apenas a 21 km. do mar, no ancoradouro de Subaúma e, pràticamente equidistante das duas principais "portas "marítimas de tôda a Baixada do Ribeira: Iguape, de que distava 46 km. e Cananéia, 39 km. Diferentemente de muitas clonias criadas em Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, Pariquéra-Açú situou-se em área relativamente próxima de centros povoados. Entretanto, tal posição deixa de ter qualquer significado se não for caracterizada por vias de comunicação que permitam sua expressão dinâmica. E as estradas, como infelizmente tem acontecido em muitos casos de iniciativas de colonização, não surgiram com a presteza que se fazia necessária. Até por volta de 1890 a Colonia pràticamente não contava com nenhum meio satisfatório que pudesse favorecer a circulação, a não ser poucas e precárias picadas e a navegação no pequeno rio Pariquéra-Açú, só possível por canoas. Nesse ano, o chefe da Comissão de Terras de Pariquéra-Açú, em relatório entregue ao Delegado de Terras e Colonização do Estado, referiu-se ao problema das estra-

(227) KUNDT, Ernst — Obra citada, pág. 91.

das da seguinte maneira: "Duas são as estradas gerais que ligam a Colonia aos mercados mais prãximos: Jacupiranga e Iguape. A construção da primeira já foi encetada e faltam apenas cêrca de 4 km. para ser concluida; a segunda, que é mais importante por ser mais necessária, ainda não foi iniciada, exıstindo um projeto que não tendo sido aprovado, foi devolvido..." (228). Portanto, numa época em que o afluxo de colonos já fora bastante grande ,a Colonia ainda não possuia estrada para o mar. Por outro lado, o mesmo relatório mostra-nos que se chegou a esperar em soluções que nunca foram concretizadas, como a de um ramal de uma ferrovia em projeto que de Iguape se dirigiria às minas de ferro de Jacupiranguinha, onde hoje se encontram as instalações da Serrana de Mineração, de aproveitamento da apatita.

E' evidente que os colonos viveram em completo isolamento seus primeiros anos de Pariquéra-Açú. Aliás, o isolamento era tal que, em relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, para 1896, serviu de pretexto para justificar a imperfeita aplicação das disposições regulamentares relativa à Colonia, resultando "demora nos pagamentos e outras irregularidades na distribuição dos lotes" (229). E' lícito supor que além dessas, outras demoras caracterizassem a administração da Colonia. No mesmo relatório (230), considera-se a conclusão da estrada para o pôrto de Sabaúma "uma medida de maior necessidade e importância, para as comunicações mais prontas com os centros de consumo".

No início do século atual, quando já havia chegado o maior número de colonos ,e quando muitos já iniciavam a viagem de volta, ainda se conservavam morosos os trabalhos relativos a estradas. Embora já tivesse sido aberta a ligação com Subaúma, os caminhos rurais dentro da Colonia, servindo às várias "linhas", à guiza de rêde vicinal, só foram organizadas a partir de 1908, conforme informações obtidas de antigos colonos.

---

(228) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 86 (citação).
(229) Secretaria dos Negócios da Agricultura — Relatório de 1896, págs. 35-36.
(230) Idem, pág. 39.

Alguns anos depois as condições ,embora melhoradas, ainda não eram satisfatórias. "O centro da Colonia dista 23 km. (sic) de Iguape que é atingida por uma boa estrada governamental. Para o pequeno pôrto Subaúma leva uma estrada ordinária de 21 km. O Ribeira pode ser atingido por uma viagem de barco de aproximadamente 20 km. no rio ... Pariquéra-Açú, quando o nível das águas é favorável. Essa comunicação por água portanto não pode ser levada em consideração. ... As comunicações pelo mar para os mercados de Paranaguá, Santos, etc., são ainda mais deploráveis. Cada 15 dias entra em Iguape um vapor do Loide Brasileiro. Quando, entretanto, o Loide Brasileiro resolve, então aparece sòmente um vapor por mês. Devido ao pôrto entulhado de areia, só pequenos botes podem chegar ao vapor. Também de Subaúma existe para Iguape e Cananéia uma comunicação semelhante. Para o envio de produtos fàcilmente perecíveis ... em tais condições não se pode pensar" (231). São considerações relativas a 1911.

Compreende-se que as possibilidades de desenvolvimento econômico da Colonia ficaram em grande parte cortadas pelas dificuldades de transporte. Êstes tornaram-se relativamente satisfatórios em seguida, justificando inclusive o desenvolvimento atual da cidade de Parquéra-Açú, porém, então, o destino da maior parte das famílias de colonos já havia sido selado. Por outro lado, depois de 1911, quando melhoraram as vias de comunicação, acelerou-se paradoxalmente, a decadência das atividades ligadas ao meio rural, dado que outras condições tinham sobrevindo.

As atividades agrícolas sofreram uma evolução em grande parte decorrente das vicissitudes da Colonia, desde a sua primeira tentativa de fundação. Pràticamente nenhuma importância tiveram até a década de 1890, quando foram incrementadas com o efetivo povoamento da Colonia.

Nos seus lotes ,algumas famílias possuiam mais que um, os colonos organizaram uma lavoura mista, em que sobressaiam alguns produtos comerciais ao lado de numerosos pro-

---

(231) KUNDT, Ernst — Obra citada, págs. 90-91.

dutos de subsistência. Podemos ter uma idéia do fato pelo quadro seguinte ,obtido em Relatório de 1897, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (232).

Núcleo Colonial de Pariquéra-Açú — Produção Agrícola

Produtos	Anos			
	1893		1894	
	1 071 habit.		1 183 habit.	
	214 famílias		236 famílias	
	Quant.	Valor (*)	Quant.	Valor (*)
Café (Quilos)	150.000	240.000	86.010	137.760
Arroz (Litros)	40.000	16.000	338.300	135.320
Milho (Litros)	200.000	28.000	876.600	122.724
Bata Doce (Litros)	120.000	24.000	345.150	69.030
Feijão (Litros)	20.000	6.000	78.050	23.415
Far. de Mandioca (Lit)	100.000	32.000	795.150	238.545
Rapadura e Açúcar (Quilos)	—	—	—	—
Mandioca (Litros)	—	—	—	—
Aguardente (Pipas)	3	870	35	10.150

(*) — Valor em mil réis

Núcleo Colonial de Pariquéra-Açú — Produção Agrícola

Produtos	Anos			
	1895		1896	
	1 761 habit.		1 552 habit.	
	352 famílias		325 famílias	
	Quant.	Valor (*)	Quant.	Valor (*)
Café (Quilos)	106.805	128.166	305.565	305.565
Arroz (Litros)	397.100	158.840	410.800	139.672
Milho (Litros)	439.490	61.528	633.200	75.984
Batata Doce (Litros)	36.115	6.500	213.000	17.040
Feijão (Litros)	32.690	9.807	124.720	32.427
Far. de Mandioca (Litros)	446.490	89.298	300.600	66.132
Rapadura e Açúcar (Quilos)	48.862	19.544	20.310	5.077
Mandioca (Litros)	—	—	384.760	38.475
Aguardente (Pipas)	5	750	—	—

(*) — Valor em mil réis

(232) Secretaria dos Negócios da Agricultura, Relatório de 1897, pág. 38.

Núcleo Colonial de Pariquéra-Açú — Produção Agrícola

Produtos	Anos	
	1897 1 600 habit. 354 famílias	
	Quantidade	Valor (*)
Café (Quilos)	189.120	113.472
Arroz (Litros)	259.750	98.705
Milho (Litros)	526.850	73.759
Batata Doce (Litros)	62.050	7.500
Feijão	41.900	16.760
Farinha de Mandioca (Litros)	286.250	68.700
Rapadura e Açúcar (Quilos)	4.425	1.327
Mandioca (Litros)	515.500	73.325
Fumo (Quilos)	180	540

(*) — Valor em mil réis

O total da produção, em mil réis, foi respectivamente de 346.870, 736.944, 474.436, 680.372 e 454.088 nos anos de 1893, 1894, 1895, 1896 e 1897.

O café ,a única lavoura permanente de importância, tinha, juntamente com o arroz, a batata, a farinha, secundàriamente outros produtos, caracter comercial. Os demais produtos, afora outros que não constam do Quadro, a exemplo de verduras, eram obtidos para o consumo, no máximo comerciados dentro da própria Colonia. De um modo geral o colono se adaptara ao cultivo dos produtos que já eram comuns na Baixada, o que é particularmente verdadeiro para o arroz. A lavoura de café se deve, em parte, ao fato de algumas famílias de colonos já terem passado por fazendas de café do planalto, onde haviam sido colonos assalariados. Para o ano de 1897 já existiam 632.000 pés de café.

Percebe-se, pelos dados do Quadro retro, embora referente a apenas cinco anos, uma certa descontinuidade na produção. As oscilações de ano para ano chegam a ser muito elevadas. Tal fato parece-nos ter que ser atribuido às próprias oscilações de preços, o que o Quadro chega a sugerir, e às dificuldades para encontrar mercado para a produção. O colono devia re-

duzir o plantio, após ter tido experiência com o problema da colocação do produto e após não ter tido compensação financeira satisfatória.

As atividades relativas ao cultivo do solo foram complementadas pela criação de animais ,especialmente de pequeno porte. Em 1897 na Colonia existiam 1.251 porcos, 314 cavalos, 64 mulas, 229 vacas, 169 cabras, além de 12.700 aves domésticas (233).

O colono procurava valorizar sua propriedade aproveitando-a, tanto que, nesse mesmo ano, o valor médio da propriedade, com as benfeitorias, foi de 2:842$000 em Pariquéra-Açú, enquanto que em outras colonias do Estado, Piaguí e Sabaúma, foi respectivamente 1:419$000 e 2:622$000.

As condições de mercado fizeram com que a situação se estabilizasse nas bases apontadas, em certos casos verificando-se mesmo regressão. Com a intensificação da saida de colonos esta se acentuou, estabelecendo-se um círculo vicioso de causas e conseqüências. A maior decadência foi sofrida pelo café que acabou sendo em maior parte substituido pelo arroz.

As condições atuais, que no conjunto parecem significar uma pequena melhoria, inclusive com a retomada, tímida ainda, da cultura do café, têm a explicá-las processos válidos para tôda a Baixada. Em compensação, elas têm a desfavorecê-las aspectos inerentes às próprias características da antiga Colonia. A excelente impressão que se tem ao atingir-se a cidade de Pariquéra-Açú, não deve necessàriamente ser generalizada para a zona rural, cujas condições deixam muito a desejar. Pariquéra-Açú não é cidade cujo desenvolvimento se deve à sua retro-terra agrícola que, repetimos, é relativamente pobre, mas sim à sua posição dentro do atual sistema de estradas da Baixada e a funções decorrentes dessa posição.

Em Pariquéra-Açú o colono encontrou, em área com baixas altitudes, 12, 15 ou pouco mais m., sob condições climáticas caracterizadas por temperaturas relativamente uniformes e elevadas, e alta umidade, solos nem sempre bons, recobertos por matas exuberantes de tipo tropical latifoliada. Enfrentou

(233) Secretaria da Agricultura, Relatório de 1897, pág. 76.

os clássicos problemas da derrubada e da queimada, embora auxiliado pela administração da Colonia, e, na base de uma lavoura de enxada, formou suas roças para o sustento e preparou suas lavouras comerciais. Ergueu ranchos provisórios e esperou pelas estradas, pela escola, pela igreja, pelas primeiras colheitas com seus resultados. Esperou substituir o rancho por casa mais ampla e melhor construida, erguer instalações anexas, paióis, estábulos, e elevar seu padrão de vida. Os resultados como seria de esperar por todos os fatos já lembrados, não foram satisfatórios. Em 1890, em relatório já citado, o chefe da Comissão de Terras da Colonia dizia que "as casas são péssimas, mal construidas, a maior parte sem serem barreadas, e tôdas cobertas de palha; além de pouco higiênicas, têm o inconveniente de serem de muito pouca duração, estragando-se antes dos colonos se acharem em condições de edificarem suas casas definitivas" ... continuando mais adiante com lembrar que "os edifícios que existem na sede são pequenos ranchos de palha em um dos quais funciona o escritório desta Comissão..." (234). Em 1897 ,a esmagadora maioria das habitações ainda eram cobertas de palha, apenas 56 sendo cobertas com telhas (235). Habitações melhores sòmente surgiram mais recentemente, nos últimos 15 a 20 anos, possíveis para as famílias de colonos que haviam resistido e às vêzes se aproveitado das fases de decadência do primeiro quartel dêste século.

Um exemplo expressivo de como os primeiros resultados obtidos na Colonia faziam esperar um desenvolvimento seguro, está nas inúmeras atividades que se instalaram na sede ou na própria zona rural: 2 oficinas de ferreiro, uma de funileiro, 5 carpintarias, 3 marcenairias, uma pequena fábrica de cerveja ,um engenho de cana e alambique, 8 engenhos de beneficiar café, um dêles sendo a vapor, 2 engenhos de beneficiar arroz, duas olarias, além de 9 casas comerciais diversas, isso no ano de 1897 (236). Algumas dessas atividades desapareceram logo,

---

(234) Citado por ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, pág. 87.
(235) Secretaria da Agricultura, Relatório de 1897, pág. 76.
(236) Idem, pág. 77.

como a de fabricar cerveja; outras, como as ligadas ao beneficiamento do café ,acompanharam a evolução da cultura, hoje nada mais havendo nêsse setor. Máquinas de beneficiar arroz existiram até recentemente, tendo desaparecido também.

Dado que, conforme já vimos, as propriedades eram relativamente pequenas, tornou-se inevitável um parcelamento de culturas relativamente grande, pondo os colonos, sempre produtores de quantidades pequenas ,na dependência dos comerciantes que se instalaram na Colonia. Só os comerciantes, trabalhando com mercadoria em escala relativamente grande podiam ter condições para estabelecer intercâmbio comercial dentro do quadro de comunicações que caracterizava a Colonia. Êstes, agindo como intermediários ,reservavam para si os melhores resultados da atividade agrícola do colono. Entre os grupos que aí se instalaram, foram os italianos que se dedicaram mais ao comércio, o que explica algumas observações de um alemão que escreveu sôbre o problema em 1911: "O comércio intermediário atinge, devido às péssimas condições de comunicações, os maiores lucros. Comerciantes italianos monopolizam a compra, ou melhor, a troca de produtos dos colonos e fazem trabalhando com animais de carga e carros próprios, bons negócios às custas dos colonos". Em seguida revelanos um dos aspectos da dependência dos colonos em relação aos citados comerciantes :"Como o trabalho nas estradas é pago pelo govêrno com vales que, por sua vez só são aceitos por aquêles comerciantes, naturalmente com desconto ,o colono raramente tem dinhenro nas mãos "(237).

O comerciante, portanto, além de assegurar-se da safra do colono, a preços vantajosos para si, com adiantamentos em gêneros na entre-safra ,usufruia, ainda, do trabalho do colono nas estradas que na época estavam sendo abertas pela administração. O fato dos comerciantes serem italianos contribue para explicar, em parte, porque proporcionalmente os elementos dessa nacionalidade permaneceram na Colonia com contingentes grandes e, porque os citados elementos parecem ter obtido

---

(237) KUNDT, Ernst — Obra citada, págs. 90-91.

melhores resultados econômicos. Por outro lado, podemos compreender melhor porque quase todo o comércio atual da cidade de Pariquéra-Açú, como o de beira-estrada, encontra-se em mãos de descendentes de italianos, quando, na zona rural, o contingente de oriundos poloneses é o mais numeroso.

As decorrências das formas de utilização do solo completam os principais elementos do quadro responsável pelos resultados finais pouco satisfatórios, de uma Colonia que, pela situação de fins do século passado, parecia destinar-se a desenvolvimento significativo.

Utilizando-se de enxada como instrumento agrícola básico, derrubando e queimando o revestimento vegetal para obter sempre mais espaços para o cultivo, deslocando-se com o fito de aproveitar sempre solos novos, mais férteis, em um itinerantismo limitado ao perímetro da propriedade, conforme vimos, reduzido, o colono transformou ràpidamente as possibilidades de produção, limitando-as. Esgotou os solos com a freqüência de utilização a que foi obrigado pelo espaço disponível e pelas técnicas aplicadas, removeu pràticamente todo o revestimento vegetal primário, permitiu a intensificação do trabalho erosivo das águas superficiais, criando uma paisagem em que a capoeira, em vários estágios de desenvolvimento, raramente a mata secundária reconstituida, dominasse baixadas, terraços e colinas, camuflando, quando não parecem confundir-se com elas, as roças irregulares, geralmente para o consumo.

Visitas, mesmo que rápidas, a algumas propriedades de descendentes de colonos, em Nova Itália ou Quinze de Novembro, Arataca ou Bom Retiro, Pariquéra-Mirim ou Nova Cremona, podem testemunhar a veracidade do processo. Uma propriedade só em mínima parte é cultivada, para o consumo, o resto sendo domínio da capoeira. Em outras, o arroz é plantado pelo sistema do bastão, sendo colhido a canivete, como sempre fizeram os "ribeirinhos" da Ribeira. Em muitas a casa ainda é total ou parcialmente coberta de sapé, como em muitas, também, aparecem roças promíscuas nas quais, ameaçdos pelo mato, encontramos feijão para engorda de porcos, cana, abacaxí, batata doce, banana ou outras. Muitas propriedades não

têm cêrcas: elas são caras e, além disso, são poucos os que têm vacas de leite ou outros animais.

De qualquer forma, como já dissemos a propósito dos elementos que povoaram a Colonia, na área em tôrno de Pariquéra-Açú percebe-se estal frente a uma experiência de povoamento que diferiu do comum à maior parte da Baixada do Ribeira. O elemento alienígena, frequentemente cruzado com o nacional ,ou mesmo entre sí (alemães, italianos, poloneses), embora parcialmente acaboclado, conservando pouco da língua do país de origem, destaca-se à observação menos minuciosa. As casas dos colonos, com todos os elementos já apontados, ainda assim se elevam acima, bem acima do nível das dos caboclos ou daquelas dos caiçaras, poucos km. em direção ao litoral. Os colonos que propprediram possuem mesmo casas com bom aspecto, às vezes de tijolos, sempre cobertas de telhas, sempre caiadas de branco, não raro embelezadas pela presença de flôres nas janelas ou em pequenos canteiros. Os italo-brasileiros normalmente possuem fornos, e a maioria cultiva uma pequena horta, pois verduras e legumes fazem parte da dieta alimentar. Entretanto, como já afirmamos em outro trabalho, tomar com têrmo de comparação o padrão de vida do caboclo, para avaliar dos resultados do colono estrangeiro, não é a melhor solução (238). Julgamos, em conseqüência, que no conjunto, Pariquéra-Açú teve resultados discutíveis ,sendo sua evolução, como colonia, um conjunto de elementos elucidativos sôbre problemas de colonização da Baixada da Ribeira.

A Colonia de Santa Maria

Entre os vários e mais significativos exemplos de como se processaram as iniciativas de efetuar trabalho de colonização na área que nos interessa, desta-se pelas suas peculiaridades, o da Colônia de Santa Maria. Antes de mais nada, representa bem os resultados de iniciativas em que a especulação é o móvel principal .Trata-se, conforme veremos, de uma

(238) PETRONE, Pasquale — A zona colonial antiga do Espírito Santo, trabalho inédito, vêr as conclusões.

Colônia criada por emprêsa particular, que possuia sua séde em São Paulo. Em segundo lugar, mostrar-nos-á, sem qualquer sombra de dúvila, e particularmente como decorrência do aspecto anterior que, embora sendo iniciativa recente, não escapou à maior parte dos erros que caracterizaram considerável número de empreendimentos da mesma natureza na parte meridional do Brasil.

Com o nome de Colônia Agrícola Santa Maria, o empreendimento teve início, pela "Emprêsa de Terras e Colonização Santa Maria", a partir de meados da década de 1920, aproximadamente 1925-26, com intensa propaganda nos principais jornais de São Paulo, especialmente nos de língua alemã, publicação de folhetos, plantas, etc. A área escolhida, com aproximadamente 2.000 alqueires, situava-se a oeste da cidade de Cananéia, estendendo-se desde as terras baixas circunjacentes à zona lagunar de Cananéia subindo até zona a limítrofe com o Estado do Paraná, relativamente montanhosa. Sua maior superfície estenlia-se em tôrno da cóta de 200m., sendo drenada pelos rios Assunguí, Ypiranguinha, Branco do Taquarí e, secundàriamente, pelo Guaraqueçaba, já em território paranaense, pois que a Colônia transbordava do território paulista.

Dado que se tratava de uma iniciativa particular, uma las primeras preocupações da emprêsa responsável pela Colônia foi a de demonstrar a legitimidade da propriedade das terras. Assim é que, por exemplo, em artigo de divulgação publicado no "Deutsche Zeitung" de São Paulo (239), afirma-se: "Os títulos de nossas terras em Cananéia são legais e ininpugnáveis.. As terras não apresentam posseiros estranhos e como melhor prova podemos mostrar que não tivemos reclamação nenhuma por ocasião das medições e da divisão dos lotes... Quatro caboclos que se tinham fixado aí continuaram como colonos em seus proprios lotes de 10 alqueires, e auxiliam os imigrantes europeus em todos os trabalhos com conselhos e ajuda". Informações dessa natureza se justificavam, como poderiam se justificar ainda hoje, em face das dúvidas legítimas que sempre têm en-

(239) **Colônia Santa Maria, Informationem uber Cananéia,** in jornal "Deutsche Zeitung", São Paulo, 24 de dezembro de 1926.

volvido os títulos de propriedades de terras em tôda a região, particularmente nas áreas menos habitadas.

Outra preocupação, esta com o objetivo de atrair colonos, foi a de propagar ,de forma relativamente intensa e contínua, as qualidades da área escolhida para a Colônia. Com essa finalidade, não foram poupadas palavras enaltecedoras das terras à venda, nem foram deixadas à margem generalizações e comparações relativamente exageradas, só compreensíveis em face do caráter especulativo da iniciativa. Assim é que, no mesmo artigo citado, lembra-se que "é de conhecimento geral que os terrenos do município de Cananéia são os mais férteis do Brasil. Há muitas décadas, durante o Império, o então ministro Dr. Barata Góes pensou em criar lá uma colônia. Com essa finalidade foi enviada para lá uma comissão técnica para examinar com cuidado as condições climáticas e pedológicas.... A comissão entregou ao ministro imperial um Relatório no qual os membros ... unânimemente se manifestaram que, os únicos terrenos, que devido à sua fertilidade, podem competir com os de Cananéia, são os das ricas Farms do Mississipe, nos Estados Unidos" (240). Como vemos, referências a observações antigas e, genéricas. Mas não são melhores as observações que deveriam ser mais objetivas, pois que referentes à própria área da Colônia. Citando um técnico da Secretaria da Agricultura. afirma-se que a "terra apresenta uma vegetação exuberante com boas madeiras de lei, entre as quais encontram-se figueiras e pau d'alhos ..." querendo indicar a fertilidade dos solos, empìricamente procedente; mais adiante, entretanto, completa-se a afirmação com uma referência a um dos vendedores das terras a colonizar e que, sendo antigo morador do local, fez os maiores elogios "à salubridade da região, pois seus filhos e netos nunca tiveram uma doença" (241).

A possibilidade da área ser considerada insalubre foi um dos aspectos que a emprêsa de colonização procurou evitar. Nêsse sentido promoveu, inclusive ,a visita a Cananéia do ministro da Austria Retschek, dado que havia entendimentos pa-

---

(240) Deutsche Zeitung, São Paulo, 24 de dezembro de 1926.
(241) Idem.

ra encaminhar para ela súditos dêssse país. Em relatório enviado ao govêrno austríaco, em parte divulgado pela Emprêsa, o citado ministro declararia ter visitado tôdas as escolas, entrado em tôdas as cabanas de caboclos, dormido sem mosquiteiro, e de não ter adoecido, apesar de picado por muitos mosquitos (242). A Emprêsa não se negou a divulgar inclusive um Atestado do Diretor do Posto de Saúde de Cananéia ,dado ao ministro austríaco ,segundo o qual as condições sanitárias de Cananéia são boas, "pois seu clima é uniforme e extraordinàriamente saudável" (243). Não sabemos se o ministro austríaco esteve na própria área da Colônia, porém, de qualquer forma, é possível perceber que além de genéricas, às vêzes até mesmo inconclusivas, as informações divulgadas pela Emprêsa referem-se poucas vêzes à Colônia pròpriamente dita, quasi sempre a Cananéia como um todo, cidade e arredores.

As considerações acima, já demasiadas, mas que poderíamos prolongar com outros exemplos, parecem-nos necessárias para compreendermos o sentido da iniciativa em bases especulativas em uma área até então pràticamente despovoada, pouco conhecida e, como veremos, de difícil acesso. Tais considerações poderão, também ,fazer-nos compreender melhor o porque das vicissitudes conhecidas pela Colônia até os nossos dias.

A propósito das possibilidades agrícolas da Colônia, os eventuais colonos foram atraidos por afirmações que, em certos casos, podem ser consideralas ridículas, embora possam ter influenciado a gente sem nenhuma exeperiência sôbre a terra. Assim é que, segundo a Emprêsa, "em tôdas essas terras a videira e o tabaco dão-se extraordinàriamente"... "prestam-se extraordinàriamente para plantação de alho, cebola, feijão, arroz, aveia milho, videira, tabaco, enfim, para qualquer tipo de plantação (244). Para provar que o arroz vinga muito bem na Colônia, exemplifica com a produção da colônia japonêsa de Registro, a 74 km. de Cananéia; para provar que a "criação de

---

(242) Deutsche Zeitung, São Paulo, 24 de dezembro de 1926.
(243) Deutsche Zeitung, São Paulo, 24 de dezembro de 1926.
(244) Idem.

gado desenvolver-se-ia dando bastante lucro, pois Cananéia fica tão próximo dos grandes centros de mercados brasileiros. (245), cita a produção e exportação de porcos a partir de Jacupiranga.

A Emprêsa não se limitou a propagar a excelência das terras e do clima da Colônia. Coroando uma "propaganda iniciada por volta de 1926 e continuada durante diversos anos de maneira muito intensiva" (246), foi divulgada uma declaração dos primeiros colonos de Santa Maria. Os próprios colonos iriam atestar a veracidade de tudo quanto se disséra e se prometera sôbre a nova terra. Pelo indiscutível interêsse que representa ,não hesitamos em transcrevê-la: "Os abaixo assinados declaram unânimemente que se localizaram há 3 meses na Colônia recém-fundada e que se dedicam com vontade e amor à agricultura. O bom clima que existe aqui, e que pode ser designado como oceânico, tem como consequência que aqui são evitadas as grandes diferenças de temperatura como as há no interior do país. Por isso nenhum colono pode apresentar doenças em sua família. Para o nosso grande contentamento manifestamo-nos, também, sôbre a excepcional fertilidade do solo, fertilidade essa que encontra sua confirmação no abundante aparecimento de madeira de lei na Colônia; em conseqüência as plantas subtropicais desenvolvem-se maravilbosamente para a alegria de todos os colonos .Os trabalhos de roça terminaram para êste ano e agora nós vivemos felizes e contentes esperando por um futuro melhor" (247). A declaração contém ainda uma referência a dois engenheiros que o govêrno teria envado "para estudar o terreno para a estrada que levará da Colônia ao mar", além de outras considerações e as assinaturas. Cremos ser desnecessário comentar o trecho transcrito: êle é bastante expressivo por si só.

O fato é que a propaganda não foi inútil e acabou por atrair um razoável número de colonos, especialmente de procedência alemã e austríaca. As terras haviam sido divididas

---

(245) Ibidem.
(246) SOMMER, Friedrich — Obra citada, Volume III, págs. 673-674.
(247) DEUTSCHE ZEITUNG, São Paulo, 24 de dezembro de 1926.

em lotes relativamente grandes, em média com 10 alqueires, todos servdos por cursos d'água e pràticamente todos tendo testadas junto a um curso d'água e fundos para os divisores, dentro dos mesmos moldes, em linhas gerais, que conhecemos nas áreas coloniais gaúchas ,catarinense e capichabas. As terras, com certas facilidades, foram venlidas inicialmente à razão de Cr$ 200,00 por alqueire (248), pagos em prestações de 6 anos (249).

O número de colonos foi engrossado até o início da década de 1930. Já em fins de 1926 os colonos eram 74, sendo 27 austríacos, 32 alemães, 10 brasileiros, 3 tchecos e um polonês (250). Em 1927 haviam subido para 106 (251), enquanto que dois anos depois, em 1929, segundo informações que obtivemos de um antigo colono, a população da Colônia havia se elevado muito, pois que aí já existiam cêrca de 120 famílias, o que poderia significar a presença de aproximadamente 400 pessoas. Só os alemães totalizavam 75, a metade de todos os colonos sendo representada por austríacos (252). Os colonos eram, portanto, em sua maioria oriundos da Austria e Alemanha; numerosos eram, também, os ucranianos, alguns tchecos e polonêses, quasi todos de língua alemã. Um nosso informante, por exemplo, estabelecido na Colônia com irmãos, chegou ao Brasil, com passaporte de apátrida, tendo nascido na Ucrânia, mas sendo de origem alemã.

Segundo uma fonte (253), nessa data as famílias seriam cêrca de 70 apenas, alemães, austríacos e com um grande contingente de alemães dos Sudetos. O número mais baixo nos parece mais verossímel, mas de qualquer forma revela um afluxo maior de colonos em 1928 e 1929.

Os colonos recém-chegados encontraram pràticamente os mesmos problemas que, nos primeiros anos, foram enfrentados

---

(248) SOMMER, Friedrich — Obra citada, Volume III, pág. 674.
(249) **KOLONIE SANTA MARIA**, in "Deutsche Zeitung" 1926.
(250) Idem.
(251) **KOLONIE SANTA MARIA**, in "Deutsche Zeitung" 1927.
(252) "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos", n.º 2, 4.º ano, agôsto de 1930.
(253) SOMMER, Friedrich — Obra citada, volume III, pág. 674.

gado desenvolver-se-ia dando bastante lucro, pois Cananéia fica tão próximo dos grandes centros de mercados brasileiros. (245), cita a produção e exportação de porcos a partir de Jacupiranga.

A Emprêsa não se limitou a propagar a excelência das terras e do clima da Colônia. Coroando uma "propaganda iniciada por volta de 1926 e continuada durante diversos anos de maneira muito intensiva" (246), foi divulgada uma declaração dos primeiros colonos de Santa Maria. Os próprios colonos iriam atestar a veracidade de tudo quanto se disséra e se prometera sôbre a nova terra. Pelo indiscutível interêsse que representa ,não hesitamos em transcrevê-la: "Os abaixo assinados declaram unânimemente que se localizaram há 3 meses na Colônia recém-fundada e que se dedicam com vontade e amor à agricultura. O bom clima que existe aqui, e que pode ser designado como oceânico, tem como consequência que aqui são evitadas as grandes diferenças de temperatura como as há no interior do país. Por isso nenhum colono pode apresentar doenças em sua família. Para o nosso grande contentamento manifestamo-nos, também, sôbre a excepcional fertilidade do solo, fertilidade essa que encontra sua confirmação no abundante aparecimento de madeira de lei na Colônia; em conseqüência as plantas subtropicais desenvolvem-se maravilbosamente para a alegria de todos os colonos .Os trabalhos de roça terminaram para êste ano e agora nós vivemos felizes e contentes esperando por um futuro melhor" (247). A declaração contém ainda uma referência a dois engenheiros que o govêrno teria envado "para estudar o terreno para a estrada que levará da Colônia ao mar", além de outras considerações e as assinaturas. Cremos ser desnecessário comentar o trecho transcrito: êle é bastante expressivo por si só.

O fato é que a propaganda não foi inútil e acabou por atrair um razoável número de colonos, especialmente de procedência alemã e austríaca. As terras haviam sido divididas

---

(245) Ibidem.
(246) SOMMER, Friedrich — Obra citada, Volume III, págs. 673-674.
(247) DEUTSCHE ZEITUNG, São Paulo, 24 de dezembro de 1926.

em lotes relativamente grandes, em média com 10 alqueires, todos servdos por cursos d'água e pràticamente todos tendo testadas junto a um curso d'água e fundos para os divisores, dentro dos mesmos moldes, em linhas gerais, que conhecemos nas áreas coloniais gaúchas ,catarinense e capichabas. As terras, com certas facilidades, foram venlidas inicialmente à razão de Cr$ 200,00 por alqueire (248), pagos em prestações de 6 anos (249).

O número de colonos foi engrossado até o início da década de 1930. Já em fins de 1926 os colonos eram 74, sendo 27 austríacos, 32 alemães, 10 brasileiros, 3 tchecos e um polonês (250). Em 1927 haviam subido para 106 (251), enquanto que dois anos depois, em 1929, segundo informações que obtivemos de um antigo colono, a população da Colônia havia se elevado muito, pois que aí já existiam cêrca de 120 famílias, o que poderia significar a presença de aproximadamente 400 pessoas. Só os alemães totalizavam 75, a metade de todos os colonos sendo representada por austríacos (252). Os colonos eram, portanto, em sua maioria oriundos da Austria e Alemanha; numerosos eram, também, os ucranianos, alguns tchecos e polonêses, quasi todos de língua alemã. Um nosso informante, por exemplo, estabelecido na Colônia com irmãos, chegou ao Brasil, com passaporte de apátrida, tendo nascido na Ucrânia, mas sendo de origem alemã.

Segundo uma fonte (253), nessa data as famílias seriam cêrca de 70 apenas, alemães, austríacos e com um grande contingente de alemães dos Sudetos. O número mais baixo nos parece mais verossímel, mas de qualquer forma revela um afluxo maior de colonos em 1928 e 1929.

Os colonos recém-chegados encontraram pràticamente os mesmos problemas que, nos primeiros anos, foram enfrentados

---

(248) SOMMER, Friedrich — Obra citada, Volume III, pág. 674.
(249) **KOLONIE SANTA MARIA**, in "Deutsche Zeitung" 1926.
(250) Idem.
(251) **KOLONIE SANTA MARIA**, in "Deutsche Zeitung" 1927.
(252) "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos", n.º 2, 4.º ano, agôsto de 1930.
(253) SOMMER, Friedrich — Obra citada, volume III, pág. 674.

nas colônias do Sul. Defrontaram-se com paisagens novas, em zonas de brejos e de morros, dominadas pela exuberante mata tropical, isolados — e teremos oportunidade de insistir sôbre êsse aspecto — pela quase completa ausência de vias de comunicação satisfatórias. O problema árduo da derrubada, a ser acompanhada pela queimada. A aplicação de técnicas até então para êles desconhecidas, para enfrentar uma paisagem desconhecida e dar lugar às casas, aos campos de cultivo e criação, aos caminhos.

A casa foi improvisada, inicialmente considerada como um primeiro e provisório abrigo, utilizando-se os elementos encontrados no local. Alguns anos depois, pràticamente não se modificara. O provisório parecia tornar-se definitivo. "As condições de moradia correspondem à pobreza .A casa é tão primitiva como possível. De todos os lados sopra o vento pelas paredes, pois são de tábuas (sic) de palmito. O telhado é coberto por folhas, no qual se reunem, nesse clima, muitos insetos. Para impedir isso mais ou menos, há necessidade de esfumaçarem. A fumaça do fogão passa pela casa inteira. O mobiliário é muito primitivo" (254). Tais considerações foram feitas, oito anos depois da fundação e chegada dos primeiros colonos, por um pastor evangélico de Santos, que por várias vêzes visitou a área em questão.

A ausência de qualquer melhoria no aspecto da casa, especialmente quanto ao mobiliário, depois de vários anos, é bem a expressão da forma como a Colônia evoluiu, em especial modo no setor econômico. Em anúncio da Emprêsa responsável pela Colônia, publicado em 1927, diz-se que "os colonos já estabelecidos ... cultivam tabaco de várias qualidades ,arroz de espigão, feijão, cebola, alho, e as mais variadas espécies de verduras e.. .tentando as primeiras plantações com trigo, aveia e cevada ..." (255). Segundo outra fonte ,em 1929 "os colonos apresentavam um pequeno desenvolvimento econô-

---

(254) REICHHART, Pastor — **Colonos alemães na região litorânea ao sul do Estado de São Paulo**, Relatório manuscrito.

(255) **Kolonie Santa Maria, in "Deutsche Zeitung"**, São Paulo, 1927.

mico" (256), tendo uma família austríaca instalado já então uma serraria.

E' evidente que algumas culturas a que se refere o anúncio citado acima, mesmo se realmente tentadas, não poderiam vingar .Outras, entretanto, especialmente o arroz e, como mais tarde seria comprovado, a cana e a banana, encontram na área em questão condições satisfatórias de cultivo. Às culturas como a do arroz e em menor escala a outras, o colono deve ter aplicado seu entusiásmo na vida nova que iniciava, entusiásmo que pode explicar a relativamente precoce instalação de uma serraria. Entretanto, o arrefecimento não tardou a vir.

Inicialmente os colonos pensaram produzir em têrmos de exportação, portanto de lavoura comercial, inclusive porque necessitavam de uma fonte de renda para completar o pagamento de seus lotes. Vinham mesmo orientados para a lavoura comercial pela propaganda que os havia atraido para a Colônia. Entretanto, quando a produção começou a solicitar meios de comunicação e transporte em busca de mercados, as dificuldades tornaram-se pràticamente intransponíveis.

As comunicações entre a Colônia e Cananéia eram péssimas. Havia necessidade de, partindo de Cananéia, contornar-se a ilha por água para atingir a baia de Trapandé, daí chegar-se à fóz do rio Taquarí, subí-lo o quanto fosse possível, conforme as estações, e seguir por picadas em máu estado. Nos primeiros anos o próprio alto curso do Ypiranguinha foi atingido por êsse caminho, só mais recentemente sendo utilizado, também, o curso do rio das Minas, do qual o Ypiranguinha é um dos formadores .Embora linearmente as distâncias não fossem muito grandes, os meios para cobri-las eram primitivos e morosos: canoa na água e, a pé inicialmente, em lombo de animal em seguida, por terra. Em conseqüência a economia da Colônia ressentiu-se de forma a não ser possível qualquer ulterior desenvolvimento. O pastor evangélico a que já nos referimos, e que durante alguns anos foi realmente o único elemento de ligação entre a Colônia e o exterior, deixou-nos um

---

(256) SOMMER, Friedrich — Obra citada, Volume III, pág. 673.

expressivo quadro da situação criada pelas condições citadas. "As dificuldades de transporte são muito grandes, porque a Colônia está muito afastada. Um exemplo pode informar-nos. Um colono colheu 20 sacos de arroz. Êle tem que carregá-lo em suas costas até a canoa. Já que o caminho até lá leva duas horas, só pode levar diàriamente dois sacos de arroz, para o que necessita oito horas. Êle necessita assim de 10 dias para levar o arroz até a canoa. A canoa transporta o arroz até Cananéia. Pelo frete tem que pagar pelo menos 1$000. Em Cananéia recebe por saco 6$000 a 8$000. No caso mais desfavorável — e sempre se dá isso — porque necessitam vender seus produtos — recebe um lucro líquido pelo trabalho de meio ano. de 80$000 a 100$000... Com isso, entretanto, uma família não se pode vestir e comprar os alimentos absolutamente necessários. Muitos me disseram que não tem nem o suficiente para comprar sal" (257).

E' evidente que situações como a descrita acima não poderiam se modificar sem a criação de melhores vias de acesso. Algum tempo depois foi aberto um caminho por terra acompanhando o vale do Taquarí, com cêrca de 14 km (258), desde a fóz até a Colônia, da mesma forma como, dentro da Colônia, multiplicaram-se as picadas, a guiza de caminhos vicinais a serviço da comunidade. Entretanto, apesar da utilização do têrmo "Autostrasse" pela Emprêsa (259), a estrada do Taquari não passava de um carreiro, enquanto que o próprio "caminho que atravessa a Colônia, em tempo de chuva, em certos trechos não é transitável" (260). A situação dos colonos com lotes nas partes mais distantes, correspondentes a zonas de cabeceiras, não só era pior pela distância em si, como pelo fato de serem obrigados a enfrentar terrenos bem mais acidentados, em áreas de altitudes mais elevadas.

---

(257) REICHHART, Pastor — Relatório manuscrito citado.
(258) ESCRITÓRIO DA COLÔNIA SANTA MARIA — **Resposta retificando afirmação do Pastor Reichhart,** in "Deutsche Zeitung", São Paulo, 31-X-1931.
(259) Idem.
(260) "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos", n.º 4, 5.º Ano, novembro de 1931.

Uma via de acesso à Colônia foi tentada várias outras vêzes, quatro ou cinco, inclusive uma que repetia a do Taquarí, agora aproveitando o vale do rio das Minas, sempre com o inconveniente, todavia, de ter que ser completada via mar. A última tentativa, efetuada pelo D.E.R., data de 4 anos. A estrada deveria partir do minúsculo povoado de Itapitanguí, ao norte de Cananéia, já no continente, seguir direção grosseiramente sudoeste para atingir o rio das Minas e daí a Colônia. Foi aberto um primeiro trecho até aproximadamente o pôrto das Minas. Entretanto, apesar dos razoáveis cortes, aterros e obras de arte feitos no trecho completado, ela não foi avante e, inclusive, de um ano para cá (1958) foi completamente abandonado o trecho já construído. Tivemos oportunidade de percorrer a referida estrada, em pessimo estado, e fomos obrigados a parar no km. 10 em virtude de uma ponte ter sido arruinada pelas águas das cheias de um ribeirão.

A verdade é que uma via de acesso satisfatória, pela qual tanto espepraram os primeiros colonos, não foi criada até os nossos dias. A produção que eventualmente pode ser oferecida ao comércio ainda se ressente de dificuldades de transporte não muito diferentes daquelas dos primeiros anos da Colônia. Para viajar-se de Cananéia e Santa Maria, ou vice-versa, há necessidade pràticamente de um dia, partindo-se pela manhã e chegando-se ao anoitecer, isso se o tempo estiver bom e não criar dificuldades, especialmente no trecho do mar. Não estamos longe, portanto, das "10 a 15 horas, conforme o tempo", a que se referia o pastor evangélico de Santos, em 1931 (261).

Em face dos problemas referidos, fundamentais para o desenvolvimento de qualquer iniciativa de colonização de áreas novas, os colonos não demoraram a concluir não valer a pena plantar mais do que necessitassem para o próprio consumo. Daí a economia da Colônia, já no início da década de 1930, estar pràticamente caracterizada por ser quasi fechada, visando auto-suficiência. Torna-se evidente, entretanto, que não era possível produzir tudo quanto necessitassem, pois as con-

(261) "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos", n.º 4, 5.º Ano, novembro de 1931.

dições locais não podiam favorecer o surgimento de atividades industriais, de artesanato, até mesmo de indústrias domésticas, que completassem as necessidades satisfeitas pelo cultivo do solo.

As principais decorrências não se fizeram esperar. A agricultura tornou-se ràpidamente uma atividade baseada no sistema de roça, esboçando-se um itinerantismo dentro da propriedade, favorecido pela pequena área cultivada. Arroz, milho, um pouco de feijão, alguma cana e pés de fumo teriam sido a base do sistema .A criação adequou-se a êle, com algumas cabeças de animais de pequeno porte, porcos e galinhas. Em 1932 ainda não existiam em tôda a Colônia nem gado leiteiro, nem mesmo animais de tração (22).

O padrão de vida dos colonos, nos primeiros anos, foi necessariamente muito baixo, e muitíssimas foram as privações que sofreram. Pràticamente sofriam um processo de acomodação às condições em que tiveram que viver, mimetizando-se a elas e assemelhando-se sempre mais ao tipo de vida dos isolados "capuavas", caboclos moradores das áreas mais afastadas dos eixos de comunicação da Baixada do Ribeira.

O isolamento em que viveram os colonos teve repercussões de outra natureza. Embora tivesse sido criada uma escola na chamada sede da Colônia, junto ao rio Branco do Taquarí, ela não pôde satisfazer a todos os moradores, dadas as distâncias a percorrer dentro dos limites da própria Colônia, e dado o estado dos caminhos. A assistência espiritual, a gente que sentia dela necessidade, só foi possível graças às visitas que o pastor evangélico de Santos fez durante alguns anos. Mesmo assim a intervalos muito longos, e sem regularidade. A presença de colonos católicos, dado que os existiam — em 1930 só os alemães eram 60 (263) — não justificou qualquer tipo de assistência regular. A comunidade que normalmente teria que se formar pràticamente não chegou sequer a se esboçar.

---

(262) REICHHART, Pastor — Relatório manuscrito citado.
(263) "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeide zu Santos", n.º 2, Ano 4.º, agôstode 1930.

Em face do conjunto de elementos lembrados, compreende-se que não todos os colonos teimassem em permanecer na área. A partir de 1930 algumas famílias retiraram-se avolumando-se seu número nos anos seguintes. As primeiras famílias a se retirarem foram principalmente as alemãs, seguidas pelas austríacas. Em certos casos, famílias deixavam-se ficar na Colônia por não ter elementos para sair, ou por um justificado apêgo ao lote colonial que constituia seu único patrimônio. Segundo manuscrito quase certamente datado de outubro de 1932, naquela ocasião o número de famílias ainda residindo na Colônia baixara para apenas 38 (264). Por outro lado, dado que a atividade agrícola por sí só não poderia satisfazer nem mesmo as necessidades básicas, tornou-se comum, para muitas famílias, a dona de casa ou as filhas, às vêzes mãe e filhas, deixarem a Colônia por uns meses em cada ano par se empregarem em Cananéia, ou por mais tempo, para obter emprêgo em indústrias, ou como domésticas, em Santos e até mesmo em S. Paulo (265).

E' evidente que dessa forma a família deveria se ressentir da falta de um ou mais braços, para uma lavoura já precária, mas também, deveria se ressentir como unidade de vida familiar (266). Em certos casos, quando o número de homens era maior, vários irmãos, por exemplo, então um ou mais dêles também buscavam Cananéia para, com outras atividades, complementar as mantidas na Colônia. Ainda hoje, entre as poucas famílias que nela permanecem, a maioria mantém atividades outras em Cananéia.

As conseqüências da revolução paulista de 1932 contribuiram, por sua vez, para que se definisse na Colônia um estado de decadência, apesar de algumas novas modificações sobrevindas. Em 1933 foram iniciados os trabalhos da estrada para o pôrto do Taquarí (267), enquanto que à área da bacia desse

(264) REICHHART, Pastor — Relatório manuscrito citado.
(265) "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos", n.º 4, ano 5.º, novembro de 1931 e REICHHART, Pastor, Relatório manuscrito citado.
(266) REICHHART, Pastor — Relatório manuscrito citado.
(267) "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos", n.º 12, Ano 6.º, junho de 1933.

rio acrescentouse a do Ypiranguinha, com a Fazenda Assento do Salto do Ypiranguinha (268); por outro lado, a responsabilidade do empreendimento passou para a emprêsa "São Paulo Development Company", de Londres, entidade fundada por um antigo conselheiro da embaixada inglêsa no Rio de Janeiro (269) e que já possuia terras contratadas para colonização ao sul do rio Taquarí e seu afluênte Engenho contíguas às da Colônia Santa Maria. O próprio preço das terras subiu, duplicando desde a fundação da Colônia. A partir de 1933 o lote de 10 alqueires passou a custar 4:000$000, o pagamento sendo efetuado com 1:000$000 a vista e os restantes 3:000$000 em três prestações anuais a começar depois do segundo ano de permanência e trabalho na terra (270).

A elevação dos preços das terras poderia nos fazer pensar em uma retomada do desenvolvimento da Colônia. Ela foi, entretanto, principalmente conseqüência da valorização decorrente da presença de benfeitorias com a fixação de algumas dezenas de colonos em área anteriormente pràticamente despovoada. O processo de decadência continuou em seguida. A serraria não pôde subsistir, sempre por deficiência de comunicações, o mesmo acontecendo com pequeno engenho para aguardente.

Em 1937, segundo o pastor evangélico de Santos, cujas informações foram tão preciósas, seus habitantes haviam melhorado um pouco, pois possuiam cavalos para carga e várias vacas, podendo obter leite, manteiga e queijo (271) e, em 1939, quando do início da segunda Grande Guerra, nos três núcleos mais ou menos definidos de "Santa Maria", no rio Branco do Taquarí, do "Novo Núcleo", no rio Pequeno, e do "Ypiranguinha", no vale do mesmo nome, viviam ainda cêrca de 30

---

(268) **Kolonie Santa Maria, artigos** in "Deutsche Zeitung", 1926 a 1933.

(269) ESCRITÓRIO DA COLÔNIA SANTA MARIA — **Resposta retificando afirmação do Pastor Reichhart**", in "Deutsche Zeitung, 31 outubro de 1931.

(270) Folheto de propaganda da Colônia Santa Maria, 1933; **Kolonie Santa Maria,** in "Deutsche Zeitung", 2 de dezembro de 1933.

(271) "Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos", n.º 3-4, Ano 11.º, setembro-outubro 1937.

famílias de antigos colonos. Em 1942, quando o Brasil decidiu participar da conflagração contra o Eixo, a maioria dessas famílias, consideradas súditas de país inimigo, teve que se retirar, dado que a área em questão, litorânea, foi considerada de valor estratégico. Ficaram apenas aquelas que, embora de língua alemã, tinham outra nacionalidade. Desde então não houve mais nenhuma tentativa séria de retomar o desenvolvimento da Colônia.

Segundo pudemos observar, atualmente só vivem na Colônia cinco famílias de antigos colonos. Mesmo estas, puderam permanecer porque aliaram, ao aproveitamento de um ou mais lotes, outras atividades, geralmente comerciais, em Cananéia. Nos últimos três lustros, entretanto, a área sofreu uma penetração por parte de famílias caboclas, hoje totalizando talvez 150 ou pouco menos. Estas, cuja condição de moradores parece não ser sempre acompanhada pela de proprietários das terras, nivelaram o aproveitamento do espaço agrícola da área às condições tradicionalmente dominantes nas partes mais afastadas da região do Ribeira: sistema de economia fechada, caracterizado pelo baixo padrão de vida dos habitantes.

Por volta de 1955-56 algumas famílias japonêsas estabeleceram-se no vale do Assunguí, outro formador do rio das Minas, com mais uma tentativa de esboçar a formação de uma nova colônia. Esta tentativa também foi infrutífera, pois que os novos colonos esbarraram pràticamente com as mesmas dificuldades de há 35 anos, a falta de acesso a mercados. Hoje aí permanecem apenas duas famílias, que talvez também venham a desertar.

O que resta da tentativa de colonização é bem pouco. Algumas famílias que em grande parte perderam seus traços culturais de origem, parcialmente acabocladas que se encontram; caboclos que de qualquer forma teriam terminado por ocupar a área, dentro de sua mobilidade em busca de zonas livres para suas roças; alguns caminhos, vários abandonados, algumas instalações e culturas dos que ainda alí vivem. O homem mal arranhou a superfície da área que nos interessa. Sua atividade não foi suficiente para neutralizar o domínio do exu-

berante revestimento vegetal representado pela floresta tropical úmida. A mata está conservada em sua maior parte e a população de Cananéia e arredores refere-se a Santa Maria como "sertão", ainda pouco conhecido e inóspito. Pràticamente trata-se ainda de um espaço a organizar.

Significativo é o fato, todavia, de que muitos dos colonos que abandonaram Santa Maria não venderam seu lotes. Alguns porque não encontraram, em época difícil como a em que sairam, quem os comprasse; outros porque ainda esperavam voltar, quando melhorassem as condições relativas a transportes. As terras sempre constituem um patrimônio, e alguns colonos antigos, agora residentes em Piedade ou São Paulo, têm pago regularmente as taxas devidas para manter sua posse. As terras da Colônia são consideradas férteis, embora sem os exagêros divulgados pela emprêsa de colonização, e seus proprietários conservam a esperança de que elas acabarão por retribuir o sacrifício que fizeram. Tal esperança, entretanto, parece que deve se desvanecer frente a estradas abandonadas ou a um dia de viagem de Cananéia a Santa Maria.

Talvez a antiga área de colonização possa vir a conhecer maior desenvolvimento, ainda em bases de especulação, porém com a aplicação de sólidos e racionais princípios capitalistas, desde que por ela venham a se interessar particulares ou emprêsas com capitais suficientes, agora que o acesso ao vale do Ribeira se torna mais fácil com a abertura da estrada federal entre São Paulo e Curitiba.

As Colônias Japonêsas

A colonização por parte de elementos japonêses ,de algumas áreas da Baixada, constitui, no seu conjunto, uma iniciativa cujos resultados, se não sempre satisfatórios, foram, entretanto, indiscutìvelmente superiores aos de Pariquéra-Açú, e, princpalmente, aos de Cananéia e Santa Maria. Relativamente a estas, as colônias com elementos japonêses podem ser consideradas como exemplos mais positivos.

A presença japonêsa na Baixada do Ribeira é relativamente recente, pois que estamos prestes a completar cinquenta

anos, desde a chegada dos primeiros colonos na região. Por outro lado, prende-se aos próprios primórdios da imigração japonêsa no Brasil. Realmente, os primeiros imigrantes japonêses desembarcaram no pôrto de Santos no ano de 1908, como decorrência da assinautra de um contrato entre o govêrno paulista e a "Companhia Imperial Japonesa de Imigração", pelo qual esta se obrigava a introduzir 3.000 imigrantes ,sendo as despesas de passagem pagas pelo Estado (272). Poucos anos depois em 1912, um novo contrato foi assinado, desta vez já interessando a Baixada do Ribeira. A Companhia japonêsa recebeu, por êsse contrato, as seguintes vantagens: 1. Concessão de 50.000 hectares de terras devolutas na zona do Ribeira, a fim de criar uma área de colonização com elementos japonêses; 2.isenção de impostos durante cinco anos; 3. recebimento da quantia de 10 contos de réis por grupo de 50 famílias instaladas na área de colonização ,desde que aí residissem há um ano, tivessem pago a primeira prestação do lote, cultivadas as primeiras parcelas de solo e erguido a casa. Em compensação a Companhia japonêsa deveria, no prazo de 4 anos, introduzir 2.000 famílias e localizá-las nas terras da Colônia que deveriam ser divididas em lotes com 25 hectares cada um (273).

No ano seguinte, 1913, as concessões passaram para a "Brasil Takuschoko Kaisha" que em 1914 recebeu em doação pela Câmara de Iguape as terras situadas em tôrno do modestíssimo povoado de Jiporuva (274). Finalmente, como sucessora da companhia acima, surgiu a "Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha", que passou a operar no Brasil, autorizada por decreto, em 1918.

Dí em diante ,tôda a colonização japonêsa na Baixada foi de responsabilidade da referida companhia. Cremos ser interessante, ràpidamente, dar uma idéia do que era o organismo que passava a orentar a colonização japonêsa na Baixada. Con-

---

(272) MELLO, Astrogildo Rodrigues de — **Imigração e Colonização**, in "Geografia", Ano I, n.º 4, São Paulo, 1935, pág. 30.

(273) MELLO, Astrogildo Rodrigues de — Obra citada, pág. 31; RODRIGUES FILHO Agostinho — Bandeirantes do Oriente, Drama íntimo dos japonêses no Brasil, São Paulo, 1949, pág. 34.

(274) RODRIGUES FILHO, Agostinho — Obra citada, pág. 34; AZEVEDO, Salvio de Almeida — Obra citada, pág. 129.

forme as palavras de Rodrigues Filho, cujo livro é indisfarçàvelmente laudativo da obra dos imigrantes japonêses no Brasil, a KKKK, com passou a ser conhecida, ou Companhia de Desenvolvimento Industrial, era filial no Brasil da Companhia Imperial de Imigração, com séde em Tóquio, e representava um capital de 9 milhões de yens. A Companhia da qual era filial "abrangia um amplo programa, em suas atividades várias e complexas incluiam-se a imigração, ação em além mar, fornecimento de capitais, organização e administração de colônias, compra e venda de bens imóveis, agricultura, pecuária, pesca, mineração, comissão mercantil e beneficiamento, armazéns gerais, trabalhos de arquitetura, engenharia civil e obras; indústrias ligadas à agricultura, publicação de jornais, organização de companhias e ação bancária transporte marítimo e terrestre, e demais assuntos ligados à imigração e colonização japonêsa" (275). Percebe-se que a representava uma organização poderosa e que, de certa forma, não pode ser dissociada da face da expansão econômica e política em que se encontrava o Japão na época. O que nos interessa mais de perto, entretanto, é que a presença da KKKK fez das colônias japonêsas da Baixada um fato inteiramente diferente das demais colônias que aí foram criadas. As japonêsas surgiram e se desenvolveram sob a égide de uma organização muito forte, e cremos que a isso se deve, em grande parte, o seu maior desenvolvimento.

As áreas onde se verificou o trabalho da Kaigai eram muito extensas, abrangendo três porções: a maior, de 50.000 hectares, cujo processo definitivo de entrega por parte do govêrno paulista sòmente se encerrou em 1931. estendia-se em tôrno do modesto núcleo de Registro, na margem direita do Ribeira; a segunda, com superfície bastante grande, pois que media 24.994 hectares, foi adquirida pela Kaigai e dispunha-se ao norte do antigo bairo das Sete Barras, na margem esquerda do Ribeira; a terceira e menor das três, finalmente ,cedida pela Câmara Municipal de Iguape, compreendia 859 hectares, sòmente, e situava-se também junto à margem esquerda do Ribeira, pouco a

(275) RODRIGUES FILHO, Agostinho — Obra citada, pág. 32.

noroeste de Iguape, em tôrno do povoado de Jiporuva. Tratava-se, portanto, de um total de 75.853 hectares, ou seja, mais de 30.000 alqueires, uma superfície realmente considerável, principalmente se comparada com as superfícies das colônias já existentes, como a de Pariquéra-Açú. Tomando-se como base um loteamento em tôrno de 25 hectares, aí poderiam ser criadas cêrca de 3.000 propriedades.

A distribuição geográfica das três glebas era, sem dúvida, muito mais favorável que as terras de Pariquéra-Açú ou as da Colônia Santa Maria, que iria ser criada mais tarde. Distribuiam-se, se bem que separadas entre sí, por uma faixa que tinha no rio Ribeira seu eixo longitudinal. Podiam desde logo contar, como é natural, com a via fluvial para as suas necessidades de circulação. Por outro lado, a não ser nos casos das terras do Ribeira litorânea, em tôrno de Jiporuva, situavam-se em áreas de baixas colinas, geralmente à margem das zonas pròpriamente de várzeas, e portanto, em grande parte ao abrigo das inundações.

Às três áreas correspondeu a criação de três colônias: a de Registro, sem dúvida a mais importante, a de Sete Barras e a de Katzura, em tôrno de Jiporuva, esta a mais antiga, pois que foi a primeira efetivamente organizada, embora suas terras tenham sido doadas posteriormente às de Registro.

O loteamento das terras em questão se fez na base de propriedades com 10 alqueires (24,2 hectares), embora às vêzes com superfícies ligeiramente maiores ou menores. Predominou a clássica divisão em lotes alongados, retângulares, com aproximadamente 200 m. de testada por 1.000 m. para os fundos. Sempre que possível a orientação para a divisão foi tomada em função dos cursos d'água, para os quais dispunham-se as testadas. De outro modo, procurou-se dotar todos os lotes de águas correntes superficiais. E' preciso, todavia, lembrar que não foram poucos os casos de aquisição de dois ou mais lotes contíguos ,de modo que o parcelamento sugerido pelo loteamento na verdade foi mais atenuado. E' preciso ter em mente êsse fato, assim como agrupamento de propriedades que se

fizeram posteriormente ,para compreender qual a participação das áreas de colonização japonêsa no regime de propriedades.

A Kaigai orientou a colonização de forma a mais completa possível. Além de responsável pelo loteamento das terras, introduziu as famílias de agricultores e promoveu a distribuição dos lotes por venda. Prestou assistência contínua aos colonos nos primeiros anos de sua estada na região, preocupando-se para que encontrassem condições de trabalho satisfatórias no novo ambiente e, também, para que a eventual produção das colônias pudesse encontrar escoamento e mercados. Para êsse fim foram instalados campos de experiências agrícolas, a exemplo do de Registro e do Jiporuva, êste especialmente com o fito de orientar a risicultura. Os agrônomos constituiram, introduzidos pela Kaigai, desde logo elementos importantíssimos nas três colônias. O núcleo colonial de Jiporuva, por exemplo, era dirigido por um agrônomo. A Kaigai preocupou-se com a assistência médico-sanitária para os colonos, introduzindo médicos que passaram a residir nos núcleos, assim como com a assistência escolar, para o que logo multiplicaram-se as escolas, naturalmente japonêsas. A primeira escola já tinha seu prédio em construção no primeiro ano de funcionamento da colônia de Jiporuva, em 1914 (276).

A par das medidas acima, a Kaigai organizou, e a ela voltaremos outras vêzes, uma densa rêde de caminhos vicinais, especialmente nas colônias de Registro e Sete Barras, de modo a que tôdas as propriedades pudessem sem dificuldades maiores ,atingir o Ribeira em um dos embarcadouros de Registro, Sete Barras ou Jiporuva. Dessa forma permitia-se não só que a produção dos colonos pudesse chegar até a via fluvial navegável mas, também, que se tornasse possível e relativamente fácil a vida de relações entre êles, combatendo-se o isolamento que, conforme sabemos, foi um dos maiores problemas das colônias alemãs, italianas ou eslavas da parte meridional do país.

---

(276) AZEVEDO, Salvio de Almeida — Obra citada, pág. 129.

Para o escoamento da produção da colônias contaram desde o início, conforme dissemos, com a via fluvial, eixo que levava ao pôrto de Iguape. Ela não era inteiramente satisfatória, embora muito utilizada, e conseqüentemente houve a preocupação de encontrar uma forma de satisfazer o escoamento da produção também por via terrestre. Visando êsse objetivo abriram uma estrada ligando o pôrto de Registro a Juquiá, para atingir a estação terminal da ferrovia Santos-Juquiá. Dêsse modo, evitava-se a necessidade de navegar Ribeira acima e subir o Juquiá, que não era muito fácil e só se podia nos intervalos entre as vazantes, atingindo-se ràpidamente a ferrovia para Santos. Não satisfeitos, pois, quer por Iguape, quer por Juquiá, as colônias só indirètamente podiam, por Santos, se comunicarem com o planalto, decidiu-se completar o sistema viário com uma estrada que permitisse essa relação diretamente. Daí a solicitação ao govêrno paulista para que fosse criada uma estrada de rodagem desde Cotia a Juquiá, para o que ofereceu-se, como contribuição, a quantia de 500 contos de réis, realmente vultosa para a época (277). A referida estrada, já em adiantado estado em meados da década de 1930, é a que atualmente atinge Juquiá passando por Ibiúna, Piedade e Tapiraí. Dêsse modo as colônias puderam dispôr de via fluvial, rodoviária e ferroviária para os mercados consumidores.

Apesar do Ribeira continuar a ser utilizado, o comércio do pôrto de Registro tendo passado de 395 contos em 1920 para 2.196 contos em 1931 (278), pouco a pouco os colônos japonêses voltaram-se, de preferência ,para Juquiá. Tanto isso é verdade que a expansão do elemento japonês, independentemente dos problemas suscitados com a guerra de 1939-45, verificou-se de preferência ao longo da linha Santos-Juquiá, secundàriamente pela estrada de rodagem, ao longo da qual ,com Tapiraí, Piedade e Ibiúna, soldaram-se com as áreas de elevada concentração japonêsa de Cotia. Em direção à orla litorânea a expansão das colônias foi descurável e esporádica. O próprio

(277) MELLO, Astrogildo Rodrigues de — Obra citada, pág. 48.
(278) CRISSIUMA, Eddy de F. — **Concentração japonêsa em São Paulo**, in "Geografia", Ano I, n.º 1, São Paulo, pág. 113.

núcleo de Jiporuva, pràticamente junto ao litoral, foi o de menor desenvolvimento. Sob certos aspectos as colônias preferiram, com o tempo, dar as costas ao mar, voltando-se para o planalto, não só porque aí existiam possibilidades mais interessantes de expansão, como também porque com São Paulo aí se encontrava o mais importante e mais estável dos mercados.

As colônias japonêsas tiveram, portanto, não apenas uma organização melhor que a das demais colônias da Baixada, sendo criadas em função de um verdadeiro planejamento, como também, e reputamos êste fato fundamental, sofreram muito menos com o problema do isolamento em face dos mercados.

Iniciado com certa lentidão, o afluxo de colonos para as áreas da Kaigai intensificou-se particularmente em seguida à primeira guerra mundial (1914-1918). Em 1914 a Colônia de Katzura, a primeira a receber colonos, e a primeira a ser criada no Estado de São Paulo, já contava, ainda em meados do ano, com 115 pessoas (279). Em 1917, em tôda a área ,os japonêses eram apenas 269 (280), mas ao se iniciar a década de 1920 aí se haviam concentrado 481 famílias (281), cujo efetivo numérico, entretanto, não podemos aquilatar. Em 1928 o total de indivíduos ,nas três colônias, era de 3.561 (282), e três anos depois já ascendia a 4.378 pessoas (283). Percebe-se que o modesto afluxo, interrompido em conseqüência da guerra e mque também o Japão esteve envolvido, foi retomado no após-guerra com intensidade relativamente grande ,conforme as cifras revelam. Entretanto, tal afluxo não se cristalizou sempre em definitiva fixação do colono. Não são poucos os que se interessaram pela região e que chamaram a atenção para a elevada mobilidade da população japonêsa ou oriunda japonêsa (284).

---

(279) AZEVEDO, Salvio de Almeida — Obra citada, pág. 129.
(280) CRISSIUMA, Eddy de F. — Obra citada, pág. 113.
(281) AZEVEDO, Salvio de Almeida — Obra citada, pág. 133.
(282) RODRIGUES FILHO, Agostinho — Obra citada, pág. 35.
(283) CRISSIUMA, Eddy de F. — Obra citada, pág. 113.
(284) BALDUS, Herbert (e) WILLEMS, Emílio — **Casas e Túmulos de japonêses no vale da Ribeira do Iguape,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano VII, Vol. LXXVII, São Paulo, junho-julho 1941, pág. 122; ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada.

Willens e Baldus chamaram a atenção, por exemplo, para o fato de que enquanto em 1931 a Colônia de Sete Barras contava com 213 famílias, por volta de 1940 não agrupava mais de 90 (285). A chegada de novas famílias freqüentemente não bastava, na década de 1930, para aumentar o contingente de colonos, dadas as constantes saidas, especialmente em direção ao planalto.

Durante o período correspondente aos anos da última guerra mundial (1939-1945) o afluxo de novas famílias, como seria de esperar em conseqüência da interrupção da circulação marítima, cessou por completo. Por outro lado, nos últimos anos, dado o estado de beligerância que se criou entre o Brasil e os países do então Eixo, inclusive Japão, as áreas de concentração dos súditos do país inimigo sofreram uma vigilância especial por parte dos podêres públicos. As colônias da Baxada, pela posição geográfica em que se encontravam, justificaram uma intervenção mais enérgica por parte dos referidos podêres, de modo que, entre outras decorrências, tivemos a saída, mais ou menos forçada, de elevado número de famílias de japonêses para o planalto. Embora se tenham verificado alguns retôrnos, com a normalização da situação, o contingente de colonos japonêses ficou bastante reduzido. Por outro lado, em 1937 foi rescindido o contrato com a Kaigai, enquanto que, em 1945, a área com maiores efetivos de japonêses e descendentes, abrangendo as colônias de Registro e Sete Barras, foi englobada no novo município de Registro. A interrupção das atividades da Kaigai, aliada a uma efetiva presença de uma organização administrativa municipal, orientada por elementos brasileiros. modificaram substncialmente os quadros anterores, daí por diante cessando pràticamente o afluxo de novos colonos japonêses. A retomada recente da imigração japonêsa no Brasil raramente interessou à região a não ser por poucas famílias de agricultores e, principalmente, por alguns elementos que se dedicam a atividades urbanas.

---

(285) BALDUS, Herbert (e) WILLEMS, Emílio — Obra citada, pág. 122.

A evolução conseqüente à última guerra mundial vê-se sugestivamente espelhada pelos resultados do recenseamento de 1950. Nêsse ano, em tôda a área considerada no presente trabalho, foram recenseados, sob a rubrica de "amarelos", portanto pràticamente abrangendo todos os japonêses e descendentes ai existentes, 4.254 indivíduos .Repetimos que tais números são muito sugestivos, pois que inferiores ao total relativo a 1931, quando ainda uma considerável parte dos colonos era de naturalidade japonêsa. Apesar do crescimento vegetativo, portanto, o efetivo étnico japonês diminuiu, naturalmente devido à emigração para outras partes e, até mesmo, retôrno para o Japão. O contingente maior continuou sendo o de Registro (3.234 pessoas), abrangendo as antigas colônias de Registro e Sete Barras. No município de Iguape, onde se situam as terras da ex-Colônia de Katzura, os amarelos somavam, em 1950, apenas 229 pessoas. Maior importância tinha o município de Juquiá com 690 amarelos, uma das áreas em direção às quais, como já dissemos, verificou-se a expansão do grupo étnico.

A ocupação do solo se fez, pelo colono, na maioria dos casos com o cultivo dos produtos já conhecidos na região, em certos casos já de importância relativamente grande. O colono japonês encontrou no arroz uma planta a cujo cultivo já estava afeito, mas cultivou igualmente, embora normalmente apenas para subsistência, o milho, a mandioca, o feijão. Como culturas comerciais desenvolveu inicialmente a do arroz e café; em seguida especialmente a do chá e, mais recentemente, particularmente por obra de "niseis", a da banana. A única cultura nova introduzida pelo colono e que passou a dominar os quadros econômicos especialmente de Registro, foi a do chá. A amoreira, para a criação do bicho da seda, teve uma fase de desenvolvimento muito curto e sem maiores conseqüências.

Apesar da orientação de agrônomos e da presença dos campos de experiências, a esmagadora maioria dos colonos aplicou, para a organização do espaço agrícola, os mesmos sistemas vigorantes na região e, para sua utilização, as mesmas

técnicas, embora, no conjunto, fossem ligeiramente melhoradas. Como o caboclo, entretanto, praticou derrubadas e queimadas, utilizou a enxada como utensílio básico de trabalho, deixou de aplicar adubação em qualquer cultura, inclusive nas de maior valôr e baseou os sistemas de cultura em um quase itinerantismo. As melhorias que se percebem nas áreas de colonização japonêsa, principalmente com o evitar queimadas depois da primeira safra, com uma preocupação maior com a "limpa "das lavouras, ou com um ainda modesto emprêgo de meios mecânicos, não eliminam o fato de que, na Baixada do Ribeira o colono japonês acomodou-se aos quadros pré-existentes, recebendo, portanto, muitíssimo do cabloco e não modificando sensìvelmente seus métodos e processos. De um modo geral, o fato econômico mais significativo resultante dessa colonização foi o desenvolvimento das lavouras de chá, hoje uma das mais importantes de tôda a Baixada e um de seus produtos de exportação. De certa forma as referidas lavouras explicam porque a Colônia de Registro teve um desenvolvimento bem mais apreciável que as de Sete Barras e Jiporuva. Registro foi favorecida, por outro lado, por mais favoráveis condições de circulação ,além de receber uma atenção maior como decorrência da Kaigai aí ter instalado suas principais atividades. São as mesmas condições que fizeram do antigo povoado de Registro a verdadeira "capital" das colônias joponêsas da Baixada. Sete Barras teve como principal impecilho ao seu maior desenvolvimento dificuldades relativas à circulação, dado que permaneceu em isolamento maior que Registro. Jiporuva, a menor entre as três, não sobressaiu dado que os colonos apenas vieram aumentar os quadros regionàis dos "ribeirinhos" cultivadores de arroz, com pequenas diferenças, dentro dos mesmos sistemas e técnicas rotineiramente primitivos.

A presença do colono japonês na Baixada, entretanto, deixou marcas mais profundas que as dos outros núcleos coloniais. Paisagìsticamente as áreas de colonização japonêsas, especialmente a de Registro, ràpidamente se distinguiram do restante da Baixada, dados os elementos culturais nelas introduzidos pelos colonos. Tornaram-se áreas com densidades po-

pulacionais mais elevadas que o conjunto, caracterizando-se por um índice de humanização até então pràticamente desconhecido em tôda a região, a não ser, talvez, em tôrno de Pariquéra-Açú. A densidade da rêde viária, o movimento do embarcadouro de Registro, a multiplicação das culturas, especialmente as áreas relativamente extensas onde a mata foi substituida pelas lavouras de chá, são elementos desusados nas paisagens regionais.

Tais fatos seriam suficientes para diferenciar a colonização japonêsa na região, das demais iniciativas que aí tivemos. O mais importante elemento de diferenciação, entretanto, segundo julgamos, foi, como com propriedade se o considerou, o da orientalização especialmente de Registro e secundàriamente de Sete Barras .O fato, em suas linhas mais gerais e esquemáticas não é difícil de situar. Tratava-se da presença de mais de 4.000 pessoas oriundas do Japão, concentradas especialmente na Colônia de Registro, dentro de uma região escassamente povoada. A contiguidade das terras ocupadas por colonos japonêses, raramente nacionais, a presença de um organismo orientador poderoso como era a Kaigai, forçosamente deveriam contribuir para a permanência da bagagem cultural de origem, particularmente por se tratar de um grupo culturalmente tão diferente do povoador pré-existente.

As próprias condições em que se verificaram aos contactos entre os elementos japonêses e os nacionais contribuiram para essa permanência .O elemento nacional, desde os primeiros tempos de colonização foi utilizado como assalariado pelo colono japonês. Salvio de Almeida nos dá notícia da existência de 253 nacionais assalariados a serviço dos colonos no início da década de 1920, número êsse que já era de 300 em 1926, nêsse ano sendo de apenas 20 o total dos assalariados japonêses (286).

Quem percorre, nos nossos dias, as antigas áreas de colonização japonêsa, especialmente as zonas do chá, verifica que enquanto todos, ou quase todos os proprietários são japonêses ou descendentes, os assalariados são sistemàticamente nacio-

---

(286) AZEVEDO, Salvio de Almeida — Obra citada, págs. 133 e 135.

nais. Êsse fato, que naturalmente colocava o elemento nacional em posição socialmente inferior ao japonês, acrescido pela circunstância de ser o nacional da região tècnicanmente inferior ,evidentemente contribuiu para que o japonês resistisse bastante ao abandono de seus traços culturais e à aceitação de novos. A adoção, na nova terra, por parte dos nipônicos, de um sistema de organização social do tipo dos "muras" da terra de origem, com o objetivo fundamental de manter a coesão social (287), foi, por outro lado, um dos mais importantes fatôres de permanência cultural.

Geogràficamente tais fatos tiveram maior importância nas paisagens, especialmente na presença da casa (288), mas também na formação de um grupo ètnicamente diferenciado do conjunto da população da Baixada, com bagagem social e material peculiar, em síntese constituindo um fato novo, com repercussões apreciáveis nos quadros geográficos da região em aprêço.

As conseqüências do estado de guerra entre Brasil e Japão, com o confisco de bens, o fechamento de associações nipônicas, a proibição da circulação de publicações em língua japonêsa, a remoção de grupos inteiros assim como o fechamento das escolas japonêsas, limitando o ensino da língua ao recesso de uma parte dos lares, constituiram-se, no conjunto, em medidas repentinas, embora segundo nosso modo de vêr, nem sempre equilibradas, que contribuiram para solapar a homogêneidade do grupo.

De então para cá verifica-se que há um processo de aculturação, segundo nos parece bastante lento, mas cujo andamento só uma série de estudos específicos poderia perceber. Não estamos muito de acôrdo com Unzer de Almeida, segundo o qual, "dadas as condições de vida nucleada, em áreas de fraca densidade demográfica, habitadas por nacionais, em sua maioria de ínfimo padrão de vida e baixo "status" social — caiçaras

---

(287) ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada, pág. 79 e seguintes.

(288) Leia-se BALDUS, Herbert (e) WILLIMS, Emílio — Obra citada.

e capuavas — e falta de comunicações com o planalto e a ausência de instituições nacionais atuantes, são apreciáveis os índices de aculturação dos japonêses em Registro" (289). Cremos que muitos casos, a desorganização decorrente das conseqüências das medidas oficiais tomadas no período da guerra, pode fazer crêr em processo mais rápido de aculturação. Em todo caso, êle se processa e, inevitàvelmente, repercute na vida da região e nas suas paisagens culturais.

A heterogeneidade da população que se vê pelas ruas de Registro, os lares onde são lidas publicações em língua japonêsa e ouvidas gravações da mesma origem, os cinemas que intercalam filmes japonêses aos de outras procedências, o cemitério que testemunha um sincretismo religioso em processo, os chazais da zona sul de Registro, assim como o descendente de japonês ,mais ou menos acaboclado, ou os letreiros bilingues, são fatos de um fenômeno complexo que marca uma parte da Ribeira e que só parcialmente interessa especìficamente ao geógrafo.

A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO

O Papel da Agricultura no Conjunto das Atvidades Regionais

Para o geógrafo que percorre as diferentes partes da Baixada do Ribeira e, mesmo, para quem não tenha formação especializada, não é difícil perceber que sua economia assenta bàsicamente nas atividades ligadas ao cultivo do solo. Pràticamente todos os aspectos da vida regional espelham o papel representado pela agricultura: a relativa pobreza da vida urbana, o caráter tìpicamente rural da maior parte dos aglomerados, as paisagens e até mesmo o tipo de movimento que caracteriza as estradas.

Naturalmente ,o caráter agrícola da área pode ser melhor percebido através das atividades de seus habitantes. Assim é que em 1950, de conformidade com o Censo então realizado,

(289) ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada, pág. 73.

REGIÃO DO RIBEIRA — População segundo a atividade — 1950 — 10 anos e mais (292)

Municípios	Totais		Agricultura pecuária e Silvicultura		Indústrias extrativas		Indústria de transformação		Comércio de Merc.		Transp. Comun. e Armazenagem		Atividades domésticas		Outras atividades		Cond. Inativas	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Cananéia	2099	1978	922	11	544	1	41	—	70	10	33	1	118	1782	90	22	276	151
Eldorado	3680	3689	2675	234	16	—	105	—	74	—	58	1	256	3133	95	47	401	274
Iguape	5550	5091	3178	405	756	38	205	26	151	9	193	5	377	4206	200	132	474	259
Jacupiranga	5403	5005	4007	487	85	1	199	—	144	5	107	1	273	4100	194	85	392	324
Juquiá	2492	2035	1298	48	382	—	70	6	68	—	147	2	231	1825	118	45	175	106
Registro	6893	6440	4687	280	121	2	198	12	154	10	126	2	650	5551	293	155	647	422
Região	26117	24238	16767	1465	1904	42	818	44	661	34	664	12	1905	20597	990	486	2365	1536
ESTADO	3.407.667	3.283.447	1.292.754	156.642	43.645	827	631.688	169.637	224.442	23.951	189.343	7.926	315.640	2.488.853	409.947	278.546	295.876	155.774

(292) Baseado em dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, Volume XXV, Tomo I, págs. 132-133.

36,2% da população da Baixada, com 10 ou mais anos de idade, dedicavam-se a atividades ligadas à agricultura, pecuária e silvicultura .Na mesma época, a percentagem relativa a todo o Estado, para as mesmas ativdades, foi de apenas 21,6. Acresce que em alguns casos, as diferenças entre Baixada e Estado são maiores; assim, por exemplo, no município de Eldorado 39,4% da população dedicava-se a atividades agrícolas, enquanto no município de Jacupiranga a percentagem subia a 43,1. Por outro lado, é preciso considerar que entre as demais atividades, muitas existem diretamente em função da agrícola, a exemplo dos transportes, comunicações e armazenagem, ou das indústrias de transformação, em sua maior parte indústrias rurais. Significativo é, a êsse respeito, quanto Unzer de Almeida verificou para Registro e que, mutatis mutandi, é válido para a maioria dos demais centros da Baixada: "Registro é um município tìpicamente rural. Sua população vive em função da agricultura. Os comerciantes da cidade, em sua maioria, são originários da lavoura. Aos grupos escolares situados no perímetro dito urbano, acorrem numerosos alunos que residem na zona rural e dividem o seu tempo entre o estudo e o trabalho da lavoura. Não há diferença essencial entre o modo de pensar, sentir e agir das populações arroladas como urbanas e rurais" (290). Lembra, mais adiante, que "os agricultores concorrem aproximadamente com 80% dos impostos pagos ao erário público "(291). Apenas em Iguape e em Cananéia a situação não se apresenta exatamente como a descrita acima para Registro.

O papel da atividade agrícola na Baiada pode ser melhor apreciado quando se compara a sua participação percentual no conjunto do Estado, com a da população. Enquanto a população da Baixada ,com 10 anos e mais, em 1950 compreendia apenas 0,75% daquela do Estado, a população com atividades agrícolas representava, no mesmo ano, 1,25% do total estadual.

De um modo geral, em conseqüência, percebe-se na região uma grande pobreza quanto às atividades especialmente ter-

(290) ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada, pág. 39.
(291) Idem, pág. 47.

ciárias, fato que revela uma certa simplicidade de organização econômica. Julgamos, de qualquer modo, desnecessário tecer mais considerações a respeito, preferindo remeter o interessado aos Quadros que vêm a seguir.

Compreende-se que, em face das considerações acima, ressaltemos, entre as atividades econômicas da região a relacionada como o cultivo do solo. Compreende-se também que, para tal finalidade ,destaquemos as principais plantas objeto de cultivo, o que será feito a seguir, dado que em tôrno delas é que se organizam os quadros agrários regionais.

As Principais Lavouras

Entre as culturas da Baixada do Ribeira sobressaem, pela área que ocupam e papel na paisagem, pela produção e valôr correspondente, algumas de caráter permanente, como a banana, o café e o chá e, a maioria, de caráter anual, a exemplo do arroz, cana, feijão ,mandioca, milho. Outras culturas, permanentes, são a da laranja e tangerina, do cacau e da seringueira. Anuais são o fumo e o abacaxí, a batata inglêsa e a batata dôce. Com importância muito reduzida aparecem numerosas outras.

Algumas das culturas citadas são tradicionais, marcando as paisagens agrícolas regionais desde os primeiros tempos da colonização, a exemplo principalmente do arroz e da mandioca ,da cana, milho e outras secundàriamente. Algumas surgiram na região em aprêço em períodos relativamente recentes, aí tomando pé e introduzindo-se no quadro agrícola de modo relativamente marcante: tal é o caso do café, do chá e da banana. Outras ainda, finalmente, estão sendo ensaiadas nos nossos dias, dependendo de alguns anos para se afirmarem definitivamente ou não. Entre estas últimas os mais notáveis exemplos são o de seringueira e o do cacau. Convém, desde já, anotar o fato sugestivo de que as primeiras, arroz, mandioca, etc., tôdas culturas anuais, surgiram e se desenvolveram antes de mais nada em função da subsistência dos povadores; no início foram apenas lavouras para o consumo. As segundas, café, chá,

Distribuição percentual das diferentes atividades em relação a cada município (10 anos e mais) (293)

	%	%	%	%	%	%	%	%
Cananéia	22,8	13,3	1,0	1,9	0,8	46,6	2,7	10,4
Eldorado	39,4	0,9	1,4	1,0	0,8	45,9	1,9	9,0
Iguape	33,6	7,4	2,1	1,5	1,8	43,0	3,1	6,8
Jacupiranga	43,1	0,8	1,9	1,4	1,0	42,0	2,6	6,8
Juquiá	29,7	8,4	1,6	1,5	3,2	45,4	3,6	6,2
Registro	37,2	0,9	1,5	1,2	0,9	46,5	3,3	8,0
Região do Ribeira	36,2	3,8	1,6	1,3	1,3	44,6	2,9	7,7
ESTADO	21,6	0,6	11,9	3,7	2,9	41,9	10,2	6,7

(293) Baseado em dados do VI Recenseamento Geral do Brasil, Volume XXV, Tomo I, págs. 132-133.

Distribuição das atividades da população da Região do Ribeira em relação ao conjunto do Estado (10 anos e mais) — 1950 (294)

Atividades	Total na Região do Ribeira	Total no Estado	% da Baixada no Estado
Agricultura, pecuária e Silvicultura	18.232	1.449.396	1,25
Indústrias Extrativas	1.946	444.720	0,43
Ind. de Transformação	862	801.325	0,10
Comércio de Mercadorias	695	248.393	0,27
Transporte, comunicação e armazenagem	676	197.269	0,34
Atívid. Domésticas	40.502	2.804.493	1,44
Outras Atividades	1.476	688.493	1,44
Condições inativas	3.901	451.650	0,86
População (10 anos e mais)	50.355	6.691.114	0,75

banana, tôlas lavouras permanentes, surgiram sempre com um caráter comercial, enquanto que as terceiras, especialmente a seringueira, são também iniciativas de agricultura com cunho comercial, com vistas às solicitações crescentes do mercado representado pela indústria. As primeiras representam a economia agrícola do passado; as segundas constituem afirmação relativamente recente da grande lavoura, freqüentemente monocultora, em bases comerciais. As últimas, por sua vez, podem muito bem constituir símbolos de uma renovação dos quadros econômicos regionais, esboçada nos nossos dias (295).

---

(294) Organizado com elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, Volume XXV, Tomo 1, págs. 132-133.

(295) Emprega-se a expressão **cultura anual** ou **cultura temporária** para tôdas que se fundamentam em plantas de curto ciclo vegetativo, exigindo a repetição do plantio todos os anos ou a intervalos de tempo pouco maiores. Por **cultura permanente** ou **cultura vivaz** entende-se a que se fundamenta em plantas de ciclo vegetativo longo, geralmente arbustivas, sub-arbóreas ou arbóreas. Quando se pretender ressaltar a presença contínua, ou não, de um tipo de cultura na mesma área, então chamar-se-á a atenção para a existência, ou não, de rotação de solos ou de itinerantismo de culturas.

As Culturas Tradicionais da Baxiada

Ao nos referirmos ao povoamento da Baixala vimos que um dos principais produtos, cultivados desde o primeiros tempos, foi o arroz. Surgindo inicialmente como lavoura de subsistência tornou-se em pouco tempo um dos característicos produtos regionais de exportação. E' uma lavoura tradicional, portanto, e seu desenvolvimento, contràriamente ao que algumas vêzes se afirma, não é pròpriamente devido à recente presença, no Ribeira, de colonos japonêses. Êstes já encontraram uma lavoura importante, limitando-se a participar no seu desenvolvimento, já que o arroz é um dos produtos com os quais têm uma certa familiaridade.

A cultura do arroz é tìpicamentte ribeirinha, pois que em sua esmagadora maioria distribue-se por terras ao longo do Ribeira e de seus afluêntes, especialmente nos seus baixos cursos. Assim acontece em virtude de alguns fatôres que se conjugaram. Em primeiro lugar, a lavoura expandiu-se por intermédio do eixo representado pelo rio, a partir de Iguape, utilizando-se da via fluvial para o escoamento da produção. Em segundo lugar ,nas margens do Ribeira encontrou áreas baixas e relativamente planas, inundáveis na maioria, de vargedos, onde se estabeleceu de preferência. Tradiconalmente é a zona do baixo Ribeira, no atual município de Iguape, a principal área rizicultora da Baixada. Nos vargedos do Ribeira, do Peropava, Guaviruva, cultiva-se em tôrno de 1|3 dos arrozais de tôda a Baixada. Outras áreas importantes são as dos vales do Jacupiranga e Pariquéra-Açú, seguindo-se as do Ribeira sublitorâneo. Tanto a zona lagunar de Cananéia, quanto a do baixo vale do Juquiá, surgem com importância secundária.

A cultura do arroz é praticada, a não ser raras e descuráveis exceções, nas mesmas bases técnicas do passado, ou seja, muito rudimentares. O terreno para o plantío é sempre preparado com a queimada que, em conseqüência ,pratica-se anualmente. A prática da queimada é mais cômoda para o agricultor ribeirinho, pois que lhe evita o trabalho, mais árduo, de manter limpo o terreno. O plantío, já bem descrito por Nice

Muller (296), é simples. Normalmente utiliza-se o "chuço", um simples bastão, em terra que não foi arada nem sofreu nenhum outro tratamento além da queimada. Os cuidados com a limpeza do terreno ,no período de crescimento do arroz, são muito limitados, às vêzes pràticamente inexistentes. Notamos uma pequena evolução, verificada nos últimos 10-15 anos, já que em lavouras de arroz de Eldorado, Registro ou Jacupiranga, praticam-se algumas capinas, não suficientes, entretanto, para manter limpo o terreno.

A colheita continua sendo feita a canivete, cortando-se espiga por espiga, especialmente porque dessa forma, aproveita-se melhor a produção, impedindo-se que se perca no lodo ou mesmo na água. Desde o plantío portanto, em tôrno dos meses de novembro e dezembro, até a colheita, especialmente verificava em março-abril, as atenções do agricultor para com a lavoura concentram-se no início e no fim do período vegetativo, com trabalho manual e sem nenhuma preocupação tècnicamente mais racional quanto aos soldos ou proteção à cultura. Os japonêses de Jiporuva, assim como os de Registro, trouxeram algumas inovações ,porém não milificando, nas suas linhas básicas, o sistema tradicional. A maioria procurou abolir as queimadas, mantendo o terreno limpo entre a colheita e o novo plantío, assim como passou a utilizar foice para colher as astes com as espigas. Todavia, cremos não se dever superestimar a amplitude de tais inovações. Em Jiropuva não são raros os casos de japonêses que continuam a utilizar as técnicas tradicionais da área de Iguape.

Restaria lembrar que normalmente o arroz não aparece em culturas associadas. Apenas uma ou outra vez tivemos oportunidade de vê-lo cultivado em área de bananais.

O rendimento das culturas de arroz é relativamente baixo: embora às vêzes atinja cifras maiores, raramente supera 20 sacas (60 kilos) por hectare. De resto, os arrozais da re-

---

(296) MULLER, N. L. — **Sitios e Sitiantes do Estado de São Paulo,** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim 132, Geografia n.º 7, São Paulo, 1951, pág. 80.

gião caracterizam-se pela grande variedade de rendimento, entre uma e outra área, assim como pelas oxilações de um para outro ano. Como é natural, em conseqüência oscila bastante o efetivo da produção. A produção de Iguape, por exemplo ,foi de 350.000 sacas em 1935 (297). No início da década de 1940 a Baixada chegou a produzir meio milhão de sacas, baixando para 250.000 sacas em 1946 e 1947 (298). Em 1950 foi de 320.600 sacas de 60 kilos (299), baixando novamente para cerca de 200.000 sacas três anos depois (300). Cremos que os elementos acima sejam suficientes para mostrar a instabilidade característica entre as mais importantes da rizicultura regional. Tais oscilações, por quanto pudemos observar, decorrem antes de mais nada de problemas ligados à estabilidade de mercados. O produto nem sempre recebe bom preço O conhecido "arroz de Iguape" parece ser apenas uma lembrança, dado que o produto atualmente é obtido a partir de sementes raramente selecionadas, de variedades diversas e freqüentemente má qualidade. Por outro lado, um papel de importância bastante grande deve ser atribuido aos proprietários de máquinas para o beneficiamento do produto, freqüentemente responsáveis pela distribuição das sementes e, decorrente de seus interêsses, pela oscilação da produção. De qualquer forma, a importância do arroz dentro da estrutura econômica regional decresceu, não sendo pròpriamente raros os casos em que áreas dedicadas a êsse cultivo no passado, venham sendo utilizadas para outros produtos. E' quanto vimos, por exemplo, na zona de Sete Barras, onde a cultura da banana expandiu-se principalmente em prejuízo da do arroz. Em qualquer caso, ainda é a cultura que representa um valôr de produção dos mais elevados da Baixada.

---

(297) TELLES, J. Queiroz (e) TESTA, J. —**Lavoura de São Paulo**, São Paulo, 1937, pág. 182.

(298) MEDEIROS, Narciso de; CUNHA, João Ferreira da (e) AZZI, Reinaldo — **O Vale do Ribeira do Iguape**, in "Boletim Geográfico", Ano VIII, n.º 85, Rio de Janeiro, abril de 1950, pág. 19.

(299) VI Recenseamento Geral do Brasil, Volume XXV, Tomo 2, pág. 364.

(300) Ministério da Agricultura — Produção Agrícola em 1953.

A CULTURA DO ARROZ NA REGIÃO DO RIBEIRA — 1950 (301)

Municípios	Estabelecimentos c/ declaração	Produção Ton.	Área (ha.)	Rendimento Por ha. Ton.
Cananéia	240	981	808	1,21
Eldorado	1.276	2.206	2.648	0,83
Iguape	1.893	7.791	4.446	1,75
Jacupiranga	2.051	3.416	4.842	0,70
Juquiá	86	229	244	0,93
Registro	1.373	4.613	4.340	1,06
Região do Ribeira	6.919	19.236	17.328	1,11
ESTADO	102.042	635.459	508.766	1,24

(+) A Região do Ribeira possue 3% da produção do Estado, em 3,4% da área cultivada.

A mandioca, que com o arroz constituiu o binômio agrícola que caracterizou a Baixada nos tempos coloniais, ainda se reveste de uma certa expressão, embora esteja relativamente decadente. Plantada em culturas simples, especialmente na orla litorânea, penetrando pelo Rbeira até Jacupiranga e Registro,

A Cultura da Mandioca na Região do Ribeira — 1950 (302)

Municípios	Estabelecimentos com declaração	Produção Ton.	Área (ha.)	Rendimento Por ha. Ton.
Cananéia	202	1.307	186	7,0
Eldorado	285	583	117	4,9
Iguape	1.032	3.776	605	6,2
Jacupiranga	601	4.150	287	14,4
Juquiá	23	49	5	9,8
Registro	116	935	91	10,2
Região do Ribeira	2.259	10.800	1.291	8,3
ESTADO	2.849	24.395	2.815	8,6

(301) Organizado com elementos de VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, pág. 364.

(302) Organizado com elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, pág. 404.

representa, normalmente, pouco menos da metade de tôda a produção do Estado. Em grande parte lavoura caiçara, surge em todo tipo de terreno, especialmente nos mais silicosos. Sua produção visa particularmente a obtenção da farinha, em que Iguape se destaca com aproximadamente 40% do total.

O milho, outra cultura tradicional, às vêzes aparece associado a lavouras permanentes, embora o grosso da produção resulte de culturas simples. Embora a Baixada do Ribeira possa, no seu conjunto, ser incluida, conforme a classificação feita por Schmidt para o Estado (303), na zona da farinha de mandioca, ela é, na verdade ,uma área de contacto e interpenetração entre a referida zona e a do milho. Em todo caso, percebe-se que enquanto a mandioca (rama) é produto mais peculiar à orla litorânea pròpriamente dita, o milho aparece com alguma importância em área sub-litorânea, especialmente em Jacupiranga, secundàriamente em Eldorado e Registro.

Contràriamente ao que sucede em outras partes da facha-da atlântica d oEstado, o milho da região normalmente completa a seca da espiga no próprio pé, voltando-a para baixo e livrando-a das eventuais chuvas tardias.

A Cultura do Milho na Região do Ribeira — 1950 (304)

Municípios	**Estabelecimentos com declaração**	**Produção** Ton.	**Área** (ha.)	**Rendimento** Por ha. Ton.
Cananéia	134	358	206	1,73
Eldorado	1.137	2.747	2.313	1,18
Iguape	527	665	458	1,45
Jacupiranga	2.007	4.634	4.312	1,07
Juquiá	43	75	99	0,94
Registro	846	1.137	1.562	0,73
Região do Ribeira	4.694	9.616	8.950	1,07
ESTADO	106.184	797.795	640.128	1,24

(303) SCHMIDT, Carlos Borges — **Lavoura Caiçara**, Documentário da Vida Rural, n.º 14, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1958, pág. 14.

(304) Elaborado com os elementos de VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, pág. 412.

E' significativo que a produção de milho da região sòmente esporàdicamente seja orientada para a obtenção de farinha. Mesmo na zona de Pariquéra-Açú, habitada por apreciável contingente de descendentes de italianos, inclusive venetos, tradicionais consumidores de milho, a produção da farinha é descurada. E' que enquanto a mandioca, a par de oferecer excedentes comerciáveis, contribui diretamente para a dieta alimentar da população particulamente do caiçara, o milho vê-se quase totalmente aproveitado por intermédio da criação, especialmente de suínos. E' significativo que Jacupiranga, Eldorado e Registro, na ordem os maiores produtores de milho, contem com os maiores contingentes de suinos de tôda a Baixada, respectivamente 19.101, 12.681 e 5.180 em 1950 (305).

Embora outubro e novembro constituam a época de maior freqüência de plantio de milho, ela pode estender-se desde agôsto até fevereiro. Tivemos oportunidade de vêr plantações de milho em todos os estados de desenvolvimento, desde o milharal novo até a "palhada", o que indica que plantio e colheita se verificam nas épocas as mais variadas. Utilizando-se sementes que constituem um misto de milho duro e mole (306), as culturas são feitas em covas com 3 a 5 pés. Plantando sempre acompanhando os maiores declives, é fatôr de aceleração da erosão. A produção, quando não consumida com presteza, deve ser imediatamente vendida em virtude de quase todos não estarem aparelhados para a conservação e armazenagem do produto.

Menor importância possue a cana de açúcar. Cultivada especialmente na zona de Jacupiranga (em tôrno de 60% da produção regional), particularmente nas terras da antiga Colônia de Pariquéra-Açú, é lavoura sempre em cultura simples, instável quanto à produção e à área cultivada, que raramente excede 2 hectares por propriedade. Cultivada em bases rotineiras e sem qualquer preocupação de aprimoramento técnico, tem rendimentos muito baixos, normalmente inferiores à

---

(305) VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950.
(306) MEDEIROS, Narciso de (e outros) — Obra citada, pág. 24.

metade do rendimento médio das lavouras do Estado. Além do melaço e de um pouco de açúcar preto, seu único objetivo é o de alimentar os alambiques para produção de aguardente, metade da qual é obtida em Jacupiranga.

A Cultura da Cana de Açúcar na Região do Ribeira — 1950 (307)

Municípios	**Estabelecimentos com declaração**	**Produção** Ton.	**Área** (ha.)	**Rendimento** Por ha. Ton.
Cananéia	9	76	10	7,6
Eldorado	229	2.917	265	11,0
Iguape	203	1.525	155	9,8
Jacupiranga	203	7.154	363	19,4
Juquiá	7	20	1	20,0
Registro	51	1.220	95	12,8
Região do Ribeira	701	12.842	884	14,5
ESTADO	5.887	4.773.607	132.135	36,1

Quer se trate do arroz ou da cana ,da mandioca ou do milho, ou de qualquer outra cultura temporária ou anual, normalmente as lavouras são pequenas, de poucos hectares. Predomina, portanto, a pequena lavoura.

Chá Café e Banana — Culturas Permanentes Comerciais

Ao quadro dominante em todo o período colonial ,e maior parte do século passado, de uma agricultura bàsicamente de subsistência, tendo no arroz e na mandioca os elementos comerciáveis, vieram juntar-se, em fins do século passado e particularmente no século atual, alguns produtos novos, de caráter permanente e sempre comerciais (308). Trata-se principal-

---

(307) Organizado com os elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II pág. 380.

(308) Tais lavouras, dado que baseadas no cultivo de plantas arbustivas, sub-arbóreas ou arbóreas, são necessáriamente **permanentes** no sentido que ocupam a mesma área durante muitos anos e, igualmente, no sentido de que não implicam em renovação anual do plantio.

mente do café, da banana e do chá, que passaram a constituir a grande lavoura de tipo comercial na Baixada.

O café, dos três, foi o primeiro a surgir na região, pelo menos com caráter comercial. A cultura do caféeiro aí se instalou e se expandiu ao decorrer do último quartél do século passado, embora anteriormente já existissem plantações, porém com produção descurável. O instrumento de difusão do caféeiro foi a presença do colono italiano e do polonês na área de Pariquéra-Açú, alguns já tendo trabalhado em fazendas cafeicultoras do planalto no tradicional sistema de parceria.

Inicialmente cingindo-se apenas à área da Colônia de Pariquera-Açú, os cafezais difundiram-se, se bem que de forma bastante descontínua, pelas colinas e mesmo pelos morros da zona sub-litorânea, em conseqüência definindo sua área de maior presença nos médios e altos vales do Jacupiranga e Pariquéra-Açú, e no vale do Ribeira, de Registro a Eldorado.

A cultura disseminou-se pràticamente obedecendo as mesmas bases técnicas, em linhas gerais, então vigorantes para os cafezais do planalto. Instaladas na zona sub-litorânea, portanto em áreas de florestas, exigiram inicialmente o desmatamento e a queimada. Em seguida instalaram-se dentro dos clássicos moldes de dispôr-se em fileiras de alto a baixo das colinas e morros, em espaçamento de aproximadamente dois metros, sem nenhuma preocupação de conservação das possibilidades do solo ou de proteção em face do trabalho das águas superficiais. Em certos casos, como tivemos oportunidade de vêr na área do Braço — vale do Batatal — os cafezais foram localizados em topos de morros e em vertentes por vêzes muito íngremes, dado que a presença do pau d'alho nessas áreas atestava, aos olhos do agricultor, a fertilidade da terra e, conforme acreditamos ter tido maior influência, em virtude do trabalho de "limpa" se tornar menos necessário que nas partes mais baixas com vertentes suaves.

Embora nunca tenha atingido níveis comparáveis aos obtidos no planalto, a lavoura caféeira de Pariquéra-Açú e áreas contíguas representou, no fim do século passado e começo dêste, uma das possibilidades econômicas de maior importância. Nor-

malmente tratava-se de cafezais modestos, que raramente atingiram 10.000 pés. Como culturas modestas conservaram-se nas primeiras décadas dêste século. Em Jacupiranga, por exemplo, em 1934 a maioria das propriedades cafeicultoras possuiam em tôrno de 5.000 pés cada. Em Xiririca, de um total de 410 propriedades cafeicultoras, 396 possuiam em tôrno de 5.000 pés cada; as maiores atingiram 20.000 pés. Em Iguape, afora 28 propriedades com cafezais entre 10.000 e 50.000 pés, tínhamos 525 em que dominavam cafezais até 5.000 pés (309).

Compreende-se que nessas bases não se formaram, na região, fazendas caféeiras do tipo que se estandartizou no planalto, quer porque para isso não dispunham da área necessária, quer porque na Baixada pràticamente em nenhum caso tivemos monoculutra comercial baseada no café. A cafeicultura surgiu, sempre, em propriedades policultoras dentro das quais outros produtos podiam ter cartáer comercial. Compreende-se, também, que em tais propriedades não seria possível a presença das instalações agro-industriais ligadas ao beneficiamento do produto. Estas foram criadas nos aglomerados — Jacupiranga, Pariquéra-Açú, Eldorado, Registro — por comerciantes, estabelecendo-se um sistema semelhante ao vigorante para o arroz.

Embora com rendimentos relativamente elevados, superiores a 100 arrobas por mil pés, a lavoura caféeira, desde que foi introduzida na área em aprêço, afora o surto inicial, desenvolveu-se lentamente e, no conjunto, decaiu, especialmente a partir da crise econômica que se verificou nos primeiros anos da década de 1930. Os cafezais foram renovados apenas parcialmente, depois de 25-30 anos, e os mais velhos, que atingiram idades de 45-50 anos, tiveram sua produtividade extraordinàriamente diminuida. Alguns elementos responsáveis por essa decadência, a par das crises, especialmente a citada, estão intimamente relacionados com as condições físicas da Baixada e com as técnicas de cultivo.

---

(309) TELLES, J. Queiroz (e) TESTA, J. — Obra citada, págs. 181, 517 e 224.

A Cultura do Café na Região do Ribeira — 1950 (310)

Municípios	1	2	3	4
Cananéia	63	144	82	63.885
Eldorado	269	234	151	114.111
Iguape	226	11	9	6.558
Jacupiranga	455	385	326	263.776
Juquiá	19	18	23	18.600
Registro	206	571	400	301.058
Região do Ribeira	1.238	1.363	991	767.988
ESTADO	65.114	864.862	1.195.928	933.344.186

Municípios	5	6	7
Cananéia	150,0	3.653	63.885
Eldorado	133,3	46.975	128.121
Iguape	111,0	14.920	8.655
Jacupiranga	94,6	29.030	233.726
Juquiá	64,0	1.100	37.900
Registro	126,0	77.810	301.801
Região do Ribeira	118,0	173.488	774.088
ESTADO	65,3	137.936.022	956.717.406

(1) — Estabelecimentos com declaração; (2) — Toneladas colhidas em 1949; (3) — Hectares da colheita de 1949; (4) — Pés que produziram em 1949; (5) — Arrobas por 1.000 pés em 1949; (6) — Pés novos plantados em 1950; (7) — Pés em produção em 1950.

O café obtido na Baixada não tem sido de boa qualidade, a planta mais comum tendo sido o Bourbon; é de tido duro, não muito apreciado, portanto. O amadurecimento dos frutos não se faz em um só período. E' muito irregular e, em conseqüência, requer uma atenção, na colheita, às vêzes distribuida por vários meses, especialmente julho, agôsto e setembro. Se de um lado tal fato contribui ,ou poderia contribuir para se obter produção mai homogênea, por outro lado encarece o cus-

(310) Organizado com os elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, pág. 300.

to da produção. Além disso, a broca não tem poupado o café da Baixada e, em decorrência da técnica de plantío, assim como da ausência de qualquer preocupação com adubos, os solos dos cafezais foram fortemente desgastados, com o esgotamento paralelo à erosão. Por outro lado, os cafezais da região estão livres de geada e conservam rendimento muito superior ao do conjunto do Estado.

Recentemente, especialmente nos últimos 10 anos, assistimos a uma interessante retomada da lavoura, nas mesmas áreas sub-litorâneas onde se instalara há 70 anos atrás. Sem ter caráter espetacular, a retomada da lavoura caféeira desperta a atenção pelas condições novas dentro das quais se verifica. Em primeiro lugar, trata-se de cafezais maiores, havendo inclusive um caso, o da fazenda Remanso, em Eldorado, em que se pretende plantar 100.000 pés. E' que em grande parte a retomada é de responsabilidade de alienígenas, capitalistas de São Paulo, um ou outro estrangeiro ,com propriedades de algumas centenas de alqueires. Em segundo lugar, planta-se especialmente o café Caturra, ou então, em escala menor, o Mundo Novo, abandonando-se os tipos que vingaram anteriormente na região. Em terceiro lugar, cuida-se de efetuar o plantío dentro de condições técnicas mais adequadas. Assim, a maior parte dêsses novos cafezais é plantada em curvas de nível, com aproximadamente 2.400 a 2.500 pés por alqueire, e nêles é comum a adubação. A "limpa" chega a ser efetuada até oito vêzes por ano. Com o objetivo de obter café despolpado, constituem iniciativas que se introduzem nas paisagens da Baixada como elementos de renovação radical, dado que servem a uma economia capitalista e não mais ao acanhado mundo econômico em que se enquadrava a velha lavoura caféeira do Ribeira. Os cafezais que visitamos, tanto na área de Eldorado, quanto na de Jacupiranga, Registro ou Juquiá, com 3 a 4 anos, nos fazem crer, apesar das ressalvas abaixo, nas possibilidades de cultura em novas bases.

Como é natural, dado que os cafezais nas condições acima são recentes, não existem ainda elementos muito seguros sôbre os seus resultados. Torna-se possível visitar cafezais de dois

anos e meio a quatro anos muito carregados, o que leva a um certo otimismo quanto à essa lavoura. Entretanto, embora a "catação" favoreça a homogeneidade do produto ,e embora o café seja despolpado e sêco em estufas, das quais já existe uma dezena na Baixada, o tipo obtido parece continuar sendo inferior aos oriundos do planalto.

Segundo se pode perceber, quer em contacto com os agrônomos da região, quer verificando a ausência de amparo oficial à lavoura caféeira, semelhante ao verificado para outras lavouras, não há por parte da Secretaria da Agricultura interêsse de estimular a cafeicultura la Baixada. As razões parecem ser as seguintes: Em primeiro lugar, não seria interessan-

A CULTURA DA BANANA NA REGIÃO DO RIBEIRA — 1950 (311)

Municípios	**Estabelecimentos com declaração**	**Total cachos**
Cananéia	140	284.628
Eldorado	301	242.314
Iguape	865	1.163.366
Jacupiranga	600	93.548
Juquiá	242	1.025.614
Registro	543	1.487.131
Região do Ribeira	2.691	4.296.601
ESTADO	18.603	31.901.703

	Colheita em 1949		
	Área hectares	**Rendimento cachos/Ha.**	**Touceiras que produziram**
Cananéia	223	1.276	242.066
Eldorado	282	859	186.829
Iguape	1.402	829	753.911
Jacupiranga	168	556	93.548
Juquiá	1.514	677	1.002.236
Registro	1.812	820	1.373.655
Região do Ribeira	5.401	795	3.652.245
ESTADO	44.878	710	24.740.936

(311) Quadro organizado com os elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Vol. XXV, Tomo II, pág. 292.

Efetivo das Plantações em 1950

	Touceiras Novas	Em Produção
Cananéia	17.869	212.988
Eldorado	35.405	211.809
Iguape	204.184	846.818
Jacupiranga	12.850	94.820
Juquiá	367.000	1.099.339
Registro	473.653	1.559.058
Região do Ribeira	1.110.961	4.024.832
ESTADO	9.088.041	28.410.874

te estimular a lavoura caféeira na região, quando oficialmente se tem procurado reduzir e racionalizar as lavouras do Estado; em segundo lugar, a área, conforme foi lembrado, não oferece condições para bebida mole, não se falando nas condições fitosanitárias nem sempre favoráveis; em terceiro lugar, e considerados os itens acima, cabe mais o estímulo a outras lavouras que, na região, podem apresentar rentabilidade superior.

A da banana foi a segunda lavoura permanente, introduzida na Baixada do Ribeira no século atual. A bananicultura começou a interessar a região especialmente a partir da década de 1930, embora anteriormente já existissem pequenas lavouras, mas sem expressão. Penetrou na região ao longo da faixa de terras marginais à linha Santos-Juquiá, desde então adquirindo importância em todos os seus municípios.

Representando talvez a lavoura de maior importância da Baixada, concentrou-se, entretanto, de preferência em algumas partes. Assim, encontramos os maiores bananais da Baixada no município de Juquiá, os mais antigos; no município de Iguape, especialmente no Baixo curso do Ribeira e no vale do Peropava, e no município de Registro, sempre junto ao Ribeira e nos baixos vales de seus afluêntes, especialmente na área do atual município de Sete Barras, onde penetrou a partir de 1940.

Da varidade Cavendishii, banana nanica, é cultura essencialmente comercial. As culturas localizaram-se em áreas de

varzeas — "vargedos" — em terras relativamente boas, freqüentemente subindo os morros. Em várias partes, como lavoura mais rendosa, substituiu outras culturas, especialmente o arroz. Tem justificado uma atenção maior por parte do agricultor, preocupado com a drenagem das terras alagadiças, com a limpeza periódica — três vêzes ao ano (312) — e, conforme já acentuou Nice Muller (313), até mesmo com o preparo do terreno, nem sempre efetuado na base da queimada, especialmente nas áreas que já foram desmatadas para outras culturas anteriores.

A formação dos bananais da região normalmente verifica-se por empreitada. O empreiteiro ,em troca de Cr.$ 14,00 (agôsto 1960) por pé plantado, quer em várzea, quer em morro, deve entregar o bananal já formado, com pelo menos 30% cacheado. A entrega ao proprietário geralmente se faz depois de 10 meses, já que com 8 meses o bananal começa a cachear. Nêsses casos o priprietário sòmente interfere diretamente nos trabalhos de plantío quando se torna necessário replantar em virtude de possíveis falhas no bananal.

Embora o sistema de empreitada seja o preferido, há casos, não parecendo muito numerosos, em que o bananal é entregue à **meia**; nêsses casos o proprietário forma o bananal, entregando-o ao meeiro que, morador na propriedade, torna-se responsável pelos serviços de limpeza e de colheita.

A formação de bananais em várzeas e morros é feita em condições semelhantes dado que as dificuldades normais às áreas acidentadas são compensadas pelos trabalhos exigidos pelas várzeas, a exemplo dos serviços de drenagem.

O plantío verifica-se de preferência entre agôsto e janeiro, podendo estender-se até abril. Para cada alqueire plantam-se de 1.800 a 2.000 pés pouco mais ou menos.
de 1.800 a 2.00 0pés pouco mais ou menos.

---

(312) MULLER, N. L. — Obra citada, pág. 83.
(313) Em muitas áreas a "limpa" na prática verifica-se no decorrer de todo o ano. Alguns proprietários tentaram atenuar o trabalho de "limpa" com o plantio da leguminosa "kudzú", porém sem resultados.

A colheita, podendo ser distribuida de 15 a 15 dias faz-se no decorrer de todo o ano, embora sofra uma diminuição de intensidade nos meses de inverno dado que a frutificação se torna mais lenta.

Com a colheita a lavoura se refaz expontâneamente, pois que cada bananeira origina uma touceira de 4 filhotes. A planta que cacheou é cortada, deixando-se dois de seu filhotes.

Recentemente verifica-se uma expansão dos bananais pelos morros, especialmente na área de Juquiá. Aliás, a cultura expandiu-se pela encosta inferior da serra de Paranapiacaba em direção a Tapiraí, já fora da área que nos interessa, atingindo altitudes até de 600 m. Em Iguape e Sete Barras conserva-se fiel aos vargedos. Os rendimentos tornam-se mais baixos nas áreas de morros. O fato pode ser observado em Juquiá, onde normalmente o rendimento é de um quarto inferior ao dos bananais de Iguape e Sete Barras.

Tal expansão se justifica pelo valôr da lavoura, responsável, na região, também por um espaçamento exageradamente pequeno entre as touceiras, com o fito de melhor aproveitar o terreno. Tal fato pode ser verificado no rendimento por hectares, que na Baixada é maior que no conjunto do Estado (795 cachos para 710 em 1950). Êsse resultado, normal em lavouras relativamente novas de zonas de terras predominantemente baixas tende, entretanto, a decrescer, caso não seja racionalizada ou definida melhor a escolha das áreas e melhorado tècnicamente o plantío.

Como as demais culturas da região, a da banana também é muito parcelada em propriedades relativamente pequenas. Tal parcelamento é visível especialmente em Iguape e Sete Barras ,aqui verificando-se maior homogêneidade, com propriedades com 2.000 a 3.000 touceiras. Menor parcelamento observa-se em Juquiá, onde já se entrevê a presença das grandes "plantations" características da linha Santos-Juquiá.

A terceira lavoura a que nos referimos é a do chá preto. Introduzido na região há cêrca de 50 anos, tem a particularidade de estar intimamente relacionada com a colonização japonêsa, sendo êstes e seus descendentes os que a ela se dedi-

cam. Dentre tôdas as culturas que já fizemos referência, é a que se encontra especialmente mais concentrada. A paisagem do chá é típica do município de Registro, especialmente da parte sul, no distrito do mesmo nome. Fora daí ela só aparece esporàdicamente.

A planta difundiu-se ùnicamente pelas áreas de colinas e terraços ,ou ainda de morros, de solos predominantemente ácidos, com terrenos enxutos, evitando, sistemàticamente as terras mais baixas e mais úmidas.

E' interessante notar que a área teicultora da Baixada sobressae pela originalidade de encontrar-se em uma zona de baixas altitudes, já que ao que saibamos ,normalmente as principais lavouras dêsse produto, em Ceilão ou Assan, no extremo oriente ou na África Oriental, encontram-se em altitudes relativamente elevadas.

As variedades cultivadas são três: "Chinesa", "Assan" e "Minas", que resulta do cruzamento entre Assan e Chinesa (314). A variedade chinesa, inicialmente predominante, está em regressão, conforme informações obtidas na Standart Brandt, sendo substituida principalmente pela Assan. Entretanto, conforme ainda informações locais, o chá "Assan" normalmente não é puro, já sendo resultado de um cruzamento com o chinês.

O plantío de chá se verifica no período das águas de setembro a novembro, após derrubada e queimada, especialmente se se tratar de terreno com mata. Utilizam-se tanto sementes, que possibilitam maior seleção, quanto estacas, embora em menores proporções. Nos dois primeiros anos, enquanto as plantas são pequenas, não é raro que, intercalados, sejam cultivados o milho e o arroz. Mais tarde, dado que o chá por sí só já é bastante esgotante, exclui-se qualquer forma de associação. Com a finalidade de homogenizar o chazal, são replantadas as mudas que morreram ou que, inadvertidamente, foram cortadas em trabalhos de capina.

Com dois anos e meio a planta começa a produzir, a produção tornando-se comercìável com três anos. Nos chazais bem

(314) MEDEIROS, Narciso de (e) outros — Obra citada, pág. 24.

tratados, normalmente há necessidade de quatro a cinco capinas por ano. Anualmente, de junho a agôsto, as plantas sofrem uma poda bruta, utilizando-se para isso a tesoura Por outro lado, uma póda leve é praticada manualmente durante tôda a colheita. A colheita verifica-se em um longo período que se estende de setembro até abril, às vêzes até maio inclusive, favorecida por uma contínua brotação, dado o curto período sêco existente na região. São colhidos os brotos tenros, ainda nao demasiadamente endurecidos. Êstes últimos, a medida que se processa a colheita, sofrem a póda leve a que já nos referimos. Totalmente feita a mão, a colheita verifica-se na mesma planta de dez a dez dias, em outros casos com intervalos menores, de oito a oito dias; mensalmente, regra geral, cada pé sofre três colheitas. A colheita mecanizada do chá pràticamente não é possível, dado o caráter irregular da brotação das plantas.

A quase totalidade dos trabalhos de colheita é efetuada por mulheres e crianças, mão de obra mais barata e com maior habilidade para a apanha das fôlhas terminais. Geralmente são caboclos, raramente percebendo-se a presença do elemento japonês, que normalmente é o proprietário do chazal. Os homens encarregam-se sòmente dos serviços mais pesados, tais como a derrubada, quando necessária, preparo da terra e transporte da produção (315).

Como é natural, a cultura do chá requer mão de obra numerosa, especialmente durante o longo período de colheita. Êste problema da mão de obra é um dos responsáveis pela especialização em chá, por parte das propriedades maiores. Nelas poderíamos encontrar, como às vêzes acontece, o chazal ao lado do cafezal. A contiguidade das culturas é interessante, em princípio, dado que os períodos de colheita dos dois produtos não coincidem ,verificando-se uma complementação relati-

---

(315) O elemento japonês dedicou-se aos trabalhos de colheita nos primeiros tempos da implantação da lavoura. Em seguida, em virtude da expansão das plantações, e das disponibilidades em mão-de-obra cabocla, a colheita passou a interessar apenas êstes elementos.

va a êsse tipo de trabalho requerido pelo chá, e que na entre-safra dêsse produto há ainda atividades importantes pertinentes ao chazal — póda e limpesa — a presença do cafezal viria acarretar sérios problemas de mão de obra. Daí a contiguidade chá-café ser mais comum em propriedades pequenas, ou em propriedades com chazal relativamente modesto.

O plantío do chá, em colinas como já dissemos, se faz em quadro, conservando-se a distância aproximada de 1,5 m. entre uma planta e outra. As fileiras, regularíssimas, dispõem-se de alto a baixo das vertentes, no conjunto, e vistas à distância, dando a impressão de um cafezal com caturra novo plantado segundo moldes tradicionais e rotineiros. Em certos casos, dadas as declividades das vertentes, que podem ser pronunciadas, tal forma de plantação permite que as águas superficiais removam com facilidade partículas do solo. O fato deve ser destacado principalmente porque os agricultores não têm tido a menor preocupação com a adubação. Só recentemente, último lustro, principalmente graças à iniciativa de uma firma de beneficiamento do produto, interessada no aumento e melhoria da produção, particularmente na sua estabilidade, inicia-se, ainda tìmidamente, a adubação de alguns chazais. Por enquanto aplicam-se, nos casos acima, pràticamente sòmente adubos químicos, na base de superfosfatos, cloreto de potássio e sulfato de amônio. Está se tentando fomentar a utilização de adubo verde. Embora haja quem julgue interessante a utilização do "mucuna", empregado em lavouras de banana, na zona do chá acredita-se que ainda não foi encontrada uma leguminosa satisfatòriamente adequada. Adubos orgânicos de origem animal estão fora de cogitação, dado que na área as propriedades raramente associam a lavoura à criação. Na prática, até agora, a única forma de adubação realmente efetuada é a deixar sôbre o solo os galhos que tenham sido podados e o mato cortado nas capinas.

Nas bases descritas acima, quando o solo é rico, um chazal pode durar 30 anos no mesmo local, enquanto que em solos fracos pode não atingir os 20 anos de idade. Quando com o esgotamento dos solos os rendimentos não são mais satisfató-

rios, o agricultor nem sempre se preocupa em reaproveitar o terreno, regra geral abandonando-o para efetuar o plantio em outro local, de preferência ainda virgem de culturas, ou não cultivado há muitos anos. Dêsse modo verifica-se, a intervalos relativamente longos, uma espécie de "rotação" de solos, justificada por um lento itinerantismo do chá. Guardadas as proporções, é quanto tivemos oportunidades de verificar com o café nas zonas coloniais antigas do Espírito Santo (316)

Um colhedor pode colher de 30 a 50 quilos de fôlhas verdes diàriamente, e sendo hábil, pode mesmo atingir o total de 80 quilos, para isso recebendo Cr.$ 3,000 por quilo. A média do número de plantas por alqueire é de 15.000 ;em conseqüência o rendimento, por alqueire atinge no máximo de 8.000 a 10 000 quilos de fôlhas verdes, em casos realmente excepcionais podendo até 20.000 quilos, esta última informação aceita com reservas.

O emprêgo de mão de obra está baseado aproximadamente na utilização de uma família, cinco pessoas em média, por alqueire. Na fazenda Okamoto, ao sul de Registro, temos 10 famílias para tratar 50 alqueires de chá. No período de entre-safra o trato do chazal normalmente é efetuado sem retribuição, como "obrigação" que adquire com o pagamento que é feito durante a safra. Cada família mora em casa junto à porção que cuida, ou junto a seu próprio "morro" de chá (317).

Como para o café ou a banana, vale para o chá a observação de que as lavouras, regra geral são pequenas. Casos como o da fazenda Okamoto, com seus 50 alqueires em chá, constituem uma exceção à regra. Um índice do fato, por exemplo, pode ser obtido em função dos produtores cooperados da Cooperativa Agrícola de Cotia. Entre êles, a menor tonelagem

---

(316) PETRONE, Pasquale — A Zona Colonial Antiga do Espírito Santo, Trabalho inédito:

(317) O fato de que, na expressão popular local, a referência à parte, da lavoura de responsabilidade de uma família se faça com a utilização do têrmo **morro**, e não **talhão, quadra** ou equivalente, é significativo; implica em uma associação da parte a cuidar com as condições topográficas em que se verifica a cultura.

anual fornecida é de 10. mas a maior não ultrapassa 50. Trata-se, portanto, de plantações normalmente entre 2 a 5 alqueires. Daí decorre que as instalações necessárias para o beneficiamento do produto, relativamente caras. mais que para o café, não se encontram ao alcance dos lavradores, mesmo porque não teriam produção que pudesse justificar emprêgo de capitais elevados e conservação das instalações. Em conseqüência a produção de fôlhas verdes converge para usinas de beneficiamento pertencentes a emprêsas industriais, a exemplo da Standart Brandt, cooperativas como a de Cotia, ou grandes plantadores de chá, a exemplo de Okamoto.

Depois de colhidos os brotos são transportados para uma das referidas usinas, onde são dispostos nas "rêdes". para que sofram um primeiro processo de desidratação. As "rêdes" são esteiras estiradas dentro de um galpão bem ventilado, geralmente em um 1o. pavimento. Aí os brotos são normalmente deixados por 24 horas. Daí o produto é conduzido para máquinas onde sofre um processo de trituração e de onde sae um pouco úmido. Em seguida, o produto triturado é distribuido por "pás" — grandes bandejas de metal — nas quais permanece para fermentar. Dependendo do calor e umidade, aí permanece em secador a vapôr ,sendo a seguir separado em diferentes tipos e embalado para o mercado interno ou para exportação (318).

Normalmente, após beneficiamento, consegue-se uma quantidade de chá preto equivalente, em pêso. a aproximadamente

---

(318) A Usina da Cooperativa Agrícola de Cotia, que trabalha com chá há 15 anos, produz diàriamente 3 toneladas de chá preto, obtendo o chá "Coopercotia" e o "Tupí", êste último de uma usina adquirida pela Cooperativa. Fabrica 13 tipos diferentes de chá e promove exportação para a Alemanha (Hamburgo). A embalagem é feita em Registro. A Usina Standart Brandt, que possui o maquinário mais moderno para beneficiamento do chá, em grande parte é de capitais americanos e beneficia 10 toneladas de fôlhas verdes diàriamente. Não possui plantações próprias, dependendo dos fornecedores. Fabrica o chá "Tenderleaf" para o mercado nacional e o "Amazonas" para exportação, especialmente Estados Unidos (New York). A Usina Okamoto é o melhor exemplo de beneficiamento ligado a uma grande propriedade.

um quarto das fôlhas empregadas para o beneficiamento. A usina Okamoto (chá Ribeira) por exemplo, produz diàriamente 2.700 a 2.800 quilos de folhas verdes, equivalendo a mais ou menos 600 quilos de chá preto beneficiado. A usina Standart Brandt, que é a maior de tôda a área teicultora, beneficia diàriamente 10 toneladas de fôlhas verdes, obtendo aproximadamene 2.500 quilos de chá preto.

No conjunto a do chá representa em tôda a Baixada uma das culturas comerciais de maior valor, com possibilidades excelentes dada a organização que garante o escoamento da produção, apesar de tècnicamente ainda deixar a desejar, e de estar ainda bastante distante dos rendimentos de outras áreas teicultoras do Globo (319). Os rendimentos têm se elevado, entretanto, com o abandono das variedades inferiores e fixação, dentro do possível, da variedade Assan, que oferece fôlhas maiores e produto superior.

Os Ensaios Atuais — A Seringueira e o Cacaueiro

Um dos produtos que, embora ainda tìmidamente e em pequena escala, começam a interessar agricultores da Baixada é o cacau. As idéias a respeito de suas possibilidades na região não são pròpriamente novas .Já no início do século aconselhava-se os colonos de Pariquéra-Açú a que paulatinamente substituissem seus cafezais por plantações de cacau (320). Por outro lado, o Recenseamento de 1920 registrou para o então município de Iguape a presença de quatro propriedades com plantações de cacau, atingindo uma produção de 800 quilos (321). Vê-se que alguns colonos de Pariquéra-Açú, que na ocasião pertencia ao município de Iguape, tentaram modestamente, obedecer o conselho que lhes fôra dado.

De tais tentativas, entretanto, nada restou, e sòmente nos últimos anos verificou-se uma volta ,agora mais séria, ao culti-

---

(319) ALMEIDA, Vicente Unzer de — Obra citada, pág. 62.
(320) KUNDT, Ernst — Obra citada, pág. 89.
(321) Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920, Volume III (2a. parte), Agricultura, Rio de Janeiro, 1925, pág. 154.

vo dêsse produto. Segundo observações dos agrônomos da Baixada, calcula-se que nêste ano de 1960 aí serão plantados cêrca de 300 mil pés de cacau. Só no município de Eldorado já existem plantados, todos recentemente, 35.000 pés, dos quais a metade é representada pelo cacau-branco.

O cacau-branco está despertando maior interêsse entre os proprietários da região. Tal se deve ao fato de que o cacau branco se vê utílizado para a obtenção de chocolates finos, daí alcançando melhores preços. Aliás, o cacau branco é produto menos comum no mercado.

Até agora o cacau branco cultivado na região tem sido introduzido do Sul da Bahia. Entretanto, pretende-se introduzir híbridos oriundos de Trinidad. A vantagem dêsses híbridos está em que a fermentação das amêndoas é rápida, processando-se em 36 horas mais ou menos, enquanto que, com os tipos atualmente cultivados o processo de fermentação aproxima-se de uma semana.

Segundo quanto pudemos observar, a área onde a lavoura começa a ser implantada é, ainda uma vez, a sub-litorânea, interessando especialmente as terras de Eldorado, Jacupiranga e Registro. Os cacauais estão sendo formados em trechos de encosta, de preferência suaves, nunca em baixadas demasiadamente úmidas. Preferem-se encostas de declividade suficiente para conservar um pouco a umidade. De um modo geral trata-se das mesmas áreas da seringueira. O plantío se está fazendo dentro das condições clássicas. A mata, que irá fornecer sombra ao cacaueiro, sofre o "ralhamento", ou "cabocramento" (322), ou seja, vê-se desbastada no sub-bosque, deixando-se as árvores maiores de modo a formarem, com suas copas, uma cortina verde que abrigue o espaço obtido e que será cultivado. Nêsse caso, portanto, não se verifica a prática da queimada.

O plantío é efetuado em covas, utilizando-se adubação. Sempre que possível e interessante ,as covas alinham-se em

---

(322) "Cabrocamento" é têrmo utilizado na zona de Ilhéus; veja-se, a respeito: SANTOS, Milton — **Zona do Cacau**, introdução ao estudo geográfico, Bahia, 1955.

curvas de nível. Por enquanto, dado o caráter muito recente das iniciativas, os agricultores devem freqüentemente enfrentar imprevistos que irão sendo superados pela experiência, adquirida através de sucessivas tentativas e erros. Na fazenda Remanso, por exemplo ,situada a meio caminho da estrada Jacupiranga-Eldorado, que já possui plantados 18.000 pés de cacau rôxo, foram plantadas, em agôsto de 1959, 1.000 mudas de cacau branco. Foram tomados todos os cuidados, o plantío sendo feito em covas bem adubadas, em curvas de nível. Depois de 15 dias do término do plantío as mudas encontravam-se em situação excelente, dada a umidade favorável que então prevaleceu. Em seguida, entretanto, sobrevieram cêrca de 15 dias bastante sêcos e em conseqüência as mudas ficaram grandemente prejudicadas, tendo sobrado apenas 300 em bom estado. O proprietário julga que talvez tivesse sido melhor ter coberto as covas com "serapiera", galhos e folhagem secos, com o fito de conservar a umidade. Quem sabe dessa forma os resultados venham a ser melhores. Não se exclui, naturalmente, uma remota possibilidade de irrigação. Insucessos como o citado não constituem, necessàriamente, elementos decisivos sôbre a praticabilidade ou não da cultura. A experiência poderá, senão evitá-los, atenuá-los de forma satisfatória.

Naturalmente não é possível afirmar sôbre os resultados concretos de tais iniciativas, especialmente sôbre os possíveis rendimentos, dado que tôdas as plantações têm menos de cinco anos. Entretanto, segundo os agrônomos da região e a opinião de muitos agricultores, êstes freqüentemente fiados naquêles, as condições ecológicas para o cacaueiro, na Baixada, são ótimas.

O plantío de cacauais, da mesma forma como as iniciativas no sentido de revigorar a cultura do café na Baixada, deve-se especialmente a grandes proprietários, em sua maioria recentemente instalados na região, trazendo consigo uma visão capitalista das atividades agrícolas. Aliás, só o capital de que essa gente dispõe pode permitir enfrentar todos os riscos de uma lavoura nova como a do cacau, e cujos resultados demo-

rarão a aparecer, apesar da confiança que infunde a orientação dos agrônomos.

Um importante fatôr de desenvolvimento de tal cultura será, caso realmente concretizada ,a criação, na Secretaria da Agricultura, de uma Comissão do Cacau, a exemplo da já existente para o incentivo e orientação da lavoura de seringuera.

Em estado mais adiantado que as relativas ao cacaueiro, encontram-se as iniciativas no sentido de difundir a cultura da seringueira. A Baixada está atraindo o interêsse do agricultor pela seringueira em virtude das condições relativas ao regime térmico, bastante regular, e, especialmente, à umidade elevada O agrônomo de Eldorado despertou-nos a atenção para o fato de que, mesmo não chovendo, ser muitas vêzes suficiente o sereno da noite. Citou como exemplo casos em que, sem ter chovido, em uma noite o pluviómetro marcou 3 mm. Convém frizar, entretanto, que para favorecer a difusão da cultura da seringueira existe a disposição de lei segundo a qual essa cultura preenche a obrigatoriedade de uma parte da propriedade ser coberta de floresta (325), o que é válido também para o cacau.

No litoral sul do Estado as primeiras seringueiras foram plantadas há seis anos (1953-54), na Baixada do Itanhaém. Em seguida surgiram na área que nos interessa, inicialmente em Juquiá e Iguape. Atualmente é lavoura que tanto pode ser encontrada no vale do Juquiá, quanto na zona sub-litorânea ou no próprio litoral. A área que no momento está interessando menos à nova cultura é a de Cananéia, enquanto que, como no caso do cacau e do café, a zona sub-litorânea parece tender a concentrar os seus mais significativos efetivos. Da mesma forma que o cacaueiro, a seringueira está sendo plantada de preferência em terrenos de colinas, com vertentes de declividade que atingem até 30-35 graus. A lavoura está se expandindo com relativa rapidez, sendo exemplo sugestivo o fato de, só nas áreas de Eldorado e Jacupiranga existirem seringais com um total de 230.000 pés, dos quais 80.000 foram plantados no

(323) "O Estado de São Paulo", 4 de março de 1960.

ano de 1959. A freqüência relativamente significativa com que nos deparamos com viveiros, e o interêsse demonstrado por muitos agricultores, assim como as atividades dos agrônomos regionais e as experiências da Fazenda Experimental do Vale do Ribeira, nos fazem crer que seu rítmo de difusão tende a aumentar nos próximos anos.

Tôda a difusão da lavoura da seringueira se faz por intermédio dos "campos de cooperação" e com permanente assistência dos agrônomos regionais. Os "campos de cooperação" são instalalos em propriedades particulares, depois de contrato entre o agricultor interessado na lavoura e a Secretaria da Agricultura. As sementes são vendidas pela Secretaria, para que o campo do "cooperador" seja formado dentro das normas técnicas que serão ditadas pelo agrônomo. Formado o campo, êle se tornará um dos nódulos de difusão da cultura, tendo em vista que o "cooperador" pode dispôr, por venda, das sementes. Estas poderão, inclusive, ser vendidas à própria Secretaria, que as irá utilizar para fomentar a criação de novos "campos de cooperação". Embora a Secretaria da Agricultura ofereça pela semente um pagamento que é inferior ao preço que solicita para as que dispõe, os "cooperados" têm vantagem em comprar e vender para ela, tendo em vista que para o que vendem recebem pagamento à vista, enquanto que para o que compram, pagam a longo prazo, sem juros, de até 12 anos (324). É compreensível que nessas bases ùltimamente tenha aumentado o número de proprietários interessados na formação dos referidos "campos".

O plantío da seringueira é feito tomando-se uma série de precauções, reveladoras da orientação racional que para êle está existindo. As sementes são semeadas em um viveiro, preparado em um canteiro de areia. Depois de cobertas com areia elas o são com terra, a areia tendo a finalidade de permitir fácil desenvolvimento das raizes, que no caso da seringueira são inicialmente muito delicadas. A germinação verifica-se

(324) As condições de venda, por parte da Secretaria da Agricultura, são as seguintes: a muda é oferecida a razão de Cr$ 35,00. O lavrador poderá pagar, inicialmente, Cr$ 5,25 por muda, Cr$ 7,00 no 9.º, 10.º e 11.º ano e, finalmente, Cr$ 8,75 no 12.º ano.

normalmente depois de 10 a 15 dias da semeadura efetuada. O viveiro recebe sempre grande quantidade de água e é mantido constantmente limpo. Em seguida as pequeninas mudas obtidas são transplantadas para um viveiro de terra, onde irão se desenvolver. No viveiro de terra as mudas são dispostas com pequeno espaçamento entre uma e outra, aproximadamente um metro. Como experiência, as superfícies dos viveiros têm sido cobertas com serragem, palha de arroz ou capim sêco. Com isso procura-se tornar desnecessária a limpeza da superfície com a enxada, porque sempre há possibilidade de "cicatrizar" as mudas, em conseqüência prejudicando-as Serragem e palha de arroz deram excelente resultado, tornando-se desnecessária a "limpa" e. além disso, permitindo uma conservação maior de umidade no solo.

As mudas assim obtidas serão utilizadas em seguida, como "cavalo", para enxertía. As mudas a partir das quais se obterão os "cavaleiros" têm sido introduzidas das plantações de Itanhaém, onde já existem seringais em produção. O "cavaleiro" pode, também, ser adquirido ao Agronômico e geralmente o intermediário na distribuição é a Secretaria da Agricultura. Vêm acondicionados em caixas de madeira, conservados em terra úmida.

A efetivação da enxertía verifica-se quando o "cavalo" tiver aproximadamente 2,5cm. de diâmetro a uma altura de mais ou menos 10 cm. do solo Normalmente, havendo entretanto variações ,essas condições se verificam depois de um ano e meio a partir do plantío dos "cavalos" no viveiro de terra. Não se definiu, pelo menos por enquanto, um determinado período do ano para o processamento da enxertía Na região ela tem sido feita em qualquer época, desde que na ocasião da operação não chova e, desde que tanto o "cavalo" quanto o "cavaleiro" (com as borbulhas) estejam "dando casca", ou seja, permitam que as cascas se separem fàcilmente quando são abertas as janelinhas para enxerto. Tivemos ocasião de assistir a êsse trabalho e pudemos verificar que se trata de operação muito delicada, da qual depende, certamente, grande parte dos resultados a obter.

Naturalmente, em seguida, procede-se a novo transplante, desta vez para formação ,em definitivo, dos seringais. Para êsse fim, a época aconselhada pela Secretária da Agricultura é a que vai de outubro a abril, de preferência escolhendo-se dias chuvosos e encobertos.

As mudas já enxertadas, em "tocos", depois de arrancadas e imediatamente barreadas, são plantadas em covas de 60 por 60 cm., e 60 cm .de profundidade, esta necessária em vista da raiz principal ter, na ocasião, 50 ou mais cm. de comprimento. As covas, preparadas com bastante antecedência, 15 a 20 dias, são adubadas com matéria orgânica bem curtida e com adubo químico. Segundo folheto da Secretaria da Agricultura, 20 litros de matéria orgânica, 500 gramas de fosfato natural e 50 gramas de cloreto de potássio.

As covas devem ser dispostas em curvas de nível e obedecer um espaçamento de 7,0 por 2,5 m., o primeiro na linha de maior declividade e o segundo ao longo dos contôrnos. Depois de passados 10 a 12 anos poderão ser retiradas as árvores mais fracas, de modo que o espaçamento, na prática, girará em tôrno de 7 por 5 m. Nas lavouras da região normalmente são plantadas 1.000 a 1.100 pés por alqueire. Com a eliminação dos pés fracos ficam 850 a 1.000 pés por alqueire.

Durante a época de plantío as cvas devem ser abundantemente regadas, caso não haja chuva. Depois de socada a terra na cova ,entretanto sem torná-la compacta, ela será protegida com uma camada de capim sêco com o fito de conservar a umidade, enquanto que a própria muda será coberta por uma "casinha" de cana de milho ou de capim com o objetivo de proteje-la contra o vento e os raios solares. Durante os primeiros tempos após o plantío limpa-se periòdicamente os brotos que porventura o "cavalo" venha a ter, permitindo-se apenas o crescimento do broto oriundo do enxerto, de modo tal que a planta venha a ter um caule com pelo menos dois metros, sem nenhuma ramificação.

Quando necessário ,na seringueira pratica-se novo enxerto — "enxerto de copa" — a dois metros do solo, com o fito de

combater a "moléstia das fôlhas" (Dotidela). E' natural que em árvores já adultas o "enxerto de copa" terá que ser sempre mais alto.

A "moléstia das fôlhas" está grassando nos seringais da região e, segundo parece ,poderá se tornar um dos mais sérios problemas da lavoura As árvores doentes perdem as fôlhas e, frequentemente, especialmente se mais novas, ficam reduzidas tão sòmente ao caule. E' evidente que a produtividade em latex se ressente muitíssimo, em muitos casos podendo tornar-se pràticamente nula. Quando árvores adultas são enxertadas a produção só recomeça dois anos após o enxerto ou seja, sòmente depois que se reconstituiu nova copa.

O combate à "moléstia das fôlhas" está se fazendo não só com o "enxerto de copa" mas, também, com o plantío de exemplares que sejam mais resistentes (I.A.N. 873, 717, 710 e F.X. 3.925), e com a pulverização das plantas com sulfato de cobre.

Embora a Secretaria da Agricultura lembre que durante os três primeiros anos depois do plantío possam ser efetuadas temporárias culturas intercaladas, nos casos que conhecemos não soubemos da presença dessa prática. Vimos, isto sim, plantío intercalado do "Kudzú", uma leguminosa perene e rasteira que combate o mato que pode crescer nas "ruas" do seringal, além de ter função de adubo e proteger o solo contra a erosão.

Com seis anos de idade as árvores já estarão produzindo. Entretanto, só se tornarão adultas a partir dos 15 anos de idade, enquanto que a máxima produção sòmente será atingida com 25 anos de idade. Tomando-se por base o que já se verifica em Itanhaém, para a sangría das seringueiras normalmente utilizam-se dois homens por alqueire. Em cada alqueire temos aproximadamente 1.000 plantas, no máximo 1.200. A sangría em cada árvore é feita em dias alternados, um sim outro não. Daí decorre que cada homem poderá sangrar diàriamente 250 a 300 árvores. O processo de sangría é mais racional do que o utilizado na Amazônia. Alí domina a sangria em "espinha de peixe", enquanto na Baixada pretende-se difundir a sangría "em espiral", que aproveita o máximo das possibilidades da planta, sem prejudicá-la demasiadamente com os cortes.

Baseados nas propriedades que já possuem seringais em produção, ainda pouquíssimas, torna-se possível ter um quadro sôbre a extração do latex e seu beneficiamento.

A sangría, interessando cada árvore em dias alternados, como já foi dito, normalmente é feita ao alvorecer do dia; não sendo possível (chuva ou outro motivo qualquer) então se processa à tarde, com resultados menos satisfatórios.

Cada planta fornece 15 a 20 grs. de latex por sangría. O latex extraído é levado para tanques razos, ladrilhados, para que coagule. Com o fito de acelerar o processo de coagulação utiliza-se ácido acético ou fênico. O produto coagulado em seguida é passado em cilindros com o objetivo de eliminar parte da água que contém. O restante da água vê-se elimnado por sêca ao ar livre e, finalmente, em estufa. Esta, aquecida a lenha, mantém temperaturas entre 40° C. e 50° C., sendo o calor distribuido por tubulações. A umidade vê-se libertada, juntamente com o ar aquecido, por aberturas existentes nas paredes da estufa. O produto obtido é o crepe de 1a., com bons preços no mercado. Com as sobras e materiais residuais obtem-se o "sernambí", também objeto de comercialização.

Por enquanto não se verifica a produção de borracha líquida porque a máquina centrifugadora necessária para tal fim é muito cara e, por outro lado, não se justificaria em face da quantidade ainda relativamente pequena de latex a ser beneficiado.

Como vemos, as mesmas observações feitas a propósito da cultura do cacau poderiam ser repetidas para a da seringueira. Embora esta já tenha a seu favor os resultados obtidos na Baixada do Itanhaém e em algumas propriedades da própria região em estudo, e embora viveiros e seringais já formados deixem a maioria otimista sôbre os possíveis resultados da iniciativa, a verdade é que sgmente daqui a alguns anos poder-se-ão ter elementos mais concretos a respeito.

Vale como um elemento de garantia, de qualquer forma, a orientação da Secretaria da Agricultura e a receptividade por parte dos agricultores.

REGIÃO DO RIBEIRA — Principais produtos agrícolas — 1953

Municípios	BANANA			CAFÉ			ARROZ		
	Área hectares	Produção Cachos	Valor Cr$.	Área hectares	Produção arrobas	Valor Cr$.	Área hectares	Produção Sc. 60 K	Valor Cr$.
Cananéia	54	181.000	1.086.000	—	—	—	266	9.130	2.008.600
Eldorado	185	122.700	613.500	80	2.400	780.000	2.057	31.670	9.501.000
Iguape	1280	1.800.000	21.600.000	—	—	—	2.420	64.000	12.800.000
Jacupiranga	160	50.000	500.000	288	2.800	840.000	3.400	80.000	17.600.000
Juquiá	1440	1.800.000	16.200.000	—	—	—	133	2.750	495.000
Registro	1800	1.141.000	11.410.000	240	7.000	2.100.000	1.404	38.000	10.640.000
TOTAIS	4919	5.114.700	51.409.500	608	12.200	3.720.000	9.680	205.550	53.044.600

Municípios	CHÁ			FEIJÃO			MILHO		
	Área hectares	Produção Kgs.	Valor Cr$.	Área hectares	Produção Sc. 60 K	Valor Cr$.	Área hectares	Produção Sc. 60 K	Valor Cr$.
Cananéia	—	—	—	24	830	290.500	24	1.000	120.000
Eldorado	—	—	—	535	10.500	2.100.000	1.936	48.000	3.840.000
Iguape	—	—	—	96	1.300	271.700	193	1.900	171.000
Jacupiranga	—	—	—	850	8.000	1.560.000	3.200	80.000	8.000.000
Juquiá	—	—	—	85	1.310	218.770	78	1.310	117.000
Registro	4.130	600.000	15.250.000	—	—	—	387	8.000	800.000
TOTAIS	4.130	600.000	15.250.000	1.590	21.940	4.440.970	5.818	140.200	13.048.000

REGIÃO DO RIBEIRA — Principais produtos agrícolas — 1953

Municípios	CANA DE AÇÚCAR			MANDIOCA		
	Área hectares	Produção toneladas	Valor Cr$.	Área hectares	Produção toneladas	Valor Cr$.
Cananéia	24	700	70.000	36	683	213.750
Eldorado	73	2.400	432.000	144	3.200	640.000
Iguape	36	750	75.000	944	10.050	12.060.000
Jacupiranga	250	6.800	1.020.000	200	3.400	670.000
Juquiá	7	155	23.250	10	120	60.000
Registro	145	7.500	1.500.000	145	4.200	1.470.000
TOTAIS	535	18.305	3.120.250	1.479	21.653	15.123.750

N.º 100 Fonte — Ministério da Agricultura — Serviço de Estatística da Produção — "Produção Agrícola, discriminada por município, 1953", Rio de Janeiro, 1954.

As Principais Lavouras Comerciais e sua Rentabilidade

O conhecimento das formas de organização do espaço agrícola de uma área qualquer implica, necessàriamente, como foi feito, na consideração dos tipos de plantas cultivadas, e do papel de cada uma delas no arranjo dos elementos paisagísticos. Entretanto, tal conhecimento não poderia ser completo sem que fosse dada uma pequena atenção, pelo menos ,ao problema da rentabilidade de cada uma das lavouras, dado que a presença maior ou menor, de cada uma delas no quadro regional, justifica-se antes de mais nada pelos seus respectivos valôres.

Em uma área como a Baixada do Ribeira, onde se assiste a um processo de transformação implicando na reorganização do espaço agrícola com a introdução de novas plantas (*) e, conseqüentemente, de novos sistemas e técnicas, a consideração da rentabilidade se torna oportuna inclusive porque poderá fornecer uma orientação sôbre as possíveis características de tal processo.

Entre as lavouras existentes na região, ou em fase de introdução, merecem uma referência particular as do chá, banana, seringueira, e café. Segundo parece, são as que poderão ter, em futuro próximo, maior destaque, nas paisagens agrícolas regionais como, de resto, já sucede com as duas primeiras.

Nas lavouras de chá é possível contar com 12.000 pés por alqueire (4.950 pés por hectare aproximadamente). Em média cada pé pode fornecer 750 gr. de fôlhas por ano. Daí decorre que, em um ano, um alqueire pode produzir cêrca de 9.000 kilos de fôlhas verdes. Na safra relativa a 1960-1961 o agricultor receberá a quantia de Cr$ 14,00 por kilo de fôlha verde, dessa foram conseguindo a renda bruta de Cr$ 126.000,00 por cada alqueire cultivado.

O custeio da lavoura de chá está na dependência principalmente da mão de obra. Nêste ano (1960) o preço da mão de obra subiu bastante, segundo informantes tendo em vista a so-

---

(*) É possível falar em reorganização do espaço agrícola dado que as modificações implicam, inclusive, em transformação do sistema fundiário.

licitação de operários por parte da BR2 em construção. Acreditamos que a elevação do custo da mão de obra seja antes uma conseqüência normal do aumento do custo de vida, dado que as lavouras de chá utilizam principalmente mão de obra feminina, não solicitada pelos trabalhos na BR2. O fato é que a mão de obra utilizada para os trabalhos de colheita no ano agrícola 1960-1961 será paga à razão de Cr$ 8,00 a Cr$ 10,00 por kilo de fôlha verde colhida. A manutenção ou elevação dêsses níveis parece ser a tendência para um próximo futuro. Nas condições acima os gastos com a colheita de um alqueire de chá ficarão entre Cr$ 72.000,00 e Cr$ 90.000,00, conforme o preço da mão de obra.

Os gastos com a mão de obra utilizada para a colheita não sofrem acrescimos sensíveis relativos aos serviços de "limpa", póda das plantas ou adubação. Esta, como já foi visto, pràticamente não existe, enquanto que os serviços de "limpa" são limitados e os de póda freqüentemente não oneram financeiramente o proprietário porque muitas vêzes estão incluidos nas "obrigações" do empregado que mora na propriedade. Por isso mesmo, a renda líquida de um alqueire de chá deverá oscilar entre Cr$ 36.000,00 e Cr$ 54.000,00 pouco mais ou menos.

As observações feitas até agora referem-se, naturalmente, a chazais já formados. No caso de chazais novos torna-se necessário acrescentar os gastos de formação, muito variáveis, assim como o empate de capitais até a primeira colheita.

Considerando, agora, o produto beneficiado, chega-se às conclusões abaixo.

Para obter um kilo de chá beneficiado são necessários de quatro a cinco kilos de fôlhas verdes. Para efeito de rentabilidade será preferível o cálculo mais pessimista, tomando por base a relação 5 kilos de fôlhas para um de chá beneficiado.

De dezembro de 1959 a fevereiro de 1960 o chá beneficiado, de exportação, foi vendido entre Cr$ 120,00 e Cr$ 180,00 por kilo, enquanto que o destinado ao consumo interno conseguiu entre Cr$ 80,00 e Cr$ 100,00 por kilo. Em março e abril de 1960 os valôres foram respectivamente entre Cr$ 120, e Cr$ 150,00 e entre Cr$ 80,00 e Cr$ 90,00.

Considerando que todo o produto de um alqueire, depois de beneficiado, pudesse ser exportado, teríamos um valôr bruto de Cr$ 216.000,00 a Cr$ 324.000,00. Para o consumo interno os valôres estariam entre Cr$ 144.000,0 0e Cr$ 180.000,00.

Deduzidos os gastos com a compra das fôlhas verdes, e não considerada a mão de obra e amortização do capital empregado nas instalações de beneficiamento teríamos lucros líquidos entre Cr$ 90.000,00 e Cr$ 198.000,00 para exportação e Cr$ 18.000,00 a Cr$ 54.000,00 para o consumo interno. Naturalmente, em casos como o da fazenda Okamoto, onde a usina de beneficiamento trabalha com fôlhas verdes obtidas em plantações próprias, devem ser somadas as parcelas relativas à lavoura com aquelas relativas ao beneficiamento (325).

Nos bananais, quer sejam de várzeas, quer de morro, normalmente temos entre 1.800 a 2.000 pés por alqueire (753 a 826 pés por hectare). Sendo dominante o plantío por empreitada. e ficando esta em Cr$ 14,00 por pé, normalmente cada alqueire vem a custar entre Cr$ 25.000,00 e Cr$ 28.000,00 (agôsto de 1960).

Os gastos com a formação de um alqueire de bananal raramente ultrapassam as cifras acima. Dado que o bananal, quando em formação, é entregoe pelo empreiteiro já em 30% cacheado, na prática o proprietário não tem outros gastos, no decorrer do primeiro ano, a não ser os relativos à mão de obra para a colheita. Nos anos seguintes, aos gastos com a colheita se acrescentam os de manutenção da cultura, especialmente os de "limpa". E' possível considerar o custeio de um bananal formado, em cada ano agrícola, como equivalente, aproximadamente, ao de uma empreitada para formá-lo.

Cada alqueire de bananal rende em média de 1.800 a 2.000 cachos, pois que normalmente a produção é de um cacho por pé. Como para o chá, a banana produzida na região destina-se tanto para a exportação quanto para o consumo interno. Para

---

(325) Os elementos relativos à rentabilidade do chá foram obtidos junto ao agrônomo regional, em Registro, assim como na fazenda Okamoto, na Usina de Beneficiamento da Standar Brandt e na Cooperativa Agrícola de Cotia.

exportação o cacho deve ser bem formado, devendo ter no mínimo nove pencas. Um bananal com produtividade razoável deve fornecer cêrca de 70% de cachos para exportação, o "descarte" (cachos menores) sendo vendido no mercado interno. Em cada alqueire portanto, nas condições acima, normalmente se obtém 1.260 a 1.400 cachos para exportação, mais 540 a 600 cachos para o consumo interso. Esses elementos podem servir de base tanto para os bananais de várzea quanto para os de morro, embora aquêles ofereçam rendimentos maiores para exportação.

A banana de exportação, envolvida em palhões de taboa, perí ,palha de arroz e, excepcionalmente até mesmo em plástico, é vendida por cacho, enquanto que a destinada ao consumo interno é oferecida a granel, sendo vendida por peso.

Entre julho de 1959 e julho de 1960 os preços obtidos por cacho de exportação foram os seguintes:

julho	1959 — Cr$.	40,00	novembro	1959 — Cr$.	70,00
agôsto	1959 — Cr$.	50,00	dezembro	1959 — Cr$.	95,00
setembro	1959 — Cr$.	40,00	junho	1960 — Cr$.	50,00
outubro	1959 — Cr$.	45,00	julho	1960 — Cr$.	75,00

Os preços da banana oscilam, segundo parece, bem mais que os relativos ao chá. A elasticidade é decorrente antes de mais nada da procura que, oscilando em função das estações, incide inevitàvelmente nos preços de um produto que não pode ser estocado.

Tomando por base os preços por cacho de exportação obtidos nos meses de junho e julho de 1960, cada alqueire de bananal forneceu uma renda bruta entre Cr$ 63.000,00 (1.260 cachos a Cr$ 50,00 cada) e Cr$ 105.000,00 (correspondentes a 1.400 cachos a Cr$ 75,00 cada).

Tais preços são obtidos com o produto posto na ferrovia, portanto, considerada a área em estudo, em Juquiá. O transporte até a ferrovia corre por conta do bananicultor e, sendo efetuado por caminhões — em certos casos o meio utilizado para uma parte do percurso é o fluvial — fica em Cr$ 6,00 por cacho em um percurso de 20 a 30 km. Para um bananicultor de Ju-

quiá, portanto ,os gastos com o frete até a estação podem atingir, sempre considerando a produção de um alqueire, de Cr$ 7.560,00 a Cr$ 8.400,00. Deduzidos os gastos com o frete, um alqueire rende, para exportação, em condições como as dos dois meses considerados, entre Cr$ 51.000,00 e Cr$ 96.000,00

Entre janeiro e junho de 1960 o "descarte" obteve, por tonelada posta no mercado de São Paulo, os seguintes preços:

janeiro	— de	Cr$.	2.400,00	a	Cr$.	3.500,00
fevereiro	— de	Cr$.	2.400,00	a	Cr$.	3.000,00
março	— de	Cr$.	2.900,00	a	Cr$.	3.000,00
abril	— de	Cr$.	1.900,00	a	Cr$.	2.200,00
maio	— de	Cr$.	2.500,00	a	Cr$.	2.600,00
junho	— de	Cr$.	2.500,00	a	Cr$.	3.750,00

No mês de agôsto atingiu Cr$ 4.000,00.

Considerando os preços entre junho e agôsto, cada alqueire rendeu bruto, em "descarte", de Cr$ 16.250,00 (aproximadamente 6,5 toneladas a Cr$ 2.500,00 cada), a um máximo de Cr$ 28.800,00 (correspondentes a cêrca de 7,2 toneladas a Cr$ 4.000,00 cada). Deduzidas as despesas com o transporte até São Paulo — cêrca de Cr$ 1.000,00 por tonelada, — teremos uma renda redonda entre Cr$ 10.000,00 e Cr$ 22.000,00.

Finalmente, somadas as rendas com a banana de exportação e a de consumo no mercado interno, e deduzidos os gastos com o custeio da lavoura chega-se a rendas líquidas que ficam, por alqueire ,aproximadamente entre Cr$ 36.000,00 e um máximo de Cr$ 90.000,00 ,esta última cifra estando mais próxima da situação atual (agôsto de 1960) (326).

No que se refere à rentabilidade das lavouras de seringueira, dado o seu caráter de cultura em fase de introdução, é natural que se baseie em dados relativos a poucos casos com seringais já em produção. Entretanto tais dados, embora não escudados em uma realidade de proporções significativas, assumem importância realmente grande, pois que constituem os

(326) A rentabilidade da bananicultura foi calculada com elementos obtidos na fazenda Barra do Assunguí (município de Juquiá), com o agrônomo regional de Registro e bananicultores da área de Sete Barras.

primeiros elementos objetivos para aquilatar das possibilidades dessa lavoura.

Um alqueire de seringal formado normalmente comporta em tôrno de 1.100 pés. A formação do seringal pode se processar com a obtenção por compra, por parte do proprietário, de mudas já enxertadas ou, então, por compra de sementes para o "cavalo" e de borbulhas para o enxerto. Partindo da primeira possibilidade, a muda fica em Cr$ 35,00 cada, donde um gasto total de Cr$ 38.500,00 no mínimo, com o necessário para um alqueire. Na realidade tais gastos superam Cr$ 40.000,00, em virtude da quebra com plantas mais fracas (327).

O plantío de uma cova, que em 1957 ficava em Cr$ 2,50, atualmente (1960) fica em Cr$ 5,00. Daí decorre que os gastos com o plantío de um alqueire são de Cr$ 5.500,00 ao que, somados os lembrados anteriormente, somam Cr$ 44.000,00, no mínimo. Acrescentando-se as despesas com derrubadas e queimadas, com a criação e manutenção de viveiros ou outras de necessidade eventual, temos, no total, cêrca de Cr$ 100.000,00 a Cr$ 120.000,00 por alqueire.

Desde formado o seringal exige cuidados constantes, especialmente de "limpa". Para êste serviço são utilizados diaristas e, mais freqüentemente mensalistas.

Em um ou outro caso as despesas orçam aproximadamente em Cr$ 20.000,00 por ano, de modo que no fim de seis anos, quando o seringal já se encontra em produção, êsse tipo de despesas pode atingir Cr$ 120.000,00. No total, um alqueire de seringueiras começa a produzir quando já forem gastos de Cr$ 300.000,00 a Cr$ 400.000,00 pois que, às anteriores, devem ser acrescentadas despesas com adubos.

A elevada aplicação iniiial de capitais sem imediata remuneração vê-se compensada pela renda obtida a partir do início da produção. Veja-se, a propósito, a renda bruta de um alqueire de seringal, conforme será mostrado.

---

(327) No segundo caso os gastos são repartidos com a aquisição de sementes (Cr$ 50,00 por kilo) e de borbulhas, a razão de Cr$ 4,00 cada.

A sangría de uma planta normalmente resulta em uma produção em tôrno de 20 grs. de latex, podendo ser mais elevada. Como cada planta vê-se sangrada aproximadamente 150 vêzes em um ano, resulta que, nêsse período, cada planta pode fornecer 3 kilos de latex, um alqueire rendendo, portanto, cêrca de 3.000 kilos ou mais. Não considerada a possibilidade de obtenção de borracha líquida, por razões já lembradas em outra parte, cada kilo de latex pode fornecer entre 250 grs. a 400 grs. de borracha seca (crepe).

De acôrdo com as duas possibilidades extremas acima, cada alqueire possibilita a obtenção de 750 a 1.200 kilos de borracha seca.

O preço da borracha seca está entre Cr$ 280,00 e Cr$ 300,00 o kilo. Em conseqüência, torna-se possível verificar-se uma entre os extremos representados pelas duas possibilidades abaixo.

1a. possibilidade — Caso em que um alqueire produza cêrca de 750 kilos de borracha seca — rendimento bruto entre Cr$ 210.000,00 (correspondente a Cr$ 280,00 o kilo) e Cr$..... 225.000,00 (a Cr$ 300,00 o kilo).

2a. possibilidade — caso em que um alqueire produza cêrca de 1.200 kilos de borracha seca — renda bruta entre Cr$ 336.000,00 (a Cr$ 280,00 o kilo) e Cr$ 360.000,00 (no caso de Cr$ 300,00 o kilo).

Considerada uma terceira possibilidade, com rendimentos ótimos — 2.000 kilos de borracha seca — um alqueire poderia render até um máximo de Cr$ 600.000,00 brutos.

Deduzidos os gastos de custeio, adubação mão de obra para a colheita e beneficamento, a renda líquida por alqueire, pode atingir até Cr$ 250.000,00 a Cr$ 280.000,00. Claro está que essa renda deverá amortizar, também, o capital empatado nos seis anos em que o seringal não produziu e aquêle empregado nas instalações de beneficiamento. E' evidente, também, que normalmente os rendimentos são mais baixos, não se falando de lavouras prejudicadas pela "dotidela", como as que resultam

na primeira possibilidade ilustrada acima ou então, em situações com rentabilidade bem inferiores (328).

Para as lavouras de café foram tomados em consderação sòmente os dados relativos aos cafezais novos, geralmente com Caturra e formados em bases técnicas mais satisfatórias que os antigos. Por outro lado, foram dados aplicáveis a lavouras consideradas mais representativas, é verdade que subjetivamente.

Em cada alqueire, plantado racionalmente, devem caber cêrca de 2.500 pés. O rendimento por mil pés, em um ano agrícola deve ser de 70 a 80 arrobas. Cada alqueire poderá produzir, conseqüentemente, de 175 a 20 0arrobas de café, ou seja, 44 a 50 sacos de 60 kilos.

Cada saco, para café bom, pode obter (agôsto de 1960) de Cr$ 3.000,00 a Cr$ 3.500,00. Os da Baixada normalmente não têm alcançado êsses preços. Optando pelo preço mais baixo, um alqueire pode render, brutos, Cr$ 132.000,00 a Cr$ 150.000,00. Considerando que o custeio fica em aproximadamente Cr$.... 50.000,00 ,cada alqueire rende, líquidos, de Cr$ 82.000,00 a Cr$ 100.000,00 (329).

Pelo que foi visto, embora não se trate de elementos completos e inteiramente satisfatórios, as quatro culturas consideradas apresentam rentabilidade boa. E' evidente que aos elementos apresentados devem ser acrescentados os gastos com impostos e a amortização do capital empatado na compra das terras. Elas tenderão, a não ser que sobrevenham problemas não previstos ,a dominar os quadros das lavouras comerciais da região, especialmente na área sub-litorânea, propícia a tôdas elas. Por outro lado, se não será raro, como já acontece em alguns casos, contiguidade de lavouras diferentes na mesma

---

(328) Os dados sôbre a rentabilidade dos seringais foram obtidos junto à fazenda Barra do Assunguí, no município de Juquiá, onde há seringal em produção e beneficiamento do latex e, por informações do agrônomo de Registro e do de Eldorado.

(329) Os dados acima, sumários, não incluem os gastos com a formação dos cafezais e se referem a propriedades que já possuem instalações para beneficiamento. Êles resultaram de informações do agrônomo regional, em Registro, assim como de elementos fornecidos por cafeicultores das áreas de Eldorado e Jacupiranga.

propriedade, mais comum, parece, tornar-se-á a concorrência entre elas, com exclusão de uma por outras. Das lavouras que já ocupam uma posição de destaque na região, a do chá parece constituir-se na mais estável, principalmente tendo em vista a rentabilidade segura em virtude da relativa inelasticidade da oferta (possibilidade de estocagem). Quanto à produção das lavouras de banana, embora as rendas possam ser elevadas, elas se caracterizam pela elasticidade da procura e portanto insegurança dos mercados. A seringueira, com os rendimentos realmente elevados que pode proporcionar, deverá ser, segundo parece, a lavoura nova que mais interêsse irá despertar. Todavia, diferentemente dos bananais que não exigem instalações de beneficiamento, ou dos chazais, nos quais a produção pode convergir mais fàcilmente para as usinas de beneficiamento, os seringais provàvelmente terão sua maior difusão ligada mais às grandes propriedades e à aplicação de capitais mais vultosos que nos outros casos. Quanto ao café, apesar de sua rentabilidade, e apesar de ser, entre os quatro considerados, o produto cultivado há mais tempo na região, parece constituir-se em uma incógnita.

Finalmente, cabe uma observação relativa ao fato de que lavouras rentáveis como as citadas contribuem, e provàvelmente contribuirão mais intensamente, para modificar os quadros tradicionais relativos aos sistemas agrários dominantes na região.

Distribuição das Formas de Ocupação

Pelo quadro ao lado, que por insuficiência de elementos satisfatórios mais recentes, refere-se ao ano de 1950, podemos ter uma idéia a respeito das formas de utilização da superfície da Baixada do Ribeira. Antes de mais nada, é interessante observar que a superfície em matas equivale a uma considerável parcela do território que nos interessa, pois que representa 40,2% do total. A percentagem referida permite incluir a Baixada do Ribeira entre as poucas áreas do Estado de São Paulo que ainda dispõem de reservas florestais com superfície

Formas de utilização da superficie (Hectares) — 1950 (330)

Municípios	Estabelecimentos	Área total	LAVOURAS Permanentes	%	Temporárias	%	%	PASTAGENS Naturais	%	Artificiais	%	%	MATAS Naturais	%	Reflorestamento	%	%	INCULTAS	%
Cananéia	262	43.316	368	0,8	1.441	3,3	4,2	587	1,3	466	1,1	2,4	21.754	50,2	86	0,2	50,4	15.158	34.9
Eldorado	1.360	72.701	643	0,8	6.543	8,9	9,7	2.852	3,9	1.133	1,5	5,4	19.984	27,4	125	0,1	27,6	34.904	48,0
Iguape	2.141	95.301	2.654	2,7	7.584	7,9	10,7	1.481	1.5	175	0,2	1,7	48.194	50,5	456	0,4	51,0	27.673	29.0
Jacupiranga	2.119	92.094	701	0,7	3.931	4,3	5,0	2.794	3,0	820	0,8	3,9	35.897	38,9	372	0,4	39.3	39.535	42.9
Juquiá	258	39.299	2.724	6,8	279	0.7	7,5	948	2,4	605	1,5	4.0	21.483	54.6	236	0,5	55,2	7.195	18.3
Registro	1.554	72.948	5.343	7.3	6.808	9,3	16,7	2.773	3,8	932	1,2	5,0	20.124	27,5	2.672	3.6	31,2	29.275	40.1
Região do Ribeira	7.694	415.659	12.433	2,9	26.586	6,3	9,2	11.435	2,7	4.131	0,9	3,6	167.236	40,2	3.947	0,9	41,1	153.740	36.9
ESTADO .	221.611	19.007.582	1.564.316	8,2	2.693.317	14,1	22,4	4.952.565	26,0	3.695.370	19,4	45,5	2.472.044	13.0	298.502	1.5	14,5	2.353.272	12.3

(330) Organizado com os elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, pág. 124.

significativas. No mesmo ano, conforme dados do quadro em aprêço, as áreas em matas representavam apenas 13,0% do conjunto do Estado. Acreditamos, pelo que conhecemos sôbre a Baixada, que as áreas em matas devem ter sido reduzidas em escala relativamente grande nos últimos 10 anos. Entretanto, cremos que sua percentagem deve permanecer em tôrno dos 30%, o que permite que a Baixada se conserve nìtidamente diferenciada do restante do Estado, dado que matas de outras áreas, como por exemplo as da margem esquerda do rio Paraná, têm sofrido um contínuo e sistemático processo de destruição. E' verdade que a percentual relativa aos seis municípios arrolados para 1950 refere-se, em grande parte, a áreas que não deveriam ser incluidas na Baixada, pois pertencem já à encosta da serra de Paranapiacaba — é o caso, por exemplo, de parte das matas do município de Juquiá. Entretanto, considerando o papel que as matas representam, não sempre necessàriamente como reservas de solos, mas principalmente como elementos que interferem na dinâmica da utilização das áreas contíguas, especialmente por intermédio de sua função na regularização das águas superficiais, não é demais incluir mesmo matas de encosta da Serra, no conjunto que interessa à Baixada.

Embora conservando-se relativamente elevadas em todos os casos, as percentuais de superfícies em matas variam de município para município, de um máximo de 54,6% em Juquiá, para um mínimo de 27,4% em Eldorado. Tais variações, não são difíceis de explicar, pelo menos consideradas as causas em suas grandes linhas. Em primeiro lugar, as matas conservam-se ou nas encostas da serra de Paranapiacaba, especialmente ao norte dos vales do Ribeira e Juquiá entre Eldorado e a cidade de Juquiá, ou nas encostas de serras ao longo dos limites com o Estado do Paraná, na área de Cananéia ,ou ainda, formando manchas irregulares e de proporções variadas, em "ilhas" correspondentes às serras isoladas no seio mesmo da Baixada, a exemplo do Guaraú, Arataca, Quilombo e outras. Em segundo lugar, há uma íntima relação entre as áreas de matas de um lado, e a antigüidade e orientação do povoamento, de outro lado. As zonas mais desmatadas são as que se dispõem ao longo

dos principais cursos d'água ou então ao longo das estradas. Por outro lado, e em terceiro lugar, técnicas destrutivas e intensidade de ocupação humana, mesmo que relativamente recente, como nos municípios de Jacupiranga e Registro respectivamente, são outros fatôres de desflorestamento.

Não acreditamos que as matas, sob essa rubríca compreendilas no Censo de 1950, sejam tôdas primárias, pois em muitos casos a atividade destrutiva do "capuava" levou a uma sistemática substituição da mata primária por um revestimento secundário (331). Por outro lado, não acredtamos, também, que tôdas elas constituam reservas de solos de certo interêsse. Não se falando das matas secundárias, que em grande parte implicam já em uma utilização precedente do solo, uma parte dessas reservas quase certamente corresponde ao "jundu", em zonas litorâneas, com solos reconhecidamente muito frágeis.

O reflorestamento na região é muito limitado. Em 1950 correspondia a apenas 0,9% da superfície, enquanto o valor correspondente, para o Estado todo, era de 1,5%. Trata-se, prevalentemente, de plantações de eucalipto com o objetivo de obter lenha. A não ser em Registro, não se verifica uma intensidade maior de reflorestamento nas áreas em que o desmate é mais intenso. Paisagìsticamente as áreas reflorestadas não têm grande significado, a não ser em tôrno de Registro, especialmente ao sul do município ,e na Serrana, em Cajatí, onde a emprêsa de mineração mantem eucaliptais com o fito de mover a usina de beneficiamento de apatita e uma pequena usina termoelétrica.

As áreas incultas chamam a atenção pela sua importância dentro da Baixada. Compreendem 36,9% da superfície, enquanto que no conjunto do Estado não chegam a atingir 13%. Possuem maiores extensões relativas de área incultas os municípios de Eldorado ,Jacupiranga e Registro, enquanto que em Juquiá representam apenas 18,3% do total (332). Naturalmente,

---

(331) A propósito da destruição da vegetação pelo homem é interessante a leitura das observações feitas por Silveira, em obra já citada, págs. 166 a 182 e, especialmente, págs. 182 a 186.

(332) Veja-se a tabela sôbre as "Formas de utilização da superfície".

entre as áreas incultas estão incluidas zonas de manguezais no litoral, brejos e banhados das margens do baixo Ribeira ou dos baixos cursos de seu afluêntes a jusante de Registro, assim como áreas muito acidentadas desprovidas de matas.

A propósito das referidas áreas, convém fazer uma ressalva sôbre o valor dos elementos que estamos comentando. Êles, com as cifras que os representam, têm um valor relativo, passível de permitir considerações globais como as que estamos fazendo, de natureza muito geral, porém deve ficar implícito que oferecem uma larga margem onde se interpenetram os fenômenos que expressam. Já fizemos referência, por exemplo ,ao fato da rubríca "matas" compreender, certamente, consideráveis porções de revestimento florestal secundário. Tal fato, considerada não a situação estática em um determinado momento, no caso o ano de 1950, mas sim a dinâmica das formas e sistemas de utilização do solo, em prazo de tempo relativamente longo, podería fazer incluir uma parte da superfície de "matas" dentro do conjunto de áreas objetos de utilização pela agricultura ou por outra atividade econômica qualquer. O mesmo, sem que entretanto se possa afirmar em que proporções, poder-se-ia dizer a propósito das terras consideradas incultas pelo recenseador. Elas abrangem, provàvelmente, áreas extensas de "tiguéras", de revestimento caracterizado pela presença de capoeiras ralas, que puderam ter sido objeto de cultivo e que, provàvelmente, poderão tornar a sê-lo. Dentro de tal ordem de idéias compreende-se que as áreas de matas, realmente reservas florestais e de solos, assim como as incultas, ou seja, que não foram ou não serão cultivadas ou utilizadas de outra forma por espaço de tempo muito longo, devam ser consideradas como ocupando extensões inferiores às indicadas pelas cifras de que estamos nos valendo. A diferença, que não deve ser descurável, deve ser compreendida como área potencialmente utilizável dentro dos quadros técnicos atuais de utilização do solo, nêsse caso sendo em grande parte substituidas poroutras que, aparentemente abandonadas, em um outro recenseamento serão consideradas incultas também.

No conjunto do quadro que nos está servindo, entretanto, o fenômeno que nos parece mais significativo é o referente à insïgnifficatnte presença das pastagens, particularmente das artificiais. Enquanto no Estado de São Paulo as pastagens representam 45,5% do total, na Baixada elas constituem apenas 3,6% do conjunto. Nos últimos 10 anos essa percentagem seguramente subiu para 5% ou mais, especialmente em virtude das invernadas que estão sendo formadas nas áreas de Pariquéra-Açú, Jacupiranga e mesmo Eldorado. Entretanto, conserva-se sempre muito baixa. E' possível perceber que para isso contribuem principalmente as terras da marinha, em tôrno de Cananéia e Iguape, enquanto que na área sublitorânea os valôres são superiores à média para a Baixada. As razões do fato as apresentamos em outra parte; o que nos interessa aquí é perceber o pequeno papel representado pela criação nas formas de utilização da superfície regional, e em conseqüência, sua modesta participação na caracterização das paisagens regionais.

As lavouras têm um papel, no conjunto da Baixada, muito mis relevante que a criação. Comparando-se os dados a ela referentes, com os correspondentes para o Estado, verifica-se, entretanto, notável inferioridade por parte da Baixada. Apenas 9,2% da superfície ,quando no Estado é de 22,4%. A diferença deve ser atribuida ,como é natural, às elevadas percentagens de matas e terras incultas que carasterizam a Baixada. Entretanto, convém, ainda uma vez, lembrar que seria menos pronunciada se levassemos em consideração o quanto já dissemos sôbre o problema da dinâmica da utilização do solo. Convém lembrar, também, que uma parte das áreas cultivadas, de extensão difícil de aquilatar, foge ao controle estatístico dos trabalhos censitários. Referimo-nos especialmente a culturas de subsistência do tipo "roça", de caráter promíscuo, praticadas junto às habitações.

Como para os demais casos, a lavoura aparece com importância relativa muito diferente nos vários municípios. Aquêle que nêsse setôr aparece com maior destaque é Registro, onde a lavoura representa 16,7% do total da superfície; segue-se Iguape com 10,7%. Em posições muito modestas encontram-se Ca-

nanéia e Jacupiranga, respectivamente com 4,2% e 5,0%. E' interessante verificar as proporções em que aparecem as lavouras permanentes e as temporárias. Aquelas ocupavam, em 1950 ,apenas 2,9% da superfície, enquanto que estas abrangiam 6,3%. Também aquí verifica-se um contraste entre a Baixada e o conjunto do Estado. Nêste as lavouras permanentes ocupavam 8,2% da superfície das propriedades recenseadas (333). Acreditamos que a área ocupada por lavouras permanentes no território da Baixada tenha aumentalo bastante, especilmente devido à expansão recente da banicultura, que continuou na área de Sete Barras e se desenvolveu na área de Jacupiranga. Por outro lado, cremos que a referida área tenda a aumentar em rítmo mais rápido, com o possível incremento da lavoura caféeira, e secundàriamente da fruticultura (tangerina) e implantação ,em bases estáveis, das lavouras do cacaueiro e da seringueira.

Os Sistemas de Cultura

Um dos fatos mais marcantes da utilização do solo pela agricultura ou pela pecuária em tôda a Baixada do Ribeira é o caráter modesto, ou relativamente modesto, de que se reveste. Quer se trate de propriedades agrícolas, agropecuárias ou pastorís, há um predominio incontestável dos empreendimentos em pequena escala. O quadro que apresentamos abaixo, mostra bem o problema em suas linhas mais gerais.

Enquanto as propriedades agrícolas com atividades em pequena escala, totalizavam em 1950 um número de 6.334, 5,4% das do Estado, com uma área total de 283.888 hectares, ou seja 11,2 das do Estado ,as que possuiam atividades em grande escala somavam apenas 155, ou seja 0,5% das de todo o Estado, com 1,0% da superfície.

Entretanto, elementos muito mais sugestivos, e conclusivos, podem ser percebidos pelos quadros que se seguem, que nos fornecem, para o ano de 1950, o número de propriedades

---

(333) Dados da tabela sôbre as "Formas de utilização da superfície".

pelos grupos de áreas de colheita, em hectares. Percebe-se, em primeiro lugar, que bem mais de 50% das propriedades cultivadas apresentam áreas de colheita inferiores a 5 hectares, sendo que apenas 9%, aproximadamente, têm áreas de colheita superiores a 10 hectares .As percentuais da Baixada relativamente ao Estado, que acompanham o Quadro em questão, são

Utilização do Solo na Baixada do Ribeira — 1950
Modalidades de Exploração (334)

Modalidades	BAIXADA		ESTADO		% da Baixada no Estado	
	Propriedades n.º	Área ha.	Propriedades n.º	Área ha.	Propriedade n.º	Área ha.
Agricultura						
Total	6 489	323 899	144 490	6 287 584	4,4	5,1
Grande Escala	155	40 011	27 848	3 757 440	0,5	1,0
Pequena "	6 334	283 888	116 642	2 530 144	5,4	11,2
Agropecuária						
Total	612	63 690	49 243	8 546 015	1,2	0,7
Grande Escala	12	5 900	7 131	5 741 989	0,1	0,1
Pequena "	600	57 790	42 111	2 804 026	1,4	2,0
Pecuária						
Total	43	8 017	11 719	3 226 134	0,3	0,2
Grande Escala	24	6 179	4 100	2 235 847	0,5	0,2
Pequena "	19	1 838	7 619	990 287	0,2	0,1
Invernadas e Campos de Engorda	5	131	4 494	531 608	0,1	—
Outras Modalidades	495	18 282	3 456	219 269	14,3	8,2
TOTAIS	7 694	415 659	221 611	19 007 582	3,4	2,2

(334) Organizado com os elementos obtidos em VI Recenseamento Geral, do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, págs. 54 e 55.

igualmente expressivas. Percebe-se que, de um modo geral, elas diminuem dos grupos de áreas mais modestas, para os grupos de áreas maiores, verificando-se uma queda brusca para os grupos de áreas de colheita com mais de 10 hectares. É evidente que o fato significa que na Baixada os empreendimentos agrícolas são no conjunto, bem mais modestos, quanto à área, que no Estado em seu todo. O fenômeno merece, repetimos mais uma vez, um destaque especial, dado que êle não existe sòmente em função de lavouras temporárias, como também das permanentes. Tome-se, por exemplo. o município de Juquiá, onde a maioria absoluta das propriedades possuem lavouras de banana. Aí, pràticamente, 59% das propriedades possuem lavouras com menos de 10 hectares. O fenômeno é válido portanto, para as lavouras de subsistência como para as comerciais, para as intensivas com para as extensivas, para as policultoras como para as monocultoras. No conjunto depreende-se o caráter acanhado das atividades agrícolas, com as conseqüentes limitações de caráter econômico.

Parece-nos não ser difícil anotar algumas das razões do fato. Naturalmente, uma das causas da pequena extensão das lavouras é, em várias áreas, a presença de propriedades com pequenas superfícies, fato que teremos ocasião de verificar melhor mais adiante. Em tôrno de Pariquéra-Açú ou de Jacupiranga, por exemplo, como nas vizinhanças de Registro, chegamos a ter verdadeiros munifúndios, que para as condições regionais de utilizaçção do solo, são anti-econômicos. A limitação da superfície da propriedade é, portanto, em vários casos, um fatôr de limitação das lavouras. Não parece, todavia, ser o mais importante. Mesmo em propriedades de extensão relativamente grande dominam as explorações de pequenas dimensões. Cremos que as observações de N. L. Muller, feitas por volta de 1946, ainda são em grande parte válidas. Pela sua oportunidade transcrevêmo-las na íntegra: "se, com os núcleos japonêses, não parece haver dúvidas sôbre a existência de "sitios "em Registro, poder-se-ia dizer o mesmo do resto do território da Baixada do Ribeira? Quem não conhece a região seria talvez tentado a dizer ... que a predominância não deve ser de

"sitios". Nenhuma interpretação seria mais errada que esta, pois o caso dos municípios da Baixada do Ribeira é típico de coincidência quase absoluta com certo tipo de propriedade que, embora não seja a pequena é, sem dúvida, o "sitio". Já nos referimos ao fato de, nesta região, haver uma agricultura de manutenção itinerante, exigindo por isso áreas maiores do que as geralmente ligadas à idéia de "sitio". Embora haja, à beira dos rios, tendência a se estabelecerem culturas permanentes, como a da banana, ou intensivas, como a do arroz, a parte mais distante do rio sofre um tipo de exploração que poderá caber na classe da "agricultura primitiva de subsistência" ... O limite de área do "sitio", que vai até uns 120 alqueires quando próximo ao rio, eleva-se para o interior ,atingindo até mesmo 200 alqueires; .. Mas "ribeirinho" ou "capuava", o caboclo é sempre aí um sitiante, em Iguape ou em Registro, excluindo-se alguns casos entre os colonos japonêses que, graças à cultura do chá, tomam, mesmo em pequenas propriedades, características de fazendeiros" (336). Repetimos que as observações acima remontam a 1946, e lembramos que não se referem, necessàriamente, a tôda a Baixada, entretanto fornecem-nos um dos fatôres da dominância da lavoura em áreas modestas de colheita. Trata-se, conforme se lembra, do caráter itinerante de parte das lavouras da Baixada. Êsse fato faz com que, mesmo em propriedades que poderiam ser consideradas grandes, permaneça a presença da lavoura em áreas exíguas. E' evidente que, especialmente aquí, nos referimos tão sòmente às áreas de colheitas em cada ano, pois que as áreas de cultivo, dentro do sistema, são dinâmicamente bem maiores. As considerações que levaram N.L. Muller a incluir a maior parte das propriedades da Baixada dentro da categoria de "sitio" constituem, portanto, elementos para explicar em parte o domínio da atividade agrícola em pequena escala.

Um outro fatôr que freqüentemente influi conjuntamente com o citado, é a presença de elevada percentagem de lavouras de subsistência. Desde quando N. L. Muller (337) e Silvei-

(336) MULLER, N. L. — Obra citada, págs. 42-43.
(337) Idem.

N.º de Estabelecimentos por grupos de áreas de colheita — 1950 — Hectares.

Municípios	Estabelecimentos	Cultivados. N.º de estab.	Menos de 1 hect.	1 a menos de 2	2 a menos de 5	5 a menos de 10	10 a menos de 20	20 a menos de 50	50 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500
Cananéia	262	262	2	14	121	94	24	1	—	—	—
Eldorado	1.360	1.340	43	167	697	325	79	25	2	—	—
Iguape	2.141	2.067	113	405	1.214	262	50	15	4	1	1
Jacupiranga	2.119	2.118	7	121	1.050	787	133	19	1	—	—
Juquiá	258	232	1	26	55	70	49	26	4	—	—
Registro	1.554	1.542	8	115	754	424	172	56	9	3	—
Região do Ribeira	7.694	7.561	174	848	3.891	1.962	507	142	20	4	1
ESTADO	221.611	198.233	3.113	8.776	55.756	51.232	40.724	24.067	6.154	2.922	1.477

O Estado possue, ainda 282 entre 500 e 1.000 hect. e 82 com mais de 1.000 hectares.

Percentual da Região do Ribeira em relação ao Estado, quanto ao n. de Estabelecimentos por grupos de áreas de colheita — 1950 —

Menos de 1 hectare	5,5
1 a menos de 2	9,6
2 a menos de 5	6,9
5 a menos de 10	3,8
10 a menos de 20	1,2
20 a menos de 50	0,3
50 a menos de 100	0,05
100 a menos de 200	0,01
200 a menos de 500	0,0
500 a menos de 1.000	—
Com mais de 1.000	—
TOTAL	3,8

(335) Elaborados com elementos obtidos em: VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, pág. 108.

ra (338) preocuparam-se com a região, o papel das lavouras ùnicamente de subsistência diminuiu muito de importância, especialmente no que se refere à praticada pelo "capuava". De qualquer forma, sua presença ainda tem grande expressão e, como é natural, é responsável pela exiguilade das áreas cultivadas de muitas propriedades. Cremos, por outro lado que a disponibilidade de mão de obra na região não é suficiente para permitir a presença, em maior proporção que agora, de lavouras em grande escala. Já tivemos oportunidade de ver que a Baixada ainda é uma área ralamente povoada; tal situação, aliada ao fato de que a pequena população ocupa áreas relativamente grandes e, conforme veremos, de que há uma grande percentagem de cultivadores diretos, pràticamente apenas a família para tôda a propriedade, deve ser levada em consideração. As limitações, até recentemente muito graves, opostas às possibilidades de escoamento da produção regional, naturalmente contribuiram, por sua vez, para coartar a maior parte das iniciativas no sentido de ampliar os empreendimentos relativos à utilização do solo. E' significativo que lavouras como a da banana ou do chá, em certas propriedades aparecendo em grande escala, só puderam se desenvolver em função da criação de meios de circulação relativamente satisfatórios. A rotina que domina em muitas partes da Baixada, fruto da permanência de formas econômicas arcaicas, pode completar o quadro.

As modificações por que começou a passar a Baixada nos últimos anos provàvelmente influirão nas condições acima mencionadas. A melhoria das condições viárias regionais, a ntrodução de novas lavouras permanentes com caráter comercial, a exemplo da seringueira, o reagrupamento de propriedades que se está esboçando, a presença, sempre mais numerosa, de proprietários com mentalidade capitalista, tudo acompanhado por uma racionalização das técnicas de utilização do solo, contribuirão para reduzir sensìvelmente as pequenas lavouras sem expressão econômica.

---

(338) SILVEIRA João Dias da — Obra citada.

E' necessário portanto, ter sempre em mente as considerações acima para que se possa compreender as principais características da utilização do solo na região, inclusive dos sistemas de cultura.

Não é fácil, mesmo em grandes traços, tentar discernir os sistemas de cultura existentes na Baixada do Ribeira. Em muitíssimos casos encontrâmo-nos frente a situações não enquadráveis nas sistematizações comuns. Procuraremos, por isso mesmo, não levar em consideração as sistematizações existentes, mas sim, tentar uma caracterização, sempre que possível, das situações vigentes na Baixada, procurando em seguida verificar até que ponto se identificam com as formas comumente aceitas e mais divulgadas.

Um traço relativamente comum em todo o conjunto da Baixada é um certo itinerantismo da agricultura. Silveira, profundo conhecedor da região assim sintetizou o fato: "A agricultura é na maioria da região itinerante. Nas colinas e terraços, nas matas das restingas e dunas antigas e mesmo no "jundú" são abertas pequenas clareiras — no clássico sistema de roçada — onde é plantado milho, mandioca ("rama" na região), batata dôce, etc., por 2 ou 3 anos, conforme a resistência da terra à exploração e também a influência do hábito de mudar, muito enraizado no regional. Então desloca a exploração para outra clareira aberta. Nas terras abandonadas — "tiguéra" — crescerá ou não uma capoeira. Caso a capoeira se forme, a exploração poderá retornar mais tarde" (339).

A agricultura mais comum de caráter itinerante, ou semi-itinerante, é aquela praticada pelo "capuava". Êste aparece ligado às zonas de matas, especialmente nas áreas que ficaram à margem da circulação fluvial. A circulação possibilitada pelas estradas de rodagem restringiu as áreas do "capuava", havendo uma tendência, segundo julgamos, para o seu rápido desaparecimento. Cremos que o tipo se definiu lentamente, em função do processo de povoamento baseado na penetração e posse, pela utilização, de zonas de mata. Sob êsse aspec-

(339) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, págs. 182 a 184.

to o "capuava" é um tipo residual, que, segundo pensamos, não tem mais representação expressiva como teve até 20 anos atrás, ou mais. Continúa despertando a atenção, porque em certas áreas, de povoamento demasiadamente rarefeito, êle é o único povoador. Suas atividades estão limitadas, em conseqüência, às "ilhas" menos povoadas, normalmente correspondentes a zonas de serras em grande parte ainda cobertas por matas. Essas zonas como que se constituiram nos últimos refúgios do tipo. Para oeste e sudoeste do município de Jacupiranga, por exemplo, como para o sul de Eldorado, ou ainda na faixa do extremo ocidente do município de Cananéia, verifica-se, em direção aos limites como o Estado do Paraná ,ainda hoje, um processo de penetração por parte dessa gente, sempre em áreas pràticamente despovoadas ou quasi. O recúo é, em grande parte, conseqüência do processo de legalização da propriedade da terra, que na maioria dos casos, se faz em seu prejuizo. É que a compreensão da presença do "capuava" não pode ser dissociada da compreensão do fenômeno do "posseiro" que como em muitas outras áreas do país, teve na Baixada, e em grande parte ainda tem, um papel relevante. Na esmagadora maioria dos casos o "capuava" é um "posseiro", ou é um morador que vive em terras para onde foram, como "posseiros" ascendentes seus. O "posseiro", ou seja, o indivíduo que se estabelece em uma área, sem possuir títulos de propriedade, aí fazendo algumas benfeitorias, é ainda relativamente comum na Baixada. Pelo menos, são comuns aquêles que vivem em terras onde se instalaram seus antepassados, sem que, entretanto, possam apresentar qualquer título. Como é natural, o "posseiro" foi e em parte ainda é uma ponta de lança do povoamento, é um devassador de zonas não ocupadas e sob êsse aspecto é quem, sem o saber, contribui para criar as primeiras condições de organização econômica do território onde se instala. Vivendo em áreas apartadas, é natural que tenha organizado sua economia na base de uma agricultura de subsistência ou de manutenção. Dispondo de um lado de técnicas rudimentares, e de outro lado, de áreas relativamente extensas para

aproveitar, praticou desde logo uma agricultura itinerante. O fogo foi seu principal auxiliar técnico e as grandes superfícies com revestimento em matas constituiram extensas reservas de solos à sua disposição.

A não ser mais recentemente, dados os entravos decorrentes do aumento da população da Baixada, e principalmente da legalização da propriedade da terra, o agricultor itinerante, nas condições acima, não teve dificuldade em deslocar-se a vontade. A atividade agrícola foi completada por outras de simples coléta, como complementares.

O motivo que tem sido alegado para o abandono das áreas de "roças" depois de 2-3 anos, ou seja, que depois desse tempo a quantidade de ervas daninhas se torna muito grande, em conseqüência tornando penoso o trabalho de "limpa" (340), não parece ser o único aplicável para o caso do "capuava"; acreditamos que as grandes disponibilidades em terras seja uma razão gualmente importante. Em todo caso, convém lembrar que a mudança das "roças" sempre, ou muitas vêzes significa um trabalho de certa forma tão penoso quanto o da limpa, ou seja, o da derrubada. A diferença está em que a "limpa" exigiria uma atividade distribuida por quasi todo o período agrícola.

Tivémos oportunidade de conhecer mais de perto êsse tipo de agricultor na serra do Guaraú, na serra do Itapitanguí, assim como no médio vale do Batatal. Suas "roças" são sempre muito pequenas, freqüentemente inferiores a 1 hectare. Normalmente trata-se de culturas associadas, em certos casos constituindo verdadeiras "culturas promíscuas" em que, com desordem, aparecem no mesmo terreno um pouco de milho ou de arroz, alguns pés de cana e touceiras de banana. Tudo, de resto, tomado pelo mato, em casos extremos havendo certa dificuldade, para quem não esteja atento em perceber a presença do "campo" de cultura, nêsses casos confundindo-se com a capoeira vizinha ou assemelhando-se com uma capoeira formada em clareira abandonada, na mata.

---

(340) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 183.

A vida de relações que a presença de moradores sempre mais próximos obrigou a se desenvolver, modificou em parte as atividades do "capuava". Em parte suas atividades passaram a ter um caráter comercial. Mas as modificações influiram pouquíssimo nas atividades agrícolas pròpriamente ditas, pois que repercutiram principalmente no incresimento de certas atvidades extrativas, como a do palmito e no aparecimento de novas, como a da obtenção do carvão vegetal. O sistema de utilização do solo, entretanto, na essência permaneceu o mesmo.

Conforme frizou Silveira no trecho que transcrevemos atrás, o itinerantismo da agricultura pode aparecer no próprio "jundú". Realmente, prática-se, também, a agricultura itinerante na orla litorânea pròpriamente dita, porém ela não deve ser confundida com a praticada pelo "capuava" da retro-terra. Em primeiro lugar porque as condições naturais das áreas em que se verificam são diferentes. Com solos pobres, muito arenosos e com modesta presença de matéria orgânica, com vegetação que só no caso do "jundú" representa um estágio para a floresta, obrigou o homem a utilizar o solo pela agricultura muito fugàzmente, com uma mobilidade que normalmente é mais rápida que a da retro-terra. A' ilha Comprida, por exemplo, mostra nas nuances de sua vegetação, quando vista do alto, as marcas deixadas por práticas agrícolas antigas. E entretanto seus moradores são pouquíssimos, e mais não poderíam subsistir nessas condições. Em segundo lugar, e não necessàriamente em ordem de importância, variam um pouco as plantas objeto de cultivo. Nas práticas agrícolas itinerantes da orla litorânea a mandioca, graças sobretudo à farinha que fornece, é o produto básico, presente em tôdas as lavouras. Em terceiro lugar, no litoral a atividade agrícola é complementada pela pesca a,lém da presença de modesta atividade extrativa ligada à vegetação natural. Por outro lado, um tipo humano com hábitos, tradições, técnicas diferentes das do "capuava", o praiano — "caiçara" — é o responsável por êsse sistema de utilização do solo. Enquanto que o "capuava" pràticamente não tem preocupação especial na esco-

lha da área a cultivar, bastando que haja revestimento florestal e que a topografia seja relativamente favorável, ou que haja capoeira desenvolvida, o praiano enfrenta problemas graves para a localização de suas modestas "roças". As áreas com restingas consolidadas, na ilha Comprida ou no continente, nas lombadas que elas originam, é que normalmente oferecem melhores condições para o plantio d amandioca. Os banhados são utilizados para o arroz, cultura em proporções modestas. Os próprios terrenos dos grandes sambaquís são utilizados, segundo um conhecedor da região, para outras culturas (341).

Finalmente, um terceiro tipo de agricultura itinerante é o que se pratica dentro dos limites bem definidos de uma propriedade. É o caso, por exemplo, de boa parte das propriedades da área de Jacupiranga ou mesmo de Pariquéra-Açú. A não ser excepcionalmente, em propriedades relativamente grandes ocupadas por famílias pouco numerósas, êste terceiro caso difere ràdicalmente dos dois primeiros. Antes de mais nada, porque a atividade agrícola, embora seja um grande parte praticada com o fito de satisfazer as necessidades dos familiares, freqüentemente possui, também, um caráter comercial. Daí decorre que normalmente as lavouras são maiores, embora sempre modestas. Em segundo lugar, implica em uma variedade maior de plantas cultivadas, desde o milho e arroz, até o feijão, batata dôce, etc. Em terceiro lugar, não é raro que uma pequena porção da propriedade, ocupada por lavoura permanente como a do café, ou então com hortas ou pomares, fuja ao mecanismo do itinerantismo, que interessa pràticamente apenas as culturas temporárias não hortículas. Em quarto lugar, dadas as maiores proporções das áreas de colheita, e as limtações decorrentes da própria extensão da propriedade ,o rítmo de mudança de terreno de cultivo é mais lento, podendo chegar a mais de 10 anos. Além disso, no caso em aprêço o cultivo do solo vê-se complementado por atividades ligadas à criação de aves, de suinos e,

---

(341) ALMEIDA, A. Paulino de — **A Ilha Comprida,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XVII, Volume CXXXVII, São Paulo, outubro, novembro e dezembro de 1950, págs. 53-54.

embora em casos muito reduzidos, de algumas cabeças de gado para leite. Assim as "palhadas", por exemplo, são freqüentemente aproveitadas para os animais. Acresce que não é raro o agricultor possuir um ou mais animais de custeio, o que constitui outro elemento de diferenciação em relação aos casos anteriores.

O tipo humano mais freqüente nas áreas que nos estão interessando não se confunde com os que aparecem nos casos anteriores. Trata-se freqüentemente, de elementos descendentes de colonos estrangeiros, especialmente italianos, polonêses e alemães. Os sistemas por êles utilizados para a organização do espaço agrícola implicam na aceitação de formas e técnicas de utilização já existentes na região, em pequena parte implicando, também, na permanência de alguns hábitos. A presença de hortas, por exemplo, ou a importância que dão à aves, ou ainda o fato de às vêzes possuirem algumas cabeças de vacas leiteiras, são elementos representativos dessa conservação, que os distingue, entre outros, do "capuava" típico.

Dentro dêste terceiro caso encontramos uma variedade de formas que não aparece, pelo menos nas mesmas proporções, nos anteriores. Pareceu-nos nas vêzes que tivémos oportunidade de entrar em contacto com êle, que a forma mais comum é a que podería, com Waibel (342), ser definida como um sistema de rotação de terra primitiva. O caráter itinerante da lavoura, dentro de limites determinados pelo perímetro da propriedade levaría a essa situação. Em pouquíssimos casos essa situação evoluiu para um sistema de rotação de terra melhorada, e em muitos permaneceu como simples lavoura itinerante. Não é muito raro o caso em que a rotação de terra, a longo prazo, se verifique com um esbôço de rotação de culturas. Assim é que no terreno cultivado com arroz por dois anos, por exemplo, às vêzes mais, podem ser cultivados, em seguida, mais comumente o milho, ou o feijão e milho, ou ainda a mandioca.

---

(342) WAIBEL, Léo — **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**, I.B.G.E., Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1958, pág. 228.

Em seguida, ainda, a "palhada" poderá ser aproveitada pelos animais, caso êles existam. O período de utilização diréta do terreno, portanto, e não uniforme, pode se extender de 5 até 8-10 anos.

Naturalmente, embora para definí-las, tenhamos utilizado expressões aplicada por Waibel para as áreas de colonização no sul do país, as formas em questão diferem das do sul pelas peculiaridades que adquiriram em face das condições em que se criaram. De qualquer modo, e quaisquer que sejam as variedades dentro do sistema considerado, constitui um estado bastante adiantado, no conjunto, relativamente aos dois casos anteriores. Expressivo é, a êsse respeito, o fato de que as populações que estão a êle ligadas, revelam um padrão de vida material indiscutìvelmente superior ao do "capuava" ou do praiano, embora ainda deixando muito a desejar.

Nêste terceiro caso as culturas dispõem-se pela propriedade revelando uma disposição intencional. As lavouras permanentes de café surgem sempre nas vertentes das colinas, ou quando é caso, nas encostas, freqüentemente mais íngremes, dos morros. As zonas mais elevadas, quando a topografia é mais acidentada, podem apresentar-se com modestas reservas de matas. As lavouras temporárias, normalmente dispõem-se nas meia-encostas inferiores especialmente, podendo, entretanto, subir em direção aos topos das colinas. O arroz surge desde a meia encosta, quando suave, até as baixadas úmidas, preferindo estas últimas. A água justifica a delimitação das áreas para os animais, quando êles existem.

Aos sistemas citados, uns mais, outros menos, mas sempre ligados a uma mudança das áreas de colheita, devemos acrescentar, antes de mais nada, o praticado por um considerável porção da população "ribeirinha", particularmente ao longo do baixo curso do Ribeira à jusante da barra do Jacupiranga. Trata-se de lavouras intensivas de caráter primitivo, ligadas fundamentalmente à cultura do arroz. Suas principais características são as seguintes: o arroz é a cultura principal, de caráter comercial e sedentário, pois que no caso em questão são

utilizados sempre os mesmos terrenos para a cultivo. Algumas vêzes, poucas, pode verificar-se a presença de modestas lavouras permanentes, no caso de bananais. Completa o quadro a existência de minúsculas "roças" de subsistência, com caráter itinerante.

A lavoura de arroz está ligada ao rio, pois localiza-se nas áreas de vargedos inundáveis. Aproveita-se, justamente, das possibilidades que oferecem solos freqüentemente submetidos a cheias. Já tivémos oportunidade de mostrar que tècnicamente é lavoura primitiva, embora deva ser considerada intensiva pelo seu caráter sedentário associado à atenção que requer de uma numerósa mão-de-obra. O fato do cultivo ser feito dirètamente no terreno, sem replante, o renovar-se anualmente a plantação precedendo-a com a queimada, sem preocupação com manter limpo o campo de cultivo; a pequena atenção que se dá à própria "limpa" do arrozal, permitindo-se que as ervas daninhas se desenvolvam a vontade; a ausência de técnicas no sentido de aproveitar racionalmente as águas das cheias, assim como a colheita, feita, como dissémos em outra parte, a canivete, são todos elementos que caracterizam o primitivismo da cultura, e contribuem para distinguí-la dos arrozais das áreas de lavoura intensiva do tipo chinês, por exemplo. Como cultura de vargedos, o arroz dispõe-se, no caso em questão, entre o rio, de um lado, e a mata ou o "jundú" de outro lado. Aquêle fornece ao "ribeirinho" possibilidades de pesca, o que acontece porque o primitivismo da cultura do arroz não prende a atenção do lavrador todo o tempo. A mata, ou o "jundú", constituem as áreas contíguas onde o "ribeirinho" pratica uma "roça" itinerante de subsistência.

O sistema, quando praticado por colonos japonêses, em Jiporuva por exemplo, sofre algumas modificações, perdendo parte de seu primitivismo. Julgamos inútil repetir o que outros já disséram, e portanto transcrevemos, a respeito, algumas observações de N. L. Muller: "... o japonês da região não emprega a queimada nas terras destinadas ao arroz, a não ser da primeira vez, porque êle limpa sempre o terreno. É só nas cul-

turas de subsistência que usa o fogo porque, como para o ribeirinho, essa é relativamente norma de dentro da propriedade. Além disso, como não deixa o mato crescer e escolhe melhor as terras, para que não haja riscos de inundação, pode cortar seu arroz a "ferro", ou seja, a foice; sistema ao mesmo tempo mais rápido e eficiente porque grande parte das hastes do arroz é assim retirada, evitando futuros trabalhos na preparação do solo" (343).

O tipo mais comum, entretanto, é o descrito para o "ribeirinho". Nessas condições pode-se compreender que, paradoxalmente, os rendimentos não sejam tão baixos em face da mão-de-obra empregada e não tão elevados como deveriam ser, dado o caráter intensivo, em face da área cultivada. Repetimos, tais fatos confirmam o tipo primitivo do sistema de cultura.

A presença dos bananais de Sete Barras ou Juquiá, de Iguape ou Jacupiranga, assim como a presença dos chazais de Registro, constitui um problema para quem deseja enquadrar as referidas culturas dentro de sistemas agrários mais ou menos definidos.

Em face dos bananais, a primeira impressão que se tem, ou pelo menos que teve o autor do presente trabalho, é que nos deparamos com um exemplo de "plantation", ou de "plantage", como prefere utilizar Waibel (344). Não há dúvida que, sob certos aspectos, assim é. Os bananais do Juquiá ou das margens do Ribeira em tôrno de Sete Barras, assim como os do Peropava, impressionam, paisagìsticamente, pela continuidade das plantações, característica das monoculturas.

Realmente, trata-se de uma monocultura de tipo comercial. Com seu caráter de cultura permanente, visando mercados exteriores, aproxima-se do "plantage". Entretanto, já o vimos, normalmente a cultura é fragmentada em numerósas e relativamente modestas áreas de colheita, dada a fragmentação da propriedade da terra. A grande extensão territorial das propriedades ,normalmente associada à noção de "plantage", pa-

---

(343) MULLER, N. L. — Obra citada, pág. 83.
(344) WAIBEL, Léo — Obra citada, pág. 31.

ralelamente à de "grande lavoura", não é característica típica da região .Ela difere, por exemplo, da área da linha Santos-Juquiá, onde os bananais distribuem-se por propriedades freqüentemente maiores. Cremos que êsse, todavia, não é aspecto de grande monta. De certa forma, a contiguidade das lavouras fornece um caráter monocultor à área onde se desenvolven e, no conjunto, expressa um tipo de grande lavoura. Mais importante, segundo julgamos, é que as referidas lavouras não se assemelham aos "plantages", comumente aceitas como tais, pelo vulto dos capitais empregados, pela organização ou pelas técnicas de organização do solo. Embora nos bananais se verifique a aplicação de cuidados técnicos muito superiores aos encontrados, por exemplo, para a cultura do arroz, êles estão longe dos que devem caracterizar empreendimentos capitalistas como são os "plantages". Mesmo nas áreas, em outras partes do litoral, onde existem propriedades maiores, as técnicas deixam muito a desejar (345). O emprêgo de adubos, por exemplo, é pràticamente inexistente.

No conjunto, não acreditamos que a bananicultura, na Baixada do Ribeira, possa ser considerada um típico "plantage". Pensamos, entretanto, que constitua um caso relativamente próximo daquêle, um meio têrmo com os tipos de lavouras mais freqüentes, antes de tudo caracterizado por ser uma monocultura comercial. Importante é que bananicultura normalmente exclúe outras culturas comerciais, permitindo apenas a presença, e não sempre, de "roças" de subsistência. Em certos casos pode aparecer contiguamente a lavouras de arroz, quando, aproveitando terrenos mais enxutos, deixa para esta as áreas sugeitas a inundações.

O caso dos chazais não difere, bàsicamente, daquêle dos bananais. Parece-nos aproximar-se muito mais ,entretanto, do sistema de "plantage". Embora ainda insatisftórias (veja-se a mediocridade da adubação) as tenções para com a cultura são relativamente intensas. Exigem um emprêgo abundante de tra-

---

(345) ARAUJO FILHO, José Ribeiro de — Obra citada, leia-se o capítulo sôbre a lavoura da banana.

balho ,pràticamente durante o ano todo. Por outro lado, representam culturas industriais, que exigem a presença de instalações para o beneficiamento do produto, preparando-o para colocação nos mercado consumidores. Em certos casos, bem representados pela fazenda Okamoto, estamos frente a um "plantage" típico ou quasi, o quanto possam ser assim considerados êsses sistemas, dentro das formas de que se revestem. A superficie cultivada em chá, extensa para a região, pois que atinge cêrca de 50 alqueires; o caráter tropical da lavoura, aliás comum a tôdas as da Baixada; a mão-de-obra relativamente numerosa, 40 a 45 famílias, tôdas caboclas, e a ausência de mecanização nos trabalhos atinentes o cultivo do solo; o beneficiamento do produto, feito em instalações adequadas dentro da própria propriedade; a existência de uma organização comercial, com escritório em São Paulo, para a distribuição da produção.

É evidente que embora consideremos o trabalho de Waibel sôbre os "plantages" como sendo a melhor sistematização a respeito, limitamo-nos a tomar seu conteúdo apenas como ponto de referência, dado que, e a Baixada do Ribeira o comprova, não é fácil encontrar denominadores comuns que justifiquem a inclusão de certos fenômenos agrários dentro da mesma classificação. Em certo ponto de seu trabalho, por exemplo, Waibel afirma que "de modo geral, podemos ..., como última característica das plantages, de acôrdo com Eduard Hahn, indicar o fato de que (no sentido mais lato) ficam elas sob a direção de administradores europeus" (346). Acontece que no caso dos chazais de Registro que, lembramos, aproximam-se muito do sistema de "plantage", temos uma situação que pràticamente chega quasi a inverter a condição acima. Trata-se de propriedades em que a direção é de japonêses ou descendentes, enquanto que a mão-de-obra é constituida por elementos caboclos, evidentemente em grande parte frutos de uma presença européia na região. Paradoxalmente o elemento em grande parte descendente de europeus tornou-se a mão-de-obra "nativa" ,aproveitada pelos japonêses. É evidente que, inclusive

(346) WAIBEL, Léo — Trabalho citado, pág. 41.

dentro do próprio pensamento de Waibel, o problema da implantação, organização e direção dos "plantages" é, antes de mais nada, uma decorrência dos conhecimentos agrícolas e técnicos dos responsáveis, além de outras condições como capitais e conhecimentos relativos aos problemas de mercados. No caso, o elemento com os referidos conhecimentos foi o japonês.

Como a da banana, e mesmo mais, a cultura do chá, pelo seu valor, exclue quasi sempre a presença contígua de outras culturas, especialmente comerciais e particularmente permanentes, como a do café. Já vimos que tal contiguidade é mais freqüente nas propriedades menóres. De resto, naturalmente pode haver uma cultura de subsistência, o que nem sempre acontece, particularmente nas propriedades grandes onde a cultura do chá é mais absorvente. Entretanto, a presença, em uma mesma propriedade, de terrenos de várzea e de colina, pode permitir a contiguidade de chá-arroz, chá-banana, ou chá e café-arroz, os últimos sempre nos terrenos mais baixos.

As primeiras tentativas para a implantação da fruticultura em grande escala na zona de Eldorado, a retomada da lavoura cafeeira em novas bases técnicas, as experiências, e mais do que isso, a implantação das primeiras lavouras de cacau e da seringueira, estão contribuindo para que em poucos anos se definam, na Baixada, sistemas novos, escudados em uma agricultura científica. Inicialmente interessando apenas os produtos citados, e sendo praticados apenas nas grandes propriedades pertencentes a capitalistas, interessados na terra como "industriais" da agricultura, irão inevitàvelmente influir nas demais culturas, e nas demais propriedades, modificando o quadro que tentamos esboçar.

Em síntese, dentro da Baixada encontramos os seguintes grupos de sistemas agrários: 1. Agricultura itinerante de subsistência, do tipo "roça", associada a atividades extrativas, praticada pelo "capuava"; 2. Agricultura itinerante de subsistência, do tipo "roça", associada à pesca e secundàriamente a atividades extrativas, praticada pelo praiano; 3. Agricultora itinerante, eventualmente comercial, definindo-se na maioria dos

casos em um sistema de rotação de terras primitiva, dominando nas áreas com influência dos antigos colonos italianos, polonêses e alemães; 4. Sistema de rotação de terra melhorada, comum nas áreas de domínio do anterior, e presente um pouco em tôdas as zonas de colinas com predominância de culturas temporárias; 5. Agricultura intensiva com caráter primitivo, baseada no arroz, eventualmente associada à pesca fluvial, sempre associada a "roças" itinerantes de subsistência; 6. Agricultura de "plantage" em pequena escala, modificada, com base na bananicultura; 7. Agricultura de "plantage" baseada no chá; 8. Agricultura científica, de introdução recente e, por enquanto, de papel secundário nas paisagens regionais. Além dos grupos acima indicados, merece uma referência pelo menos mais um, presente principalmente na área de Sete Barras e caracterizado pela contiguidade, dentro da mesma propriedade, da agricultura e da criação de gado bovino, primeira normalmente representada pela rizicultura ou bananicultura.

Naturalmente os tipos citados não devem ser considerados como fruto de uma classificação sistemática; interpenetram-se, são muitas vêzes difíceis de se distinguir e implicam, especialmente, uma série numerósa de formas de transição, o que torna a interpretação das paisagens rurais extremamente complexa.

Formas Secundárias de Organização Econômica do Espaço Rural

Pelo quanto já foi possível verificar sôbre a Baixada do Ribeira, percebe-se, sem maiores dificuldades, que a agricultura é, no conjunto da região ,a atividade fundamental e que, na prática, é responsável pela quasi totalidade das paisagens humanizadas.

Ao lado da agricultura, entretanto, podem ser encontradas outras atividades, quasi sempre menos significativas. Caracterizam-se, na maioria dos casos, por serem complementares à agricultura como fatôres de gêneros de vida e, normalmente, por terem amplitude, na região, relativamente modesta. Entre essas atividades merecem uma referência a criação, a

pesca, as atividades extrativas vegetais e as atividades extrativas minerais. Relativamente a estas últimas limitar-nos-emos a uma referência à Serrana de Mineração dado que é o único empreendimento digno de nota e com repercussões nas paisagens de um recanto da Baixada. Quanto às atividades extrativas vegetais, elas não serão objeto de consideração especial, já que no decorrer do trabalho tivémos oportunidade de nos referir a elas.

A Criação

A criação é atividade de importância muito pequena em tôda a Baixada. Seus habitantes ,desde os primeiros tempos de colonização não se têm interessado por ela e, ainda hoje, exceptuando-se o gado de pequeno porte, especialmente o suino, são poucos os casos de propriedades com rebanhos de maior interêsse. Sem o objetivo de fornecer uma explicação satisfatória para o pequeno interêsse pela criação, torna-se possível pelo menos, apontar algumas das prováveis causas. Considerada em função da dinâmica histórica da utilização do solo, a Baixada não ofereceu, do ponto de vista das condições naturais, quadros favoráveis à criação. A pràticamente inexistência de campos naturais, a presença das zonas de mangues ou das áreas de alagados de água dôce, assim como o domínio representado pelo revestimento florestal, constituiram fatôres adversos à criação. Tais fatôres merecem uma consideração especial ,dado que, històricamente ,as áreas brasileiras de criação definiram-se especialmente em função da distribuição dos campos naturais. É verdade que mais recentemente, como é possível observar, por exemplo, nas margens do rio Paraná ao sul de Pôrto Epitácio, têm sido formadas pastagens em áreas onde a mata teve que ser derrubada (347). Em casos como êsse, todavia, as iniciativas

(347) Em outros casos, a exemplo do que se verificou no vale do Paraiba, as pastagens também foram formadas em zonas cujo revestimento vegetal primitivo fôra a floresta. Esta, entretanto, foi removida para dar lugar a cafezais e secundàriamente outras culturas; só depois é que as pastagens sucederam-se às culturas. O fator de destruição da mata, portanto, foi a agricultura e não a criação.

visam criação em larga escala e contam com capitais relativamente elevados, enquadrando-se nos empreendimentos de cunho capitalista. Na Baixada o povoador não possuia os elementos necessários para substituir a mata por pastgens, sem se falar que a rarefação populacional, fato marcante do passado da região, não justificava a existência de um mercado consumidor local, enquanto que os mercados consumidores de outras partes obtinham o produto de áreas de criação melhor situadas e com disponibilidades de pastagens naturais, além de melhor equipadas quanto à necessária apresentação do produto em condições de ser consumido. Por outro lado, os sistemas agrícolas que se definiram na região, com base especialmente nas primitivas "roças" itinerantes ou semi-itinerantes de subsistência, contribuiram para excluir a criação como atividade econômica complementar. Mesmo os demais sistemas ,como o da cultura intensiva do arroz, de caráter primitivo, excluiram a associação de agricultura com a criação. As iniciativas de introdução de colonos estrangeiros não modificaram sensìvelmente o quadro esboçado. Na melhor das hpóteses elas contribuiram, a exemplo das áreas em tôrno de Pariquéra-Açú, e especialmente em tôrno de Registro, para incrementar a criação de animais para o trabalho rural ou então para o transporte.

Nos últimos anos, como já se teve ocasião de lembrar, foram adquiridas terras nos arredores de Pariquéra-Açú, assim como, em menor escala, em tôrno de Jacupiranga e Eldorado, com o objetivo de formar invernadas. Trata-se ainda de exemplos esporádicos que não justificam qualquer afirmação sôbre a sua amplitude em futuro próximo. Dessa forma, e conforme é de amplo conhecimento (348), a única parte da Baixada que possui alguma expressão no setor da criação é a de Sete Barras, em uma faixa irregular ao longo do curso do Ribeira.

Na área de Sete Barras a criação é um dos elementos que permitiram uma interessante forma de organização do espa-

---

(348) Veja-se MULLER, N. L. Obra citada, págs. 68 e 184; SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 134; MEDEIROS, Narciso de (e) outros — Obra citada, pág. 31.

ço agrário ao longo do rio. Êste, na zona em questão, meandra, em processo de encaixamento, em várzeas ladeadas por colinas. O processo evolutivo dos meandros justifica a alternância, nas margens do rio, de barrancas de erosão, correspondentes às margens côncavas, e "praias" de acumulação, correspondentes às margens convexas (349). As áreas marginais às partes côncavas estão mais protegidas em face das possíveis inundações, enquanto que as "praias" de acumulação são normalmente invadidas nas épocas de cheia. Em conseqüência, o morador selecionou as áreas para o cultivo do solo, dando preferência às partes mais protegidas. Essa seleção, por outro lado, foi em parte conseqüência das principais plantas objeto de cultivo: o arroz, cultura tradicional, que fica fortemente prejudicado se fôr atingido pelas inundações do início do ano, quando se encontra em fase de frutificação; a bananeira, cultura recente, que exige superficies enxutas para o que, inclusive, pratica-se a drenagem dos solos. Em conseqüência, as zonas de "praias" com os vargedos inundáveis, foram dedicadas à criação, com a vantagem de favorecer a obtenção da água por parte do gado.

Convém lembrar, porém, que as referidas áreas não são, também, inteiramente satisfatórias para a própria criação. As cheias, tomando, por vêzes, completamente as pastagens, podem ocasionar prejuizos consideráveis aos criadores. Daí decorre que as propriedades de criação normalmente se desdobram por áreas de vargedos e áreas de colinas. O gado permanece nos vargedos mas, por ocasião das enchentes é conduzido para pastagens localizadas nas colinas. Conforme observou N. L. Muller (350), origina-se, dessa forma, um fenômeno de transumância local, em escala reduzida e de pequena amplitude.

As pastagens dos vargedos são formadas geralmente por gramíneas nativas, com larga utilização do "capim de angola". Nas colinas geralmente formam-se pastagens de "capim gordura", enquanto que fora da área de Sete Barras, nas invernadas que se estão formando, são utilizados o "gordura" e o "colonião".

(349) MULLER, N. L. — Obra citada, págs. 68-69 (e) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 134.
(350) MULLER, N. L. — Obra citada, pág. 69.

O gado, que é exclusivamente de corte, é criado de forma predominantemente extensiva, sendo representado por tipos "criolos" ou, conforme designação local, por "caipiras"; já resultantes de cruzamentos e agora cruzados, por sua vez, com zebú.

A capacidade das pastagens da zona de Sete Barras é relativamente elevada, cnsiderando que se trata de área quente e de umidade relativamente alta. Os pastos dos vargedos, justamente em decorrência de sua posição em área inundável, são viçosos e pràticamente apresentam-se verdes durante o ano todo. Por outro lado, os pastos das colinas são utilizados justamente nos períodos de chuvas, durante o verão, de forma que também oferecem alimentação satisfatória. Daí decorre que para o caso em questão, o gado pràticamente não sofre com a presença de um período em que as pastagens sequem. Daí, também, em parte ficar sanada a deficiência que se percebe relativamente às técnicas. Em face dos elementos lembrados acima não é de estranhar a existência de 5 e até 8 cabeças por alqueire de pastos, ou seja, 2 a 4 cabeças por hectare.

Região do Ribeira — A Criação em 1950 (351)

Município	Bovinos	Equinos	Asininos	Muares	Suinos	Ovinos	Caprinos (*)
Cananéia	127	77	—	9	994	26	1
Eldorado	1 882	876	3	96	12 681	263	607
Iguape	1 139	115	—	2	2 612	14	52
Jacupiranga	609	422	3	40	19 101	158	1 498
Juquiá	661	28	1	22	737	—	13
Registro	4 105	626	—	16	5 180	182	82
Região do Ribeira	8 523	2 144	7	185	41 305	643	2 253
ESTADO	5 721 977	139 173	4 638	26 944	2 670 812	62 711	132 225

(*) — Além de animais de trabalhos, principalmente algumas dezenas de bois.

(351) Quadro organizado com os elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, págs. 204, 212, 220 e 228.

Omercado para o consumo de gado de corte em Sete Barras e, em menor escala em Eldorado e Iguape, é constituido pela própria região. Entretanto, trata-se ainda de mercado relacionado com uma criação em níveis modestos. O fato pode ser observado especialmente na verificação da dieta alimentar do habitante da região. Em certos casos, a carne de gado bovino pràticamente não é consumida ,como pode ser verificado em várias partes do município de Cananéia. No conjunto, a pobreza relativa à criação de gado de corte, assim como o caráter excepcional da criação de gado leiteiro, revelam alguns dos aspectos que caracterizam o nível pouco satisfatório da dieta alimentar da maioria dos habitantes da região.

De resto, a consideração, pelo menos para a área de Sete Barras, da presença da criação, podería nos fazer considerar mais um tipo de sistema a se acrescentar aos já citdos anteriormente.

A Pesca

Entre as atividades secundárias da região a pesca merece um certo destaque, não tanto pela sua importância-econômica, que é relativamente pequena, mas pelo fato de interessar os habitantes de áreas bastante extensas. Realmente, estando o povoamento da região inicialmente intimamente ligado à orla litorânea, com sua riqueza em ilhas, canais, "mares" e, em seguida, aos cursos dos rios, particularmente do Ribeira, é natural que o povoador encontrasse na pesca um dos instrumentos para sua subsistência. Dêsse modo essa atividade permaneceu, até os nossos dias, como uma importante atividade do praiano, secundada pela agricultora de subsistência e, uma atividade secundária, mas não descurável, do "ribeirinho".

Só recentemente a pesca na região do Ribeira teve possibilidade de se tornar uma atividade de maior interêsse econômico, dadas as oportunidades de conservação ou industrialização e conseqüente comércio do produto. Na orla litorânea, por exemplo em Cananéia, a Caixa de Crédito dos Pescadores construiu em 1940 um frigorífico que funciona desde 1942.

Com três câmaras frigoríficas ,cada uma delas comportando 10 toneladas de peixe, funciona sòmente como depósito a serviço de comerciantes que as alugam à razão de Cr$ 5.000,00 mensais cada. Entregue a três comerciantes compradores de peixe,o frigorífico em questão faz com que para êle convirjam os pescadores com o produto de seu trabalho e possibilita sua distribuição. No Ribeira a pesca tornou-se atividade mais intensa com a instalação, ao longo de suas margens, de uma indústria de conservação de pescado.

Na orla litorânea a variedade de produtos objeto de pesca é muito grande. Pescadas amarelas, Garopas, Corvinas, Bagres e muitos outros, somam-se ao camarão, obtido especialmente na zona de Cananéia. Além disso verifica-se o aproveitamento da ostra. No Ribeira a pesca interessa especilmente a manjuba. O produto da pesca nas lagunas e canais litorâneos ,assim como de mar aberto, é objeto de comercio conservado em frigorífico, sendo vendido fresco. O camarão, especialmente na Semana Santa, vê-se inclusive transportado por avião. A manjuba é objeto de salga e secagem em estufas apropriadas, em estabelecimentos que somam pouco mais de duas dezenas, dos quais a metade encontra-se no município de Registro. O principal mercado, nos dois casos, é representado por São Paulo.

As técnicas relativas à pesca são, como para a maioria das demais atividades, rudimentares e primitivas. Na orla litorânea geralmente se faz com o auxílio de pirogas, em uma faixa muito junto à costa. No Ribeira utilizam-se canoas. Nos dois casos o equipamento é precário, sendo que no litoral deixa bem mais a desejar. Por outro lado, quer os pescadores do litoral, quer os do rio, estão completamente na dependência respectivamente do comerciante e do industrial (359). Trata-se,

---

(352) Os preços pagos aos pescadores, por quilo, de junho a agôsto de 1960, tiveram as seguintes oscilações:

Tainha	Cr$ 25,00	a Cr$ 60,00
Bagre salgado	Cr$ 60,00	a Cr$ 65,00
Robalo	Cr$ 60,00	a Cr$ 70,00
Camarão	Cr$ 55,00	a Cr$ 80,00

especialmente no primeiro caso, de pescadores com rendimentos baixíssimos, desvalorizados ainda mais pelos baixos preços que conseguem obter.

No litoral a atividade pesqueira obedece a um calendário organizado principalmente em função dos tipos de peixes possíveis de pescar. No decorrer do período quente do ano, pràticamente desde outubro até março, verifica-se a estação do peixe "graúdo". Nessa ocasião pesca-se o robalo, a pescada amarela, a jagurra, o cação, o parú e outros. No decorrer do período frio, interessando os meses de maio a agôsto, verifica-se a estação do peixe "miúdo". Então pesca-se a tainha, o bagre, a garôpa, a pescadinha, a sardinha e outros. O robalo e a tainha são os peixes que caracterizam melhor as duas estações em questão.

O peixe "miúdo" pôde continuar a ser pescado um pouco por todo o ano, embora com produtividade reduzida.

O camarão, que constitui uma das principais fontes de renda para os pescadores, é procurado de preferência a partir de março, extendendo-se a sua pesca até agôsto. Ultimamente tornou-se relativamente freqüente a pesca do camarão no ano todo ,fato que está influindo para que decresça o rendimento.

Dado que a praiano, como já foi dito, alia os trabalhos de pesca aos agrícolas de subsistência, o calendário de suas atividades reflete tal complementação.

Pregereba — Cr$ 30,00; Pescada jaguara — Cr$ 40,00; Corvina, Caranha e Cação Miudo — Cr$ 25,00; Linguado — Cr$ 30,00; Pescada Amarela — Cr$ 45,00. As ostras foram pagas à razão de Cr$ 0,50 a Cr$ 1,00 por quilo.

Convém lembrar que os preços acima referem-se a um período em que ainda domina a pesca do peixe "miudo".

Considerando que a pesca é feita com pirogas e rêdes e que para cada barco há necessidade de três homens pelo menos; considerando, ainda, que o parco produto deve ser equitativamente dividido pelo número de pescadores, o dono do barco e rêde recebendo duas partes, não é possível ser muito otimista quanto à rentabilidade da pesca para os próprios pescadores. Os preços do peixe no mercado de São Paulo mostram que os comerciantes são os que usufruem os resultados melhores.

De agôsto a setembro a maior parte das atenções é dedicada às roçadas e atividades do plantío. A partir de outubro intensifica-se a pesca do peixe "graúdo", ao mesmo tempo que continuam os trabalhos do plantío. Em março, quando está se encerrando a estação do peixe "graúdo", verifica-se a volta aos trabalhos da lavoura com a colheita que continúa em abril. Neste mês intensifica-se a pesca do camarão que, de maio até agôsto, soma-se à pesca do peixe "miúdo".

Em síntese, a pesca continua em grande parte a satisfazer necessidades de subsistência, particularmente no litoral. No Ribeira é atividade subsidiária, já que a maioria daquêles que a praticam são antes de mais nada agricultores.

De resto, é uma atividade que interessa uma parte muito pequena da população da Baixada e, conseqüentemente, de importância pouco significativa.

A Presença da "Serrana"

As atividades ligadas à mineração constituem um dos fatôres que contribuiram, pretèritamente, para a penetração e fixação de povoadores em certas partes da Baixada. O aproveitamento do ouro de aluvião, por exemplo, foi responsável pela criação, por parte do europeu ou seu descendente, das primeiras paisagens culturais da área de Eldorado.

Apesar de exemplos como o citado, a mineração, entretanto, não se constituiu, na área em aprêço, em atividade permanente que pudesse marcar sua fisionomia ou pelo menos a de uma sua parte. Quem, na bacia do Ribeira, quizer encontrar atividades de extração mineral mais importantes, terá que deixar a baixada e, a partir de Iporanga, remontar para alta bacia, especialmente na zona de Apiaí.

Entretanto, na área de Cajatí, município de Jacupiranga, há uma atividade ligada à extração da apatita, cujas repercussões no ritmo de vida local não podem ser descurdas. Mesmo porque, trata-se de uma área onde já por diversas vêzes tivé-

mos iniciativas de mineração visando especialmente minérios de ferro (360).

A emprêsa responsável pelos trabalhos é a Serrana de Mineração, instalada em uma área de 150 alqueires, no distrito de Cajatí, desde o ano de 1942, quando iniciou seus trabalhos. A área das minas é de propriedade do govêrno do Estado, tendo a Serrana conceção para a exploração do minério.

O mineral extraido é a apatita, que ocorre associada a jacupiranguito, magnetita e calcáreo. A extração do minério se verifica em minas a céu aberto, tôda com trabalho manual completado pelo de alguns tratores e uso de bastões de dinamite. O minério extraido é encaminhado, por intermédio de caminhões, para a usina de beneficiamento. Esta localiza-se junto ao rio Jacupiranguinha, aproximadamente 5 km das minas. Na usina o minério é levado e concentrado, sendo em seguida remetido par São Caetano, próximo a São Paulo, onde se procéssa a fabricação de adubo. Atualmente a produção do minério concentrado eleva-se a aproximadamente 45.000 toneladas anuais, a usina trabalhando quasi ininterruptamente, apenas cessando cada 15 dias para reparações. Calcula-se que as reservas, no ritmo atual de produção, possibilitarão ainda 15 anos de atividade, ou pouco mais.

Os fatos que mais interessa destacar aquí não são pròpriamente os relativos à mina ou à emprêsa, mas principalmente aquêles conseqüentes da presença dessa atividade.

Antes de mais nada, a presença da Serrana contribuiu para transformar radicalmente as paisagens dessa porção da Baixada, contribuindo para que a séde do distrito de Cajatí, de um simples e modesto povoado que era, adquirisse condições pràticamente urbanas. Realmente, onde tínhamos apenas o povoado de Cajatí, hoje contamos três núcleos. O primeiro é o próprio Cajatí, séde de distrito de paz, abrigando algumas casas comerciais e habitado por um população parcialmente dedicada a atividade rurais. O segundo é o núcleo que abriga

---

(353) Para informações a respeito aconselhamos a leitura de CORRÊA, M. Pio — Obra citada.

as principais instalações da Serrana que, próximo à usina de beneficiamento, compreendem principalmente escola, capela, séde para a administração, escritórios, residências para funcionários e operários, pensão para solteiros, clube e cinema, além de uma usina térmo-elétrica, depósito, garage e almoxarifado. Trata-se de núcleo planejado e, portanto, ordenado, com funções urbanas e abrigando cêrca de meio milhar de pessoas. O terceiro é Parafuso, um típico aglomerado linear que se dispõe, com as habitações que se sucedem regularmente, densamente a princípio, rarefazendo-se em seguida, ao longo dos primeiros três kilómetros da estrada da Serrana para Barra do Azeite. Sua população em parte dedica-se à lavoura, ao pequeno comércio e, em parte, também a trabalhos junto à Serrana (minas, diaristas em obras, etc.). O maiór desenvolvimento do povoado é recente, devendo ser particularmente atribuido à vizinhança da Serrana. A valorização da terra, vendida em lotes pràticamente urbanos, é um indício dêsse desenvolvimento recente, da mesma forma o número de casas novas em construção, muitas de alvenaria, e o número das que são reformadas.

A emprêsa contribuiu para a abertura de várias estradas, tôdas revestidas com magnetita, minério separado da apatita. Uma estrada com 14 km. foi aberta até Jacupiranga, enquanto que outras conduzem da usina à mina. A presença de mina fez com que fosse aberta uma estrada ao longo do antigo percurso entre Jacupiranga e Cananéia, passando pel ex-Colônia ,enquanto que está sendo concluido um ramal da Br. 2 que, com 12 km., une Cajatí e a Serrana a Jacupiranga.

Outro aspecto decorrente da presença da Serrana é o relativo ao consumo de lenha para a usina térmo-elétrica, com 500 kw. de capacidade. As áreas fornecedoras de lenha tornaram-se sempre mais distantes, dado o esgotamento das possibilidades das áreas mais próximas. Atualmente a usina recebe lenha da zona entre Pariquéra-Açú e Cananéia, transportada por caminhões que se dirigem carregados de minério para o "mar" de Cubatão. Com a finalidade de garantir o aprovisio-

namento em combustível a Serrana iniciou o plantío do eucalipto em larga escala.

No "mar" de Cubatão, próximo ao "ferry-boat" para Cananéia, a Serrana construiu um cais para o embarque do minério, que segue para Santos via mar.

De resto, a exploração da apatita permitiu que um grupo numeroso de famílias pudesse dispôr de um padrão de vida satisfatório, bem mais elevado que o da média da população da Baixada.

As Técnicas

À medida que tecemos algumas considerações sôbre as principais culturas da Baixada, assim como aos sistemas de cultura, já tivémos oportunidade de, por várias vêzes, acenar a aspectos técnicos nas atividades agrícolas. Convém, entretanto, insistir no problema das técnicas, já que se constituem no elemento fundamental para compreender melhor as referidas atividades.

Tratando-se de áreas que em grande parte foram recobertas por revestimento florestal, é natural que o problema para conseguir espaço para a atividade agrícola tenha sido solucionado por intermédio dos clássicos sistemas da derrubada acompanhada pela queimada. Válido para o caso das florestas como para o "jundú", o procésso reduziu-se à queimada nos casos de revestimentos vegetais erbáceos, sub-arbustivos e mesmo arbustivos. Como em outras partes do país, a floresta foi considerada área com solos favoráveis para a agricultura e, normalmente, não se utilizou nenhum critério técnico para a escolha da área a derrubar e queimar, desde que elas resultavam do próprio procésso de penetração, em que o rio exercia papel soberano. Com o tempo, também na Baixada os padrões considerados de terras férteis integraram-se nas técnicas de seleção de áreas dentro da mata. Como em outras partes do país, a presença do páu d'alho constituiu-se em índice de terras férteis. O machado e o fogo foram, e continuam sendo os

instrumentos utilizados para a obtenção do espaço agrícola. Tomando-se em consideração o conjunto todo da Baixada, as derrubadas em poucos casos estiveram associadas a atividades ligadas ao aproveitamento da madeira de Lei. A extração deira e o seu comércio é uma atividade recente tendo se desenvolvido especialmente na dêcada de 1940; atualmente encontra-se em decadência. As serrarias nunca tiveram papel de destaque, mesmo com a presença, no século passado, dos norte-americanos que iniciaram atividades madeireiras na Baixada. Realmente, nas condições em que geralmente se verifica a derrubada, especialmente no passado, não seria possível um aproveitamento econômico da madeira. Esta não teria por onde sair para os mercados de consumo. É evidente que na maior parte da Baixada, onde o povoamento, inclusive com as primeiras atividades agrícolas, se processou lentamente e de modo ralo, as derrubadas de modo algum poderiam justificar atividades madeireiras, mesmo que mais modestas, semelhantes às que caracterizaram os primeiros tempos de organização do espaço agrícola em algumas das frentes pioneiras do Estado de São Paulo ou do Paraná.

O plantío, depois de obtido o espaço desejado, se fez e hoje continua sendo feito especialmente com o auxílio da enxada ou do enxadão. A agricultura da Baixada do Ribeira é tìpicamente de enxada. O fato, como justamente lembrou N. L. Muller, não poderia ser de outra forma, especialmente nas culturas novas, dado que o trabalho deve ser efetuado em terrenos caracterizados pela presença dos tocos das árvores abatidas e dos troncos carbonizados, que se dispõem desordenadamente pela superfície (354). Por outro lado, conforme lembra Sergio Buarque de Holanda, a utilzação do arado, já tentada na região por colonos norte-americanos em meados do século passado, não deu resultados satisfatórios em virtude dos solos normalmente não serem profundos, em conseqüência, quando revolvidos pelo arado, sofrerem uma inversão com o aprofundamento dos elementos nutritivos. O autor, a propósito ci-

(354) MULLER, N. L. — Obra citada, pág. 80.

ta, baseado em LANE, Frederico, **O Arado e a terra**, Correio Paulistano, 21 de outubro de 1951, a "crença, ainda em nossos dias dominante, entre lavradores do Juquiá, de que o arado **envenena** a terra" (355). No caso da lavoura rizicultora, conforme já vimos, o plantío se faz com o sistema de bastões. Embora não tenhamos observado o fato, segundo N. L. Muller, o sistema do "chuço" é ocasionalmente utilizado para as culturas de subsistência (356). Fóra dêsses instrumentos, poucos outros são utilizados. Os arados, especialmente os de disco, são pouquíssimos, em 1950 cêrca de uma centena, da qual a metade nas lavouras do município de Registro. As grades, pouquíssimas, também se encontram pràticamente concentradas em Registro. O destaque de Registro em relação ao restante da Baixada é verdadeiramente pronunciado no referente a semeadeiras; em 1950, em um total de 342 semeadeiras recenseadas em tôda a Baixada, 335 pertenciam a propriedades do município de Registro (357). A utilização da enxada, como instrumento básico para as atividades de plantío, não é sòmente, como para o caso do "chuço", uma decorrência do primitivismo em que se encontra boa parte da agricultura regional mas, também, em alguns casos, uma necessidade em face dos tipos de culturas dominantes.

No caso das lavouras temporárias, já o afirmamos outras vêzes, não há, a não ser em casos pouco numerósos, especialmente de agricultores japonêses, nenhuma ou quasi nenhuma preocupação no sentido de manter limpo o campo de cultura. Desde que efetuada a colheita, o campo fica à mercê das ervas daninhas que dêle se apoderam inteiramente. Quando chega a época de efetuar novo plantío, volta-se a utilizar o comodo sistema da queimada. O fogo não aparece, portanto, apenas como elemento auxiliar na obtenção de espaço agrícola, mas, também, como instrumento nos trabalhos de renovação das lavouras.

---

(355) HOLANDA, Sérgio Buarque de — **Caminhos e Fronteiras**, Rio de Janeiro, 1957, pág. 247.
(356) MULLER, N. L. — Obra citada, pág. 80.
(357) VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, págs. 182-183.

É evidente o prejuizo decorrente dessa prática para a fertilização do solo. Por outro lado, deixando seu terreno a mercê das ervas daninhas, não só cria-se a necessidade de utilizar o fogo no início do ano agrícola, mas permite-se, também, que elas se difundam de tal forma a criar, apesar das queimadas, com suas sementes, sérios problemas para a cultura que se pratica.

Compreende-se que a renovação das culturas, feita anualmente a custa do primitivo auxílio do fogo, implique na inexistência, ou quasi, de técnicas de proteção, conservação ou restauração de solos (358). Nos casos de derrubadas em matas primárias ou secundárias desenvolvidas, verifica-se, como é sabido, uma defesa rudimentar e não intencional em relação ao trabalho erosivo das águas superficiais. Os tocos que permanecem, assim como os troncos caòticamente dispersos pelo terreno contribuem para quebrar ou amortecer nas vertentes, a velocidade das águas de enxurradas, de certa forma, portanto, protegendo o solo da erosão, ou pelo menos, retardando sua remoção pela água. Nos casos das áreas cultivadas há mais tempo, mesmo essa forma de proteção desaparece. É o que acontece, por exemplo, na maioria das lavouras permanentes de encostas. O hábito de efetuar o plantío orientado segundo as linhas de maiór declividade, não só em nada contribue para a proteção do solo, como, propicía condições para que mais intenso se faça sentir o trabalho da erosão. As novas lavouras, surgindo com plantío em curvas de nível, por enquanto despertam a atenção pelo contraste com a generalidade das lavouras regionais.

Técnicas de adubação pràticamente não existem, até mesmo, como vimos, em culturas da importância do chá. Não se póde pensar, na maioria dos casos, dado o caráter modesto das áreas de colheita e suas finalidades, muitas vêzes voltadas para a subsistência ,em consumo de adubos químicos, só com-

---

(358) A agricultura em bases científicas, só agora se instalando na região, não contruibui, dada a sua natureza excepcional, para modificar o quadro dominante no setor das técnicas.

preensível em lavouras científicas visando exclusivamente o comércio. É o que ocorre nos cafezais novos ou nas lavouras em instalação, de seringueiras e cacau. É o que começa a ocorrer nas lavouras de chá. Mas é só. A utilização de adubos orgânicos é quasi tão modesta quanto a de adubos químicos. A pobreza da criação em quasi tôda a Baixada, mesmo a sua insxistência em muitas áreas, condiciona, em conseqüência, práticamente a inexistência da associação lavoura com criação. Daí decorre que nas plantações não é comum a utilização de adubos orgânicos de origem animal. Apenas nos casos em que surgem sistemas com rotação de terra melhorada, e mesmo assim em escala reduzida, verifica-se alguma coisa nêsse sentido. É mais fácil, entretanto, estabelecer-se relação de dependência da criação para com a agricultura — caso da engorda de capados com milho — do que desta para com aquela. Adubos orgânicos de origem vegetal também são pouco utilizados. Apenas nas propriedades em que uma agricultura cientfica está sendo organizada, utilizam-se ou praticam-se ensaios com leguminosas. Nêstes casos, um papel especial parece estar reservado ao Kudzú.

Evidentemente, em face das condições acima citadas, seria inútil falar, para a Baixada do Ribeira, em prática de restauração de solos.

Aos fatos lembrados, convém acrescentar o relativo às conseqüências do desmatamento, que se fazem sentir especialmente no regime dos rios e na forma de agir da erosão em lençol, funestamente prejudiciais à agricultura. A Baixada do Ribeira, é sobejamente conhecida pela importância, amplitude e conseqüência das cheias de seus rios. Sem que possamos recorrer a fontes cientificamente satisfatórias, dada a ausência de estudos a respeito, e portanto, reportando-nos apenas às informações de antigos moradores das áreas ribeirinhas, as cheias, e naturalmente as vasantes, têm se tornado mais violentas, embora mais rápidas. Parece-nos que o desmatamento só poderia levar a essas conseqüências. Sofrem as lavouras ribeirinhas, às vêzes com quasi completa destruição, como no

caso dos arrozais, outras vêzes com sérios prejuizos, como no caso dos bananais. Mas sofrem também as lavouras das colinas, sujeitas à lixiviação e períodos com solos enxarcados, enquanto que em outros períodos os solos ressecam muito ràpidamente.

As técnicas de reflorestamento, como vimos, estão sendo empregadas em escala muito reduzida e, o que é mais grave, em ritmo muito inferior ao do desflorestamento que continua em tôdas as partes, sem exceções apreciáveis. A legislação tributária, que favorece aquêles que conservam reservas de matas em sua propriedades, entendendo-se inclusive matas secundárias e até mesmo capoeirões, não tem dado, e na região não pode dar resultados satisfatórios. Em primeiro lugar não é atração suficiente para que muitos substituam o sistema de agricultura itinerante por sistemas com lavouras sedentárias, o que permitiria a presença de reservas de matas, dado que o esforço a cumprir à grande e o preparo e orientação técnica insuficientes. Em segundo lugar, porque a referida legislação pràticamente não chega a afetar os moradores isolados ,os "posseiros", os "capuavas" enfim, que com o sistema de agricultura que praticam são grandemente responsáveis pela indiscriminada destruição do revestimento florestal.

Depois de efetuado o plantio, os cuidados com a limpeza e proteção das culturas são irregulares, dependendo muito do tipo de lavoura que se considere. Nos chazais e nos bananais, assim como nos cafezais, especialmente nos novos, enfim, nas lavouras permanentes em geral ,as "limpas" são mais freqüentes, havendo maior cuidado com a plantação. As lavouras comerciais, e não só eventualmente comerciais, são as que justificam maior trabalho de "limpa". Mesmo assim, deixam muito a desejar, pois que tivemos oportunidade de ver cafezais em quasi abandono, tomados pelas ervas daninhas. Nas culturas temporárias, como é o caso da do arroz, especialmente naquelas de subsistncia, os cuidados com os trabalhos de limpeza são muito reduzidos, quando não inexistentes. Em certos casos, além de queimar para preparar o terreno e plan-

tar, o homem nada faz para auxiliar as plantas domésticas da seríssima concorrência que lhes fazem as ervas daninhas. A "promiscuidade" de certas "roças" de subsistência torna-se, com isso, mais notável, pois que a "roça" se apresenta como uma área em que plantas cultivadas e outras se misturam caòticamente. O fato é agravado pela umidade elevada e constante, assim como pelas temperaturas normalmente altas, fatôres que favorecem o desenvolvimento das ervas daninhas durante o ano todo. A única vantagem da escassez ou ausência de "limpas", paga entretanto a preço muito elevado pelos seus aspectos negativos, que são numerosos, está no fato de que o conjunto de culturas tomadas pelas ervas forma um manto vegetal relativamente denso que torna mais suaves as conseqüências da erosão.

Não acreditamos que a falta de preocupação com a limpeza das lavouras temporárias seja apenas expressão do desleixo do gricultor, embora, sendo êsse trabalho relativamente penoso, e tendo que se repetir várias vêzes por ano,, o agricultor a êle procure resistir. Veja-se, a propósito, o quanto dissemos sôbre a presença de cafezais em meia encosta superior de vertentes ingremes da ára de Barra do Braço. Entretanto, embora as lavouras sejam relativamente modestas, cremos que uma das causas dessa situação seja o número de braços relativamente reduzido de que a lavoura pode dispôr. A pequena disponibilidade de mão-de-obra contribui não sòmente para limitar as áreas de colheita mas, também, para limitar a intensidade de trabalho a elas atinentes. Por outro lado, a não ser no período de plantio, ou no de colheita, como vimos, o lavrador freqüentemente dedica-se a outras atividades, como é o caso de pesca entre os ribeirinhos plantadores de arroz. Tais atividades contribuem para desviá-lo dos cuidados com a lavoura.

Se no conjunto pouca é a proteção contra as ervas daninhas, menor proteção entretanto, verifica-se contra os inimigos da lavoura, insétos, parasitas, doenças, etc. Nêsse sentido sòmente a lavoura científica que se está instalando, como se-

ria natural, e lavouras como a do chá, sofrem tratamento para que sejam protegidas. É muito significativo que em 1950 em tôda a Baixada tenham sido recenseados tão sòmente 55 pulverizadores, e que desse total, 43 encontravam-se nas lavouras do município de Registro (359).

No caso dos arrozais, uma praga comum é a presença, por ocasião da maturação dos grãos, de uma enorme quantidade de ratos, que além de prejudicarem os resultados do trabalho do lavrador, justificam uma incidência fora do normal de réteis. Não é sem razão que nessas ocasiões o Hospital Regional de Pariquéra-Açú se ve às voltas com pedidos de soro contra mordeduras de cobras.

Um outro problema, que também é de defesa das lavouras, que interessa à rizicultura, mas também à bananicultura, é o das enchentes. É verdade que a iniciativa do agricultor, isoladamente, pouco pode representar frente a um problema de envergadura como é êsse, e cujas causas são complexas e de neutralização fora de seu alcance. Mas também é verdade que nem sempre o agricultor toma as iniciativas que poderiam suavisar as conseqüências das cheias. Os bananicultores das áreas de vargedos abrem canaletas de drenagem para manter o terreno enxuto, mas não é raro que localizem os bananais em terrenos que podem ser castigados por inundações excepcionais. Os rizicultores, de seu lado, nem sempre selecionam as áreas de cultivo em função das cheias. Daí os problemas de colheita, às vêzes verificada com presença de lençol de água.

A colheita também revela, em muitos casos, o primitivismo predominante. De um modo geral ela é praticada mais racionalmente nas culturas permanentes, embora para o caso do café haja o problema da irregular maturação dos frutos. Nas culturas temporárias faz-se, freqüentemente, em condições pouco favoráveis. O símbolo, repetimos, é o arroz colhido a canivete, espiga por espiga, para que os grãos não se percam

---

(359) VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, págs. 182 e 183.

completamente na água ou no lodo. O caso extremo nos é dado pelas "roças promíscuas" itinerantes, de subsistência. Nelas o próprio coaticismo da plantação e a presença das ervas daninhas dificultam o trabalho de colheita. São casos em que a colheita não difere muito de um trabalho de coleta. Por outro lado, dado que em número de propriedades que não podemos precisar, mas que nos parece constituir a maioria, não existem adequadas instalações para armazenar a produção, os trabalhos de colheita sofrem em conseqüência. Nos casos de "roças" ùnicamente de subsistência os frutos da lavoura ficam o maior tempo possível no pé, quando não possam ser transformados e armazenados, ou quando não possam ser imediatamente consumidos. A presença de animais, a exemplo de suinos, em certos casos pode ser considerada uma elementar forma de transformação e armazenagem do produto. Nos casos em que há exedentes para a venda, então a produção deve, pelo seu caráter perecível, e pelas condições de armazenagem apontadas acima, buscar um mercado próximo com certa rapi-

Região do Ribeira — Emprêgo de Fôrça nos Trabalhos Agrários — 1950 (360)

Municípios	Estabelecimentos	Fôrça Animal		Fôrça Mecânica ou animal e mecânica		Sem emprêgo de fôrça	
	N.º	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
Cananéia	262	1	0,38	—	—	261	99,62
Eldorado	1 360	9	0,66	1	0,07	1 350	99,27
Iguape	2 141	4	0,19	1	0,05	2 136	99,76
Jacupiranga	2 119	3	0,14	—	—	2 116	99,86
Juquiá	258	5	1,94	—	—	253	98,06
Registro	1 544	363	23,36	8	0,52	1 183	76,13
Região do Ribeira	7 694	385	5,00	10	0,13	7 299	94,85
ESTADO	221 611	117 963	53,23	2 657	1,20	100 991	45,57

(360) Quadro elaborado com os elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, Volume XXV, Tomo II, pág. 100.

dez. Não é raro que sendo obrigado a vender por deficiência nas técnicas de conservação, o agricultor receba muito pouco pelo produto de seu trabalho. Como não é raro, outrossim, perder uma parte da colheita, por falta de consumo imediato ou falta de escoamento.

Todo o trabalho de colheita, seja em lavouras temporárias ou permanentes, comerciais ou de subsistência, é feito manualmente, com o emprêgo conseqüentemente, de número relativamente elevado de braços. Em certos casos, como no da banana, utiliza-se o penado, como o canivete ou a foice para o arroz. Mas os instrumentos normais de colheita são as mãos.

Compreende-se que, por quanto acabamos de ver, mecanização e motorização das atividades agrícolas em tôda a Baixada do Ribeira são coisas pràticamente inexistentes. As razões são fáceis de enumerar. Em primeiro lugar está fora de cogitação qualquer possibilidade de mecanização nos sistemas mais primitivos, tais como os da agricultura nômade. Em segundo lugar, supondo-se que alguns pequenos proprietários tivessem possibilidades econômicas para se proverem de certas máquinas, elas nem sempre compensariam, com seu trabalho às vêzes aplicado a minifúndios, os gastos que representaram. Em terceiro lugar, em lavouras permanentes do tipo da do café, chá ou banana, a mecanização torna-se muito difícil, a não ser para o preparo do terreno.

A pràticamente ausência de mecanização não significa, necessàriamente, que haja um emprêgo grande, por exemplo, de animais. A não ser na área de Registro, e especialmente ligados às zonas de cultivo de chá, os animais de trabalho são pouquissimos. Mais comuns são os utilizados para o transporte. O quadro apresentado acima, embora relativo a 1950, ainda espelha a situação da maior parte da área que nos interessa.

No conjunto, a Baixada do Ribeira se nos apresenta com atividades agrícolas entre as tècnicamente mais atrazadas em todo o Estado de São Paulo. Por isso mesmo, adquirem um especial significado as iniciativas no sentido de implantar na

região uma agricultura científica. Caso vinguem, e tudo faz crer que sim, com seu caráter revolucionário acarretarão, sem dúvida nenhuma, enormes transformações nas estruturas arcaicas regionais e, em especial modo, nos seus horizontes técnicos.

O Calendário Agrícola

Não é fácil definir um calendário agrícola para a Baixada do Ribeira, dada a complexidade decorrente de certas diversicações regionais, assim como dos sistemas agrários dominantes, dos tipos de cultura e de suas técnicas de cultivo.

Os trabalhos relativos ao preparo dos terrenos para cultivo anuais pràticamente podem se iniciar já no mês de maio, estendendo-se até agôsto inclusive. Nos casos de sistemas baseados na agricultura itinerante de subsistência os trabalhos de preparo da terra sòmente se verificam no fim do período citado, pois que se limitam pràticamente à queimada, quando não há necessidade de precede-la pela derrubada. Aproveita-se especialmente fins de julho e o mês de agôsto, quando normalmente a pluviosidade é mais baixa e o ar é mais seco| Nêsses casos, em maio ainda colhe-se um pouco de feijão, milho e cana, o restante do tempo. até pràticamente agôsto, sendo empregado em atividades extrativas ou ligadas às modestas benfeitorias da propriedade ou da "posse". Nas áreas de agricultura intensiva primitiva, ligada ao arroz, a colheita do produto. ou já se encerrou, ou termina no decorrer de maio. Também aqui, as queimadas só terão lugar em agôsto e até mais tarde. Deixa-se o campo de cultivo abandonado entre o fim da colheita e a época das queimadas, e enquanto isso o "ribeirinho" dedica-se à pesca fluvial, de "peixe miudo". Para o japonês que prática a mesma agricultura intensiva, os meses de junho, julho, são destinados a manter limpos os campos de cultivo. Nos casos de sistemas de rotação de terra primitivo, os campos também são deixados ao abandono, enquanto que o agricultor se preocupa mais com as benfeitorias da propriedade. Os trabalhos de colheita, portanto, para as lavouras tem-

porárias, de um modo geral ficam paralizados no período considerado. Apenas a cana ainda pode ser colhida em junho, assim como a batata, que fôra plantada no mês de abril, é colhida em julho. Nos bananais efetuam-se "limpas", enquanto que os cafezais começam, em junho, a apresentar frutos maduros. Em certos casos, a paralização das atividades ligadas às lavouras temporárias serve, justamente, para que o agricultor que possue cafezal, dedique-se à colheita do grão. Nos chazais a safra pràticamente se encerrou em abril. Entretanto, continuam a prender as atenções do lavrador, desde que as plantas devem ser podadas em agôsto e mesmo antes.

Já no decorrer do mês de agôsto, em alguns casos inicia-se o plantio que, todavia, só ira caracterizar as atividades agrícolas mais adiante. Nêsse mês, não é raro encontrarmos campos recem cultivados com milho, por exemplo. O plantio do milho pode continuar pelos meses seguintes, até fevereiro. Em conseqüência o produto vê-se colhido nas épocas mais variadas. Em setembro verifica-se o plantio de feijão das águas (e da sêca fora plantado em abril), enquanto que em outubro e novembro planta-se o arroz. A cana é plantada ainda até janeiro e fevereiro, enquanto nêsses meses quentes e chuvosos, nas propriedades com lavouras científicas processa-se ao plantio definitivo da seringueira. Os "ribeirinhos", efetuado o plantio do arroz, voltam à pesca, dedicando-se à manjuba, especialmente até março-abril. Nas lavouras de café em certos casos a colheita prossegue por setembro, enquanto que nêsse mês se iniciam os longos trabalhos ligados à safra do chá. De outubro a janeiro, especialmente até novembro, temos também a colheita da banana. atividade em parte dividida com a da pesca, no caso do Ribeira. Finalmente, por volta de março-abril, temos o principal período de colheita para as lavouras temporárias.

Convém frizar, entretanto, que a não ser nas lavouras permanentes mais importantes, como a do chá ou da banana, ou em algumas lavouras temporárias, a exemplo da rizicultura, o calendário agrícola é de uma extraordinária versatilidade, o

ritmo sazonário norteando as atividades agrícolas sòmente nas suas grandes linhas, e em certos casos, sendo pràticamente ignorado.

AS PROPRIEDADES RURAIS

A condição do responsável e o problema da mão-de-obra

Uma característica das mais importantes da área em estudo, quando se considera qual a condição do responsável pelas propriedades rurais, é a sugestiva predominâcia dos casos em que o próprio proprietário dirige diretamente as atividades agrícolas ou agro-pastoris. Em 1950, conforme o Recenseamento, as propriedades da Região do Ribeira em que os responsáveis pela sua utilização eram os seus proprietários, representavam 3,9% das propriedades estaduais, quando o total das propriedades recenseadas na região atingia sòmente 3,4% das estaduais. O fato significa, antes de mais nada, que nas propriedades da área em estudo o absenteismo do proprietário não é comum; em um total de 7 694 propriedades recenseadas, somando 415 659 hectares, 5 608, com 301 431 hectares eram administradas diretamente pelo proprietário. Essa característica vê-se reforçada pelo papel insignificante representado pela figura do administrador, preposto do proprietário. Na ocasião os administradores eram responsáveis por apenas 97 propriedades, representando sòmente 0,5% do número de propriedades e uma percentagem descurável da rea das propriedades estaduais nas mesmas condições. Pelo Quadro que acompanha estas considerações torna-se possível perceber que a presença do administrador esta ligada a propriedades maiores pois, embora o seu número, nos municípios considerados, seja igual a 1,2% do total, sua área chega a representar quasi 13% da área total. O administrador tem se tornado menos raro nos últimos anos, especialmente como decorrência da aquisição de terras por gente de São Paulo. Em certos casos êle é apenas uma pessoa encarregada da integridade da propriedade, para evitar que seja invadida por "posseiros", já que os proprietários esperam especular com a valorização do solo.

Associando o reduzido absenteismo do proprietário, com o fato de que, como já foi visto, há uma sugestiva dominância de áreas de colheita modestas, torna-se possível concluir que na Baixada, a situação mais comumente encontrada é o do cultivador direto, ou seja, do proprietário que trabalha no cultivo do solo auxiliado pelos membros de sua família, eventualmente recorrendo à mão-de-obra assalariada (361). É claro que a referida associação em muitos casos implica, justamente, na importância mantida pelas lavouras de subsistência, embora sejam comuns os cultivadores diretos que se dedicam também a lavouras comerciais.

De certa forma o contingente dos cultivadores diretos vê-se engrossado pelos que, segundo o Recenseamento lembrado, foram agrupados sob a rubrica de "ocupantes".

Região do Ribeira

Condição do Responsável pela Propriedade — 1950 (362)

Condição	REGIÃO DO RIBEIRA		ESTADO		% da Região no Estado	
	Prop. N.º	Área Ha.	Prop. N.º	Área Ha.	Prop. N.º	Área Ha.
Proprietário	5 608	301 431	143 090	11 390 811	3,9	2,6
Arrendatário	438	8 802	53 122	994 977	0,8	0,8
Ocupante	1 551	31 580	7 689	259 860	20,1	12,5
Administr.	97	53 846	17 593	6 354 952	0,5	—
TOTAL	7 694	415 659	221 611	19 007 582	3,4	2,2

Tais ocupantes são moradores nas mais diferentes condições, dominando entre êles, entretanto, os "posseiros" ou aquêles que não possuem títulos de propriedades da terra em que vivem, embora a terra possa ter passado de pais para filhos há mais de duas gerações. Além disso, compreendem os que

(361) Ou do "sitiante", conforme a conceituação de N. L. Muller.
(362) Quadro elaborado com base nos elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, pág. 36.

ocupam terras sob permissão do proprietário, gratuitamente. O "posseiro" deve ser considerado um cultivador direto porquanto é êle quem cultiva o solo, quasi sempre para satisfazer necessidade de subsistência. A importância do cultivador direto pode ser verificada quando se entra em contacto com qualquer das áreas rurais da Baixada. O agricultor normalmente conta com os próprios braços e com seus familiares. Poder-se-ia, de certa forma, tentar explicar o domínio do cultivador direto, particularmente relacionando-o com a existêndo "posseiro". O processo de povoamento da região, interassando sempre um contigente de indivíduos numèricamente modesto, em área relativamente extensa, através do sistema de "posses", teria, necessàriamente, levado a uma dispersão que favoreceu ao mesmo tempo as culturas de subsistência e a predominância do cultivador direto. Em outras palavras, uma família que poderia fixar-se em uma área de terras devolutas, ou na crença de que fossem devolutas, para cultivá-la, naturalmente, na maioria dos casos, evitaria ficar na condição de assalariada. Ao mesmo tempo, o processo deve ter favorecido condições em que a solicitação de mão-de-obra assalariada era reduzida.

Os arrendatários, conforme o Quadro anexo, e de acôrdo com o que foi possível observar nas excursões realizadas, não constituem tipos muitos freqüentes. Representam, as parcelas por êles cultivadas, menos de 1% quer do número, quer da área das propriedades estaduais nas mesmas condições. O arrendamento pode ser encontrado um pouco por tôdas as partes da Baixada, embora essa apareça com freqüência maior nas áreas de mais importante colonização, especialmente nas de japonêsas, em tôrno de Registro. O arrendamento está associado a zonas de maior densidade demográfica e nas quais sejam comuns lavouras comerciais. Os contratos de arrendamento normalmente são verbais e, em muitos casos, sem que possamos dar uma idéia de proporção, renovam-se de modo a verificar-se uma certa continuidade da família na mesma terra. Segundo parece, entre os nacionais há uma estabilidade maior do arren-

SETOR E PERIÓDICOS
Bibl[illegible] tan[illegible] Geografia

datário, especialmente quando comparado com o arrendatário japonês.

Como seria de esperar, em uma região onde as áreas do colheita são relativamente pequenas, e onde o cultivador direto é muito comum, o número de dependentes, ou associados não proprietários, não é elevado, embora englobem formas bastante diversificadas. Os sistemas de associação, representados pela parceria, existem principalmente sob a forma de meação. Ela é mais encontrada nas lavouras de banana, chá, café, ou seja, nas lavouras permanentes com objetivo comercial. A "parceria de terça", pode aparecer nas lavouras permanentes e temporárias, enquanto que a "de quarta" é rara e, quando existe, está relacionada com a rizicultura. Os contratos de parceria, verbais como os de arrendamento de terras, se definem em função das maiores ou menores vantagens que, além da terra, o proprietário oferece ao parceiro. Os assalariados abrangem especialmente camaradas e jornaleiros. Na maioria dos casos constituem moradores das propriedades onde trabalham, normalmente podendo erguer casa e retirar lenha. Em certos casos, especialmente tratando-se de lavouras permanentes de caráter comercial, podem formar "roças" de subsistência e até mesmo manter modesta criação de animais de pequeno porte. Naturalmente a presença de diaristas ou jornaleiros é mais comum nas lavouras permanentes, em propriedades maiores. Em certos casos, como acontece com a colheita do chá, o trabalho é pràticamente de tarefeiro e não de jornaleiro. O pagamento do diarista, como em outras partes do país, depende do fornecimento ou não de refeições. Estas sòmente são fornecidas quando se trata de diaristas volantes, contratados eventualmente, dado que na maioria dos casos o diarista é morador e, portanto, vive com sua família na propriedade em que trabalha.

Da mesma forma que na maior parte do país, e conforme o autor teve oportunidade de observar no interior do Nordeste como em outras partes, o assalariado, na Baixada do Ribeira, é mal remunerado e se caracteriza por um baixíssimo padrão de vida. Não poderia ser de outra forma em uma área onde é

baixo o padrão de vida da maioria dos proprietários cultivadores diretos.

Quando se consideram os sistemas de cultura dominantes na região, as técnicas primitivas empregadas, assim como a modéstia da maior parte das lavouras, não deve admirar que na Baixada a mão-de-obra seja considerada em geral sastisfatória, inclusive numèricamente. Entretanto, quando se consideram as necessidades criadas com a implantação das primeiras lavouras cientificas o problema da mão-de-obra assume características especiais. Antes de mais nada, para as solicitações das propriedades abertas recentemente, a mão-de-obra disponível nem sempre é numèricamente satisfatória. O mais importante, por outro lado, é que as técnicas empregadas nessas propriedades não encontram mão-de-obra qualificada para poder aplicá-las. Gente habituada à rotina da utilização do solo dentro de sistemas e técnicas primitivos, não pode, de um momento para outro, sem prejuizo para quem a emprega, ser utilizada em iniciativas baseadas em sistemas e técnicas novas, freqüentemente científicas. Em algumas dessas propriedades recentemente criadas, por exemplo, percebemos as dificuldades para encontrar nos arredores alguém para a função de administrador, com um mínimo de conhecimentos sôbre os métodos e técnicas nelas empregados. O problema pode assumir maior gravidade quando, aos fatos apontados, acrescentar-se o de que algumas das lavouras que estão sendo ensaidas nas referidas propriedades são pràticamente desconhecidas para o homem do campo da região. Percebe-se, em síntese, que as transformações por que a Baixada começa a passar, não só repercutirão em uma modificação nas formas tradicionais de responsabilidade da propriedade mas, também, irão solicitar uma verdadeira renovação das disponibilidades regionais em mão-de-obra, principalmente visando uma metamorfose qualitativa.

O Regime de Propriedades e sua Evolução Recente

Tomando-se com base os elementos censitários relativos a 1950, já que até serem conhecidos os de 1960, não poderemos

TAMANHO DAS PROPRIEDADES — 1950 (363)

Grupos de Área (Hectares)	Região do Ribeira		Estado		Percentual da Região em relação ao Estado	
	N.º de Prop.	Área (hc)	N.º de Prop.	Área (hc)	N.º de Prop.	Área (hc)
Totais	7.694	415.659	221.611	19.007.582	3,4	2,2
Menos de 100 hectares	**6.993**	**183.464**	**189.781**	**4.692.999**	3,6	**4,2**
Menos de 1	65	33	740	229	8,7	**14,4**
1 a menos de 2	73	85	2.031	2.414	6,5	3,5
2 a menos de 5	941	3.600	29.807	116.381	3,1	3,0
5 a menos de 10	758	6.114	32.425	254.658	2,3	2,4
10 a menos de 20	1.442	20.381	41.066	601.132	3,5	3,3
20 a menos de 50	2.879	91.401	57.981	1.874.318	4,9	4.8
50 a menos de 100	835	61.850	25.731	1.839.867	3,2	3,3
100 hect. e mais	**701**	**232.195**	**31.740**	**14.314.583**	**2,2**	**1,6**
100 a menos de 200	437	61.320	15.149	2.134.303	2,8	2,9
200 a menos de 500	198	57.841	10.583	3.285.344	1,8	1,7
500 a menos de 1.000	36	28.112	3.454	2.423.683	1,0	1,1
1.000 a menos de 2.000	19	24.188	1.600	2.205.049	1,1	1,1
2.000 a menos de 5.000	7	16.816	751	2.192.207	0,9	0,7
5.000 a menos de 10.000	2	13.900	143	988.812	1,4	1,4
10.000 a menos de 100.000	2	30.008	60	1.085.185	3,3	2,7

(363) Organizado com os elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, págs. 66, 67, 82, 83, 70, 71, 86, 87.

dispor de outros satisfatòriamente dignos de fé, e organizando-os, conforme se pode observar pelo quadro que transcrevemos abaixo, podemos ter uma visão de como se apresenta o problema da divisão da propriedade rural na Baixada do Ribeira.

Antes de mais nada, convém frizar que apenas uma parte, ou seja, aproximadamente pouco menos de 60% da área dos municípios considerados, interessou as propriedades objetos do Censo, em um total de 7 694. O fato revela, em primeiro lugar, as disponibilidades de terras, em grande parte devolutas, ainda existentes dentro dos quadros administrativos considerados. As referidas terras, entretanto, interessam de preferência áreas limitrofes à Baixada, particularmente grandes extensões do norte dos municípios de Juquiá, Registro e Eldorado, assim como algumas áreas do nordeste do município de Iguape e de oeste dos municípios de Cananéia e Jacupiranga. Regra geral trata-se de glebas distribuidas por zonas de relêvo acidentado, especialmente ao longo da escarpa da serra de Paranapiacaba, mas também em trechos de zonas serranas mais ou menos dissociadas de Paranapiacaba. O que para o nosso caso é fundamental, é que a grande maioria das propriedades recenseadas, em função do que foi lembrado acima, pertence à zona da Baixada ou às áreas imediatamente contíguas e intimamente ligadas à Baixada. Isso significa, evidentemente, que as considerações de caracter global ou genérico, efetuadas a propósito das propriedades recenseadas, têm valor especialmente para a Baixada, ou seja, para a área que é objeto do presente estudo.

A observação dos grupos de propriedades segundo a superfície leva-nos, desde logo, a acentuar aquela que, segundo nos parece, é uma característica do significado especialíssimo para uma área quente e úmida como é a da Baixada ou seja, o fato de dominarem as pequenas propriedades. Tal fato ressalta com uma simples comparação entre o número de propriedade com menos de 100 hectares, totalisando 6 993, ou seja 90,8% do total, e o daquelas com 100 hectares e mais, totalisando apenas 701, o que representa, portanto, sòmente 9,2% do total. Mais

significativo, entretanto, nos parece o fato de que as propriedades com menos de 50 hectares somam um total de 6 158, o que representa 80% do número total das propriedades dos municípios considerados.

Cremos que a afirmativa de que na Baixada dominam as pequenas propriedades não é exagerada, dado que tal devem ser consideradas propriedades com menos de 50 hectares. Aliás, êsse é o critério que tem sido utilizado para o Estado, por exemplo nos estudos pioneiros de Caio Prado (364) e Milliet (365). Mas há uma razão mais importante para que a Baixada seja considerada área com presença significativa da pequena propriedade. É que sendo, conforme procuramos mostrar em várias partes dêste trabalho, uma área onde a organização econômica do espaço deixa muito a desejar, inclusive sendo em muitos casos caracterizada por verdadeiro primitivismo, como sucede com as zonas onde se pratica cultura itinerante de subsistência, é natural que, com muita freqüência, propriedades que em áreas com espaço economicamente melhor organizado seriam consideradas médias, na Baixada acentua o fato acima, dado que, normalmente, em áreas tropicais tem havido necessidade de espaços maiores, em função das necessidades de uma família, que em áreas, por exemplo, da faixa temperada. A êsse propósito, convém lêr o quanto escreveu Waibel relativamente ao problema do tamanho das "colonias" nas áreas de colonização alemã ou italiana no Brasil meridional (366). Em última análise, podemos situar o problema em síntese, lembrando que para obter produção equivalente à da área temperada, suficiente para satisfazer necessidades de uma família, na Baixada tropical há necessidade de maior espaço. Sob êsse aspecto, cremos não exagerar, ainda uma vez, lembrando que uma

---

(364) PRADO Júnior, Caio — **Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo,** in "Geografia", Ano I, n.º 1, São Paulo, 1935.

(365) MILLIET, Sérgio — **O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo,** in "Roteiro do Café e outros ensaios", 3a. edição, São Paulo, 1941, págs. 75 a 116.

(366) WAIBEL, Léo — **Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil,** in "Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, Rio de Janeiro, 1958, págs. 205 a 262.

parte não descurável das propriedades da Baixada é constituida por verdadeiros minifúndios que, em face do que já dissemos, são decididamente anti-econômicos. Veja-se, por exemplo, o fato de nessa área terem sido recenseados 1 837 propriedades com superfícies inferiores a 10 hectares, representando um pouco menos de um quarto do número total de propriedades, ou seja 23,8%. Insistimos nêste aspecto, pois entre outros fatos, permite que possamos compreender melhor a mediocridade das áreas de colheita por propriedade e, de um modo geral, a pequena amplitude das atividades agrícolas regionais.

O problema não adquire aspectos diferentes se levarmos em consideração as atividades agrícolas com fito comercial, em bases técnicas que sobressaem no quadro regional, mas que ainda não são satisfatórias, mesmo se considerarmos as possibilidades de implantação de lavouras em bases científicas, como as do café, cacau ou seringueira. A fragmentação da propriedade, em muitos casos exagerada, pode constituir um impecilho ao normal processo de reorganização de espaço agrícola.

A pequenês de parte considerável das propriedades da Baixada transparece, também, quando se comparam os valores percentuais de cada grupo de superfícies, dentro da área considerada e a de todo o Estado. Em 1950 na Baixada foram recenseadas 3,4% das propriedades de todo o Estado de São Paulo que, entretanto, representavam apenas 2,2% da área. Dêsses elementos é possível afirmar que, de um modo geral, na Baixada do Ribeira a fragmentação da propriedade é maior do que no restante do Estado.

Mas vejamos outros elementos mais expressivos. As propriedades da Baixada, com superfícies inferiores a 100 hectares representavam, numèricamente, 3,6% das correspondentes para o conjunto do Estado; sua área, entretanto, era de 4,2% da área do mesmo grupo de propriedades no Estado. Isso significa não só que na Baixada a proporção númérica das propriedades com menos de 100 hectares é maior que no Estado, mas que suas áreas em média são mais representativas. Enfim, enquanto o referido grupo de propriedades compreende, como vimos, 90,8% das da Baixada, com 44,1% da área, no Estado representa apenas

85,6% com 24,6% da área. Julgamos ser desnecessário estar enumerando outros elementos. Os Quadros citados revelam outras particularidades do fenômeno em consideração. Apenas frizamos que na Baixada as propriedades pequenas possuem áreas mais expressivas, proporcionalmente, que no conjunto do Estado.

As razões da presença da pequena propriedade em proporções com as citadas, parecem ter sido várias. A grande propriedade esteve presente desde os primeiros tempos de fixação do europeu na região, particularmente com a clássica concessão de sesmarias. Estas, entretanto, tiveram real importância apenas junto à orla litorânea, e contribuiram para caracterizar parte da dinâmica do povoamento sòmente nos três primeiros séculos. A grande maioria fragmentou-se, e poucas, como a antiga sesmaria do Momuna, junto ao Ribeira litorâneo, no município de Iguape, puderam conservar-se até recentemente.

O processo de povoamento por meio de "posseiros" foi, cremos, um fator importantissimo na definição do regime atual de propriedades. As "posses" nem sempre foram muito extensas, e embora o morador freqüentemente utilizasse, ao fim de vários anos, com sua agricultura itinerante, áreas grandes, na legalização da propriedade por direito de posse a superfície conseguida normalmente era mais limitada. É, por exemplo, o quanto podemos vêr pela carta das posses da Gleba B — Setor IV e de Momuna. Por outro lado, nos casos em que a posse se verificava à beira-rio, por intermédio de lavouras de arroz, normalmente as superfícies utilizadas eram relativamente modestas desde o início. Veja-se, por exemplo, as relações de posses para os anos de 1817, 1827 e 1836 ao longo do rio Jacupiranga (367). Trata-se de superfícies de 100 por 100 braças, 50 braças por meia légua, 100 braças por meia légua e asim sucessivamente.

Tais "posses", como é natural, puderam ainda sofrer fragmentação por herança e, em conseqüência, originar proprieda-

---

(367) ALMEIDA, A. Paulino de — Memória Histórica de Jacupiranga, págs. 34 a 52.

des menores. Só mais recentemente, graças ao interêsse criado em tôrno das possibilidades com a especulação nas terras da região, é que as "posses" freqüentemente passaram a interessar superfícies maiores, justamente porque nem sempre foi o "posseiro" o favorecido, simples instrumento que se tornou, mas pessoas quasi sempre estranhas à região.

Outro fator de grande importância para a presença da pequena propriedade foi a criação de colônias em várias partes da região. Tanto nas antigas colônias de Pariquéra-Açú e de Cananéia, quanto nas recentes colônias de Registro, Sete Barras, Jiporava ou Santa Maria, o loteamento se fez em parcelas relativamente pequenas, geralmente não superando os 30 hectares. Não cremos, e já vimos porque, que a criação dêsses núcleos coloniais tenha sido a principal responsável pela retaliação das terras. Êles vieram se enquadrar dentro de um processo já em vigor, talvez tornando o mais nítido e, principalmente mais regular.

Enquanto as "posses" trouxeram como conseqüência uma desordenada repartição de terras, em certos casos apenas orientada pelos eixos fluviais, os lotes coloniais contribuiram para dar, a certas partes da região, um regime fundiário caracterizado por uma maior regularidade na disposição das parcelas.

Um terceiro fator de fragmentação foi naturalmente a repartição de terras por herança, dado que raramente se verifica, entre os habitantes da região, a não ser talvez entre os nipo-brasileiros, qualquer preocupação no sentido de manter a unidade das propriedades recebidas das gerações anteriores.

As considerações tôdas apresentadas até agora referem-se à Baixada de um modo geral. Convém destacar o fato, entretanto, de que existem diferenciações relativamente grandes entre os regimes fundiários de suas várias partes, o que, ainda uma vez, pode ser percebido no segundo Quadro apresentado.

Percebe-se, por exemplo, que os municípios com maiores percentagens de propriedades pequenas são Eldorado, Iguape e Jacupiranga. Considerados as propriedades com menos de 50 hectares, as percentagens são respectivamente 84,3%, 87,1% e 80,0%. Registro aparece em 73,6%, percentagem ainda bastan-

te elevada, enquanto que para Juquiá e Cananéia elas são respectivamente de apenas 63,3% e 41,8%. É interessante verificar, reportando-nos ao que dissemos anteriormente, que Registro, abrangendo a maior parte das áreas de colonização japonêsa, não é o município de maior fragmentação fundiária.

Em Iguape a fragmentação das propriedades se deve em grande parte à antiguidade do povoamento e à conseqüente subdivisão por herança; em pequena parte à colonização japonêsa na área de Jiporuva. É preciso, entretanto não superestimar a pequena propriedade nêsse município. A área total das propriedades com menos de 50 hectares representa sòmente 29,8% do total das propriedades do município, sendo de 40,9% a relativa às propriedades até 100 hectares. Enquanto isso, as propriedades com mais de 100 hectares, representando 6,0% do número total, abrangem 59,1% da área. Daí decorre que no município de Iguape mais de metade das terras encontra-se, subdividida por um reduzido número de grandes latifúndios, enquanto que a superfície restante é exageradamente fraccionada, inclusive com numerosas propriedades com menos de 2 hectares. É portanto um município onde são contrastantes os aspectos do regime fundiário. As grandes propriedades ou são reminiscências das antigas sesmarias ou são glebas da parte oriental do município, algumas vêzes caracterizadas pela presença dos bananais. As pequenas, dispondo-se ao longo do Ribeira, resultam da subdivisão de "posses" ou da presença de lotes coloniais. Normalmente são rizicultoras.

No município de Jacupiranga o regime fundiário é mais tìpicamente o da pequena propriedade. As de menos de 50 hectares abrangem cêrca de 50% da área, enquanto que somadas às que têm de 50 a menos de 100 hectares superam 70% da área de tôdas as propriedades recenseadas. Enquanto isso, as propriedades com 100 ou mais hectares, somam cêrca de 29% da área total. Trata-se, conseqüentemente, de um regime fundiário inteiramente diferente do de Iguape. Em Jacupiranga há um parcelamento mais homogêneo das terras, pràticamente inexistindo os contrastes característicos de Iguape. Tal homogeneidade transparece nitidamente, por outro lado, dos elementos se-

Distribuição percentual das propriedades segundo a superfície — 1950 (368)

Grupos de Área	CANANÉIA		ELDORADO		IGUAPE		JACUPIRANGA		JUQUIÁ		REGISTRO		REGIÃO DO RIBEIRA		ESTADO	
	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área
Menos de 100 hect.	66,0	19,7	91,1	31,6	94,0	40,9	92,8	71,3	78,3	16,5	89,9	55,8	90,8	44,1	85,6	24,6
Menos de 1	—	—	1,2	0,0	2,1	0,0	—	—	—	—	0,0	0,0	0,8	0,0	0,3	0,0
1 a menos de 2	—	—	1,4	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	1,0	0,0	0,9	0,0	0,9	0,0
2 a menos de 5	—	—	28,2	2,1	18,4	1,5	0,9	0,0	4,6	0,1	8,4	0,6	12,2	0,8	13,4	0,5
5 a menos de 10	0,7	0,0	1,54	2,3	13,5	2,4	2,2	0,4	9,2	0,5	11,8	2,0	9,8	1,4	14,6	1,3
10 a menos de 20	3,0	0,3	15,3	4,1	24,3	7,5	18,5	6,1	14,7	1,4	17,5	5,1	18,7	4,9	18,5	3,1
20 a menos de 50	38,1	8,1	22,8	13,8	27,2	18,4	58,4	42,5	34,1	7,6	35,9	24,6	37,4	21,9	26,1	9,1
50 a menos de 100	24,0	11,2	6,6	9,1	6,5	10,8	12,6	22,0	15,1	6,8	15,1	23,2	10,8	14,6	11,6	9,6
100 hect. e mais	34,0	80,3	8,9	68,4	6,0	59,1	7,2	28,7	83,4	10,1	44,2	9,2	9,2	55,9	14,4	75,4
100 a menos de 200	17,9	15,3	4,4	11,9	3,7	11,5	5,6	18,1	8,5	8,3	7,0	20,5	5,8	14,7	6,8	11,2
200 a menos de 500	10,6	17,8	3,3	18,6	1,5	11,1	1,3	7,6	8,5	17,3	2,6	16,4	2,5	13,9	4,7	17,2
500 a menos de 1.000	4,1	21,8	0,2	4,3	0,3	5,4	0,2	2,9	1,9	8,5	0,3	5,7	0,4	6,7	1,5	12,7
1.000 a menos de 2.000	0,3	2,8	0,5	13,5	0,2	7,7	—	—	1,5	11,4	0,0	1,4	0,2	5,8	0,7	11,6
2.000 a menos de 5.000	0,3	5,6	0,2	10,6	0,0	4,8	—	—	0,3	5,2	—	—	0,1	4,0	0,3	11,5
5.000 a menos de 10.000	0,3	16,7	0,0	9,1	—	—	—	—	—	—	—	—	0,0	3,3	0,0	5,2
10.000 a menos de 100.000	—	—	—	—	0,0	1,8	—	—	0,3	32,0	—	—	0,0	7,2	0,0	5,6

(368) Quadro organizado com os elementos obtidos em Recenseamento Geral do Brasil, 1920 Volume III (1a. parte) págs. 192 a 207.

Área dos Estabelecimentos — 1920 — N.º de Estabelecimentos (hectares) (369)

Municipios	Menos de 41	41 a 100	101 a 200	201 a 400	401 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 25.000	Mais de 25.000
Cananéia	122	67	49	36	19	3	—	—	1	2
Iguape	827	464	197	88	79	15	8	—	—	—
Xiririca	87	100	57	39	26	6	7	2	—	—
Região do Ribeira	1.036	631	303	163	124	24	15	2	1	2

(369) Quadro organizado com os elementos obtidos em Recenseamento Geral do Brasil, 1920 Volume III (1a. parte) págs. 192 a 207.

Percentagem dos grupos de área em relação ao total de propriedades — 1920 (370)

Municipios	Total de propriedades	Menos de 41	41 a 100	101 a 200	201 a 400	401 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 25.000	Mais de 25.000
Cananéia	299	40,8	22,4	16,3	12,0	6,3	1,0	—	—	0,3	0,6
Iguape	1.678	49,3	27,6	11,7	5,2	4,7	0,9	0,4	—	—	—
Xiririca	324	26,8	30,8	17,6	12,0	8,0	1,8	2,1	0,6	—	—
Região do Ribeira	2.301	45,0	27,4	13,1	7,1	5,3	1,0	0,6	0,1	0,0	0,1

(370) Organizado com os elementos obtidos in Recenseamento do Brasil, 1920, Vol. 3 (1.a parte), págs. 192 a 207.

Área dos Estabelecimentos — 1934 — Hectares (371)

Municipios	Total de propriedades	Até 24,2	%	24,3 a 60,5	%	60,6 a 121,0	%	121,1 a 242,0	%	242,1 a 605,0	%	605,1 a 1210,0	%	1210,1 a 2420,0	%	Mais de 2420,1	%
Cananéia	1.632	715	43,8	619	37,9	179	10,9	68	4,2	26	1,5	9	0,5	7	0,4	9	0,5
Iguape	4.991	2.842	56,9	1.688	33,8	353	7,0	79	1,6	21	0,4	7	0,1	1	0,0	—	—
Jacupiranga	1.574	1.134	72,0	344	21,8	72	4,5	22	1,3	2	0,1	—	—	—	—	—	—
Xiririca	2.560	1.795	70,1	567	22,1	124	4,8	51	2,0	17	0,6	3	0,1	2	0,0	1	0,0
Região do Ribeira	10.757	6.486	60,2	3.218	29,8	728	6,7	220	2,0	66	0,6	19	0,2	10	0,1	10	0,1

(371) Organizado com elementos obtidos em TELLES, J. Queiroz (e) TESTA, Y. — Obra citada, págs. 99, 181, 224, 517.

guintes: 1. em todo o município não há uma propriedade com menos de 1 hectare, sendo irrisòriamente modesta a presença das inferiores a 5 hectares; 2. não temos, em todo o município, nenhuma propriedade com mais de 1 000 hectares, sendo pouquíssimas as que possuem mais de 200 hectares, no conjunto abrangendo apenas 10,5% da área total; 3. a maior soma de propriedades situa-se entre 10 e 100 hectares, com 70,6% da área total. O regime fundiário do município de Jacupiranga é conseqüência, principalmente, do processo de colonização em tôrno de Pariquéra-Açú, mas, também do parcelamento por "posses" relativamente pequenas, conforme já vimos.

O caso do município de Eldorado assemelha-se ao de Iguape, nêle verificando-se, também, contraste entre os extremos: 68,4% da área ocupada apenas por 8,9% do número de propriedades, enquanto que o restante da superfície é distribuido por 91,1% das propriedades, com menos de 100 hectares. Nêste caso o contraste aparece principalmente entre a área ribeirinha a jusante da séde municipal, em parte objeto de colonização, e as áreas a montante, ou mais afastadas do rio, onde as grandes glebas são mais comuns.

Quanto à percentagem relativa ao número de pequenas propriedades, já vimos, o município de Registro aparece abaixo dos três citados. O mesmo, entretanto, não se verifica quanto às áreas correspondentes aos diferentes grupos de propriedades. Sob êste aspecto, Registro aparece em uma posição intermediária entre Jacupiranga e os casos de Iguape e Eldorado. Os contrastes entre as áreas globais das propriedades com menos de 100 hectares e aquelas com 100 hectares ou mais, existem como em Iguape e Eldorado, porém bem mais atenuados. Tanto que o primeiro grupo de propriedades ainda abrange mais da metade da superfície recenseada, 55,8% enquanto que em Iguape e em Eldorado os valores correspondentes são bem inferiores à metade da superfície. Em todo caso a maior freqüência, no município de Registro, verifica-se entre 5 e 100 hectares, com um total percentual de 80,3% das propriedades, representando 55% da superfície. Significativo é, também, o fato relativo à pràticamente ausência de propriedades com menos de 2.

hectares, assim como a inexistência de propriedades com superfícies superiores a 2 000 hectares. No conjunto, verifica-se que também no município de Registro há uma nítida tendência à homogeneização do regime fundiário, sem que, todavia, se caracterize pelos mesmos índices de concentração que temos em Jacupiranga. As características do regime fundiário de Registro se justificam pelo fato dêsse município compreender a maior parte das coloniais japonêsas criadas na Baixada. A presença de propriedades relativamente grandes na região decorre portanto, de uma permanência de formas de repartição de terras anteriores à colonização, assim como do agrupamento recente de lotes coloniais.

Juquiá é, sem dúvida, o mais sugestivo exemplo de área de inconteste domínio das grandes propriedades. Veja-se que, embora as propriedades com 100 hectares e mais, sejam numèricamente pouco expressivas, elas ocupam, entretanto 83,4% da área recenseada. Tal se deve à presença de grandes glebas com mais de 1 000 hectares, inclusive com mais de 10 000 hectares, e à concentração de propriedades entre 200 e 500 hectares, com 17,3% da área total. As propriedades inferiores a 10 hectares tem modesta expressão numérica e, quanto à área, são pràticamente inexpressivas. Pareceu-nos, no caso de Juquiá, que as características principais de seu regime fundiário decorrem do caráter relativamente recente da organização do espaço econômico, já decididamente sob a égide da especulação, assim como do domínio que no município exerce uma lavoura comercial como a da banana.

O município de Cananéia possue características fundiárias semelhantes às de Iguape, sem, entretanto, os mesmos contrastes tão acentuados. Há uma maior concentração de propriedades entre 20 e 500 hectares, representando respectivamente 90,6% e 52,4% do número e da área. De certa forma o município de Cananéia pode ser considerado como área de propriedades médias. Um fato interessante, no caso dêsse município, é que a presença de duas colôniais, a antiga e oficial Colônia de Cananéia, e a recente Colônia de Santa Maria, não foi suficien-

te para nivelá-lo ao conjunto da Baixada. Talvez o insucesso que caracterizou as duas iniciativas possa explicar o fato.

Em síntese, na Baixada distingüimos uma área de predomínio de grandes propriedades com um parcelamento associado relativamente grande, no caso de Juquiá; uma área com o predomínio de propriedades médias, no caso de Cananéia; duas áreas com contrastes fundiários muito nítidos, representadas por Iguape e Eldorado; uma área de pequenas e médias propriedades em Registro e, representada pelo município de Jacupiranga, uma área mais homogênea, de pequenas propriedades.

Tomando-se como base o Recenseamento de 1920 (e as considerações não mudariam substancialmente se remontassemos a 1900), podemos ter uma idéia da evolução recente do regime fundiário da Baixada. Para tal fim julgamos desnecessário levar em consideração também as áreas das propriedades, dado que os elementos relativos ao número de propriedades por grupo de áreas são suficientes.

Em 1920 o número de propriedades com menos de 100 hectares representava 72,4% de tôdas as propriedades da Baixada, embora sua área não fosse a mais expressiva. Nos anos seguintes, verificou-se uma nítida tendência ao sempre maior parcelamento da propriedade. Assim é que em 1934 as propriedades com menos de 121 hectares representavam 96,7% do total, enquanto que sòmente as que possuiam superfícies inferiores a 60 hectares atingiam 90,0% do total, ou seja, quasi 20% a mais que tôdas as propriedase que em 1920 possuiam menos de 100 hectares.

Sérgio Milliet estudou o fenômeno quando em pleno processo, e julgamos interessante aproveitar alguns elementos que nos apresenta para o período entre 1930 e 1936, relativos aos então municípios de Cananéia, Iguape e Jacupiranga (372). A

---

(372) Convém frizar que Milliet considerou pequenas as propriedades até 25 alqueires (60,5 hectares); médias as de 26 até 100 alqueires (até 242 hectares); grandes as de 101 a 500 alqueires (até 1 210 hectares) e, latifúndios, as que possuem mais de 500 alqueires. Ver "O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo", in Roteiro do Café, obra já citada.

comparação feita pelo autor citado é muito sugestiva e prova sem sombra de dúvida o processo de multiplicação das pequenas propriedades na área que nos interessa.

Região do Ribeira

O Regime fundiário na década de 1930 (373)

Propriedades	1930-1931			1935-1936		
	Total	índice	%	Total	índice	%
Pequenas	2 769	100	64,77	7 227	261	89,79
Médias	1 368	100	32,00	775	57	9,63
Grandes	116	100	2,71	45	39	0,56
Latifúndios	22	100	0,51	2	9	0,02

O autor julga que tal proceso se justifica principalmente pela subdivisão das propriedades maiores (374). Cremos que, realmente, a fragmentação das propriedades maiores tenha sido a principal responsável pelo incremento da pequena propriedade naquele momento. Entretanto, não devemos esquecer que, tendo se iniciado alguns anos antes, é a partir de 1920, aproximadamente, que em algumas áreas se definiu melhor um regime fundiário na base de uma distribuição organizada de lotes coloniais homogêneamente pequenos, em função da colonização japonêsa. Esta, a que Milliet atribue, com razão, grande importância, processou-se em terras anteriormente desocupadas ou quasi, e conseqüentemente as pequenas propriedades a que deu origem surgiram em maior parte pela utilização de novas áreas e não necessàriamente por subdivisão das propriedades por herança. Em todo caso, as terras devolutas eram ainda, no início da década de 1930, muitissimo extensas e sua posterior e parcial ocupação teve, também sua parcela de responsabilidade na multiplicação das pequenas propriedades. Cremos que, considerado o período de quinze anos a partir de 1920, o incremen-

(373) Quadro transcrito de MILLIET, Sérgio — O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo, pág. 114.
(374) MILLIET, Sérgio — Obra citada acima, pág. 113.

to da pequena propriedade deve ser atribuido à conjugação da fragmentação por herança, mais importante porque contínuo, com a definição de novas áreas de propriedades pequenas em zonas anteriormente não ocupadas.

Depois de um período relativamente curto, que não podemos precisar, mas que provàvelmente se prolongou sòmente por uma dezena de anos, em que o regime de propriedades não sofreu transformações substanciais, iniciou-se, em várias partes da Baixada, com repercussões no conjunto, um processo de reagrupamento das propriedades, dando como resultado uma diminuição relativa da importância das pequenas propriedades. É o que se percebe, por exemplo, comparando os resultados do Censo estadual de 1934 com os do Censo nacional de 1950.

Em 1950 as propriedades com superfícies até 100 hectares, conforme já vimos, representavam 90,8% do total; em 1934, considerando apenas as até 60 hectares, tinhamos 90% do total. Para 1950, as propriedades até 50 hectares representavam 80% do total. O fenômeno estava, naturalmente, apenas esboçado. Adquiriu contôrnos mais nítidos, entretanto, nos anos posteriores e, segundo pudemos observar, está se intensificando nos nossos dias. É que os problemas de terras, na Baixada do Ribeira, começaram a ser pautados em bases essencialmente especulativas. A especulação fundiária, conforme veremos, em parte decorrência da valorização das terras, em grande parte responsável por ela, só contribuiu para o proporcional aumento das propriedades médias e grandes.

Os processos, na maior parte das vêzes difíceis de acompanhar, de definição da propriedade legal das terras desocupadas, ou ocupadas apenas eventualmente por "capuavas" que nem sempre se fixam, ou ainda por "posseiros" que não se preocuparam em legalizar a "posse", freqüentemente de propriedade juridicamente nebulosa e discutível, interessa o mais das vêzes, a áreas de extensões não descuráveis. Mesmo os "posseiros" com títulos normais, são envolvidos, o mais das vêzes ingenuamente, por interessados na aquisição de grandes

glebas, dispondo de suas propriedades a baixo preço. Por outro lado, pareceu-nos que o reagrupamento de antigas pequenas propriedades, assim com a definição de outras grandes, na base de utilização de novas terras, em grande parte é fenômeno paralelo, senão conseqüente, ao processo de reorganização do espaço econômico que se está delineando na maior parte da Baixada. O desenvolvimento de culturas relativamente recentes, como a de chá ou a da banana; a organização de novas lavouras caféeiras, em bases econômicas mais ambiciosas; as iniciativas de implantação de seringais ou de cacauais, assim como a presença, em alguns casos, de uma fruticultura (tangerina) em grande escala, são fatôres que contribuem, ao lado de uma renovação técnica paralela, para o incremento de propriedades maiores. Acresce que, em alguns casos, a referida reorganização do espaço econômico se verifica, também com uma participação, por enquanto modesta, das atividades de criação que estão sendo ampliadas especialmente na zona sub-litorânea. A formação de invernadas leva, forçosamente, ao aumento do número de propriedades grandes, já que não se verifica sempre em propriedades que para êsse fim já possuiam áreas suficientes.

O "HABITAT" RURAL

"Habitat Rural" — Suas Formas e características

Embora tratando-se de uma área relativamente grande, a Baixada do Ribeira revela uma certa uniformidade no concernente a uma predominância das formas de dispersão do habitat rural. Apesar da existência de formas de habitat concentrado, e que veremos em seguida, a dispersão é que caracteriza tôdas as partes da região, quer se trate da orla litorânea ou das zonas marginais do Ribeira, das áreas de colinas ou das zonas de cabeceiras.

Em sua maior parte a dispersão pode ser compreendida como uma decorrência do processo de povoamento. Em grande parte expontâneo, baseado no sistema de utilização da terra por intermédio das "posses", quando não o foi através de sesmarias, o povoamento se processou de modo a isolar os povoadores no espaço, criando raizes para o domínio das atuais formas de habitat. De resto, quando na dinâmica do povoamento regional tivemos processos orientados, como nos casos de criação de núcleos coloniais, a dispersão prevaleceu, ainda uma vez, de modo quasi que absoluto. A permanência das formas de dispersão, por outro lado, foi favorecida pelos sitemas agrários que pouco a pouco se definiram por tôda a Baixada (375).

Para quem percorre as várias partes da área em consideração, embora transpareça essa constante de dominância da dis-

---

(375) Mesmo a presença de sistemas baseados na implantação de lavouras permanentes como a da bananeira ou a do caféeiro não favoreceu, sempre, a criação de formas de concentração de habitat. Nos cafezais antigos, por exemplo, a modestia das áreas de cultivo os incuia dentro das lavouras de responsabilidade de cultivadores diretos. Nos novos cafezais só excepcionalmente temos a criação de "colonias"; por outro lado, êles ainda são relativamente pouco numerosos.

persão, não escapa, entretanto, o fato de que nela há possibilidade de distinguir situações diferentes. Percebe-se que se trata de formas diversificadas de dispersão, pertencentes a uma mema família, porém com peculiaridades que as distinguem umas das outras, mesmo que nem sempre muito simples de perceber. Tentar-se-á, na medida que for possível, distinguí-las, ao mesmo tempo que se procurará traçar suas características mais importantes.

Uma das formas mais comumentes encontradas na Baixada é a dispersão expontânea que, entretanto, sofrendo as conseqüências de uma orientação por parte de um determinado fator, normalmente de natureza física, adquire características de dispersão expontânea linear.

Essa forma de habitat está mais freqüentemente relacionada com a presença dos principais rios da Baixada. Ela surgiu e se estabilizou em função do papel que os referidos rios tiveram como elementos de penetração e, em seguida, durante pràticamente quatro séculos, como únicos meios regionais de circulação. Os moradores penetraram pelos rios, instalaram-se nas suas margens, definiram propriedades em função das testadas para essas margens, e aos rios permaneceram ligados pelas atividades agrícolas (arroz), pela pesca e pela circulação.

Um bom exemplo, como muitos outros existentes na Baixada, nos é fornecido pela "Folha de Iguape", do I.G.G. relativa a uma parte do curso do Ribeira, alguns quilômetros à jusante de Registro. Como é natural em casos como êsse, a localização das habitações, assim com a distribuição das atividades pelo espaço agrícola, estão na dependência antes de mais nada da proximidade do rio, e das possibilidades de inundações. Normalmente as habitações localizam-se de preferência junto às margens de erosão, aquelas que nos meandros formam a parte concava, porque dêsse modo podem ficar ao abrigo das inundações. Estas, mais importantes nas margens de deposição, convexas, justificam a presença das habitações com maior afastamento do rio, com a freqüente preocupação, entretanto, de construi-las sôbre estacas. Nos vargedos da zona de Sete Barras as habitações podem aparecer sôbre pilares com até 2m.

acima do solo. As culturas naturalmente se dispõem em função das áreas de inundação. Nas mais enxutas dispõem-se os bananais, nas demais os arrozais. Aquelas são também áreas de culturas de subsistência, quando não há possibilidades de praticá-las em locais mais afastados do rio, em área onde já apareça a floresta.

Um dos fatos que despertam a atenção nêsse tipo de habitat, é a presença de caminhos isolados, não articulados uns com os outros, freqüentemente servindo apenas poucos moradores, mas todos articulados com o rio, que é o eixo de circulação.

O caráter linear do habitat em função dos rios pode também ser exemplificado pelo caso apresentado no baixo curso do rio Jacupiranga. A perpendicularidade dos lotes em relação ao rio, assim como a penetração que, conforme já foi visto, se fez por seu intermédio, justifica a localização das habitações e a organização do espaço agrícola em função do eixo fluvial.

Na zona sub-litorânea, nas áreas de colinas, especialmente para os casos dos rios secundários, não navegáveis, também se verifica a presença de formas de dispersão expontânea linear. É o que pode ser visto, por exemplo, no vale do Batatal, no distrito eldoradense de Braço. Desta vez, porém, a dispersão é comandada pelo vale e não pròpriamente pelo rio. O caminho de penetração, em uma das vertentes, ou ora em uma ora em outra, constitue o eixo em tôrno do qual se organiza o espaço agrícola. A linearidade do habitat não é sempre regular, as habitações ora muito próximas dos cursos d'água, ora sôbre terraços, ora subindo pela meia encosta inferior. Quando se trata de propriedades ou "posses" com culturas itinerantes de subsistência, os moradores aparecem muito isolados uns dos outros, às vêzes mais de um quilômetro, em meio às suas "roças", "ilhas" de culturas promíscuas separadas pela mata ou pela capoeira.

Em zona mais típica de baixada, onde extensas áreas são ocupadas por banhados e brejos, as "ilhas" representadas por colinas ou morros isolados constituem fatôres de condensação do habitat, que adquire uma forma de linha irregular, curva a

fechada. É o que pode ser observado, por exemplo, na área o do baixo Ribeira logo a noroeste de Iguape. Chama-se a atenção especialmente para o caso, verdadeiramente didático, do morro do Caiobá. Inteiramente circundado por brejos, nos quais se percebem as águas que vertem pelas suas encostas, funciona como uma pequenina ilha. As habitações o circundam, localizando-se na base de suas encostas, mas sempre em terreno enxuto. De preferência buscam locais próximos a um dos pequeninos cursos d'água que vertem do alto, acima, entretanto, dos pontos em que começam a se confundir com os brejos. O caminho que, pela base, circunda completamente o morro, completa o quadro de incomum didatismo. Em casos como êsse, as culturas temporárias de subsistência tendem a galgar as encostas, enquanto que arrozais ou bananais dispõem-se na base.

Quem percorre o caminho que de Itapetinguí, ao norte de Cananéia, leva para o pôrto das Minas, junto ao mar de Itapitanguí, tem oportunidade de se defrontar com outro caso de linearidade do habitat, que de certa forma se aproxima do exemplo anterior. O caminho dispõe-se aproximadamente num sentido de nordeste-sudoeste, acompanhando, na base, as vertentes meridionais da serra do Itapitanguí. Alonga-se, portanto, em uma faixa de terrenos relativamente enxutos, entre as citadas vertentes para o norte e zonas de banhados e brejos extensos para o sul, que logo irão se confundir com uma área de manguezais, dada a proximidade da barra do rio Itapitanguí e do mar. Dessa forma o caminho corta transversalmente os vales dos pequenos rios e ribeirões que vertem das encostas meridionais da serra, indo desaguar no Itapitanguí ou no próprio mar. Pode-se perceber, em cada caso em que se verifica a travessia de um dêsses cursos d'água, que para montante seus leitos são pedregosos e acidentados, freqüentemente com corredeiras ou mais nítidas rupturas de declive, enquanto que para jusante adquirem maior regularidade pois que suas águas, adentrando zonas planas, perdem o caráter torrencial e tornam-se calmas e lentas. Êsses pontos, foram com raríssimas exceções, escolhidos pelos moradores para a localização das habitações e, em conseqüência, por êles estabeleceu-se a definição

das primeiras picadas. As habitações surgem muito distanciadas uma das outras. Às vêzes há necessidade de caminhar bem mais de um quilômetro entre uma e outra. As culturas de subsistência, são "roças" promíscuas ilhadas na base da encosta. O caráter absoluto da dispersão é evidente. Mas, como no exemplo anterior, verifica-se um original caso de linearidade.

No litoral, formas expontâneas de dispersão linear também são predominantes, porém os fatôres que as justificam são outros. O mais freqüente é a linearidade ser condicionada pela própria linha de costa. É o quanto se pode perceber, por exemplo, na Ilha Comprida, na parte voltada para o mar Pequeno, como nos mostra a carta. As habitações, revelando certa preferência por algumas secções da linha de costa, dispõem-se em terrenos consolidados, voltadas e alinhadas para a água. Servindo a uma ou a um grupo delas, caminhos cortam transversalmente a ilha, em direção à praia de Fora. Junto à casa, instalações modestas para os apetrechos de pesca, principalmente para a conservação das rêdes. Para o interior, em áreas que às vêzes são ocupadas pelo "jundú", quando não por uma quasi mata, distribuem-se as fugázes e modestíssimas "roças" de subsistência. Em casos como êsse, a ilha é apenas um ponto de apoio necessário, pois que os moradores possuem gêneros de vida que os ligam intimamente ao mar. Essa característica vê-se acentuada pelo fato de que, conforme mostrou Paulino de Almenda, "em tôda a ilha não se encontra água potável, servindo-se os seus moradores de águas salôbras, que brotam de pequenos olhos à beira dos barrancos ou no meio das matas. Por ocasião das grandes estiagens, secam quasi tôdas as fontes, e até mesmo roio Candaquí desaparece em vários pontos de seu curso, transformando-se em pequenos poços que se sucedem aqui e acolá. Dessa maneira, vêm-se os sitiantes forçados à travessia do mar Pequeno, em busca do precioso liquido na parte fronteira representada pela ilha de Cananéia ou mesmo cntinente (376). Cmpreende-se que nessas condições

---

(376) ALMEIDA, A. Paulino de — A Ilha Comprida, pág. 53

o habitat só poderia ser organizado em função da linha de costa no mar Pequeno e dificilmente ao longo da praia de Fora, frente ao mar aberto.

Uma forma de habitat mais complexa de caracterizar, mas que também leva à linearidade, é a que se define, sempre ao longo da costa, no continente. O problema relativo à obtenção de água potável não se circunscreve à ilha Comprida. O fato interessa também na franja marítima continental e já chamou a atenção dos que se preocupam com a região. "População há na referida região, como as que se situam na zona do baixo Ribeira, e seus afluêntes Peropava, rio Pequeno, Una da Aldeia, Itinguçú e rio das Pedras, que não têm água dôce e potável para beber, porque êsses rios sofrem a influência das marés. Utilizam-se da de poço. Como, porém, em terras de tal natureza o lençol d'água subterrâneo está a pouca profundidade (mais ou menos 60 a 80 cm. da superfície) a água que fornece é salôbra, leitosa, e até viscosa em certas épocas do ano" (377). Não é de estranhar que, conforme nos chama a atenção Werneck Sodré (378), certos moradores do litoral, com o fito de obterem água potável, aguardem a maré cheia a fim de subirem os rios, e dos pontos não atingidos por ela, munirem-se de água dôce retornando com a maré vazante. Naturalmente, problemas dessa natureza exercem uma grande influência na organização do habitat. Não é de excluir que em zonas dêsse tipo, a presença de morros possa ser fator de fixação, como decorrência das possibilidades da existência de olhos d'água. Por outro lado, e êste é um aspecto que nos parece mais significativo, os problemas ligados às influências das marés, conjugados com a navegabilidade especialmente no caso dos pequenos rios, e com o da obtenção de água potável, fazem com que os moradores freqüentemente se afastem da linha de costa pròpriamente dita, dispondo-se um pouco mais para o interior, onde sejam satisfeitas as condições acima. De certa forma verifica-se, assim, uma distribuição linear irregular do habitat, grosseiramente paralela à

---

(377) MEDEIROS, N. e outros — Obra citada, pág. 14.
(378) SODRÉ, Nelson Werneck — Obra citada, II, pág. 83.

linha de costa, com espaçamento, entre os moradores, dado pelo próprio espaçamento entre os rios nas condições acima citadas. Tal fato pode ser verificado na carta que acompanha estas considerações.

A dispersão expontânea linear ao longo das estradas é, na Baixada de Ribeira, fenômeno menos comum que os indicados anteriormente. A estrada, e o fato já foi visto várias vêzes, é um elemento recente na vida da Baixada; quando surgiu, já encontrou os traços básicos do habitat bitolados por uma dinâmica de povoamento em que os rios tiveram papel determinante. As estradas superimpuzeram-se portanto, a quadros pràticamente definidos. Em conseqüência, sua influência fez-se sentir ou modificando, regra geral pouco, os esquemas pré-existentes, ou então originando formas delas dependentes, nas áreas em que não se fizera sentir a influência dos rios.

Em certos casos, apesar do tempo que já se passou desde a sua criação, a estrada não justificou a cristalização do habitat. Extensos trechos por exemplo, da estrada entre Registro e Jacupiranga, ou entre esta e Eldorado, não apresentam habitações. Quando elas aparecem com uma certa freqüência, podendo dar idéia de linearidade decorrente da presença da estrada, geralmente o fator de cristalização do habitat foi outro. Alguns exemplos poderão elucidar satisfatòriamente o fato. Ao longo dos 18 km. de estrada que unem Registro a Sete Barras, as habitações surgem com regularidade ora numa ora noutra margem, distanciadas umas das outras algumas centenas de metros e afastadas da estrada de poucos metros até mais de cem metros. Aí o primeiro fator de linearidade foi o próprio rio Ribeira, que é acompanhado grosseiramente pela estrada. O segundo fator foi o picadão entre Registro e Sete Barras, que acompanhou o rio, mais afastado que a atual estrada. O terceiro fator, cronològicamente, foi a organização econômica de parte da área em questão, com a presença da colonização japonêsa. A estrada apenas veio enquadrar-se em uma situação já existente.

Um caráter linear do habitat parece também ter sido determinado, para quem a percorre, pela estrada entre Eldorado e Barra do Batatal. Aí, também, os primeiros moradores loca-

lizaram-se ao longo do rio Ribeira, que é acompanhado de perto, na sua margem direita, pela atual estrada. Em seguida, um picadão, recentemente substituido pela estrada, veio unir as propriedades que anteriormente eram unidas ùnicamente pelo rio.

Um terceiro exemplo nos é fornecido pela zona ao longo do mar Pequeno, entre Subauma e o Valo Grande, em Iguape. Aí os moradores estabeleceram-se, como foi visto para o caso da ilha Comprida, ao longo da linha de costa, nas partes mais enxutas, com vida de relação quasi inteiramente voltada para o mar. Com a abertura da estrada entre Subauma e Iguape que, pràticamente em linha réta, acompanhou a linha de costa, as habitações ficaram, em sua maioria, com os fundos para a estrada, a ela ligando-se por caminhos relativamente curtos. Os moradores que aí vivem servem-se atualmente da estrada, porém aí se dispuzeram em função da margem continental do mar Pequeno. A função da estrada percebe-se não só nos referidos caminhos que buscam as habitações como nos metros de lenha empilhados em suas margens a espera de transporte ou no trânsito dos moradores. A função do mar Pequeno persiste na casa que está voltada para êle, nos apetrechos de pesca e nos modestos atracadouros de canoas que servem a um ou mais moradores.

Um quarto exemplo é o de trecho da estrada de Pariquéra-Açú a Cananéia, na parte em que, tortuosa, acompanha o alto vale do Iririaia Mirim. Aí também a estrada veio se justapôr a uma linearidade do habitat que já havia sido condicionada pelo povoamento vale acima. As habitações localizam-se ora nesta ora naquela vertente, em função do vale e não da estrada.

Em alguns casos, entretanto, as estradas têm adquirido a função de fatôres de ordenação linear do habitat. É quanto se pode observar, por exemplo, no percurso entre a usina da Serrana, em Cajatí, e a barra do rio do Azeite, no alto Jacupiranga ou Jacupiranguinha. Nêsse caso, em que a estrada acompanha o curso dêsse rio, percebe-se nìtidamente o papel que ela exerce, dado que as habitações e culturas pràticamente dispõem-se ao longo de suas margens.

É de se crêr que com o passar do tempo, a função polarizadora das estradas contribuirá, inevitàvelmente, para uma reorganização do espaço agrícola e, em conseqüência, para uma reorganização das formas primárias de habitat disperso, já definidas na Baixada. Percebe-se, de qualquer modo, que formas irregulares ou absolutas de dispersão não são muito comuns na área em aprêço, a não ser em trechos mais acidentados, em zonas de cabeceiras, onde a presença do "capuava" nem sempre se enquadra em uma orientação de natureza física ou decorrente de fatos de geografia humana. É quanto pudemos observar, por exemplo, no Guaraú.

Um excelente exemplo da influência que a distribuição das terras pelo processo de "posses" pode ter no tipo de dispersão do habitat, nos é fornecido pela área entre o rio Nhunguara e o Braço do Momuna, na zona do Ribeira litorâneo, a oeste da cidade de Iguape. Pela "Planta Geral das Posses da Gleba B, Zona IV e Momuna", da Procuradoria do Patrimônio imobiliário e Cadastro do Estado de São Paulo, percebe-se, antes de mais nada, a irregularidade da disposição e conformação perimetral das posses. Com superfícies muitos variadas, apresentam-se com formas desde as geomètricamente perfeitas até as mais bizarras. Percebe-se, além disso, a presença de longas e estreitas línguas de terrenos devolutos, além de outros, correpondentes a zonas brejosas marginais aos rios mais importantes dessa parte da Baixada. Como é natural, tais fatos não deixaram de influir na organização do habitat, que, evidentemente, resultou irregular e até mesmo caótico. A irregular disposição da rêde de caminhos vicinais comprova melhor o fato.

Ao lado das formas expontâneas de dispersão, que são as predominantes, existem, entretanto, formas planejadas de dispersão. A presença destas decorre, sobretudo, das iniciativas de colonização a que estiveram sujeitas certas partes da Baixada. Por isso mesmo, elas são mais comuns nas áreas de Registro e Sete Barras (colonização nipônica), em tôrno de Pariquéra-Açú (antigo núcleo colonial oficial) e, em menor escala, em Jiporuva e nas terras da Colônias de Santa Maria, no município de Cananéia.

Principalmente no caso de Registro, o habitat foi fruto de um planejamento, pela divisão dos lotes, pela distribuição de uma rêde de caminhos vicinais e pela atenuada influência dos fatôres físicos. Veja-se, por exemplo, a área de colonização japonêsa, ao sul da cidade de Registro. A par da estrada, que corta a área de norte a sul, e que é relativamente recente e portanto de importância quasi descurável para o que nos interessa, uma rêde relativamente densa de caminhos vicinais se estende especialmente entre os ribeirões Carapiranga e Bamburral. Essa rêde, que de modo algum se justapõe à rêde de drenagem da área, organizada que foi principalmente em função das encostas e zonas de cabeceiras pouco pronunciadas, é a principal responsável pela forma de habitat aí dominante. As habitações raramente encontram-se em fundos de vales; mais freqüentes à meia encosta, podem aparecer até nos topos de colinas modestas e de formas suaves. Entretanto, estão sempre próximas a um dos caminhos vicinais. Os fundos de vales, conforme já observou N. L. Muller (379), são freqüentemente ocupados com pastagens para animais de custeio; acima das pastagens, esquemàticamente, encontra-se o caminho e, nas proximidades, a casa. Em seguida, ocupando encostas e mesmo topos de colinas, aparece, como é o caso da carta em questão, o chá. Em outras áreas surge também o café. Quando N. L. Muller estava na região, despertou-lhe a atenção o fato de que nos topos das colinas freqüentemente existiam reservas de matas (380). Atualmente tais reservas encontram-se muito limitadas, dada a expansão das lavouras de chá.

Em certos casos o tipo ordenado por planejamento se despersonaliza com a presença, dentro das propriedades maiores, das casas dos camaradas assalariados que se distribuem em função das parcelas — morros — do chazal de cujo trato estão incumbidos.

Tivemos oportunidade de percorrer justamente o principal dos caminhos vicinais a que aludimos, pràticamente des-

---

(379) MULLER, N.L. — Obra citada, pág. 134.
(380) Idem, pág. 134.

de Regstro até a fazenda de chá Ribeira, no Bamburral, atravessando a principal e mais homogênea área teicultora da Baixada e pudemos, em conseqüência, não só observar a organização do espaço agrícola e do habitat, mas inclusive o papel dos citados caminhos vicinais.

Nas cartas ao lado, relativas a porções das áreas de colonização japonêsa em Registro e Sete Barras, uma delas abrangendo inclusive a área entre o Carapiranga e o Bamburral, já representada em carta anterior, temos exemplos de repartição planejada das propriedades, possíveis de relacionar com as formas atuais de habitat predominantes. Naturalmente não se deve relacionar simplesmente a distribuição dos lotes ao habitat, dado que freqüentemente famílias e emprêsas ficaram com mais de um lote. Entretanto, a sua distribuição geral, aliada à rêde de caminhos vicinais, nos leva às conclusões lembradas acima.

Na região de Pariquéra-Açú o caráter ordenado do habitat, como fruto de planejamento, não se apresenta com tanta nitidez quanto em Registro. Em Pariquéra-Açú a repartição do solo em lotes coloniais se fez dentro do conhecido sistema de "linhas", as quais não obedeceram, sempre, as condições do relêvo e particularmente as de drenagem. Se certas "linhas", como a de Nova Cremona, acompanharam pràticamente a orientação dos vales, outras, a exemplo de Arataca, dispuzeram-se com um sentido até mesmo transversal ao dos vales principais, por outro lado, como os lotes coloniais não foram ocupados em bloco, mas muito lentamente, sofrendo freqüentes abandonos, divisões ou anexações, o caráter ordenado do habitat deixou de transparecer com nitidez. Além disso o núcleo colonial sòmente poude contar com uma rêde de caminhos vicinais a partir de fins da primeira década deste século, de modo que sòmente se definiram e se estabilizaram as "linhas" ao longo do eixo viário mais antigo, em direção a Jacupiranga ou em direção a Subauma. Daí o caráter nìtidamente linear do habitat, especialmente a sudeste de Pariquéra-Açú, como nos mostra a "Folha de Iguape". Por ela podemos ver mais um exemplo, por

outro lado, do tipo de papel ainda representado pelas estradas de rodagem na Baixada.

O caminho que inicialmente unia Pariquéra-Açú ao atracadouro de Subauma, depois de passar pela "linha" Nova Itália, atravessava a então "linha" Arataca. Em seguida, entretanto, o caminho que passaria pràticamente a ser ocupado pela atual estrada de rodagem tomou um rumo mais a nordeste, passando pelo que deveria tornar-se a "linha" do Pariquéra-Mirim. Em conseqüência o que havia sido secção do caminho para Subauma tornou-se apenas caminho vicinal para os lotes de Arataca. Como decorrência última, entretanto, ao longo do caminho do Arataca dispõem-se as habitações, enquanto que ao longo da estrada de rodagem, no trecho que nos interessa, temos freqüentemente fundos de lotes coloniais.

Em síntese, em função do quanto foi apresentado até agora é possível insistir no predomínio do habitat disperso em tôda a Baixada do Ribeira, geralmente com dispersão expontânea, orientada linearmente, ou pelas margens dos rios, ou pelas vertentes dos vales, pelas linhas de costas, pelos sopés de vertentes e, às vêzes, por estradas, mais freqüentemente por caminhos. Os exemplos de habitat disperso planejado são pouco numerosos e freqüentemente referem-se, também, à linearidade. Veja-se a propósito ainda o exemplo da Colônia de Santa Maria, representado na carta anexa. Dispersão absoluta ou irregular constitui exreção.

É preciso reconhecer, entretanto, que em muitos casos não se tem certeza sôbre se classicar certas formas de habitat como dispersas ou aglomeradas. Nas zonas de cultivo de chá, por exemplo, a presença da agro-indústria com o beneficiamento do produto cria nódulos difíceis de classificar. Os casos, entretanto, podem ser contados nos dedos e por isso mesmo não assumem maior importância. Todavia, em muitíssimos outros casos, a relativa vizinhança de algumas habitações, nos faz pensar na existência de núcleos embrionários que, por associação, poderiam lembrar os "hameaux" franceses. O fato se verifica tanto na orla litorânea quanto na retro-terra. Embora não sem-

pre, apresentam-se com formas lineares. Na orla litorânea geralmente podem ser explicados em função de interêsses comuns ligados à pesca, ou pela presença de modestos embarcadouros ou ainda pela relativa facilidade de suprimento de água potável; na retro-terra geralmente ligam-se aos rios, situando-se de preferência junto às barras, e esboçando-se em tôrno de uma venda, o mais das vêzes em função de um embarcadouro.

Mesmo não considerada a presença dos referidos núcleos embrionários, convém, ao se tratar do habitat rural da Baixada, como de outras partes do país, não esquecer a função dos bairros.

O bairro parece um elemento importantíssimo, que atenúa e chega a anular o relativo isolamento que a dispersão do habitat faz supor. Pelo que o autor já poude observar de perto no vale do Paraitinga e agora na Baixada do Ribeira, conclue-se que o caráter morfológico da dispersão do habitat deve ser levado em consideração pelo geografo, mòrmente tendo em vista o fato de ser expressão de uma variável combinações de condições físicas, humanas e econômicas. Deve-se considerar também, entretanto, que a par do aspecto material da dispersão será sempre interessante, e de maior proveito para a melhor compreensão do fenômeno estudado, atentar para os tipos de laços sociais que unem as diferentes unidades familiares, tentanto perceber, até que ponto a existência de certas relações se enquadra em determinadas condições físicas e, de um modo mais amplo, geográficas.

O bairro, conforme já foi lembrado para a área de São Luiz do Paraitinga (381), freqüentemente coincide com o grupo de vizinhança. É uma unidade geográfica, mas ao mesmo tempo uma unidade sociológica. Nos casos de bairros em áreas de dispersão tal fato tem muita importância, pois que obriga

---

(381) PETRONE, Pasquale — **A Região de São Luiz do Paraitinga**, Estudo de Geografia Humana, in "Revista Brasileira de Geografia", Ano XXI, n.º 3, Rio de Janeiro, julho-setembro de 1959, pág. 305.

à consideração e interpretação dessa dispersão em outras bases (382).

Na área do Ribeira os bairros não são tão nìtidamente caracterizáveis quanto nas zonas de povoamento antigo do planalto paulista. Parece que tal se deva, antes de mais nada, ao povoamento que até recentemente foi muito ralo e, além disso, à dinâmica dêsse povoamento, freqüentemente marcada pela ação do "capuava" posseiro. No primeiro caso, as baixas densidades de população fizeram com que, a não ser em certos pontos da orla litorânea ou em pequeninas secções marginais dos rios principais, não se estabelecesse, sempre, uma vida de relações suficientemente intensa que pudesse justificar a criação de bem caracterizados grupos de vizinhança; por outro lado, em áreas extensas e ralamente povoadas, os pontos de cristalização dos grupos de vizinhança não puderam adensar moradores em número suficiente. No segundo caso o "capuava", com sua "roça" itinerante de subsistência, isolado, foi um fator negativo na formação de grupos de vizinhança estáveis, que pudessem dar margem à definição de bairros. Morador instável êle mesmo, deslocando-se em conseqüência de seu gênero de vida, evidentemente não poderia favorecer uma estável vida de relações.

Apesar de relativamente pouco numerosos, dadas as condições acima, os bairros aparecem na Baixada do Ribeira. Geralmente estão ligados a pontos de cristalização representados tradicionalmente pela venda, às vêzes pela capela, recentemente também pela escola. A presença de um cemitério em alguns casos pode completar o quadro. Correspondem aos limites de

---

(382) A propósito dos bairros e seu papel veja-se: PETRONE, Pasquale — Obra citada acima; KELLER, Elza Coelho de Souza — **Estudo atual dos conhecimentos sôbre "habitat" rural no Brasil,** in "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros" Volume X (Tomo I, 1955-56), São Paulo, 1958, págs. 154-156; CANABRAVA, Alice P. — **Primeiras notas para um estudo acêrca dos bairros no Estado de São Paulo,** in "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", Volume III, Rio de Janeiro, 1944; SCHMIDT, Carlos Borges — **A vida rural no Brasil: a área do Paraitinga, uma amostra representativa**. Diretoria de Publicidade Agrícola, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1951.

um pequeno vale, como na área das colinas, a uma secção de zona marginal de um rio maior, mais freqüentemente às áreas contíguas a uma barra fluvial ou um embarcadouro, neste caso, válido também para a orla litorânea.

Seus moradores revelam interêsses comuns de natureza econômica, dependem do mesmo dono de venda para escoamento da produção ou para receber mantimentos ou mercadorias de tôda espécie com garantia da safra futura, participam das mesmas festas e cerimônias religiosas, da mesma forma como participam da vida social de cada um, casamentos, enterros, etc. As crianças normalmente freqüentam a mesma escola rural, e entre os moradores podem ainda sobreviver hábitos ligados ao "ajutório" ou ao "mutirão".

Na área de colonização de Pariquéra-Açú as "linhas" coloniais, no todo ou em parte, definiram unidades correspondentes aos bairros, enquanto que nas zonas de colonização japonêsa êles se enquadram dentro das comunidades criadas pelo grupo étnico.

Embora com importância bem menor que o disperso, na Baixada do Ribeira encontramos, também, habitat rural concentrado.

Os aglomerados rurais não são muito numerosos; geralmente localizados, como de resto é na região uma constante tradicional, às margens dos rios, normalmente sôbre terraços, mal conseguem disfarçar o domínio inconteste da dispersão do habitat. Concentram, a maior parte das vêzes, funções de nódulos locais, de âmbitos muito restritos, servindo principalmente necessidades econômicas ligadas ao escoamento da produção e ao abastecimento dos moradores vizinhos, assim como necessidades espirituais.

Com importância variável, todos têm o seu pequenino comércio; em todos surge o templo religioso e, na maioria, temos a escola. Naturalmente constituem também centros de atividades recreativas, ou simplesmente pontos de contactos para os moradores das áreas contíguas. Em um ou outro caso possuem funções de caráter administratvo, sédes de distritos

de paz ou de circunscrições policiais. Estas, entretanto, contràriamente à capela ou à venda, não são funções que justificam o aparecimento dos núcleos, mas sim que se aproveitam de sua existência.

Em vários casos a origem desses núcleos está ligada à criação de patrimônios religiosos, dentro das características focalizadas por Deffontaines: "O modo de criação desses burgos mostra bem a proeminência da função religiosa que serviu de ponto de concentração inicial" (383). De certa forma parece que a presença dessa função religiosa foi, para a Baixada, um elemento que acabou por contribuir para a distinção entre os núcleos resultantes da concentração do habitat rural e os casos em que persiste a dispersão, embora com tendência à formação de nódulos. No primeiro caso temos a capela, além da venda, enquanto que no segundo caso temos sempre a venda e nem sempre a capela.

O fato que no momento parece mais importante, entretanto, é que os núcleos a que se está fazendo referência são indiscutìvelmente rurais, dado, principalmente as atividades da maioria de seus habitantes, diretamente relacionadas com o cultivo do solo. Alguns exemplos podem esclarecer a afirmação acima.

O núcleo de Itapeúna, por exemplo, situado junto à margem direita do Ribeira, distante 16 km. a montante de Eldorado, é sede de distrito de paz e dispõe-se em tôrno da capela, possuindo escola e uma atividade comercial de importância local. Reune residências de importante número de lavradores, a maioria trabalhando como diaristas.

Barra do Batatal, reunindo aproximadamente três centenas de habitantes, é um povoado linear dos mais expressivos, pois que se alonga pela margem esquerda do rio Ribeira, frente à barra do rio que lhe da o nome. Já tendo reunido atividades mais importantes, pois que possuiu agência de correio hoje ex-

---

(383) DEFFONTAINES, Pierre — **Como se constituiu no Brasil a rêde das cidades**, in "Boletim Geográfico", Ano II, maio de 1944, n.º 14 e junho de 1944, n.º 15, pág. 300, Rio de Janeiro.

tinta, assim como sub-delegacia, atualmente reduzida à presença de um inspetor de quarteirão, define-se principalmente pelo seu caráter rural. A maior parte dos habitantes do núcleo dedica-se a atividades agrícolas, ou como camaradas diaristas, ou a meia, ou mesmo em terras de propriedade própria. Alguns dos habitantes dedicam-se também à pesca.

O núcleo de Barra do Braço, mais recente que os citados, pois que tem uns 50 anos, localiza-se junto ao rio Batatal, a seis km. de sua barra no Ribeira. Foi criado como patrimônio, apresentando-se com enorme praça central, de planta retangular, tendo no meio o templo católico. Contrasta, portanto, com o seu tipo de "castrum", com o tipo linear de Barra do Batatal. Séde de uma modesta atividade comercial, além de distrito de paz, para êle confluem tropas dos arredores, particularmente do alto vale do Batatal, com mercadorias que em seguida serão remetidas por caminhões. Quasi todos seus habitantes são agricultores.

Itupamirim, próximo à margem direita do Ribeira, 12 km. a montante de Registro, no caminho de Sete Barras, é um patrimônio de criação recente (1952). Com capela, escola rural, venda e algumas habitações, está intimamente ligado à lavoura de banana dos arredores.

Enfim, as características básicas não variam, apenas apresentam-se com formas peculiares. Assim, Jiporuva, no baixo Ribeira, está ligado ao arroz, enquanto que Pariquéra-Mirim, no centro da antiga "Linha" colonial, define-se em tôrno do trio capela, venda e escola.

Finalmente, alguns núcleos constituem, pelas suas características, uma transição entre formas de habitat rural e formas de habitat urbano. É, por exemplo, o caso do conjunto Cajatí-Serrana-Parafuso. Porém, nesses casos parecem interessar mais o problema da formação da rêde urbana da Baixada.

A Casa Rural

Na observação e interpretação das paisagens culturais, especialmente dos elementos que contribuem para a definição

das formas de habitat rural, a casa surge quasi sempre como um dos fatos de maior significação. Normalmente ela pode orientar, por freqüentemente espelhá-las, na consideração e interpretação das condições ligadas às formas de organização do espaço agrícola, aos problemas de tipo de culturas em face do comércio, aos de sitios e aspectos relacionados com o quadro natural, assim como aquelas condições decorrentes dos materiais de construção disponível, ou ainda os seus habitantes, com suas técnicas peculiares. Tais fatos, como em outras regiões, podem ser percebidas na área em estudo. Nesta verifica-se uma certa variedade de tipos de casas, em alguns casos obedecendo a uma determinada distribuição geográfica, correspondendo a uma diversificação das condições especificadas acima.

Um traço comum às casas da Baixada do Ribeira é o predomínio das técnicas de construção ligadas ao pau-a-pique ou ao barrote. As construções de pau-a-pique devem ter constituido o mais velho tipo da região, tendo permanecido como o mais comum. Hoje pode ser encontrado tanto na orla litorânea quanto na retro-terra, sendo quasi exclusivo entre os praianos como entre os "ribeirinhos" e "capuavas".

Elementos comuns às casas dos tipos regionais citados é a sua pobreza, normalmente justificada pelo nível de vida proporcionado por gêneros de vida ligados respectivamente a "roças" de subsistência e pesca, a culturas sedentárias intensivas mas primitivas, como a do arroz, e a culturas itinerantes ou semi-itinerantes de subsistência associadas a atividades de coleta vegetal. Para os três tipos humanos citados, a casa possue, antes de mais nada, às vêzes exclusivamente, função de abrigo, sendo portanto sobretudo habitação.

No caso do praiano a casa pode associar, à função básica de abrigo, a de depósito e do beneficiamento ou transformação de produtos. Pode, por exemplo, haver instalações para depósito de utensilios de pesca, como instalações para o "tráfico" da farinha de mandioca. Em parte, o mesmo pode acontecer no caso do "ribeirinho", com dependências ligadas à pesca fluvial. No caso do "capuava" a presença de depósito está mais fre-

qüentemente relacionada à produção agrícola, enquanto que a função de beneficiamento e transformação aparece mais relacionada com a cana, especialmente para obtenção do açúcar preto. No passado os "tráficos" de farinha eram mais numerosos, inclusive para o interior, da mesma forma como tinham grande difusão os "engenhos" de pilar arroz e os "engenhos" de aguardente, os primeiros geralmente ligados ao aproveitamento das águas correntes. O aparecimento dos engenhos de beneficiamento de arroz, a vapor, concentrados em poucas mãos, fez com que desaparecessem pràticamente os numerosos engenhos ligados ao aproveitamento de ribeirões que, expressivamente, recebiam o nome de "ribeirão do Tanque" (384), empobrecendo, em conseqüência, o conjunto das instalações de casa rural.

Na grande maioria dos casos a que se está referindo, as funções de abrigo, depósito e beneficiamento encontram-se associados sob o mesmo teto Geralmente uma dependência da habitação acumula a função de depósito, ou então abriga o "tráfico" de farinha. Não é o caso das instalações ligadas à pesca. Estas, entretanto, na maioria das vêzes resumem-se em local para estender a rêde, já que os barcos normalmente não são abrigados.

A precariedade das construções, conforme dissemos, é comum aos três casos, mas não é raro ser maior no caso do "capuava", especialmente quando se trata de simples morador. Nas construções são utilizados os materiais disponíveis no revestimento vegetal dos arredores. Raramente utilizam-se produtos de olarias, quasi ausentes na orla litorânea, assim como poucas vêzes a madeira aproveitada deixa de ser utilizada em estado bruto, casos em que é apenas toscamente lavrada. Conforme o feliz apanhado de N. L. Muller, as estruturas são de jacarandá e gapiroví, as paredes de tronco de palmeira jiçara com ripado de taquara, com ou sem barreamento. A cobertura com fôlhas de palmeira (385).

---

(384) Dadas as barragens construidas para sua utilização.
(385) MULLER, N. L. — Obra citada, págs. 157 e 164.

As divisões internas são pouco numerosas, geralmente compreendendo sala, quarto e cosinha. As casas são retangulares e de duas águas. Por quanto foi possível observar, são sempre construidas sôbre pilares à pequena distância do solo, com o objetivo principal de protegê-las da umidade, dado que, com essa característica, surgem inclusive em zonas não sujeitas a inundações.

Afora os elementos já citados, são raras outras instalações. Às vêzes um paiol, raramente um chiqueiro ou um galinheiro, nunca currais ou estábulos, dado que para os casos em questão a criação de gado de grande porte é atividade pràticamente inexistente.

Nas zonas onde se verificou colonização estrangeira, particularmente em tôrno de Pariquéra-Açú e Registro, a casa normalmente apresenta características novas, embora o tipo lembrado ainda apareça.

Os colonos da área de Pariquéra-Açú não introduziram, quer se trate do italiano, do eslavo ou do germânico, tipos de casas que pudessem ser atribuidos à bagagem cultural trazida da terra de origem. A melhor prova do fato está em que as casas, quer se trate desta ou daquela etnía, geralmente são padronizadas, não revelando, portanto, a origem de quem as construiu. Na melhor das hipóteses elas se distinguem, em grupo, das casas comuns ao substrato populacional cabloco.

Nos primeiros tempos de presença na região os referidos colonos eriueram casas pelo menos tão modestas quanto as das populações caboclas dos arredores. Os relatórios sôbre a Colônia de Pariquéra-Açú chegam a chamar a atenção, conforme foi visto em outra parte, sôbre a quasi miserabilidade das casas dos colonos. Atualmente as casas dessa zona diferem das do caboclo em geral pelo seu aspecto, normalmente mais bem cuidadas e acabadas, revelando um padrão de vida mais satisfatório. Nessas casas percebe-se a utilização tanto do pau-a-pique quanto da alvenaria, havendo, de qualquer forma, maior utilização de telhas. As olarias são mais comuns e portanto mais comuns as casas de tijolos. Nas casas de pau-a-pique no-

ta-se maior cuidado no seu acabamento, de modo a se tornarem mais confortáveis. Na estrutura são utilizados caibros ou vigas trabalhados; tal estrutura fica a descoberto, separando porções geométricas das paredes ou emoldurando portas e janelas. As paredes, sempre barreadas, poucas vêzes permitem ver o trançado interior. Geralmente são casas terreas, com plantas retangulares, frentes mais amplas, dominando as linhas horizontais. Com duas águas, raramente com quatro, ou completadas por puxados posteriores ou varandas junto à porta de frente, sempre, ou quasi, caiadas nas paredes e com estrutura à mostra pintada com côres vivas, despertam a atenção. A maior durabilidade da casa é garantida pelos telhados que avançam formando beirais. Internamente as divisões podem ser mais numerosas, com duas ou três dependências, além da cozinha. Mesmo as paredes divisórias internas, embora não subam necessàriamente até o telhado, são barreadas, enquanto na casa do "capuava", por exemplo, não têm barreamento.

Nessas áreas de colonização em tôrno de Pariquéra-Açú as funções das casas não diferem radicalmente das observadas nas lembradas anteriormente. Verifica-se, entretanto, uma multifuncionalidade mais generalizada, espelhada na maior riqueza e variedade das instalações. Os paiois são mais comuns, como mais comuns são os chiqueiros e galinheiros. Embora alguns possam ter gado, especialmente leiteiro, não há estábulos. Os colonos italo-brasileiros normalmente possuem fôrno. Instalações de beneficiamento de produtos não são comuns. O caráter modesto das áreas de colheita, redundando em produção pequena, não permite a instalação de máquinas de beneficiamento ou transformação. Estas surgem em um ou outro caso isolado, normalmente concentradas, entretanto, nos aglomerados. No conjunto a casa dessa gente reflete não só uma estabilidade maior que nos casos precedentes mas, também, o padrão de vida mais elevado dos habitantes. Entre êste e os tipos precedentes existem, todavia, todos os tipos de transição.

Os melhores exemplos de casas comuns aos habitantes de ascendência japonêsa podem ser encontrados nos arredores de

Registro, onde são mais numerosos. Diferentemente do caso anterior, os japonêses introduziram na região alguns aspectos ligados às técnicas de construção vigorantes nas áreas de origem. Com o tempo, tais aspectos tornaram-se mais raros, havendo, atualmente, necessidade de muita atenção para percebelos em um ou outro exemplo, pouco numerosos. Mesmo os exemplos que mais significativamente revelavam a presença cultural japonêsa na arquitetura desapareceram quasi todos por demolição.

Atualmente a casa do nipo-brasileiro distingue-se da do cabloco pelo fato de ser melhor construida e acabada, aproximando-se do tipo anterior. Ela é, na maioria das vêzes, de pau-a-pique, com estruturas de vigas bem lavradas a descoberto. O barreamento é muito bem cuidado, predominando a utilização de barro com areia e cal. As casas de tijolos são menos comuns, sendo as telhas de utilização generalizada. As funções assemelham-se ao caso anterior.

Nas propriedades maiores da região tôda, onde dominam lavouras comerciais, a não ser por exceção, os tipos de casas não fogem ao padrão comum. Há lavouras, entretanto, que podem justificar uma riqueza maior de instalações. É o caso, por exemplo, de algumas poucas propriedades teicultoras que possuem instalações para a industrialização do produto. Nêsses exemplos criam-se em zona rural algumas unidades agro-industriais. Convém frizar que elas não são comuns e portanto não são representativas de qualquer área considerada. É que as próprias áreas cultivadas com chá são muito parceladas, enquanto que outras culturas não necessitam de instalações complexas, a não ser galpões e depósitos, a exemplo da bananicultura. O café só agora parece começar a justificar a presença de unidades para um primeiro beneficiamento, enquanto que culturas como a da seringueira estão ainda no nascedouro.

Na maior parte da Baixada do Ribeira vigora uma relativa uniformidade nos tipos de casas, havendo poucos contrastes decorrentes da maior ou menor riqueza dos agricultores. A predominâcia de cultivador direto, expressa pela propriedade

em que trabalham os membros de uma família, traz como conseqüência a presença descurável de diferenciação entre casa do proprietário e, por exemplo, casa do assalariado. Situações, por exemplo, como os contrastes entre a casa do fazendeiro e a do "colono", registrados nas áreas cafeicultoras do planalto, constituem exceção na Baixada. Mesmo nos casos de propriedades maiores, com lavouras comerciais e com emprêgo maior de mão-de-obra assalariada, a casa do proprietário normalmente não se diferencia notàvelmente das demais. Pequena distinção dessa natureza verifica-se nas maiores propriedades de chá. Em casos de propriedades em que se está instalando uma lavoura científica, muitas vêzes sob responsabilidade de elementos alinígenas à região, ainda não se definiu uma diferenciação muito nítida, embora ela se esteja esboçando. De resto, o absenteismo algumas vêzes explica o fato.

Os tipos de sitios das casas não são muito numerosos. Dado que o habitat, conforme foi visto, tem seus traços básicos ainda norteados pelos cursos d'água, é a presença da água, com as vantagens e problemas que oferece, a explicar a localização da maioria das casas rurais. Na órla litorânea as áreas de preferência são as lombadas de restingas consolidadas e os terraços; nas zonas do Ribeira litorâneo são os diques marginais, as margens de erosão ou, ainda, as lombadas; nas zonas sub-litorâneas escolhem-se preferencialmente terraços, meia encosta de colinas, margens do erosão, enquanto que ao longo dos médios e altos vales dos ribeirões, já em encosta de morros, a preocupação é a de encontrar espaço plano satisfatório, junto à água.

O problema das cheias tornou comum em muitas áreas ao longo dos principais rios, a construção sôbre verdadeiras palafitas que, como podem se observar nos vargedos de Sete Barras, chegam até 2 m. acima do solo permitindo, inclusive, que se atinja a habitação por intermédio da escada na espécie de porão aberto que se forma. Essa área coberta pelo piso da casa eventualmente vê-se utilizada como depósito ou para abrigo de animais. A construção sôbre pilares é mais comum e tem, como foi visto, mais função de proteção contra a umidade do solo do que contra as cheias ou para neutralizar iregularidade do terreno.

Deixando de lado as casas rurais de grandes proprietários, verdadeiras exceções, o nível de vida revelado pelos casos mais freqüentes, assim como as comodidades ligadas à casa, deixam muito a desejar. Mobiliário e utensilios caseiros são poucos, os indispensáveis, e tôscos, especialmente nos casos do praiano e do "capuava". Pouquissimas são servidas por luz elétrica, rarissimas possuem instalações de água encanada, e muitas não têm instalações sanitárias; quando existem, normalmente são primitivas e naturalmente distanciadas da habitação. Conforme se pode observar, no conjunto a casa é um fato da paisagem bem representativo da condições econômicas de uma região que apenas parece ter encontrado algumas possíveis soluções para o seu desenvolvimento.

ASPECTOS DOS QUADROS URBANOS REGIONAIS

Em uma das partes relativas ao povoamento e evolução das paisagens da área em estudo houve oportunidade para uma referência à manifestação, nos processos de organização de "habitat" de seus quadros, de um fenômeno de anti-urbanismo que, de resto, nos tempos coloniais teria sido comum à maior parte do território brasileiro.

Realmente, em tôda a Baixada do Ribeira tardaram a se criar condições favoráveis à presença de aglomerados com funções urbanas. Não parece demais insistir aqui, embora remetendo o leitor ao capítulo citado acima, em alguns dos elementos que contribuiram para a inexistência dessas condições. Entre êles, os mais importantes parecem ter sido relacionados com a inexistência, durante pràticamente todo o período colonial, de quadros de organização econômica, e secundàrialmente político-administrativa, religiosa ou social, que justificassem a criação de núcleos nos quais se evidenciassem funcionalmente tais organizações. Prova da pobreza de tais condições está na tentativa, por parte do Morgado de Mateus, de provocar a formação de núcleos urbnos na marinha d Bixada (386).

Dado que só em tempo relativamente recente foram se definindo melhor, no conjunto da Baixada, condições de criação e desenvolvimento de funções urbanas, compreende-se que,

---

(386) Leia-se "A Mineração, A Agricultura e as Primeiras Ilhas de Povoamento na Retro-Terra", nêste trabalho. Sôbre o anti-urbanismo leia-se AZEVEDO, Aroldo de — Obra citada, págs. 5 e 6 e PETRONE, Pasquale — **Notas sôbre o fenômeno urbano no Brasil**, págs. 3 e 4; Sôbre as iniciativas do Morgado de Mateus convém ler ALMEIDA, A. Paulino de — **Sabaúma, Vila Nova de Laje e Ararapira**, in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XVIII, Vol. CLXVII, abril-maio de 1959, São Paulo, págs. 51 a 59; **A Ilha Comprida**, pág. 62; **Memórias Memoráveis**, pág. 16; BRUNO, Ernani da Silva — Obra citada, 30 de junho de 1957.

mesmo nos dias atuais, os quadros urbanos apresentam-se relativamente pobres.

De conformidade com o Censo de 1950 (387), as sédes dos atuais municípios (388) possuiam os seguintes efetivos populacionais:

Séde Municipal	Urbana	População Suburbana	Total
Cananéia	687	350	1 037
Eldorado	596	572	1 168
Iguape	3 279	501	3 780
Jacupiranga	987	404	1 391
Pariquéra-Açú	279	337	616
Juquiá	781	111	892
Registro	1 443	630	2 073
Sete Barras	311	317	628

Por várias razões os aglomerados acima relacionados não merecem, sempre, o qualificativo de centros urbanos. Todos os oito possuem oficialmente foros de cidade, dado que são todos sédes municipais. Entretanto, quer pelo número de habitantes, quer pelas funções, quer pelos seus aspectos fisionômicos, na verdade constituem, na maioria dos casos, aglomerados semi-urbanos.

O caráter semi-urbano, ou semi-rural, como se queira, na falta de terminologia mais apropriada, que marca, com diferente intensidade, uma parte dos aglomerados considerados, não impede que se os considere como núcleos de cristalização urbana, interessando uma verdadeira rêde urbana de Baixa-

(387) **VI Recenseamento Geral do Brasil**, 1950, Vol. XXV, Tomo I, pág. 168 e 198-199. Preferimos neste, como em outros casos, utilizar dados do Censo a aproveitar cifras resultantes de estimativas nem sempre dignas de fé.

(388) Depois de 1950 foram criados os municípios de Pariquéra-Açú desmembrado do de Jacupiranga, e Sete Barras, desmembrado do de Registro. As respectivas populações correspondem às **vilas**, como oficialmente eram consideradas em 1950.

da. Isso porque, de qualquer forma, em área com uma organização do espaço econômico como a que se está estudando, tais aglomerados exercem, de fato, guardadas as proporções, o papel exercido por verdadeiros centros urbanos em outras partes, caracterizadas por maior desenvolvimento econômico.

Como é natural, os embriões dos referidos aglomerados surgiram e se desenvolveram a medida que na região se foram definindo necessidades a serem satisfeitas por êles, fundamentalmente econômicas, secundàriamente de outra natureza. Portanto, êles surgram paralelamente ao processo de povoamento e de organização do espaço econômico, assim como a organização da circulação e, principalmente, paralelamente ao desenvolvimento de uma vida de relações justificada em decorrência dos fatos anteriores.

Dois dos aglomerados citados, **Iguape e Cananéa**, constituem frutos dos primordios da presença européia na região. Daí duas características fundamentais que os distinguem dos demais: são os mais antigos, pois que datam do primeiro século de colonização, e estão inteiramente ligados ao mar, formados que foram em tôrno de ancoradouros nas duas extremidades do mar Pequeno, áreas que inevitàvelmente acabariam por justificar a criação dos primeiros nódulos de povoamento na porção litorânea pròpriamente dita (389). Essas duas cidades surgiram, portanto, com funções portuárias, "cabeças-de-ponte" para servir ao processo de penetração para o interior.

Assim como Iguape e Cananéia tiveram suas origens ligadas à marinha, os núcleos de Jacupiranga, Juquiá, Registro, Xiririca (atual Eldorado Paulista) e Sete Barras são genèticamente relacionados com o aproveitamento das vias fluviais. Todos êles surgiram às margens de um dos rios que, no pas-

---

(389) Cananéia já era vila em 1600, enquanto que Iguape adquiriu tal condição em 1665. Sôbre as origens de Iguape e Cananéia leia-se: MOREIRA, Albertino de — Obra citada; MARQUES, M. E. de Azevedo — Obra citada ,Tomo I, págs. 161 e 321; MULLER, D. P. — Obra citada, pág. 80; ALMEIDA, Antônio Paulino de — **A Ilha Comprida**; AZEVEDO, Aroldo de — Obra citada, págs. 12 a 14 e 29.

sado, tiveram relevante papel no processo de penetração para o interior.

Os embriões de **Eldorado** e **Registro,** ambos na margem direita do Ribeira, são os mais antigos de todos os núcleos citados, ambos datando de meados do século XVIII. Entretanto, enquanto Eldorado teve desenvolvimento relativamente rápido, pois que em 1842 já era vila, Registro permaneceu como nódulo sem expressão até o século atual, tornando-se séde distrital sòmente em 1934 (390).

Jacupiranga, a antiga Betujurú, e **Juquiá,** ex Santo Antônio de Juquiá, que conservam os nomes dos rios em cujas margens se encontram, datam da primeira metade do século passado. Em Juquiá a primeira capela foi erguida em 1829, enquanto que a de Jacupiranga data de 1864. Juquiá tornou-se freguezia em 1853 e Jacupidanga no ano de 1870 (391).

Na segunda metade do século passado definiu-se o embrião de **Sete Barras** cujo desenvolvimento, entretanto, é muito recente, como de resto o de Registro, a cujo município pertenceu até recentemente.

O núcleo de **Pariquéra-Açú,** contràriamente aos precedentes, não teve sua origem presa à utilização de rios, embora tenha surgido junto ao curso omônimo, navegado, durante alguns decênios, por canoas. Surgindo em fins do século passado, só se difiniu em função da criação de um sistema rodoviário servindo à Baixada (392).

Do ponto de vista funcional, o desenvolvimento de Iguape e de Cananéia esteve ligado ao seu caráter de povoados-portos

---

(390) Sôbre a origem e desenvilvimento de Eldorado e Registro leia-se: MARQUES, M. E. de Azevedo — Obra citada. Tomo II, pág. 314; ALMEIDA, A. Paulino de — **Erecção da Capela de N. S. da Guia de Xiririca; Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,** Vol. XXVIII, pág. 301 e Vol. XXX, pág. 20.

(391) **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,** Vol. XXIX, pág. 23 e Vol. XXX, pág. 54; MULLER, D. P. — Obra citada, pág. 81; ALMEIDA, A. Paulino de — **Memória Histórica de Jacupiranga,** pág. 25 a 30.

(392) Leia-se ALMEIDA, A. Paulino de — **Memória Histórica de Pariquéra-Açú,** São Paulo, 1939.

que se tornariam, como já se teve oportunidade de lembrar, as duas portas de entrada para o interior.

Eldorado, que teve sua origem relacionada com a expansão do povoamento em função da exploração de jazimentos auríferos, parece ter surgido em local anteriormente ocupado por um aldeamento indígena (393). Em local presumìvelmente também séde de antigo aldeiamento indígena teria surgido Jacupiranga (394). Esta, entretanto, definiu-se em função do povoamento do vale omônimo por posseiros. A primeira, por outro lado, surgiu como típico patrimônio.

Registro, como o nome está a indicar, inicialmente foi posto de controle para cobrança dos Quintos reais, tendo em vista a importância da área que lhe está a montante, para a produção do ouro, no decorrer do século XVIII; só pôde desenvolver-se quando se tornou centro da mais florescente colônia japonêsa da Baixada. Juquiá cresceu em tôrno de uma capela, enquanto Sete Barras inicialmente foi um bairro rural e Pariquéra-Açú séde da colônia oficial do mesmo nome.

Portos da marinha ou de beira-rio, patrimônios e capelas, bairros rurais e sédes coloniais não foram sòmente os citados, mas sòmente êles tivéram desenvolvimento que levou à criação de quadros urbanos (395). As razões, em síntese não são difíceis de lembrar; elas nos levam, por outro lado, pràticamente a compreender o papel de cada um dos aglomerados no conjunto regional.

Cananéia e Iguape avantajaram-se, desde seus primeiros tempos, dos favoráveis abrigos naturais nas duas extremidades do mar Pequeno, respectivamente junto às barras de Cananéia e Icaparra. Iguape especialmente, cresceu em função de sua

---

(393) MARQUES, M. E. de Azevedo — Obra citada, Tomo II, pág. 314 e ALMEIDA, A. Paulino de — **Erecção da Capela de N. S. da Guia de Xiririca**, pág. 49.

(394) ALMEIDA, A. Paulino de — **Memória Histórica de Jacupiranga**.

(395) Subaúma e Ararapira (Ariry) são antigos, núcleos da marinha, da mesma forma que Barra do Batatal é antigo porto fluvial; Jiporuva foi séde colonial, enquanto Barra do Braço foi patrimônio.

favorável posição, dado que podendo articular-se com todo o interior da Baixada por intermédio do Ribeira e seus afluêntes, desde logo pode desenvolver-se mais que Cananéia. Foi, indiscutìvelmente, a primeira "capital" de tôda a Baixada. Dependendo, como Cananéia em menor escala, da condição de elemento de ligação entre a Baixada e o exterior ou outras partes do país, teve desenvolvimento apreciável enquanto tal condição permaneceu. No momento em que o sistema de circulação de que era "cabeça" deixou de ter importância — primeiramente obstrução da barra de caparra e, mais recentemente declínio da navegação fluvial — a cidade conheceu um período de estagnação e até mesmo declínio, que perdura até nossos dias. De qualquer forma, anda é o maior nódulo demográfico de tôda a Baixada, mais em função do que foi no passado que de suas possibilidades no presente. Cananéia sofreu vicissitudes semelhantes, porém ligadas com uma vida de relações em âmbito mais restrito — Recôncavo de Cananéia — se exceptuarmos o papel que o núcleo teve nas primeiras entradas para o interior.

Eldorado manteve-se, durante pràticamente um século, meados do século XVIII a meados do século XIX, como o único aglomerado do interior, favorecido pela sua localização junto a um ponto do Ribeira até onde a navegação era franca e, além disso, usufruindo de uma posição favorável relativamente às comunicações entre a marinha e a área aurífera do alto Ribeira. Da mesma forma que os dois centros da marinha, conheceu uma sensível ruptura em seu ritmo de desenvolvimento; sua decadência, expressa fisionomicamente nas ruinas de habitações, encontradas especialmente junto ao rio, adquiriu nitides com a interrupção da navegação fluvial e conseqüente abandono de seu pôrto.

Registro pràticamente teve seu desenvolvimento, pelo menos no início, relacionado com a colonização japonêsa. No início do século atual, conforme o testemunho de Krug (396), "nada mais era que um misero conjunto de três a quatro casas de pau-a-pique". No início da década de 1930, quando já se ha-

(396) KRUG, Edmundo — Obra citada; pág. 42.

27214

viam sentido os efeitos da colonização japonêsa, havia se tornado "uma localidade cheia de prédios, com bom pôrto fluvial, bons hoteis, casas sólidas de alvenaria" (397) etc. Entretanto, o fator determinante do desenvolvimento de Registro, como dos demais núcleos da Baixada, foi a circulação. O aglomerado tornou-se, na década de 1940, um nó de comunicações, pois que nele se uniam as estradas que desciam de São Miguel Arcanjo e de Piedade as quais, além de continuarem em direção a Pariquéra-Açú e Jacupiranga, articulavam-se com a circulação fluvial.

Graças a essa posição Registro é atualmente um dos principais centros da Baixada. A construção da BR2, implicando na presença de uma ponte junto à cidade, em substituição à antiga balsa, segundo parece não irá interromper seu ritmo de crescimento.

O caso de Juquiá difere radicalmente de todos os demais. Embora cidade-ribeirinha como a maioria — servindo-se da navegação fluvial—verdade que em proporções mais reduzidas que Registro ou Eldorado, Juquiá teve seu desenvolvimento preso a dois fatôres: a rodovia e a ferrovia. Com Sete Barras, foi uma das portas de entrada para a Baixada, para quem vinha do planalto, graças ao antigo caminho por Piedade. No primeiro quartel dêste século ganhou originalidade entre os centros da região por ter se tornando ponta de trilhos, sendo o único dos aglomerados da Baixada a ser servido por ferrovia. Seu papel de porta de entrada adquiriu maior relevo e, por seu intermédio a Baixada passou a ligar-se com o pôrto santista por terra. O próprio caráter do aglomerado, pràticamente constituido por dois núcleos, o primeiro no sitio da antiga povoação, "encarapitada num morrote, à margem direita do rio, olhando enciumado" para o segundo, "a parte nova que se vai desenvolvendo, espremida entre os trilhos da Sorocabana e a beira d'água, no outro lado do curso fluvial" (398).

---

(397) Idem.

(398) SCHMIDT, Carlos Borges — **Paisagens Rurais**, Separata do "Boletim de Agricultura", n.º único, 1942, São Paulo, 1944, pág. 24.

Enquanto Sete Barras surgiu como bairro em tôrno de modesto pôrto fluvial, desenvolvendo-se em função da colonização japonêsa, recentemente tornando-se séde municipal, Jacupiranga teve tôda a sua existência possibilitada pelas relações que manteve, como centro local, com as áreas rurais circunjacentes.

A antiga séde do núcleo colonial, Pariquéra-Açú, deixou de ser apenas um modesto núcleo pràticamente rural, adquirindo aspectos urbanos especialmente a partir da década de 1940. É que nessa ocasião, com a organização de um sistema rodoviário para a Baixada, Pariquéra-Açú tornou-se o principal nó das comunicações regionais, tanto que mereceu, inclusive, sediar o Escritório Regional do D.E.R. Com a abertura da BR2, que passa cêrca de 12 km. ao largo da cidade, parece que tal condição de nó rodoviário irá se ressentir bastante.

O fato dos aglomerados da Baixada terem surgido junto ao litoral ou a beira-rio, influiu decisivamente nos tipos de "sitios" utilizados, enquanto que o desenvolvimento de cada um, sempre relacionado com o mar ou com os rios, mais recentemente as rodovias, por sua vez exerceu indiscutível influência nos aspectos funcionais mais significativos.

O traço marcante dos "sitios" urbanos da Baixada do Ribeira é a sua uniformidade. Em todos os casos trata-se de "sitios" condicionados pela presença de terraços, fluviais para os casos dos centros interioranos, marinhos para Cananéia e Iguape. Nêstes dois últimos casos as cidades organizaram-se sôbre superfícies de depósitos de antigos zonas lagunares, atualmente alçados e consolidados, ou então sôbre terraços arenosos também consolidados. Tais terraços, ou simplesmente depósitos marinhos alçados e consolidados, encontram-se a 5-6 m. de altitude. Nos dois caso sos núcleos urbanos abrigaram-se à sombra de morros, antigas ilhas que, constituindose em pontos de amarração para os depósitos marinhos, foram anexadas ao continente. Trata-se do morro de São João em Cananéia e do morro dos Engenhos em Iguape. Nos dois casos a presença de vizinhança dos morros teve um certo significado no relativo à obtenção de

água potável, elemento importantíssimo em uma área onde o problema da água não era fácil de resolver.

No caso das cidades da retro-terra os "sitios" normalmente caracterizam-se pela presença geralmente de dois a três níveis de terraços, o terceiro e mais elevado não possuindo verdadeiramente expressão semelhante aos outros dois. Os terraços escalonam-se em tôrno de 6 a 7 m.; 30 e 55 m. sôbre o nível dos rios. O primeiro na verdade não passa de uma várzea relativamente abrigada das inundações, contígua à parte correspondente ao leito maior dos rios. O segundo constitue o elemento em que se assenta a maior parte do espaço urbano de algumas das cidades da Baixada.

As cidades da marinha, em razão das condições que caracterizam seus "sitios", são marcadas pela horizontabilidade de seus traços; um casarío que normalmente é térreo, baixo, alinhando-se de modo relativamente contínuo ao longo das vias públicas, acentúa a platitude já decorrente do tipo de assoalho urbano. Tal fato apresenta-se mais nìtidamente em Iguape, onde só as torres de suas igrejas sobressaém do conjunto. Já as cidades da retro-terra, graças ao aproveitamento de "sitios" que justificam um assoalho escalonado em degraus diferentes, apresentam-se com fisionomias mais diversificadas. Registro, por exemplo, ocupa dois níveis de terraços bastante dissecados, um de 7 e um de 30 m., junto à parte côncava de um meandro do Ribeira, tendo em frente de si, na outra margem, a várzea do rio. Dois, também, são os terraços em que se assenta Jacupiranga, sempre na parte côncava de um meandro, desta vez do rio Jacupiranga. Nêste caso o assoalho urbano vê-se definido pelo meandro e pela presença do rio Canha que secciona os níveis de terraços. Ainda dois são os terraços em Pariquéra-Açú, o mais elevado (30 m.) sendo ocupado pelo Hospital Regional, enquanto que em Eldorado, conforme já chamou a atenção Silveira (399), êles são três, o mais elevado (55 m.) sendo utilizado pelo cemitério.

---

(399) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 132.

Se nos lembrarmos que ao lado dos terraços a várzea freqüentemente também contribui, dado o crescimento espacial recente dos aglomerados, para formar parte do assoalho urbano, então não será difícil compreender porque algumas das cidades da Baixada são dominadas, nas suas partes centrais, por trechos em acrópole. Embora mais nítido em Juquiá, tal fato transparece, mais atenuado, em Registro, Eldorado, Sete Barras.

A uniformidade dos tipos de "sitios" urbanos encontrados na região pode ser compreendida em função do quanto se conhece sôbre o quadro natural, êste apresentando-se, no conjunto, com condições ingratas para a presença de centros urbanos. De um lado são os espaços planos e relativamente amplos das várzeas, porém sujeitos às inundações; de outro lado as baixadas junto à costa, com manguezais ou então com áreas arenosas, enxutas, mas nem sempre suficientemente extensas e, quando o são, apresentando problemas de difícil solução, quer quanto à água, quer quanto às próprias condições de posição. De resto, extensas áreas são dominadas por serras ou morros, tão impróprios quanto os casos precedentes. Acresce que em virtude mesmo das condições em que se verificou o processo de povoamento, e da importância dos cursos d'água, os embriões de cidades que foram surgindo ao sabor do referido processo deveriam, forçosamente, instalarem-se em áreas ribeirinhas. Daí o papel seletivo das áreas de terraços para escolha de "sitios" adequados.

Que tal papel seletivo tenha existido, não há duvida. Comprova-o o fato de que, entre as cidades da Baixada, pelo menos três ocupam, atualmente, "sitios" que não são aquêles inicialmente escolhidos. É o caso de Iguape, que inicialmente se teria localizado em um ponto contíguo ao atual povoado de Icaparra (400), mais próximo da barra do mesmo nome do que se encontra hoje. Em seguida transferiu-se para local mais apropriado, embora mais distante da referida barra. Também é o caso de Cananéia que, antes de ser instalado onde se en-

---

(400) MOREIRA, Albertino — Obra citada, pág. 61.

contra, havia surgido na Ilha Comprida (401). É, ainda, o expressivo caso de Eldorado, cuja mudança para o "sitio" atual foi decorrência das cheias catastróficas que caracterizavam o "sitio" primitivo, em zona de várzea frente à barra do ribeirão Xiririca (402).

O papel da circulação no surgimento e desenvolvimento dos centros urbanos da Baixada fêz-se sentir mais nìtidamente, como é natural, na caracterização funcional dos referidos centros. Daí a importância, atualmente como no passado, da função comercial para todos êles. De um modo geral, todos se constituem em centros de convergência e de redistribuição da produção agrícola das áreas que lhes são contíguas, da mesma forma como é nêles que a população dessas áreas se abastece em artigos que não pode produzir. As casas varejistas, numerosas em Iguape, Registro e Eldorado, em cada uma das quais superam meia centena, menos numerosas nos demais centros, refletem êsses aspectos mais limitado da função comercial. Alguns centros, entretanto, e é o caso de Iguape, Registro e Juquiá, caracterizam-se pela presença de funções comerciais do maior folego, pois que nêles o processo de convergência ou distribuição de produtos interessa área extensa da Baixada, quando não tôda a região. Essa situação transparece no número relativamente elevado das casas atacadistas existentes nêsses centros, especialmente em Registro e Juquiá (cêrca de uma dezena em cada). O destaque das últimas duas cidades é decorrência especialmente da presença da ferrovia, permitindo que o principal da produção agrícola de caráter comercial (chá, banana e secundàriamente outras) convirja para êles, ao mesmo tempo que devem satisfazer as necessidades de uma área com a população de mais elevado poder aquisitivo da Baixada.

A presença, ou não, de cooperativas ou casas de crédito contribui para mais acentuar a posição relativa de cada centro urbano. Registro é pràticamente o único centro onde o coope-

---

(401) ALMEIA, A. Paulino de — **A Ilha Comprida**, pág. 59.
D(402) ALMEIDA, A. Paulino de — **Ereção da Capela de N. S. da Guia de Xiririca**, págs. 51 a 54.

rativismo tem expressão, da mesma forma como é, também, o único com função financeira relativamente importante, já que dispõe de dois bancos, uma agência da Caixa Econômica Estadual e uma agência do Banco do Brasil. Nos demais centros encontramos sòmente agências da Caixa Econômica Estadual, nem mesmo esta existindo em Cananéia.

A função industrial, de um modo geral modesta em todos os centros da Baixada, de um lado reflete, ainda uma vez, o papel da circulação e da função comercial, enquanto que, de outro lado, chama a atenção para uma das mais significativas características da vida urbana regional, ou seja, a estreita relação com os quadros econômicos rurais.

Que a função industrial é também fruto da circulação e portanto da função urbana de entreposto, em última análise da posição geográfica das cidades, é fácil de compreender. Os centros com posição mais favorável em face da rêde viária são aquêles para onde converge a produção agrícola, extrativa ou pesqueira regional sujeitas a processos de beneficiamento na própria Baixada. Êsse mesmo fato correlaciona a atividade industrial com a vida rural. É quanto se pode perceber com a presença das usinas de beneficiamento de chá ou dos estabelecimentos de conserva de manjuba em Registro, da fábrica de farinha de ostras ou da de conservas alimentícias (palmito) em Cananéia, dos estabelecimentos de conservas de Juquiá e de Registro, ou ainda das máquinas de beneficiar arroz de Registro e Pariquéra-Açú. Na maioria dos casos os centros urbanos na verdade caracterizam-se pela presença de uma verdadeira agro-indústria, atividade que, para certos casos, poderia estar distribuida, como às vêzes acontece, no próprio meio rural.

As demais funções são menos importantes mas não sempre descuráveis. A político-administrativa, por exemplo, em certos casos justificou a elevação oficial de certos núcleos à categora de cidade, em virtude das necessidades de criar quadros municipais mais satisfatórios. É quanto tivemos com Sete Barras recentemente, e com Pariquéra-Açú há seis anos. Pariqué-

ra-Açú sobressaí dos demais aglomerados pelo fato de ter abrigado atividades que repercutem em tôda a Baixada. Tais são, por exemplo, as decorrentes da presença do Hospital Regional e do Escritório Regional do D.E.R. Já no caso de Registro é a presença de uma importante função escolar que chama a atenção (ginásio, colégio e escola normal) enquanto que Iguape acrescenta às demais uma importante função religiosa, centro que é de romarias que, no mês de agôsto, atraem romeiros dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

As condições decorrentes dos tipos de "sitios" dominantes, aliadas à gênese dos núcleos urbanos, sempre relacionadas com a presença de um pôrto, marítimo ou fluvial, contribuem para explicar, na maioria dos casos, a estrutura urbana. Geralmente o espaço urbano organizou-se em função de dois eixos principais: o primeiro, mais importante, paralelo ao rio ou à linha de costa; o segundo, perpendicular ao primeiro. Em função dos referidos eixos predominaram os planos em tabuleiro de xadrês, mesmo quando, como em Registro, verifica-se um certo caoticismo no traçado das ruas. Tais fatos, aliados aos já lembrados, acentuam a relativa uniformidade característica dos aspectos que identificam os centros da Baixada.

De um modo geral são todos acanhados, pouco "urbanos" nos seus aspectos paisagísticos, desprovidos da maioria dos mais elementares serviços de utilidade pública. Semi-rurais, conforme já foi dito, refletem, na sua modestia, as condições econômicas dos quadros rurais a que se encontram intimamente associados. Da mesma forma que os referidos quadros rurais, entretanto, percebe-se nêles que começam a sentir as repercussões decorrentes das transformações em processo em tôda a Baixada.

O PROBLEMA DA CIRCULAÇÃO E DO COMÉRCIO — SUA EVOLUÇÃO

O Problema da circulação

A Baixada do Ribeira de Iguape oferece-nos um excelente exemplo da região aparentemente das mais favorecidas pelas condições naturais no relativo à circulação, e entretanto, paradoxalmente, das que mais sofreram com um crônico problema de circulação.

Compare-se o litoral do extremo sul, com o restante litoral do Estado. O trecho mais rendilhado, rico em recortes e reentrâncias, é o litoral norte, de Santos até os limites com o Estado do Rio. Aí sucedem-se as enseadas e baías, as ilhas marítimas vizinhas à costa são relativamente numerosas. Naquelas, repetem-se condições relativamente satisfatórias para a presença de instalações portuárias, pois que constituem interessantes abrigos naturais. Os portos de Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba e, até mesmo Ilha Bela, comprovam o fato, com o desenvolvimento que tiveram especialmente no século passado.

Entretanto, favorecida pelos recortes que propiciam a presença de sítios portuários, o referido trecho do litoral paulista não foi igualmente beneficiado no concernente às possibilidades de articulação com a retro-terra, dada a presença constante, ao longo de tôda essa orla marítima, do elevado paredão representado pela serra do Mar.

A zona de Santos, beneficiada pela presença das ilhas de Santo Amaro e São Vicente, embutida sno continente e condicionadoras da presença de "barras" (Bertioga, Santos, São Vicente), canais (Casqueiro, Bertioga) e baías, Santos principalmente, pode ofecer condições de sítios portuários relativamente interessantes. Tendo a prejudicar a sua articulação com a retro-terra a vizinhança, como no

litoral norte, da serra do Mar, embora menos elevada, pode, entretanto, desenvolver suas atividades portuárias graças a um feliz conjunto de circunstâncias favoráveis que a ligaram a São Paulo e daí a uma vastíssima hinterlândia. Tais circunstâncias, impondo-se ao traçado dos principais troncos ferroviários e rodoviários justificaram a definição do binômio São Paulo-Santos, como "cidades conjugadas" e tornaram Santos o pôrto de todos o Estado e áreas contíguas.

As condições do litoral da Ribeira, no seu conjunto, aparentemente se apresentavam melhores que as citadas. A "zona ilhada", como a denominou Werneck Sodré (403), repete, em escala mais ampla, o caso do litoral de Santos. Também aí encontramos um conjunto de ilhas embutidas no continente (Comprida, Cananéia e do Cardoso), de tal forma que a linha mais externa do litoral se prolonga, até os limites com o Paraná, quasi retilínea. Como na área de Santos, as "barras" se sucedem, Ararapira ao sul, entre a ilha do Cardoso e o continente, Cananéia, entre a ilha Comprida e a do Cardoso, Icaparra entre a ilha Comprida e o continente e, mais ao norte, uma verdadeira barra, a do rio Ribeira de Iguape. Os canais aí assumem maiores proporções que na zona de Santos e por isso mesmo adquiriram o apelativo de mar: mar Pequeno, de Cananéia, do Cubatão, de Itapitanguí, de Ararapira. Da mesma forma que em Santos, as referidas condições ofereceram, no passado, possibilidades para aproveitamento de sítios portuários, especialmente nas duas extremidades do conjunto dos mares Pequeno e de Cananéia, dado que dessa forma ficava-se próximo às "barras" de Icaparra e Cananéia. Daí a presença dos portos de Iguape e Cananéia respectivamente.

Por outro lado, e esta é a diferença fundamental entre a área que nos interessa e as de Santos e litoral norte, a orla litorânea da Baixada ofereceu ao povoador, que chegou por mar, um elemento de articulação com a retro-terra, dos mais interessantes, representado pelo rio Ribeira de Iguape e seus afluentes principais. O fato de, nessa parte do Estado, a serra de Paranapiacaba estar relativamente afastada do mar, em tôrno de 80 km. mis ou menos, ofereceu aos

---

(403) SODRÉ, Nelson Werneck — Obra citada, III, págs. 88-89.

primeiros povoadores a possibilidade de, depois de fixados na orla litorânea, poderem penetrar para o interior mais próximo, utilizando-se das águas do Ribeira e de seus afluentes. Todo um sistema natural, portanto, à disponibilidade do homem.

Realmente, tal sistema foi utilizado com vantagem nos primeiros tempos de povoamento, porém, sua utilização acarretou alguns problemas que se agravaram com o tempo, só parcialmente solucionados nas últimas décadas. A "zona ilhada", cuja "hospitalidade a navegação é notória e histórica" (404), assim como o Ribeira, "sistema fluvial cujas condições de navegabilidade estão comprovadas" (405), ofereceram-se ao povoador nos primeiros tempos como os mais naturais sistemas de circulação, mas acabaram, em seguida, contribuindo para que fossem descuradas completamente quaiquer outras soluções.

Orientado pelos "mares" da zona ilhada, ou pelos rios na retro-terra, o povomento definiu-se em função dêsses elementos de circulação, em conseqüência sofrendo uma limitação e ficando inteiramente na sua dependência. Em função dessa situação, o sistema do Ribeira foi, até recentemente, pràticamente a única possibilidade viária de importância em tôda a Baixada. Mas é evidente que, embora permitindo a penetração do povoamento em "flechas" ou em "ilhas", até junto ao sopé de Paranapiacaba, não permitiu, entretanto, que pudessem ser organizadas econômicamente aquelas terras distanciadas de seus principais eixos.

Mais importante, entretanto, é que o aproveitamento de tais condições, não acompanhou a evolução das técnicas ligadas à navegação, quer se trate da marítima, quer da fluvial. As embarcações que se utilizaram dos portos litorâneos nos primeiros tempos, assim como os tipos de embarcações que podiam satisfazer, na época, as necessidades dos "ribeirinhos", tornaram-se, como seria de esperar, obsoletas com o tempo, sendo substituidas por novos e maiores tipos. É evidente que a utilização das inovações técnicas na navegação marítima ou fluvial, torna-se necessária para a satisfação mesmo da sempre maior complexidade econômica, normalmente decor-

(404) Idem, III, pág. 88.
(405) Ibidem, III, pág. 89.

rência da evolução regional. Dentro dessas condições, inovações técnicas devem ser introduzidas nas próprias condições de atracabilidade dos portos, marítimos e fluviais, assim como nas suas instalações; os cursos d'água devem sofrer um processo de domesticação e serem adequados às inovações técnicas, sempre, em última análise, com o objetivo de satisfazer crescentes necessidades regionais.

Entretanto, não foi o que se verificou na Baixada. O sistema, bastante interessante em face das necessidades econômicas que devia satisfazer nos três primeiros séculos de povoamento, podendo perfeitamente ser aproveitado com as condições técnicas da época, permaneceu pràticamente nas mesmas condições e, se sofreu modificações foi, conforme veremos, para pior, pois certos rios antes utilizados, assim como certas barras do litoral, tornaram-se completamente impraticáveis. Portanto, um sistema viário que permaneceu velho, enquanto modificaram-se as condições técnicas de navegação.

Insistimos no aspecto acima. É evidente que no passado um número grande de abrigos naturais tenha oferecido condições favoráveis para a instalação de portos. Entretanto, é lógico que em face do aumento do porte das embarcações, do seu maior calado, da sempre maior complexidade de atracagem, da sempre maior complexidade das operações de embarque ou desembarque, tenha se efetuado uma seleção natural entre êsses abrigos, co mo tempo permanecendo com utilização aquêles que já ofereciam um mínimo de condições para enfrentar as modificações técnicas, ou aquêles que foram adequados a elas pelo homem.

O mesmo tipo de seleção, naturalmente, verificou-se com os rios. Na Baixada todo o conjunto viário pràticamente foi descartado com o referido processo. Portos como Iguape ou Cananéia, que foram satisfatórios até início do século XIX, não o são na atualidade. Rios como o Juquiá, e até mesmo o Jacupiranga, que puderam satisfazer as necessidades viárias dos "ribeirinhos" no passado, relativamente modestas, hoje são vias sem utilização prática. Por outro lado, a permanência das

velhas técnicas de utilização do sistema só é compreensível, como em vários casos da Baixada, em face de uma estagnação no processo de evolução econômica. Em outras palavras, utilizar pirogas no Jacupiranga, em meados do século passado, para transportar arroz, era uma solução, embora não inteiramente satisfatória: utilizar pirogas, ainda hoje, para transporte da produção, é um anacronismo inteiramente insatisfatório.

Se tais problemas tomaram corpo com o tempo, êles interessaram, entretanto, principalmente a própria Baixada. Mais graves foram os problemas de articulação com outras partes do Estado de São Paulo, ou do atual Estado do Paraná. Embora afastando-se do mar nessa parte meridional do Estado, a serra de Paranapiacaba, sempre constituiu uma barreira de não fácil transposição. Os portos que se instalaram no litoral, particularmente o de Iguape, puderam articular-se com a Baixada por intermédio do Ribeira, mas tiveram grandes dificuldades para articular-se com o planalto. Daí compreender-se, conforme lembrou Silveira, que "a colonização na Ribeira limitou-se à costa e aí quasi se fossilizou. Ao inverso do que o quadro geral faz supor, a ligação com o planalto, nas proporções necessárias à intimidade comercial e cultural, desceu a encosta" (406).

Portanto, e diferenciando-se mais uma vez do litoral de Santos, o litoral da Baixada articulou-se ùnicamente com esta, pelo rio, dentro de um sistema viário que durante três séculos pôde satisfazer às necessidades regionais, mas que, por ausência ou precariedade de ligações com o planalto, permaneceu voltada para si mesma, ilhada em relação ao restante do território do Estado.

Durante os três primeiros séculos de povoamento, conforme já dissemos, tôdas as comunicações se fizeram em função das águas do mar ou dos rios. Utilizando pirogas ou ubás, os moradores mantinham relações entre sí ou transportavam o que produziam ou que necessitavam sulcando as águas dos canais marítimos abrigados pelas ilhas ou as dos rios. O princi-

---

(406) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 120.

pal sistema que se organizou teve como cabeça ou nódulo irradiador o pôrto de Iguape.

Êste, localizado na margem continental da extremidade nordeste do Mar Pequeno, estava mais favorecido que Cananéia, quanto às possibilidades de comandar navegação pelo Ribeira. Entretanto, dado que para atingir êsse rio por água, havia necessidade de enfrentar uma viagem relativamente longa pelo mar Pequeno e por mar, preferiu-se atingí-lo por terra, em ponto de seu baixo curso muito próximo da cidade (2,5 km.), onde surgiu o atual Pôrto Velho. Por intermédio dêsse breve lance por terra atingia-se o Ribeira e daí navegava-se para jusante subindo os rios Peropava e Una da Aldeia, ou para montante, com maior amplitude, atingindo-se os baixos cursos do Jacupiranga e principalmente do Juquiá. No Ribeira a navegação atingiu a barra do rio Batatal, daí para montante tornando-se muito difícil, mas sempre praticada.

A zona lagunar de Cananéia formava um sistema local de navegação, ligado a Iguape pelo mar Pequeno. Realmente, e conforme observou D. P. Muller, sendo separada do continente pelo canal de Ariraia e, além disso, tendo por êsse lado "pantanos e rios com serras sombranceiras, que tem dificuldado a construção de estradas para o interior" (407), Cananéia não podia, como Iguape, manter a mesma intensidade de relações com a retro-terra.

Além das vias fluviais, só excepcionalmente utilizavam-se outros meios para a circulação. Dado que o povoamento prendeu-se aos rios, as picadas abertas tivéram, na esmagadora maioria dos casos, apenas a finalidade de unir os centros habitados aos rios; portanto, normalmente eram de extensões reduzidas, muitas vêzes servindo apenas a uma casa. Fora disso, as picadas que eventualmente se abriam, tinham geralmente duração efemêra, pois que nem sempre serviam a um processo de povoamento baseado em sólidas e permanentes formas de organização econômica do espaço em que se localizavam.

---

(407) MULLER, D. P. — Obra citada, págs. 79-80.

Ainda nos três primeiros séculos de povoamento, mais precárias que as comunicações dentro dos quadros da Baixada foram as com o planalto ou, por terra, com outras partes dos atuais litorais de São Paulo e Paraná.

Pràticamente até o século XVIII as únicas possibilidades com que a Baixada contava para as comunicações com o exterior, limitavam-se ao mar. Para efeito de intercâmbio econômico em maior escala, o mar continuou sendo o único meio utilizado mesmo durante a maior parte do século XIX. Comprova-se a situação acima pelo fato da Baixada exportar e suprir-se de mercadorias que necessitava, mantendo relações com as praças do Rio de Janeiro e Paranaguá, atingindo São Paulo sòmente por intermédio de Santos.

Os caminhos que foram abertos na Capitania, até o século XVIII, nunca interessaram diretamente a Baixada do Ribeira. Sòmente aquela que viria se tornar a "estrada da Mata" (409), passando por Sorocaba, Itapetininga, Itapéva e Itararé, em busca do Sul, e aberta no incício do século XVIII, podia ter algum interêsse remoto para a nossa área. Caminhos que ligassem êsse importantíssimo tronco viário da época com a Baixada pràticamente não existiram.

Em meados do século XVIII, pelo Ribeira e pelo vale de seu afluênte Betarí, esboçou-se, por Iporanga, um caminho mixto fluvial-terrestre para Apiaí e, daí em direção a Itapeva. Alimentado pelas possibilidades que a mineração oferecia desde Apiaí até Xiririca, teve sua sorte ligada a essa atividade, portanto com existência muito instável.

Com o tempo definiram-se três caminhos: um de Capão Bonito a Xiririca, outro de Sorocaba a Iguape, passando por Juquiá e outro, a que já nos referimos, de Itapéva a Iporanga e Xiririca (409). Entretanto, conforme já tivemos oportunidade de acentuar tratando do povoamento, não eram caminhos satisfatórios, pois sua conservação deixava muito a desejar, e

---

(408) NETTO, A. R. — **A Rodovia do Extremo Sul,** in "O Estado de São Paulo", junho-julho-agôsto de 1940, V.º artigo.

(409) PINTO, Adolpho Augusto — Histórico da Viação Pública de São Paulo, São Paulo, 1903, pág. 263.

muitas vêzes tornaram-se pràticamente intransitáveis pelas tropas durante anos.

Não eram melhores as comunicações por terra para o litoral de Santos, embora, com as interrupções representadas por alguns esporões de serras, as extensas praias (Juréia, Una, Peruibe e Grande), constituissem pràticamente um interessante e quasi contínuo caminho natural.

A situação que acabamos de esboçar perdurou até meados do século passado. Então tivémos o que se poderia considerar, com um pouco de exagêro, é verdade, uma primeira "revolução" no setor viário da Baixada.

Em primeiro lugar, porque foi de maior repercussão, iniciou-se, em meados do século, um serviço regular de navegação a vapor no Ribeira, inicialmente entre Iguape e Xiririca. Interrompido em 1865, voltou funcionar em 1870 (410), interessando uma considerável porção da bacia ribeirense. No fim do século, estando a cargo da Companhia Sul Paulista de Navegação e Mineração, que recebia, por contrato, uma subvenção de 25:000$000 do govêrno do Estado, o serviço de navegação a vapor compreendia um total de 356 km. assim distribuidos:

154 km. no rio Ribeira, no percurso pioneiro de Iguape a Xiririca;
21 km. no rio Una da Aldeia, desde sua foz até o Cambiche;
103 km. no rio Jacupiranga, desde sua barra no Ribeira até a então freguezia de Jacupiranga e, ainda,
78 km. no rio Juquiá, a partir de sua foz até a então freguezia da Prainha (atual Miracatú) (411). Com três vapôres 4 lanchas e 4 "saveiros" (412), a Companhia só efetuou viagens regulares e freqüentes entre Iguape e Xiririca, enquanto que de Iguape para o Una, o Juquiá e o Jacupiranga,

---

(410) BRUNO, Ernani da Silva — Trabalho citado, 7 de julho de 1957.
(411) Relatório de 1897 da Secretaria da Agricultura de São Paulo, pág. 273.
(412) Relatório de 1896 da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, pág. 221.

apenas promoveu viagens trimensais (413). Apesar do espaçamento entre uma viagem e outra, e apesar da irregularidade que freqüentemente as caracterizou, é evidente que elas modificaram substancialmente o quadro dos transportes fluviais regionais.

A par das transformações ocorridas no setor da navegação fluvial, em meados do século XIX verificaram-se, também, as primeiras tentativas mais sérias no sentido de criar caminhos por terra que completassem o sistema fluvial. Elas se verificaram, embora inicialmente sem muitos resultados práticos, especialmente nas áreas do alto Jacupiranga, do Pariquéra-Açú e do Alto Itapitanguí, com o objetivo de servir os moradores da área em torno da freguezia de Jacupiranga e, os primeiros colonos de Pariquéra-Açú e Cananéia.

As únicas estradas que se concretizaram até o fim do século, entretanto, e que fugiram à rotina das sucessivas marchas e contra-marchas que caracterizaram as iniciativas viárias, foram a da barra do rio Capinzal até Jacupiranga e a de Pariquéra-Açú até Subauma, no mar Pequeno. A primeira teve como objetivo complementar a navegação fluvial no Jacupiranga, dado que, a não ser as pirogas, os barcos maiores pouco a pouco ficaram impossibilitados de navegar a montante da barra do Capinzal. A segunda visou dar à Colônia de Pariquéra-Açú, revigorada em fins do século, um meio para que sua produção exedente pudesse atingir o mar Pequeno e, daí, ser exportada por Iguape ou por Cananéia, dado que a utilização do rio Pariquéra-Açú, para atingir o Ribeira, só podia ser efetuada por pirogas e representava uma grande perda de tempo.

Além disso, e conforme se pode verificar pelo mapa de Bauer, da freguezia de Jacupiranga (Botujurú) irradiavam-se algumas picadas. De trânsito nem sempre fácil, especialmente nas épocas de chuvas, totalmente interrompidas às vêzes, sucessivamente reabertas, buscavam os portos fluviais de Xiririca e Itapeúna no Ribeira, ao norte, e Cananéia ao sul, esta última passando pela área da colônia criada em 1862.

(413) Relatório de 1897, da Secretaria da Agricultura de São Paulo, pág. 273.

O que importa é que os poucos caminhos de tropas e as picadas abertas, o foram quasi sempre em função do sistema fluvial, e base da estrutura viária regional. Representaram, todavia, uma modificação significativa ao que se verificava anteriormente, pois que visavam atender às solicitaçes criadas com um povoamento em parte fugindo ao determinismo da vizinhança imediata das margens dos rios principais.

Uma terceira modificação, interessando diretamente apenas o pôrto de Iguape(mas tendo repercussões em tôda a circulação da Baixada, foi a de abertura do atual Valo Grande. Já lembramos que Iguape preferia atingir o Ribeira por terra, até o antigo "Pôrto do Ribeira", atual Pôrto Velho, por um percuso de 2,5 km., a ter que utilizar o percurso bem mais longo pelo mar Pequeno, barra do Icaparra e mar aberto, para atingir a barra do Ribeira, num percurso total, até o Pôrto Velho, de mais de 40 km.

No inírio do século passado decidiram os iguapenses cortar um canal nos 2,5 km., ligando o Ribeira ao mar Pequeno, para evitar o pequenino trecho por terra. Os aspectos positivos decorrentes de tal empreitada foram poucos e temporários; os negativos não se fizeram esperar e foram muitos.

O aproveitamento do canal inicialmente só poude ser feito por canoas, dado que era estreito e inclusive superado por uma ponte. Com o tempo, o trabalho de solapamento efetuado pelas águas do rio, em terrenos arenosos e friáveis, agravado pelo fato de que a declividade aumentava em razão da diminuição da distância para o mar (2,5 km. ao envéz de 26 km.), fez com que o modesto canal ràpidamente se transformasse no "valo grande", com 200 e mais metros de largura e profundidades que em 1891 eram no máximo de 10,76 m. e cêrca de 20 anos depois, de 17,40 m.

O alargamento e aprofundamento do canal beneficiou fugàzmente a navegação a partir de Iguape, pois suas conseqüências não tardaram: as aluviões do Ribeira, ao envéz de serem carreadas para sua barra e em grande parte dispersas pelas águas do mar, passaram a ser transportadas por intermé-

dio do canal artificial, depositando-se no mar Pequeno de modo a diminuir sensìvelmente as profundidades com a criação de extensos e razos bancos arenosos, obstruindo o próprio pôrto e a barra de Icaparra que, inclusive, graças às flechas de restingas que se formaram, se deslocou centenas de metros para nordeste (414).

As conseqüências últimas dessa infeliz iniciativa de Iguape e, da incompreensível decisão das autoridades que, em 1891, suspenderam os trabalhos de entulhamento do canal quando a barragem estava prestes a se fechar, foram desastrosas para Iguape e para tôda a Baixada. O pôrto de Iguape pouco a pouco deixou de receber grandes embarcações vindas por mar, a não ser por intermédio do mar Pequeno — via Cananéia — e naturalmente limitou-se extraordinàriamente a possibilidade de articulação da Baixada com o exterior por via marítima.

Finalmente, uma quarta modificação refere-se às comunicações por terra com outras áreas. Já no ano de 1836 a lei orçamentária da Província "reservava 400$000 para explorar a nova estrada que deve comunicar a vila de Cananéia com a de Curitiba", três anos depois reservando 500$000 para "a estrada da marinha, desde So Vicente até Iguape, e 600$000 para o caminho do varadouro de Paranaguá" e, ainda, no ano seguinte, reservando 3:000$000 para "a estrada da marinha de São Vicente a Paranaguá, dos quais dois contos para o canal do Varadouro", que então se estava abrindo (415).

Entretanto, já em fins do século, Burton, provàvelmente exagerando, assim se referia ao caminho para Santos: "Na África central nunca vimos um caminho tão abominável como o que existe entre os dois portos principais (Iguape e Santos) da grande e rica província de São Paulo. Dez vêzes tivemos de mudar de modo de nos transportarmos, passando de canoa a caminhar a pé e decaminhar a pé para carros" (416). O fato não deve admi-

(414) A respeito, ver principalmente o relatório sôbre a Exploração do Ribeira de Iguape, da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 2a. edição, 1914, págs. 7 e 8.
(415) NETTO, A. R. — Trabalho citado, V.º artigo.
(416) BURTON, Francis — citado por Krug in "A Ribeira de Iguape.", pág. 16.

rar, para área mal servida por vias de comunicação, especialmente no caso em questão, em que a presença da via marítima ainda constituia um meio concorrente importante.

Mais importante, e significativo, foi a promoção em 1864, por parte do govêrno da Província, da "construção da estrada chamada das Sete Barras, de Itapetininga à Ribeira" (417).

A referida estrada para tropas que, segundo Augusto Pinto, "veio permitir que localidades que remetiam seus produtos para Santos, percorrendo cêrca de 40 léguas, pudessem evitá-los a Iguape, tendo apenas de caminhar 16 a 18 léguas" (418), é a que, já nas últimas décadas, foi adequada ao trânsito de veículos motorizados, ligando a localidade de Sete Barras a Itapetininga por São Miguel Arcanjo. Pelo mapa de Bauer, já citado, observa-se, por outro lado, a presença de uma estrada que deveria ser satisfatória para a época, galgando a encosta do planalto a partir de Juquiá, em busca de Sorocaba. Acreditamos que essas estradas não tenham modificado marcantemente o isolamento em que vivia a Baixada, mas tenham contribuido para atenuá-lo, pela primeira vez, pelo menos, permitindo uma tênue vida de relações com a hinterlandia planaltina.

Uma nova fase na vida das vias de comunicação da Baixada definiu-se a partir do fim do século passado, tomando corpo nos primeiros cinco ou seis lustros do século atual.

Uma das características fundamentais dessa nova fase foi a decadência da navegação a vapor dos rios da bacia do Ribeira. "Em meados do século passado", conforme diz Augusto Pinto, "a província destinou durante alguns anos uma verba de seu orçamento para a desobstrução do rio Juquiá e da Ribeira até Iporanga, a bem da respectiva navegação" (419). Tais providências, entretanto, não primaram pela constância e, em conseqüência, as condições de navegabilidade, particularmente do Juquiá, do Ribeira a montante de Registro, e de seus afluentes menores, tornaram-se sempre mais difíceis. Os bancos frutos

---

(417) PINTO, Adolpho Augusto — Obra citada, pág. 263.
(418) Idem, :pág. 263.
(419) Ibidem, pág. 297.

de aluvionamento, a presença de detritos de tôda natureza, à vegetação aquática abundante em certos casos, constituiram-se ràpidamente em fatôres de limitação na continuidade do aproveitamento dos rios pela navegação.

Em conseqüência, apesar da subvenção da Companhia de Navegação ser maior (36:000$000 anuais), no início dêste séuulo funcionava regularmente apenas a linha entre Iguape e Xiririca (420), pràticamente não havendo mais navegação regular nos rios menores (por exemplo Jacupiranga) e só esporàdicamente atingindo-se o Juquiá.

À decadência da navegação fluvial a vapor correspondeu, em grande parte devido às decorrências da abertura do Valo Grande, uma acentuada decadência do pôrto de Iguape.

Em outro setor, relativo aos picadões, caminhos de tropas e carreiros, verificou-se uma acentuada melhoria, especialmente na zona sub-litorânea, onde a presença do núcleo colonial de Pariquéra-Açú finalmente justificou a formação talvez da mais densa rêde de caminhos vicinais de tôda a Baixada, se exceptuarmos a definida posteriormente nas áreas de colonização japonêsa. Os caminhos por terra, verdade que de utilização nem sempre segura, ligavam já os principais núcleos da Baixada. Daí o aparecimento dos primeiros serviços de balsas ou canoas para travessía de rios, normalmente mantidos pelo govêrno do Estado. É o caso, por exemplo, dos rios Una e Pequeno, no caminho de Juquiá, assim como ao norte de Cananéia, do Ribeira em mais de um ponto, inclusive em sua barra (421).

Relativamente às comunicações com o planalto pràticamente perdurou a situação anterior. Utilizadas as estradas de Juquiá a Sorocaba, e de Sete Barras a São Miguel Arcanjo, outras ligações pràticamente não mais existiam. O único fato mais significativo foi a ligação, entretanto precária, entre Xiririca e Capão Bonito. Por volta de 1900, segundo informações de antigos moradores, os prefeitos de Capão Bonito e Xiririca decidiram abrir uma estrada de tropas entre as duas localidades.

---

(420) Ibidem, pág. 314.
(421) PINTO, Adolpho Augusto Obra citada, pág. 269.

Com extensão de aproximadamente 120 km. e até 4. de largura, ela subia o vale do rio Pedro Cubas, afluente da margem esquerda do Ribeira, para atingir o vale do rio das Almas, afluente do alto Paranapanema. A estrada atravessava o Ribeira junto à barra do Batatal, onde foi instalada uma balsa com capacidade para 12 burros arreados. Com movimento relativamente grande, a estrada foi conservada e utilizada até por volta de 1915, quando começou a ser abandonada. Atualmente a balsa, elemento anacrônico em face da ausência de uma via que seja servida por ela, é mantida pela municipalidade de Eldorado com o fim de ligar o povoado de Barra do Batatal, na margem esquerda do Ribeira, com a estrada para o Braço, que se encontra na margem direita.

No conjunto, e em síntese, o quadro das comunicações da Baixada, no primeiro quartel do século, era o seguinte. Por terra, raramente percorrendo distâncias muito grandes, utilizavam-se as tropas nos picadões e estradas existentes, convergindo ou para os portos fluviais ou diretamente para os marítimos. Na área de Pariquéra-Açú e Jacupiranga já era mais freqüente o uso de carros, inclusive a carreta polonesa. A partir dos portos fluviais utilizavam-se barcos pequenos, geralmente de propriedade de comerciantes, ou os barcos da Companhia de Navegação, conforme o rio e o trecho considerado.

Todavia, um novo elemento, introduzido na região na segunda década do século (1915), veio se inserir no quadro em questão, começando a modificá-lo, pelo menos parcialmente: a ferrovia que, do pôrto de Santos, passando por Itanhaém e Peruibe, foi atingir Juquiá, que ainda hoje é ponta de trilhos. Tal fato reveste-se de um significado especial, tendo em vista que a Baixada ficara completamente à margem da expansão ferroviária que caracterizou a Província, e depois o Estado, desde meados do século passado. Ferrovias de grande lavoura, na prática ferrovias do café, deixaram de lado uma região que não possuia os elementos econômicos que poderiam justificar sua presença. É bem verdade que a construção de ferrovias interessando a região foi, mais de uma vez, objeto de cogitações e, em certos

casos, de providências mais objetivas, sem que entretanto se concretizassem. No início do último quartel do século passado, por exemplo, houve um projeto de construção de uma ferrovia que deveria ligar o pôrto de Iguape à cidade planaltina de Fascina (Itapeva). "Dizia-se, então, que o fim dessa estrada era exportar os produtos agrícolas das zonas de Itapetininga, Paranapanema, São João e Fascina, e abrir ao mundo o belíssimo vale do Juquiá... Mas o projeto, apesar de amplamente justificado, não mereceu execução" (422). Outro exemplo tivémos na última década do século passado. Em 1896 dizia-se, em relatório oficial, estarem terminados os trabalhos de exploraço da ferrovia projetada entre São Paulo e a então freguezia da Prainha (423). Em trecho afirmava-se que "a construção dessa estrada de ferro visa a colonização intensiva da zona do São Lourenço e do Juquiá, e como estrada de ferro destinada ao povoamento não poderá ser levada a efeito sem grandes favores do Estado" (424). Êste projeto também não mereceu execução. Portanto podemos compreender o significado, para a Baixada, da chegada das pontas dos trilhos até Juquiá.

A ferrovia não veio, todavia, ligar portos da Baixada à sua retro-terra natural, como teria sido o caso do projeto Iguape-Faxina. Também não veio, como seria o caso do projeto São Paulo-Prainha, ligar a Baixada mais intimamente com a capital do Estado, de qualquer forma, com o planalto, sem repercutir negativamente, necessàriamente, nas atividades dos portos da área que nos interessa. Ela veio pelo litoral, e justamente a partir de Santos, o pôrto que, graças à expansão ferroviária do Estado, tornou-se a grande porta de entrada para a riquíssima retro-terra caféeira, do planalto, monopolizando as articulações ferroviárias com o interior e, indiretamente, participando como fator de decadência dos demais portos marítimos do Estado, especialmente os do litoral norte. Portanto, a ferrovia, chegando na periferia da Baixada, captou grande parte de seu sistema

---

(422) MOREIRA, Albertino G. — Obra citada, pág. 71.
(423) Relatório de 1896 da Secretaria da Agricultura de São Paulo. pág. 211.
(424) Idem, pág. 211.

de circulação, e conseqüentemente de seu comércio, em favor de Santos, paradoxalmente influindo, negativamente, no movimento dos portos da "zona ilhada", especialmente, como seria de esperar, de Iguape. Ela foi, antes de mais nada, uma concorrente da rota marítima, paradoxalmente ainda uma vez, fazendo uma considerável parte da Baixada ingressar dentro da hinterlandia de Santos. Mas constituiu, como não se poderia desconhecer, um fator de dinamização da economia regional, pois que, pela primeira vez em tôda a história da Baixada, forneceu-lhe uma estrada relativamente rápida e segura durante o ano todo, para o exterior, que não fosse a oferecida pelo mar. Por outro lado, a ferrovia chegou em tempo de substituir o caminho pelo mar, dadas as pessimas condições em que já se encontrava o pôrto de Iguape.

Nas últimas quatro décadas, embora em ritmo e com resultados nem sempre satisfatórios, a estrutura viária interessando a Baixada sofreu sensíveis transformações.

As primeiras referem-se à navegação fluvial. Chegando a receber, já na década de 1930, uma subvenção de 400:000$000 (425), a Companhia de Navegação Fluvial Sul Paulista desincumbiu-se a contento, dentro de suas possibilidades, de sua tarefa até o início da década de 1940, tendo procedido, inclusive, à limpeza dos rios por onde sua frota de embarcações navegava, conforme contrato com o govêrno do Estado (426). Entretanto, com as modificações por que passou a Diretoria, " a administração da Companhia foi piorando dia a dia, até chegar ao descalabro total ... em que a navegação do rio Ribeira e seus afluentes ficou paralizada, com a totalidade das embarcações se transformando em um montão de ferro velho, produzindo o colapso econômico da região em 1945 e 1946, pelas conseqüências que advieram da falta de transporte para o escoamento da safra de arroz ... Foi então que o govêrno decidiu encampar os serviços

---

(425) PISANI, Salvatore — **Lo Stato di San Paolo nel Cinquantenario dell'Immigrazione**, San Paolo, 1937, pág. 282.
(426) MEDEIROS, Narciso de (e) outros — Obra citada, pág. 18.

da Companhia, outorgando-os à direção da E. F. Sorocabana (427).

Atualmente a situação da navegação fluvial é pouco lisongeira. A E. F. Soracabana, a quem pertence atualmente a linha Santos-Juquiá, tem se esforçado no sentido de manter algumas embarcações e dar uma certa regularidade às suas viagens; entretanto, para quem percorre a região, percebe-se que a não ser que sobrevenham novas e inesperadas condições foi superado o período de utilização sistemática dos rios para transporte com finalidade econômica. Por outro lado, mesmo para as embarcações que irregularmente navegam as águas fluvias, o percurso navegável reduziu-se no próprio Ribeira, de Iguape chegando sòmente até Sete Barras, tendo sido completamente abandonada a navegação no trecho a montante, em direção aos antigos portos fluviais de Eldorado, Itapeuna e Barra do Batatal. Nos períodos de cheia, e sempre irregularmente, continua a se praticar a navegação pelo rio Juquiá, alcançando-se por água os trilhos da ferrovia na localidade do mesmo nome. A interessnte rêde de comunicações fluviais ficou, em conseqüência, reduzida novamente a um potencial, só aproveitável, agora, com não pequenas obras de dragagem e limpeza, dos cursos d'água, retificação de alguns trechos e regularização dos regimes, construção de cais acostáveis com instalações adequadas, enfim, com um serviço de domesticação dos rios e adequação para uma navegação em bases técnicas modernas.

Convém frisar, desde já, que à decadência em que se encontra a navegação fluvial não foi estranha a influência exercida pela criação de rodovias, assim como pelas próprias e paralelas modificações econômicas das áreas ribeirinhas. Êstes fatôres, entretanto, apenas teriam precipitado o desenrolar de um processo já em franco desenvolvimento.

Na "zona ilhada" as condições da navegação não são muito superiores. O pôrto de Iguape não lembra mais, siquer pàlidamente, o papel que teve no passado. A barra de Icaparra está completamente obstruida ,não permitindo o trânsito de

(427) Idem pág. 18.

embarcações de mar aberto. O mar Pequeno, entre o Valo Grande e a cidada barra, em conseqüência da deposição dos sedimentos carreados pelo Valo Grande, não mais apresenta calado satisfatório, a não ser para embarcações de pequeno porte. A situação chegou a tal ponto que as embarcações vindas de Santos, por exemplo, com destino a Iguape, devem entrar no mar Pequeno pela barra de Cananéia, contornando, em conseqüência, tôda a ilha Comprida. É fácil compreender, em tais condições, a limitação da função portuária de Iguape.

A barra de Cananéia é, atualmente, a única porta de acesso, por mar, à Baixada, suas condições tendo, inclusive, justificado a intenção de aparelhar o pôrto da cidade de Cananéia, para o que já tem sido realizados estudos por uma Comissão formada para tal fim.

A não ser em poucos casos, entretanto, a exemplo da Companhia Serrana de Mineração, que mantém um pequeno pôrto no mar de Cubatão para escoamento da apatita que extrae de suas jazidas, o movimento pela barra de Cananéia é descurável.

Os rios que desaguam nos canais, mares e baías da "zona ilhada", assim como os afluentes da margem esquerda do Ribeira, a jusante do Valo Grande, são navegados apenas em função dos interêsses de alguns dos moradores ou comerciantes de suas margens, normalmente por pequenas embarcações. É o caso, por exemplo, dos rios Taquarí, das Minas, Itapitanguí, Iririaia, dos Cordeiros, ou ainda do Peropava ou do Una da Aldeia. Nêles a navegação geralmente se faz até onde chegam as influências das marés, ou pouco além, sempre na dependência, todavia, da presença de vegatação aquática.

De um modo geral, quer na "zona ilhada", quer nos rios da Baixada, a navegação serve, por meios rudimentares, antes de mais nada a interêsse locais, sendo, em conseqüência, sempre de amplitude limitada.

Ao mesmo tempo em que se precipitou a decadência da navegação fluvial, a Baixada do Ribeira conheceu, a partir de meados da década de 1930 um surto de certo interêsse de estradas de rodagem e, por intermédio delas, o caminhão. No decor-

rer de 10 anos (1935-1945) formou-se no interior da região em aprêço um sistema de estradas de rodagem que veio justificar, agora com maiores repercussões, uma segunda "revolução" na sua circulação.

Conforme podemos observar pelo mapa que acompanha estas considerações, o centro do sistema tornou-se Pariquéra-Açú, a antiga séde de núcleo colonial de mesmo nome onde, no início da década de 1940 instalou-se a séde regional do D.E.R. A partir de Pariquéra-Açú as estradas de rodagem irradiam-se especialmente em direção a Iguape, Cananéia, Registro e Eldordo. Iguape foi atingida por intermédio de Subauma, em grande parte como aproveitamento do carreiro que de Pariquéra-Açú ia ter ao embarcadouro citado, numa extensão total de 45 km. O Valo Grande foi apetrechado com uma balsa para possibilitar sua travessía, sendo o serviço existente até hoje. Em direção a Cananéia a estrada de rodagem desprezou o antigo caminho que atravessava a ex-Colônia e, com um percurso de 39 km. atingiu o pôrto depois de atravessar o mar de Cubatão com o auxílio de um serviço de balsa, atualmente "ferry-boat". A abertura e conservação dessas duas estradas não foi fácil, tendo em vista principalmente o fato de atravessarem grandes extensões de zonas brejosas e arenosas, antigas restingas; daí a utilização de um sistema de "estivas" para obter base sólida.

Em direção a Registro, com cêrca de 30 km., a estrada cortou o vale do Jacupiranga. A travessíia do rio sendo possibilitada por balsa, continua, com mais 33 km., em direção a Juquiá. Aqui atingiu as pontas de trilhos da ferrovia e, ainda uma vez com a travessía com balsa no rio Juquiá, articulou-se com o velho caminho de tropas, agora adequado à circulação motorizada, que subia para Piedade. Em direção a Eldorado a estrada passou por Jacupiranga, totalizando 37 km.

No conjunto um grande sistema em X, tendo Pariquéra-Açú como centro e atingindo o Ribeira, assim como o litoral, em dois pontos em cada caso. A ligação do sistema com Santos era feita pela ferrovia, e mais tarde, também por uma estrada me-

díocre, a partir de Peruibe utilizando-se exclusivamente de praias. Para o planalto tinhamos a estrada que, por Piedade, passou a ser a porta de acesso à região a partir de São Paulo. Outra via de relação com o planalto foi o que ainda em 1930 era o picadão das Sete Barras, permitindo, depois de melhorado, relações com São Miguel Arcanjo e Itapetininga.

Na Baixada, ramais e ligações secundárias começaram, especialmente a partir de 1940, a se irradiarem tendo como ponto de partida um dos quatro troncos citados. Entre Pariquéra-Açú e Cananéia, foi melhorada a antiga estrada para a ex-Colônia de Cananéia, enquanto que a Serrana abriu e conservou um pequeno ramal para seu pôrto no Cubatão. Mais recentemente, 1955-56, foi aberta uma estrada do povoado de Itapitanguí ao rio das Minas, tendo sido abandonada a sua conservação, apesar dos 15 km. já abertos. No trecho Pariquéra-Registro, assim como no de Registro-Sete Barras e Registro-Juquiá, foram abertas numerosas estradas, especialmente com caráter vicinal, particularmente por iniciativa, já desde 1920, da administração da colônia japonêsa de Registro. Aliás, e conforme já foi dito, a rêde de estradas vicinais foi a mais densa de tôda a Baixada, a primeira satisfatória, depois daquela que se organizara na Colônia de Pariquéra-Açú no início do século. No tronco Pariquéra-Eldorado tivemos a abertura de duas importantes estradas secundárias. A primeira, construida pela Serrana para ligar Jacupiranga às suas jazidas na zona de Cajatí (1942-43), foi em seguida prolongada em direção à barra do Azeite, para oeste; a segunda, de responsabilidade do Estado, partindo de Eldorado beirou o curso do Ribeira até Itapeuna e Batatal, para em seguida atingir Barra do Braço subindo o vale do Batatal (cêrca de 1950). Esta última em parte seguiu o traçado de velho picadão para tropas, a que já nos referimos.

O aspecto mais significativo do quanto acabamos de expor, segundo nos parece, é que a rêde de estradas de rodagem constituiu um sistema de circulação que se superimpôs ao mais antigo existente na região, baseado na circulação fluvial. Embora tal superimposição em suas grandes linhas tenha se orientado

em função dos aglomerados existentes, acarretou profundas modificações na vida regional, afetando, por exemplo, especificamente as formas de utilização do solo, a distribuição da população, as funções urbanas, em parte as formas do habitat e, como é lógico, principalmente o comércio. As referidas repercussões se fizeram sentir especialmente porque enquanto o sistema de navegação fluvial esteve preso, no passado, aos portos da marinha, e mais recentemente também à ferrovía em Juquiá, o sistema de estradas de rodagem organizou-se em função, ao mesmo tempo, de uma complementação com a ferrovía — voltando-se para Santos — e de ligações com o planalto, voltando-se especialmente para São Paulo.

Vejamos um exemplo que ilustra o fato, e que se repete em tôdas as partes. A produção das propriedades mais recuadas do município de Jacupiranga é transportada para os povoados ou para a cidade, ainda, muitas vêzes, utilizando-se tropas. Daí a presença de instalações para abrigá-las. Dos povoados, ou da cidade, a produção toma o rumo de Registro, podendo atingir Sorocaba ou São Paulo, praças com as quais se mantém maior intensidade de relações comerciais. No passado a mercadoria seria transportada, sempre por tropa, até o pôrto fluvial mais próximo e daí seguiria para Iguape, com o objetivo de buscar as praças de Santos, Rio de Janeiro ou Paranaguá. Um papel em parte semelhante, já era o representado pela ferrovia. De resto, a par da competição que se verificou, em muitos casos, entre a estrada de rodagem e o rio, aquela indiscutìvelmente vitoriosa, outra competição estabeleceu-se entre a estrada de rodagem e a ferrovía, especialmente no referente ao escoamento da produção para outras partes do país ou para o exterior. A ela nos referimos em outra parte dêste trabalho.

Embora de cunho revolucionário, conforme dissemos, a presença das estradas de rodagem ainda não evitou a posição de inferioridade da Baixada em relação à maior parte do Estado. A rêde não compreendeu muitas estradas, muitas ligações faltaram e continuam faltando e, a ausência de pontes, justificando a utilização de morosos serviços de balsas, em Juquiá ou Sete

Barras, em Registro como em Cananéia ou Iguape, prejudicava sèriamente os transportes. Por outro lado, quer a estrada que galga a serra para Piedade, passando pelo recente núcleo de Tapiraí, quer a de São Miguel Arcanjo, ainda hoje ficam em condições péssimas durante o verão, quando as chuvas são mais abundantes.

Nos derradeiros anos, finalmente, percebem-se novas e sensíveis modificações no sistema viário regional, agora decisivas para o incremento econômico da Baixada. É que o govêrno federal, no intuito de acelerar a completação da BR 2, rodovia que liga o Rio de Janeiro a Pôrto Alegre, decidiu empreender os trabalhos no trecho São Paulo-Curitiba, escolhendo, para êsse fim, o percurso São Paulo, Itapecerica, Juquitiba, Juquiá, Registro, Jacupiranga e Curitiba. Tal trajeto em parte é o que já figurava no plano rodoviário paulista de 1922, e que foi preterido pelo de Sorocaba (428).

A BR 2, que no momento em que escrevemos (fevereiro de 1960), já se encontra inteiramente asfaltada entre Registro e Juquiá, com o asfalto avançando ràpidamente em direção a Biguá e a Jacupiranga, já dispõe, pràticamente, de tôdas as obras de arte necessárias, inclusive as pontes sôbre o Juquiá e o Ribeira, já possuindo seu leito preparado em quasi tôda a sua extensão. A par de representar uma via de circulação moderna, racionalmente planejada e executada tècnicamente moderna, o trecho da BR 2 que interessa a Baixada encurta extraordinàriamente as distâncias entre suas diferentes partes e São Paulo, reduzindo, por exemplo, a cêrca de 160 os 230 km. até agora necessários para se atingir Registro. Por outro lado, permitirá que para a Baixada se abram novas perspectivas com as possibilidades de manter mais íntimas relações com Curitiba.

Acreditamos, e em todo o presente trabalho o fato aparece mais de uma vez, que a presença da moderna BR 2, aliada à rêde regional já existente, e em vias de ampliação, significará

---

(428) NETTO, A. R. — Trabalho citado, V.º artigo.

o fim do isolamento da Baixada, integrando-a definitivamente no conjunto da área geo-econômica paulista. Não deixa de ser interessante, por fim, o fato dessa possibilidade ter sido propiciada a partir do planalto, subvertendo completamente tudo quanto as condições naturais da região inicialmente puderam fazer supôr.

O Problema das Relações Comerciais

A organização do espaço econômico, sua forma de evolução, assim como suas peculiaridades, não podem ser compreendidas sem que se tenha em mente os problemas relativos à obtenção de mercados e, conseqüentemente, à organização do comércio de mercadorias. Contando durante séculos sòmente com a porta aberta para o mar, articulada, para a retro-terra, com as vias fluviais, a Baixada teve suas possibilidades de desenvolvimento coartadas pelas limitações decorrentes de inexistência de uma infra-estrutura viária satisfatória, e da morosidade dos meios utilizados.

Tais limitações incidiram, especialmente, na impossibilidade de incluir, na utilização do espaço agrícola, em bases comerciais, produtos perecíveis. O caráter quente úmido que, de uma ou de outra forma, é comum a tôda a Baixada, não favoreceu, como não favorece, a conservação de produtos perecíveis, principalmente quando se lembra a pobreza dos habitantes da região no referente às técnicas de conservação, fato que pràticamente perdura. É notório que a própria proteção do produto ainda na planta deixava e ainda deixa muito a desejar. O arroz, cultura tradicional da região, quando em ponto de colheita pode não sòmente perder-se em águas de inundação ou na lama, mas em grande parte, também, servir de alimento a uma enorme quntidade de roedores.

Daí torna-se fácil compreender que, desde os primórdios do povoamento da região, estabeleceram-se duas formas básicas de utilização do solo. Nas áreas próximas dos portos, ou junto a eixos de mais rápida comunicação, podendo dispôr mesmo de uma elementar organização comercial, puderam ser criadas lavouras visando, ao lado da subsisitência de seus responsáveis, também o comércio. Nas áreas mais recuadas as lavou-

ras foram criadas em escala apenas suficiente para garantir a subsistência dos lavradores.

Essa distinção, em suas grandes linhas, ainda pode ser observada, uma parte dos "capuavas" ainda justificando o segundo tipo de área.

Compreende-se que nos primeiros tempos as lavouras comerciais se instalassem de preferência junto ao Ribeira litorâneo e aos baixos cursos de seus afluentes nêsse trecho, dado que podiam contar com a via fluvial, em percursos relativamente curtos, às vêzes abreviados por "furados" e, com o pôrto de Iguape, vizinho e articulado. Compreende-se, também, que embora dispondo de condições satisfatórias como embarcadouro, Cananéia não tenha justificado uma expansão do espaço agrícola, em direção à retro-terra, semelhante a Iguape, as atividades de utilização do solo ficando limitadas a manchas irregulares e esparsas na própria zona lagunar.

Explica-se, por outro lado, o fato de que, quando possível, os povoadores se tenham voltado para atividades que não estavam limitadas pelos mesmos problemas dos produtos agrícolas perecíveis. A utilização da madeira e instalação de estaleiros para construção de barcos, assim como a exploração dos "concheiros" incluem-se no caso acima.

A definição dos produtos cultivados, por outro lado, a par, evidentemente das condições ecológicas determinantes, se fez em função, também, da aplicação de técnicas de beneficiamento e transformação, em parte de conservação. O próprio homem, mas especialmente a água, dada a sua abundância, utilizados como recursos energéticos, possibilitaram a disseminação, nas áreas de maior densidade de utilização do solo, de "engenhos" com objetivos os mais variados. Destacaram-se os "tráficos" para a obtenção da farinha de mandioca, os "engenhos" para pilar arroz e os engenhos de beneficiamento da cana.

Tais técnicas, escudadas na energia hidráulica, ainda hoje aplicadas em várias partes, não só tornavam o produto apto para o consumo, a exemplo do arroz ou da cana, mas diversifica-

vam sua utilização e possibilitavam formas de conservação menos precárias. Daí decorre que a participação dos referidos produtos no intercâmbio comercial se fez sempre maior à medida que os engenhos de beneficiamento se foram instalando.

Dado que as comunicações se faziam, bàsicamente, pelos rios, é lógico que a expansão da área de agricultura romercial se tenha feito ao longo dêsses eixos, aprofundando-se em cunhas para a retro-terra, à medida que as embarcações pudessem propiciar transporte mais rápido e em escala maior. Sob êste aspecto, a não ser a "zona ilhada" e o Ribeira litorâneo, a Baixada permaneceu até meados do século passado como área de domínio da canoa. Só com a inauguração da navegação regular, ou quasi, a vapôr, nos cursos principais, o sistema diferenciou-se um pouco. Naturalmente, a agricultura comercial difundiu-se acompanhando as possibilidades de transporte.

É bastante interessante o sistema que se definiu em conseqüncia e que, conforme é possível verificar por intermédio das informações de Pio Corrêa (429), permaneceu até o início dêste século. A agricultura comercial distribuiu-se ao longo dos rios principais, Ribeira, Jacupiranga, subindo um pouco pelos seus afluentes, no caso dos tributários do Ribeira, especialmente nos baixos cursos. Nêsses afluentes o agricultor só podia contar com a canoa, que entretanto, possibilitava o transporte da produção para a barra, onde gerasmente localizava-se uma instalação de beneficiamento. Daí o produto ,já beneficiado, podia contar com transporte mais satisfatório. Uma diferenciação nem sempre fácil de perceber estabeleceu-se em conseqüência das condições acima. Às áreas dominadas por atividades de subsistência e àquelas onde a presença de recursos possibilitava inclusive comércio de exportação, juntaram-se outras em que a atividade comercial tinha amplitude restrita, pois que se limitava a mercados locais. É o que sucedia, por exemplo, com os plantadores de arroz do Peropava, no início do século, que, utilizando-se de canoas atingiam a área do Ribeira

---

(429) CORRÊA, M. Pio — Obra citada.

junto ao atual Pôrto Cabral, onde trocavam sua produção por aguadente e fumo (430).

Em face do conjunto das condições e situações lembradas, é que se torna possível compreender a presença e importância dos negociantes, donos de vendas que foram instaladas um pouco por tôdas as partes da Baixada, a medida que a produção agrícola e o adensamento da populção justificavam suas atividades. O negociante, freqüentemente também um agricultor, geralmente instalou-se em secções mais povoadas ao longo dos rios ou então junto à barra de um afluente, de modo a estender suas atividades para todo o vale afluente. Sua presença constituiu-se em um enriquecimento da infra-estrutura econômica regional, já que, com seus recursos superiores à da média da população, tornou-se um financiador do lavrador e um elemento para garantí-lo nas entre-safras. Nêstes períodos o lavrador conseguia adiantamento em gêneros de primeira necessidade, especialmente os que não podiam ou não eram obtidos no local, adiantamentos êsses pagos com o produto da safra. O negociante, portanto, na prática era um financiador das atividades agrícolas, possibilitava o abastecimento da população em produtos que ela não podia obter e garantia a colocação da safra, mesmo porque geralmente era proprietário de instalações para beneficiamento e transformação de produtos .

Todos que se têm preocupado com a atuação dêsses elementos normalmente chamaram a atenção para o fato de que ela se revestia de uma forma desapiedada de exploração do agricultor (431). Já nos referimos, por exemplo, às observações de autor alemão que, tratando do problema do comércio na Colônia de Pariquéra-Açú, no primeiro quartel do século, lembrou que comerciantes italianos monopolizavam a compra, ou melhor, a troca de produtos dos colonos e faziam, trabalhando com animais de carga e carros próprios, bons negócios às custas dos colonos (432).

---

(430) CORRÊA, M. Pio — Obra citada.
(431) MEDEIROS, Narciso de (e) outros — Obra citada, pág. 14.
(432) KUNDT, Ernst — Obra citada, págs. 90-91.

O fato é que, entretanto, a presença dos referidos comerciantes possibilitou uma ampliação do sistema de atividades comerciais, mesmo sob as formas com que suas atividades se revestiam.

A abertura de alguns caminhos e até mesmo de estradas para carros a tração animal não contribuiu para modificar sensìvelmente o esquema geral. A não ser na área de Pariquéra-Açú, beneficiada, no início do século, pela estrada para Subauma, o comércio continuou ligado às possibilidades de transporte pelos rios, sendo complementado, em alguns casos, pela utilização de animais de carga.

No segundo quartel dêste século a estrutura comercial da região sofreu uma transformação radical. Em primeiro lugar, tivemos uma definição melhor de um processo de concentração dos instrumentos de beneficiamento, já esboçado anteriormente. As máquinas de beneficiar café o arroz especialmente, já não se utilizando necessàriamente da energia hidráulica, substituida pelo vapôr, concentraram-se nas mãos de negociantes dos pequenos aglomerados, a exemplo de Pariquéra-Açú, Jacupiranga ou Eldorado, como no passado já sucedia pràticamente com os arredores de Iguape e Cananéia. Em segundo lugar, entretanto com repercussões fundamentais, a estrada de rodagem começou a concorrer com o rio e o caminhão, embora lentamente, começou a substituir a embarcação. Em terceiro lugar, foram introduzidas novas culturas, com finalidades exclusivamente comerciais, a exemplo da banana e do chá.

Tais modificações trouxeram como conseqüência, antes de mais nada, a decadência, com a limitação de suas atividades, dos negociantes locais, em favor daquêles estabecidos nos centros regionais e que foram se adequando às novas condições. Por outro lado, em certos casos o comércio pôde desde logo preferir a rodovia ao rio, dado que interessou produtos que, a exemplo do chá já beneficiado, podiam suportar fretes mais elevados. Produtos como a banana, conforme a área em que é obtido e os mercados a que se destinam, utilizam indiferente-

mente o rio, a rodovia e a ferrovia que chegou a Juquiá, embora se tenha acentuado a preferência pelos dois últimos meios.

A melhoria do sistema de comunicações possibilitou maior diversificação das atividades agrícolas, a obtenção de novos mercados, especialmente no planalto e uma independência maior, nas atividades comerciais por parte do agricultor, agora preso mais aos problemas de fretes mas de certa forma garantido pela presença de cooperativas, como em Registro, ou de comerciantes de maior raio de ação. Deixaram de depender da vontade individual do comerciante, para se enquadrarem, nos casos das principais lavouras, nos sistemas de colocação de produtos muitas vêzes definidos com a própria presença da administração estadual, através de contratos de exportação e garantias de preços.

No conjunto subsistem, todavia, formas arcaicas contiguamente a formas modernas, como subsistem, paralelamente, limitações de vária natureza. N. L. Muller chamou a atenção para a coexistência, interessando o sitiante, o que abrange a maior parte dos casos da Baixada, do "capuava", "preso exclusivamente ao mercado local, o criador de Sete Barras ligado ao regional e o "ribeirinho" que, diréta ou indirètamente, tem relações com o mercado exterior". Poderíamos completar o quadro lembrando que, ao lado do "capuava" do vale do Batatal ou do Jacupiranguinha, do colono de Pariquéra-Mirim ou de Santa Maria, que dependem dos negociantes de Barra do Braço ou de Barra do Batatal, de Cajatí ou de Nova Italia, do pôrto das Minas ou de qualquer outro núcleo, ainda limitados pelo uso da canoa ou do animal de carga, temos o plantador de banana freqüentemente apenas na dependência dos atacadistas e com o caminhão que vem buscar o produto na porta da propriedade, e o cultivador de chá garantido por cooperativas ou por emprêsas relativamente grandes que se dedicam à sua industrialização.

A "REDESCOBERTA" DA REGIÃO DO RIBEIRA E SUA VALORIZAÇÃO RECENTE

Remontando ao que foi apresentado no decorrer do trabalho que se está lendo, e conforme já se teve ocasião de acentuar, a região do Ribeira desperta a atenção do estudioso antes de mais nada pelos paradoxos que justifica. Entre todos, segundo parece, sobressae o de pertencer a um Estado "no nível das potências econômicas mundiais" (433), antes de mais nada como decorrência do fenômeno da "expansão do povoamento paulista", tendo permanecido, entretanto, bastante para tras, como uma das últimas "fronteiras" do referido processo de expansão. O paradoxo se justifica pela sua posição em área litorânea.

O fato acima adquire maior significado se lembrarmos que a região do Ribeira não permaneceu inteiramente à margem do processo de povoamento do Estado de São Paulo, tendo sido, mesmo, uma de suas áreas a revelar, com maior precocidade, uma presença européia. Daí o parentesco da região do Ribeira com outras áreas litorâneas paulistas que, a exemplo da Baixada de Itanhaém (434), "embora palmilhadas desde a colônia, ficaram à margem da valorização, mercê de uma série de circunstâncias".

A precocidade do processo de povoamento da região do Ribeira não impediu, todavia, que essa área permanecesse em condições de isolamento que perduraram até o século atual, condições essas que se tornaram responsáveis pelo alheiamento da região à dinâmica do povoamento paulista a que nos referi-

---

(433) MONBEIG, Pierre — Os Problemas de uma Região Tropical, 17-7-1949.

(434) ARAUJO FILHO, José Ribeiro de — Obra citada, pág. 8.

mos acima e que justificou a posição econômica do Estado. O isolamento em que permaneceu explica o curioso fato de que, contràriamente a outras partes da orla litorânea paulista, a Baixada nem mesmo se constituiu em zona de passagem para o interior planaltino.

O fenômeno da colonização que teve por palco a Baixada do Ribeira constitui um fato que a relaciona, do ponto de vista de alguns aspectos de seu povoamento, às regiões florestais do sul do país, enquanto a coloca à margem das áreas povoadas em função da marcha do café; ao mesmo tempo, revela um sugestivo interêsse pela Baixada sem que tenha tido o efeito, todavia, de anular seu isolamento.

Em síntese, trata-se de uma região que atraiu cedo o povoamento e que chamou a atenção de interessados em processos de colonização, particulares e administração, mas que não se entrosou com o desenvolvimento do Estado e que, apesar de sua posição geográfica tornou-se, conforme já foi dito, uma espécie de sertão do litoral.

Acreditamos que a circulação e seus problemas, conforme tivémos oportunidade de mostrar várias vêzes, tenha sido o fator mais importante na determinação da situação lembrada acima. Acreditamos, também, que as formas com que se revestiu a dinâmica do povoamento, com uma acomodação a quadros regionais de cunho tropical, tenha sido outro fator; não cremos que o caráter tropical em sí possa ser considerado o responsável pelos aspectos negativos que a organização econômica da região nos apresenta. Um argumento a favor do que pensamos está no processo recente de valorização da região.

Para quem percorre as diferentes zonas da região do Ribeira nos dias atuais, depois de te-la conhecido há nove ou dez anos, como sucedeu com o autor do presente trabalho, e de ter tido conhecimento dos fatos de sua evolução pretérita, e comparar o que viu na primeira vez com o que pode observar agora, não é difícil que uma série de fatos, alguns mais evidentes, outros menos perceptíveis, despertem a sua atenção para a

transformação que nelas se está verificando. Comparando-se a situação atual com as descritas há mais de dez anos, então, torna-se mais nítido o fenômeno referido. A Baixada do Ribeira, a velha região meridional do Estado que tivera fases de relativo desenvolvimento e que, em seguida ,tornara-se o paradoxal sertão do litoral, parece ter encontrado caminhos e soluções novas e mostra sinais de revalorização e revitalização. ão se trata, desta vez, de um fenômeno local, a exemplo do que sucedeu com a colonização japonêsa em Registro, nem de um aspecto parcial, como o representado pela bananicultura. Trata-se, na verdade, de um conjunto complexo de elementos cuja presença, segundo tudo indica, irá trazer sensíveis modificações nas paisagens da maior parte da região.

O elemento novo que parece ter função fundamental no processo de valorização é representado pela sensível melhoria que se está verificando no sistema viário regional, fato em parte já lembrado. A Baixada do Ribeira, que durante alguns séculos contou sòmente com a via fluvial, com transportes irregulares e morósos, está sendo beneficiada com a definição de uma verdadeira rêde viária que, com relativa rapidez nos últimos anos, está se expandindo por capilaridade, de modo a poder servir tôdas as diferentes partes da região. O caminhão começa, mesmo em áreas até há alguns anos apenas atingíveis por rios, ou por picadões, a substituir a canoa ou a tropa de cargueiros. O moroso, perigoso e instável serviço de balsas para a travessía dos rios tornar-se-á desnecessário dadas as excelentes pontes de concreto que estão sendo construidas, a exemplo das que superam o Ribeira em Registro e em Eldorado. As balsas permanecem, por enquanto, em locais de menor movimento, ou então no Vale Grande, em Iguape, assim como permanece o "ferry boat" do mar de Cubatão, na estrada de Pariquéra-Açú a Cananéia. Mesmo nêste último caso, talvez não tarde muito a presença de uma ponte, para o que já têm sido votadas as primeiras verbas pela Assembléia Legislativa do Estado. As antigas pequenas pontes de madeira começam a ser

substituidas por outras de concreto e, todo o sistema, tem merecido um constante serviço de conservação.

As conseqüências imediatas são fáceis de compreender. Distâncias reduzidas pelo tempo empregado para vence-las, mercados conseqüentemente mais próximos, uma garantia maior para o escoamento da produção e possibilidades de incrementar a obtenção de produtos perecíveis.

Dentro da melhoria do sistema viário regional sobressae, pela sua importância e repercussões que está tendo, a construção da nova rodovia ligando São Paulo a Curitiba, passando pela Baixada, e que é uma secção da federal BR 2 que brevemente unirá a cidade do Rio de Janeiro a Pôrto Alegre. Tendo início, na parte que nos interessa, nas proximidades de Itapecerica da Serra, e passando junto a Aldeinha e Juquitiba, a nova estrada atinge o vale do alto São Lourenço, desce êsse vale em direção a Juquiá e, em seguida, com um traçado próximo da reta passa junto a Registro e Jacupiranga, acompanha o vale do Jacupiranga para montante e cruzando o rio Pardo atinge o Paraná. Dessa forma a BR 2, que já se encontra em face de pavimentação asfáltica, corta a Baixada no sentido nordeste-sudoeste, distanciada 40-50 km. do litoral e grosseiramente paralela a êle, constituindo-se, conseqüentemente, em interessante eixo viário de tôda a região. As diferentes partes da Baixada dela não ficarão distanciadas mais de 50 km. Com a referida rodovia desaparece de uma vez o isolamento em que a Baixada viveu, até agora sòmente atenuado pela ferrovia Santos-Juquiá e pela estrada de rodagem São Paulo-Piedade-Juquiá. Desaparece o isolamento e criam-se condições muito favoráveis de mercados, com novas perspectivas, pois a par de se tornarem muito fáceis as comunicações com a cidade de S. Paulo, a Baixada irá ficar a pouquíssimas horas de Curitiba. É evidente o benefício decorrente dêsses fatos.

A melhoria do sistema viário regional, especialmente a construção da BR2, fez com que a Baixada do Ribeira começasse

a chamar a atenção de capitalistas, principalmente com a aplicação de capitais na compra de grandes parcelas de terras. Ao lado dos capitalistas, outras pessoas estranhas à região, geralmente residentes em São Paulo, possuidoras de reservas relativamente modestas, passaram a aplica-las na aquisição de terras.

O interêsse pelas terras da região prendeu a atenção dos mais diferentes elementos: um "rei do café", conhecido pelas estensas propriedades rurais que possui nos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso; dois conhecidos homens públicos, tendo ocupado cargos da mais alta administração respectivamente de São Paulo e Paraná; o proprietário de conhecida emprêsa imobiliária, com séde em São Paulo; alguns pequenos capitães de indústria e comerciantes da praça de São Paulo; três famílias italianas, recém chegadas ao Brasil, dispondo de algum capital; gente de tôdas as profissões. Trata-se em parte de gente que até agora nunca se havia dedicado a atividades agrícolas e, no conjunto, gente que contribui para aumentar o absenteismo nas propriedades da Baixada. Em muitos casos, a simples notícia de que o govêrno federal pretendia construir a BR2 foi suficiente para que despertasse o interêsse pelas terras da Baixada. O efetivo andamento das obras que, como se pode observar, é rapidíssimo, intensificou êsse interêsse.

O que se percebe é que na aquisição dessas terras há uma duplicidade de objetivos que em muitos casos se confundem. De um lado elas são adquiridas com a finalidade de esperar uma valorização rápida que em seguida possibilite, com sua venda, a obtenção de lucros bem superiores aos juros correspondentes ao capital empatado. Nêsses casos as terras estão pràticamente sendo consideradas como mercadorias em sí.

De outro lado as aquisições são justificadas pelo interêsse em implantar grandes lavouras em bases científicas ou mesmo criar invernadas. Nêste caso confia-se que o capital aplicado seja compensado satisfatòriamente pelas possibilidades de mercados criadas com a melhoria das condições viárias.

Em ambos os casos trata-se, e já o dissémos, de iniciativas capitalistas mas, no primeiro, elas são bàsicamente especulati-

vas, enquanto no segundo revertem em imediato benefício para a região, dado que implicam em verdadeira modificação dos quadros agrarios tradicionais (435).

De qualquer forma, e isso parece ser o mais importante, a Baixada do Ribeira pela primeira vez está realmente atraindo capitais de fora, fato que indiscutìvelmente revela os sintomas de valorização por que está passando. Convém frizar que anteriormente os casos de aplicação de capitais na região foram sempre isolado e nem sempre significativos.

Um terceiro elemento cujas repercussões se fazem sentir nos mais diferentes setores da vida regional está no fato do govêrno estadual, de alguns anos para ca, ter voltado suas vistas para a Baixada com especial atenção. Especialmente mais recentemente, pràticamente nos dias atuais, a organização de um Plano de Ação pela presente gestão, interessando também a Baixada, para cujo desenvolvimento foi constituida uma Comissão especial (interessando o litoral sul), verifica-se a convergência de uma série de medidas governamentais na região.

Por enquanto o interêsse do govêrno se expressa mais por intermédio das notícias sôbre o que se pretende fazer do que propriamente sôbre o que já se fez ou se está fazendo. Entretanto, a confiança decorrente de certas medidas práticas já tomadas constitue, por si só, estímulo que beneficia a região.

No conjunto, considerada a ação governamental — estadual e federal — nos mais diferentes setores, os fatos que se seguem merecem uma referência.

1. A criação, com inauguração em 1950, do Hospital Regional em Pariquéra-Açú. Sua presença, embora ainda não seja satisfatória, pois que não se encontra ainda bem aparelhado, veio, todavia, preencher uma lamentável lacuna no referente à assistência médico-hospitalar na Baixada. Nas excursões pela região foi possível perceber seu papel em tôdas as suas partes.

---

(435) A especulação imobiliária tomou pé com o início das obras da BR 2, quando começaram a surgir na imprensa de São Paulo, especialmente no jornal "O Estado de São Paulo", anuncios oferecendo à venda terras localizadas no longo da faixa servida pela nova rodovia.

2. A instalação, também em Pariquéra-Açú, da séde regional do D.E.R. Embora date de 1942, só mais recentemente passou a ter efetiva função atuante na região. Com excelente séde, e segundo se pode ver, satisfatòriamente aparelhado, sua ação pode ser percebida especialmente no cuidadoso serviço de conservação das estradas.

3. A criação, em 1955-1956, na estrada de Pariquéra-Açú a Registro, a 16 km. desta última, da Fazenda Experimental do Vale do Ribeira. A Fazenda está se interessando especialmente pela seringueira, de que possue 60 000 a 70 000 mudas, cacau, café de seis tipos diferentes e chá, com o qual procede a experiências de plantío com sementes e mudas. De um modo geral está se definindo como típica estação experimental de produtos tropicais. Além dos citados está começando a plantar mangueiras, abacateiros, cajueiros, bananeiras e, ainda, cravo, pimenta e abacá (fibra vegetal). Interessante a iniciativa de criar búfalos, dos quais possue 12 cabeças. Com 105 alqueires, ainda nova e mal dotada de verbas, não dispondo do maquinário nem dos homens necessários, é ainda mais uma esperança devida aos esforços do agrônomo do que uma realidade atuante na região.

4. A instalação, há um ano, de uma usina termelétrica junto à cidade de Juquiá, com a extensão da rêde distribuidora para uma grande parte da região, com não descurável aumento das suas possibilidades energéticas. A usina de Juquiá consome óleo e é constituida de duas unidades de 5.000 kwh. cada. Apenas uma encontra-se em funcionamento, durante 10 horas diárias. No momento sua produção chega sòmente a 500 kwh., dado o consumo ainda limitado.

5. A criação de uma rêde escolar que venha a diminuir sensìvelmente o elevado índice de analfabetismo, assim como a existência de ginásios oficiais nas principais sédes municipais da região.

6. A existência de casas da lavoura, sob a direção de agrônomos jovens e dedicados, com funções realmente orientativas nos quadros das atividades agrícolas regionais.

Enfim, os exemplos não são poucos. Poder-se-ia lembrar, ainda, os trabalhos no sentido de organizar o pôrto de Cananéia, assim como a esperança de que a ferrovia Santos-Juquiá penetre mais profundamente na região, atingindo Registro.

A introdução de novas plantas cultivadas, a exemplo da seringueira e do cacaueiro, a expansão de culturas como a do chá e da banana, as tentativas de retomada da lavoura caféeira, em bases técnicas novas, fenômenos que nos casos mais expressivos estão ligados à aplicação de capitais a que já nos referimos, a par de contribuir para a diversificação maior e aprimoramente técnico das culturas, e de marcar as paisagens regionais com novos elementos, constitue, de resto, embora como decorrência de alguns dos fatos citados anteriormente, mais um fator de valorização. A melhor prova é que não seriam empatados capitais em iniciativas dessa natureza, cujos frutos surgirão, em alguns casos, sòmente depois de vários anos, se não existissem possibilidades dêsses capitais serem pelo menos reembolsados. Vale a pena citar, a título de exemplos, três casos diferentes entre aquêles com que entramos em contacto.

O primeiro refere-se a uma propriedade de italianos, no bairro de Pouso Alto, alguns quilômetros a oeste de Cajatí. Quatro anos atrás (1956) um imigrante originário de Torino veio para essa parte da Baixada, depois de uma breve permanência em Mato Grsso, na área de Três Lagoas. Dois anos depois 1958, aí vieram ter o pai e um tio, ambos com experiência de vida rural na Etiópia. Dispõem de 75 alqueires, onde estivémos, mais uma área vizinha de 100 alqueires e outra, no vale do Azeite, com perto de 700 alqueires. Em 1956 as terras foram encontradas em parte com matas e a maior parte revestida por capoeiras de idades diferentes. Hoje possuem, na primeira e menor das propriedades, 20.000 pés de café caturra, de três anos e meio de idade, 5.000 pés de café mundo novo com a mesma idade, ambos os cafezais plantados em curva de nível e com quantidade de frutos realmente elevada. Breve a propriedade contará com um seringal, para o que já existe um viveiro para permitir a enxertía. Além disso conta com bem cuidada horta, um pomar em formação, área para culturas tem-

porárias de subsistência — no momento em parte praticadas nas "ruas" do cafezal — um grande galinheiro, chiqueiro e pastos com 50 animais, em grande parte vacas de leite. A casa, com bom aspecto, vê-se ladeada por jardim e por vários anexos, particularmente depósito. Os proprietários moram na propriedade. As outras terras, particularmente as do Azeite, não são ainda aproveitadas em virtude do pouco tempo em que aí se encontram os proprietários e, no segundo caso, em virtude das dificuldades ainda existentes quanto aos transportes.

O segundo exemplo é de uma propriedade com 538 alqueires localizada junto à estrada entre Jacupiranga e Eldorado, aproximadamente a meio caminho. As terras foram adquiridas por um comerciante de São Paulo, com prática de atividades agrícolas no vale do Paraiba e que, dispondo de capitais suficiente econfiante nas possibilidades agrícolas regionais, aí se instalou a partir de 1956. A propriedade foi adquirida em três parcelas, a última em 1958. Trata-se também, portanto, como a anterior, de uma propriedade nova. Ainda como a anterior, possuia, há quatro anos, uma grande reserva de matas e o restante da superfície com capoeiras decorrentes da anterior utilização do solo com culturas de subsistência. Passados quatro anos a propriedade já possue um cafezal de café caturra amarelo, que o propritário pretende aumentar ràpidamente até atingir 100 000 pés; possue um seringal com 3 000 pés já enxertados, além de viveiro de seringueiras em um "campo de cooperação"; além disso está formando um cacaual, com 18 000 pés de cacau roxo e um milhar de cacau branco. O proprietário pretende ampliar tanto o cacaual como o seringal, nêste último caso já com o plantio, em 1960, de 2.500 novas mudas. Tôdas as lavouras foram formadas cientificamente, em curvas de nível e com aplicação de adubação. No seu plantio houve sempre orientação do agrônomo de Eldorado. A confiança no trabalho do agrônomo aliás, é um dos traços característicos dos proprietários dêsses novos empreendimentos. Foi o notado também para a propriedade anterior. Além das lavouras citadas a propriedade possue também pequena área, em fundos de vales, com bananal e lavouras temporárias, particular-

mente de arroz e milho. As dependências são ainda provisórias, dada a maior atenção que mereceram as culturas: a casa, embora bem cuidada, será substituida por outra em local com pomar em formação: há um depósito em rancho de páu-a-pique já existente em 1956 e, fato de certo interêsse, a presença de uma colônia" nos moldes das encontradas nas fazendas caféeiras de planalto, embora com habitações tôscas e provisórias. Por outro lado, já se está preparando o terreno para receber as instalações de beneficiamento do café. O proprietário reside em São Paulo mas comparece no local com bastante freqüência.

O terceiro exemplo refere-se a uma propriedade com aproximadamente 100 alqueires, situada na margem direita do Ribeira e distanciada dois quilômetros da Barra do Batatal. Seus proprietários são nordestinos, oriundos da zona de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco. Trata-se de um casal com 10 filhos, sendo duas mulheres, a maioria já casada. Emigraram primeiramente para a zona de Presidente Prudente onde, trabalhando com o algodão, tornaram-se proprietários de 30 alqueires de terra. Dessa forma puderam reunir um capital

Região do Ribeira — Valor dos Estabelecimento (Cr$. 1.000) — 1950 (437)

Municípios	Estabelecimentos c/declaração	Total	Terras	%
Cananéia	261	4 764	3 646	76,4
Eldorado	1 360	25 089	18 334	73,0
Iguape	2 138	24 269	15 674	64,5
Jacupiranga	2 119	25 400	16 264	64,4
Juquiá	258	45 879	40 222	87,6
Registro	1 553	63 276	41 641	65,7
Região do Ribeira	7 689	188 677	135 781	71,9
ESTADO	221 090	37 512 986	29 774 230	79,3

(436) Quadro organizado com elementos obtidos em VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Volume XXV, Tomo II, pág. 156.

Municípios	Construções	%	Outros bens	%
Cananéia	928	19,4	190	4,2
Eldorado	4 162	16,6	2 593	10,3
Iguape	5 594	23,0	3 001	12,4
Jacupiranga	5 544	21,8	3 592	14,2
Juquiá	3 281	7,1	2 376	5,3
Registro	15 510	24,5	6 125	9,8
Região do Ribeira	35 019	18,5	17 877	9,6
ESTADO	5 021 967	13,4	2 716 789	7,3

que lhes permitiu procurar terras ainda menos valorizadas que as da área de Presidente Prudente e optaram pela Baixada do Ribeira. Por enquanto a propriedade está cultivada principalmente com arroz, havendo, como fato interessante, uma grande lavoura de algodão. No conjunto trata-se de agricultores sem as possibilidades técnicas dos anteriores, porém enquadram-se, a seu modo, dentro da renovação dos quadros da Baixada.

Naturalmente, o quadro que se tentou esboçar completa-se com a recente valorização das terras. Estas raramente tiveram, no decorrer da primeira metade dêste século, muito valor, principalmente quando comparadas às terras do planalto, tanto de zonas velhas quanto de novas. É o que se pode observar, por exemplo, com os elementos fornecidos por Egas (437) ou por Seixas Queiróz e Arantes Júnior (438) ou, ainda pelos preços de lotes nos núcleos coloniais japonêses ou na Colônia de Santa Maria. Expressivos, a êsse respeito, são os elementos fornecidos pelos recenseamentos de que aproveitamos os de 1950, sôbre o valor dos estabelecimentos. Percebe-se, quando se faz a comparação com o conjunto do Estado, que na Baixada do Ribeira

(437) EGAS(Eugênio — **Os Municípios Paulistas**, São Paulo, 1925.
(438) QUEIROZ, Vitorino Seixas e ARANTES Júnior, Lourenço — Obra citada.

a terra possuia valor relativamente menor, enquanto que as benfeitorias, máquinas e utensílios, possuiam valor relativamente maior. Veja-se que, segundo o quadro que apresentamos acima, as construções representavam, na Baixada, 18,5% do total do valor das propriedades, quando para o Estado representavam apenas 13,4%. Parece não ser necessário tecer outros comentários, pois que o quadro em questão é suficientemente elucidativo.

Nos últimos dez anos, em conseqüência do conjunto de fatôres que foram enumerados, a terra passou a ter maior valor, independentemente das benfeitorias. Dez anos atrás, em zonas nem sempre servidas por meios de comunicação, as terras alcançavam preços até inferiores a 200 cruzeiros por alqueire. Só nas áreas de Juquiá e Registro atingiam somas superiores a 2 000 cruzeiros. Atualmente, em beira de estrada, nas áreas de Eldorado, Jacupiranga, Pariquéra-Açú, o alqueire chega a alcançar e superar 15.000 cruzeiros. Valores menores encontramos em Cananéia e Iguape, particularmente naquela e, maiores, às vêzes bem maiores, em Registro e Juquiá. Naturalmente, em todos os casos dependendo da posição e condições da terra. Vale registrar, de qualquer forma, que a valorização supera os índices de desvalorização da moeda.

Conforme se verifica, a Baixada do Ribeira parece estar fugindo às condições que, segundo Araujo Filho, seriam características das baixadas paulistas, até o momento representando o "papel que também outras baixadas tropicais do planeta, vem dando mostra, isto é, o de zonas pouco povoadas, de economia primitiva, de pouca civilização, enfim ..." (439). De resto, não se encaminha, por quando se pode observar, para a situação de outras regiões do globo em condições parecidas com as da Ribeira de Iguape que, segundo Silveira (440) nos levariam a crer ser a Baixada "importante reserva para a localização de grandes massas demográficas". A' não ser, talvez, as áreas de rizicultura, que poderiam permitir o adesamento de

---

(439) ARAUJO Filho, José Ribeiro de — Obra citada, pág. 8.
(440) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, págs. 115-116.

contingentes demográficos muito numerosos mas com nível de vida não necessàriamente satisfatório, cremos que a Baixada, no seu conjunto, poderá evoluir fugindo a condições das do tipo do delta do Tonkin. Cremos que as experiências representadas por outras baixadas tropicais do globo poderão servir para o caso da Baixada do Ribeira, assim como as próprias experiências de seu passado.

Acreditamos que a diversificação regional da Baixada do Ribeira já fruto de quadros naturais particulares (441), mas principalmente decorrência da diversificação das atividades do homem, pode propiciar a criação de quadros novos de organização econômica, escudados em técnicas apropriadas, justificando a integração da região dentro do conjunto geo-econômico do Estado de São Paulo não mais como uma área "sub-desenvolvida" mas sim como uma sua parcela econômicamente atuante e positiva.

(441) SILVEIRA, João Dias da — Obra citada, pág. 200.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. AB'SÁBER, Aziz Nacib — **A Terra Paulista,** in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 23, São Paulo, julho de 1956, pág. 5 a 38.
2. AB'SÁBER, Aziz Nacib — **Contribuição à Geomorfologia do litoral Paulista,** separata da "Revista Brasileira de Geografia", n.º 1, Ano XVII, Rio de Janeiro, 1955.
3. AB'SÁBER, Aziz Nacib (e) BESNARD, W. — **Sambaquís da Região Lagunar de Cananéia** (I — Observações Geográficas; II — Especulações Prehistóricas) in "Boletim do Instituto Oceanográfico", Tomo IV, Fasc. 1 e 2, São Paulo, 1953 ,pás. 216 a 220.
4. AGUIRRA, João Baptista de Campos — **Patentes, Provisões e Sesmarías,** in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Paulo", Vol. XXVI 1928, São Paulo, 1929, págs. 299 a 452.
5. ALMEIDA, A. Paulino de — **Ariry,** histórico de sua fundação, São Paulo, 1929.
6. ALMEIDA, A. Paulino de — **Erecção da Capela de N.S. da Guia de Xiririca,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XIV, Vol. CXVI, São Paulo, outubro-novembro-dezembro 1947, págs. 49 a 54.
7. ALMEIDA, A. Paulino de — **Memória Histórica da Ilha do Cardoso,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XIII. Vol. CXI, São Paulo, novembro-dezembro 1946, págs. 19 a 52.
8. ALMEIDA, A. Paulino de — **Memórias Memoráveis,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XV, Vol. CXX, São Paulo, outubro a dezembro de 1948, págs. 3 a 28.
9. ALMEIDA, A. Paulino de — **Usos e Costumes Praianos,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XII, Vol. CIV, São Paulo, agôsto-setembro de 1945, págs. 67 a 80.
10. ALMEIDA, Antôno Paulino de — **A Ilha Comprida,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XVII, Vol. CXXXVII, São Paulo, outubro, novembro e dezembro de 1950, págs. 51 a 67.
11. ALMEIDA, Antônio Paulino de — **A Ilha de Cananéia,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XIX, Vol. CLIV, dezembro de 1952, São Paulo, págs. 3 a 14.
12. ALMEIDA, Antônio Paulino de — **Da decadência do Litoral Paulista,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XII, Vol. CVII, São Paulo, março-abril de 1946, págs. 37 a 57.

13. ALMEIDA, Antônio Paulino de — **Memória Histórica de Jacupiranga,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XVI, Vol. CXXVII, São Paulo, setembro de 1949, págs. 7 a 88.
14. ALMEIDA, Antônio Paulino de — **Memória Histórica de Pariquéra-Açú,** Irmãos Oliveira, São Paulo, 1939.
15. ALMEIDA, Antônio Paulino de — **O Ribeira de Iguape,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano X, Vol. CII, São Paulo, abril-maio de 1945, págs. 27 a 104.
16. ALMEIDA, Antônio Paulino de — **Sabaúna, Vila Nova de Laje Ararapira,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano XVIII, Vol. CXLVII, São Paulo, abril-maio de 1952, págs. 51 a 59.
17. ALMEIDA, Vicente Unzer de — **Condições de vida do pequeno agricultor no Municípino de Registro** (Registro Shokuminshi), in "Boletim de Agricultora", Secretaria da Agricultora do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, série 54.º, n.º único, ano de 1953, págs. 9 a 110.
18. ALMEIDA, Vicente Unzer de (e) MENDES SOBRINHO, Octávio Teixeira — **Migração Rural-Urbana,** Aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a capital do Estado de São Paulo (com um estudo sôbre Zonas de Colonização do Estado de São Paulo), Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1951.
19. ALVES, Dr. Francisco de Paulo Rodrigues — **Relatório** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Provincia, no dia 10 de janeiro de 1888, Tipografia a Vapor de Jorge Seckler & Comp. São Paulo, 1888.
20. ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de — **Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo no ano de 1805,** in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Tomo IX (2.º Vol., 2.º Série), n. 8, Rio de Janeiro, 1847; reproduzido in FERREIRA, Francisco Ignácio — **Dicionário Geográfico das Minas do Brasil,** págs. 364 a 377, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1885 e in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 18, São Paulo, outubro de 1954.
21. ARAUJO FILHO, J. R. de — **A Baixada do Rio Itanhaém,** Estudo de Geografia Regional, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim 116, Geografia n.º 5, São Paulo, s.d.
22. ARAUJO FILHO, J. R. de — **O Café, Riqueza Paulista,** in "Boletim Paulista de Geográfia", n.º 23, São Paulo, julho de 1956, págs. 78 a 135.
23. CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — **Atlas do Brasil,** Rio de Janeiro, 1959, pág. 79.

24. AZEVEDO, Aroldo de — **Vilas e Cidades do Brasil Colonial,** Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n:º 208, Geografia n.º 11, São Paulo, 1956; publicado, também, in "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", Vol. IX, Tomo I (1954-1955), São Paulo, 1957, págs. 83 a 168.
25. AZEVEDO, Sálvio de Almeida — **Imigração e Colonização no Estado de São Paulo,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano VII, Vol. LXXV, São Paulo, abril de 1941, págs. 105 a 158.
26. BALDUS, Herbert (e) WILLENS, Emílio — **Casas e Túmulos de japonêses no vale da Ribeira de Iguape,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano VII, Vol. LXXVII, São Paulo, junho-julho 1941, págs. 121 a 135.
27. BASTIDE, Roger — **Contribuição ao Estudo de Geografia Religiosa no Estado de São Paulo,** in "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", Vol. III, Rio de Janeiro, 1944.
28. BATISTA FILHO, Olavo — **Ecologia e Aspectos Demográficos do Estado de São Paulo,** in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 16, São Paulo, março de 1954, págs. 30 a 44.
29. BONDAR, Gregorio — **Rumos da Lavoura no Estado do Espírito Santo e Culturas Tropicais na Bahia,** Bahia ,1942.
30. BRUNO, Ernani da Silva — **A Marinha do Sul e o Vale do Ribeira,** in jornal "Folha da Manhã", São Paulo, 9, 16, 23 e 30-VI-1957 e 14-VII-1957.
31. BUCHELE JÚNIOR, Carlos — **A Bacia do Itajaí,** in "Boletim Geográfico", D.E.G.C., Ano 3, n.º 5, Florianópolis, janeiro de 1949, pág. 41 e segs.
32. BURTON, Francis — **Uma Excursão de Santos a Cananéia, Iporanga, Xiririca e Iguape,** in "Revista Comercial de Santos", 1886, citado por KRUG, Edmundo — **A Ribeira de Iguape,** 1938.
33. CALDEIRA, Clovis — **Mutirão,** Formas de ajuda mútua no meio rural, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956.
34. CAMARGO, Angelo Paes de — **A Seringueira em São Paulo e o Mal das Folhas,** in Suplemento Agrícola do jornal "O Estado de São Paulo", São Paulo, 30 de março 1960.
35. CAMARGO, José Francisco de — **Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos** (Ensaio sôbre as relações entre a Demografia e a Economia), 3 Volumes, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.º 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas n.º 1, São Paulo, 1952.
36. CANABRAVA, Alice P. — **Primeiras notas para um estudo acêrca dos bairros no Estado de São Paulo,** in "Anais do Congresso Brasileiro de Geografia", Vol. III, Rio de Janeiro, 1944.

37. CARVALHO, M. C. Vicente de — **Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista,** inédito, Bibliotéca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1944.
38. **Colônia Santa Maria,** Folheto de Propaganda — 1933.
39. **Colônia Santa Maria, Informationen uber Cananeia,** in jornal "Deutsche Zeitung", São Paulo, 24 de dezembro 1926.
40. COMISSÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA — **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo,** Typografia King, São Paulo, 1888.
41. COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA — **Exploração do Litoral: 2.º Secção — Cidade de Santos à fronteira do Estado do Paraná,** São Paulo, 1920
42. COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA — **Exploração do Ribeira de Iguape,** 2a. edição, São Paulo, 1914.
43. CORRÊA, M. Pio — **Município de Iguape, Estudo Científico,** in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", Vol. XI (1906), São Paulo, 1907, págs. 117 a 154.
44. CRISSIUMA, Eddy de F. — **Concentração japonêsa em São Paulo,** in "Geografia", Ano I, n.º 1, São Paulo, 1935, págs. 110 a 114.
45. CUNHA, João Ferreira da (e) AZZI, Reinaldo — **Relatório sôbre o vale do Ribeira de Iguape,** in "Diário Oficial do Estado de São Paulo", 16 de junho de 1949.
46. DEFFONTAINES, Pierre — **Como se constituiu no Brasil a rêde das cidades,** in "Boletim Geográfico", Ano II, maio de 1944, n.º 14 e junho de 1944, n.º 15, Rio de Janeiro.
47. DEFFONTAINES, Pierre — **Investigações sôbre os Tipos de Povoamento no Estado de São Paulo,** in "Boletim Geográfico", Ano V, n.º 51, Rio de Janeiro, junho de 1947, págs. 249 a 252 (Tradução de "Bulletin de l'Association de Géographes Français", n.º 87, abril, 1935).
48. DEFFONTAINES, Pierre — **Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo**. Primeiro esboço de divisão regional, in "Geografia", Ano I, n.º 2, São Paulo, 1935, págs. 117 a 169.
49. DENIS, Pierre — **O Brasil no Século XX,** Versão Portuguêsa, Lisboa, s.d.
50. DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO — Secção de Informações — **Dados para a História da Imigração e da Colonização em São Paulo,** São Paulo, 1916.
51. **Descrição primeira, em a qual se tractam os casos memoráveis acontecidos nesta Villa de Cananéia, desde sua criação até 31 de Dezembro de 1787,** in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Tomo XLV, pág. 77.

52. EGAS, Eugenio — **Os Municípios Paulistas**, 2 Volumes, Secção de Obras do "O Estado de São Paulo", São Paulo, 1925.
53. ESCRITÓRIO DA COLÔNIA SANTA MARIA — **Resposta retificando afirmação do Pastor Reichhart**, in jornal "Deutsche Zeitung", São Paulo, 31 de outubro de 1931.
54. FERNANDES, Florestan — **Aspectos do Povoamento de São Paulo no Século XVI**. Publicações do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, n.º 24, São Paulo, maio de 1948.
55. FOLHA DA MANHÃ — **O Valo Grande aumenta o perigo de Iguape ser tragada pelo Atlântico**, 1959.
56. FRANÇA, Ary — A Ilha de São Sebastião, Estudo de Geografia Humana. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n.º 178, Geografia n.º 10, São Paulo, 1954.
57. FREITAS, Affonso A. de — **Geografia do Estado de São Paulo**, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1906.
58. GEIGER, Pedro Pinchas — **Exemplos de hierarquia de cidades no Brasil**, in "Boletim Carioca de Geografia", Ano X, n.º 3 e 4, Rio de Janeiro, 1957, págs. 5 a 15.
59. GODOY, Joaquim Floriano de — **A Província de São Paulo**, trabalho estatístico, histórico e noticioso, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1875.
60. GOLDMAN, Frank — **Americanos em São Paulo**, in jornal "Folha da Manhã", São Paulo, 28-X-1956; 4, 11, 18 e 25-XI-1956; 2, 9, 16, 23 e 30-XII-1956; 6, 13, 20 e 27-I-1957; 3, 10 e 17-II-1957.
61. GOLDMAN, Frank — **Uma tentativa de colonização no litoral sul de São Paulo por imigrantes oriundos do sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil**, in "Revista de História", Ano VIII, n.º 29, janeiro-março, São Paulo, 1957, págs. 3 a 20.
62. GOLDMAN, Frank — **Uma tentativa de colonização no litoral sul de São Paulo por imigrantes oriundos do sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Rio Claro, 1960.
63. GROSSI, Vincenzo — **Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di San Paolo**, Officina Poligrafica Italiana, Roma, 1905.
64. GUERRA, Antônio Teixeira — **Notas sôbre o Palmito em Iguape e Cananéia**, in "Revista Brasileira de Geografia", Ano XIX, julho-setembro de 1957, Rio de Janeiro, pág. 345.
65. HILL, Lawrence Francis — **The Confederate exodus to Latin America**. Austin, 1936; publicado, também, in "Southwestern Historical Quarterly", Vol. XXXIX, Austin, Texas, 1935-1936.

66. HOEHNE, F. C. — **A Bacia do Rio Ribeira de Iguape, sua Flora e Expectativa Agrícola,** Relatório Anual do Instituto de Botânica (1944), São Paulo, 1945.

67. HOLANDA, Sérgio Buarque de — **Caminhos e Fronteiras,** Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1957.

67. I.B.G.E. — **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,** Rio de Janeiro, Vols. XXVIII e XXIX, 1957 e XXX, 1958.

69. I.B.G.E. — **Recenseamento Geral do Brasil (1.º de setembro de 1940),** Série Regional, Parte XVII, **São Paulo,** Tomo 2, Censo Demográfico, População, Rio de Janeiro, 1950.

70. I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — Serviço Nacional de Recenseamento — **VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950,** Série Regional, Vol. XXV, Tomo 1, **Estado de São Paulo,** Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 1954.

71. I.B.G.E. — **VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950,** Série Regional, Vol. XXV, Tomo 2, **Estado de São Paulo,** Censo Agrícola, Rio de Janeiro, 1955.

72. I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — Serviço Nacional de Recenseamento — **VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950,** Série Regional, Vol. XXV, Tomo 3, **Estado de São Paulo,** Censos Industrial, comercial e dos Serviços, Rio de Janeiro, 1955.

73. I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — **Sinópse Estatística do Município de Cananéia,** Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, 1948.

74. I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — **Sinópse Estatística do Município de Iguape,** Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1948.

75. I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — **Sinópse Estatística do Município de Jacupiranga,** Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, 1948.

76. JARDIM, Caio — **A Capitânia de São Paulo (Sob o Govêrno de Morgado de Mateus, 1765-75),** in "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", Ano V, Vol. LIII, dezembro 1938 a janeiro 1939, São Paulo, págs. 5 a 82.

77. KELLER, Elza Coelho de Souza — **Estado atual dos conhecimentos sôbre "habitat" rural no Brasil,** in "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", Vol. X (Tomo I, 1955-56), São Paulo, 1958.

78. KELLER, Elza Coelho de Souza — **Notas sôbre a evolução da população do Estado de São Paulo de 1920 a 1950,** in "Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante", Simpósio organizado pelo

Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1954, págs. 209 a 236.

79. **Kolonie Santa Maria,** artigos in jornal "Deutsche Zeitung", São Paulo, anos de 1926 a 1933.

80. KRONE, Ricardo — **Informações etnográficas do vale do rio Ribeira de Iguape,** in "Exploração do Rio Ribeira de Iguape", Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 2a. edição, São Paulo, 1914, pág. 23 e segus.

81. KRUG, Edmundo — **A Ribeira de Iguape,** separata do "Boletim de Agricultura", Série 39.º, 1938, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1939.

82. KRUG, Edmundo — **Xiririca, Ivaporundiba e Iporanga,** in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", vol. XVIII, 1912, 2a. edição, São Paulo, 1942, págs. 257 a 291.

83. KUNDT, Ernst — **Das Ribeiratal und die Kolonie Pariquéra-Assú im Staate São Paulo,** in "Sued-u. Mittel-Amerika", Halbmenatsschrift fur das Deutschtum und die deutschen Interessen in Sued-und Mittel-Amerika und Mexico, 5.º ano, n.º 6, Berlin, 29 março de 1912, págs. 88 a 91.

84. LAÉRNE, C. F. Van Delden — **Le Brésil et Java,** rapport sur la culture du café en Amérique, Asie et Afrique, Martinus Nijhoff, La Haye, 1885.

85. LÉONARD, Émile-G. — **O Protestantismo Brasileiro**. Estudo de Eclesiologia e de História Social, in "Revista de História", Ano II, n.º 5, 6, 7 e 8, 1951 e ano III, n.º 9, 10, 11 e 12, 1952, São Paulo.

86. MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo — **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo,** seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação de São Vicente até o ano de 1876, 2 Tomos, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1952.

87. MEDEIROS, Narciso de, CUNHA, João Ferreira da (e) AZZI Reinaldo — **O Vale do Ribeira de Iguape,** in "Boletim Geográfico", Ano VIII, n.º 85, Rio de Janeiro, abril de 1950, págs. 8 a 55; transcrito do "Boletim de Agricultura", Série 49.º, Ano de 1948, n.º único, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1949.

88. MELLO, Astrogildo Rodrigues de — **Imigração e Colonização,** in "Geografia", Ano I, n.º 4, São Paulo, 1935, págs. 25 a 49.

89. **"Mitteilungsblatt der Deutschen-Evangelischen Gemeinde zu Santos",** 4.º ano, n.º 2, agôsto de 1930; 5. ano, n. 4, novembro de

1931; 5. ano, n. 11 e 12, junho de 1932; 6. ano, n. 12, junho de 1933; 11. ano, n. 3 e 4, setembro-outubro de 1937.

90. MILLIET, Sérgio — **O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo,** (Comunicação feita à Sociedade de Sociologia de São Paulo em 20-IV-1939), in "Roteiro de Café e outros ensaios", 3a. edição, Coleção Departamento de Cultura, Vol. XXV, São Paulo, 1941, págs. 75 a 116; transcrito in "Boletim Geográfico", Ano IX, n.º 97, Rio de Janeiro, abril de 1951, págs. 11 a 29.

91. MILLIET, Sérgio — **Roteiro do Café,** in "Roteiro do Café e outros ensaios", 3a. edição, Coleção Departamento de Cultura, Vol. XXV, São Paulo, 1941, págs. 7 a 70.

92. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Diretoria Geral de Estatística — **Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920,** vol. III (1. parte), **Agricultura,** Rio de Janeiro, 1923.

93. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Diretoria Geral de Estatística — **Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920,** vol. III (3a. parte),**Agricultura,** Rio de Janeiro, 1927.

94. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Diretoria Geral de Estatística — **Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920,** vol. IV (2a. parte), Tomo II, **População,** Rio de Janeiro, 1928.

95. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Diretoria Geral de Estatística — **Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920,** vol. III (2a. parte), **Agricultura,** Rio de Janeiro, 1925.

96. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — **Serviço de Povoamento em 1911,** Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Pedro de Toledo pelo Eng. Silvino Vicente de Faria, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1913.

97. MONBEIG, Pierre — **A Divisão Regional do Estado de São Paulo,** Relatório apresentado à Assembléia Geral da A.G.B., reunida em Lorena, em nome da Secção Regional de São Paulo, in "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", Vol. I (1945-46), São Paulo, 1949, págs. 19 a 36.

98. MONBEIG, Pierre — **Os problemas da Divisão Regional de São Paulo, in "Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante",** Simpósio organizado pelo Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1954, págs. 181 a 207.

99. MONBEIG, Pierre — **São Paulo, Os Problemas de uma Região Tropical,** in jornal "O Estado de São Paulo", 17 e 23-VII-1949 e 2-VIII-1949, São Paulo.

100. MORAES, Diogo de — **A Zona da Ribeira,** in "Revista de Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", Vol. XV, 1910, São Paulo, 1912, págs. 25 a 36.

101. MORAES, Rubens Borba de — **Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do Século XVIII,** in "Geografia", Ano I, n.º 1, São Paulo, 1935, págs. 69 a 87.

102. MOREIRA, Albertino G. — **Iguape e outras cidades mortas...,** in "Revista do Arquivo Municipal", Ano IX, Vol. XCIII, São Paulo, outubro-novembro-dezembro de 1948, págs. 61 a 73.

103. MULLER, D. P. — **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo,** ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837, São Paulo, 1838, Reedição literal, São Paulo, 1923.

104. MULLER, N. L. — **Sitios e Sitiantes no Estado de São Paulo,** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim 132, Geografia n.º 7, São Paulo, 1951.

105. MULLER, Nice Lecocq — **Uma vile do litoral paulista: Icapara,** in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 1, São Paulo, 1949, págs. 22 a 30.

106. NETTO, A. R. — **A Rodovia do Extremo Sul,** in jornal "O Estado de São Paulo", junho-julho-agôsto de 1940, 15 artigos.

107. "O Estado de São Paulo", jornal, 4 de março de 1960.

108. OLIVEIRA, Machado d' — **Geografia da Província de São Paulo,** São Paulo, 1862.

109. PAPY, L. — **Em marge de l'Empire du Café, la façade atlantique de São Paulo,** in "Les Cahiers d'Outre-Mer, n.º 20, 5a année, Bordeaux, outobre-décembre 1952, págs. 357 a 398.

110. PETRONE, Pasquale — **Aspectos Geográficos e Problemas da Região de Corumbataí,** in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 11, São Paulo, julho de 1952, págs. 3 a 32.

111. PETRONE, Pasquale — **A Região de São Luiz de Paraitinga.** Estudo de Geografia Humana. in "Revista Brasileira de Geografia", Ano XXI, n.º 3, Rio de Janeiro, Julho-setembro de 1959.

112. PETRONE, Pasquale — **A Zona Colonial antiga do Espírito Santo,** relatório inédito.

113. PETRONE, Pasquale — **Notas sôbre o fenômeno urbano no Brasil,** trabalho apresentado ao Simpósio sôbre o Problema das Metrópoles, realizado na XIV Assembléia Geral da A.G.B. em Viçosa, Minas Gerais, julho de 1959, inédito, págs. 3 e 4.

114. PETRONE, Pasquale — **O Homem Paulista**, in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 23, São Paulo, julho de 1956, págs. 39 a 77.
115. PINTO, Adolpho Augusto — **História da Viação Pública de São Paulo**, Tipografia e papelaria de Venerden & Cia., São Paulo, 1903.
116. PINTO, Alfredo Moreira — **A Província de São Paulo**, 2 volumes, São Paulo, 1884.
117. PISANI, Salvatore — **Lo Stato di San Paolo nel Cinquentanario dell'Immigrazione**, San Paolo, 1937.
118. PIZA, Marcello — **Os Municípios do Estado de São Paulo**, Informações Interessantes, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Serviço de Publicações, São Paulo, 1924.
119. PRADO JÚNIOR, Caio — **Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo**, in "Geografia", Ano I, n.º 1, São Paulo, 1935, págs. 52 a 68; transcrito in "Boletim Geográfico", Ano III, n.º 29, Rio de Janeiro, agôsto de 1945, págs. 692 a 700.
120. QUEIROZ, Victorino Seixas (e) ARANTES JÚNIOR, Lourenço — **Os Municípios do Estado de São Paulo**, Informações interessantes, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1933.
121. RAMOS, Mario Barroso — **Borracha**, São Paulo, s.d.
122. REGO, Luiz Flores de Moraes — **Considerações preliminares sôbre a gênesis e a distribuição dos solos do Estado de São Paulo**, in "Geografia", Ano I, n.º 1, São Paulo, 1935, págs. 10 a 48; transcrito in "Boletim Geográfico", Ano III, n.º 27, Rio de Janeiro, junho de 1945, págs. 351 a 369.
123. REICHHART, Pastor — **Resposta à retificação do Escritório da Colônia Santa Maria**, in jornal "Deutsche Zeitung", São Paulo, 4-XI-1931.
124. REICHHART, Pastor — **Colonos Alemães na região litorânea ao sul do Estado de São Paulo**, Relatório, manuscrito inédito.
125. RODRIGUES FILHO, Agostinho — **Bandeirantes do Oriente**, Drama íntimo dos japonêses no Brasil, São Paulo, 1949.
126. RODRIGUES, Jorge Martins — **Evolução da propriedade rural em São Paulo**, in "O Observador Econômico e Financeiro", Ano XVI, n.º 189, outubro, Rio de Janeiro, 1951, págs. 50 a 56.
127. RIOS, José Artur — **A Imigração de confederados norteamericanos no Brasil**, in "Boletim Geográfico", Ano VII, n.º 81, Rio de Janeiro, dezembro de 1949, págs. 942 a 956; transcrito de "Revista de Imigração e Colonização", Ano IX, n.º 3 e 4, 1948.

128. SADOWSKY, V. — **Novas contribuições ao estudo da entrada da Barra de Cananéia,** separata do "Boletim de Instituto Oceanográfico", Tomo V, Fasc. 1 e 2, São Paulo, 1954.

129. SANTOS, Milton — **Zona do Cacau,** introdução ao estudo geográfico, Bahia, 1955.

130. SCHADEN, Egon — **Os primitivos habitantes do território paulista, in Revista de História**", Ano V, n.º 18, abril-junho, São Paulo, 1954, págs. 385 a 406.

131. SCHIMIDT, Carlos Borges — **Lavoura Caiçara, Documentário da** Vida Rural, n.º 14, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1958.

132. SCHIMIDT, Carlos Borges — **Paisagens Rurais,** separata do "Boletim de Agricultura", n.º único, 1942, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1944.

133. SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, Comércio de Obras Públicas, São Paulo — **Relatório de 1896,** apresentado ao Sr. Manoel Ferraz de Campos Salles, presidente do Estado, pelo Dr. Alvaro Augusto da Costa Carvâlho, Secretário, São Paulo, 1897.

134. SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, Comércio de Obras Públicas, São Paulo — Relatório de 1897, apresentado ao Dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide, vice-presidente do Estado, pelo Dr. Firmiano M. Pinto, São Paulo, 1898.

135. SETZER, José — **Contribuição para o estudo do Clima do Estado de São Paulo,** separata atualizada do Boletim "D.E.R.", Vols. IX a XI, outubro de 1943 e outubro de 1945, São Paulo, 1946.

136. SETZER, José — **Os solos dos grupos 19 a 22,** do "Boletim de Agricultura", n.º único, 1945, São Paulo, 1949.

137. SETZER, José — **Os solos de grupo 21,** do "Boletim de Agricultura", n.º único, 1947, São Paulo, 1949.

138. SILVA, José Bonifacio de Andrada (e) ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de — **Viagem mineralógica na Província de São Paulo,** in FERREIRA, Francisco Ignácio — **Dicionário das Minas do Brasil,** págs. 341 a 364, Rio de Janeiro, 1885; transcrito in "Boletim Paulista de Geografia", n.º 16 e 17, São Paulo, março a julho de 1954.

139. SILVA, Zedar Perfeito da — **O Vale do Itajaí,** Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1954.

140. SILVEIRA, João Dias da — **Baixadas Litorâneas Quentes e Úmidas,** Tese de Concurso à Cadeira de Geografia Física da

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1950.

141. SIMÃO, Aziz (e) GOLDMAN, Frank — **Itanhaém, Estudo sôbre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea,** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n.º 226, Sociologia II, n.º 1, São Paulo, 1958.

142. SODRÉ, Nelson Werneck — **Geografia das Comunicações Paulistas** (II — **A Baixada;** III — **O Litoral;** VIII — **Centros Urbanos**) respectivamente in "Digesto Econômico", Ano III, n.º 34 e 35, São Paulo, setembro de 1947, págs. 81 a 85, outubro de 1947, págs. 88 a 92 e Ano IV, n.º 38, São Paulo, janeiro de 1948, págs. 111 a 114.

143. SODRÉ, Nelson Werneck — **O Litoral Paulista** (Estudo de Região), in "O Observador Econômico e Financeiro", Ano XVI, n.º 184, págs. 36 a 47 e n.º 185, págs. 56 a 66, Rio de Janeiro, 1951.

144. SOMMER, Friedrich — **Die Deutschen in S. Paulo,** manuscrito inédito (Bibliotéca do Instituto Hans Staden), 3 Volumes, São Paulo, 1945.

145. STUTZER, Gustav — **Das Flussgebiet der Ribeira de Iguape,** in Suedem des Staates San Paulo (Brasiliem), Dritte Auflage, Verlag von Withelm Suesseret, Berlim, 1912.

146. TAUNAY, Afonso de E. — **O comércio terrestre e fluvial da Capitania de São Paulo em 1801,** (Documentos Inéditos do Arquivo Nacional), in "Digesto Econômico", Ano V, n.º 56, São Paulo, julho de 1949, págs. 121 a 127.

147. TELLES, J. Queiroz (e) TESTA, J. — **Lavoura de São Paulo,** Publicação anual de estatística geral e agrícola dos "Municípios do Estado", São Paulo, 1937.

148. WAGEMANN, Ernst — **A Colonização Alemã no Espírito Santo,** in "Boletim Geográfico", n.º 68, 69 e 70, Rio de Janeiro, 1948-1949.

149. WAIBEL, Leo — **Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil,** in Capitulos de Geografia Tropical e do Brasil", Rio de Janeiro, 1958, pág. 205 e segus.

150. YOUNG, Ernesto Guilherme — **História de Iguape,** in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", Vol. VIII (1903), São Paulo, 1904, págs. 222 a 375.

151. YOUNG, Ernesto Guilherme — **Subsidio para a História de Iguape,** in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", Vol. VII (1902), São Paulo, 1903, págs. 286 a 298.

CARTOGRAFIA CONSULTADA E UTILIZADA

1. **Carta da Divisão Administrativa e Judiciária do Estado de São Paulo,** Compilada e desenhada pelo Instituto Geográfico e Geológico, 1954, Escala = 1:1.000.000
2. **Carta Geológica do Estado de São Paulo (Brasil),** organizada pelo Instituto Geográfico e Geológico, 1947, Escala = 1:1.000.000
3. **Carta Geral do Serviço Auxiliar de Transporte Rodoviário da Estrada de Ferro Sorocabana.** Sem data e sem escala
4. **Cartograma da Divisão Administrativa do Estado de São Paulo,** Conselho Nacional de Geografia, I.B.G.E., outubro de 1945, Sem escala
5. **Cartograma do Estado de São Paulo,** Lei n.º 5 285, de 18/II/1959, Instituto Geográfico, 1959, Escala = 1:1.000.000
6. **Croquís da Rêde Rodoviária do Valle do Ribeira,** D.E.R., 1946, Escala = 1:250.000
7. **Estado de São Paulo (Brasil) — Divisão Administrativa e Judiciária,** de acôrdo com a Lei n 233 de 24 de dezembro de 1948, Diretório Regional de Geografia no Estado de São Paulo, 1950 Escala = 1:2.000.000
8. **Folha Topográfica de Iguape** Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo (levantamentos executads até 1945), edição provisória, 1947, Escala = 1.100.000
9. **Folha Topográfica de Iguape,** Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, 1954, Escala = 1:250.000
10. **Mapa Pluviométrico,** Precipitação média 1938-1942, São Paulo — Brasil, Serviço de Hidrografa do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 1943, Escala =1:1.500.000
11. **Mapa da Rêde Rodoviária Existente e do Plano de Ampliação e Melhoramentos,** organizado pelo Departamento

de Estradas de Rodagem da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1949, Escala = 1 cm. = 30 km.

12. **Mappa Agricola dello Stato di San Paolo (Brasile),** indicando le vie di comunicazzione, organizzata dalla III.° Sezione del Ministero d'Agricoltura, 1902, Scala = ... 1:2.000.000
13. **Mappa da Colônia Agrícola "Santa Maria"**, Cananéia, Estado de São Paulo, s.d., Escala = 1:10.000
14. **Mappa de uma parte do Valle da Ribeira de Iguape,** Estatado de São Paulo, Levantado pelo Engenheiro de Minas Henrique E. Bauer, s.d., Escala = 1:200.000
15. **Mappa do Littoral Paulista entre Santos e Cananéia,** organizado pelos Engs. Jaescke e Soukup, cópia heliografada de 1949, original de 1930, Escala = 1:200.000
16. **Município de Cananéia,** Mapa organizado pelo Instituto Geográfico e Geológico, 1946, Escala = 1:1.00.000
17. **Núcleo Colonial de Pariquéra-Açú,** 1896, Escala = 1.30.000
18. **Planta das Colônias Japonêsas na Zona do Rio Ribeira de Iguape,** s.d., Escala = 1:50.000
19. **Planta Geral das Posses da Gleba B. Zona IV e Momuna,** situadas no 1.° Perímetro de Iguape, Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado de São Paulo, 1938, Escala = 1:10.000
20. **Planta Geral do Estado de São Paulo,** 1897, Escala = 1:200.000
21. **Serrana de Mineração S. A.,** Jacupiranga, Pierre H. Giesweiller, 2 de junho de 1954, Escala = 1:1.000
22. Serviços de Discriminação nas Comarcas de Iguape, Xiririca e Cananéia, 1.° e 4.° Perimetro da Comarca de Iguape, Diretoria de Terras e Colonização do Estado de São Paulo, 1934, Escala = 1:50.000
23. Serviço de Reconhecimento e Ante-Projeto Aerofotográfico: **Estradas Jacupiranga-Cananéia e Itapitanguí-Divisas (Guaraqueçaba).** D.E.R., 1951, Escala = 1:100.000

GRAVURAS

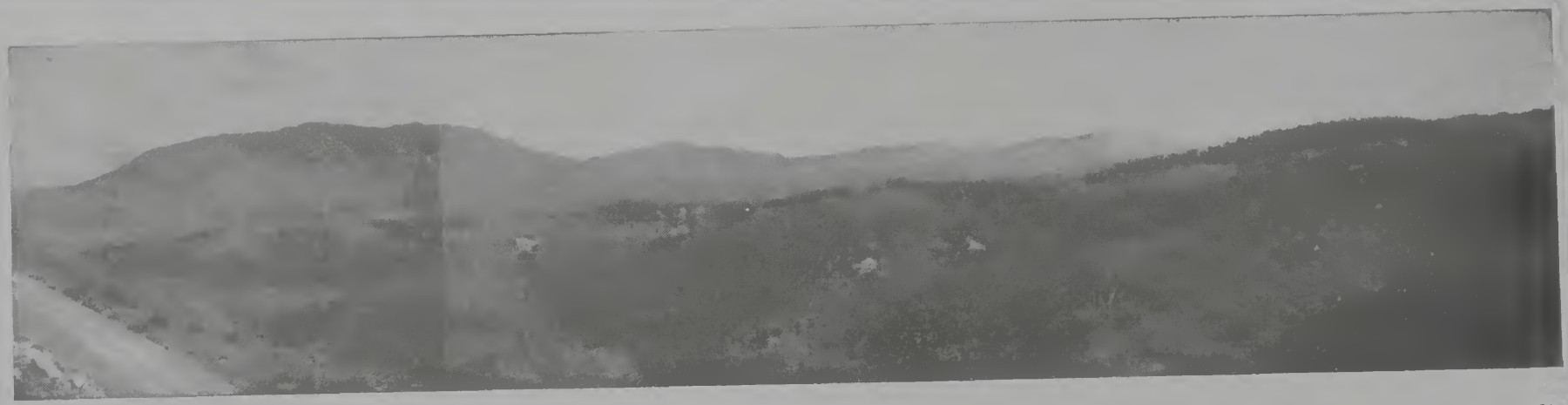


Foto n.º 1 — Da elevação onde se encontram as minas de apatita da Serrana, a céu aberto, descortina-se uma parte considerável do alto vale do rio Jacupiranga, dominado pela silhueta do morro do Guaraú, à esquerda. Não é difícil perceber a relativamente intensa devastação do revestimento vegetal, paradoxalmente em área escassamente povoada. Os sistemas de utilização do solo, baseados na agricultura itinerante, contribuem para explicar o aparente paradóxo.

Foto n.º 2 — Propriedade de colono italiano situada na estrada de Pariquéra-Açú para Iguape. A habitação revela um padrão de vida superior ao das populações capuavas, "ribeirinhas" ou de beira-mar. O fato não significa, entretanto, que as condições de vida dos colonos sejam satisfatórias

Foto n.º 3 — Estrada que de Itapitanguy leva em direção à antiga Colônia Santa Maria (município de Cananéia). A ponte foi danificada por uma cheia do ribeirão. A estrada encontra-se pràticamente abandonada.

Foto n.º 4 — Nipo-brasileiros do bairro do Pouso Alto, no municipio de Jacupiranga. Os colonos japonêses foram os primeiros povoadores que conseguiram organizar, na retro-terra da Baixada do Ribeira, quadros econômicos de utilização do solo em bases comerciais.

Foto n.º 5 — O agricultor residente na propriedade fotografada acima, oriundo de Pernambuco, viveu alguns anos na área de Presidente Prudente, trabalhando em propriedades algodoeiras. Adquirindo terras em Eldorado, persiste na cultura do algodão, já tentada outras vêzes na Baixada sem nenhum resultado satisfatório.

Foto n.º 6 — O arroz continúa sendo uma das principais lavouras da Baixada do Ribeira. O que nos mostra a fotografia é um arrozal da área de Itapeúna, circundado por touceiras de bananeiras.

Foto n.º 7 — O chá prefere zonas de colinas e terraços, em certos casos podendo ser encontrado em morros com vertentes íngremes. Nos arredóres de Registro o chá é a única lauvoura que domina as paisagens quasi com a mesma intensidade com que os cafezais caracterizam certas áreas do planalto.

Foto n.º 8 — O beneficiamento do chá compreende várias operações, entre as quais a de fermentação, depois do produto ter sido secado e triturado. A fermentação processa-se em "pás" como as que se observam na fotografia.

Foto n.º 9 — Um dos elementos indicadores da fase de revitalização que a Baixada do Ribeira está conhecendo é o interêsse que suas terras têm despertado entre pessoas das mais variadas procedências. Um bom exemplo é o de uma família italiana que, depois de ter estado na Etiopia, e de ter feito um estágio em Mato Grosso, instalou-se, adquirindo terras, no bairro de Pouso Alto, municipio de Jacupiranga. A estatura do casal dá uma idéia do porte dos caféeiros (mundo nôvo).

Foto n.º 10 — Na zona de Sete Barras, ao longo do rio Ribeira de Iguape, de dez anos para cá as várzeas, anteriormente utilizadas com arrozais e pastagens, passaram a abrigar quasi exclusivmente bananais. A principal peculiaridade dos referidos bananais está no fato de, na sua maioria, pertencerem a pequenos proprietários. As habitações, que antes se destacavam no meio dos campos de arroz ou das pastagens, agora encontram-se envolvidas pelas plantações, sòmente sobressaindo quando se encontram junto à estrada ou à beira-rio.

Foto n.º 11 — Enquanto na área de Sete Barras ou de Iguape predominam os bananais de várzea, nos arredóres de Juquiá são freqüentes, também, aquêles que ocupam áreas de morros. Um bananal como o que se vê acima não apresenta rendimentos necessàriamente mais baixos que os de várzea.

Foto n.º 12 — Bananal em formação na zona de Sete Barras Trata-se de cultura em várzea que anteriormente fôra utilizada com lavouras de arroz.

Foto n.º 13 — Viveiro de seringueira (campo de cooperação) na zona de Eldorado. As plantas acima ainda deverão sofrer enxertía para, em seguida, serem transplantadas definitivamente.

Foto n.º 14 — Seringal nôvo — Zona de Eldorado. Os seringáis da região da Ribeira estão sendo formados em áreas onde as condições topográficas, pedológicas e de umidade são, em suas grandes linhas, as mesmas solicitadas por produtos como o cacáu ou o café.

Foto n.º 15 — Propriedade de um agricultor italiano no bairro de Pouso Alto, município de Jacupiranga. De um lado temos um cafezal com três anos; do outro lado, à esquerda, um viveiro de seringueira, em campo de cooperação. Note-se a habitação, fugindo aos padrões comuns da região.

Foto n. 16 — Seringueira recém-enxertada. Percebe-se a presença do kudzú, leguminosa que, além de contribuir para a adubação do solo, proteje-o da erosão e elimina as hervas daninhas.

Foto n.º 17 — Os arredóres de Registro constituem uma das partes mais densamente cultivadas de tôda a Baixada do Ribeira. Enquanto para o sul e sudoeste do referido centro dominam quasi soberanas as lavouras de chá, para o norte estas encontram-se contiguamente a lavouras de banana, além das de café e lauvouras anuais.

Foto n.º 18 — Derrubada e roça recente entre um bananal, no sopé, e um cafezal, no tôpo de colina. Os troncos disseminados pelo terreno revelam o porte da mancha de mata, secundária, que foi objeto de derrubada. A fotografia foi obtida a uma dezena de quilômetros ao norte de Registro.

Foto n.º 19 — A Baixada do Ribeira é uma área tradicionalmente pobre no setor da criação de gado. A presença da mata, os terrenos encharcados — brejos na retro-terra e mangues no litoral —, as condições climáticas e, principalmente, a ausência de mercados, determinaram a pobreza de rebanhos. Constitue uma exceção a área de Sete Barras onde, apesar da recente penetração dos bananais nas várzeas, as pastagens em alguns casos ainda chegam até as margens do Ribeira.

Foto n.º 20 — A colheita do chá, na área de Registro verificada entre setembro e maio, é atividade a que se dedicam especialmente as mulheres. Isso permite contar com mão-de-obra relativamente barata e, ao mesmo tempo, mais adequada ao tipo de trabalho.

Foto n.º 21 — A presença da Serrana de Mineração no distrito de Cajatí, município de Jacupiranga, constitui um importantíssimo fator de transformação das paisagens culturais tradicionais. Obtida do tôpo da colina onde se encontra a séde da administração, a fotografia mostra-nos a usina de beneficiamento da apatita, a represa, uma parte das plantações de eucaliptus e, ao longe, o morro onde, a céu aberto, extrái-se o minério.

Foto n.º 22 — A fazenda Okamoto, localizada ao sul de Registro, é a única propriedade particular que possue instalações para o beneficiamento do chá em grande escala e que pràticamente utiliza matéria prima obtida em suas próprias plantações. A fotografia mostra a parte principal da Usina de Beneficiamento.

Foto n.º 23 — Itapeúna, localizada junto à margem direita do Ribeira, a oeste de Eldorado, é um exemplo de antigo núcleo alimentado pela presença da capela e pelas relações comerciais que mantém com as áreas contíguas.

Foto n.º 24 — Embora também nas áreas teicultoras, como nas demais, dominam formas de dispersão do "habitat", nas propriedades em que o chá sofre processos de beneficiamento verifica-se uma tendência para a concentração, como pode ser percebido pela fotografia acima. Trata-se de uma propriedade localizada entre Registro e Juquiá.

Foto n.º 25 — Enquanto a quasi totalidade da retro-terra da Baixada do Ribeira permanecia despovoada, as zonas marginais do rio Ribeira, nas vizinhanças da atual Eldorado, na segunda metade do século XVIII já conheciam um processo de povoamento, embora ralo e descontínuo. Em alguns pontos com o tempo definiram-se condições favoráveis ao surgimento de núcleos. E' o que se verificou no decorrer do século XIX com Barra do Batatal, inteiramente abrangida na fotografia. A tôsca balsa, à direita, é reminiscência de uma época em que o núcleo se avantajava da presença de um picadão para o planalto.

Foto n.º 26 — Habitação de uma família de agricultores oriundos de Pernambuco. Arredóres de Itapeúna, município de Eldorado.

Foto n.º 27 — O "capuava" é um tipo humano residual da Baixada, dado que pràticamente foi fruto do povoamento em função da utilização do solo em bases predatórias em áreas de "posses". As transformações recentes dos quadros econômicos regionais não permitem a sobrevivência do tipo, atualmente limitado a zonas serranas menos acessíveis. A fotografia mostra a habitação de um "capuava" da área do Itapitanguy, município de Cananéia, já em área próxima ao litoral.

Foto n.º 28 — As inundações a que estão sujeitas as várzeas do rio Ribeira de Iguape são responsáveis pela presença de casas sôbre estacas, de que é exemplo representativo a que se vê na fotografia. Trata-se de uma casa da zona de Sete Barras. O "porão" formado graças às estacas vê-se utilizado para as mais variadas finalidades, desde abrigar a pequena criação, até servir como depósito de lenha.

Foto n.º 29 — Barra do Azeite que a fotografia apresenta em quasi tôda a sua extensão, é um modesto núcleo localizado, como indica seu nome, junto à confluência do Azeite no rio Jacupiranguinha. Surgido como tantos outros núcleos de beira-rio, em função da presença da venda e das relações com as áreas imediatamente contíguas, recentemente foi escolhido para localização do acampamento de uma das firmas responsáveis pela construção da BR2. Possìvelmente desfrutará de sua posição em relação à referida rodovia, dado que, a partir de Jacupiranga, em direção ao Paraná, são pouquíssimos os núcleos atravessados ou marginados por ela.

Foto n.º 30 — A cidade de Jacupiranga representa bem o caso relativamente comum, na Baixada do Ribeira, de aproveitamento de terraços fluviais para "sitios" urbanos. A fotografia permite que se perceba nitidamente o talude do terraço que constitue o assoalho urbano; no primeiro plano a várzea do rio Jacupiranga.

Foto n.º 31 — Entre os aglomerados da Baixada do Ribeira, geralmente pequenos, Pariquéra-Açú inclue-se entre os mais modestos. Entretanto, soma importantes funções especificamente urbanas àquelas rurais, comuns a todos êles, caracterizando-se por possuir aspecto menos desordenado. Sua principal rua, de que temos um aspecto acima, é tôda pavimentada.

Foto n.º 32 — Centro de uma das mais desenvolvidas áreas da Baixada, e usufruindo de uma interessante posição em face da circulação regional, Registro possue, entre outras funções, a de entreposto e centro de beneficiamento de produtos agrícolas e de pesca. Tais fatos conferem-lhe uma fisionomia que a dintingue dos demais núcleos da região. A rua fotografada, com seus armazens, é bem expressiva.

Foto n.º 33 — A fotografia ao lado foi obtida em um ponto próximo à antiga balsa, na cidade de Registro. Trata-se de um pormenor do talude do terraço em que se encontra uma grande parte do assoalho urbano. A casa pode fornecer uma idéia das proporções da barranca.

Fotos n.º 34 e 35 — Conforme a observação de Carlos Borges Schimidt, "a antiga povoação de Juquiá continúa encarapitada num morróte, à margem direita do rio, olhando enciumada ...

... a parte nova que se vai desenvolvendo, espremida entre os trilhos da Sorocabana e a beira d'água, no outro lado do curso fluvial".

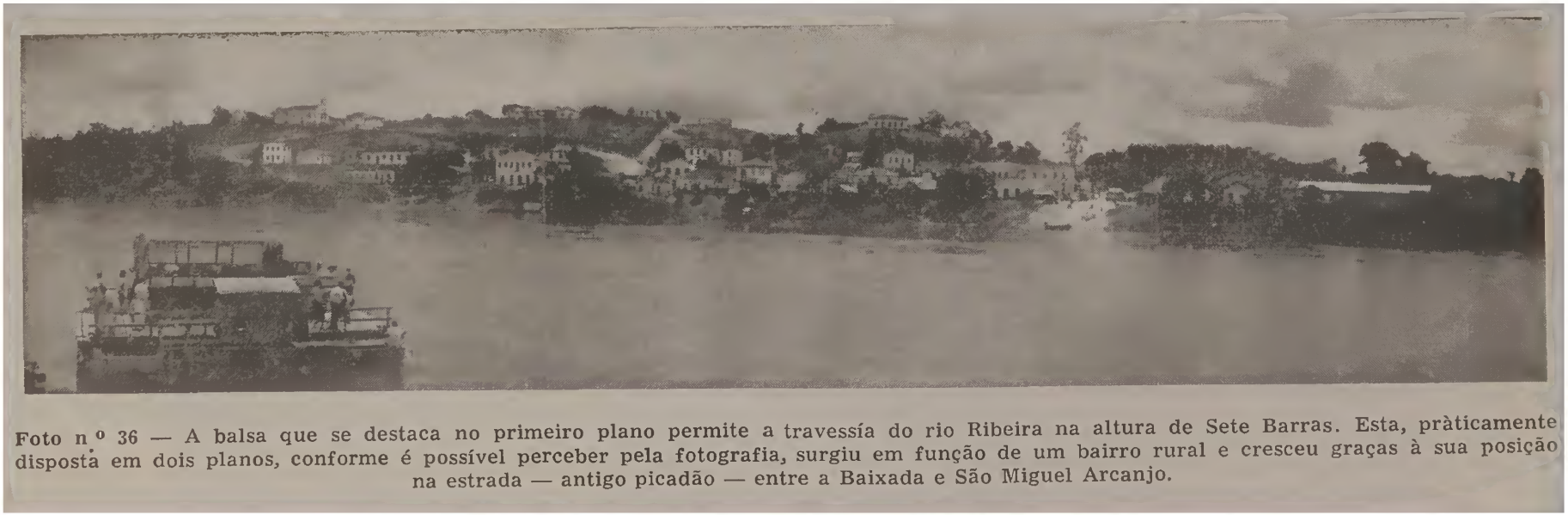


Foto n.º 36 — A balsa que se destaca no primeiro plano permite a travessía do rio Ribeira na altura de Sete Barras. Esta, pràticamente disposta em dois planos, conforme é possível perceber pela fotografia, surgiu em função de um bairro rural e cresceu graças à sua posição na estrada — antigo picadão — entre a Baixada e São Miguel Arcanjo.

Foto n.º 37 — Eldorado Paulista, a antiga Xiririca, embora seja um dos mais antigos núcleos da Baixada do Ribeira e tenha sido o ponto final da navegação a vapôr ao longo do rio, perdeu grande parte de sua vitalidade. Algumas habitações abandonadas testemunham o ocaso de um período mais rico, enquanto que um crescimento espacial recente, ainda timido, revela uma retomada de desenvolvimento possibilitada pela renovação das formas de utilização do solo nas áreas vizinhas. O correr de casas ao longo do rio, em uma cidade que se definiu sôbre terraços fluviais, constitue um elemento indicador da importância que a via fluvial teve no passado.

Foto n.º 38 — Quando, na década de 1940, definiu-se na Baixada um sistema de estradas de rodagem, que viria substituir o fluvial, pràticamente o único até então existente, inaugurou-se uma nova fase na vida econômica regional. Entretanto, se antes os rios constituiam os únicos caminhos, com as estradas passaram a representar os principais obstáculos à circulação. Daí as balsas e problemas decorrentes. As pontes, a primeira em Juquiá, as duas seguintes em Registro e Eldorado, esta última na fotografia, sem se falar em outras menores, trouxeram novas perspectivas para o sistema viário regional.

Foto n.º 39 — Enquanto as cidades de Juquiá, Jacupiranga, Registro e Eldorado foram recentemente beneficiadas com a construção de pontes sôbre os rios em cujas margens se encontram, Iguape e Cananéia ainda dependem para as comunicações com o interior, de serviços de balsa e "ferry boat". A primeira, em virtude da travessía do Vale Grande; a segunda (fotografia), porque localizada em uma ilha, está seperada da retro-terra pelo canal do Cubatão.

Foto n.º 40 — O pôrto de Registro, atualmente servindo principamente a barcaças de banana e a embarcações de pescadores, exprime bem, na sua decadência, o ocaso da navegação fluvial na Baixada do Ribeira.

Foto n.º 41 — Um parte considerável do chá beneficiado, da área de Registro, é destinada à exportação. A fotografia mostra um ângulo das instalações da Cooperativa Agrícola de Cotia, onde é embalado o chá exportado principalmente para Hamburgo.

Foto n.º 42 — Na área de Juquiá o transporte da banana está na dependência do caminhão que leva o produto até a ferrovia, onde é embarcado para Santos e o exterior.

Foto n.º 43 — Quando a banana colhida é destinada ao mercado interno, o produto vê-se transportado, por caminhão, desde o bananal até a praça onde é vendido.

Foto n.º 44 — Embora sem os mesmos estímulos que caracterizam a introdução da lavoura da seringueira na Baixada, os cafezais, em sua maioria Caturra, como o que se vê acima, também contribuem para identificar o processo de renovação econômica da região. O da fotografia, plantado em curvas de nível, é Caturra e tem três anos de idade. A casa, modesta como se vê, pertence a uma pequena "colônia", elemento nôvo e ainda raro nos quadros do "habitat" da região.

Foto n.º 45 — Em uma propriedade a meio caminho entre Jacupiranga e Eldorado depara-se com o aspecto retratado acima, representativo de uma das formas com que se pretende melhor utilizar os solos regionais. Em uma das encostas temos um cafezal, Caturra; na outra encosta temos um seringal nôvo, enquanto que o fundo de vale se vê utilizado por um milharal ou por touceiras de bananeiras.

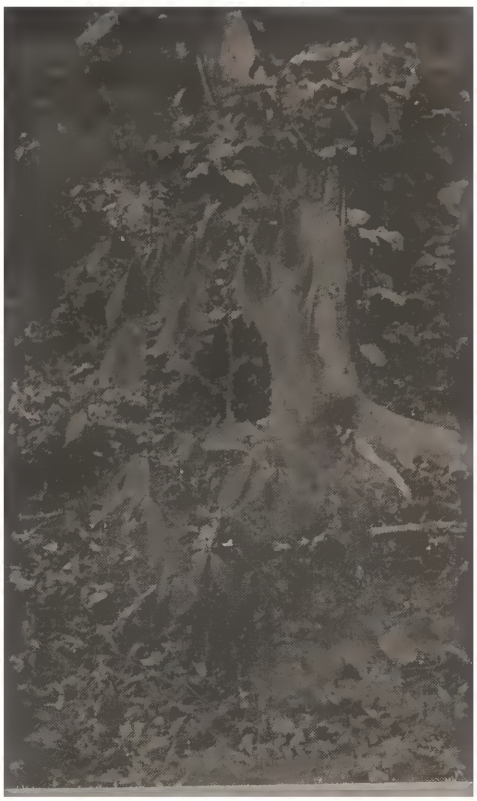
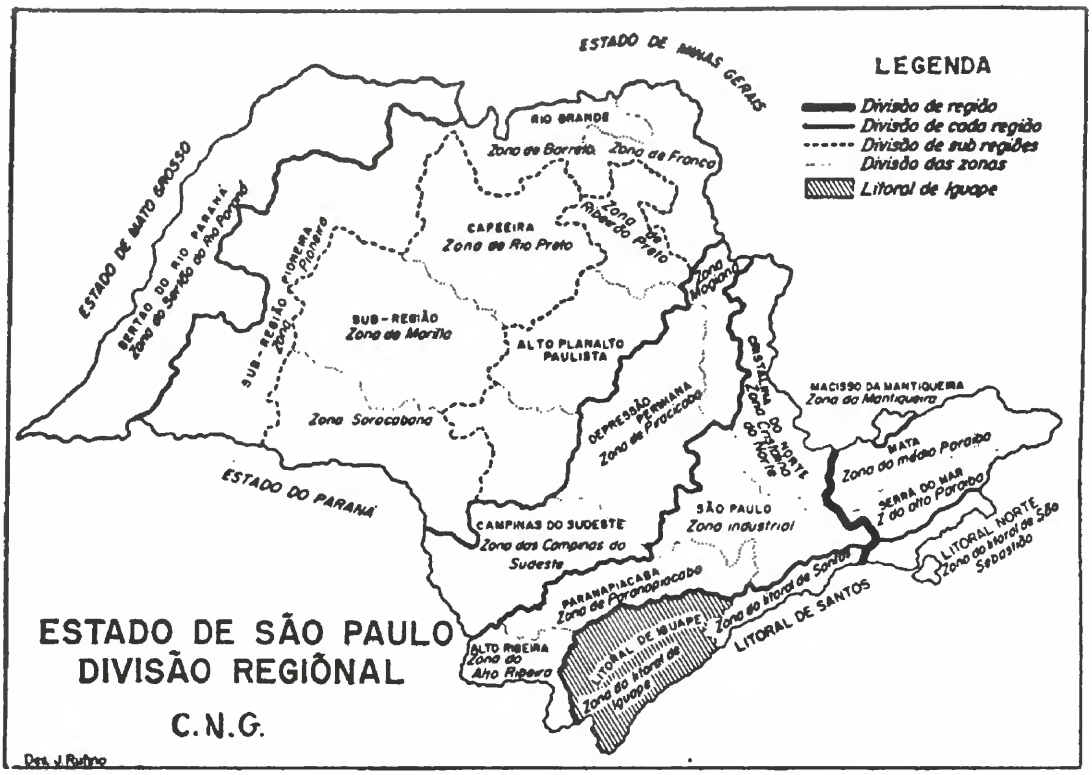


Foto n.º 46 — Seringueira nova em terreno que sofreu derrubada recente, na área de Eldorado. Os seringáis constituem um dos mais promissores recursos com que conta a Baixada do Ribeira no processo de revitalização econômica que está conhecendo.

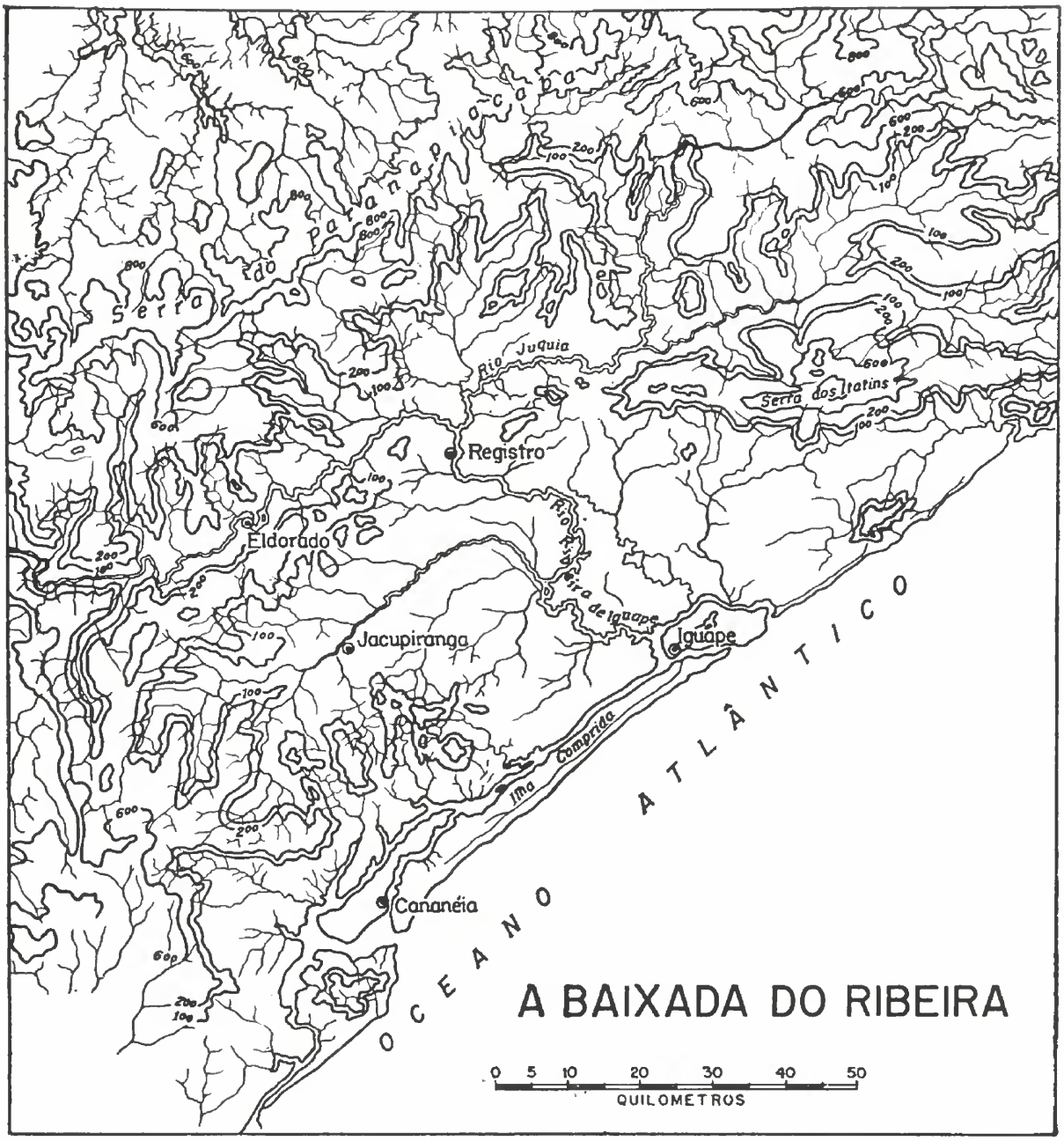
Foto n. 47 — As possibilidades representadas pelos "campos de cooperação" ou pelos novos seringáis de Eldorado, Jacupiranga, Registro ou Iguape, tornam-se probabilidades mais concretas nos primeiros seringáis em produção da zona de Juquiá. Se o mal das fôlhas for combatido com sucesso, então a borracha natural talvez se torne o principal produto econômico da Baixada do Ribeira.

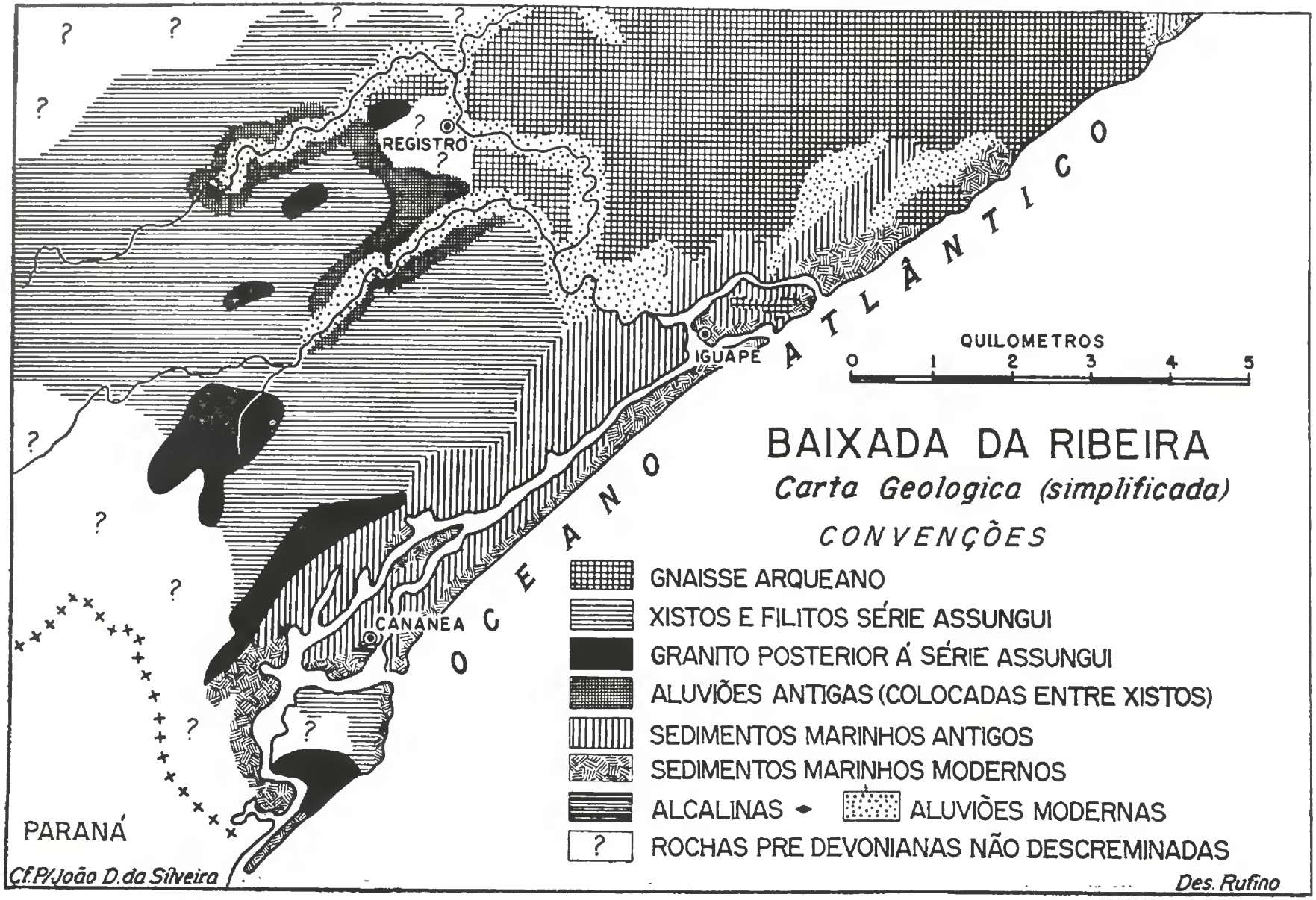
oto n.º 48 — Os viveiros da Fazenda Experimental do Vale do Ribeira, ao sul de Registro, pelo ról de plantas que compõem, constituem uma indicação sôbre o caracter tropical das lavouras que já se instalaram ou estão sendo ensaiadas na região.

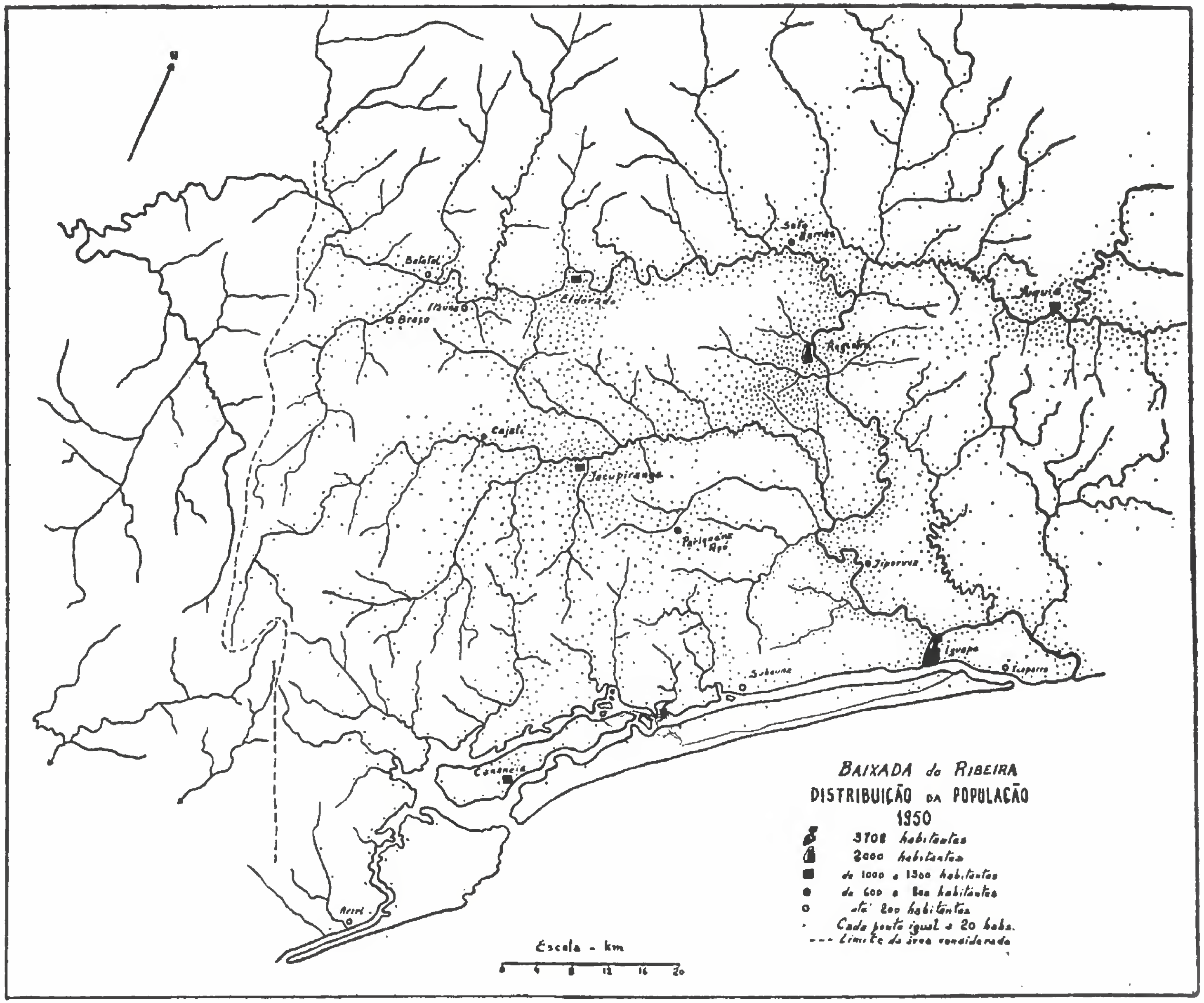
OS MUNICIPIOS DA BAIXADA DO RIBEIRA
NO
ESTADO DE SÃO PAULO
N
— des. J.R. —
SÃO PAULO
Santos
Sete Barros
Juquiá
Eldorado
Registro
Iguape
Jacupiranga
Pariquêrera-açu
Cananéia
0 — 50 — 100
QUILÔMETROS

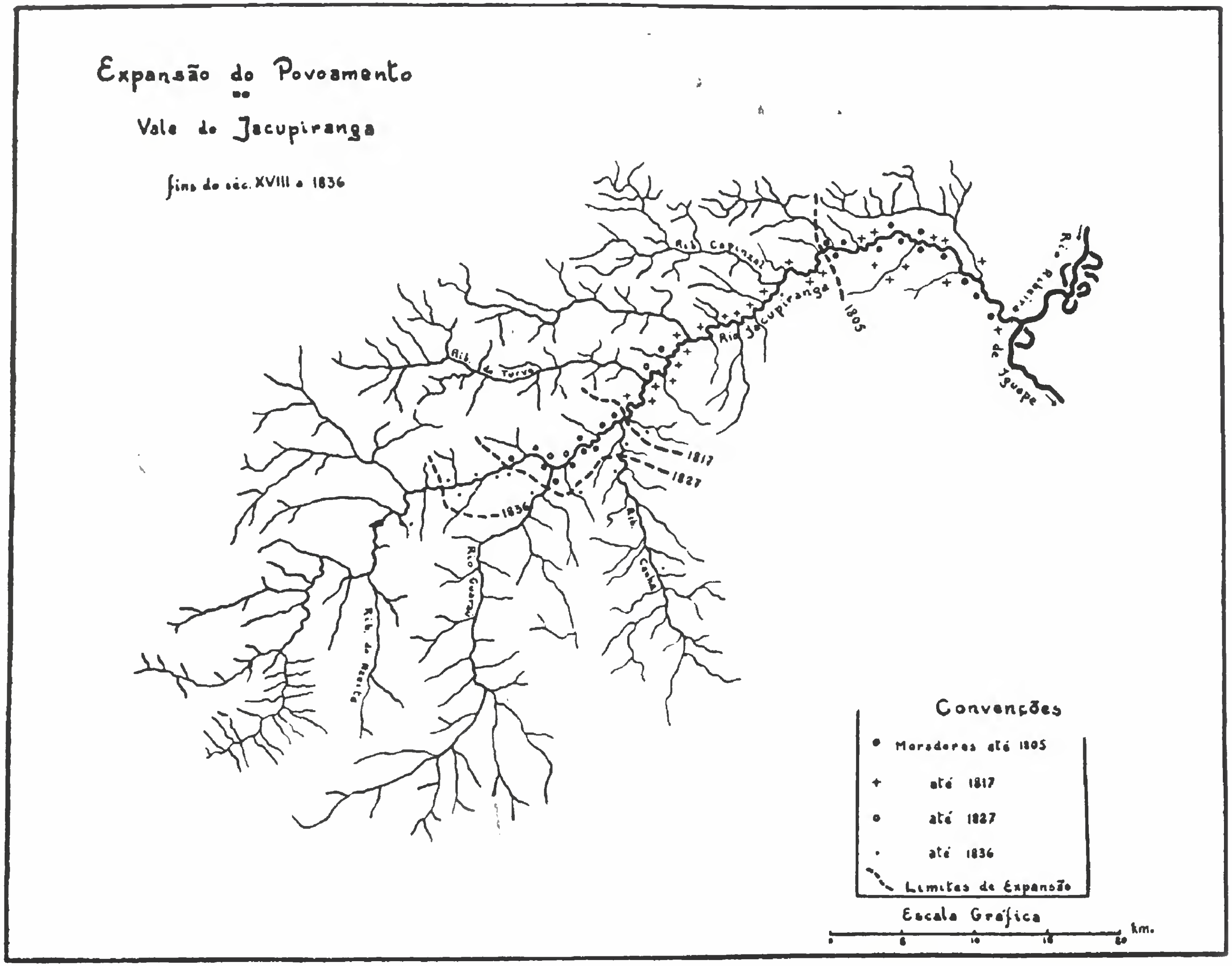

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEGENDA
Divisão de região
Divisão de cada região
Divisão de sub regiões
Divisão das zonas
Litoral de Iguape
ESTADO DE MATO GROSSO
RIO GRANDE
Zona de Barretos
Zona de Franca
CAPEEIRA
Zona de Rio Preto
Zona de Ribeirão Preto
Zona Mogiana
SUB-REGIÃO
Zona de Marília
ALTO PLANALTO PAULISTA
Zona Sorocabana
DEPRESSÃO PERIFERICA
Zona de Piracicaba
CRISTALINA
Zona do Cristalino Norte
MACIÇO DA MANTIQUEIRA
Zona da Mantiqueira
MATA
Zona do médio Paraíba
SERRA DO MAR
Zona do alto Paraíba
LITORAL NORTE
Zona do litoral de São Sebastião
ESTADO DO PARANÁ
CAMPINAS DO SUDESTE
Zona dos Campos do Sudeste
SÃO PAULO
Zona industrial
PARANAPIACABA
Zona de Paranapiacaba
Zona do litoral de Santos
LITORAL DE SANTOS
ALTO RIBEIRA
Zona do Alto Ribeira
LITORAL DE IGUAPE
Zona do litoral de Iguape
ESTADO DE SÃO PAULO
DIVISÃO REGIÕNAL
C.N.G.
Des. J. Rufino

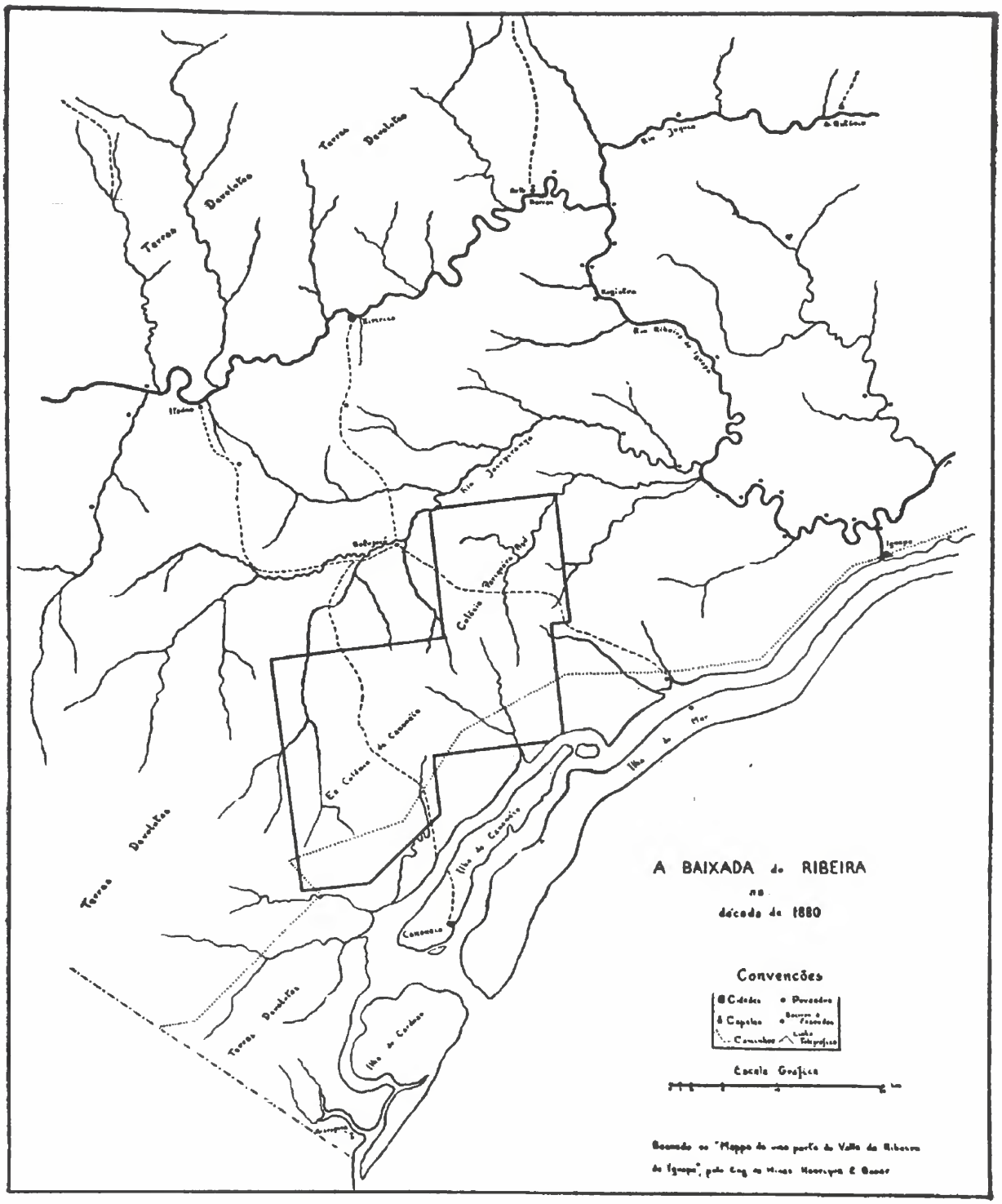
Legenda
Divisa de Regiões
Divisa de Sub-Regiões
Divisa de Zonas
Baixada do Ribeira
FRANCA
RIO PRETO
BARRETOS
RIBEIRÃO PRETO
ARAÇATUBA
CATANDUVA
ARARAQUARA
S. JOSÉ DO RIO PARDO
MARILIA
BAURÚ
JAÚ
SÃO CARLOS
PIRASSUNUNGA
RIO CLARO
PRES. VENCESLAU
PRE. PRUDENTE
ASSIS
CAMPO DE JORDÃO
BOCAINA
BRAGANÇA
PIRAJUÍ
BOTUCATÚ
PIRACICABA
CAMPINAS
SOROCABA
SÃO PAULO
ITAPEVA
PARANAPIACABA
REGISTRO
IGUAPE
Escala
0 50 100 150 200 Km
Divisão regional do Estado de São Paulo
Elaborada pela Secção Regional de São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros
Des. J. Rufino


Serra do Paranapiacaba
Rio Juquia
Serra dos Iratins
Registro
Eldorado
Rodovia Regis Bittencourt
Jacupiranga
Iguape
Ilha Comprida
Cananéia
OCEANO ATLÂNTICO
A BAIXADA DO RIBEIRA
0 5 10 20 30 40 50
QUILOMETROS

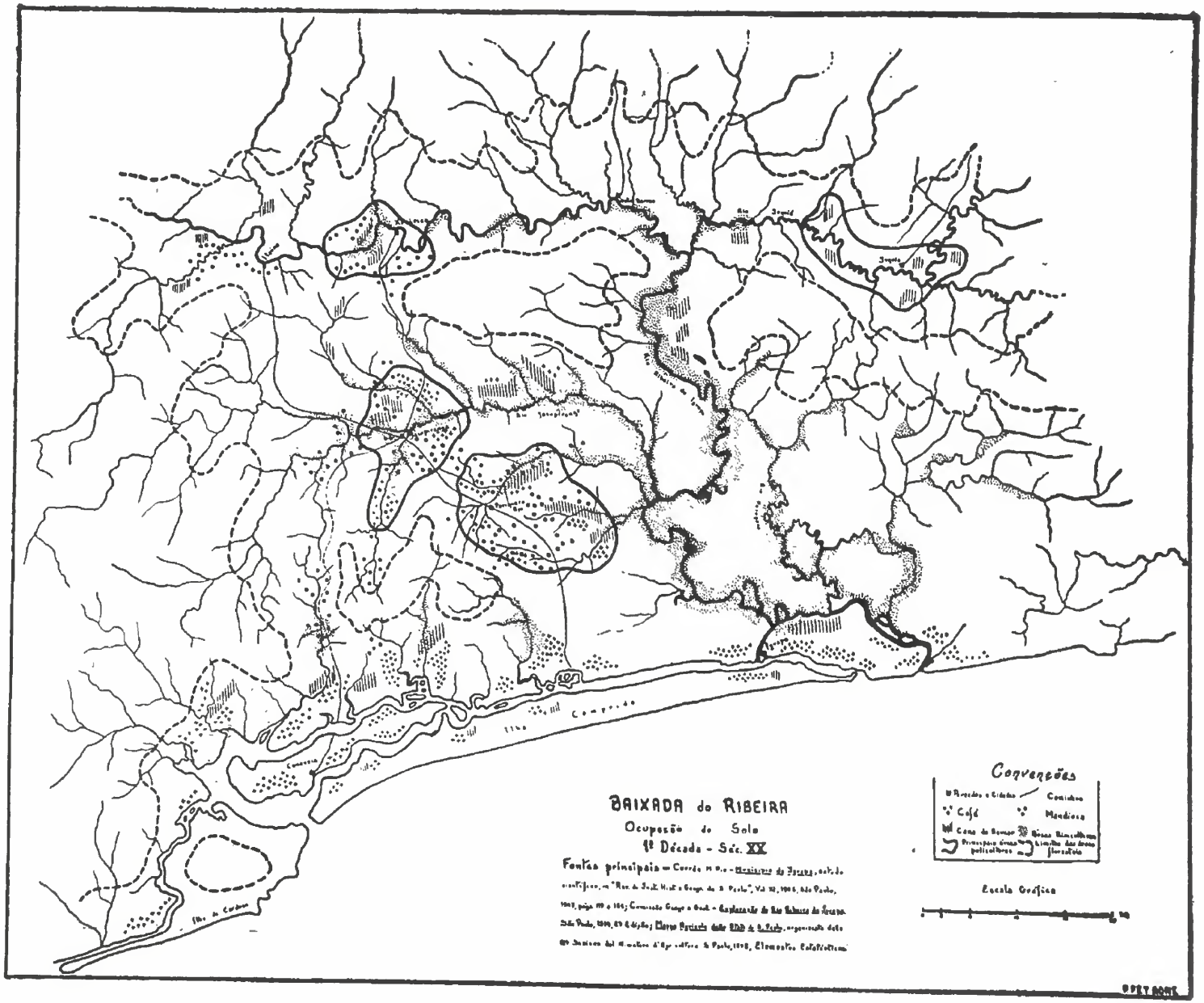

REGISTRO
IGUAPE
CANANEA
OCEANO ATLÂNTICO
PARANÁ
QUILOMETROS
0 1 2 3 4 5
BAIXADA DA RIBEIRA
Carta Geologica (simplificada)
CONVENÇÕES
GNAISSE ARQUEANO
XISTOS E FILITOS SÉRIE ASSUNGUI
GRANITO POSTERIOR Á SÉRIE ASSUNGUI
ALUVIÕES ANTIGAS (COLOCADAS ENTRE XISTOS)
SEDIMENTOS MARINHOS ANTIGOS
SEDIMENTOS MARINHOS MODERNOS
ALCALINAS
ALUVIÕES MODERNAS
ROCHAS PRE DEVONIANAS NÃO DESCREMINADAS
Cf. P/João D. da Silveira
Des. Rufino

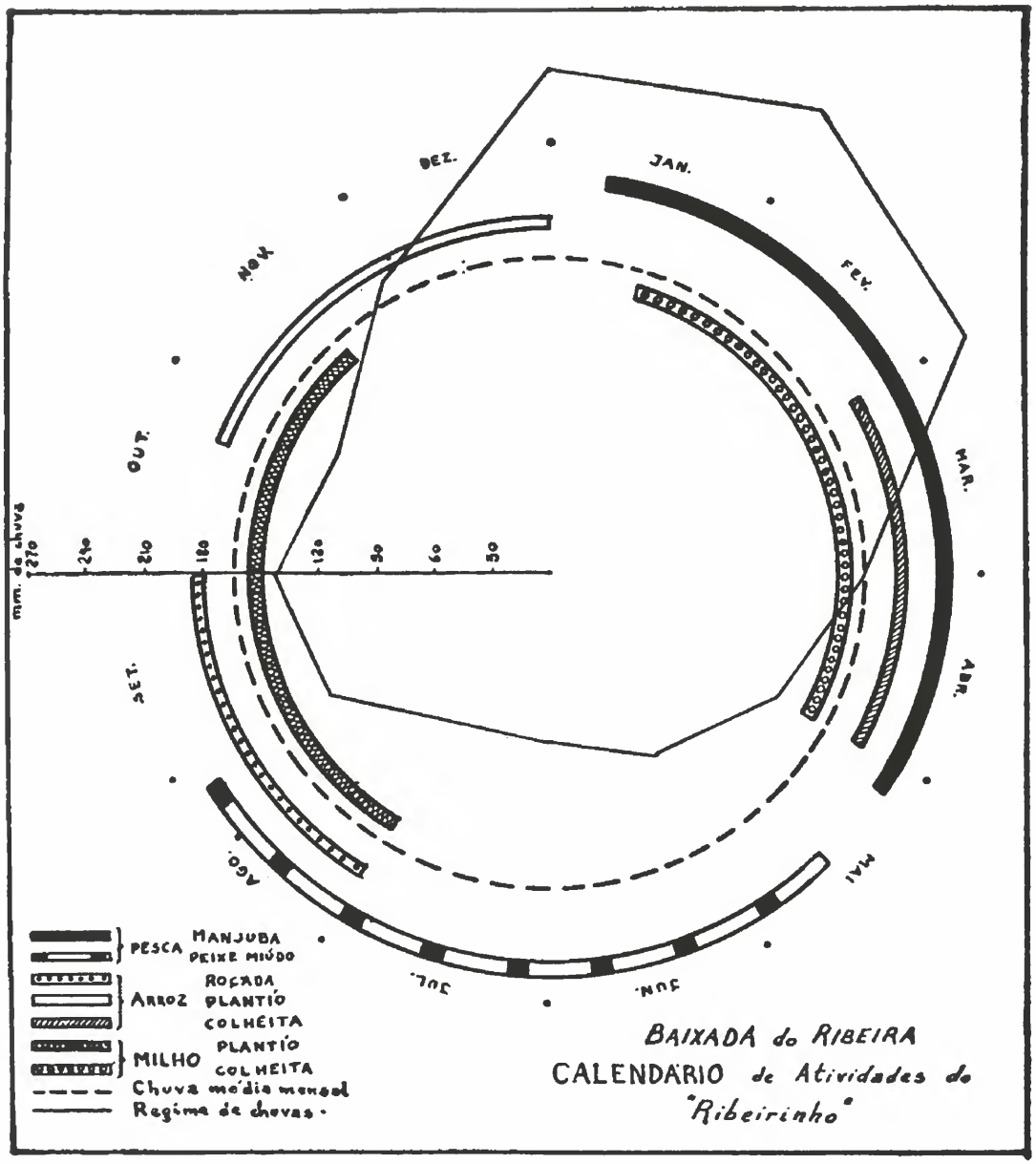

BAIXADA do RIBEIRA
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO
1950
3708 habitantes
2000 habitantes
de 1000 a 1300 habitantes
de 600 a 800 habitantes
até 200 habitantes
Cada ponto igual a 20 habs.
Limite da área considerada
Escala - km
0 4 8 12 16 20
Eldorado
Jacupiranga
Cajati
Iguape
Juquiá
Batatal
Braço
Cananéia
Subauna
Ariri

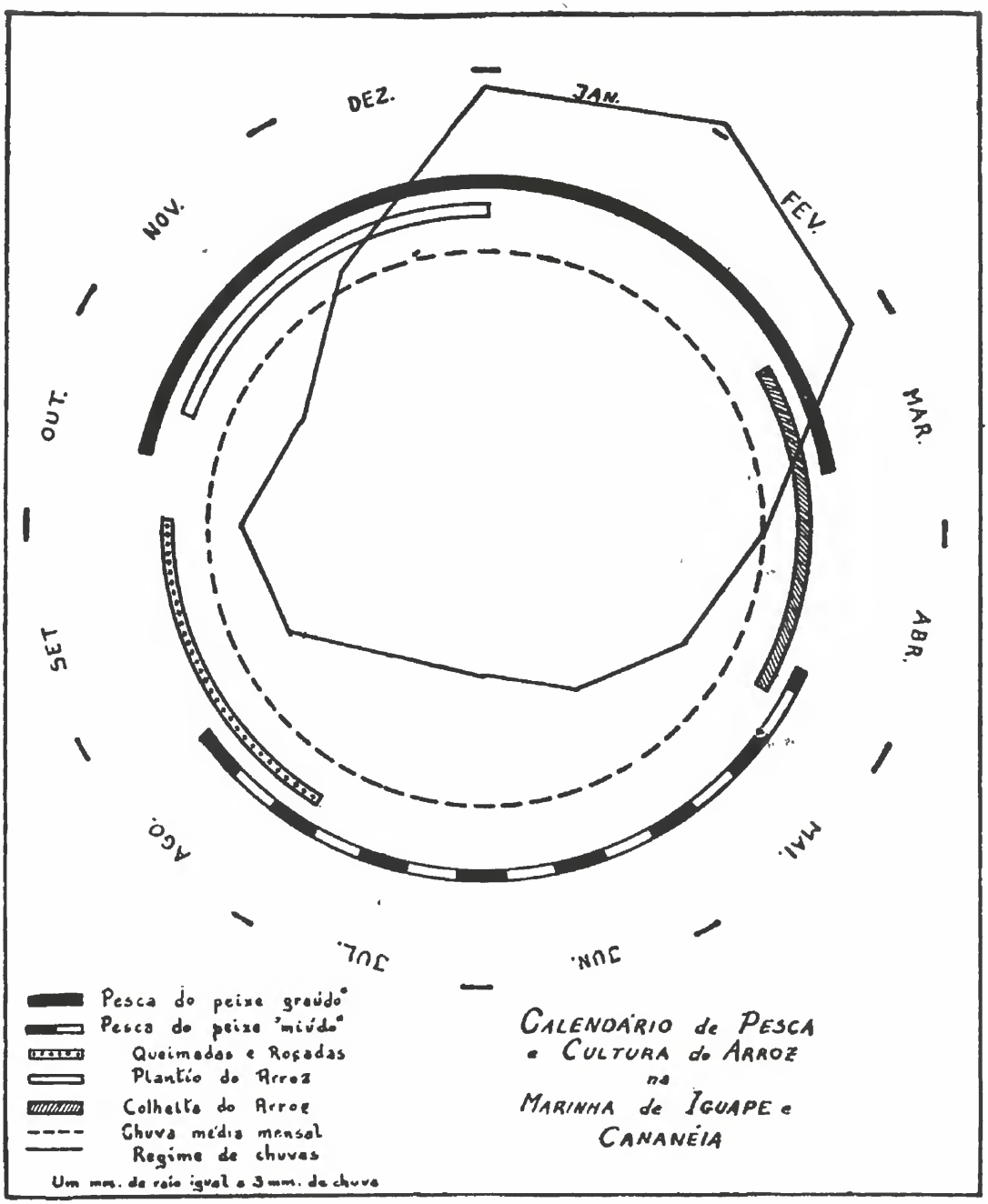

Expansão do Povoamento
no
Vale do Jacupiranga
fins do séc. XVIII a 1836
Rio Ribeira de Iguape
Rio Jacupiranga
Rib. Capinzal
Rib. do Turvo
Rib. Canha
Rio Guaraú
Rib. do Azeite
1805
1817
1827
1836
Convenções
Moradores até 1805
até 1817
até 1827
até 1836
Limites de Expansão
Escala Gráfica
0
5
10
15
20
km.

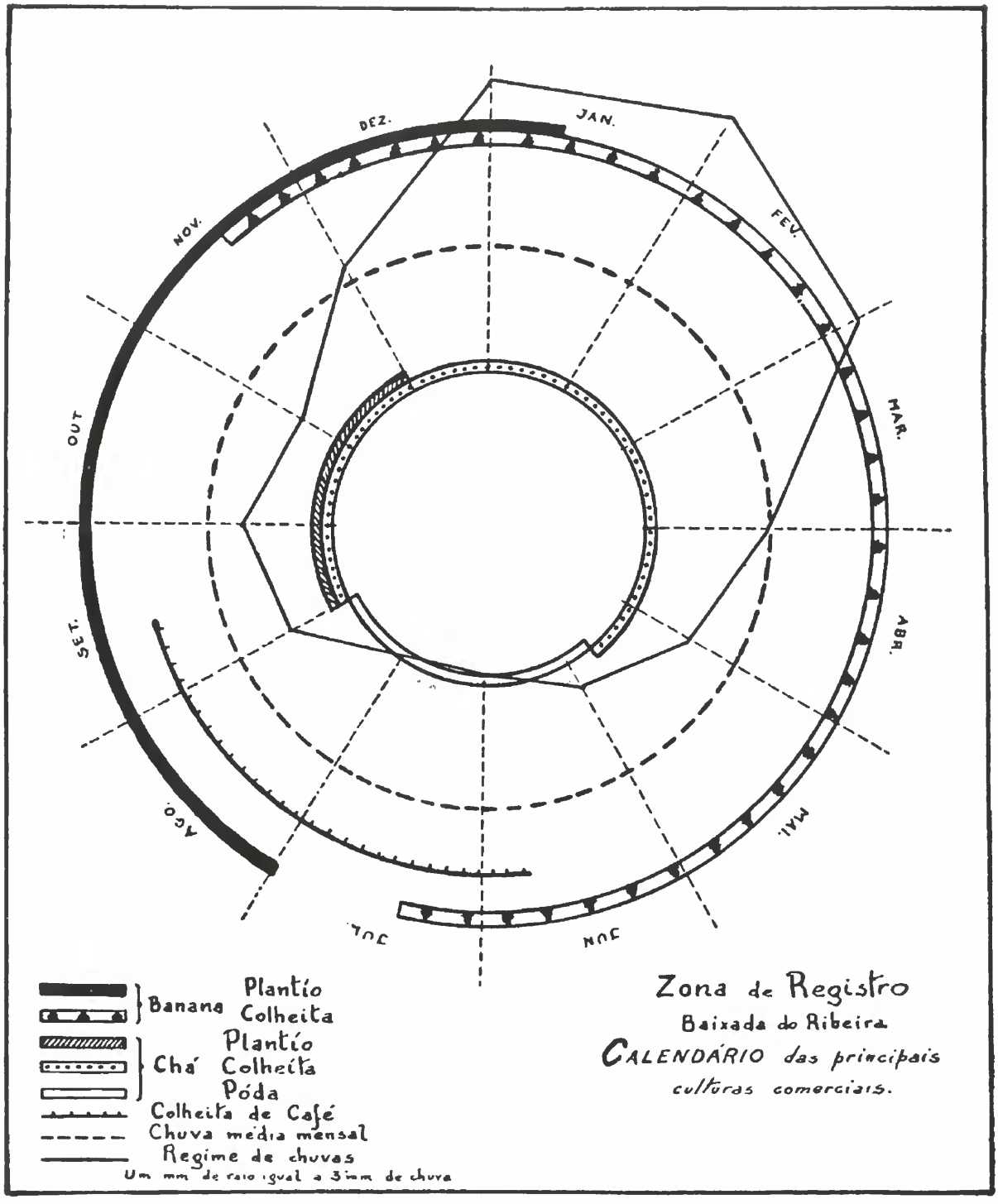

A BAIXADA de RIBEIRA
na
década de 1880
Convenções
Cidades
Povoados
Capelas
Caminhos
Escala Gráfica
Terras Devolutas
Rio Juquia
Rio Ribeira de Iguape
Rio Jacupiranga
Colônia Pariquera Pod
Ex Colônia de Cananéia
Ilha do Mar
Ilha de Cananéia
Ilha de Cardoso
Cananéia
Iguape
Itaúna
Rio Ribeira de Iguape

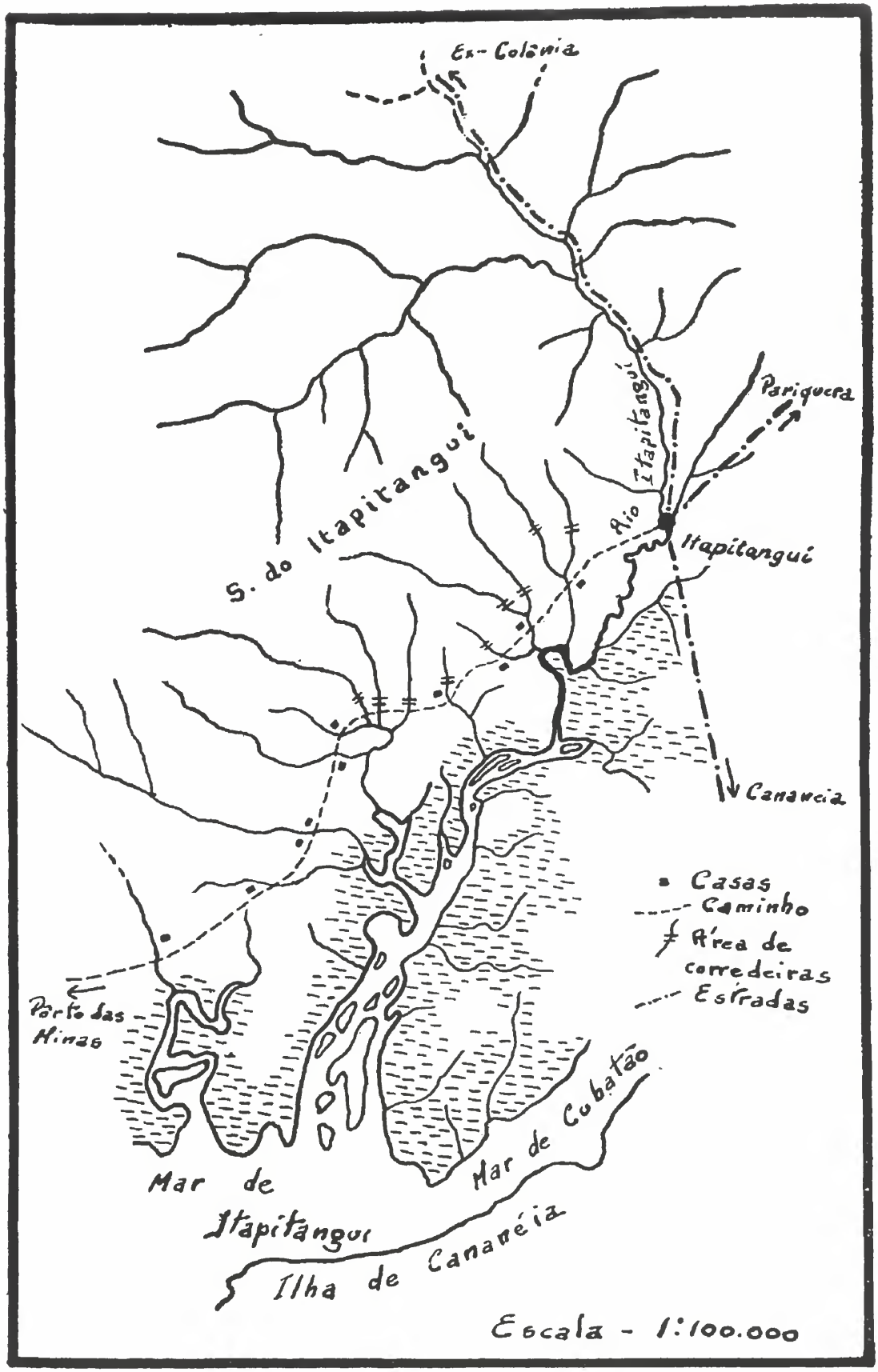
BAIXADA de RIBEIRA
POVOAMENTO


BAIXADA do RIBEIRA
Ocupação do Solo
1ª Década - Séc. XX
Fontes principais
Convenções
Café
Mandioca
Escala Gráfica

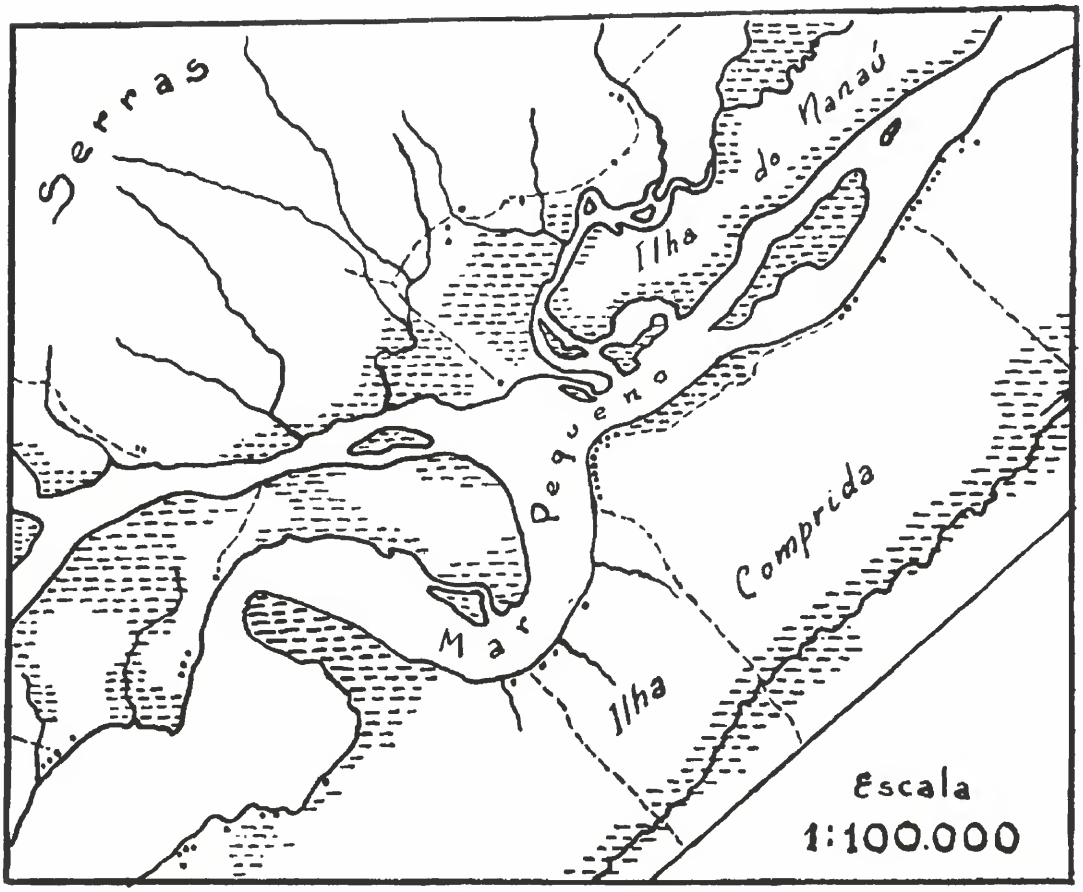

DEZ.
JAN.
FEV.
MAR.
ABR.
MAI
JUN.
JUL.
AGO.
SET.
OUT.
NOV.
mm. de chuva
270
240
210
180
120
90
60
30
PESCA MANJUBA
PEIXE MIÚDO
ARROZ ROÇADA
PLANTIO
COLHEITA
MILHO PLANTIO
COLHEITA
Chuva média mensal
Regime de chuvas
BAIXADA do RIBEIRA
CALENDÁRIO de Atividades do
"Ribeirinho"


DEZ.
JAN.
FEV.
MAR.
ABR.
MAI.
JUN.
JUL.
AGO.
SET.
OUT.
NOV.
Pesca do peixe graúdo
Pesca do peixe "miúdo"
Queimadas e Roçadas
Plantio do Arroz
Colheita do Arroz
Chuva média mensal
Regime de chuvas
Um mm. de raio igual a 3 mm. de chuva
CALENDÁRIO de PESCA
e CULTURA do ARROZ
na
MARINHA de IGUAPE e
CANANÉIA


DEZ.
JAN.
FEV.
MAR.
ABR.
MAI.
JUN.
JUL.
AGO.
SET.
OUT.
NOV.
Plantío
Banana
Colheita
Plantío
Chá
Colheita
Póda
Colheita de Café
Chuva média mensal
Regime de chuvas
Um mm de raio igual a 3mm de chuva
Zona de Registro
Baixada do Ribeira
CALENDÁRIO das principais
culturas comerciais.

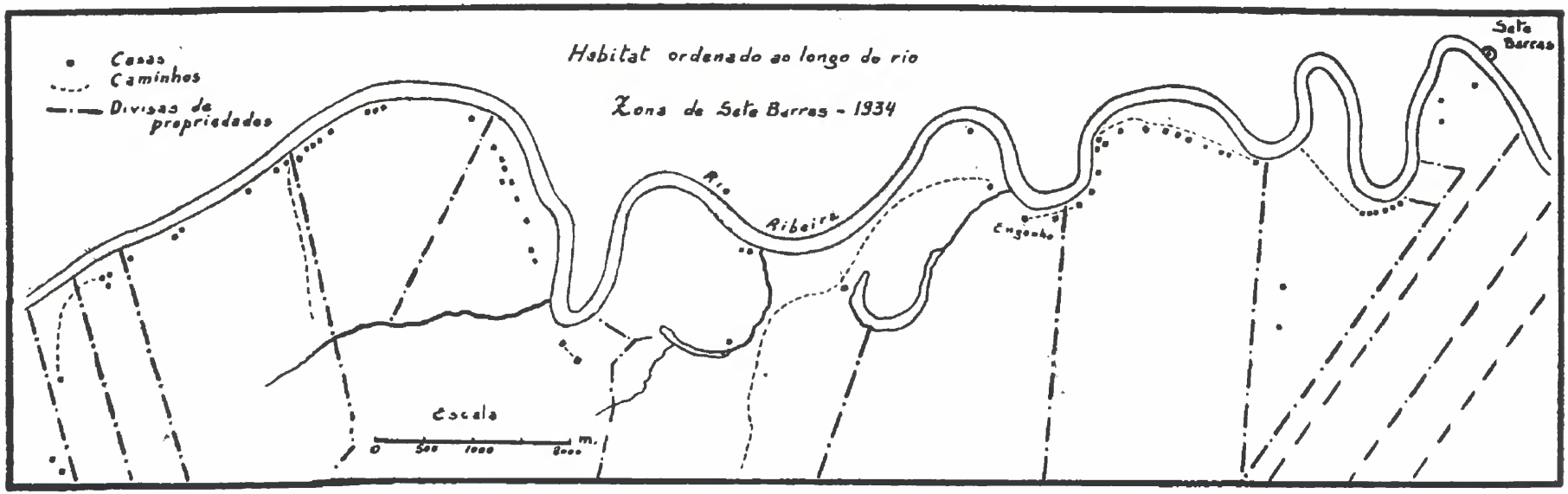


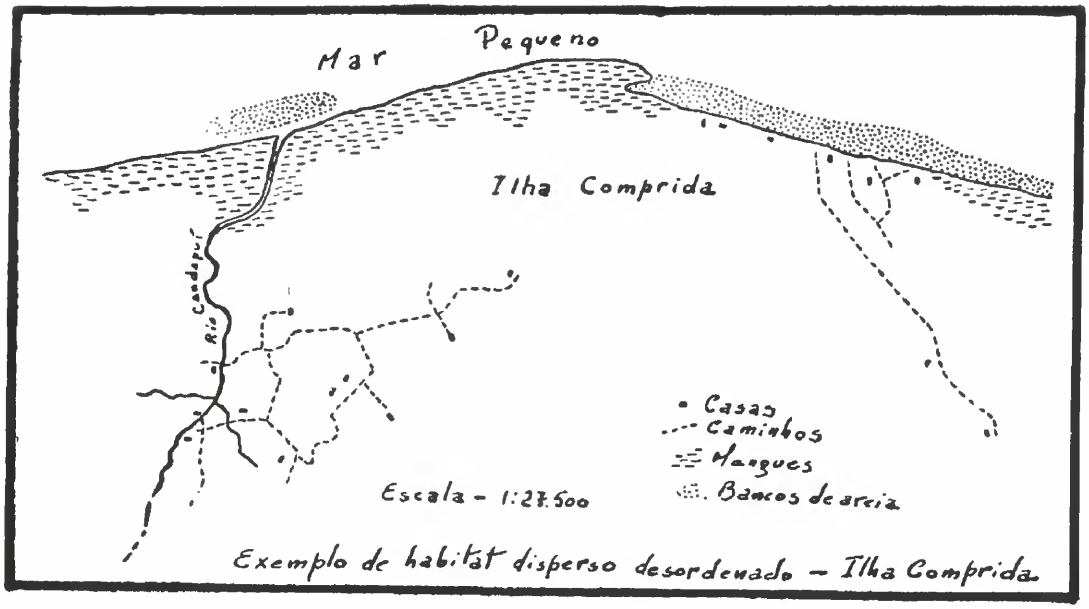
Habitat disperso, com ordenação linear em função de uma linha de rupturas de declive.



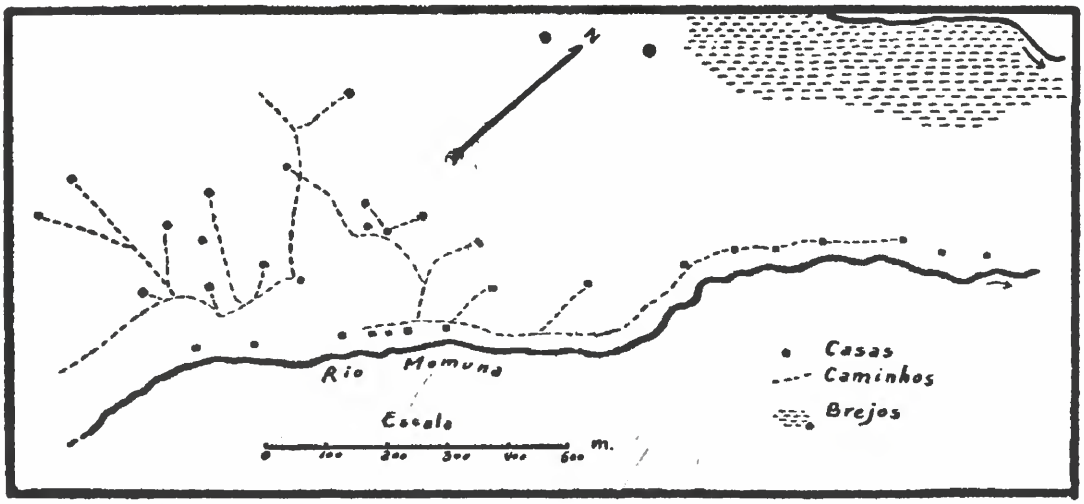
Zona a NE. de Cananeia - Habitat lineat ordenado ao longo do litoral interior da Ilha Comprida - Papel dos mangues na distribuição das casas.

• Casas Mangues Caminhos Rios

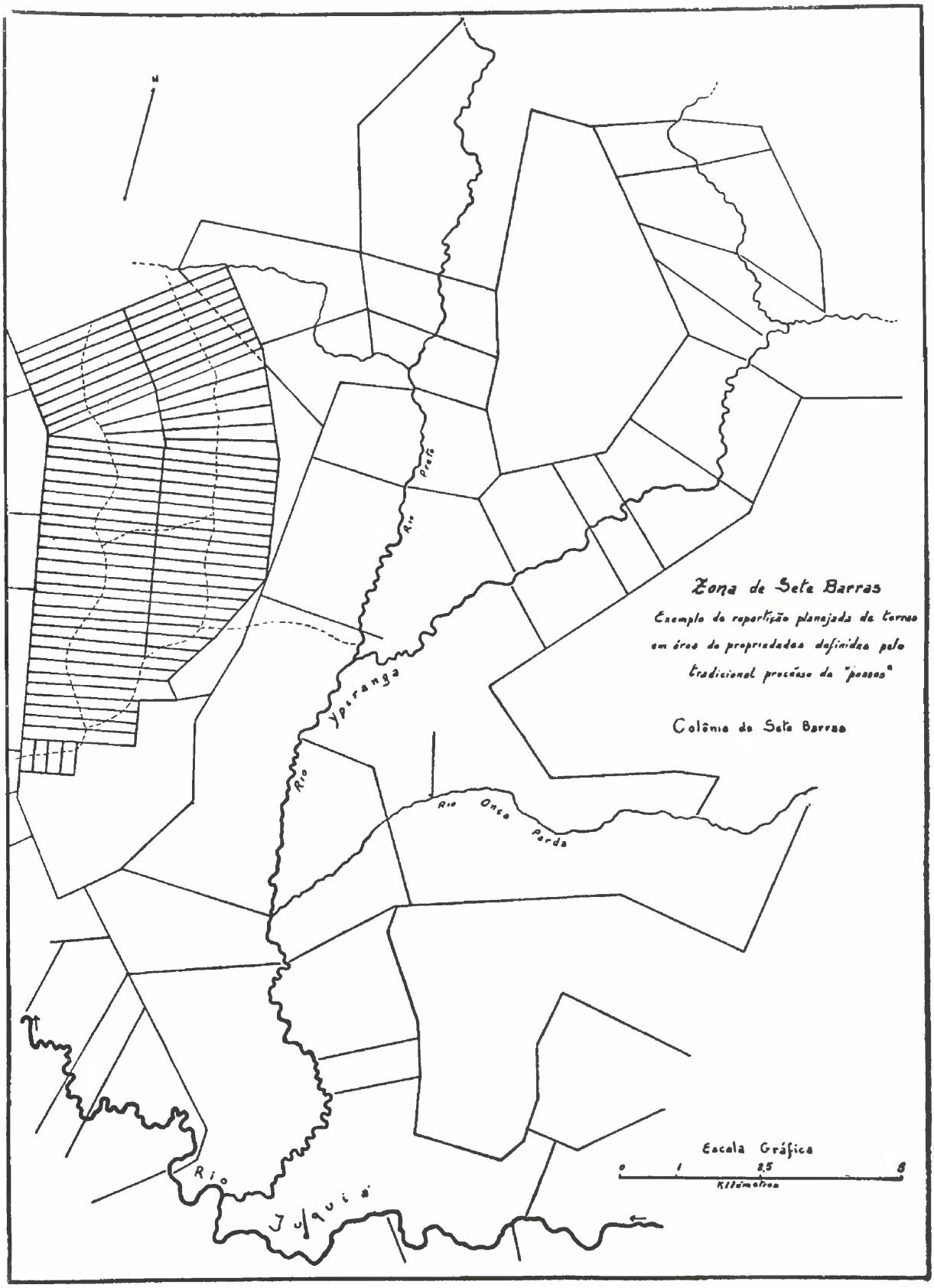

Habitat ordenado ao longo do rio
Zona de Sete Barras - 1934
Casas
Caminhos
Divisas de propriedades
Rio Ribeira
Sete Barras
Escala
0 500 1000 2000 m.

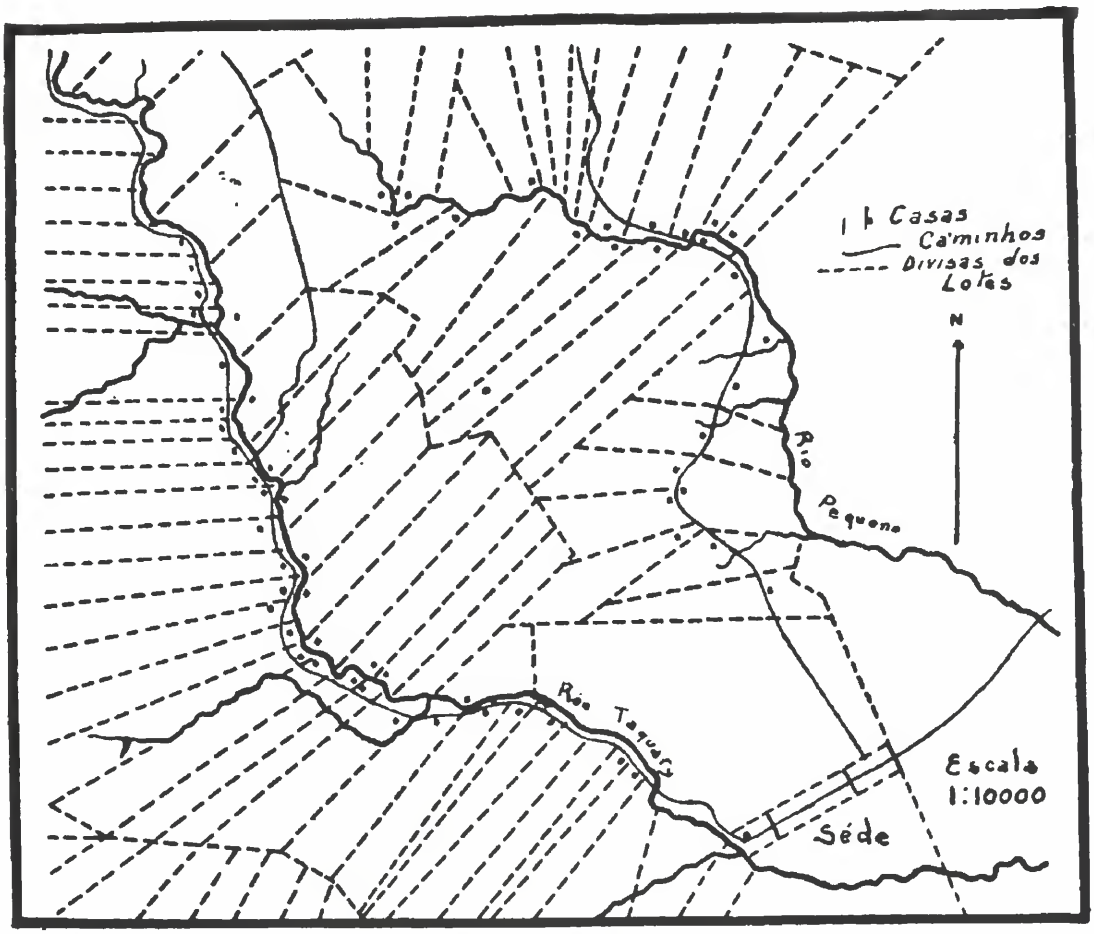


Exemplo de habitat disperso desordenado - Ilha Comprida.

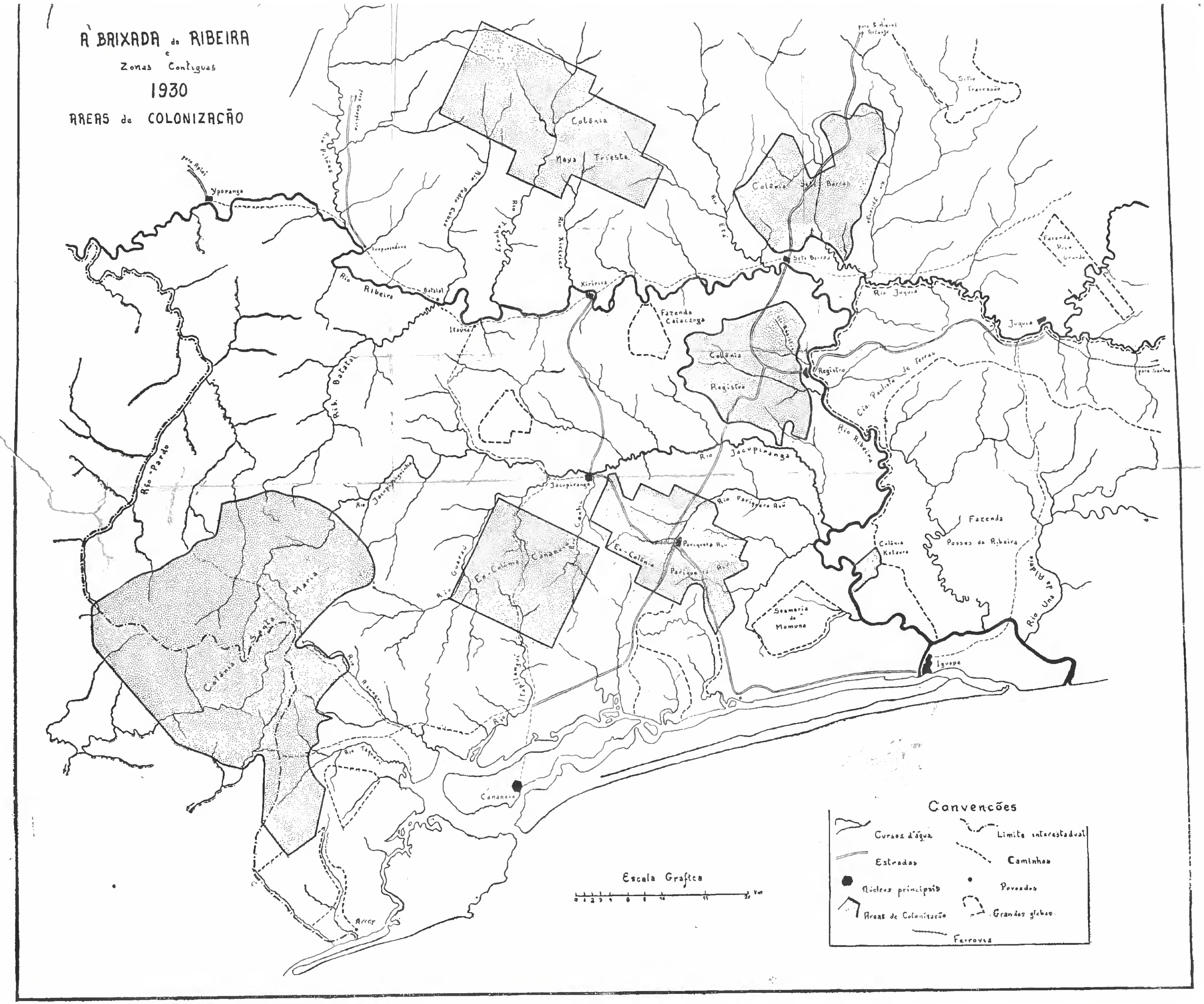


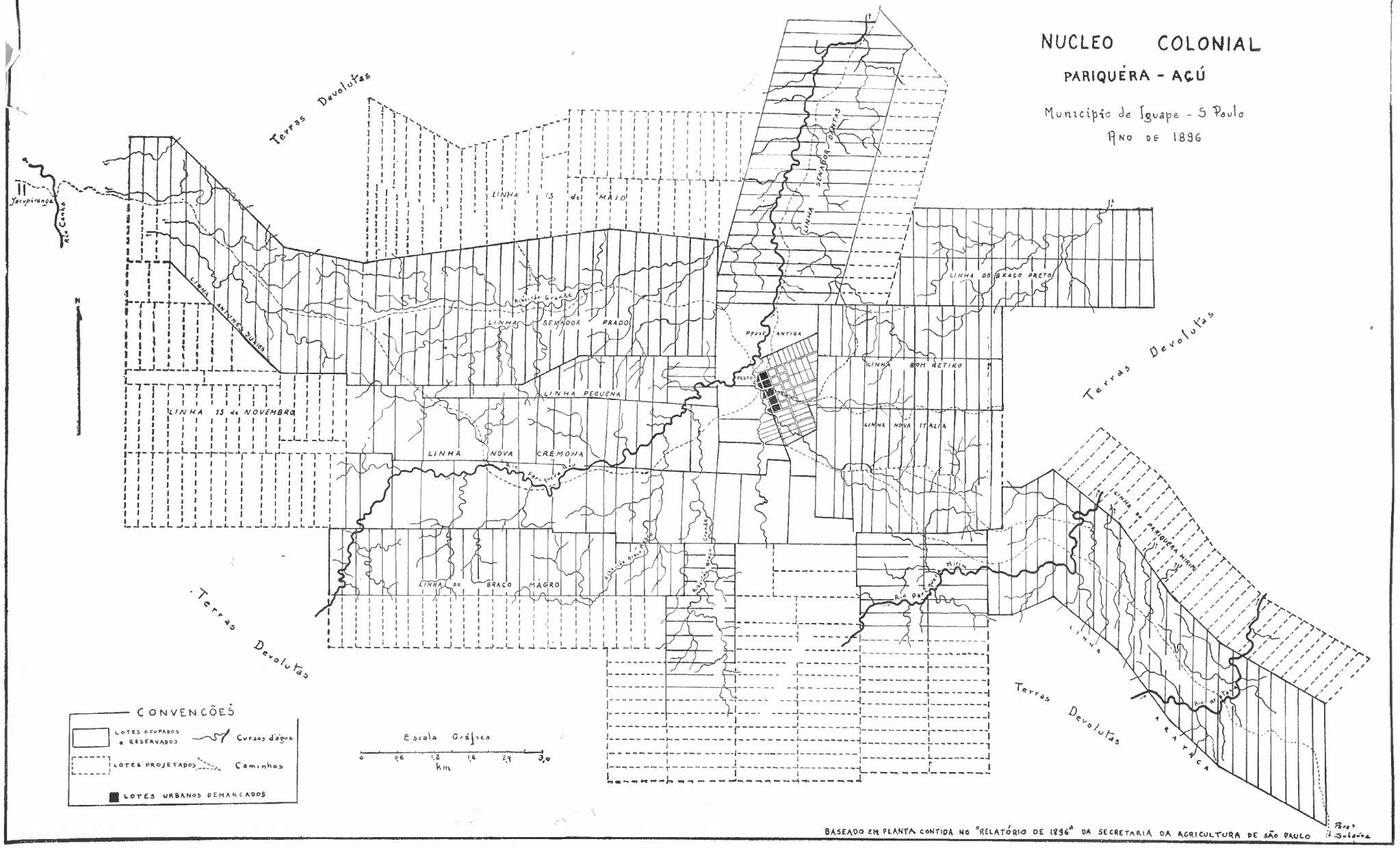
Habitat desordenado em terras devolutas - Liocaridade ao longo do rio
• Município de Iguape - 1934

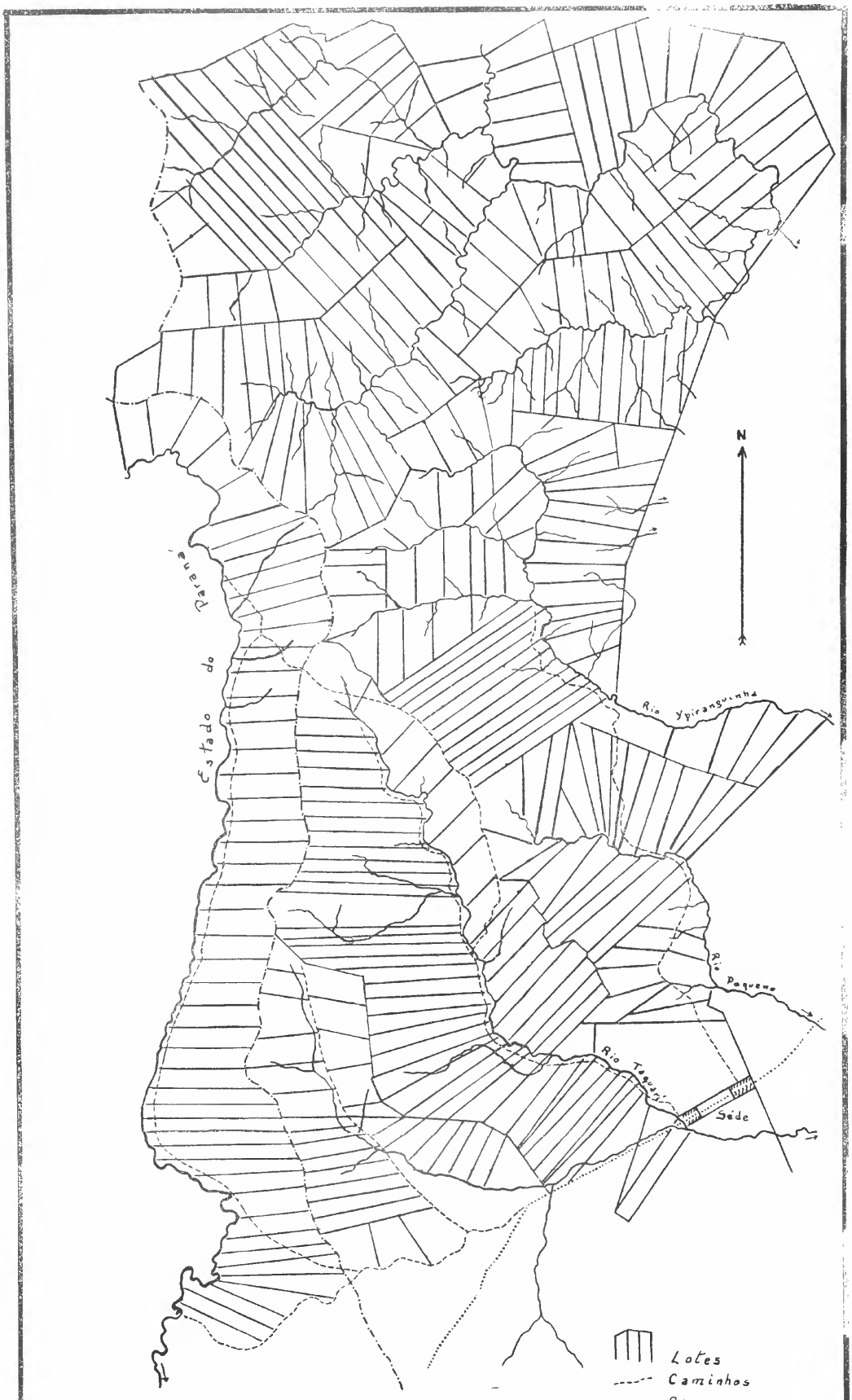

N
Rio Preto
Rio Ypiranga
Rio Onça Parda
Rio Jaguaré
Zona de Sete Barras
Exemplo de repartição planejada de terras em áreas de propriedades definidas pelo tradicional processo de "posses"
Colônia de Sete Barras
Escala Gráfica
0 1 2,5 5
Kilômetros



Exemplo de Habitat linear ordenado ao longo de eixos fluviais - Ordenação típica de "linhas" coloniais - Colônia S. Maria - Canoneia


A BAIXADA do RIBEIRA
e
Zonas Contiguas
1930
AREAS de COLONIZAÇÃO
Convenções
Cursos d'água
Limite interestadual
Estradas
Caminhos
Núcleos principais
Povoados
Areas de Colonização
Grandes glebas
Ferrovia
Escala Grafica
Colônia
Nova Trieste
Colônia Sete Barras
Sete Barras
Colônia
Registro
Registro
Fazenda
Caiacanga
Xiririca
Jacupiranga
Rio Jacupiranga
Ex-Colônia Cananea
Ex-Colônia
Pariquera Açú
Rio Pariquera Açú
Fazenda
Posses da Ribeira
Colônia
Katavra
Sesmaria
de
Momuna
Iguape
Cananea
Colônia Santa Maria
Rio Ribeira
Rio Pardo
Yporanga
Juquiá
Rio Juquiá
Rio Una da Aldeia
Cia. Paulista de Ferro
Rio Etá
Rio Xiririca
Rio Pedro Cubas
Rio Batatal
Itaúna
Iporanga
Batatal


NUCLEO COLONIAL
PARIQUÉRA - AÇÚ
Municipio de Iguape - S Paulo
Ano de 1896
Terras Devolutas
Terras Devolutas
Terras Devolutas
Terras Devolutas
Yacupiranga
Rio Canha
LINHA 13 de MAIO
LINHA SENADOR DANTAS
LINHA DO BRAÇO PRETO
LINHA ANTUNES JUNIOR
Ribeirão Grande
LINHA SENADOR PRADO
Posse Antiga
Pasto
LINHA BOM RETIRO
LINHA PEQUENA
LINHA 15 de NOVEMBRO
LINHA NOVA ITALIA
LINHA NOVA CREMONA
Rio Pariquera Açu
LINHA DO BRAÇO MAGRO
Rio Pariquera Mirim
LINHA DO PARIQUERA MIRIM
LINHA ARATACA
Rio Aratacá
CONVENÇÕES
LOTES OCUPADOS e RESERVADOS
Cursos d'água
LOTES PROJETADOS
Caminhos
LOTES URBANOS DEMARCADOS
Escala Gráfica
0 0,6 1,2 1,8 2,4 3,0
km
BASEADO EM PLANTA CONTIDA NO "RELATÓRIO DE 1896" DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SÃO PAULO

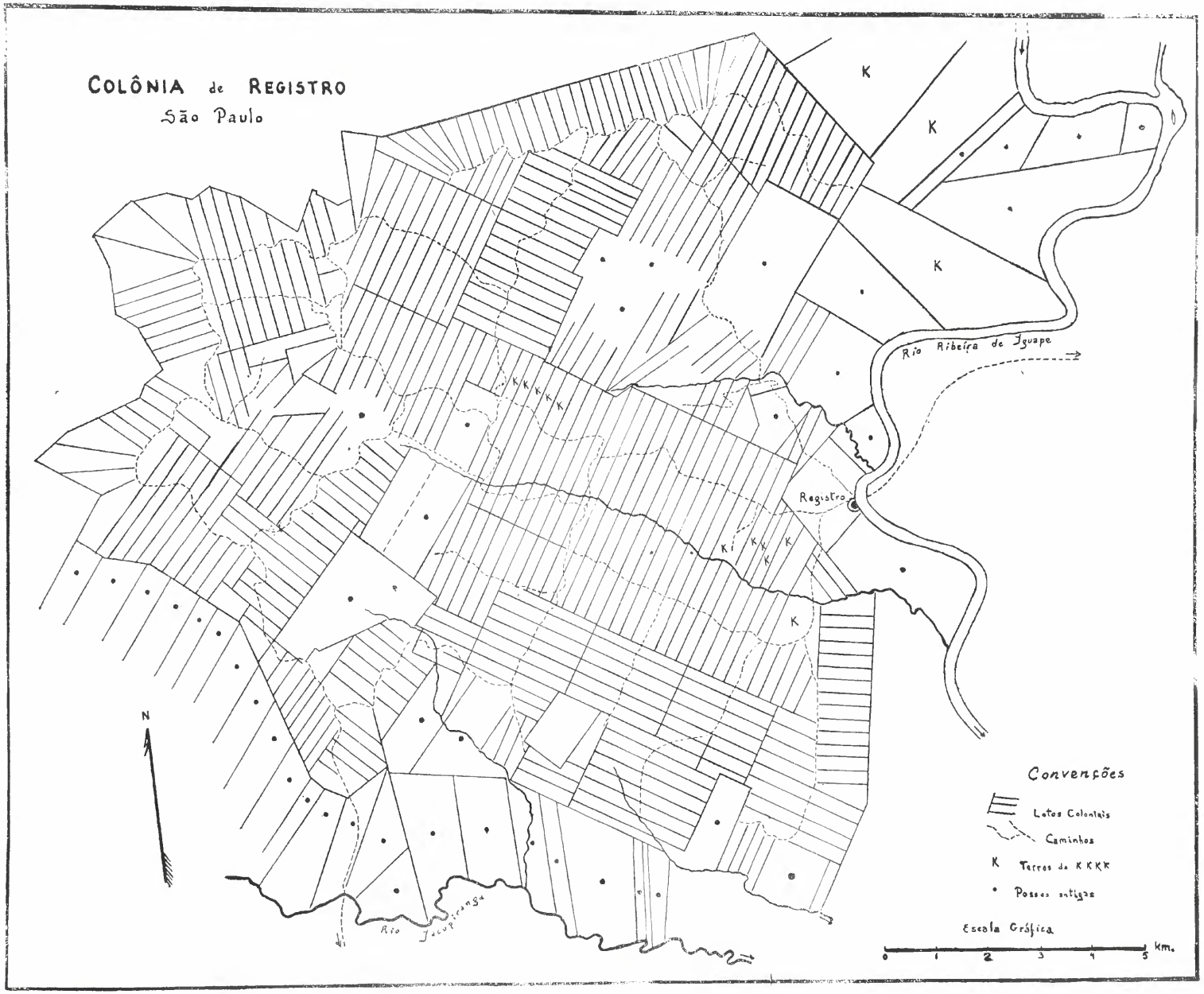


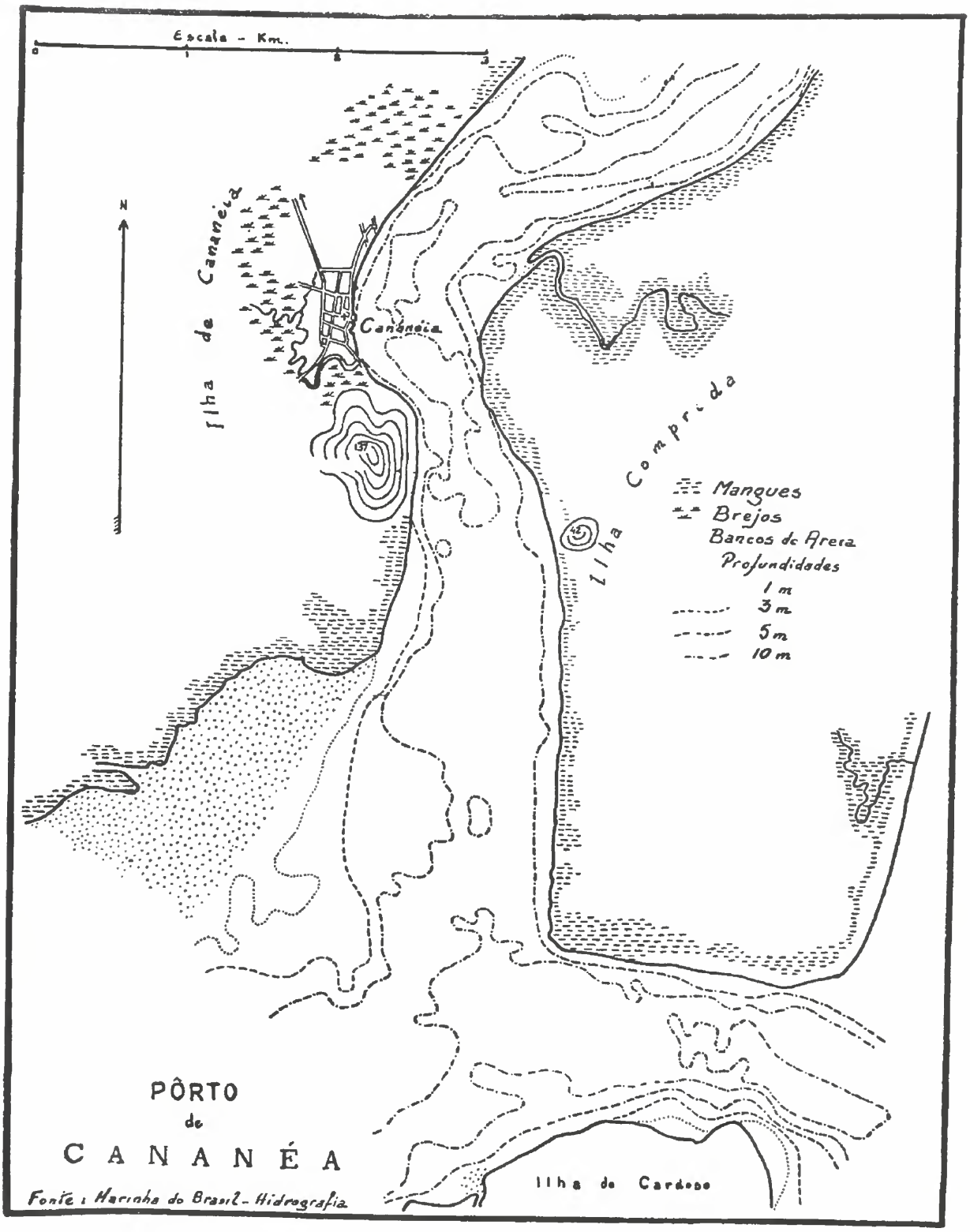
Colônia Agrícola "Santa Maria"

CANANÉIA - ESTADO SÃO PAULO

Escala

0 500 1000 m.


COLÔNIA de REGISTRO
São Paulo
K
K
K
K K K K
K K K K
K
Rio Ribeira de Iguape
Registro
N
Rio Jacupiranga
Convenções
Lotes Coloniais
Caminhos
K Terras da K K K K
Posses antigas
Escala Gráfica
0 1 2 3 4 5 km.


Escala - Km.
0
1
2
3
N
Ilha de Cananéia
Cananéia
Ilha Comprida
Mangues
Brejos
Bancos de Areia
Profundidades
1 m
3 m
5 m
10 m
PÔRTO
de
CANANÉA
Ilha do Cardoso
Fonte: Marinha do Brasil - Hidrografia

ÍNDICE

EXPLICAÇÃO 5

A BAIXADA DO RIBEIRA
A Região do Ribeira 13
Aspectos do Quadro Natural 25
Baixada do Ribeira, região paisagìsticamente diferenciada 38

POPULAÇÃO — O POVOAMENTO E A EVOLUÇÃO DAS PAISAGENS
A População da Baixada do Ribeira, Distribuição e Composição. 46
A Presença Européia e o Caráter Periférico dos Primeiros Processos de Povoamento 67
A Estabilização do Povoamento no Litoral e as Incursões Ribeirinhas 72
A Mineração, a Agricultura e as Primeiras Ilhas de Povoamento na Retro-Terra 75
A Humanização das Paisagens Ribeirinhas 82
À Margem do Império do Café 88
A Baixada do Ribeira no Alvorecêr do Século XX 94

EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO EM UMA BAIXADA TROPICAL
A Colonização da Baixada do Ribeira 96
A Tentativa dos Confederados Norte-Americanos 115
A Colônia de Pariquéra-Açú 119
A Colônia de Santa Maria 138
As Colônias Japonêsas 152

A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO
O Papel da Agricultura no Conjunto das Atividades Regionais . 164
As Principais Lavouras 166
As Culturas Tradicionais da Baixada 169
Chá, Çafé e Banana — Culturas Permanentes Comerciais 175
Os Ensaios Atuais — A Seringueira e o Cacaueiro 189
As Principais Lavouras Comerciais e sua Rentabilidade 200
Distribuição das Formas de Ocupação 208
Os Sistemas de Cultura 213

Formas Secundárias de Organização Econômica do Espaço Rural 230
A Criação 231
A Pesca 235
A Presença da "Serrana" 238
As Técnicas 241
O Calendário Agrícola 251

AS PROPRIEDADES RURAIS
A Condição do Responsável e o Problema da Mão de Obra 253
O Regime de Propriedades e sua Evoluçao Recente 257

O "HABITAT" RURAL
"Habitat" Rural — Suas Formas e Características 271
A Casa Rural 287

ASPECTOS DOS QUADROS URBANOS REGIONAIS 295

O PROBLEMA DA CIRCULAÇÃO E DO COMÉRCIO — SUA EVOLUÇÃO
O Problema da Circulação 309
O Problema das Relações Comerciais 333

A "REDESCOBERTA" DA REGIÃO DO RIBEIRA E SUA VALORIZAÇÃO RECENTE 339

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 353

CARTOGRAFIA CONSULTADA E UTILIZADA 265

GRAVURAS 367

BIBLIOTECA
DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
Fac. Fil. Cien. Letras — U. S. P.

27214